

PUB8507
Sept 1990

*Relatório sobre o
Desenvolvimento Mundial 1990*

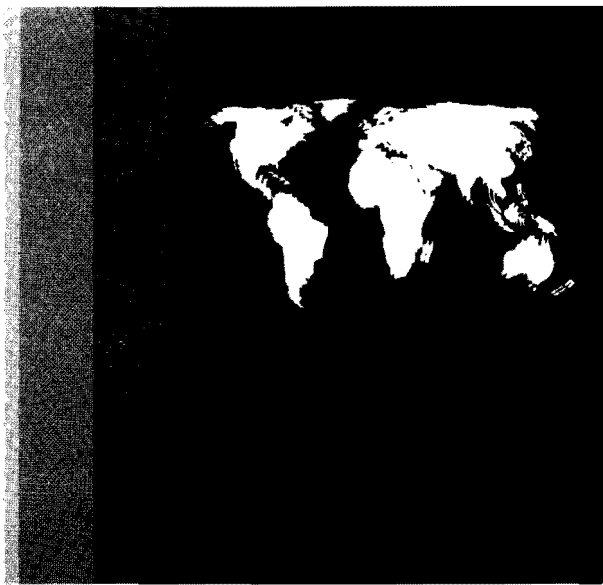
A POBREZA

FILE COPY

Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO MUNDIAL



*Relatório sobre o
Desenvolvimento Mundial 1990*

*Publicado para o Banco Mundial
pela Fundação Getulio Vargas*

*Originalmente publicado em inglês,
com o título World Development Report 1990,
pela Oxford University Press, para o Banco Mundial.*

*Copyright © 1990 Banco Internacional
de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial
1818 H Street, N.W., Washington, D.C. 20433 U.S.A.*

1ª. edição em português - setembro 1990

*Todos os direitos reservados. Nenhum trecho desta publicação pode ser
reproduzido, armazenado em sistema de recuperação de dados ou
transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, seja eletrônico,
mecânico, fotocópia, gravação ou de outra natureza, sem prévia permissão
do Banco Mundial.*

*As denominações, classificações, fronteiras e cores usadas nos mapas deste
Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial
não implicam, por parte do Banco Mundial e de seus afiliados,
qualquer opinião quanto ao status legal de qualquer território,
nem endosso ou aceitação de quaisquer fronteiras.*

*O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados contidos nesta obra,
nem se responsabiliza pelas conseqüências de sua utilização.*

ISBN 0-8213-1510-2

*A Biblioteca do Congresso dos EUA catalogou esta
publicação seriada da maneira seguinte:*

*World development report. 1978-
[New York] Oxford University Press.
v. 27 cm. annual.*

Published for the World Bank.

*1. Underdeveloped areas - periodicals. 2. Economic development -
Periodicals. I. International Bank for Reconstruction and Development.*

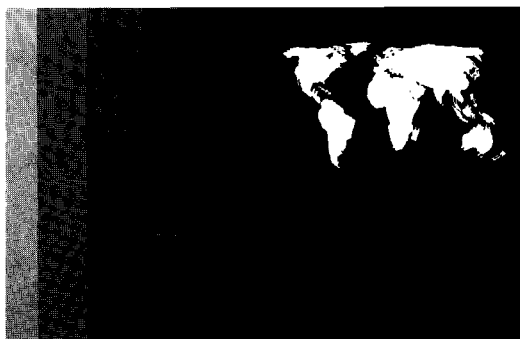
HC59.7.W659 330.9'172'4 78-67086

*Distribuído em Portugal pela Livraria
Portugal, Rua do Carmo, 70-74 1200 Lisboa*

*Distribuído no Brasil pela
Fundação Getúlio Vargas*

Livrarias:

*Rio de Janeiro — Praia de Botafogo, 188
Av. Presidente Wilson, 228-A
São Paulo — Av. Nove de Julho, 2029*



Prefácio

Este Relatório é o décimo-terceiro da série anual que aborda as principais questões ligadas ao desenvolvimento. Como os anteriores, contém os Indicadores do Desenvolvimento Mundial, com dados sociais e econômicos selecionados referentes a mais de 120 países. O Relatório trata da questão mais premente com que hoje se defronta a comunidade em desenvolvimento: como reduzir a pobreza. Suas principais conclusões vêm resumidas a seguir.

A economia mundial apresentou crescimento moderado no findar da década, mas o quadro auspicioso não foi uniforme. Nos países industrializados verificaram-se progressos no tocante a crescimento, comércio exterior e investimentos. As rendas reais *per capita* cresceram (e a pobreza declinou) no Sul da Ásia, e mais marcadamente no Leste asiático. Mas, em alguns países da América Latina e em grande parte da África subsaariana, as rendas reais *per capita*, os padrões de vida e os investimentos decaíram. Para os pobres desses países, os anos 80 foram uma década perdida.

Em 1985 mais de 1 bilhão de pessoas, quase um terço da população total do mundo em desenvolvimento, mantinham-se com menos de US\$370 *per capita* ao ano. A percentagem da população que vivia na pobreza era particularmente alta no Sul da Ásia e na África subsaariana. Os outros aspectos da qualidade de vida — já mais baixa, em média, nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos — variavam drasticamente de região para região, cabendo os números mais desalentadores às regiões com maior incidência de pobreza. Em 1985, por exemplo, a expectativa de vida era de 76 anos no mundo desenvolvido, mas de apenas 50 anos na África subsaariana e de 56 anos no Sul da

Ásia. Algumas regiões estavam prestes a atingir a matrícula universal no ensino primário, mas na África subsaariana o índice líquido de matrícula no primário era de apenas 56% e no Sul da Ásia, cerca de 75%. As mulheres geralmente constituem um grupo desvalido até mesmo entre os pobres; em muitas áreas seus índices de alfabetização e salários são bem inferiores aos dos homens, e o acesso a serviços sociais e ao emprego é mais difícil. A situação da mulher pobre é por si só aflitiva. E ainda mais aflitiva se considerarmos que a saúde e a educação das mães têm grande influência no bem-estar e no futuro dos filhos.

Analisando-se a experiência desenvolvimentista, observa-se que o meio mais eficaz de obter avanços rápidos e politicamente sustentáveis na qualidade de vida dos pobres tem sido a adoção de uma estratégia em dois elementos. O primeiro elemento dessa estratégia é a busca de um modelo de crescimento que garanta o uso produtivo do bem mais abundante entre os pobres — o trabalho. O segundo elemento é o provimento amplo de serviços sociais básicos aos pobres, sobretudo de educação primária, assistência médica básica e planejamento familiar. O primeiro componente cria oportunidades; o segundo capacita o pobre a tirar proveito dessas oportunidades. A estratégia precisa ser complementada por transferências bem seletivas, para ajudar os que não se beneficiam dessas políticas, e por esquemas de segurança, para proteger os que se acham expostos a choques.

A política interna é fundamental para a redução da pobreza, mas faz-se necessária a assistência internacional como apoio às ações empreendidas pelos países. Um aumento puro e simples de recursos, porém, não resolverá o problema. A

ajuda é mais eficaz quando complementa os esforços dos que a recebem. Sua concessão deve estar mais estreitamente vinculada ao comprometimento de cada país em adotar programas de desenvolvimento que visem à redução da pobreza.

As projeções do Relatório para a década de 90 indicam um dinâmico crescimento de cerca de 3% ao ano nos países industrializados e de aproximadamente 5,1% no mundo em desenvolvimento — em comparação com os 4,3% atingidos pelos países em desenvolvimento nos anos 80. Se estas previsões estiverem corretas, as perspectivas de melhoria da qualidade de vida são animadoras para a maioria das regiões — salvo para aquelas em que se espera que o rápido aumento populacional anule os efeitos benéficos do crescimento econômico.

No Leste asiático e no Sul da Ásia o número de pobres deve cair drasticamente e os indicadores sociais devem continuar melhorando. Os países da América Latina e Caribe, do Leste europeu e do Oriente Médio e Norte da África só apresentarão pequena redução no número de pobres, mas continuarão a ocorrer avanços nos indicadores sociais. Na África subsaariana, o crescimento esperado de 3,7% anuais do produto interno bruto, embora significativamente superior ao dos anos 80, não será suficiente para compensar os efeitos do aumento populacional acelerado, e o número de pobres irá crescer. Mesmo assim, o atendimento adequado dos setores sociais deve permitir uma rápida redução da mortalidade infantil e a rever-

são do declínio verificado nas matrículas na escola primária durante os anos 80.

Os obstáculos a superar para que a pobreza diminua em todo o mundo são imensos, e particularmente desalentadores na África subsaariana. Nada obstante, as medidas-chave para combater a pobreza são conhecidas, e os recursos para promovê-las estão aí para serem mobilizados. Conter o número de pobres na África subsaariana até que o aumento populacional esteja sob controle e reduzir este número em 400 milhões em outras regiões são metas viáveis para o final do século. O principal obstáculo não é a disponibilidade de recursos, mas a disposição dos governos de países em desenvolvimento e desenvolvidos de se comprometerem com essas metas.

O presente Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial é, como os anteriores, um estudo realizado pelo corpo técnico do Banco Mundial, e os conceitos nele apresentados não refletem necessariamente a opinião de nossa Diretoria ou dos governos que ela representa.



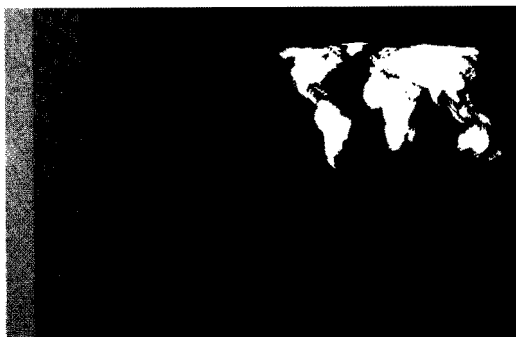
Barber B. Conable
Presidente
Banco Mundial

1º de junho de 1990

Este Relatório foi elaborado por uma equipe chefiada por Lyn Squire e composta por Ehtisham Ahmad, Robert L. Ayres, Gary Fields, Helena Ribe, Mark Sundberg, Jacques van der Gaag, Dominique van de Walle e Michael Walton. A equipe contou com a assistência de Lara Akinbani, Fernando J. Batista, Robin Burgess, Elaine K. Chan, Pierre Englebert, Carlos Alberto Herran, Kathryn A. Larin, Natasha Mukherjee e Anna-Birgitta Viggh. O trabalho foi executado sob a direção geral de Stanley Fischer.

Muitas outras pessoas, pertencentes ou não aos quadros do Banco, fizeram comentários e contribuições proveitosos (ver notas bibliográficas). O Departamento de Economia Internacional preparou os dados e as projeções apresentados no Capítulo 1 e no apêndice estatístico. Também é responsável pelos Indicadores do Desenvolvimento Mundial. Compõem a equipe de produção do Relatório Les Barker, Kathy Dahl, Connie Eysenck, Kenneth Hale, Jeffrey N. Lecksell, Nancy Levine, Hugh Nees, Joyce C. Petruzzelli, Kathy Rosen, Walt Rosenquist e Brian J. Svihart. Iris Anderson prestou assistência em assuntos bibliográficos. A equipe de apoio foi chefiada por Rhoda Blade-Charest e incluiu Laitan Alli, Trinidad S. Angeles e Maria Guadalupe M. Mattheisen. Clive Crook foi o editor principal.

Queremos também registrar nosso profundo reconhecimento à saudosa Pensri Kimpitaki (1945-90), ilustradora e artista gráfica do Relatório desde o seu lançamento em 1978, que não pôde participar desta edição.



Sumário

Siglas *ix*

Definições e notas sobre os dados *x*

Visão geral *1*

A pobreza hoje	1
Políticas de combate à pobreza	2
A política da pobreza	3
Amparando os pobres	4
Assistência	4
Que é possível fazer?	5
O desafio para os anos 90	6
1 Tendências divergentes na economia mundial	7
Acontecimentos recentes na economia mundial	7
O desempenho variável dos países em desenvolvimento nos anos 80	10
Perspectivas para os anos 90	16
2 Que sabemos sobre os pobres?	25
Três famílias pobres	25
Medindo a pobreza	26
Características dos pobres	30
Do diagnóstico ao tratamento	39
3 Progresso em relação à pobreza: lições para o futuro	40
Mudanças na pobreza	40
Fatores que influenciam o desempenho do país	47
Qual é a interação decisiva?	54
4 Promoção de oportunidades econômicas para os pobres	58
Modelo de crescimento e as rendas dos pobres	58
Maior participação dos pobres no crescimento	66
Amparando áreas pobres de recursos	75
Políticas para o crescimento que reduz a pobreza	77
5 Prestação de serviços sociais aos pobres	78
Políticas do setor social	78
Investir em gente	84
Serviços à disposição dos pobres	88
Lições para os próximos 10 anos	94
6 Transferências e esquemas de segurança	95
Transferências e esquemas de segurança governamentais	96

	Políticas de distribuição e de preços de alimentos	97
	Programas de emprego público	103
	Cuidando dos que não se beneficiam das políticas	106
	A função das transferências e dos esquemas de segurança	107
7	Os anos 80: choques, reações e os pobres	109
	Políticas de curto prazo e o bem-estar das famílias	109
	Política macroeconômica e pobreza	110
	Reestruturação da despesa pública e os pobres	122
	Lições para o ajuste nos anos 90	127
8	Fatores internacionais ligados à redução da pobreza	128
	Comércio exterior e pobreza	128
	Dívida e pobreza	133
	Ajuda e pobreza	134
9	Perspectivas para os pobres	145
	A pobreza no final do século	145
	Pobreza: diferenças regionais	146
	Possibilidade de ação	150
	Notas bibliográficas	151
	Apêndice estatístico	165

Indicadores do Desenvolvimento Mundial 175

Boxes

1.1	Reforma nas economias do Leste europeu	9
1.2	Política e desempenho econômico	12
1.3	Gastos militares mundiais nos anos 90	17
1.4	As perspectivas econômicas do México após o Plano Brady	21
1.5	O comércio de bananas e a Comunidade Européia, 1992	22
2.1	Como devemos medir o padrão de vida?	27
2.2	O modo pelo qual medimos a pobreza é realmente importante?	29
2.3	Perspectivas da falta de recursos em nível de aldeia	34
2.4	Entrando e saindo da pobreza na Índia rural	36
3.1	Desenvolvimento em uma aldeia javanes	42
3.2	Pobreza na África	43
3.3	A mecânica das flutuações da pobreza	48
3.4	Crescimento, salário real e pobreza: Reino Unido e EUA, 1770 a 1920	51
3.5	Coalizões políticas e os pobres	53
3.6	Interações e pobreza: um modelo de simulação simples	54
4.1	No Brasil, a política agrícola favorece os grandes agricultores	61
4.2	Desenvolvimento da infra-estrutura e renda rural em Bangladesh	62
4.3	O impacto do progresso tecnológico sobre a mulher	63
4.4	A migração rural-urbana ajuda ou prejudica os pobres?	64
4.5	Os méritos da reforma agrária seletiva: o Nordeste brasileiro	67
4.6	Sistemas de posse da terra na África subsaariana: o caso de Ruanda	68
4.7	Lições do financiamento informal na África subsaariana	69
4.8	Desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura de subsistência em Bihar	72
4.9	Irrigação com água do subsolo no Sul da Ásia: ajudando os sem-terra	73
4.10	Proteção ambiental e redução da pobreza: a experiência chinesa no platô Loess	74
5.1	Saúde adulta: assunto esquecido mas de crescente importância	82
5.2	Educação e crescimento econômico	84
5.3	Maternidade sem riscos	87
5.4	Programa comunitário de assistência médica e alimentação infantil na Colômbia	89
5.5	Mirzapur, Bangladesh: abastecimento de água, saneamento e educação sanitária	90
5.6	Búfalos do planejamento familiar e festivais de vasectomia na Tailândia	92
6.1	Antecedentes históricos da ação governamental	96

6.2	Como a ação pública chega até os pobres	97	
6.3	Ajuda aos flagelados da seca na África: intervenções na área de alimentos em Botsuana		102
6.4	Em um projeto do governo na Índia rural ...	104	
6.5	Ajuda aos flagelados da seca na África: geração de empregos pelo governo de Botsuana		105
7.1	Ajuste macroeconômico, o impacto doméstico e o papel da mulher: a experiência de uma comunidade urbana no Equador	110	
7.2	Política macroeconômica e as classes pobres do Equador: resultados de uma análise com auxílio de modelo	111	
7.3	Pobreza no Leste europeu em anos de crise	114	
7.4	Opções de política macroeconômica e distribuição de renda nas Filipinas	117	
7.5	O efeito do ajuste macroeconômico sobre agricultores na África subsaariana	119	
7.6	A economia política do ajuste	121	
7.7	Pacotes de medidas: o papel dos programas de ação social	124	
8.1	Política comercial dos países industrializados e os pobres da República Dominicana		129
8.2	Bangladesh não escapa das cotas do Acordo Multifibras	130	
8.3	O sistema generalizado de preferências: quem sai ganhando e quanto?	131	
8.4	Ajuda externa para o desenvolvimento	136	
8.5	A experiência do Banco Mundial com projetos de desenvolvimento rural	138	
8.6	A experiência do Banco Mundial com projetos de combate à pobreza urbana	139	
8.7	Pobreza e ajuda alimentar	142	

Figuras do texto

1	População e pobreza no mundo em desenvolvimento, 1985	2	
2	Pobreza no mundo em desenvolvimento, 1985 e 2000	5	
1.1	Variações em distribuição de renda e população no mundo em desenvolvimento		10
1.2	Crescimento da produção industrial da OCDE e das exportações dos países em desenvolvimento, 1970-89	13	
1.3	Desempenho das exportações reais dos países em desenvolvimento, 1980-89		13
1.4	Balança comercial como percentual do PIB em países de renda média muito endividados, 1970-89	14	
1.5	Variações nas relações de troca, por região em desenvolvimento, 1980-88		14
1.6	Taxas reais de juros, 1963-89	15	
1.7	Crescimento real <i>per capita</i> nos países em desenvolvimento nos anos 80 e valores previstos, 1990-2000	23	
2.1	Pobreza e padrão de vida médio, países desenvolvidos e em desenvolvimento	28	
2.2	Pobreza e taxas de mortalidade infantil, Índia, 1983, por zonas rural e urbana dos estados		31
2.3	Pobreza e analfabetismo na Índia, 1981	33	
2.4	Sazonalidade em Bangladesh rural: famílias pobres em seis povoados, julho de 1984 a junho de 1985	37	
3.1	Progresso e estagnação no mundo em desenvolvimento	41	
3.2	O impacto da recessão sobre indicadores sociais em países em desenvolvimento	45	
3.3	Tendências da subnutrição nos anos 80, Gana e Lesoto	46	
3.4	Desigualdade e salários, Colômbia, 1965-86	50	
3.5	Aumentando os recursos dos pobres	55	
3.6	Aumentando a renda corrente	55	
4.1	Poder aquisitivo agrícola e salários rurais	59	
4.2	Tributação direta e indireta da agricultura nos anos 70	59	
4.3	Fluxos líquidos de recursos entre o governo e o setor agrícola, Tailândia, 1964-82		60
5.1	Tendências de gastos com saúde, número de médicos e resultados em termos de saúde		80
5.2	Tendências de gastos com educação, coeficientes aluno/professor, índices líquidos de matrícula e índices de conclusão de cursos	81	
6.1	Sazonalidade e pessoas empregadas no esquema de garantia de emprego, Maharashtra, Índia	103	
7.1	Pobreza na Indonésia e na Malásia, 1984-87	113	
7.2	Investimento fixo na Indonésia e na Malásia, 1979-88	114	
7.3	Pobreza e salários no Brasil e em Costa Rica	116	
7.4	Pausa no investimento <i>versus</i> colapso do investimento	117	

7.5	Consumo e poder aquisitivo agrícola, África subsaariana e Gana	118
7.6	Relações de troca na agricultura, Nigéria e Tanzânia	120
7.7	Quem ganhou com os gastos públicos com educação? Chile, 1974-86	123
7.8	Como os programas de emprego público diminuem o desemprego: Chile, 1970-89	125
8.1	Composição das exportações de mercadorias, 1988	132
8.2	Fontes das receitas de assistência líquida para países em desenvolvimento, 1987	135

Tabelas do texto

1.1	Indicadores de desempenho da economia mundial, 1989	8
1.2	Indicadores de desempenho, por região em desenvolvimento, períodos selecionados	11
1.3	Perspectivas para os anos 90	16
1.4	Indicadores comparativos para países de renda média e baixa muito endividados	20
2.1	Quanta pobreza existe nos países em desenvolvimento? Situação em 1985	30
2.2	Pobreza nas zonas rural e urbana nos anos 80	32
2.3	Pobreza e posse da terra em Bangladesh, 1978/79	33
3.1	Vinte anos de progresso nos países em desenvolvimento	40
3.2	Variações em indicadores de pobreza selecionados	42
3.3	Mudanças na pobreza nos anos 80	44
3.4	Os serviços sociais terão chegado aos pobres dos países em desenvolvimento?	44
3.5	Diferentes experiências de países	46
3.6	Gastos no setor social como percentual do PNB	47
3.7	Pobreza, crescimento econômico e recessão	49
4.1	Protecionismo efetivo e intensidade de mão-de-obra na manufatura, Índia, 1986	64
4.2	Contribuição da atividade manufatureira para o emprego, países selecionados, 1970-80	65
4.3	Diversidade na cobertura dos programas de crédito	69
4.4	Empréstimos do Grameen Bank, por finalidade e sexo do tomador, 1985	70
5.1	Gastos com educação primária como percentual do PIB, 1985 e 2000	91
5.2	Projeções de indicadores econômicos para 2000	93
6.1	Distribuição da transferência anual de renda pelos subsídios a alimentos em geral, Egito, 1981/82	98
6.2	Distribuição da transferência mensal pelos subsídios a alimentos, Sri Lanka, 1978/79	99
6.3	Subsídios gerais e a clientela-alvo, Jamaica, 1988	100
7.1	Choques externos nos anos 80, por região	113
7.2	Alterações em variáveis básicas, Indonésia e Malásia, 1984 e 1987	114
7.3	Alterações em variáveis básicas, Brasil, 1980-87	116
7.4	Alterações em variáveis básicas, Gana, 1980-88	118
7.5	Contração fiscal e despesas sociais, África subsaariana e América Latina	122
8.1	O efeito da plena liberalização comercial em países selecionados	130
8.2	Importância relativa da assistência em países em desenvolvimento selecionados, 1987	134
8.3	Receitas de assistência <i>per capita</i> , 1988	135
9.1	Indicadores sociais, por região em desenvolvimento, 1985 e 2000	146
9.2	Pobreza no ano 2000, por região em desenvolvimento	146

Tabelas do apêndice estatístico

A.1	Aumento populacional, 1965-90, e projeção para o ano 2000	165
A.2	População e PNB <i>per capita</i> , 1980, e taxas de crescimento, 1965-89	166
A.3	População e composição do PIB, anos selecionados, 1965-89	166
A.4	PIB, 1980 e taxas de crescimento, 1965-89	167
A.5	Composição do PIB, anos selecionados, 1965-88	168
A.6	Taxas de crescimento setorial, 1965-89	168
A.7	Consumo, investimento e poupança, anos selecionados, 1965-88	169
A.8	Crescimento do volume das exportações, 1965-88	170
A.9	Variação de preços de exportação e relações comerciais, 1965-88	171
A.10	Crescimento da dívida de longo prazo das economias de renda média e baixa, 1970-89	172
A.11	Investimento, poupança e saldo em conta corrente antes de transferências oficiais, 1965-88	173
A.12	Composição da dívida pendente, 1970-88	174



Siglas

AELC	Associação Européia de Livre Comércio	OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República Federal da Alemanha, Suécia, Suíça e Turquia)
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento	OMS	Organização Mundial da Saúde
AOD	Assistência oficial ao desenvolvimento	ONG	Organização não-governamental
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	ONU	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE	OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Arábia Saudita, Argélia, Catar, Equador, Gabão, Indonésia, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, República Islâmica do Irã, União dos Emirados Árabes e Venezuela)
CAEM	Conselho de Assistência Econômica Mútua (Bulgária, Hungria, Polónia, República Democrática Alemã, Romênia, Tchecoslováquia e URSS)	OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
CE	Comunidade Européia (Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e República Federal da Alemanha)	PAI	Programa Amplo de Imunização
CEE	Comissão Econômica Européia	PIB	Produto interno bruto
CESAP	Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico	PMA	Programa Mundial de Alimentos
CFI	Corporação Financeira Internacional	PNB	Produto nacional bruto
DCT	Difteria, coqueluche e tétano (vacina)	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Eurostat	Escritório Europeu de Estatística	PPC	Paridade de poder de compra
FAO	Organização para a Alimentação e a Agricultura	SGE	Sistema de Garantia de Emprego (estado de Maharashtra, Índia)
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	SGP	Sistema generalizado de preferências
FMI	Fundo Monetário Internacional	Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
G-7	Grupo dos Sete (Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Reino Unido e República Federal da Alemanha)	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio	USAID	Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional
ICRISAT	Instituto Internacional de Pesquisas sobre Cultivos nos Trópicos Semi-áridos	ZPE	Zona de processamento de exportações
IIPPA	Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Alimentar		
LIBOR	Taxa de oferta interbancária de Londres		



Definições e notas sobre os dados

Termos demográficos

- *Taxa de fecundidade total.* Número médio de filhos que nasceriam vivos de uma mulher durante sua vida se ela procriasse a cada idade segundo as taxas de fecundidade vigentes para cada idade específica.

- *Taxa de mortalidade infantil.* Probabilidade de morte entre o nascimento e um ano de idade, por mil nascimentos.

- *Taxa de mortalidade abaixo dos cinco.* Probabilidade de morte entre o nascimento e cinco anos de idade, por mil nascimentos.

- *Expectativa de vida ao nascer.* Número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de mortalidade à época de seu nascimento mantivessem-se constantes durante toda a sua vida.

- *Índice líquido de matrícula no primário.* Número de crianças entre seis e 11 anos matriculadas no primário como percentual da população de seis a 11 anos, ajustado pela estrutura etária de cada país para a escola primária.

Grupos de países

Para fins operacionais e analíticos, o Banco Mundial classifica as economias segundo seu produto nacional bruto (PNB) *per capita*. (Outros organismos internacionais adotam classificações diferentes para os países em desenvolvimento; uma tabela com essas classificações foi incluída no *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1989*.)

A classificação dos países foi revista na edição de 1989 do *Relatório sobre o desenvolvimento mundial* e em seu anexo estatístico, os Indicadores do Desenvolvimento Mundial. As principais alterações foram: a) supressão do grupo "economias em desenvolvimento", mantendo-se as referências aos

grupos específicos de renda *economias de renda baixa e média*; b) classificação de todas as economias com PNB *per capita* igual ou superior a US\$6.000 como *economias de alta renda*, e c) eliminação dos subgrupos "exportadores de petróleo" e "exportadores de manufaturados" do grupo "economias em desenvolvimento". Além dessas alterações, os "exportadores de petróleo de alta renda" já não constituem um grupo em separado; as "economias industriais" passaram a denominar-se *membros da OCDE*, um subgrupo da nova categoria *economias de alta renda*; e foram acrescentados um novo agregado, *total de economias informantes*, e sua subcategoria, *exportadores de petróleo*. Como nas edições anteriores, este Relatório se vale das estimativas mais recentes de PNB *per capita* para classificar os países. A composição de países em cada grupo de renda pode, portanto, variar de uma edição para outra. Uma vez determinada a classificação para uma edição, todos os dados históricos fornecidos baseiam-se no mesmo agrupamento de países. Os grupos de países adotados neste Relatório são assim definidos.

- *Economias de baixa renda* são aquelas com PNB *per capita* igual ou inferior a US\$545 em 1988.

- *Economias de renda média* são aquelas com PNB *per capita* superior a US\$545, mas inferior a US\$6.000 em 1988. Este grupo divide-se ainda em economias de renda média baixa e economias de renda média alta, a um PNB *per capita* de US\$2.200 em 1988.

- *Economias de alta renda* são aquelas com PNB *per capita* igual ou superior a US\$6.000 em 1988.

O *Relatório sobre o desenvolvimento mundial* sempre adotou um nível específico de PNB *per capita* para distinguir as economias de baixa renda das economias de renda média, mas, nas edições anteriores a 1989, a linha divisória entre os grupos de

renda média e de alta renda era ambígua. As economias industriais de mercado e os exportadores de petróleo de alta renda eram apresentados separadamente, mas algumas economias permaneceram no grupo de renda média, apesar de seu PNB *per capita* ser superior ao de alguns países classificados como de alta renda. O limite de US\$6.000 adotado para as economias de alta renda elimina essa anomalia.

As economias de renda média e de baixa renda são por vezes chamadas de economias em desenvolvimento. O uso do termo é conveniente; não se pretende com isso dizer que todas as economias desse grupo estejam em estágios semelhantes de desenvolvimento ou que as demais tenham atingido um estágio superior ou final. A classificação por renda não reflete necessariamente o nível de desenvolvimento. (Como na edição anterior dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial, as economias de alta renda classificadas pelas Nações Unidas ou tidas por suas autoridades como em desenvolvimento são identificadas pelo símbolo †.) O uso do termo “países” com relação às economias não implica opinião do Banco sobre o *status* legal ou de qualquer outro tipo de um território.

• *Não-membros e não-informantes* são Albânia, Bulgária, Cuba, Mongólia, Namíbia, República Democrática Alemã, República Democrática Popular da Coreia, Tchecoslováquia e URSS. As tabelas principais dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial só apresentam dados globais para este grupo, mas o Box A.2 contém informações de indicadores-chave sobre cada um desses países.

Grupos analíticos

Para fins analíticos, utilizaram-se também outras classificações sobrepostas, baseadas predominantemente nas exportações ou na dívida externa, além dos agrupamentos geográficos dos países. A seguir estão arroladas as economias incluídas nesses grupos e que têm mais de 1 milhão de habitantes. Os países com menos de 1 milhão de habitantes, apesar de não figurarem em separado, estão incluídos nos totais de grupo.

• *Exportadores de petróleo* são países cujas exportações de petróleo e gás, inclusive reexportações, representam pelo menos 30% das exportações de mercadorias. São eles: Arábia Saudita, Argélia, Barein, Brunei, Camarões, Catar, Equador, Gabão, Indonésia, Iraque, Kuwait, Líbia, México, Nigéria, Noruega, Omã, República Árabe do Egito, República Árabe da Síria, República Islâmica do Irã,

República Popular do Congo, Trinidad e Tobago, União dos Emirados Árabes e Venezuela.

• *Países de renda média muito endividados* (abreviado para “Muito endividados” nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial) são os 19 países que tiveram sérias dificuldades com o serviço da dívida: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa do Marfim, Costa Rica, Equador, Filipinas, Honduras, Hungria, Marrocos, México, Nicarágua, Peru, Polônia, República Popular do Congo, Senegal, Uruguai e Venezuela. A edição de 1989 utilizou a categoria “17 países muito endividados”, que não incluía Honduras, Hungria, Nicarágua, Polônia, República Popular do Congo e Senegal, e incluía Colômbia, Iugoslávia, Jamaica e Nigéria.

• *Membros da OCDE*, subgrupo das economias de alta renda, são os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, salvo Grécia, Portugal e Turquia, incluídos nas economias de renda média.

Regiões geográficas (economias de renda média e de baixa renda)

• *África subsaariana* compreende todos os países ao sul do Saara, exceto a África do Sul.

• *Europa, Oriente Médio e Norte da África* compreendem oito países europeus — Chipre, Grécia, Hungria, Iugoslávia, Malta, Polônia, Portugal e Romênia —, todas as economias do norte da África e do Oriente Médio, e Afeganistão. Em algumas análises do *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*, agrupou-se em separado o Leste europeu e o Oriente Médio e Norte da África (ou Oriente Médio, Norte da África e outros da Europa, dependendo da base de dados utilizada). O Leste europeu compreende as antigas economias de planejamento centralizado do grupo (Hungria, Iugoslávia, Polônia e Romênia).

• *Leste asiático* compreende todas as economias de renda média e de baixa renda do leste e sudeste da Ásia e do Pacífico, a leste de (e incluindo) China e Tailândia.

• *Sul da Ásia* compreende Bangladesh, Butão, Índia, Myanmar (antiga Birmânia), Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

• *América Latina e Caribe* compreende todos os países das Américas e do Caribe situados ao sul dos EUA.

Notas sobre os dados

• *Toneladas* são toneladas métricas, equivalentes a 1.000 quilos ou 2.204,6 libras-peso.

- *Dólares* são dólares norte-americanos correntes, salvo indicação em contrário.

- As *taxas de crescimento* baseiam-se em dados a preços constantes e, salvo indicação em contrário, foram calculadas pelo método dos mínimos quadrados. Para maiores detalhes sobre esse método, ver as notas técnicas dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

- *O sinal . .* nas tabelas significa "não-disponível".

- *O sinal —* nas tabelas significa "não se aplica".

- *O número 0 ou 0,0* nas tabelas significa zero ou uma quantidade inferior à metade da unidade indicada e não conhecida com mais precisão.

Todas as tabelas e figuras baseiam-se em dados do Banco Mundial, salvo indicação em contrário.

A data-limite para todos os dados dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial é 30 de abril de 1990.

Nas fontes secundárias, nem sempre se dispõe de dados posteriores a 1987. Os dados históricos deste Relatório podem diferir dos apresentados em outras edições devido à constante atualização, à medida que se dispõe de dados mais precisos, e a novas técnicas de agregação de grupo, cuja cobertura de países é mais ampla que a das edições anteriores.

Os termos econômicos e demográficos estão definidos nas notas técnicas dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial.



Visão geral

Foi enorme o progresso econômico do mundo em desenvolvimento nos últimos 30 anos, o que se evidencia principalmente na tendência de crescimento das rendas e do consumo: o consumo *per capita* no mundo em desenvolvimento cresceu quase 70% entre 1965 e 1985. O quadro se confirma por outras medidas do bem-estar, que também melhoraram muito — expectativa de vida, mortalidade infantil, educação. Tanto da perspectiva da renda e do consumo quanto da perspectiva dos indicadores sociais, o avanço dos países em desenvolvimento é muito mais acelerado que o dos países hoje desenvolvidos em estágios semelhantes.

O fato de tanto ter sido feito torna ainda mais espantoso — e sobretudo vergonhoso — que mais de 1 bilhão de habitantes do mundo em desenvolvimento vivam na pobreza. É este o número de pessoas que na estimativa do *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990* lutam para sobreviver ganhando menos de US\$370 por ano. É bom que as rendas médias se elevem, mas é preciso estar sempre atento à pobreza, fardo pesado e constante.

Vale o mesmo para medidas mais abrangentes de bem-estar. Na África subsaariana, a expectativa de vida é de apenas 50 anos; no Japão, é de quase 80. No Sul da Ásia, de cada mil crianças menores de cinco anos, morrem mais de 170; na Suécia, menos de 10. No mundo em desenvolvimento, mais de 110 milhões de crianças sequer têm acesso à educação primária; nos países industrializados, seria inaceitável a não universalidade das matrículas. A violência de tais contrastes atesta o constante ônus da carência.

O presente Relatório trata da pobreza no mundo

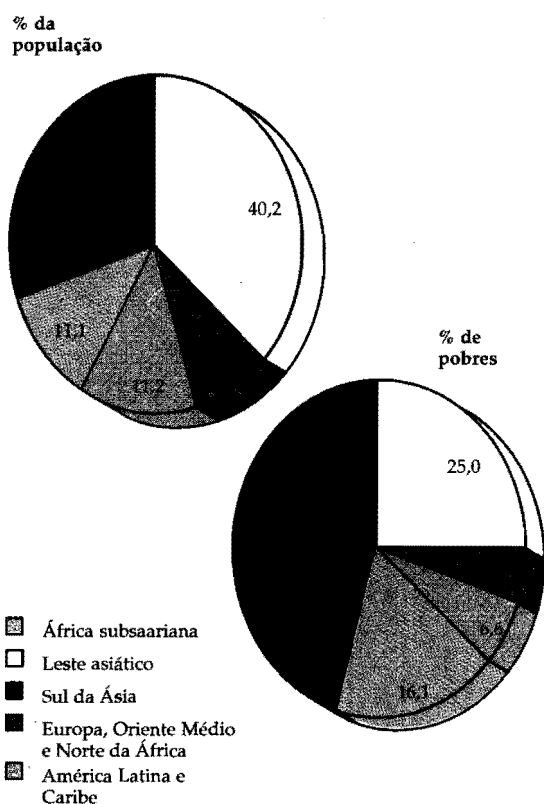
em desenvolvimento — ou seja, trata dos pobres mais pobres do mundo. Busca, em primeiro lugar, medir qualitativa e quantitativamente a pobreza. Tenta, a seguir, aprender com a experiência de países que conseguiram reduzir a pobreza. E se encerra com uma pergunta que é também um desafio: quanto seria possível fazer, caso os governos de países pobres e de países ricos se dedicassem a combater a pobreza, nesta última década do século XX?

A pobreza hoje

Nos países que se beneficiaram do progresso econômico global verificado desde os anos 60, a pobreza diminuiu e aumentaram até as rendas das pessoas que continuaram pobres. A mudança, em certos casos, foi drástica. Na Indonésia, por exemplo, em menos de uma geração, nos anos 70 e 80, a incidência de pobreza caiu de 60% da população para menos de 20%. De acordo com vários indicadores sociais, alguns países em desenvolvimento aproximam-se dos padrões do mundo desenvolvido. Na China, onde vive a quarta parte da população do mundo em desenvolvimento, em 1985 a expectativa de vida já era de 69 anos. Muitos países, porém, tiveram desempenho econômico menos bom, e o número de seus pobres decresceu mais lentamente. Em lugares de rápido aumento populacional, como a África subsaariana, o consumo *per capita* estagnou e o número de pobres aumentou.

Nos anos 80 — às vezes chamados de “década perdida” para os pobres —, a tendência global ao progresso não foi de fato alterada. As rendas da maioria dos pobres do mundo continuaram ele-

Figura 1 População e pobreza no mundo em desenvolvimento, 1985



vando-se, assim como continuaram a melhorar indicadores sociais como mortalidade infantil abaixo dos cinco, índices de matrícula no primário, e outros. Os problemas nos anos 80 afetaram principalmente algumas regiões. Em várias áreas da África subsaariana e da América Latina, as rendas caíram ao longo da década e a incidência de pobreza aumentou — embora os indicadores sociais se mostrem um pouco melhores, pelo menos na América Latina.

O ônus da pobreza não se distribuiu equitativamente entre as regiões do mundo em desenvolvimento, entre os países situados nessas regiões e entre as regiões desses países. Cerca de metade dos pobres do mundo vive no Sul da Ásia — área onde habitam aproximadamente 30% da população mundial (Figura 1). Cabe à África subsaariana uma parcela menor, mas ainda assim desproporcional, da pobreza do mundo. Tanto nas regiões como nos países, os pobres costumam concentrar-se em certos locais: em áreas rurais de elevada

densidade populacional, como a planície do Ganges, na Índia, e a ilha de Java, na Indonésia, ou então em áreas com poucos recursos, como os altiplanos andinos e o Sahel. É comum estarem interligados problemas de pobreza, população e meio ambiente: os padrões seguidos pelo desenvolvimento e a pressão de uma rápida expansão populacional fazem com que muitos pobres vivam em áreas onde é seriíssima a deterioração ambiental.

Certos grupos sofrem de modo mais acentuado o ônus da pobreza. As mulheres costumam ser mais prejudicadas. Nas famílias pobres, sua carga de trabalho não raro é maior que a dos homens, seu nível de instrução é inferior e é menor seu acesso a atividades remuneradas. Também as crianças sofrem desproporcionalmente, e a qualidade de vida que terão no futuro é afetada por deficiências de nutrição, de tratamento médico e de educação. No caso das meninas, mais ainda: o índice de matrículas de meninas no primário é inferior a 50% em vários países africanos. A incidência de pobreza costuma ser alta entre minorias e grupos étnicos como os povos indígenas da Bolívia, do Equador, da Guatemala, do México e do Peru, e também nas castas indianas.

Em muitos casos — não em todos — associam-se às baixas rendas outras formas de carência. No México, por exemplo, a expectativa de vida para o decil populacional mais pobre é de 20 anos menos do que para o decil populacional mais rico. Na Costa do Marfim, o índice de matrícula no primário do quinto populacional mais pobre é 50% inferior ao do quinto populacional mais rico. As médias nacionais e regionais, não raro bastante ruins, mascaram os níveis espantosamente baixos de expectativa de vida e de instrução para os membros mais pobres da sociedade.

Políticas de combate à pobreza

Nos anos 50 e 60, muita gente considerou ser o crescimento o melhor meio de reduzir a pobreza e elevar a qualidade de vida. A Comissão Indiana de Planejamento, por exemplo, via no crescimento acelerado o principal instrumento para atingir esse objetivo. Nos anos 70, passou-se a atentar especificamente para prestação de serviços de saúde, nutrição e educação, vistos como questões de política pública. O *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1980*, com base nos indícios então disponíveis, sustentou que melhorar a saúde, a educação e a nutrição dos pobres era algo não só intrin-

secamente importante, mas também um meio de estimular o aumento das rendas, inclusive dos pobres.

Nos anos 80, a ênfase voltou a mudar. Os países — na África subsaariana e na América Latina, sobretudo — lutavam para ajustar-se, após a recessão global. Aumentou a contenção da despesa pública. Em muitos países, além disso, começou a ser questionada a eficácia das políticas públicas, em especial aquelas cujo alvo eram os pobres. É neste contexto que o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990* volta agora a examinar a possibilidade de as políticas contribuírem para a redução da pobreza, e examina também as perspectivas que têm os pobres nos anos 90.

Como sugerem dados apresentados neste Relatório, foi possível combater a pobreza de modo rápido e politicamente sustentável mediante uma estratégia composta por dois elementos de igual importância. Um deles é a utilização produtiva do bem de que os pobres mais dispõem — o trabalho. Para tanto, é preciso que as políticas de incentivos de mercado, de instituições políticas e sociais, de infra-estrutura e de tecnologia se adaptem para o combate à pobreza. O outro elemento é a prestação de serviços sociais básicos aos pobres — em especial atendimento médico, planejamento familiar, nutrição e educação primária.

Os elementos influenciam-se mutuamente; não basta apenas um, sem o outro. Em certos países, como Brasil e Paquistão, o crescimento elevou as rendas dos pobres, mas se deu muito pouca atenção aos serviços sociais. Por isso, a mortalidade infantil permanece muito alta, e muito baixo o índice de matrícula no primário; os pobres poderiam estar em condições melhores para aproveitar as oportunidades econômicas. Já em outros países, há muito tempo se valoriza a prestação de serviços sociais, mas o crescimento foi muito lento. O Sri Lanka mostra excelentes índices de matrícula no primário e de mortalidade infantil abaixo dos cinco, mas a falta de oportunidades econômicas impediu que se elevassem as rendas dos pobres.

Nos países que adotaram ambos os elementos da estratégia, o progresso foi maior. A utilização produtiva da mão-de-obra deu oportunidades aos pobres, e o investimento em saúde e educação permitiu-lhes aproveitarem plenamente as oportunidades criadas. Foi este o método adotado na Indonésia e na Malaísia, onde por isso mesmo não só a pobreza diminuiu muito, como também houve rápidos progressos na nutrição, na mortalidade infantil abaixo dos cinco e no índice de matrícula

no primário.

Contudo, mesmo que seja adotada essa estratégia, continuarão vivendo em condições de penúria muitos dos pobres do mundo — os doentes, os idosos e os que habitam áreas com poucos recursos. Muitos outros pobres enfrentarão períodos mais difíceis devido a variações sazonais de renda, perda do arrimo de família, escassez ou choques macroeconômicos adversos. Portanto, um método abrangente para reduzir a pobreza deveria englobar um programa de transferências e de esquemas de segurança visando a grupos específicos, como complemento essencial à estratégia básica.

Ao longo dos anos 80, vários países em desenvolvimento se viram a braços com crises macroeconômicas, o que trouxe à baila uma preocupação básica: a necessidade de se formular políticas de ajuste que dessem a devida importância às necessidades dos pobres. Foi inevitável um período de ajuste macroeconômico penoso em muitos países em desenvolvimento. A prazo mais longo, a estratégia de dois elementos mostra perfeita coerência com a reestruturação econômica ligada ao ajuste. A curto prazo, porém, muitos pobres ficam em situação de risco. Durante o período de transição, é possível proteger os pobres por meio de uma combinação criteriosa de políticas macroeconômicas (como por exemplo reformas nas políticas de preços de modo a beneficiar os agricultores pobres) e de medidas que atenuem o declínio do consumo privado. A experiência mostra que é possível direcionar a despesa pública em favor dos pobres, mesmo dentro de um contexto geral de disciplina fiscal, e é possível também definir com mais precisão as clientelas-alvo das transferências. Também é possível utilizar maiores fluxos de capital para que o ajuste tenha impacto menor sobre os pobres.

A política da pobreza

É importante o contexto de instituições políticas e econômicas, porque as políticas para reduzir a pobreza incluem uma compensação. Mas não, essencialmente, uma compensação entre crescimento e redução de pobreza. A busca de rumos desenvolvimentistas, eficientes e mão-de-obra intensivos, assim como o investimento maior no capital humano dos pobres são coerentes com um crescimento mais rápido a longo prazo; mais ainda: contribuem para ele. Fazem com que se destine aos pobres uma parcela maior de renda e da des-

pesa pública, e por isto a principal compensação, sobretudo a curto prazo, se dá entre os interesses dos pobres e dos que não são pobres. Assim, há mais probabilidades de que a estratégia de dois elementos seja adotada em países onde os pobres participam das decisões políticas e econômicas.

É possível tal estratégia se revelar mais exequível do que outras, apesar de conter uma compensação, sensível em termos políticos, entre pobres e não-pobres. Há exemplos de reforma agrária em larga escala que foram bem-sucedidos. No Japão e na República da Coreia, por exemplo, tal reforma foi fundamental para reduzir a pobreza rural e deu base para as outras políticas preconizadas neste Relatório. A reforma agrária, caso seja possível, precisa ser muito bem apoiada. Há grandes obstáculos políticos a tal reforma. Há boas possibilidades de que tenha sucesso, na maioria dos países, a estratégia de dois elementos aqui traçada, que vê nos investimentos em educação a melhor maneira de aumentar os bens dos pobres.

Amparando os pobres

Mesmo que o ajuste macroeconômico não seja fundamental, a estratégia requer aumentos em certas categorias de gastos públicos que beneficiam especificamente os pobres. Sendo esses aumentos possíveis — e portanto sustentáveis —, podem ser eficazes em termos de custos. Porém, como demonstram experiências posteriores aos anos 70, nem sempre é fácil beneficiar os pobres por meio de programas destinados a clientelas específicas. Nesse campo, foi importante a contribuição das organizações não-governamentais. Um bom método, talvez, são os programas que induzem à auto-seleção, uma vez que excluem os não-pobres porque oferecem benefícios que interessam apenas aos pobres. Programas de emprego público que pagam salários baixos têm constituído em certas regiões do Sul da Ásia um eficaz esquema de segurança para os pobres, especialmente no tocante a evitar a fome. A experiência chilena leva a crer que tais programas são úteis também em épocas de recessão.

Para as intervenções terem eficácia em termos de custos, é preciso que além de visarem a clientelas-alvo bem definidas, consigam atender bem às necessidades específicas dos pobres. Isto significa, entre outras coisas, adotar tecnologias adequadas ao contexto incerto da pequena agricultura, formular mecanismos creditícios que atendam aos pequenos mutuários, e aliar programas de alimen-

tação para grupos muitos vulneráveis com instrução nos campos da saúde e da nutrição. Em geral, os programas que tiveram êxito preocuparam-se com os pobres tanto na fase de formulação quanto ao serem implementados.

No combate à pobreza, podem ser importantíssimos os gastos públicos bem planejados e destinados a clientelas bem definidas. Mas ainda que sejam eficazes em termos de custos, esses programas não substituem o esforço para harmonizar as políticas econômicas mais abrangentes às necessidades dos pobres. Basicamente, combater a pobreza não compete a projetos que se concentrem em objetivos muito limitados, por mais essenciais que sejam esses projetos. Combater a pobreza compete às políticas econômicas em geral.

Assistência

A assistência tem sido um meio eficaz de reduzir a pobreza — nem sempre, porém. Por vezes, os objetivos dos doadores são outros. Em 1988, cerca de 41% da ajuda externa destinaram-se a países de renda média e alta, e isto em grande parte por razões políticas. E mesmo em casos onde a ajuda destinou-se aos pobres, houve por vezes resultados desalentadores — sobretudo em países cujo contexto geral de políticas não propiciava a redução da pobreza.

O mundo se encontra num momento delicado: desaparecem rapidamente as tensões geopolíticas que prevaleciam desde a II Guerra Mundial. Apresenta-se, portanto, uma oportunidade ideal para cortes nos gastos militares e incremento da assistência internacional. Se os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte cortassem apenas 10% de seus gastos militares, seria possível dobrar a assistência. Passaria a haver recursos, mas pouco poderia ser feito caso esses recursos não fossem utilizados de modo eficaz.

A análise apresentada neste Relatório dá a base para uma melhor estratégia de assistência. A ajuda externa deveria vincular-se mais estreitamente aos esforços que os futuros beneficiários se mostrassem dispostos a fazer para reduzir a pobreza. Este princípio já está presente nos critérios adotados pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) para a alocação de recursos. Mantido este princípio, os países empenhados na estratégia de dois elementos seriam aqueles a receber mais assistência. Reafirma-se assim a convicção de que a ajuda só funciona bem quando é acompanhada de uma boa estratégia desenvolvimentista.

Nos países cujas políticas (de preços e de despesa pública, por exemplo) não se fazem acompanhar do empenho pela redução da pobreza, os recursos externos traduzem-se em muito menos realizações. E são muitos os pobres, em países assim. Na verdade, é exatamente nesses países que a pobreza vem se agravando. São os casos que requererão avaliações extremamente difíceis. O mais adequado seria talvez conceder recursos assistenciais moderados aos grupos de grande vulnerabilidade. Em tais circunstâncias, o melhor seria a assistência custear clínicas que atendessem aos pobres, programas de vacinação infantil e programas nutricionais para clientela-alvo.

Entre um e outro extremos, encontram-se muitos países que requereriam quantias moderadas de assistência. São necessárias avaliações criteriosas para definir a melhor maneira de utilizar a assistência e de fazer com que as políticas atendam melhor às necessidades dos pobres.

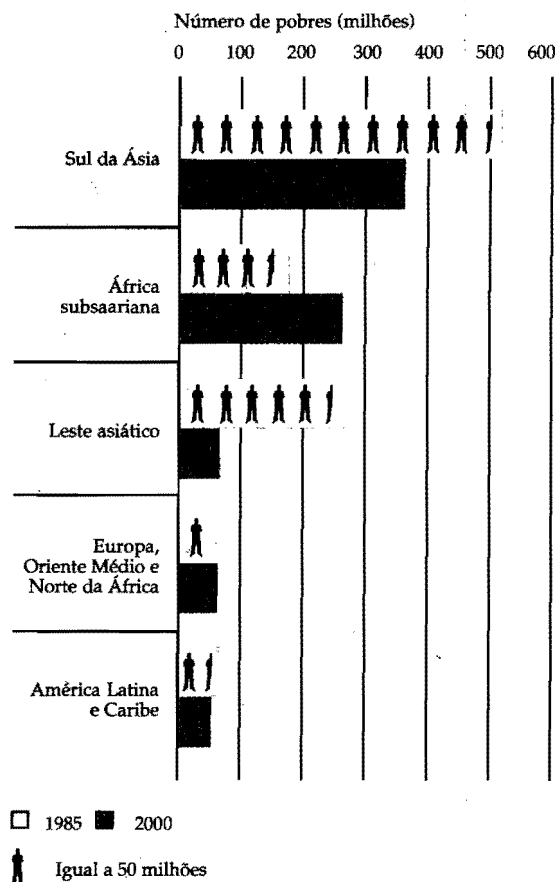
Em suas operações, o Banco Mundial certamente leva em conta esses princípios, cuja aplicação deveria também ser considerada por toda a comunidade que presta assistência. Se os doadores bilaterais, as organizações não-governamentais e as agências multinacionais adotassem e pusessem em prática a estratégia assistencial aqui proposta, se poderia conseguir uma eficácia muito maior.

Que é possível fazer?

Segundo projeções deste Relatório, se nos próximos 10 anos os países industrializados crescerem cerca de 3% ao ano (o que é a tendência histórica) e se houver nos fluxos reais de assistência um crescimento similar, as rendas *per capita* dos países em desenvolvimento crescerão entre 5,1% ao ano no Leste asiático e 0,5% ao ano na África subsaariana. Caso passe a ser mais adotada a estratégia que o Relatório preconiza, é possível que no mundo em desenvolvimento — levando em conta êxitos e fracassos — o número de pobres diminua em mais de 300 milhões até o final do século. Havendo maiores esforços para reduzir a pobreza, o progresso será ainda maior.

Neste resultado relativamente favorável ocultam-se grandes diferenças entre regiões (Figura 2). O número dos que vivem na pobreza poderia ter no Leste asiático a queda mais acentuada. A situação poderia melhorar muito no Sul da Ásia, um pouco na América Latina e Caribe, e bem pouco na Europa em desenvolvimento, Oriente Médio e Norte da África. O lento crescimento

Figura 2 Pobreza no mundo em desenvolvimento, 1985 e 2000



econômico e o rápido aumento populacional da África subsaariana fariam aumentar em quase 100 milhões o número de pobres, enquanto em outros pontos do mundo em desenvolvimento haveria neste número uma redução de 400 milhões. No final do século, viverão na África subsaariana mais de 30% dos pobres do mundo em desenvolvimento; em 1985, viviam lá 16% deste total.

Espera-se que continuem a melhorar outros aspectos do padrão de vida. Em 2000, a mortalidade infantil abaixo dos cinco ficará entre cerca de 30 mortes por mil no Leste asiático e 135 (número ainda elevado) por mil na África subsaariana. A maioria das regiões terá condições de oferecer matrícula universal no curso primário, tendo de para isto, no máximo, aumentar um pouco a parcela do produto interno bruto (PIB) alocada a

este fim. Mais uma vez se constitui exceção a África subsaariana, que só poderá oferecer matrícula universal em 2000 se dispender para este fim mais de 2,5% do PIB, e não menos de 1,5%, como hoje dispense.

Na Ásia, os avanços dependem muitíssimo do que ocorrer na China e na Índia. Se a reforma econômica chinesa não der certo e se a Índia não conseguir manter o impulso que tomou recentemente, talvez haja muito menos possibilidades de a pobreza se reduzir. Outras projeções, feitas com base em crescimento mais lento e políticas menos favoráveis aos pobres, apontam para um crescimento de 150 milhões no número de pobres, sobretudo na Índia.

Quanto à África subsaariana, infelizmente não pode haver dúvidas. A simples manutenção do número de pobres no nível de 1985 exigirá enormes esforços: que o PIB cresça 5,5% ao ano, que a indústria seja radicalmente reestruturada, que haja mais incentivos e tecnologia para a agricultura, que mais recursos sejam alocados à educação primária, ao atendimento médico, à nutrição e ao planejamento familiar. Nada disto será possível se os governos não intensificarem seu empenho pela reforma e se os doadores não concederem mais assistência.

Uma possível conjunção de crescimento mais lento nos países industrializados, de taxas de juros mais altas e de um crescimento inferior ao esperado nas relações de troca, como ocorreu nos anos 80,

tornará ainda mais difícil reduzir a pobreza. Nesse caso, serão ainda mais patentes as diferenças de crescimento em cada região. No Leste e no Sul da Ásia — as regiões onde é maior o número de pobres — o progresso não será muito afetado; mas na América Latina o retrocesso será grave, e a situação da África subsaariana, já intolerável, irá piorar ainda mais.

O desafio para os anos 90

Nada poderia ser mais prioritário para as autoridades mundiais do que a redução da pobreza. Na última década do século XX, este problema tem ainda dimensões alarmantes. Apesar das dificuldades, especialmente assustadoras na África subsaariana, dispomos de meios para reduzir a pobreza. Sustenta este Relatório que não só se conhecem os principais elementos de uma estratégia eficaz, como também seria possível, com pouco ônus para os países industrializados, obter os recursos externos necessários ao custeio dessa estratégia. Sempre que os países em desenvolvimento estiverem empenhados em reduzir a pobreza, a resposta dos países industrializados deveria traduzir-se em mais assistência.

Já seria muito impedir que aumente o número de pobres na África e reduzir este número em cerca de 400 milhões (em comparação com 1985) em outras regiões. Meta ambiciosa, mas que pode ser atingida até o final do século.



Tendências divergentes na economia mundial

Se voltarmos os olhos para os anos 80, veremos que grande parte do mundo pode se considerar afortunada. Um após outro surgiram grandes perigos, apenas para desaparecerem sem graves repercussões. A crise internacional da dívida já não ameaça a integridade do sistema financeiro mundial; a recessão dos primeiros anos 80, que alçou o desemprego na Europa a níveis recordes, cedeu lugar a uma das mais longas expansões em tempos de paz deste século; o craque do mercado acionário de outubro de 1987 não chegou a provocar uma segunda Grande Depressão. Foi um período turbulento, é bem verdade, mas apesar de todos os temores expressos na época, foi uma década de desastres que nunca ocorreram. Sintomaticamente, encerrou-se com mudanças importantes em vários países do Leste europeu — mudanças que marcam o início de uma era nova e singularmente promissora na história do mundo.

Contudo, milhões de pessoas, entre as mais vulneráveis do mundo, devem ter uma visão bem mais sombria dos últimos 10 anos. Muitos países em desenvolvimento não deixaram apenas de acompanhar o passo dos países industrializados; viram suas rendas caírem em termos absolutos. O padrão de vida de milhões de latino-americanos é hoje inferior ao do início dos anos 70. Na maioria da África subsaariana, o padrão de vida caiu a níveis vistos pela última vez nos anos 60. Tais fatos, por mais extraordinários que pareçam, ainda não chegam a descrever a situação penosa dos muito pobres, cujas vidas ficaram estioladas mesmo enquanto as rendas de outras regiões do mundo em desenvolvimento subiam. Para muitos dos pobres do mundo, os anos 80 foram uma “década perdida” — um verdadeiro desastre.

Este Relatório trata dos pobres. Ocupa-se, portanto, da questão fundamental no desenvolvimento econômico: a erradicação da pobreza no mundo. Os próximos capítulos enfocarão com maior profundidade algumas políticas promissoras para reduzir a pobreza. Como em relatórios anteriores, porém, este primeiro capítulo começa examinando os acontecimentos recentes na economia mundial e as perspectivas para os anos 90. Do mesmo modo que a conjuntura externa dos últimos anos explica em parte o desempenho decepcionante de muitos países em desenvolvimento, também o panorama econômico descreve os alicerces sobre os quais deverão se assentar os esforços futuros de combate à pobreza. Será bem mais fácil reduzir a pobreza partindo de uma base de inflação baixa, taxas de juros reais mais baixas e comércio exterior aberto do que se prevalecerem preços flutuantes, taxas de juros reais altas e comércio exterior limitado. Como sempre, o progresso nos países em desenvolvimento está estreitamente ligado às políticas dos países industrializados.

Acontecimentos recentes na economia mundial

A década de 80 acabou bem para os países industrializados — com crescimento de moderado a alto, produção igual ou próxima à potencialidade, desemprego bem abaixo dos níveis do início da década, inflação sob controle e comércio mundial em forte expansão. Nos principais países industrializados, o crescimento da produtividade se acelerou no fim dos anos 80 e o investimento cresceu quase duas vezes mais rápido que o PIB. A inflação continuou preocupando, mas as políticas monetárias restritivas parecem ter contido as pres-

Tabela 1.1 Indicadores de desempenho da economia mundial, 1989

Grupo e região	Crescimento real do PIB		Crescimento do volume de exportações		Investimento interno bruto/PIB ^a	
	1980-89	1989	1980-89	1989	1980-89	1989
Países industrializados	3,0	3,6	4,8	7,6	20,9	21,5
Países em desenvolvimento	4,3	3,3	6,1	8,1	24,3	24,6
África subsaariana	1,0	3,5	0,0	10,1	16,1	15,2
Leste asiático	8,4	5,1	14,7	8,1	30,0	30,7
Sul da Ásia	5,5	4,8	6,1	9,6	22,3	21,4
Leste europeu ^b	1,4	0,0	3,8	2,0	29,4	24,8
Oriente Médio, Norte da África e outros da Europa	2,9	2,5	6,4 ^b	1,4 ^b	25,9	24,1
América Latina e Caribe	1,6	1,5	4,9	4,4	20,1	20,6

a. Os dados para 1989 são preliminares.

b. Estimativas.

sões. Os preços das *commodities* mantiveram-se razoavelmente estáveis, embora as cotações do petróleo tenham subido em média 20% acima do nível de 1988.

Apesar de um crescimento salutar de 3,6% nos países industrializados, foi lenta a redução dos desequilíbrios externos. Os EUA terminaram o ano com um déficit em conta corrente de US\$106 bilhões, inferior em US\$20 bilhões ao do ano anterior. O superávit de conta corrente japonês caiu mais de 25%, para US\$58 bilhões, mas, na República Federal da Alemanha, o superávit aumentou mais de 14%, atingindo US\$56 bilhões e se aproximando do Japão pela primeira vez na história recente. Embora tenham diminuído as preocupações acerca da disposição dos mercados de capitais de financiar o déficit norte-americano em conta corrente, a poupança nos EUA e em outros países industrializados permanece baixa. Em consequência, essas economias continuam a absorver uma grande parcela da oferta global de capital, o que, por sua vez, contribui para as altas taxas de juros mundiais.

Em 1989, o crescimento dos países em desenvolvimento desacelerou para 3,3% contra uma média para a década de 4,3% (Tabela 1.1). O crescimento foi mais vigoroso no Sul da Ásia e no Leste asiático — regiões que concentram o maior número de pobres do mundo — embora tenha sido mais lento em ambos os casos do que a média para os últimos anos. Apesar do bom desempenho das exportações, o crescimento do Sul da Ásia caiu de 9% em 1988 para 4,8%. As rendas no Leste asiático subiram salutares 5,1%, mas isso após uma alta de 10% em 1988. O crescimento da China caiu para 3,9%, menos da metade da média da década, quando o ritmo da reforma econômica ficou mais lento e o

governo adotou medidas de austeridade para conter a inflação, controlando a expansão do crédito interno.

Em outras regiões o crescimento foi menos dinâmico. Um crescimento real das exportações de 10% ajudou a elevar o crescimento na África subsaariana para 3,5% em 1989, um dos melhores anos da década. Mas, devido ao aumento extraordinariamente acelerado da população, a renda média *per capita* quase não cresceu. Alguns países, entre eles Burkina Faso, Gana, Mali e Maurício, conseguiram um crescimento superior a 5% em 1989, mas o investimento continua bastante deprimido em toda a região. Em certos países o investimento caiu a menos de 10% do PIB — nível insuficiente até mesmo para substituir o capital depreciado.

Em 1989 a América Latina não conseguiu se recuperar do crescimento medíocre e das rendas *per capita* declinantes que caracterizaram o restante da década. O crescimento médio da renda ficou em 1,5%, embora tenham sido grandes as diferenças na região. O Brasil obteve um crescimento real de 3,5%, enquanto os demais países latino-americanos ficaram em média em apenas 0,2%. A dívida continua sendo o principal obstáculo ao crescimento: as transferências líquidas de recursos ao exterior para credores chegaram a quase um quinto das receitas de exportação. A reavaliação das estratégias adotadas para lidar com a crise da dívida resultou em várias propostas para uma nova abordagem em 1989. O Plano Brady, anunciado em março de 1989, propõe uma redução da dívida caso a caso, acompanhada de apoio financeiro oficial condicionado por reforma política interna. O reconhecimento da necessidade de redução da dívida e da participação plena tanto de agências oficiais como de credores privados assi-

Box 1.1 Reforma nas economias do Leste europeu

Os países do Leste europeu enfrentam a tarefa de converter suas economias dirigidas em sistemas descentralizados e mais sensíveis ao mercado. A longo prazo, as vantagens tendem a ser grandes mas, a curto prazo, a transição pode impor alto preço às nações que empreendem as reformas. Países diferentes já adotaram seus próprios métodos distintos. A Polônia decidiu fazer tudo de uma só vez, ao passo que, na Hungria, as reformas têm sido mais cautelosas e graduais.

Em outubro de 1989, o governo polonês anunciou um plano de longo alcance para, inicialmente, estabilizar a economia e, em seguida, passar rapidamente a um sistema baseado no livre mercado. A estabilização visa a reduzir a inflação — que em 1989 chegou a 650% ao ano — e eliminar o déficit público. A luta contra a inflação terá por base a redução do salário real, a estabilização dos preços dos alimentos e a elevação das taxas de juros, de modo a reduzir a procura de crédito. Essas medidas, porém, só produzirão resultado se o déficit fiscal for contido. O plano prevê vendas em massa de estatais, fechamento de fábricas ineficientes, reduções dos subsídios aos preços de alimentos e de energia residencial, e cortes nos gastos com a defesa e com a administração pública. Visa-se a um sistema de composição acionária semelhante àquele em vigor nos países industrializados do Ocidente. A liberdade de abrir empresas deverá ser regulamentada, e serão eliminadas as restrições sobre os aluguéis e vendas de imóveis. Algumas destas medidas terão forte impacto sobre as famílias de baixa renda e aquelas que mais dependem do Estado.

Na Hungria, as reformas tiveram início em 1968, quando o rígido planejamento central foi abolido e o Estado passou a fazer maior uso de impostos, subsídios e contro-

les de preço como meio de controlar indiretamente a economia. Pouco progresso foi alcançado nos anos 70 e no início da década de 80. Em 1985/86, porém, a reforma ganhou novo impulso depois que os esforços de estabilização feitos em 1982-84 mostraram-se incapazes de resolver os problemas estruturais básicos. As leis salariais ganharam maior flexibilidade, as empresas receberam maior autonomia na área da fixação de preços, e a liberdade de comerciar no exterior foi ampliada. Contudo, as reformas fracassaram, principalmente em virtude de negligência na administração monetária e fiscal. Houve aumentos salariais acima do aumento de produtividade, o que trouxe grandes perdas ao Estado. A partir de 1987, o governo procurou novamente impor a disciplina fiscal e monetária e estimular exportações destinadas a países fora da zona do rublo. Embora o desempenho do comércio exterior tenha melhorado, os resultados dos esforços no sentido de conter o déficit fiscal foram decepcionantes.

A opção entre reforma rápida e reforma gradual é também uma opção entre dois tipos diferentes de riscos. A reforma rápida tende a gerar maiores deslocamentos a curto prazo, ao passo que a reforma lenta costuma gerar inconsistências que prejudicam novos progressos. Na Polônia, parte substancial do contingente de trabalho permaneceu desempregada na vigência do plano de reestruturação e venda de estatais. As medidas de segurança social que estão sendo introduzidas podem mostrar-se ao mesmo tempo dispendiosas e inadequadas. A Hungria escolheu o outro caminho: o governo liberou muitos preços e descentralizou a economia, mas, ao final, os grandes déficits fiscais levaram ao fracasso os esforços reformistas anteriores a 1990.

nala importante mudança com relação às antigas estratégias para a dívida.

Vários acordos regulamentando a redução da dívida comercial já foram firmados segundo as diretrizes do Plano Brady. Esses acordos, todos com o aval financeiro do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do governo japonês, variam de estrutura e de termos. O acordo do México, por exemplo, cobre 85% da dívida do país com os bancos comerciais. As Filipinas recompraram parte de sua dívida bancária comercial com 50% de desconto e também receberam novos empréstimos. Na Costa Rica, os títulos de crédito de bancos comerciais existentes foram trocados por novos títulos a juros baixos. Os resultados obtidos até agora indicam que, além de reduzir o ônus da dívida, esses acordos estimularão os países envolvidos a fortalecer suas políticas de ajuste. Isso deve ajudar a restabelecer a confiança de investidores internos e externos.

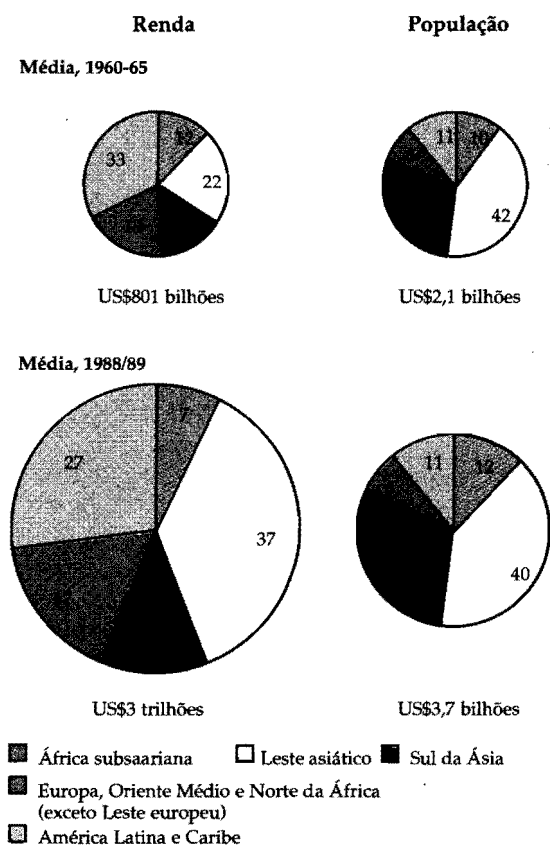
O ano de 1989 foi histórico para o Leste europeu.

Em muitos países da região ocorreu nada menos que uma revolução política, embora em grande parte pacífica, e uma aceleração no ritmo de mudança da política econômica (Box 1.1). De um momento para outro, surgiu um enorme potencial para aumentar a produtividade industrial, expandir o intercâmbio tecnológico e as relações comerciais, e portanto aumentar as rendas na região.

A curto e médio prazos, porém, o ajuste provavelmente implicará custos significativos. As rendas médias da região não cresceram em 1989 e calcula-se que o PIB da Polônia tenha caído 1%, sendo provável uma queda ainda maior em 1990. Tanto na Iugoslávia quanto na Polônia ocorreu recentemente uma inflação visivelmente desenfreada, mas ambos os países foram bem-sucedidos a princípio, quando implementaram rígidas medidas antiinflacionárias. Em outros países da região há muitos sinais de inflação reprimida.

A expansão das relações econômicas externas também pode trazer dificuldades. Mais da metade

Figura 1.1 Variações em distribuição de renda e população no mundo em desenvolvimento
(participação percentual)



Nota: Renda em dólares reais de 1980.

das exportações dos membros do Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAEM) — Bulgária, Hungria, Polônia, República Democrática Alemã, Romênia, Tchecoslováquia e URSS — se dá entre países da região. A adoção de reformas comerciais orientadas para o exterior exigirá a reestruturação do CAEM e o desmonte das práticas contábeis atuais, que se baseiam em "rublos transferíveis". É improvável que muitas das exportações de manufaturados desses países sejam competitivas em mercados externos.

Nos outros países em desenvolvimento da Europa, no Oriente Médio e Norte da África, a década terminou com crescimento mais lento. Em média, a renda na região cresceu 2,5% em 1989, mas isso não significou crescimento nas rendas *per capita*. O fraco desempenho das exportações provocou escassez de divisas e refreou o investimento. Na Turquia e em vários países do Norte da África o

serviço da dívida vem absorvendo grande parcela das receitas de exportação.

O desempenho variável dos países em desenvolvimento nos anos 80

No último quartel do século, a distribuição de renda nos países em desenvolvimento sofreu sensíveis modificações (Figura 1.1). Os países do Leste asiático foram os que mais ganharam; a parcela que lhes corresponde na renda real dos países em desenvolvimento subiu de 22 para 37%. As parcelas de todas as outras regiões ficaram menores nos anos 80, mas as da América Latina e da África subsaariana minguiaram ainda mais — 6 e 5 pontos percentuais, respectivamente. Os percentuais de população também sofreram alterações neste período de 25 anos, mas muito mais gradativas. O aumento populacional caiu abaixo da média no Leste asiático, levando a uma queda de 2% na participação da região na população do mundo em desenvolvimento, enquanto as taxas de fecundidade da África subsaariana estão bem acima da média e o percentual de população continua aumentando. No Sul da Ásia conseguiu-se reduzir as taxas de fecundidade a partir dos anos 60 e o crescimento da renda foi elevado durante a última década. Embora o Sul da Ásia ainda abrigue o maior número de pobres do mundo, nos últimos 25 anos, a participação da África subsaariana na pobreza mundial aumentou e as rendas da América Latina deterioraram gradativamente.

Por que algumas regiões se saíram tão melhor que outras? Em última análise, a luta contra a pobreza depende da resposta a esta indagação. Um fato nada surpreendente: as tendências da pobreza nos anos 80 refletem as tendências do desempenho econômico global. Embora os dados sejam escassos, as evidências mostram que nas regiões que tiveram bom desempenho econômico, a pobreza diminuiu. Assim, na Ásia, a pobreza declinou na Índia, Indonésia, Malásia e Paquistão. Em muitos países da África subsaariana, da América Latina e do Leste europeu, porém, choques internos e externos provocaram o aumento da pobreza. Em todos os países dessas regiões para os quais se dispõe de dados — Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Costa Rica, Jugoslávia, Polônia e Venezuela — a pobreza aumentou durante pelo menos parte dos anos 80.

Essa diferença de desempenho não deve ser considerada uma realidade imutável; as rendas *per capita* cresceram em quase toda parte nos anos 60. As regiões só começaram a apresentar discrepân-

Tabela 1.2 Indicadores de desempenho, por região em desenvolvimento, períodos selecionados

Região	Crescimento do PIB real per capita (%)			Investimento interno bruto/PIB		
	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-89 ^a
África subsaariana	3,2	0,1	- 2,2	16,2	20,8	16,1
Leste Asiático	5,1	4,7	6,7	24,2	29,7	30,0
Sul da Ásia	1,2	1,7	3,2	17,1	19,9	22,3
Leste europeu ^b	4,8	5,3	0,8	28,3	33,8	29,4
Oriente Médio, Norte da África e outros da Europa	5,5	2,1	0,8	23,4	29,2	25,9
América Latina e Caribe	3,7	2,6	- 0,6	20,7	23,9	20,1

a. Os dados para 1989 são preliminares.
b. Estimativas.

cias nos anos 70. Na década de 80 o PIB *per capita* crescia a 6,7% no Leste asiático e 3,2% no Sul da Ásia, mas estava em queda tanto na África subsaariana quanto na América Latina (Tabela 1.2). Essas diferenças regionais tiveram sua contrapartida no investimento. Nas duas regiões asiáticas as taxas nacionais de poupança e investimento aumentaram nesses períodos, em contraposição ao declínio verificado na África subsaariana e na América Latina. Políticas internas e fatores econômicos externos, combinados, determinaram os níveis de investimento e crescimento regionais.

Fatores internos: a conjuntura econômica

O desempenho dos países nos anos 80 variou conforme sua situação inicial e a capacidade de cada um de se ajustar aos choques ocorridos durante a década. Muitos países do Leste asiático apresentaram balanços de pagamentos relativamente bons e um vigoroso desempenho comercial no início dos anos 80, além de despesas fiscais praticamente sob controle. Quando surgiram perturbações como a elevação das taxas de juros mundiais, esses países reagiram com presteza e conseguiram manter a estabilidade e retomar o crescimento. Em contraposição, muitos países da América Latina e da África subsaariana iniciaram a década com um aumento dos desequilíbrios latentes, quase sempre disfarçados, porque os empréstimos tomados mantiveram temporariamente o crescimento. Este grupo teve muito mais dificuldade para se ajustar aos choques dos anos 80.

Para se ter êxito no ajuste é preciso estabilidade macroeconômica: uma taxa de inflação baixa e sustentável, uma taxa de câmbio realista e um nível viável de despesas fiscais. Também é preciso uma conjuntura microeconômica favorável a novos investimentos. Os países bem-sucedidos nos dois

aspectos conseguiram manter ou melhorar seu desempenho no tocante ao crescimento durante os anos 80.

O RESTABELECIMENTO DA ESTABILIDADE. Os choques dos anos 80 nas taxas de juros e nas relações de troca reduziram as rendas reais da maioria dos países em desenvolvimento. O ajuste exigiu cortes nos gastos públicos e no consumo. Os países que dependiam sobretudo da exportação de produtos primários ou estavam muito sobrecarregados com dívidas se viram obrigados a efetuar cortes ainda mais profundos. De modo geral, venceram as dificuldades aqueles que se lançaram logo à ação. A Indonésia, por exemplo, sofreu uma queda de 25% em suas relações de troca em 1986; enquanto isso, as oscilações cambiais elevaram seu coeficiente dívida/produto nacional bruto (PNB) para o dobro do coeficiente do Brasil. O governo agiu de imediato, desvalorizando a rupia e cortando gastos públicos. O déficit orçamentário de 1986 foi contido em 3,6% do PIB, apesar das perdas de receita com o petróleo; o déficit de 1987 caiu para apenas 1% do PIB. Nestes dois anos o crescimento real do PIB ficou acima de 3% e continuou se intensificando desde então.

Déficits públicos, inflação e taxas de câmbio instáveis têm estreita relação em países endividados. Os grandes déficits públicos de fins dos anos 70 e começo dos 80 foram financiados basicamente por meio de endividamento externo. Com a interrupção dos empréstimos externos nos anos 80, muitos governos, sobretudo na América Latina, passaram cada vez mais a financiar seus déficits com empréstimos internos e emissão de moeda. Em média, a inflação nos países de renda média muito endividados foi de mais de 100% entre 1980 e 1987, em comparação com os 8% do Sul da Ásia e os 5% do Leste asiático.

Os surtos periódicos de inflação alta que assola-

Box 1.2 Política e desempenho econômico

Vários países latino-americanos atravessaram períodos de intensa mudança política e econômica, impelidos por uma combinação de objetivos sociais e tentativas de redistribuição de renda, política populista e nacionalismo. Embora as medidas tomadas possam vir da esquerda ou da direita do espectro político, há semelhanças notáveis entre as mesmas, como também entre os resultados que produzem. Entre os exemplos, podem-se citar a Argentina (1946-49), o Brasil (1985-88), o Chile (1970-73) e o Peru (1985-88). Ironicamente, as pessoas a quem esses programas pretendiam ajudar foram freqüentemente prejudicadas no decorrer do processo.

Em cada um dos casos, o governo foi buscar apoio em uma variedade de grupos, especialmente junto à classe trabalhadora urbana e elementos das classes rurais pobres. Os dirigentes prometiam acelerar e redistribuir o crescimento econômico através do ativismo estatal. Tipicamente, esses dirigentes haviam subido ao poder após um período de crescimento lento, geralmente decorrente de programas de austeridade adotados no passado.

A agenda reformista começa com medidas macroeconômicas expansionistas que visam a promover o emprego e aumentar o salário real. Os resultados são encorajadores. No Chile, durante o primeiro ano do governo Allende, o PIB aumentou em quase 8%, o salário real em 17% e a participação dos trabalhadores na renda nacional cresceu de 52 para 62%. No Peru, durante o governo Garcia, o salário real teve um aumento de 27% em 1986.

Após certo tempo, o programa começa a desmoronar. Os estoques desaparecem, as reservas externas esgotam-se, a inflação aumenta drasticamente e não há como evitar a desvalorização da moeda — tudo isso geralmente seguido de perda de apoio externo e menor acesso a empréstimos estrangeiros. No Brasil, no segundo ano do Plano Cruzado (nome da nova moeda com a qual se pretendia estabilizar a economia), as reservas de divisas esgotaram-se, a inflação subiu a mais de 400% e a taxa cambial foi fortemente desvalorizada. Em seus estágios finais, o programa desaba em meio a um surto inflacionário, evasão de capital e forte queda do salário real. No Chile, o salário real caiu em 10% em 1972 e 32% em 1973, ficando bem abaixo dos níveis que prevaleciam antes do programa. No Peru, o salário real sofreu uma perda de 34% em 1988; no Brasil, a perda foi de 29% em 1987/88.

De modo geral, esses programas provocaram uma queda da taxa de investimento, promoveram evasão de capital e deixaram os trabalhadores em pior situação do que antes. Tiveram ainda outros efeitos menos visíveis, como a perda de confiança dos investidores e perda de credibilidade do governo. Para o governo sucessor, as dificuldades serão bem maiores. As pressões sociais no sentido da retomada do crescimento e da estabilidade aumentam e a confiança no governo é abalada. Em tais circunstâncias, fica difícil deter a inflação através de reforma monetária e austeridade fiscal sem mudar radicalmente o ambiente político.

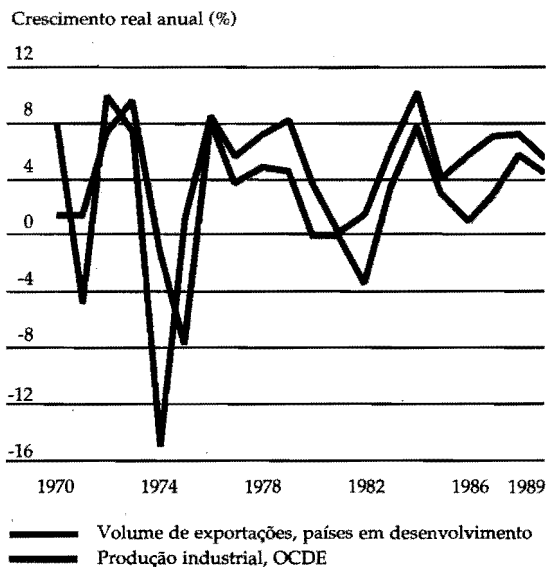
ram a América Latina têm ligação com a base tributária, a estrutura social e a política interna (Box 1.2). Uma inflação acentuada desmantela a economia e agrava as crises econômicas de várias maneiras: mina a confiança nacional, reduz o investimento, provoca fuga de capital e freqüentemente conduz à má alocação de divisas escassas. Ainda estimula a dolarização (o uso de moeda estrangeira como meio de troca) e faz encolher a base tributária impelindo muitas atividades econômicas para os setores informal e ilegal. O resultado é uma economia que não reage a medidas de ajuste.

REESTRUTURAR PARA CRESCER. Para os países que entraram na década de 80 com problemas estruturais, aumentar o crescimento a longo prazo exigiu medidas de ajuste direcionadas para a reforma institucional e a realocação de recursos. Ao contrário das medidas de estabilização, que quase sempre giram em torno de ajuste rápido e decisivo, a reestruturação da economia também exige planejamento de longo prazo. O regime comercial, o setor financeiro e a estrutura normativa interna são vitais para isso.

Os bem-sucedidos países do Leste asiático agiram com presteza para estabilizar suas economias, enquanto emprendiam programas de reforma gradativa e mantinham taxas de câmbio competitivas. A República da Coreia, por exemplo, empreendeu uma reforma comercial gradual, mas abrangente, nos últimos anos 70 e nos 80. A Indonésia, como medidas de apoio para chegar com cautela a uma situação cambial estável, apelou para reformas do regime comercial, da estrutura normativa interna e do sistema financeiro. Em contraposição, a maioria dos países da América Latina e da África subsaariana ingressou na década com taxas de câmbio supervalorizadas, sustentadas por altos níveis de protecionismo e endividamento excessivo. Também foram comuns impostos diretos de exportação, barreiras não-alfandegárias e controles quantitativos sobre o crédito e o investimento. Os ajustes, além de vacilantes, quase sempre ficavam para depois.

Em fins da década, muitos países das duas regiões desvalorizaram acentuadamente suas moedas e deram início a reformas substanciais no comércio exterior e nas políticas internas. (Alguns, entre os quais Chile, Gana e México, já apresentavam sinais

Figura 1.2 Crescimento da produção industrial da OCDE e das exportações dos países em desenvolvimento, 1970-89



de retomada de crescimento.) Mas a reação das exportações e do investimento foi geralmente lenta. Isso talvez em decorrência da incerteza constante acerca da política econômica. Ações coerentes são essenciais para convencer o setor privado de que essa política será mantida. Na África subsaariana, os problemas são agravados pela inexistência de infra-estrutura complementar, pela forte dependência de exportações de produtos primários e pela pouca capacidade empresarial e administrativa. Nestas circunstâncias, o ajuste levará mais tempo.

Fatores externos: a conjuntura global

Alguns fatos adversos na economia mundial também contribuíram para a queda das taxas de crescimento nos anos 80. O enfraquecimento da demanda externa, o declínio das relações de troca, a redução da oferta de financiamento externo e um grande aumento na instabilidade das taxas de juros, combinados, criaram um clima econômico inusitadamente adverso.

DEMANDA E COMÉRCIO MUNDIAIS. O crescimento da produção e das exportações dos países em desenvolvimento está intimamente ligado à demanda nos países industrializados (Figura 1.2).

No início dos anos 80, o crescimento das exportações dos países em desenvolvimento caiu quando o crescimento mundial desacelerou e as importações dos países industrializados estacionaram. A situação melhorou um pouco a partir de 1983; os países industrializados atingiram um crescimento médio do PIB de 3,5% anuais e o volume das exportações de mercadorias dos países em desenvolvimento cresceu 6,7% ao ano.

Os produtos primários importados dos países em desenvolvimento são usados principalmente como insumos intermediários; neste caso, o vínculo com a produção dos países industrializados é direto. A demanda de manufaturados oriundos de países em desenvolvimento está relacionada com a produção dos países industrializados e também com mudanças na estrutura da demanda final. Entre 1965 e 1988, a participação dos manufaturados no total das exportações dos países em desenvolvimento saltou de 16 para 64%. A importância crescente dos manufaturados — notadamente produtos eletrônicos, vestuário, brinquedos e outros bens de consumo — fortaleceu em especial o vínculo entre os países industrializados e os exportadores do Leste asiático. A revitaliza-

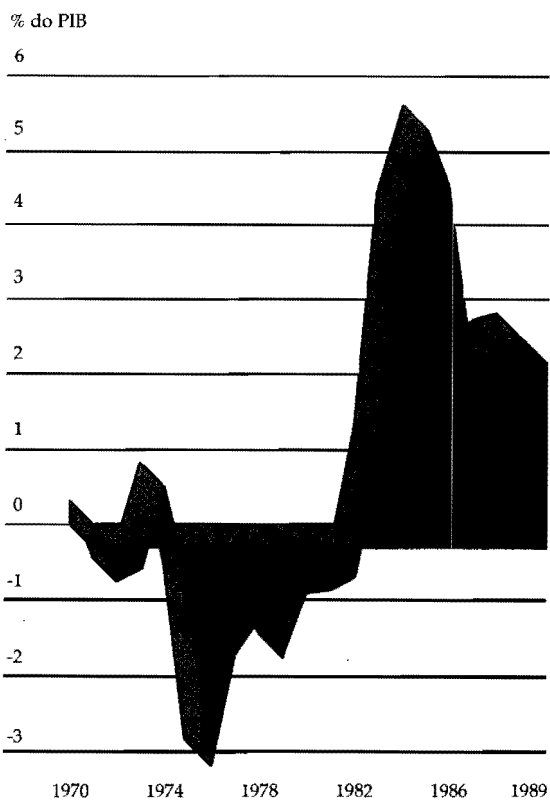
Figura 1.3 Desempenho das exportações reais dos países em desenvolvimento, 1980-89

Exportações reais (1980 = 100)

Ano	África subsaariana	Sul da Ásia	Europa, Oriente Médio e Norte da África	Leste asiático	América Latina e Caribe
1980	100	100	100	100	100
1981	80	100	100	100	100
1982	60	100	100	100	100
1983	60	100	100	100	100
1984	70	100	100	100	100
1985	70	100	100	100	100
1986	70	100	100	100	100
1987	70	100	100	100	100
1988	70	100	100	100	100
1989	70	100	100	240	100

— África subsaariana — Leste asiático
— Sul da Ásia — América Latina e Caribe
— Europa, Oriente Médio e Norte da África

Figura 1.4 Balança comercial como percentual do PIB em países de renda média muito endividados, 1970-89



ção da demanda mundial após 1985 teve um efeito menos sensível sobre as exportações de outras regiões. No Sul da Ásia, as exportações se expandiram rapidamente a partir de 1985, mas ainda constituem pequena parcela da produção nacional. As exportações da América Latina cresceram de forma mais lenta e só recentemente voltaram ao nível de inícios dos anos 70. Na África subsaariana, as exportações caíram nos anos iniciais da década e estagnaram até 1988 (Figura 1.3).

Vários países em desenvolvimento muito endividados vêm apresentando expressivos superávits comerciais, o que em grande parte se deve à necessidade de servirem suas dívidas. Em 1980/81, os 19 países de renda média muito endividados tiveram um déficit comercial médio de US\$4 bilhões; em 1982-89, obtiveram um superávit médio anual de US\$26 bilhões, o equivalente a 3,3% do PIB (Figura 1.4). Esta melhoria deveu-se sobretudo à redução das importações. Ela atesta a compressão dos investimentos e do consumo causada pe-

los programas de austeridade empreendidos por muitos desses países. Infelizmente, porém, o declínio dos bens intermediários e de capital importados produziu efeitos adversos a longo prazo.

RELAÇÕES DE TROCA. Para muitos dos países em desenvolvimento mais pobres, o poder aquisitivo das exportações depende das cotações de uns poucos produtos primários — cacau em amêndoas em Gana, cobre e café em Papua Nova Guiné etc. — em relação aos preços das importações, constituídas sobretudo de produtos manufaturados. As cotações dos produtos primários, particularmente dos produtos tropicais e alimentícios, oscilam acentuadamente dependendo da oferta e da demanda globais. Nos anos 80 os preços de muitos produtos primários caíram aos níveis mais baixos desde a II Guerra Mundial. Os preços das *commodities* (exceto o petróleo) declinaram durante quase toda a década, embora tenham se recuperado um pouco em 1988. Em 1989 os preços médios das *commodities* ainda eram 33% inferiores

Figura 1.5 Variações nas relações de troca, por região em desenvolvimento, 1980-88

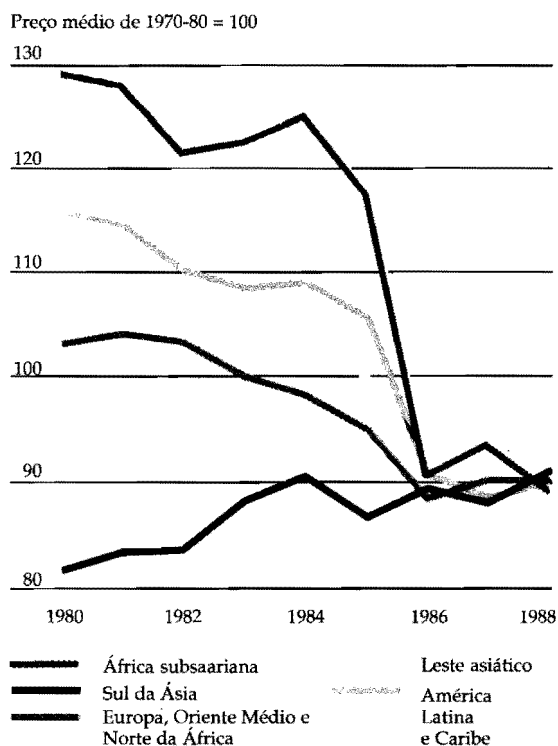
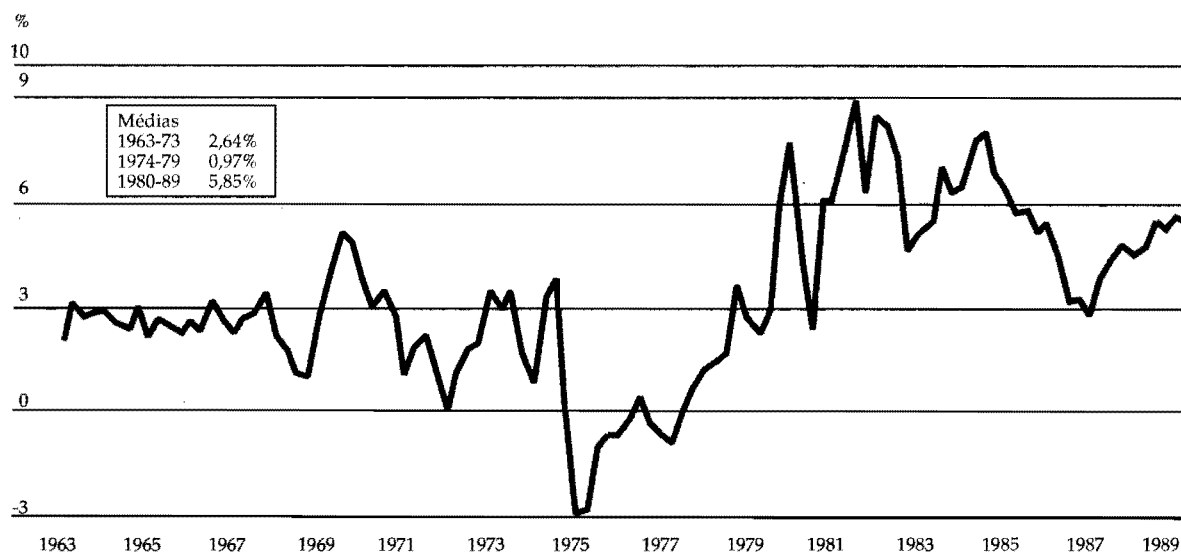


Figura 1.6 Taxas reais de juros, 1963-89



Nota: A taxa real de juros é calculada como a taxa de oferta interbancária de Londres (LIBOR) menos o deflator do PIB dos EUA.

aos de 1980. As cotações do petróleo também caíram de forma constante entre 1980 e 1985, mas como muitos países em desenvolvimento importam petróleo, beneficiaram-se com isso.

O declínio das relações de troca durante os anos 80 foi mais pronunciado na África subsaariana e na América Latina, embora pelos padrões dos anos 70 as duas regiões tenham iniciado a década em posição favorável (Figura 1.5). A queda de preços verificada nos anos 80 custou à América Latina e à África subsaariana 13 e 15%, respectivamente, do poder de compra real de importações de suas exportações em relação aos anos 70. Em ambas as regiões quase dois quintos dessa perda foram atribuídos ao efeito da queda dos preços do petróleo sobre os exportadores de petróleo. As perdas verificadas nas demais regiões foram muito menos acentuadas.

FINANCIAMENTO EXTERNO. Só é seguro se endividar para financiar investimento se este gerar a receita necessária para pagar o empréstimo. A dívida acumulada por muitos países em desenvolvimento nos anos 70 e início dos 80 não passou nesse teste — embora isso se deva em parte a circunstâncias imprevisíveis. A reação dos mercados financeiros internacionais foi cortar a maioria dos empréstimos voluntários aos grandes devedores após 1983. A ameaça de inadimplência impediu os bancos de negar também financiamento, mas, em sua maio-

ria, os empréstimos destinaram-se à rolagem da dívida e à capitalização de pagamentos de juros em atraso.

Até 1983 a América Latina costumava apresentar uma transferência líquida positiva de dívida a longo prazo (excluído o crédito do FMI): a obtenção de empréstimos excedia o total de amortizações da dívida. Após 1984 este quadro mudou drasticamente. Entre 1984 e 1989 o total de transferências líquidas foi de -US\$153 bilhões, o que trouxe o fluxo anual médio para -US\$25 bilhões, ou cerca de 15% das exportações da região. A interrupção dos empréstimos em condições comerciais coincidiu e foi em parte causada pela queda das relações de troca e a elevação das taxas de juros — que provocaram o aumento da necessidade de financiamento. Os empréstimos oficiais também diminuíram, agravando as dificuldades. Alguns países do Leste asiático também se viram mergulhados em dívidas no início dos anos 80, mas enfrentaram o problema com mais facilidade. Grandes superávits de conta corrente reduziram as necessidades de empréstimo da região, e a saída de capital correspondente tomou, em certos casos, a forma de amortizações antecipadas.

Na África subsaariana a história é bem diferente. Os empréstimos em condições comerciais só constituíram importante fonte de fundos para alguns poucos países de renda média ou ricos em recursos. Entre 1984 e 1989 apenas 6% dos fluxos

Tabela 1.3 Perspectivas para os anos 90

Grupo e região	Taxas de crescimento do PIB real			Taxas de crescimento do PIB real per capita		
	Tendência, 1965-80	Experiência recente, 1980-89	Previsão, 1989-2000	Tendência, 1965-80	Experiência recente, 1980-89	Previsão, 1989-2000
Países industrializados	3,7	3,0	3,0	2,8	2,5	2,6
Países em desenvolvimento	5,9	4,3	5,1	3,4	2,3	3,2
África subsaariana	5,2	1,0	3,7	2,0	- 2,2	0,5
Leste asiático	7,3	8,4	6,6	4,8	6,7	5,1
China	6,4	10,1	6,8	4,1	8,7	5,4
Outros	8,1	6,4	6,3	5,5	4,2	4,6
Sul da Ásia	3,6	5,5	5,1	1,2	3,2	3,2
Índia	3,6	5,6	5,2	1,2	3,5	3,4
Outros	3,9	5,0	4,8	1,2	2,2	2,4
Leste europeu	5,3 ^a	1,4 ^a	1,9	4,5 ^a	0,8 ^a	1,5
Oriente Médio, Norte da África e outros da Europa	6,3	2,9	4,3	3,9	0,8	2,1
América Latina e Caribe	6,0	1,6	4,2	3,4	- 0,6	2,3

a. Estimativas.

líquidos provinham de fontes privadas. Em consequência, mais de 65% do estoque de dívida externa da região é oficial, e em 1989 mais da metade era de natureza concessionária. Embora a dívida continue sendo sério obstáculo ao crescimento, a região nunca deixou de receber grande volume de ajuda, e as transferências líquidas permaneceram positivas durante toda a década de 80. A estrutura da dívida do Sul da Ásia se assemelha à da África subsaariana, mas o elevado coeficiente de serviço da dívida/exportações da região tornou-se administrável graças a um crescimento relativamente vigoroso e à prudência na obtenção de empréstimos.

VARIABILIDADE DAS TAXAS DE JUROS. A dívida a taxas flutuantes tornou-se bastante comum durante os anos de inflação alta de meados da década de 70. Enquanto as taxas reais de juros se mantivessem constantes, a dívida a taxas flutuantes não deveria representar qualquer ônus adicional para os devedores. Foi a combinação de recessão mundial com o agravamento das relações de troca e a elevação das taxas reais de juros que fez irromper a crise da dívida.

As taxas reais de juros mantiveram-se excepcionalmente altas durante os anos 80. Em média, mais do que dobraram em relação aos anos 60 e subiram quase seis vezes em relação ao período 1974-79, quando os países em desenvolvimento contraíram grande parte de suas dívidas (Figura 1.6). A elevação das taxas foi provocada pela diminuição da poupança nos países industrializados, pela manutenção dos desequilíbrios globais de conta corren-

te e pela grande oscilação das principais moedas, tudo isso talvez acompanhado de uma maior incerteza com relação a futuras flutuações cambiais.

O ônus adicional de taxas reais de juros altas em relação à média de 1963-80 foi de aproximadamente US\$8 bilhões anuais para a América Latina, durante os anos 80, ou quase 1% do PIB da região. Grande parte deste custo concentrou-se entre 1982 e 1985, após a irrupção da crise da dívida. Estimase que somente em 1984 este choque da taxa de juros tenha custado 1,8% do PIB da América Latina. O choque cumulativo para a África subsaariana e o Sul da Ásia foi mais brando — inferior a um terço do experimentado na América Latina.

Perspectivas para os anos 90

A interação de fatos externos desfavoráveis e políticas internas inadequadas criou dificuldades crescentes para alguns países. Vários dos países muito endividados ficaram pouco a pouco cada vez mais distanciados das relações financeiras normais. As perspectivas para esses países dependem de mudanças confiáveis nas políticas internas e de uma reação da comunidade internacional que propicie algum alento ao processo de ajuste.

Se os padrões de crescimento de renda regional dos anos 80 se repetirem na década de 90, os resultados serão desastrosos para grande parte da África subsaariana, assim como para alguns países da América Latina e do Sul da Ásia. Na África subsaariana, hoje com uma população de cerca de 450 milhões de habitantes, haveria mais 165 milhões de habitantes e as rendas *per capita* ficariam

Box 1.3 Gastos militares mundiais nos anos 90

Na década de 80, os gastos militares em todo o mundo atingiram níveis sem precedentes em tempos de paz. Calculados em US\$1 trilhão (Figura de box 1.3), esses gastos equivalem a cerca de 5% de toda a renda mundial. (Devido a imperfeições dos dados e diferenças metodológicas, as estimativas variam entre uma fonte e outra. Os números citados adiante são apresentados apenas como exemplo dos benefícios que podem advir de reduções dos gastos militares.) Mas a década que começou com uma aceleração de gastos terminou com a promessa de forte redução. Em 1989, os gastos com a defesa na URSS diminuíram em cerca de US\$20 bilhões, ou 6% do orçamento de defesa. Os EUA vêm também reduzindo seus gastos com a defesa, cortando-os em talvez 10% nos próximos quatro anos. Há possibilidade de cortes ainda maiores.

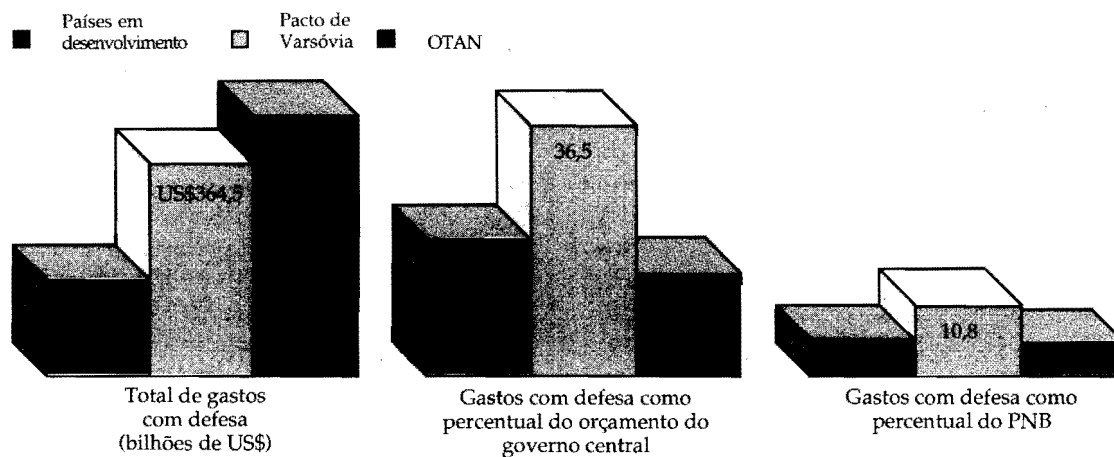
Tudo depende das Negociações para Limitação de Armas Estratégicas e das Negociações sobre Forças Armadas Convencionais na Europa. Esses entendimentos buscam estabelecer uma paridade aceitável em forças estratégicas e convencionais entre os países do Pacto de Varsóvia e os da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Alguns analistas calculam que, no final da década, os gastos com a defesa poderão ser a metade do que são hoje, sem que

isso prejudique o equilíbrio militar entre as superpotências.

O impacto líquido de um custo militar menor sobre os países industrializados e em desenvolvimento dependerá do uso que se fizer desse "dividendo da paz". Nos EUA, calcula-se conservadoramente que nos próximos quatro anos haverá uma economia anual de US\$45 bilhões, o que representa aproximadamente o triplo do que o país gasta anualmente em ajuda externa. Esses recursos poderiam ser utilizados para reduzir o déficit fiscal, aumentar os gastos com programas internos, ajudar as indústrias afetadas pelos cortes militares ou expandir o compromisso norte-americano com a assistência ao desenvolvimento em outros países.

A contenção dos gastos militares deveria ser também uma prioridade dos países em desenvolvimento nos anos 90. Os gastos com a defesa representam, em média, um quinto do orçamento de um país. Além disso, o alto conteúdo de importações dos orçamentos militares agrava as dificuldades de balanço de pagamentos e de escassez de divisas enfrentadas por muitas nações em desenvolvimento.

Figura de box 1.3 Gastos com defesa, 1987



Nota: OTAN é a Organização do Tratado do Atlântico Norte.
Fonte: U.S. Arms Control and Disarmament Agency, 1988.

20% abaixo dos níveis atuais de quase-subsistência. Os países da América Latina teriam mais 85 milhões de habitantes e rendas médias 6% inferiores às de hoje.

As perspectivas, no entanto, são de um desempenho melhor nos anos 90 (Tabela 1.3). Os países em desenvolvimento deverão crescer, em média,

5,1% ao ano, em comparação com os 4,3% dos anos 80. Esse raciocínio reflete a convicção de que, pelo fim da década, a combinação de melhoria nas políticas internas com maior assistência externa fará o crescimento pouco a pouco se aproximar novamente de seu potencial a longo prazo. Presume-se que as perturbações dos anos 80 não voltem

a ocorrer, embora o processo de recuperação venha a ser gradual. Espera-se que os preços reais das *commodities* caiam a curto prazo, mas depois subam gradativamente e cresçam, em média, 0,2% ao longo da década. As taxas reais de juros devem ceder entre 3 e 4% durante a década, contra uma média de quase 5,5% nos anos 80.

Os países industrializados deverão crescer aproximadamente 3% ao ano — perto de seu potencial a longo prazo. Esta perspectiva leva em conta as altas taxas de investimento atingidas desde meados dos anos 80 e o crescimento de produtividade verificado em vários países. A curto prazo, projeta-se que o crescimento dos EUA desacelere para 2-2,5% devido à diminuição da demanda global pública e privada. O déficit em conta corrente norte-americano permanecerá inferior a 2% do PIB no início dos anos 90, mas o financiamento normal do déficit deverá impedir qualquer perturbação nos mercados financeiros internacionais. No decorrer da década, uma redução nos gastos públicos norte-americanos (sobretudo com defesa), a desvalorização gradativa do dólar e um intenso crescimento nos demais países industrializados deverão ajudar a corrigir os déficits fiscal e em conta corrente dos EUA.

Os acontecimentos políticos internacionais deverão facilitar a correção do déficit dos EUA e propiciar um crescimento mais vigoroso na Europa. As negociações sobre armas estratégicas entre os países do Pacto de Varsóvia e os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, assim como as resoluções unilaterais da URSS e dos EUA para reduzir gastos com defesa, liberarão recursos para outros fins (Box 1.3). (Os membros do Pacto de Varsóvia são Bulgária, Hungria, Polónia, República Democrática Alemã, Romênia, Tchecoslováquia e URSS.)

Apesar deste panorama em geral favorável, o legado dos anos 80 continua presente. Espera-se que todas as regiões tenham crescimento de renda *per capita* positivo, mas é improvável que a América Latina e a África subsaariana atinjam seu potencial a longo prazo. Com a redução da dívida decorrente do Plano Brady, o crescimento de renda *per capita* na América Latina pode chegar a 2,3%, contra a média de 3,4% anuais verificada entre 1965 e 1980. Se esta projeção estiver correta, é improvável que o número de pobres na América Latina diminua nestes 10 anos. Na África subsaariana as rendas *per capita* não deverão aumentar na primeira metade da década, embora se preveja um crescimento de cerca de 1% para 1995-2000. A combinação de baixo crescimento de renda com

taxas altas de fecundidade faz supor que o número de pobres na região cresça aceleradamente.

Até mesmo essa perspectiva sombria supõe que a África subsaariana persistirá com o ajuste e continuará a receber ajuda financeira e para o alívio da dívida. Como já examinado em detalhe num relatório recente do Banco Mundial (*Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth*), a região precisará manter e aprofundar reformas para racionalizar o sistema de incentivos, desenvolver a infraestrutura interna, diversificar a base produtiva e melhorar a eficiência dos investimentos. Se isto for feito, o volume de exportações poderá crescer cerca de 3% ao ano durante a década, o que permitirá à região incrementar enormemente as importações e, ao mesmo tempo, ampliar a parcela de investimentos na despesa nacional. A projeção também pressupõe a redução ou o reescalonamento de toda a dívida bilateral oficial a vencer nestes 10 anos, segundo os termos acordados pelos países do Grupo dos Sete (G-7) em 1988. (A reunião de cúpula de Toronto estabeleceu condições para o reescalonamento de créditos bilaterais concessionários e a redução parcial de créditos bilaterais não-concessionários a países africanos de baixa renda que estão seguindo políticas de ajuste apoiadas pelo Banco Mundial ou o FMI.) Projeta-se que os ganhos provenientes dessa assistência perfazam apenas 10% da dívida não-concessionária corrente a longo prazo desses países no fim da década. É óbvio que o plano não aliviará a região do ônus da dívida, mas abrandará a sobrecarga financeira do serviço da dívida.

O crescimento *per capita* projetado de 2,3% anuais na América Latina também dependerá de novas reformas de política e de uma carga significativamente mais leve de serviço da dívida. As projeções apontam para taxas de juros mais baixas e um maior dinamismo nas exportações (crescimento em volume de 4,9% anuais). Também pressupõem o restabelecimento da capacidade creditícia e um retorno aos níveis de investimento vigentes antes da crise no fim da década. As estratégias atuais de redução da dívida precisarão ser fortalecidas para garantir financiamento suficiente para novos investimentos.

No tocante às demais regiões em desenvolvimento, as perspectivas são mais favoráveis. As rendas *per capita* no Sul da Ásia inclinam-se a continuar crescendo 3,2% ao ano — quase três vezes mais rápido do que entre 1965 e 1980. A previsão para a Índia, em particular, é que lidere a região, com um crescimento de 3,4% do PIB *per capita* — o suficiente para permitir progressos

expressivos na redução da pobreza. Uma premissa importante na projeção para a Índia, porém, é a manutenção das políticas que propiciam a rápida expansão do investimento, da produtividade e das exportações nos anos 80. Se a taxa de câmbio real for gerida com cautela, o volume de exportações poderá crescer robustos 8% ao ano. E se forem tomadas medidas para conter o déficit fiscal, esse aumento deve impedir que o custo do serviço da dívida prejudique o crescimento.

Prevê-se que os países do Leste asiático mantenham as políticas macroeconômicas prudentes e flexíveis que funcionaram tão bem no passado. O projetado é que a renda real *per capita* da região cresça 5,1% ao ano. Com isso as rendas médias elevar-se-iam mais 65% até o ano 2000 e a pobreza estaria praticamente eliminada. A forte demanda global das exportações da região, sobretudo do Japão, ajudará a compensar os efeitos de um enfraquecimento do mercado interno norte-americano. Espera-se que as exportações de manufaturados da China e da Indonésia se expandam mais de 9% em termos reais no decorrer da década. Nos países de rendas média e alta da região, as exportações terão menos impacto no crescimento quando a demanda interna crescente assumir maior importância.

As projeções indicam que a economia da China terá bom desempenho, embora se espere que o crescimento da renda *per capita* caia dos 8,7% anuais obtidos nos anos 80 para cerca de 5,4%. As medidas de austeridade destinadas a conter a inflação interna e soffrear o endividamento interno e externo travarão o crescimento no início da década. Reformas persistentes nos mercados de trabalho e de preços, bem como uma descentralização maior do investimento e da administração, deverão propiciar melhorias constantes de produtividade.

Paira grande incerteza quanto às perspectivas para o Leste europeu. As reformas econômicas necessárias, combinadas à aplicação de rigorosas medidas antiinflacionárias, reduzirão o crescimento por algum tempo, apesar da generosa assistência externa. O desmonte das empresas geridas por trabalhadores e a privatização de empresas estatais provocarão desemprego aberto em larga escala. A médio prazo, porém, são boas as perspectivas de elevar a produtividade e atrair novos investimentos da Europa ocidental. Pelo fim da década, o crescimento deverá ser robusto, e no seu decorrer, espera-se que a renda *per capita* venha a crescer 1,5% ao ano.

A previsão é de que o PIB *per capita* dos outros países em desenvolvimento da Europa, do Oriente

Médio e Norte da África cresça 2,1% ao ano. Graças ao crescimento equilibrado da demanda mundial de petróleo e a um esperado declínio da produção nos países que não pertencem à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), prevê-se uma elevação de 3% ao ano em termos reais nos preços do petróleo. Isso fortalecerá as relações de troca da região. O serviço da dívida, no entanto, continuará a ser um sorvedouro de recursos. O Marrocos é o único país do Norte da África com dívida em condições comerciais suficientemente grande para merecer considerações no âmbito do Plano Brady, mas vários outros países apresentam relações dívida/exportações que quase os equiparam a vários dos países muito endividados.

Riscos à vista

Essas previsões baseiam-se inevitavelmente em premissas que podem se revelar incorretas. Modificando-se algumas delas, podem-se estimar limites de variação para as previsões. Esse exercício também confirma a importante influência que as políticas monetária e fiscal dos países industrializados exercem sobre os países em desenvolvimento. As políticas fiscais dos EUA têm repercussões internacionais especialmente amplas devido às dimensões do país e ao papel fundamental do dólar nos mercados financeiros mundiais. A persistência de desequilíbrios de conta corrente entre EUA, Japão e Europa decorre em grande parte da queda da poupança nos EUA — um declínio de responsabilidade tanto do governo quanto das unidades familiares. A poupança global norte-americana caiu cerca de 3% do PNB desde o início dos anos 80. Se a poupança nos EUA e em outros países industrializados não se elevar conforme o projetado — talvez devido ao fato de os EUA não conseguirem cortar seu déficit federal —, as taxas reais de juros continuarão altas nos anos 90. Neste cenário, e presumindo que os países industrializados manterão o aperto em suas políticas monetárias, é provável que as taxas de crescimento desses países caiam cerca de 0,5% no transcurso da década e que as taxas reais de juros se mantenham estáveis em torno da média de 5,5% dos anos 80.

Esta situação prejudicaria as perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento em quatro aspectos principais. Primeiro, um crescimento mais lento dos países industrializados desencorajaria a demanda de importação de produtos de países em desenvolvimento. Segundo, taxas reais de juros mais altas aumentariam a carga de

Tabela 1.4 Indicadores comparativos para países de renda média e baixa muito endividados
(percentual, salvo indicação em contrário)

Indicador	Baixa renda	Renda média
Aumento populacional médio (1988)	3,1	2,0
PNB <i>per capita</i> (US\$ de 1988)	274,0	1.782,0
Investimento interno bruto como parcela do PIB (preços correntes, 1987/88)	14,4	22,4
Exportações como parcela do PIB (1987/88)	19,4	16,3
Importações como parcela do PIB (1987/88)	23,3	13,7
Parcela de manufaturados nas exportações (1987/88)	6,2	45,0
Parcela de produtos primários não-combustíveis nas exportações (1987/88)	52,5	39,3
Assistência oficial ao desenvolvimento como parcela do PIB (1987)	8,2	0,5
Taxa de mortalidade abaixo dos cinco (por mil, 1985)	191	84
Índice líquido de matrícula no primário (1985)	50	89

Fonte: World Bank, 1989f e dados do Banco Mundial.

serviço da dívida dos países com dívidas a taxas flutuantes e dos que estivessem tomando novos empréstimos. Terceiro, os preços das *commodities* provavelmente diminuiriam, piorando as relações de troca dos exportadores de produtos primários. Por fim, é quase certo que os países industrializados em crescimento mais lento seriam menos generosos em sua assistência aos países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento que têm pesadas dívidas em condições comerciais e dependem da exportação de produtos primários seriam os mais vulneráveis a esse novo estado de coisas. Durante a década, o crescimento da renda real nos países em desenvolvimento como grupo ficaria cerca de 0,7% abaixo do previsto na Tabela 1.3. A Ásia seria a região menos afetada, já que, em comparação com o grupo como um todo, contraiu menos dívidas em condições comerciais, possui uma participação maior de manufaturados nas exportações e (excetuando-se os países orientados para a exportação) é menos dependente do comércio exterior. O crescimento da renda real no Sul e no Leste asiáticos seria menor em cerca de 0,6%. A América Latina seria a região mais afetada; seu crescimento médio real cairia aproximadamente 1% nos anos 90. Na África subsaariana a pequena parcela de dívida a taxas flutuantes compensa a grande dependência da região de exportações de *commodities*. Como na Ásia, o crescimento de renda declinará 0,6%, mas devido à população crescente da região, um retardamento neste aspecto indicaria uma queda nas rendas *per capita* no decorrer da década. O panorama para a incidência de pobreza na África subsaariana ficaria, por conseguinte, mais sombrio.

A coordenação de políticas entre os principais países industrializados (notadamente para estabilizar taxas cambiais) tornou-se um fator importan-

te das relações econômicas internacionais nos anos 80. Em suas reuniões de cúpula anuais, no entanto, os países do G-7 ainda não deram a devida atenção aos efeitos de suas políticas no mundo em desenvolvimento. A obtenção de soluções para os problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento, sobretudo aqueles que não participaram do crescimento verificado nos anos 80, depende cada vez mais de esforços coordenados que levem em conta essa vinculação. Há duas tarefas de importância imediata: atenuar a carga da dívida dos países em desenvolvimento e diminuir as barreiras ao comércio mundial.

Como lidar com a dívida nos anos 90

A meta dos países muito endividados não mudou: como nos anos 80, é retomar o crescimento sustentado e recuperar a capacidade creditícia externa. Esses países não conseguiram restabelecer o crescimento e estão hoje mais endividados do que no início, o que atesta a dificuldade desta tarefa. Desde que a crise da dívida começou, vários países muito endividados restringiram as importações, aumentaram as exportações e, com isso, geraram superávits comerciais. Esses ajustes, porém, foram feitos à custa do achatamento do consumo e dos salários, da redução dos investimentos e da produção, e freqüentemente apelando para o financiamento inflacionário dos déficits públicos. Há necessidade de uma estratégia para romper com esse padrão nos anos 90.

No tocante aos países muito endividados, é preciso distinguir os de renda média dos de baixa renda, devido a significativas diferenças estruturais (Tabela 1.4). Os países de baixa renda muito endividados — 26 no total, a maioria na África subsaariana — apresentam deficiências estruturais bastante arraigadas. A maioria possui bases fi-

Box 1.4 As perspectivas econômicas do México após o Plano Brady

Em janeiro de 1990, o México tornou-se o primeiro país a concluir negociações para a reestruturação da dívida nos termos do Plano Brady. O acordo abrange US\$49 bilhões em empréstimos comerciais e, segundo algumas estimativas, o alívio da dívida resultante será de US\$12 bilhões. Em média, as transferências externas líquidas — serviço da dívida menos novos empréstimos — serão reduzidas em cerca de US\$4 bilhões por ano durante os próximos seis anos. Isto equivale a quase um quinto das exportações mexicanas de mercadorias em 1989.

O sucesso depende dos efeitos diretos e indiretos que o acordo terá sobre o crescimento e os investimentos internos. O impacto direto imediato é a redução do serviço da dívida, o que libera recursos para outros fins. Mais importante, porém, é o efeito indireto na área do investimento, graças ao aumento da confiança e da estabilidade financeira.

Os efeitos indiretos podem ocorrer de duas formas. Primeiro, um menor serviço da dívida implica menor dependência em relação à emissão de dinheiro para cobrir o déficit e, portanto, menor inflação. Isto deve atenuar as

expectativas de futura depreciação da taxa de câmbio e ajudar a reduzir as taxas de juros internas. O aumento do preço da dívida governamental no mercado secundário, como aconteceu após o anúncio do Plano Brady para o México, pode também fazer baixar as taxas de juros internas e, assim, promover os investimentos. Segundo, menor inflação e maior confiança estimulam o retorno do capital que fugiu do país. Calcula-se que, entre 1980 e 1988, entre US\$15 bilhões e US\$45 bilhões deixaram o país sob a forma de evasão de capital promovida por investidores mexicanos. Desse total, somente uma pequena parte teria retornado.

Sem acesso a recursos externos, os investimentos públicos seriam fortemente contidos, as taxas de juros internas teriam de aumentar muito mais para evitar nova evasão de capital, e os investimentos privados continuariam reduzidos. O Plano Brady torna viável a meta mexicana de crescer a uma taxa anual de 5% em 1996. Se esta meta será atingida ou não, dependerá de severa administração macroeconômica, continuidade do programa de ajustamento e aumento dos investimentos privados.

nanceiras e infra-estruturais precárias, depende de uma pequena variedade de produtos primários para exportação e sofre as conseqüências de baixos padrões nutricionais e educacionais. O aumento populacional acelerado exacerba essas dificuldades. Os devedores de renda média, ao contrário, são bem dotados de recursos naturais e mão-de-obra qualificada e dispõem de bases industriais bem desenvolvidas.

O principal desafio de todos os países muito endividados é planejar e implementar reformas de políticas confiáveis para promover o crescimento. Os benefícios diretos que podem ser conquistados através de negociações não têm como, sozinhos, acabar com os embaraços impostos pelo endividamento crônico; precisam ser acompanhados dos benefícios indiretos da credibilidade recuperada, do aumento dos investimentos privados e da repatriação do capital. São necessárias novas medidas para encorajar o investimento, melhorar a alocação de recursos e elevar, de modo menos distorcido, as receitas internas para financiar o governo. As perspectivas de crescimento e de recuperação da capacidade creditícia seriam então mais animadoras.

Na maioria dos casos, os credores oficiais respondem por mais de quatro quintos da dívida total dos países de baixa renda muito endividados. Os principais governos credores estão tentando reduzir a carga da dívida deste grupo através dos

mecanismos acordados na reunião de cúpula de Toronto em 1988. Dezesesseis países da África subsaariana já reescalonaram suas dívidas por este novo protocolo. Espera-se que o Programa Especial para a África, que proporciona assistência concessionária para balanços de pagamentos a países de baixa renda que estão empreendendo reformas expressivas, seja estendido para além de 1990, quando se encerra o programa atual. Essas, juntamente com o Serviço Ampliado de Ajuste Estrutural do FMI, são as principais fontes de assistência concessionária multilateral.

Mesmo que os preços das *commodities* sejam favoráveis e que haja aumento de exportações na próxima década, os países de baixa renda muito endividados precisarão de mais assistência, inclusive redução da dívida, para manterem o consumo *per capita* e, simultaneamente, aumentarem o investimento. Eles se defrontam com empecilhos estruturais ao crescimento que levarão vários anos para superar. Enquanto isso, o serviço da dívida, mesmo depois dos reescalonamentos de Toronto, continuará custando, em média, 5% do PIB nos anos 90.

O Plano Brady visa aos 19 países de renda média com dívidas predominantemente comerciais. Neste grupo o potencial para a retomada do crescimento é maior. A experiência adquirida até aqui com o Plano Brady mostra que é possível fortalecer programas de ajuste e mobilizar o investimento

Box 1.5 O comércio de bananas e a Comunidade Européia, 1992

O comércio mundial de bananas movimentava cerca de US\$2 bilhões por ano, sendo 30% do volume vendidos à Comunidade Européia. Embora essas importações sejam regulamentadas pela CE, as exceções às regras existentes protegem o direito de alguns países de conceder termos preferenciais em seus acordos com fornecedores tradicionais. A Itália, por exemplo, importa bananas da Somália; a Grã-Bretanha, da Jamaica e das ilhas de Barlavento. A Bélgica, a Dinamarca e Luxemburgo impõem uma tarifa única de 20% sobre bananas importadas de países não-africanos ou não-caribenhos. A Alemanha, único país cujo comércio virtualmente não sofre restrições, importa principalmente dos eficientes países da "banana-dólar" das Américas Central e do Sul.

A partir de 1992, entrará em vigor um acordo comum sobre importações de bananas. Embora ainda não se

conheça a forma final desse acordo, sabe-se que terá importantes efeitos sobre a divisão da receita de exportação entre os produtores de bananas. A Tabela de box 1.5 simula os efeitos da transição para o livre comércio sobre o mercado de bananas.

Essa transição reduziria em 49% o preço recebido pelos exportadores protegidos, os quais sofreriam uma perda de US\$209 milhões. Calcula-se que os exportadores dos países em desenvolvimento, do tipo "banana-dólar", lucrariam US\$61 milhões com a transição. O maior lucro líquido (US\$386 milhões) ficaria com os próprios europeus, em grande parte devido à queda de 24% nos preços de importação. Os importadores não-europeus (principalmente os EUA) perderiam cerca de US\$46 milhões em virtude do aumento dos preços mundiais.

Tabela de box 1.5 Impacto da liberação do comércio na Comunidade Européia sobre o mercado de bananas

Grupo	Efeito da liberação sobre		
	Preços (variação percentual) ^a	Volumes (variação percentual)	Receitas (em milhões de dólares)
Exportadores			
Protegidos ^b	-49	-46	-209
Outros	4	12	61
Importadores			
Mercados europeus protegidos ^c	-24	15	394
Mercados europeus não-protegidos ^d	1	1	-8
Resto do mundo	2	-1	-46

Nota: Os preços baseiam-se em dados de 1987.

a. No caso de importadores, preço médio de varejo; no caso de exportadores, preços de exportação f.o.b.

b. Guadalupe, ilhas de Barlavento, ilhas Canárias, Jamaica, Madeira, Martinica, Somália e outros países do ACP (África, Caribe e Pacífico). (As importações européias de bananas dos países do Pacífico são, porém, insignificantes.)

c. Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal, e Reino Unido. O mercado é representado pelos preços franceses.

d. O mercado é representado pelos preços alemães.

Fonte: Borrell & Yang, 1990.

privado através da redução parcial da dívida (Box 1.4). Mas há campo para aperfeiçoamentos. Por uma série de razões, os credores comerciais externos continuam relutantes em conceder novos empréstimos. Oportunidades alternativas de lucro e dúvidas quanto às perspectivas dos países endividados, mesmo com programas Brady implantados, aceleraram a saída dos bancos comerciais. A alteração das regulamentações bancárias nos países credores poderia encorajar os bancos a tomar parte em programas de redução da dívida e a conceder novos empréstimos. Os recursos financeiros oficiais disponíveis através do Plano Brady montam a US\$30-35 bilhões. Trata-se de um montante significativo de assistência — o bastante para reduzir o serviço anual da dívida dos países de renda média muito endividados em cerca de US\$6 bilhões ao ano de 1990 a 1993. Mas não o suficiente

para financiar programas para todos os 19 países do Plano Brady. Podem-se tornar necessários outros financiamentos por parte de fontes oficiais bilaterais.

Um seguro contra choques tende também a fazer parte de toda estratégia bem-sucedida. A ocorrência de uma deterioração de 10% nas relações de troca, ou de uma elevação de 2% nas taxas de juros mundiais, pode eliminar os ganhos provenientes da redução da dívida pela nova abordagem. É necessário se proteger contra tais imprevistos. Uma possibilidade são os títulos vinculados a *commodities*, que distribuem os riscos entre credores e devedores no caso de uma queda acentuada nos preços das *commodities*. Outra é incluir dispositivos para grandes choques de preços da produção, que poderiam se espelhar nas cláusulas do recente acordo mexicano, vinculando preços de

exportação mais baixos a menores amortizações da dívida.

A reforma de políticas para estimular o investimento e o crescimento nas indústrias de exportação é parte integrante da nova estratégia. Exportações mais vigorosas facilitariam o financiamento das importações e o serviço da dívida, contribuindo, assim, para restabelecer a capacidade creditícia. É óbvio, porém, que tal crescimento baseado na exportação seria dificultado por um maior protecionismo nos países industrializados. As iniciativas para melhorar as relações comerciais globais deveriam ser consideradas parte importante da estratégia mais ampla para reduzir a dívida e restabelecer o crescimento nos países devedores de renda média.

Mudanças no sistema de comércio mundial

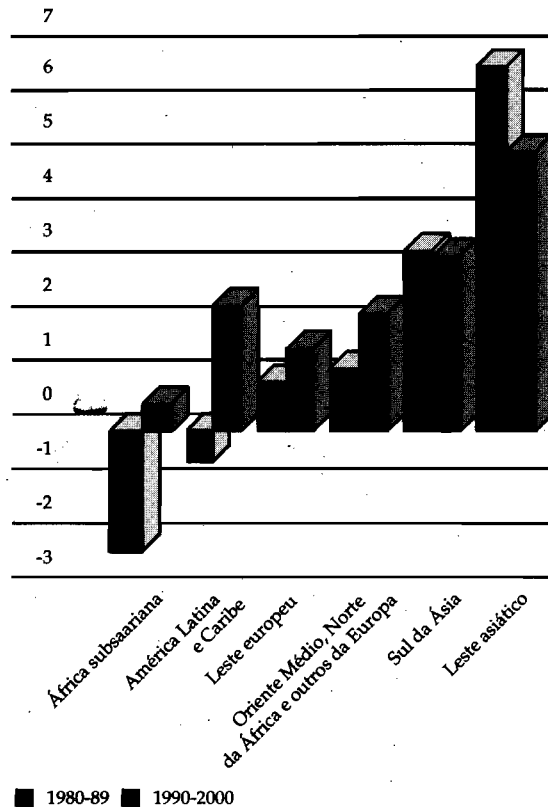
Espera-se que, nos anos 90, o volume de exportações dos países em desenvolvimento cresça 6% ao ano, como ocorreu na década de 80. As políticas internas serão essenciais para tal crescimento, assim como o fortalecimento do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) através da Rodada do Uruguai, cujo término está previsto para fins de 1990.

Embora as sucessivas rodadas do GATT tenham resultado em significativos cortes de tarifas nos países industrializados, o uso de barreiras não-alfandegárias vem aumentando nos últimos tempos. Nos EUA, estima-se que as barreiras não-alfandegárias para o aço, automóveis e têxteis equivalham a uma tarifa adicional de cerca de 25%, situando o protecionismo no nível dos primeiros anos do pós-guerra. Em 1989, os EUA advertiram o Brasil, a Índia e o Japão de que poderiam tomar medidas unilaterais de proteção ao comércio, aplicando a legislação "Super 301". Os atritos comerciais com os EUA foram atenuados por meio de negociações bilaterais, mas permanece a ameaça de uma ação unilateral. As limitações voluntárias das exportações, sobretudo de produtos manufaturados mais sofisticados, proliferam. Mais de 120 dessas limitações afetaram as exportações dos países em desenvolvimento em 1988.

A Rodada do Uruguai oferece a oportunidade de criar um regime comercial verdadeiramente global sob a égide do GATT. A ampliação da cobertura de produtos e países indica um novo campo para avanços. Mais países do que nunca são membros ativos do GATT e vários países em desenvolvimento passaram de signatários nominais a parceiros plenos nas negociações. As discussões

abrangem quase todo tipo de comércio — não só mercadorias convencionais, como também agricultura, serviços, critérios de investimento que afetam o comércio e direitos de propriedade intelectual.

Figura 1.7 Crescimento real *per capita* nos países em desenvolvimento nos anos 80 e valores previstos, 1990-2000 (%)



Todos, em última análise, estão interessados em relações comerciais abertas. O protecionismo nos países industrializados só preserva um pequeno número de empregos, e a um alto custo para os consumidores. Nos EUA, por exemplo, o custo de proteger cada emprego na indústria têxtil é aproximadamente quatro vezes maior que o salário anual do empregado médio dessa indústria. O protecionismo nos países em desenvolvimento onera consumidores e indústrias que necessitam de insumos importados e cria um ambiente que premia a ineficiência. Já se conseguiu montar indústrias competitivas — a indústria automobilística da Coreia, por exemplo, e a produção de

aeronaves para aviação regional no Brasil — amparadas no protecionismo, mas o êxito é raro e o fracasso muito comum.

O “Projeto 1992” — o esforço para criar um mercado único europeu — provavelmente terá grande impacto sobre o comércio mundial. A Comunidade Européia (CE) converter-se-á no maior mercado do mundo, com uma população de 320 milhões e um PIB de cerca de US\$6 trilhões. A ela caberá aproximadamente 30% das exportações dos países em desenvolvimento. E este enorme mercado pode muito bem se expandir na próxima década e absorver vários membros da Associação Européia de Livre Comércio (AELC), além de alguns países do Leste europeu. (Na verdade, já se cogita a inclusão da República Democrática Alemã.)

O impacto sobre os países em desenvolvimento dependerá da prevalência ou não dos efeitos de uma maior eficiência e crescimento, que geram comércio, sobre os efeitos das barreiras externas à entrada de mercadorias, que provocam mudanças de rumo no comércio. Estimou-se que o programa 1992 poderia elevar o PIB europeu em até 5% num período de cinco a 10 anos, o que resultaria num aumento de cerca de US\$4 bilhões nas importações de produtos primários de países em desenvolvimento. A Comissão da CE, porém, já estimou que a remoção das barreiras internas pode reduzir as importações européias de manufaturados em 10%, e que parte dessa perda recairia sobre os países em desenvolvimento. A possibilidade de que a diversão do comércio suplante a geração de comércio é maior no caso dos manufaturados, sobretudo se os ganhos de produção da CE decorrerem mais de uma mudança de rumo no comércio do que de um aumento de produtividade. O impacto líquido sobre os países em desenvolvimento que mais exportam para a Europa poderia então ser grave. Este risco seria ainda maior se a CE fechasse acordos comerciais especiais com o Leste europeu, já que outros países em desenvolvimento competem com o Leste europeu no fornecimento de produtos manufaturados aos mercados europeus.

Muita coisa dependerá das formas empregadas pela Europa para impor barreiras comuns ao

comércio exterior. Irá a Europa remover suas restrições comerciais e reduzir tarifas — talvez como parte da Rodada do Uruguai (Box 1.5)? Irá substituir restrições comerciais por tarifas, ou adotar outras barreiras não-alfandegárias, como padrões de qualidade e critérios de conteúdo uniformes? Todas as exportações dos países em desenvolvimento — produtos agrícolas tropicais e temperados, manufaturados e serviços — serão afetadas direta e indiretamente por essas decisões. O perigo maior está na proliferação das novas barreiras comerciais, o que estimulará retaliações.

O que isso representa para os pobres?

As estatísticas globais examinadas neste capítulo são importantes para se entender o que acontece na economia mundial, mas não mostram o que vem ocorrendo com as pessoas, em particular os pobres. O restante do Relatório trata diretamente dessa questão. Como os pobres ganham a vida, a adequação do atendimento médico que lhes é prestado, seu acesso à educação e a outros serviços públicos, tudo isso será examinado em detalhes. Mas as conclusões deste capítulo acerca das diferenças de desempenho econômico regional não deixam de ser relevantes. Embora o crescimento das rendas médias *per capita* não melhore automaticamente o bem-estar dos pobres, é um fator crucial. A Figura 1.7 mostra grandes diferenças regionais no crescimento de renda recente e previsto. O que essas diferenças significam para os pobres?

Os próximos dois capítulos enfocam a extensão atual da pobreza e as conseqüências para os pobres do desempenho econômico recente. O acelerado crescimento *per capita* no Leste e Sul da Ásia beneficiou realmente os pobres? Quem sofre mais com rendas decrescentes na África subsaariana? Nos Capítulos 2 e 3 são lançadas as bases para o debate das políticas públicas, que se dá do Capítulo 4 ao 8. O último capítulo reexamina as implicações dos diferentes desempenhos regionais para os anos 90 e procura saber como eles irão afetar as perspectivas de redução da pobreza global no início do próximo século.



Que sabemos sobre os pobres?

O principal objetivo do desenvolvimento econômico é reduzir a pobreza. Estima-se que, em 1985, mais de 1 bilhão de pessoas viviam em estado de pobreza absoluta no mundo em desenvolvimento. É pois evidente que o desenvolvimento econômico tem um longo caminho a percorrer. Sem conhecer a real situação dos pobres, os governos não podem adotar estratégias desenvolvimentistas adequadas nem políticas mais eficazes para combater a pobreza. Quantos pobres existem no país? Onde vivem eles? Qual é precisamente sua situação econômica? Dar uma resposta a essas questões é o primeiro passo para compreender o impacto das políticas econômicas sobre os pobres.

Três famílias pobres

Começaremos pelas pessoas a quem este Relatório pretende ajudar. Os parágrafos seguintes descrevem a situação de três famílias pobres de três países diferentes. Tais famílias têm muito em comum. Para elas, a diferença entre uma qualidade de vida tolerável e a mera sobrevivência depende da capacidade de trabalhar e das oportunidades de arranjar trabalho. A falta de instrução, a falta de terra e a extrema vulnerabilidade às doenças e às sazonalidades afetam essas famílias em diferentes graus. Problemas como esses estão no âmago da pobreza.

Gana: uma família de pobres agricultores de subsistência

Na região savânica de Gana, uma típica família de sete membros vive em três cabanas de um só aposento, feitas de tijolos de barro e com chão de terra. A mobília é escassa e não há banheiro, luz elétrica nem água encanada. Para buscar água,

eles têm de caminhar até um rio que fica a uns 15 minutos de casa. Afora os três acres de terra não-irrigada e uma vaca, a família possui poucos bens e quase nenhuma poupança.

Eles plantam sorgo, legumes e amendoim. O trabalho é sazonal e fatigante. Nas épocas do plantio e da colheita, todos trabalham, até mesmo os pais do chefe da família, que têm 60 e 70 anos. O solo é ruim, mas eles não usam fertilizantes nem outros insumos modernos. Ademais, a região é sujeita a secas; só chove em dois anos a cada cinco. Além de ajudar no cultivo, a esposa tem de buscar água, apanhar lenha e cuidar da alimentação. A cidade onde o marido vende sua parca colheita e compra artigos de primeira necessidade fica a cinco milhas de distância; os caminhos são precários e ficam intransitáveis quando chove.

Os membros mais idosos nunca freqüentaram a escola, mas o filho de oito anos está cursando o primário. A família espera que o menino possa continuar estudando, mas há pressão para que ele fique em casa ajudando no cultivo nas épocas em que há muito serviço. Ele e suas duas irmãs menores nunca tomaram qualquer vacina nem foram ao médico.

Peru: uma família pobre da cidade

Numa favela da periferia de Lima, um barraco feito de pedaços de madeira, ferro e papelão abriga uma família de seis pessoas. Dentro dele há uma cama, uma mesa, um rádio e dois bancos. A cozinha se resume a um pequeno fogão a querosene e algumas latas dispostas num canto. Não há banheiro nem luz elétrica. A favela dispõe de alguns serviços públicos, que costumam ser intermitentes. O lixo é recolhido duas vezes por semana. Os que dispõem de um tanque de cimento

recebem água, mas esta família não conseguiu economizar o bastante para comprar cimento. Enquanto isso a mãe e a filha mais velha vão buscar água numa bica situada a uns 400 metros de casa.

O marido e a esposa são índios oriundos de uma aldeia da Sierra. Nenhum dos dois concluiu o primário. Chegaram a Lima com dois filhos, quase quatro anos atrás, esperando encontrar trabalho e escola. Embora estejam empregados, a recessão econômica dos últimos anos os atingiu duramente. Vizinhos que estão em melhor situação e que chegaram a Lima de três a seis anos antes deles dizem que era mais fácil prosperar então. Mesmo assim, o casal espera poder em breve reconstruir sua casa com tijolos e cimento e depois ter luz elétrica, água encanada e um banheiro, assim como seus vizinhos. Agora eles têm quatro filhos, depois de terem perdido um, sendo que os dois mais velhos freqüentam a escola comunitária, construída recentemente com recursos de uma organização não-governamental (ONG). Todas as crianças tomaram vacinas contra pólio e contra difteria, coqueluche e tétano (DCT) quando um posto ambulante esteve na favela. A comunidade é muito solidária e a favela conta com um ativo centro comunitário.

O pai é operário de construção. O trabalho é incerto e às vezes ele tem de fazer biscates, mas quando consegue emprego em uma obra, geralmente é apenas por um mês ou pouco mais que isso. Sua mulher teme que ele sofra um acidente no trabalho, assim como alguns de seus colegas que ficaram incapacitados e não recebem qualquer compensação. Ela ganha algum dinheiro lavando roupa para uma pessoa rica duas vezes por semana. Para chegar na casa dessa pessoa, ela tem de fazer uma longa viagem de ônibus, mas o trabalho lhe permite tomar conta dos dois filhos menores. Em casa, ela é que se encarrega das tarefas domésticas. Quando ela se ausenta por longos períodos, as duas crianças mais velhas freqüentam a escola nos turnos da manhã e da tarde, de modo a poderem cuidar da casa. Ultimamente tem havido muitos furtos na vizinhança, e embora a família possua poucos bens, rádios e fogões a querosene são muito procurados. A alimentação familiar consiste de arroz, pão e óleo vegetal (tudo subsidiado pelo governo), além de verduras e, esporadicamente, peixe.

Bangladesh: a família de um trabalhador pobre e sem-terra

Em Bangladesh, numa comunidade rural de uma região sujeita a secas, um trabalhador pobre e sua

família enfrentam mais uma época de escassez.

Eles moram numa palhoça com chão de terra batida e paredes feitas de folhas secas de palmeira amarradas às varas de bambu que sustentam o teto. Dormem sobre uma esteira de palha e cobrem-se com sacos de juta. O trabalhador e sua mulher, os três filhos e mais uma sobrinha não são donos do terreno onde foi construída a palhoça. Mas por sorte têm um vizinho que lhes cedeu por tempo indefinido o terreno e um lote extra, onde plantaram açafrão e gengibre e também uma jaqueira.

O pai é trabalhador rural diarista e costuma ficar desempregado a maior parte do ano. Antes, nos períodos ociosos, ele às vezes conseguia encontrar trabalho fora da lavoura — numa obra em cidades vizinhas, por exemplo —, mas depois que contraiu uma febre paratifóide ele já não pode fazer muito esforço. Agora ele ganha alguns trocados fazendo pequenos biscates na aldeia.

A esposa cozinha, cuida dos filhos, descasca arroz e busca água no poço. Nessas tarefas ela é ajudada pela sobrinha de 13 anos que perdeu os pais durante uma epidemia de cólera alguns anos atrás. Ambas estão sempre procurando fazer algum serviço extra para vizinhos mais favorecidos, como descascar arroz, capinar e cortar lenha. O filho de nove anos vai à escola algumas vezes por semana, pela manhã em uma cidade que fica a uma hora de caminhada. Na parte da tarde, ele e a irmã de sete anos apanham lenha, capinam e colhem raízes comestíveis. A irmã também cuida do bebê quando a mãe e a prima estão ocupadas.

A família gasta cerca de 85% de sua escassa renda com comida, principalmente arroz. Eles se acostumaram a ter apenas duas refeições por dia e esperam poder agüentar até a colheita do arroz sem ter de cortar e vender sua jaqueira ou as varas de bambu que sustentam o teto da palhoça.

Medindo a pobreza

Essas são as pessoas que existem por trás dos dados estatísticos. Para tirá-las da pobreza é fundamental saber quantas elas são ao todo, onde vivem e, sobretudo, por que são pobres. Nenhuma dessas questões é simples. Para começar, é necessário ser mais preciso com relação ao verdadeiro significado de “pobreza”.

Pobreza não é o mesmo que desigualdade. Há que enfatizar essa diferença. Enquanto pobreza diz respeito ao padrão de vida absoluto de uma parte da sociedade — os pobres —, desigualdade se refere a padrões de vida relativos de toda a

sociedade. Na desigualdade máxima, uma pessoa tem tudo, e nesse caso obviamente é grande a pobreza. Mas a desigualdade mínima (situação em que todos são iguais) é possível tanto com pobreza zero (ninguém é pobre) quanto com pobreza máxima (todos são pobres).

O Relatório define pobreza como a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo. Para tornar útil essa definição, é preciso responder a três questões. Como medimos o padrão de vida? Que entendemos por padrão de vida "mínimo"? E, uma vez identificados os pobres, como expressamos numa única medida ou índice a extensão da pobreza?

Medindo o padrão de vida

A renda e os gastos *per capita* familiares são boas medidas do padrão de vida contanto que incluam a produção própria, que é muito importante para a maioria dos pobres do mundo (Box 2.1). Mas nenhuma das duas medidas consegue captar certas dimensões da riqueza, como saúde, expectativa de vida, grau de instrução e acesso a bens públicos ou a recursos de propriedade comum. Ter água potável, por exemplo, é importante para o padrão de vida de uma pessoa, mas não se reflete

no consumo ou na renda tal como são medidos habitualmente. As famílias que têm acesso a serviços públicos gratuitos estão em melhor condição do que as que não têm, embora suas rendas e despesas possam ser iguais. Para suprir essas deficiências, o Relatório complementarará a aferição do nível de pobreza com base no consumo com outras medidas como nutrição, expectativa de vida, mortalidade infantil e índices de matrícula escolar.

O nível de pobreza

Todas as medidas mencionadas anteriormente são julgadas em relação a alguma norma. Por exemplo, estimamos que a expectativa de vida em certos países é baixa em relação aos índices registrados por outros países numa determinada data. A escolha da norma é particularmente importante no caso das medidas de pobreza que tenham por base o consumo.

Pode-se conceber um nível de pobreza baseado no consumo que contenha dois elementos: a despesa necessária para adquirir um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades básicas, e um montante adicional, variável de um país para outro, que reflete o custo da participação na vida cotidiana da sociedade. A primeira parte é relativamen-

Box 2.1 Como devemos medir o padrão de vida?

O consumo corrente (inclusive consumo de produção própria) reflete a capacidade de uma família de preservar o seu padrão de vida através de poupança e empréstimos, apesar de flutuações de renda. Dentro desses limites, o consumo é uma melhor medida do bem-estar do que a renda. Um estudo do Sri Lanka, porém, constatou que os indicadores de consumo e de renda geralmente identificavam as mesmas pessoas como pobres. Além disso, o consumo corrente pode não ser uma boa medida do padrão de vida típico de uma família (embora provavelmente seja melhor do que a renda corrente). Em outro estudo, que examinou um conjunto de famílias indianas em um horizonte de nove anos, 54% das famílias, em média, eram tidas como pobres à base do seu consumo no ano corrente. Um número um pouco menor (50%) era tido como pobre à base do seu consumo médio em um intervalo de nove anos.

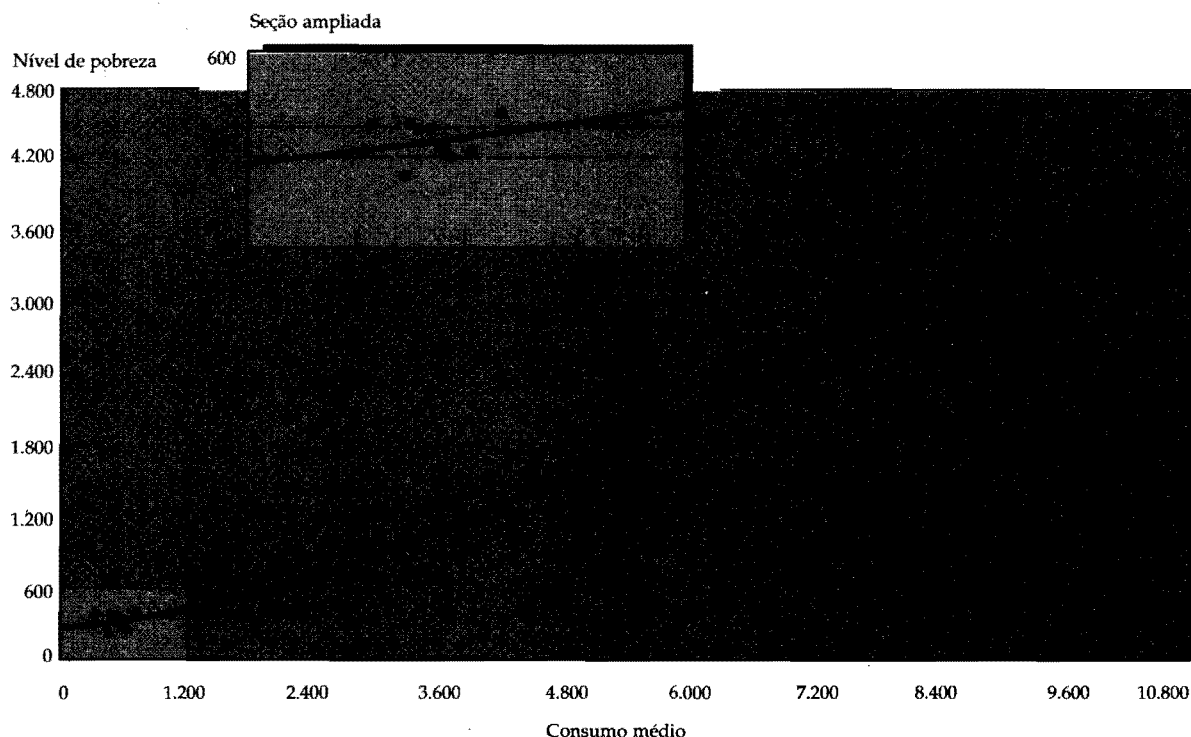
Outro problema é que os preços são diferentes para diferentes famílias. Nos países em desenvolvimento, os preços costumam variar entre zonas rurais e urbanas. Levando em conta essa diferença, um estudo do Sri Lanka constatou que a variabilidade dos preços pouco influa

sobre as estimativas da pobreza. Em países maiores, porém, as diferenças urbano-rurais constituem problema mais sério. Na Indonésia, por exemplo, as grandes diferenças regionais de preços afetam as comparações regionais de pobreza.

Igualmente importantes são o tamanho e a composição das famílias. Pesquisadores calculam "escalas equivalentes para os adultos" à base das necessidades de consumo de indivíduos segundo a idade, sexo e atividade. Contudo, quando se levou em conta a composição familiar nas estimativas do Sri Lanka, a estimativa de pobreza foi semelhante àquela baseada nas medidas *per capita*; a coincidência de classificação de pessoas como pobres foi de 90%.

Essas correções geralmente presumem que a distribuição do consumo no âmbito de uma família é equitativa. Mas, o que ocorre quando este não é o caso? Um estudo recente de dados referentes às Filipinas concluiu que o fato de levar-se em conta certa desigualdade de distribuição poderia alterar os números da incidência total da pobreza, mas não a configuração geral dos grupos sócio-econômicos.

Figura 2.1 Pobreza e padrão de vida médio, países desenvolvidos e em desenvolvimento
(dólares de 1985 PPC *per capita* anuais)



Nota: PPC, paridade do poder de compra.

te simples. O custo da ingestão de um mínimo indispensável de calorias e da satisfação de outras necessidades pode ser determinado em função dos preços dos alimentos que constituem a dieta dos pobres. Já a segunda parte é bem mais subjetiva. Em certos países, a água encanada é um “luxo”; em outros, uma “necessidade”.

O conceito de pobreza evoluiu historicamente e varia muito de uma cultura para outra. Os critérios que definem se alguém é pobre ou não tendem a refletir prioridades nacionais específicas e conceitos normativos de bem-estar e de direitos. Em geral, à medida que se tornam mais ricos, os países modificam sua noção do que seja um nível mínimo de consumo aceitável — o nível de pobreza. A Figura 2.1 mostra os níveis de pobreza de cada país em comparação com o consumo *per capita* (ambos em dólares de 1985, na paridade do poder de compra — PPC) em uma amostra de 35 países em desenvolvimento e industrializados. O limiar de pobreza sobe lentamente nos níveis baixos de consumo médio e mais acentuadamente nos níveis mais altos.

Ao estudar a pobreza nos vários países, o Relatório utiliza níveis de pobreza específicos para cada um deles. Neste capítulo e no Capítulo 9, porém, faz-se necessário um nível de pobreza universal para efeito de comparação e agregação de países. Inevitavelmente, esse nível de pobreza global é algo arbitrário. Em vez de uma única cifra, este capítulo adota duas: US\$275 e US\$370 anuais por pessoa. (As quantias são em preços constantes de 1985, PPC.) Tal faixa foi escolhida de modo a abranger os níveis de pobreza estimados em estudos recentes sobre alguns países de renda média baixa — Bangladesh, Egito, Índia, Indonésia, Marrocos, Quênia e Tanzânia. O limite mínimo da faixa coincide com o nível de pobreza comumente utilizado para a Índia.

Quantificação da pobreza

Uma vez feita a distinção entre os que são pobres e os que não são, o modo mais simples de medir a pobreza é representar o número de pobres enquanto proporção da população. Este *índice censitá-*

Box 2.2 O modo pelo qual medimos a pobreza é realmente importante?

O déficit de pobreza e o índice censitário são insensíveis ao grau de desigualdade entre os pobres. Quando ocorre transferência de renda entre uma pessoa pobre e outra ainda mais pobre, ambas as medições produzem o mesmo resultado. Para levar em conta o efeito desse tipo de transferência, existem medidas distribucionalmente sensíveis.

Suponhamos que desejamos saber como um aumento dos preços da cesta básica de alimentos afeta a pobreza. Recentemente, um estudo examinou esta questão no caso de Java, na Indonésia, utilizando dados de 1981. Verificou-se que as famílias situadas próximas ao nível de pobreza eram, em média, produtoras líquidas de arroz, o principal alimento básico. Assim, o índice censitário cai quando o preço do arroz aumenta — supondo-se que o aumento de preço é repassado aos produtores. Mas o estudo constatou que os mais pobres entre os pobres — muitos dos quais trabalhadores rurais sem terra ou agricultores com pouca terra mas com outra fonte de renda — são consumidores líquidos de arroz. Estes levam a pior, pelo menos a curto prazo, quando o preço do arroz aumenta. O estudo demonstrou que as medidas que levam em conta o grau de pobreza tendem a indicar um aumento da pobreza quando o preço do arroz aumenta —

exatamente o oposto da mensagem transmitida pelo índice censitário.

Consideremos agora a elaboração de um plano destinado a transferir renda para os pobres. Se o sucesso for medido unicamente pelo índice censitário, é claro que o dinheiro deve ir primeiro para aqueles que são menos pobres, pois, para determinada transferência, um número maior deles transporá o nível de pobreza. Pequenas transferências para os mais pobres das classes pobres não terá efeito algum sobre o recenseamento da pobreza. Questão semelhante surge na elaboração dos planos governamentais de emprego. Para determinado orçamento, o plano pode visar a ampla cobertura na faixa de salários baixos, deixando muitos participantes ainda na pobreza (embora em melhor situação do que antes), ou pode limitar a participação a um nível salarial suficiente para permitir que um número maior de pessoas se coloque acima do limiar da pobreza.

Portanto, embora as medidas simples da pobreza ofereçam indicações geralmente boas do que acontece com a pobreza ao longo do tempo, para muitos outros fins — inclusive avaliações dos efeitos da política governamental sobre a pobreza — é necessário examinar cuidadosamente a distribuição da renda abaixo do nível de pobreza.

rio é uma medida de grande valia, embora seja criticada por ignorar até que ponto os pobres ficam aquém do nível de pobreza. A insuficiência de renda, ou *déficit de pobreza*, evita esse inconveniente, pois mede a transferência que faria a renda do pobre chegar até o nível de pobreza, eliminando-a. O Relatório vale-se igualmente do índice censitário e do déficit de pobreza. O Box 2.2 analisa algumas outras medidas.

Tomando-se o nível superior de pobreza global — US\$370 —, estima-se em cerca de 1,115 bilhão o número de pobres nos países em desenvolvimento em 1985; isso equivale a aproximadamente um terço de toda a população desses países. Desse número, 630 milhões — 18% da população total do mundo em desenvolvimento — eram extremamente pobres: seu consumo anual ficou abaixo de US\$275, isto é, o nível inferior de pobreza. Apesar dessas cifras, o déficit global de pobreza — a transferência necessária para que todos ficassem acima do nível de pobreza — foi de apenas 3% do consumo total nos países em desenvolvimento. A transferência necessária para que todos saíssem da pobreza extrema foi, é claro, ainda menor — apenas 1% do consumo nos países em desenvolvimento. A taxa de mortalidade infantil abaixo dos cinco foi em média 121 por mil para todos esses países, a expectativa de vida foi de 62 anos e o índice líquido global de matrícula no primário, 83%. Tais números encobrem muitas variações de um país

para outro e dentro de um mesmo país. A Tabela 2.1 mostra em detalhe a distribuição regional dessas estimativas.

Tentou-se fazer uma tabela tão precisa quanto possível, mas as margens de erro são inevitavelmente grandes, e os números, convém ressaltar, são apenas estimativas. A qualidade dos dados básicos é variável. Recorreu-se, sempre que possível, a levantamentos fidedignos da renda e dos gastos familiares. Tais levantamentos abrangem 2,5 bilhões de pessoas, ou quase 75% do total. Em certos casos — por exemplo, a maioria dos países da África subsaariana —, as extrapolações se basearam em indicadores estreitamente relacionados com as medidas de pobreza extraídas dos levantamentos de dados familiares. As notas da Tabela 2.1 contêm esclarecimentos sobre a possível imprecisão das estimativas devido à insuficiência de dados.

Quase metade dos pobres do mundo em desenvolvimento, e quase metade dos que vivem em extrema pobreza, está no Sul da Ásia. A África subsaariana abriga apenas cerca de um terço dos pobres, mas em relação à população total, a pobreza na região é quase tão grande quanto a do Sul da Ásia. A Tabela 2.1 também mostra que ambas as regiões apresentam números desfavoráveis em vários outros indicadores sociais. Na África subsaariana, em particular, os índices de expectativa de vida e de matrícula no primário são assustadoramente baixos, e a taxa de mortalidade infantil

abaixo dos cinco é assustadoramente alta. Depois do Sul da Ásia e da África subsaariana, as regiões onde existe mais pobreza são o Oriente Médio e Norte da África, segundo todos os indicadores. Em seguida vêm a América Latina e Caribe e o Leste asiático. Em termos gerais, o desempenho da China é impressionante, mas devido ao tamanho de sua população, mesmo um índice censitário relativamente baixo acusa um grande número de pobres.

Características dos pobres

Se os governos quiserem diminuir a pobreza ou avaliar os efeitos que sobre ela exercem suas políticas econômicas, eles terão de saber muitas coisas a respeito dos pobres. Por exemplo, sabendo como os pobres obtêm e gastam sua renda, as autoridades terão uma noção de como as variações dos preços relativos afetarão a renda real. As políticas que visam diretamente aos pobres dificilmente terão êxito se os governos não souberem quem são esses pobres e como eles reagem às medidas e ao próprio meio. Infelizmente, nem sempre é fácil obter esse tipo de informação. Os pobres são heterogêneos, e os dados sobre suas características são os mais variados. Nos parágrafos seguintes iremos saber onde vivem os pobres, qual o tamanho e a composição de suas famílias, quais os seus meios de subsistência, o que possuem e o que

compram, que riscos enfrentam e como se situam.

Pobreza rural e pobreza urbana

Em muitos países a pobreza tem uma importante dimensão regional. Em geral ela é mais comum em áreas onde a renda média é baixa, mas tal ligação é às vezes surpreendentemente frágil. A Figura 2.2 mostra o índice censitário (no quadro superior) e a taxa de mortalidade infantil (no quadro inferior) em comparação com o consumo médio mensal *per capita* em áreas urbanas e rurais da Índia. Em qualquer nível de consumo, o índice censitário e sobretudo a taxa de mortalidade infantil podem variar amplamente. Isso ressalta a necessidade de averiguar não apenas a renda média, mas também a distribuição de renda e a prestação de serviços sociais.

A pobreza medida pela renda baixa tende a ser maior nas áreas rurais, mesmo levando em conta a considerável diferença que costuma haver entre o custo de vida na cidade e o custo de vida no campo. Problemas como subnutrição, falta de escolas, baixa expectativa de vida e habitações precárias também costumam ser mais graves nas áreas rurais. Isso ainda vale para a América Latina, apesar dos altos índices de urbanização. Nem sempre se percebe a importância da pobreza rural, em parte porque os pobres das cidades são mais visíveis e mais veementes que os do campo. Em 1980, a taxa de

Tabela 2.1 Quanta pobreza existe nos países em desenvolvimento? Situação em 1985

Região	Extremamente pobres			Pobres (inclusive extremamente pobres)			Indicadores sociais		
	Número (milhões)	Índice censitário (%)	Déficit de pobreza	Número (milhões)	Índice censitário (%)	Déficit de pobreza	Mortalidade abaixo dos 5 (por mil)	Expectativa de vida (anos)	Índice líquido de matrícula no primário (%)
África subsaariana	120	30	4	180	47	11	196	50	56
Leste Asiático	120	9	0,4	280	20	1	96	67	96
China	80	8	1	210	20	3	58	69	93
Sul da Ásia	300	29	3	520	51	10	172	56	74
Índia	250	33	4	420	55	12	199	57	81
Leste europeu	3	4	0,2	6	8	0,5	23	71	90
Oriente Médio e Norte da África	40	21	1	60	31	2	148	61	75
América Latina e Caribe	50	12	1	70	19	1	75	66	92
Todos os países em desenvolvimento	633	18	1	1.116	33	3	121	62	83

Nota: O nível de pobreza em dólares de 1985 PPC é US\$275 *per capita* anuais para os extremamente pobres e US\$370 *per capita* anuais para os pobres.

O índice censitário é definido como o percentual da população que está abaixo do nível de pobreza. Os intervalos de confiança de 95% em torno das estimativas pontuais dos índices censitários são: África subsaariana, 19, 76; Leste asiático, 21, 22; Sul da Ásia, 50, 53; Leste europeu, 7, 10; Oriente Médio e Norte da África, 13, 51; América Latina e Caribe, 14, 30; e todos os países em desenvolvimento, 28, 39.

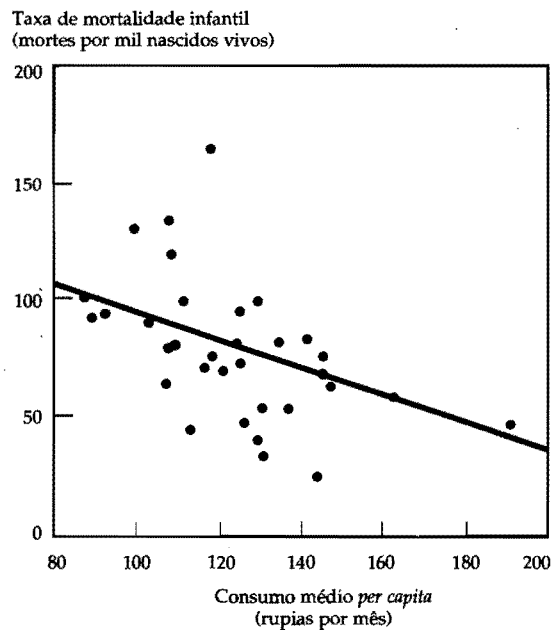
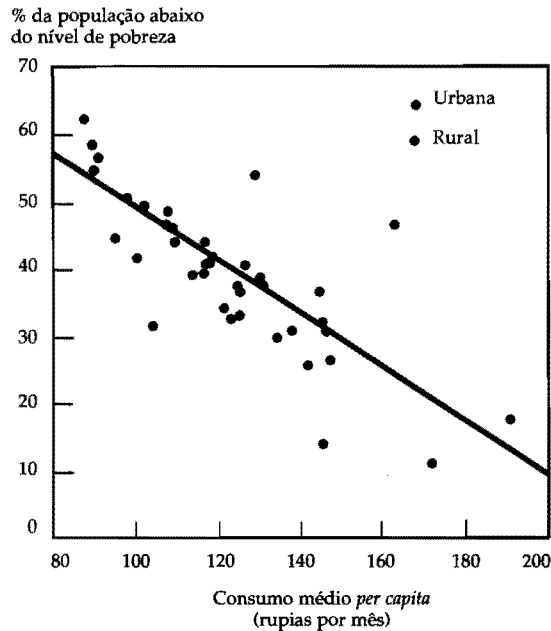
O déficit de pobreza é definido como a insuficiência de renda global dos pobres como percentual do consumo global. As taxas de mortalidade abaixo dos cinco são de 1980-85, salvo para a China e o Sul da Ásia, onde o período é 1975-80.

Fonte: Hill & Pebley, 1988; Ravallion et alii (documento básico); e dados da ONU e do Banco Mundial, 1989.

mortalidade infantil em El Salvador era 81 por mil nas zonas rurais e 48 nas cidades; no Peru, a incidência de subnutrição era cinco vezes maior na

Sierra do que em Lima. A Tabela 2.2 confirma que, em muitos países, a pobreza rural tem um peso decisivo no resultado geral.

Figura 2.2 Pobreza e taxas de mortalidade infantil, Índia, 1983, por zonas urbana e rural dos estados



Fonte: Datt & Ravallion, 1990 (quadro superior); Índia, 1987 (quadro inferior).

A extensão da pobreza pode variar bastante nas diversas zonas rurais de um país. É notória a penúria do Nordeste brasileiro, região que abriga mais de 50% dos pobres do país, mas apenas 27% da população total. As disparidades regionais são igualmente acentuadas em muitos outros países. A região nordeste da Tailândia, a savana da Costa do Marfim, Nusa Tenggara na Indonésia, as regiões andinas da Bolívia, do Equador, da Guatemala e do Peru, a província rural de Gansu na China, partes da região central asiática da URSS, a Appalachia nos EUA, todas elas são áreas de pobreza concentrada.

Muitos pobres habitam regiões onde são escassas as terras cultiváveis, baixa a produtividade agrícola, e freqüentes as secas, as enchentes e a deterioração ambiental. Na América Latina, por exemplo, a pobreza costuma ser maior em zonas áridas ou encostas íngremes, que são ecologicamente vulneráveis. Tais áreas geralmente são isoladas em todos os sentidos. As oportunidades de emprego fora da lavoura são escassas, e a demanda de mão-de-obra tende a ser muito sazonalizada. Já outros pobres vivem em regiões mais bem dotadas de recursos naturais, mas não dispõem de serviços sociais (educação e saúde) nem de infra-estrutura (irrigação, assistência técnica, transporte e mercados).

Nas zonas urbanas, geralmente a renda é mais alta e os serviços mais acessíveis, mas os pobres que lá residem podem ser mais duramente atingidos por certos aspectos da pobreza do que os que vivem no campo. Morando em favelas ou ocupando moradias ilegalmente, os pobres da zona urbana costumam enfrentar problemas como superlotação, saneamento precário e água contaminada. Os locais geralmente são arriscados e ilegais. Os despejos, as enchentes, os desmoronamentos e a poluição química são uma constante ameaça. Algumas dessas pessoas são migrantes das zonas rurais em busca de trabalho mais bem remunerado. Para muitos, especialmente na América Latina, a migração é permanente. Para outros, como na África oriental e partes do Sudeste asiático, ela pode ser temporária, refletindo, por exemplo, a sazonalidade da agricultura. O efeito que a migração para as cidades exerce sobre a pobreza depende sobretudo de as oportunidades de emprego nas zonas urbanas serem melhores ou piores do que nas zonas rurais. Há indícios de que as cidades realmente oferecem maiores oportunidades de

Tabela 2.2 Pobreza nas zonas rural e urbana nos anos 80

Região e país	População rural (% do total)	Pobres rurais (% do total)	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)		Acesso a água potável (% da população)	
			Rural	Urbana	Rural	Urbano
<i>África subsaariana</i>						
Costa do Marfim	57	86	121	70	10	30
Gana	65	80	87	67	39	93
Quênia	80	96	59	57	21	61
<i>Ásia</i>						
Índia	77	79	105	57	50	76
Indonésia	73	91	74	57	36	43
Malaísia	62	80	76	96
Filipinas	60	67	55	42	54	49
Tailândia	70	80	43	28	66	56
<i>América Latina</i>						
Guatemala	59	66	85	65	26	89
México	31	37	79	29	51	79
Panamá	50	59	28	22	63	100
Peru	44	52	101	54	17	73
Venezuela	15	20	80	80

emprego mais bem remunerado. Isso significa que, afinal, a urbanização contribui para diminuir a pobreza.

Quais são as características demográficas dos pobres?

As famílias cuja renda por pessoa é mais baixa costumam ser grandes, com muitos filhos ou outros membros economicamente dependentes. No Paquistão, em 1984, as 10% mais pobres tinham em média 7,7 membros, dos quais 3,3 eram crianças com menos de nove anos. As médias nacionais correspondentes eram 6,1 e 2. A falta de um homem adulto e apto pode ser crucial, sobretudo quando as mulheres têm de cuidar de filhos pequenos ou são culturalmente desencorajadas a trabalhar fora.

O tamanho da família determina o padrão de vida ou será o contrário? A decisão de ter muitos filhos pode ser uma reação contra a pobreza. A mortalidade é alta entre os filhos de pais necessitados, mas é preciso que alguns deles sobrevivam para sustentar a família na velhice dos pais ou até mais cedo. Mesmo antes de se tornarem capazes de perceber alguma renda, as crianças podem liberar os adultos de várias tarefas domésticas. Por outro lado, muitos pais necessitados afirmam que não querem ter mais filhos e que o último não foi desejado. Em geral esses casais não têm acesso aos modernos serviços de planejamento familiar.

Nas zonas rurais de muitos países em desenvolvimento, os idosos costumam depender de uma família extensa — uma estrutura que com o tempo

tende a estabilizar-se. Nas zonas urbanas, as famílias com membros de várias gerações estão mais sujeitas à desintegração, e os idosos estão ficando mais vulneráveis. Além disso, talvez estejam em declínio certas tradições, como as de parentesco, na África, ou a de filhos que são obrigados a sustentar as mães viúvas, na Índia e em Bangladesh. Na Índia, as viúvas que não têm um filho adulto já constituem um grupo desprivilegiado.

Causam especial preocupação a pobreza e a fome que vitimam as crianças. As mais novas são muito suscetíveis às doenças, sendo que a subnutrição e outras enfermidades ligadas à pobreza podem causar-lhes danos permanentes. A pobreza infantil tende a perpetuar-se. O trabalho de menores é corriqueiro; dele dependem muitas famílias, e boa parte das tarefas tem o objetivo social de integrar a criança às atividades da família. Mas muitas vezes isso se dá em detrimento da educação. Para muitos pobres, o fato de pôr os filhos na escola tem um custo de oportunidade que supera os futuros benefícios — especialmente no caso das meninas, cujo valor econômico costuma ser considerado inferior. Contudo, há muita exploração em certos trabalhos de menores; casos de trabalho servil ou em condições insalubres estão fartamente documentados.

As mulheres são mais pobres do que os homens? Os dados referentes à renda são demasiado precários para fornecerem uma resposta clara. Mas os números relativos a saúde, nutrição, educação e participação na força de trabalho mostram que as mulheres geralmente estão em grande desvantagem.

gem. Por exemplo, dados de 1980 indicam que, na África, o índice de alfabetização entre as mulheres era apenas 61% do dos homens; no Sul da Ásia, o índice era 52%, no Oriente Médio, 57%, no Sudeste asiático, 82%, e na América Latina, 94%. Vários estudos indicam que as mulheres se defrontam com inúmeros obstáculos culturais, sociais, legais e econômicos que os homens, mesmo pobres, não enfrentam. Elas costumam trabalhar mais horas e, quando são pagas, recebem menos. Um estudo feito no Nepal revelou que as mulheres pobres trabalhavam em média 11 horas por dia e os homens, sete horas e meia. Em muitos países desenvolvidos, existe entre os mais pobres um grande número de famílias chefiadas por mães solteiras. As famílias pobres chefiadas por mulheres também estão se tornando cada vez mais comuns no sul da África e na América Latina. No Brasil, essas famílias representam 10% do total, mas apenas 15% das famílias pobres.

Bens

Em geral os pobres não dispõem de bens nem de renda. Nas economias locais em que a riqueza e a posição advêm da terra, as famílias necessitadas têm pouca ou nenhuma terra. No Sul da Ásia e da África e em grande parte da América Latina, a pobreza está estreitamente ligada ao fato de não se possuir terra. (Ver na Tabela 2.3 os dados referentes a Bangladesh.) Quando os pobres possuem alguma terra, quase sempre ela é improdutiva ou se acha fora das áreas irrigadas. Por falta de recursos e de acesso ao crédito, os pobres geralmente não conseguem melhorar esses lotes.

Muitos pobres têm acesso à terra sem no entanto

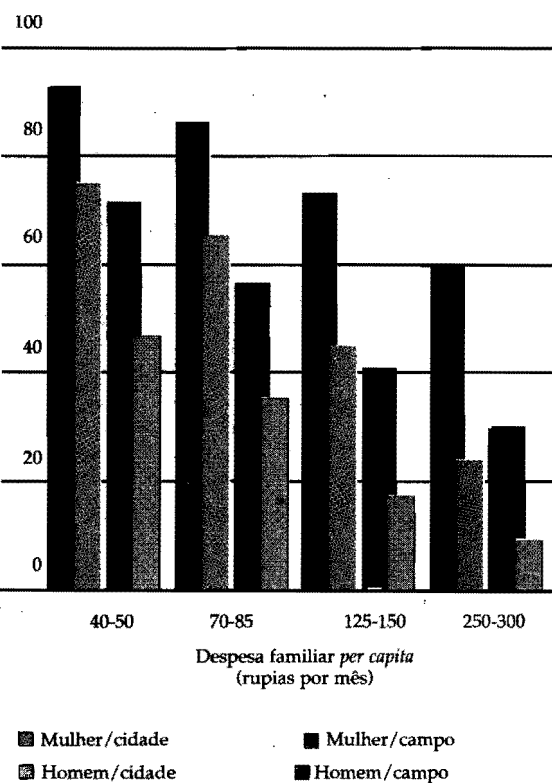
Tabela 2.3 Pobreza e posse da terra em Bangladesh, 1978/79

Classe de proprietários (acres de terra possuídos)	Porcentagem do total de famílias na classe	Renda média (taka por mês)	Propriedades médias (acres)	Índice censitário (% da população)
Sem-terra	7,1	508	0	93
0-0,5	36,1	560	0,1	93
0,5-1,0	10,5	711	0,7	84
1,0-1,5	8,9	783	1,2	78
1,5-2,5	12,1	912	2,0	68
2,5-5,0	13,8	1.163	3,5	45
5,0-7,5	5,7	1.516	6,0	23
7,5+	5,8	2.155	14,0	10
Total	100,0	865	2,1	70

Fonte: Ravallion, 1989b.

Figura 2.3 Pobreza e analfabetismo na Índia, 1981

% de analfabetos + 15 anos



Fonte: Sarvekshana, 1988.

possuí-la. O arrendamento é comum, mas os mais pobres se vêem excluídos desses contratos por não disporem dos outros recursos necessários à lavoura. O arrendamento não fornece garantias nem uma proteção segura contra o risco, e geralmente é incerta a renovação anual do contrato.

Em outros casos, os pobres têm acesso a terras pertencentes à comunidade ou de propriedade coletiva. Mas isso é cada vez mais difícil devido às pressões da população, à privatização, à superexploração dos recursos e à deterioração ambiental. Nas aldeias Rajasthani, na Índia, a renda obtida mediante a exploração de recursos de propriedade coletiva diminuiu pelos motivos citados, conforme atestam alguns estudos. Na região do Sahel, na África, a propriedade comum da terra (em geral improdutiva) é tida como principal causa do pastoreio excessivo e do desmatamento. A deterioração ambiental dos recursos coletivos pode atingir duramente os pobres que não dispõem de bens.

Box 2.3 Perspectivas da falta de recursos em nível de aldeia

Os estudos em nível de aldeia têm produzido muita informação sobre a pobreza de recursos. Em Palanpur, aldeia do estado indiano de Uttar Pradesh que tem sido alvo de muitos estudos, os grupos mais desfavorecidos eram, invariavelmente, trabalhadores ocasionais, sem-terra, para os quais não havia trabalho permanente, e famílias que não dispunham de um homem fisicamente capaz. Em 1983/84, verificou-se que todas as famílias que exibiam estas duas características eram pobres, com muito pouca probabilidade de aumentar sua renda. O trabalho autônomo era limitado a certas castas ou, então, exigia capacitações e capital físico que as famílias pobres não possuíam. Como o acesso ao trabalho assalariado permanente era também limitado, os homens pobres não tinham outra alternativa senão aceitar o trabalho agrícola ocasional. E até mesmo esta opção era negada pela tradição local à maioria das mulheres.

No Quênia, onde a pressão populacional sobre a terra vem aumentando, constatou-se que a posse de terra era importante fator de bem-estar. Outro estudo, porém, sugere que, entre os pequenos proprietários, a instrução é mais

importante, pois permite que os membros da família contribuam com salários urbanos, os quais podem ser investidos em inovações agrícolas e no aumento da produtividade.

Em 1980, um estudo de famílias rurais da Tanzânia constatou que as famílias mais pobres das 20 aldeias da amostragem não possuíam muito menos terra ou recursos de mão-de-obra do que as outras. As diferenças de padrão de vida se deviam, em grande parte, a diferenças de capital humano e de posse de recursos não-humanos, tais como gado. As famílias mais pobres tendiam menos a participar de transações de mercado que as não-pobres, uma vez que não possuíam os recursos para cultivar produtos agrícolas de exportação e não podiam correr o risco de uma má colheita que as deixasse dependentes do mercado no tocante às suas necessidades de alimentos. A taxa de retorno dos pobres sobre o trabalho fora do âmbito da lavoura da família era também muito mais baixa. A falta de capacitação limitava-os a atividades marginais, tais como artesanatos, ao passo que os menos pobres obtinham emprego assalariado mais lucrativo.

Daí a importância de formular políticas que lhes propiciem maiores oportunidades de auferir renda e ao mesmo tempo protejam o meio ambiente.

Os pobres também carecem de capital humano. Em toda parte, seu nível de instrução é inferior ao da população em geral. (A Figura 2.3 atesta esse fato com dados referentes à Índia.) As mulheres pobres costumam ter filhos em demasia, pouco espaçados, o que lhes prejudica a saúde. Os pobres freqüentemente padecem de fome e subnutrição, bem como de doenças correlatas. Isso mina-lhes a capacidade de trabalho — geralmente seu principal ou único bem.

A posse de bens afeta diretamente as oportunidades de renda (Box 2.3). Por não disporem de bens como terras, por exemplo, eles têm de se oferecer para trabalhar. Como carecem de instrução, limitam-se aos trabalhos que não exigem especialização. Os idosos e os incapacitados às vezes não têm outra alternativa senão depender da caridade alheia. A importância dos bens em geral reforça a necessidade de políticas que visem a aumentar os bens dos pobres — especialmente conhecimentos, saúde e outros aspectos dos recursos humanos, e, nas economias agrícolas, terras.

Fontes de renda

Além de terem rendas mais baixas e menos bens do que os demais, os pobres costumam ganhar a vida combinando vários tipos de atividades. É comum eles trabalharem como lavradores, caçadores,

colhedores, pequenos artesãos, ambulantes e assalariados em diversas épocas do ano. Os pobres raramente são auto-suficientes. Eles precisam de dinheiro para pequenas compras domésticas como sabão, roupas, sal e óleo de cozinha, e têm despesas com impostos, saúde e escola. Por isso necessitam vender ao menos parte de sua produção ou conseguir trabalho remunerado.

A *agricultura* é ainda a principal fonte de renda dos pobres no mundo inteiro. Vimos que a maioria deles, inclusive os mais pobres, vive nas zonas rurais. Seus meios de subsistência estão ligados à agricultura, quer suas rendas daí provenham diretamente, quer não. A demanda de bens e serviços não-agrícolas em geral depende da saúde da economia agrícola. Para ajudar os pobres das zonas rurais, as políticas devem visar ao aumento da produtividade agrícola — mediante investimento em infra-estrutura e preços adequados, por exemplo.

No âmbito da agricultura, existem dois grupos de pobres: os trabalhadores autônomos e os assalariados. A distinção é freqüentemente imprecisa. Muitos trabalhadores ocasionais também possuem pequenos lotes. Mesmo sendo insuficientes para garantir o sustento da família, tais lotes, desde que produtivos, podem proporcionar uma renda extra e alguma garantia contra o risco. Em Botsuana, Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Quênia e Tanzânia, os pobres são em sua maioria pequenos agricultores ou pastores nômades. Em 1981/82, os 10% mais pobres da população do

Quênia tiveram dois terços de sua renda provenientes da agricultura. Na Costa do Marfim, em 1985, a maioria das famílias pobres era chefiada por lavradores autônomos. (Esse grupo também acusou o índice mais baixo de alfabetização e o maior déficit de pobreza.) Nesses países africanos, o número de trabalhadores rurais assalariados ainda é relativamente pequeno entre os pobres. A situação é um pouco diferente no sul da África, onde muitas famílias se oferecem para trabalhar, mas não necessariamente na lavoura.

Os trabalhadores rurais autônomos também são numerosos no Sudeste asiático. Dados de um estudo feito em 1981 na Tailândia mostram que 75% das famílias pobres das zonas rurais trabalhavam por conta própria na agricultura; no caso das famílias rurais que não são pobres, esse índice era 64%. Dezesete por cento de todas as famílias, pobres ou não, dependiam basicamente do trabalho agrícola assalariado. Dados recentes sobre a Indonésia mostram que, em 1987, as famílias que trabalhavam por conta própria na agricultura (computadas segundo a principal atividade do chefe da família) representavam 58% dos pobres e 41% da população total. Já os trabalhadores rurais assalariados representavam apenas 14% dos pobres e 9% da população.

O quadro é mais variado no Sul da Ásia. Na Índia, em 1977/78, as famílias que trabalhavam por conta própria no campo representavam 35% das famílias rurais pobres e 46% de todas as famílias rurais. As famílias contratadas como mão-de-obra agrícola representavam 44% das famílias rurais pobres, porém apenas 30% de todas as famílias do campo. Os números relativos ao Paquistão indicam que, entre os pobres, existem menos trabalhadores rurais do que agricultores independentes; em Bangladesh sucede o contrário.

Na América Latina, os pobres são em sua maioria pequenos agricultores, mas poucos conseguem tirar de seus lotes o necessário para garantir-lhes a subsistência. Nas economias agrícolas da América Central, em especial na Costa Rica, é importante o trabalho assalariado no campo. Os pobres do Peru são principalmente pequenos agricultores e pastores. Num levantamento feito em 1985/86, 78% dos chefes de famílias pobres declararam ser trabalhadores independentes e 71% disseram que trabalhavam no campo; os percentuais correspondentes para todos os peruanos eram 60 e 40. Na Sierra, a região mais pobre do Peru, os números são ainda maiores. Também no México a pobreza se concentra nas famílias de lavradores.

O *trabalho rural não-agrícola* consiste sobretudo em indústrias artesanais, serviços e comércio. Na Ásia, na África subsaariana e na América Latina, esse tipo de trabalho costuma ser muito sazonal ou de tempo parcial. Na Ásia, os salários desses empregos geralmente são inferiores aos da lavoura. Os pobres se concentram nas indústrias tradicionais, que exigem pouca especialização e pouco capital, e cuja produtividade da mão-de-obra é muito baixa. Seus produtos normalmente se destinam ao consumo doméstico ou ao mercado local. A demanda exerce um efeito restritivo sobre as atividades econômicas não-agrícolas, que dependem bastante do setor agrícola primário. Nas áreas em que houve aumento das rendas agrícolas, o emprego fora da agricultura cresceu e os salários subiram. O trabalho não-agrícola é especialmente importante porque gera emprego para os trabalhadores sem terra e para as mulheres de famílias pobres nos períodos de pouca atividade.

Nas aldeias mais pobres da Tailândia, por exemplo, os cestos trançados de bambu e outros subprodutos florestais proporcionam uma renda adicional aos rizicultores. As leis de proteção florestal tornam esse negócio arriscado e não-lucrativo — outro exemplo de como a perda de recursos de propriedade coletiva prejudica os pobres a curto prazo. Estudos mostraram que praticamente todos os camponeses pobres do oeste da Guatemala e do extremo norte da Sierra peruana complementam sua renda agrícola com produção artesanal e pequeno comércio. Nas famílias mais pobres, esse trabalho adicional é feito sobretudo pelas mulheres.

Os *empregos do setor informal* — geralmente os que pagam menos — são a principal fonte de renda dos pobres das áreas urbanas. Estima-se que no Brasil, em 1985, 75% dos chefes de famílias pobres trabalhavam no setor informal, contra 35% da população total. Os pobres das cidades trabalham principalmente como autônomos. Eles vendem serviços, comerciam ou trabalham eventualmente em setores como construção, manufatura e transportes. Alguns são mendigos, catadores de lixo, prostitutas ou punguistas. Os rendimentos são magros e incertos. Em Bombaim, a pobreza revelou-se mais comum entre os trabalhadores ocasionais do que entre os empregados regulares, havendo pouca mobilidade entre as duas formas de emprego. No Paquistão, cerca da metade dos pobres das cidades trabalha por conta própria, principalmente no comércio e na manufatura. Em geral eles são menos capacitados do que os assalariados.

Box 2.4 Entrando e saindo da pobreza na Índia rural

Que parte da pobreza observada a qualquer instante é persistente e que parte é temporária, em decorrência de variações de rendas individuais ao longo do tempo? Dados coletados pelo Instituto Internacional de Pesquisas sobre Cultivos nos Trópicos Semi-áridos (ICRISAT), sediado em Hiderabad, Índia, dão conta da evolução da renda e do consumo de 211 famílias de agricultores, entre 1975 e 1983, na Índia central, região freqüentemente assolada pelas secas.

Na Figura de box 2.4a, o percentual de famílias consideradas pobres apresenta ao longo do tempo uma tendência geralmente decrescente, caindo de 64% no início do período para um mínimo de 41% em 1962; a proporção média de pobres era de 50%. Para cada ano, os pobres são divididos entre os que eram pobres no período anterior e os que não o eram, sendo o mesmo feito em relação aos não-pobres. Em média, 84% dos que eram pobres em determinada data tinham sido pobres no período anterior,

Figura de box 2.4a A dinâmica da pobreza rural, aldeias de uma amostragem, Índia

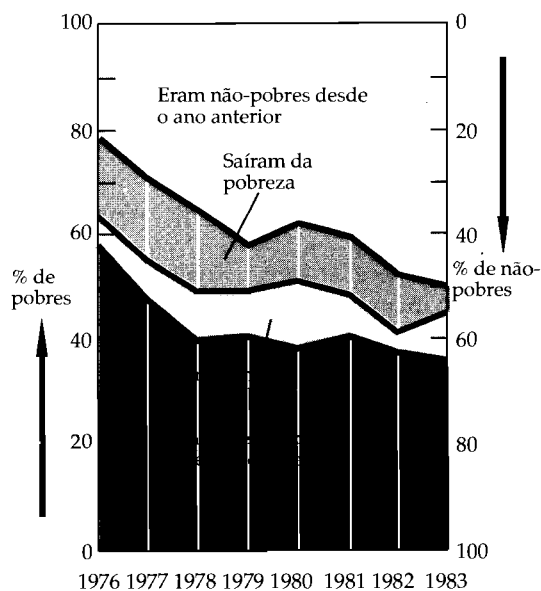
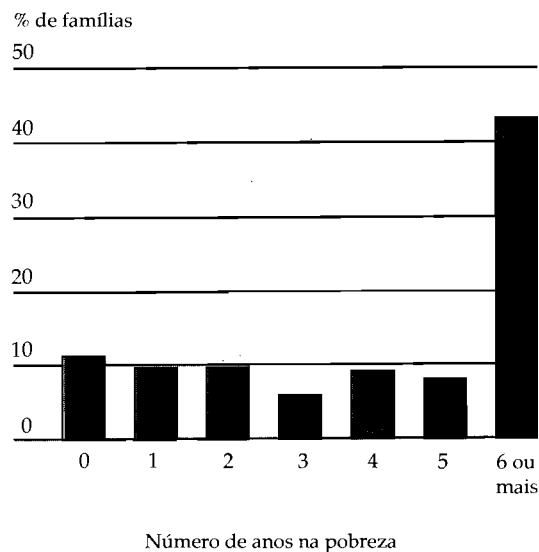


Figura de box 2.4b Número de anos na pobreza, aldeias de uma amostragem, Índia



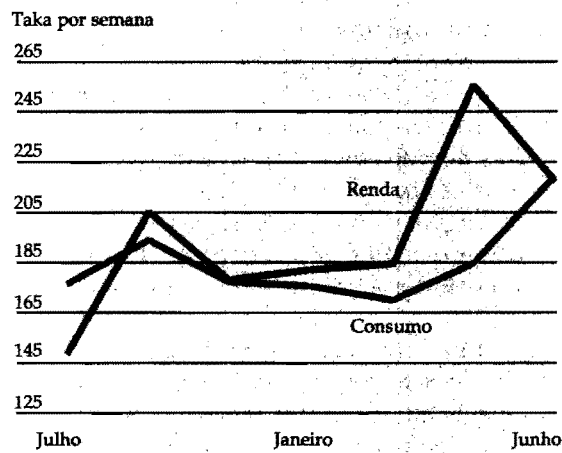
e 16% eram novos membros da pobreza. Dos que não eram pobres, 75% também não o eram no período anterior, e 25% eram egressos da pobreza. As flutuações de renda são grandes: mais da metade das famílias que ingressaram na pobreza fizeram-no com rendas de menos de 80% do nível de pobreza, e mais da metade dos que saíram da pobreza estavam pelo menos 20% acima do nível de pobreza.

A Figura de box 2.4b mostra o número de anos (não necessariamente consecutivos) passados na pobreza. Somente cerca de 12% das famílias jamais foram pobres durante os nove anos. No outro extremo, 44% foram pobres durante seis anos ou mais, e 19% permaneciam na pobreza todos os anos. Assim, a maioria das famílias dessas aldeias não experimentou pobreza em uma época ou outra. Enquanto 50% são pobres em um ano típico, quase 90% das famílias são pobres em pelo menos um dos nove anos. O componente temporário é considerável. Contudo, é também evidente que há um núcleo de pobreza persistente e crônica nessas aldeias — pobreza experimentada pelas mesmas famílias, ano após ano.

As transferências podem constituir uma importante fonte de renda para certos pobres. Na maioria dos países em desenvolvimento, as transferências são feitas principalmente por parentes e amigos ou por sistemas de apoio comunitário, e não

pelo governo. Em 1974/75, elas representaram 9% da renda dos pequenos agricultores pobres do Quênia. Na zona rural de Java, as transferências beneficiam os enfermos e os idosos; nas zonas urbanas, os desempregados recebem assistência.

Figura 2.4 Sazonalidade em Bangladesh rural: famílias pobres em seis povoados, julho de 1984 a junho de 1985



Fonte: Hossain, 1987.

Para as famílias mais carentes, as transferências podem ser cruciais.

Como a variabilidade da renda afeta os pobres?

Visto que a renda oscila, um quadro estático da pobreza pode ser enganador. É evidente que algumas pessoas se tornam pobres ou deixam de sê-lo, enquanto outras nunca transpõem o limiar de pobreza (Box 2.4).

As famílias diversificam deliberadamente suas fontes de renda para diminuir o risco de que circunstâncias adversas provoquem uma queda acentuada em seus rendimentos. Ainda assim, os padrões de vida mudam consideravelmente — com o clima, a época do ano, a morte do arrimo da família etc. Quando uma família é incapaz de precaver-se (mediante um empréstimo ou um seguro, por exemplo) contra perdas, um revés inesperado pode ter as piores conseqüências. As famílias mais pobres são as mais vulneráveis e as menos capazes de se proteger das vicissitudes. Na Guiné, uma família caiu na miséria e acabou por dissolver-se depois que seu chefe contraiu a cegueira do rio. À medida que ele se ia tornando incapacitado, as tarefas da mãe se multiplicavam e sua saúde piorava, bem como a dos filhos. Em breve a família já não tinha como sustentar-se. Com o tempo, vários membros sucumbiram à doença ou abandonaram o povoado. Quinze anos

depois, os que haviam restado dependiam totalmente da caridade alheia.

Não raro os eventos inesperados afetam os pobres não apenas numa localidade, mas também em toda a nação. Por exemplo, um súbito declínio nas relações de troca — seguido talvez de medidas destinadas a compensar esse declínio — pode alterar os preços relativos em detrimento dos pobres. Já outros podem sair lucrando com esses mesmos eventos. Uma desvalorização real da moeda, por exemplo, geralmente beneficia os agricultores que são fornecedores líquidos de produtos comercializados internacionalmente, mas prejudica os pobres das cidades, que são consumidores líquidos de bens comerciáveis. Em lugares como o Afeganistão, a América Central, a Indonésia, o Irã, o Iraque, o Líbano, o sul da África e Sri Lanka, boa parte da classe pobre é constituída de indivíduos que estão fugindo de guerras, perseguições, fome e catástrofes naturais e que antes talvez não fossem pobres. Em Angola e Moçambique, cerca de 8,5 milhões de pessoas tornaram-se refugiados de guerra. Nesse países, a pobreza é resultado da destruição maciça da infra-estrutura rural e dos bens produtivos.

A renda das famílias do campo varia consideravelmente com a estação do ano. Por exemplo, o trabalho assalariado só é facilmente encontrável em certas épocas do ano agrícola e em geral depende das condições meteorológicas. Em muitos países africanos, a estação das secas sobrecarrega as mulheres, que muitas vezes têm de caminhar quilômetros para buscar água. Certos períodos de intensa atividade agrícola coincidem com o esgotamento dos estoques de gêneros e a alta dos preços. A subnutrição e as doenças são mais comuns em certas épocas do ano. As chuvas costumam aumentar a contaminação das águas e, logo, a incidência de doenças. Há dados que comprovam a perda de peso entre os agricultores de Gâmbia, durante a “época da fome”: no período de um ano, o peso de um adulto chegou a variar 4,5 quilos. No nordeste de Gana, registraram-se perdas de 6% do peso. Entre as camponesas do Lesoto e os pastores nômades do Níger, esse índice foi 7 e 5%, respectivamente. Para grupos vulneráveis, como crianças, idosos e outros cujas defesas biológicas já estão debilitadas, a mudança de peso sazonal pode ser extremamente nociva.

Contudo, a maioria dos pobres consegue lidar razoavelmente bem com a sazonalidade. A poupança e a despoupança ajudam a manter o consumo durante os altos e baixos. A Figura 2.4 mostra o consumo e a renda, no período de um ano, de 178

famílias pobres de Bangladesh. Vê-se que o consumo é mais estável do que a renda, que varia acen-tuadamente com o ciclo de cultivo. Para essas famílias, a remuneração do trabalho é inferior ao consumo na maioria dos períodos, e as demais fontes de renda — transferências, venda de bens e empréstimos — por pequenas que sejam, podem ser cruciais para a sobrevivência. Em vários países são freqüentes os casos de endividamento junto a agiotas e lojistas locais. No caso de pequenos empréstimos, é preferível recorrer a amigos e parentes, mas estes talvez disponham de poucas economias. (Num estudo sobre as Filipinas, a prática de tomar e conceder empréstimos a curto prazo, muito difundida entre as famílias pobres, é descrita como uma forma de pobreza compartilhada.) Não raro, tomar emprestado é o único meio de manter um nível mínimo de consumo.

Para acumular ativos produtivos, o crédito é raramente disponível. A poupança e o crédito geralmente têm de ser mantidos sob formas improdutivas, como moeda ou grãos, para proteção contra futuras calamidades. Os pobres têm poucas oportunidades de obter seguro e não conseguem usar o crédito e a poupança para estimular sua capacidade de assumirem riscos ou tornarem-se empresários.

Outra forma de lidar com o risco é diversificar as fontes de renda. Um estudo sobre a área rural de Java revelou que as famílias mais pobres que não possuíam terras coordenavam muito melhor as atividades de seus membros do que as famílias possuintes. O principal objetivo dessa coordenação é estabelecer um fluxo de renda constante. A família pode assim ajustar sua oferta global de mão-de-obra, seja por horas trabalhadas, seja por alterações em sua participação na força de trabalho. Alguns membros podem migrar em busca de emprego. Os camponeses também costumam adotar o cultivo intercalado e optar por safras que amadureçam mais depressa ou que sejam mais elásticas, conquanto menos produtivas e menos rentáveis.

Como os pobres gastam sua renda?

Num ano normal, os pobres gastam quase toda a sua renda com algum tipo de consumo, e pelo menos metade desse consumo diz respeito à alimentação. Dados de 1985 relativos à Costa do Marfim e ao Peru revelam que cerca de 70% dos gastos das famílias pobres são referentes à alimentação; tomando-se todas as famílias, esse índice é

de aproximadamente 50%. Boa parte do orçamento alimentar — 60% no caso dos pobres da Indonésia, por exemplo — destina-se aos gêneros básicos locais.

Os preços relativos dos alimentos básicos são cruciais para o bem-estar dos pobres. O número de pobres da área rural que depende do mercado para consumir varia conforme o acesso à terra produtiva. Os "não tão pobres" é que costumam ser fornecedores líquidos de produtos agrícolas, beneficiando-se assim de preços mais altos. Os mais pobres dentre os pobres consomem mais gêneros básicos do que produzem e dependem dos salários agrícolas, que podem custar a reagir à mudança de preços.

A pobreza é freqüentemente a causa fundamental da subnutrição. Todavia a nutrição não é necessariamente muito suscetível a oscilações de renda. Os pobres podem usar um aumento de renda para comprar comida "melhor" (em vez de comida mais nutritiva) ou outras coisas. Um estudo feito na Indonésia revelou que, entre as famílias medianas, um aumento de 10% na renda correspondia a um aumento de apenas 1,5% na ingestão de calorias. Para os 10% mais pobres, esse aumento era de 4%.

Dentro da família, a distribuição do consumo geralmente favorece os homens e os adultos que auferem renda. Isso ficou comprovado em vários países, entre os quais Bangladesh, Gana, Guatemala, Índia e Papua Nova Guiné. As famílias pobres são mais propensas a investir na educação dos meninos do que na das meninas. Vários estudos feitos no Brasil, na Índia, no Quênia, em Malavi e outros países mostram que, em relação aos gastos com alimentação e bem-estar familiares, as mulheres costumam gastar uma parcela de sua renda maior que a dos homens. Dos estudos realizados na Índia, um que abrangia 20 aldeias do sul do país revelou que 80-100% do salário das mulheres era dedicado à manutenção da família, enquanto os homens gastavam aí 40-90%. Isso mostra que aumentar diretamente a renda das mulheres é uma boa maneira de favorecer as crianças — e também de fortalecer a posição e o poder de barganha das mulheres dentro da família.

Qual a posição dos pobres na sociedade?

Os pobres têm menos acesso a bens e infra-estrutura públicos do que os demais grupos. Em geral, os governos não conseguem estender seus benefícios aos pobres das zonas rurais. Mesmo nas zonas

urbanas, os bairros pobres são os que dispõem de menos serviços. Dados relativos à América Latina mostram que a estrutura dos gastos sociais é regressiva na maioria dos países. No Brasil, segundo estimativas, ela só é um pouco mais nivelada do que a distribuição de renda, que é uma das mais desiguais do mundo. Na Costa do Marfim, o índice de matrícula no primário dos 20% mais ricos é duas vezes maior que a dos 20% mais pobres. Na Índia e no Nepal, os índices de matrícula dos 10% mais ricos são de 50 a 100% mais altos que os dos pobres. O mesmo ocorre com as taxas de morbidade e mortalidade. O acesso aos serviços não é o único problema; a utilização dos mesmos, pelos pobres, também pode ser pequena. Porém o fato é que os pobres dispõem de menos serviços sociais.

Mas há exceções. No Leste europeu e em alguns países de renda baixa e de renda média baixa — como Chile, China, Costa Rica, Cuba, Maurício e Sri Lanka, e também no estado indiano de Kerala — os governos conseguiram ampliar bastante os serviços básicos. Em Sri Lanka, por exemplo, 93% da população têm acesso aos serviços de saúde. No Chile, os serviços sociais estão voltados diretamente para os mais necessitados. Graças à sua organização comunal, a China conseguiu estender à maioria de sua população certos serviços básicos, como saúde, educação e planejamento familiar.

Não raro os pobres se vêem isolados por barreiras culturais e educacionais. Os analfabetos podem ser intimidados por funcionários ou simplesmente carecer de informação sobre os programas. Por vezes o planejamento dos serviços agrava involuntariamente o problema. Os programas de extensão agrícola, por exemplo, geralmente visam a atender aos homens, mesmo quando muitos dos agricultores — se não a maioria — são mulheres. Nas zonas urbanas da Índia, como o ingresso nas escolas só se faz mediante apresentação de certidões de nascimento, as mulheres pobres e migrantes se vêem impedidas de matricular os filhos e de obter emprego. Os pobres têm pouca participação

na política e muitas vezes não gozam sequer de direitos civis.

Em muitos países, a pobreza está ligada ao contexto étnico. Na Bolívia, no Equador, na Guatemala, no México e no Peru, os povos indígenas estão representados de forma desproporcional entre os pobres. Na Índia e em Bangladesh, as castas e os povos tribais estão mais sujeitos à pobreza. Na Austrália, os aborígenes predominam entre os pobres. Nos EUA, 45% das crianças negras eram pobres em 1984, contra 17% de crianças brancas. Na África do Sul, a taxa de mortalidade entre crianças brancas era em média 12 por mil entre 1981 e 1985; entre as crianças negras, essa taxa oscilava entre 94 e 124. O risco de contrair tuberculose — doença estreitamente ligada à pobreza — era 22 vezes maior entre os negros na África do Sul e 55 vezes maior no Transkei.

Do diagnóstico ao tratamento

Ao fazer um levantamento do que sabemos sobre os pobres, o presente capítulo resalta dois fatores importantíssimos que determinam a pobreza: o acesso a oportunidades de auferir renda e a capacidade de reação. Se as famílias tiverem oportunidades seguras de usar proveitosamente sua mão-de-obra e se seus membros forem capacitados, instruídos e saudáveis, certamente estará assegurado um padrão de vida mínimo e a pobreza desaparecerá. Se não existirem essas oportunidades e se o acesso aos serviços sociais for limitado, o padrão de vida será inaceitavelmente baixo. No mundo em desenvolvimento, o padrão de vida de muita gente é extremamente vulnerável a uma série de adversidades, que vão das doenças às secas. A incapacidade de lidar com os reveses pode empobrecer famílias relativamente prósperas e levar à fome e à morte aquelas já empobrecidas. Tais fatos estabelecem um roteiro para os demais capítulos deste Relatório.



Progresso em relação à pobreza: lições para o futuro

Nos últimos 25 anos os países em desenvolvimento fizeram grandes progressos. O consumo *per capita* aumentou cerca de 70% em termos reais, a expectativa média de vida subiu de 51 para 62 anos e os índices de matrícula no primário alcançaram 84% (Tabela 3.1). Tais ganhos notáveis, se tivessem sido distribuídos por igual, teriam dado um grande passo em direção à eliminação da pobreza — mas, naturalmente, essa distribuição não foi eqüitativa. Alguns países se saíram muito melhor que outros. O exame das causas — dos êxitos e fracassos — pode sugerir soluções práticas para o problema da pobreza.

Este capítulo serve-se das tendências passadas para identificar os fatores-chave por trás da melhora rápida e duradoura nos padrões de vida dos pobres. Os elementos da estratégia geral que emergem desta análise são então discutidos com mais detalhes nos Capítulos de 4 a 7.

Mudanças na pobreza

Se a história deve servir de guia para a política futura com relação à pobreza, é importante ser o

mais preciso possível sobre o que de fato aconteceu. Infelizmente, a insuficiência de dados torna impossível a precisão. As evidências indicam um avanço considerável no sentido de reduzir a pobreza, sobretudo nos anos 60 e 70; o quadro para os anos 80 apresenta-se misto. Em certas regiões os pobres sofreram graves retrocessos, ao passo que em outras o progresso das décadas anteriores se manteve ou mesmo se acelerou.

Indicadores gerais

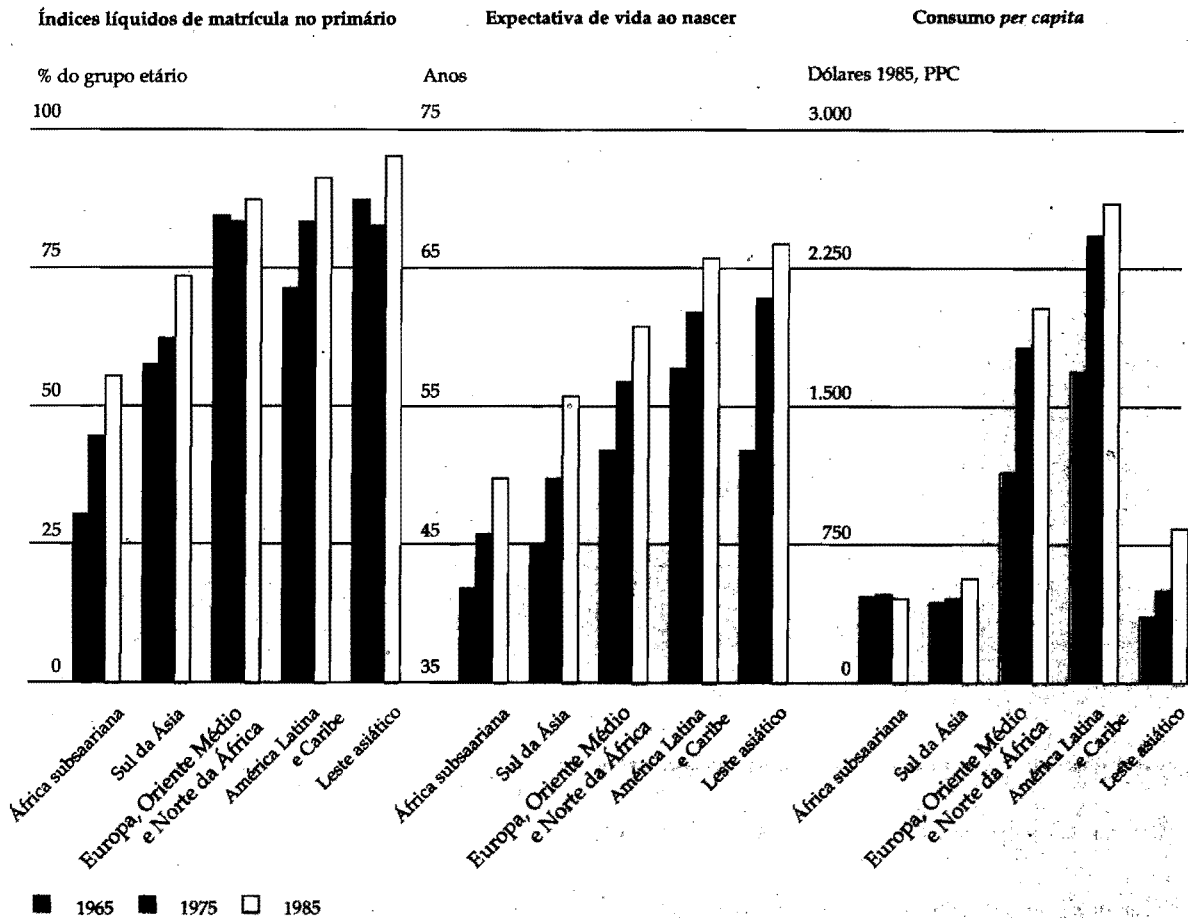
Como não há qualquer indicador de bem-estar universalmente aceito, é preciso observar várias medidas diferentes. Começemos com uma análise das mudanças no consumo *per capita*, expectativa de vida e nível de escolarização. A Figura 3.1 revela que, embora todas as regiões tenham feito amplos progressos na expectativa de vida e no número de matrículas no primário, os ganhos no consumo *per capita* diferiram enormemente. O Sul da Ásia, por exemplo, que tinha um nível muito baixo, registrou um aumento de apenas 30%, e o consumo *per capita* na África subsaariana estagnou. Há aí duas implicações. Primeiro, a melhoria em indicadores sociais como os da expectativa de vida e matrículas no primário pode ocorrer independentemente de aumentos no consumo. Segundo, como grande parte dos pobres do mundo vive no Sul da Ásia e na África subsaariana, o aumento substancial do consumo *per capita* no mundo em desenvolvimento como um todo não levou a uma redução da pobreza igualmente expressiva.

Mas se nos concentrarmos nas médias regionais, encontraremos apenas provas indiretas sobre os pobres. O quanto os pobres terão participado da

Tabela 3.1 Vinte anos de progresso nos países em desenvolvimento

Indicador	1965	1975	1985
Consumo <i>per capita</i> (dólares de 1985, PPC)	590	780	985
Expectativa de vida (anos)	51	57	62
Índice líquido de matrícula no primário (percentual)	73	74	84

Figura 3.1 Progresso e estagnação no mundo em desenvolvimento



melhora geral, como se vê na Figura 3.1, se é que houve tal participação? Para respondê-lo, é preciso deixar os dados globais e procurar os resultados do levantamento.

O que aconteceu com as rendas dos pobres?

Os levantamentos que cobrem períodos de pelo menos 10 anos só são disponíveis para 11 países que, juntos, representam 40% da população total do mundo em desenvolvimento e 50% dos pobres (Tabela 3.2). Os levantamentos para anos anteriores em geral são menos confiáveis que os mais recentes, e os resultados devem portanto ser interpretados como tendências indicativas, mais do que como grandezas precisas. Observa-se também que, à diferença do método apresentado no Capítulo 2, este capítulo utiliza limiares de pobreza específicos por país. As comparações entre

países devem ser feitas tendo em mente esta diferença.

A Tabela 3.2 revela um avanço considerável na redução da incidência da pobreza. A Indonésia, por exemplo, reduziu 41 pontos percentuais de seu índice censitário em apenas 17 anos. (O Box 3.1 descreve esta mudança tomando por base uma aldeia.) Mesmo os países que com freqüência se considera como tendo seguido caminhos desiguais de desenvolvimento, como Brasil e Paquistão, conseguiram reduzir o índice censitário. E, o que é mais importante, a Índia, o país com a maior concentração mundial de pobreza, diminuiu 11 pontos percentuais na incidência de pobreza em apenas 11 anos.

Em certos países, o rápido aumento populacional elevou o número absoluto de pobres. No entanto, como demonstram as variações na insuficiência de renda média, os pobres encontram-se

em melhor situação muito embora tenham permanecido pobres. No Marrocos, por exemplo, o número de pessoas abaixo do nível de pobreza aumentou em quase 1 milhão, mas sua despesa média subiu de 54% do limiar de pobreza para 64%. Em suma, a evidência sugere, pois, que tem

havido avanços consideráveis na redução da incidência da pobreza, uma redução mais modesta no número de pobres e alguma melhoria nos padrões de vida para os que permaneceram pobres.

Uma falha nesta assertiva é a falta de dados confiáveis para a África subsaariana. A análise das

Tabela 3.2 Variações em indicadores de pobreza selecionados

País e período	Extensão do período (anos)	Índice censitário		Número de pobres (milhões)		Insuficiência média de renda (%)	
		Primeiro ano	Último ano	Primeiro ano	Último ano	Primeiro ano	Último ano
Brasil (1960-80) ^{a,b}	20	50	21	36,1	25,4	46	41
Cingapura (1972-82)	10	31	10	0,7	0,2	37	33
Colômbia (1971-88) ^a	17	41	25	8,9	7,5	41	38
Costa Rica (1971-86) ^a	15	45	24	0,8	0,6	40	44
Índia (1972-83)	11	54	43	311,4	315,0	31	28
Indonésia (1970-87)	17	58	17	67,9	30,0	37	17
Malásia (1973-87) ^a	14	37	15	4,1	2,2	40	24
Marrocos (1970-84)	14	43	34	6,6	7,4	46	36
Paquistão (1962-84) ^{a,b}	22	54	23	26,5	21,3	39	26
Sri Lanka (1963-82) ^a	19	37	27	3,9	4,1	35	29
Tailândia (1962-86) ^{a,b}	24	59	26	16,7	13,6	..	35

Nota: Esta tabela usa níveis de pobreza específicos por país. Os níveis de pobreza oficiais ou mais comuns foram usados quando disponíveis. Em outros casos, o nível de pobreza foi estipulado em 30% da despesa ou renda média. A faixa de níveis de pobreza, expressa em termos de despesa por membro da família e em dólares PPC, é de aproximadamente US\$300-700 ao ano em 1985, exceto para Cingapura (US\$860), Costa Rica (US\$960) e Malásia (US\$1.420). Salvo indicação em contrário, a tabela baseia-se na despesa por membro da família. O índice censitário é o percentual da população abaixo do nível de pobreza. A insuficiência média de renda é a distância média do consumo ou renda dos pobres abaixo do nível de pobreza, como uma proporção do nível de pobreza.

a. Os cálculos para este item usam a renda, e não a despesa.

b. Os cálculos para este item são por família, e não por membro da família.

Box 3.1 Desenvolvimento em uma aldeia javanesa

A história de Balearjo, aldeia do leste de Java com uma população de quase 4 mil pessoas, mostra o que significa, em nível individual, o declínio da pobreza. A aldeia fica a cerca de 8km da cidade de Gondanglegi e é ligada ao mundo exterior por estradas de terra esburacadas mas trafegáveis. Embora Balearjo seja ainda hoje um tanto mais pobre que as aldeias vizinhas, pesquisas realizadas em 1953 e 1985 mostram que o padrão de vida dos seus habitantes melhorou muito entre as duas datas. A produtividade do arroz aumentou dramaticamente, de 2t para 6t por hectare no caso da colheita da estação chuvosa, e o pagamento por dia de trabalho aumentou de 2kg de arroz em 1953 para quase 4kg em 1985.

Em 1953, a vila teria sido considerada pobre nos termos de quase todas as definições. O arroz produzido durava somente quatro meses; no resto do ano, a dieta consistia em milho — e mandioca, quando o milho acabava. As roupas eram usadas até virarem trapos, e poucas pessoas possuíam sapatos. As casas eram geralmente feitas de palha e bambu, com piso de terra. A mobília era escassa e desconfortável. Poucos aldeões sabiam ler e poucos já haviam viajado para longe da aldeia. Um jornal diário trazido de uma cidade vizinha fornecia as únicas notícias de fora.

Em 1985, as coisas tinham mudado. Havia arroz durante todo o ano. As roupas eram bem melhores e o uso de

sapatos era comum. A maioria dos aldeões possuía rádios, e alguns tinham até aparelho de televisão. Mais de 90% das casas eram de alvenaria pintada, com pisos parcialmente cimentados. O mobiliário era mais amplo, incluindo cadeiras e mesas compradas em lojas. O grau de alfabetização aumentara consideravelmente graças a duas escolas primárias, uma delas financiada pela aldeia e a outra pelo governo central. As viagens para fora da aldeia eram comuns, e o conhecimento de eventos nacionais, proporcionado por programas de rádio transmitidos a cada hora, era generalizado. Em 1953, os aldeões usavam a fraca iluminação de lamparinas de querosene fabricadas por eles mesmos, ao passo que em 1985 muitas casas tinham luz elétrica.

Certas atividades, como a socadura do arroz e o transporte de volumes sobre os ombros, tinham desaparecido, poupando as mulheres de algumas de suas tarefas mais exaustivas. O aumento de renda gerara a procura de novos produtos e serviços e, conseqüentemente, de trabalho mais produtivo nas áreas de construção, comércio e pequenas manufaturas. Notava-se também crescente especialização: em 1953, as casas eram construídas pelos proprietários com a ajuda dos vizinhos, mas em 1985 o trabalho era feito quase todo (e melhor) por carpinteiros profissionais.

Box 3.2 Pobreza na África

A ausência de estatísticas intertemporais confiáveis sobre a distribuição de renda na maioria dos países da África subsaariana impossibilita qualquer análise abrangente das tendências da pobreza na região. O projeto Dimensões Sociais do Ajuste começa a examinar esse problema, tendo promovido levantamentos em três países. Por enquanto, porém, a avaliação das tendências da pobreza no passado tem de basear-se em alguns levantamentos familiares, complementados por estudos de aldeias, e em estatísticas gerais sobre renda, consumo e população.

A Tanzânia é um dos poucos países da África subsaariana para os quais, há vários anos, vêm sendo feitos levantamentos em grande escala de famílias urbanas e rurais. Os estudos mostram que o padrão de vida rural declinou em termos reais a uma taxa anual média de 2,5% entre 1969 e 1983. O declínio nas áreas urbanas foi ainda maior: o salário real sofreu uma redução de 65% durante o período. O consumo real privado *per capita* foi reduzido em 43% desde 1973, e as compras de alimentos têm-se concentrado em feijão e farináceos baratos em vez de carne, laticínios e legumes. Levantamentos em menor escala feitos em aldeias revelaram a deterioração dos indicadores sociais, apesar dos esforços do governo no sentido de oferecer serviços à população.

Na Nigéria, a pobreza tem seguido tendências um pouco diferentes. A alta dos preços mundiais de petróleo e o aumento da produção nigeriana de petróleo gerou um aumento do consumo *per capita* durante quase toda a década de 70, mas o retrocesso da economia em inícios da década de 80 teve graves conseqüências sobre os pobres do país. O consumo vem caindo em 7% ao ano, sendo que os padrões de vida eram mais baixos em meados da década de 80 do que nos anos 50. As análises de consumo de calorias não acusam melhora entre 1952 e 1985. A crise econômica dos anos 80 foi tão grave que anulou o progresso feito nos 20 anos anteriores.

Quanto a Gana, só recentemente começou a experimentar um aumento de padrão de vida após duas décadas de crescimento negativo. Em 1985, quase 60% da população viviam com menos de US\$370 por ano. Botsuana é um dos poucos países africanos a registrar crescimento rápido (quase 9% ao ano desde 1965), mas até mesmo lá quase 50% da população tinham uma renda de menos de US\$370 por ano em 1985/86. Com poucas exceções, os dados levam à conclusão de que a pobreza na África subsaariana é intensa e vem se agravando.

tendências divergentes no Capítulo 1 e a evidência de estagnação do consumo *per capita* na Figura 3.1 sugerem que o progresso em reduzir a pobreza foi provavelmente mais lento naquela região. Mesmo supondo-se que a distribuição de renda não piorou entre 1965 e 1985, o número de africanos em estado de pobreza teria aumentado em 55 milhões. Os dados de pequenos levantamentos locais e outras evidências corroboram essa conclusão geral (Box 3.2).

A Tabela 3.2 trata de períodos de pelo menos 10 anos e por isso pode mascarar o efeito de recessões a curto prazo. Muitos observadores argumentam que a recessão e o ajuste dos anos 80 foram particularmente prejudiciais aos pobres. A Tabela 3.3 apresenta provas de mudanças na pobreza na década de 80. Os dados revelam progresso contínuo em vários países do Leste asiático e Sul da Ásia. Índia, Indonésia, Malásia e Paquistão — responsáveis por mais de 40% dos pobres do mundo em 1985 — conseguiram reduzir a incidência de pobreza nos anos 80. A China, embora tendo sofrido uma reversão após 1985, também experimentou uma queda da pobreza no início da mesma década. Contudo, nas regiões mais seriamente afetadas pela recessão, a pobreza aumentou. Em

todos os países latino-americanos da tabela, inclusive o Brasil, a incidência de pobreza aumentou pelo menos em parte dos anos 80. Na África subsaariana, os únicos dados disponíveis, referentes à Costa do Marfim, apresentam um ligeiro aumento em meados dos anos 80. Finalmente, os problemas do Leste europeu são claros: Polônia e Iugoslávia experimentaram um acentuado aumento da pobreza.

Progresso social e os pobres

Em princípio, uma análise semelhante dos indicadores sociais apresentados na Figura 3.1 seria desejável, mas em geral não há disponibilidade de distribuições dos indicadores sociais. Sabemos, no entanto, que os não-pobres geralmente têm acesso aos serviços sociais antes dos pobres. Assim, somente se a percentagem da população com acesso aos serviços sociais exceder a percentagem dos não-pobres, poderemos concluir que alguns dos pobres estão sendo alcançados.

A Tabela 3.4 compara a percentagem de não-pobres da população com índices de matrícula no primário e a percentagem de crianças vacinadas. No Leste asiático quase foi alcançado o índice

universal de matrícula no primário por volta de 1985, significando que a maior parte dos pobres teve acesso ao ensino primário. Na África subsaariana o índice de matrículas é apenas ligeiramente mais alto que a percentagem dos não-pobres, sendo provável, portanto, que poucos pobres estão sendo alcançados. As outras regiões ocupam posição intermediária. A cobertura de saúde, conforme calculada pela percentagem de crianças vacinadas, segue um padrão regional semelhante, mas em níveis mais baixos. A evidência sugere que muitos pobres têm-se beneficiado com a expansão do ensino (exceto na África subsaariana), mas que até 1985 houve menos progresso na extensão do atendimento médico aos pobres. Uma nova expansão da cobertura beneficiará sobretudo os pobres.

As médias regionais mascaram as grandes realizações de alguns países na provisão de serviços

sociais a suas populações. A Colômbia, onde a mortalidade infantil abaixo dos cinco caiu de 135 por mil em 1965 para 42 por mil em 1985, e a Costa Rica, onde 95% da população têm acesso ao atendimento médico básico, mostram o que pode ser feito. Mesmo nas regiões com baixo desempenho global, alguns países conseguiram grandes avanços. Botsuana, por exemplo, alcançou a taxa universal de matrícula no primário, e sua taxa de mortalidade infantil abaixo dos cinco caiu de 165 para 70 por mil nos dois últimos decênios. A escala ascendente de melhorias nesses países sugere que os pobres devem ter participado do progresso geral. Na outra extremidade do espectro estão os países que se saíram muito pior do que o indicado pelas médias regionais. No Paquistão o coeficiente líquido de matrículas praticamente não mudou nos últimos 20 anos — era de apenas 43% em 1985 — e uns estimados 36% da população não têm

Tabela 3.3 Mudanças na pobreza nos anos 80

País e período	Extensão do período (anos)	Índice censitário		Número de pobres (milhões)		Insuficiência média de renda (%)	
		Primeiro ano	Último ano	Primeiro ano	Último ano	Primeiro ano	Último ano
		Brasil (1981-87) ^a	6	19	24	23,1	33,2
China (1985-88) ^{a,b}	3	10	14	79,2	101,3	25	24
Colômbia (1978-88) ^a	10	24	25	6,0	7,5	36	38
Costa do Marfim (1985/86)	1	30	31	3,1	3,3	33	26
Costa Rica (1977-83) ^a	6	29	36	0,6	0,9	44	39
Costa Rica (1983-86) ^a	3	36	24	0,9	0,6	39	44
Índia (1977-83)	6	50	43	324,9	315,0	29	28
Indonésia (1984-87)	3	28	17	45,4	30,0	24	17
Iugoslávia (1978-87) ^a	9	17	25	3,8	5,7
Malásia (1984-87) ^a	3	15	14	2,3	2,2	26	24
Paquistão (1979-84)	5	21	20	17,1	18,7	19	19
Polônia (1978-87) ^a	9	9	23	3,3	8,6
Tailândia (1981-86) ^{a,c}	5	20	26	9,5	13,6	27	35
Venezuela (1982-87) ^a	5	12	16	1,9	3,0	26	31

Nota: Ver nota da Tabela 3.2 para definições. A faixa de níveis de pobreza, expressa em termos de despesa por membro de família e em dólares PPC, é de aproximadamente US\$300-700 ao ano em 1985, exceto para Costa Rica (US\$960) e Malásia (US\$1.420).

a. Os cálculos para este item usam a renda, e não a despesa.

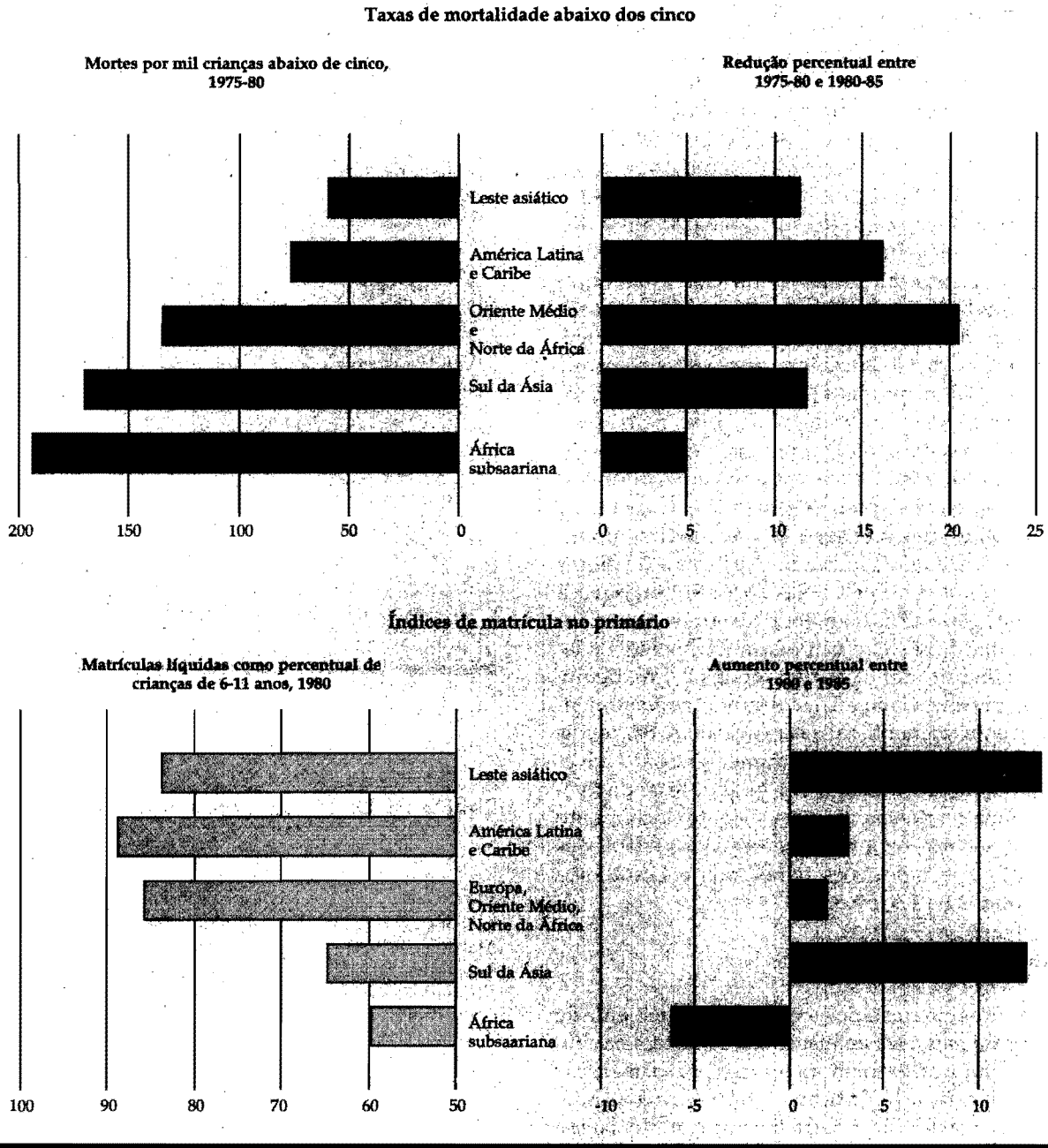
b. Apenas rural.

c. Os cálculos para este item são por família, e não por membro da família.

Tabela 3.4 Os serviços sociais terão chegado aos pobres nos países em desenvolvimento?

Indicador (1985)	África subsaariana	Leste asiático	Sul da Ásia	Europa, Oriente Médio e Norte da África	América Latina e Caribe	Todos os países em desenvolvimento
Percentual de não-pobres na população	53	79	49	75	81	67
Índice líquido de matrícula no primário (%)	56	96	74	88	92	84
Percentual de crianças vacinadas	47	73	43	63	65	58

Figura 3.2 O impacto da recessão sobre indicadores sociais em países em desenvolvimento



acesso aos serviços médicos.

Recentemente, a preocupação tem-se concentrado no efeito da recessão do início dos anos 80 sobre os serviços sociais destinados aos pobres. Na África subsaariana e na América Latina, as duas regiões mais afetadas pela recessão, cerca da metade dos países sobre os quais havia informações experimentou quedas consideráveis na despesa

real *per capita* com educação e saúde. Os indicadores sociais para o início dos anos 80, porém, contam uma história um pouco menos sombria, pelo menos na América Latina.

A Figura 3.2 mostra que o progresso nos índices de matrícula no primário e nas taxas de mortalidade abaixo dos cinco prosseguiu nos anos 80 na maior parte do mundo em desenvolvimento. O

progresso foi mínimo na região mais necessitada, a África subsaariana. Esta região tinha a mais alta taxa de mortalidade abaixo dos cinco e o índice mais baixo de matrículas escolares no início do período; teve o progresso menos significativo em termos de mortalidade infantil abaixo dos cinco de todas as regiões, e seu índice de matrículas na verdade declinou. Em compensação, em vários países latino-americanos, a taxa de mortalidade infantil abaixo dos cinco vem declinando cada vez mais. Brasil, Chile e Colômbia, por exemplo, registraram índices mais altos de queda no final dos anos 70 e início dos 80 do que nos anos 60 e 70.

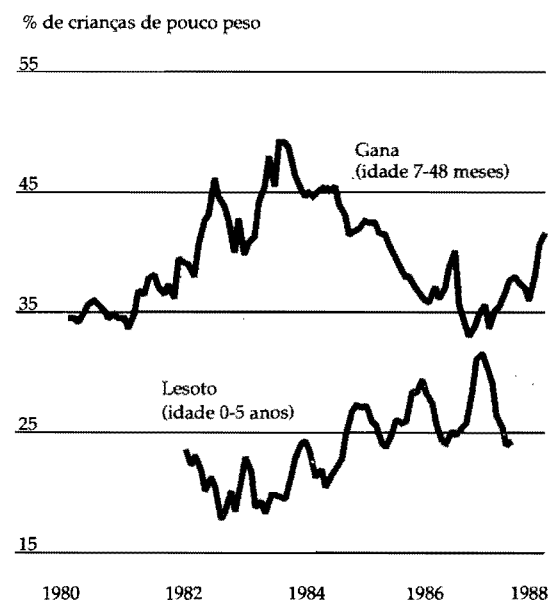
As mudanças na situação nutricional são outra medida do impacto da recessão. Os dados sobre nutrição nem sempre são de cobertura nacional, mas apesar disso são de interesse especial porque correspondem muitas vezes a áreas em dificuldades. As evidências obtidas nas regiões mais afetadas pela recessão reforçam os padrões já observados. Na América Latina a subnutrição continuou declinando constantemente no Chile, Colômbia e Costa Rica, mas o progresso neste sentido estagnou no Uruguai e Venezuela, e há sinais de pioras na Guatemala e Peru. Na África subsaariana a subnutrição está aumentando e o número de crianças abaixo do peso cresceu substancialmente. Pode-se distinguir dois padrões gerais. Em Benin, Burkina Faso, Gana e Togo a subnutrição aumentou acentuadamente em meados dos anos 80, depois caiu até 1986, e agora está aumentando de novo. Etiópia, Lesoto, Madagascar, Níger e Ruanda tiveram uma tendência mais persistente de aumento da subnutrição em torno de acentuadas flutuações sazonais. (Os padrões para Gana e Lesoto são mostrados na Figura 3.3.)

Avaliação global

Embora as circunstâncias variem enormemente de país para país, esta análise mostra que tem havido uma significativa melhora a longo prazo nas taxas de mortalidade infantil abaixo dos cinco, expectativa de vida e matrícula no primário. Nesse aspecto, a situação do início a meados dos anos 80 em cada região foi consideravelmente melhor do que nos anos 60 e 70. À exceção da África subsaariana, as rendas dos pobres também subiram, e substancialmente, em certos casos.

Nos últimos anos, contudo, isso dependia muito de onde viviam os pobres. A maioria dos pobres melhorou de situação em todos os aspectos, mas isto se deve a que muitos deles vivem no Sul da Ásia e no Leste asiático. Em vários países da

Figura 3.3 Tendências da subnutrição nos anos 80: Gana e Lesoto



Nota: O percentual de crianças de pouco peso (menos de 80% do peso-padrão para a idade) é usada aqui como um indicador de subnutrição.

Tabela 3.5 Diferentes experiências de países

País e período	Redução anual média	
	Índice censitário (pontos percentuais) ^a	Mortalidade abaixo dos 5 (%) ^b
Indonésia (1970-87)	2,34 (58)	3,3 (146)
Malásia (1973-87)	1,66 (37)	3,7 (46)
Brasil (1960-80)	1,45 (50)	2,8 (107)
Paquistão (1962-84)	1,43 (54)	1,8 (200)
Costa Rica (1971-86)	1,41 (45)	9,3 (35)
Tailândia (1962-86)	1,40 (59)	4,4 (70)
Índia (1972-83)	1,04 (54)	1,8 (199)
Colômbia (1971-88)	0,91 (41)	7,2 (64)
Marrocos (1970-84)	0,64 (43)	5,6 ^c (136)
Sri Lanka (1963-82)	0,51 (37)	2,8 (66)

Nota: O uso da insuficiência de renda ao invés do índice censitário produz praticamente a mesma classificação.

a. Nível inicial entre parênteses.

b. Taxa de 1975-80 entre parênteses.

c. 1977-81.

América Latina e Leste europeu as rendas dos pobres decresceu, embora os indicadores sociais tenham revelado maior poder de recuperação, e em certos países tenham melhorado mais rapidamente do que antes da recessão dos anos 80. Os pobres da África subsaariana estavam em

Tabela 3.6 Gastos no setor social como percentual do PNB

Setor e país	1975	1985
<i>Educação primária</i>		
Alto índice de matrícula		
Botsuana	2,1	2,8
Tunísia	1,9	2,3
Chile	1,4	2,2
Tailândia	1,6	2,0
Baixo índice de matrícula		
Nepal	0,7	1,0
Gana	1,1	0,7
Paquistão	0,6	0,7
Haiti	0,6	0,6
<i>Saúde</i>		
Baixa mortalidade abaixo dos 5		
Chile	2,5	2,1
Maurício	2,0	2,0
Malásia	1,9	1,8
Sri Lanka	1,7	1,3
Alta mortalidade abaixo dos 5		
Etiópia	0,8	1,2
Burkina Faso	0,8	0,9
Índia	0,3	0,3
Paquistão	0,3	0,2

situação muito pior nos anos 80; o declínio iniciado nos anos 70 continuou e em certos casos acelerou-se.

Fora as diferenças regionais, a análise também demonstrou que alguns países foram muito mais bem-sucedidos que outros na mitigação da pobreza. A Tabela 3.5 mostra isso em dois indicadores-chave — o índice censitário e a taxa de mortalidade infantil abaixo dos cinco — para 10 países. A próxima seção deste capítulo serve-se da experiência por país para identificar os fatores subjacentes a essas diferenças.

Fatores que influenciam o desempenho do país

A política oficial é crítica, tanto em reduzir a pobreza, conforme medida pela renda, quanto em melhorar os indicadores sociais. A política afeta indiretamente as rendas, através da taxa e do modelo de crescimento econômico. Tem um efeito mais direto sobre os indicadores sociais, principalmente através do programa de despesas do governo. As duas questões — rendas mais altas e melhores indicadores sociais — estão nitidamente vinculadas. Uma serve de apoio à outra de diversas maneiras. Mas como o efeito direto da política sobre os indicadores sociais é mais fácil de medir,

trata-se de um bom ponto de partida.

Melhora dos indicadores sociais

Os países que tiveram êxito em proporcionar ensino primário e atendimento médico aos pobres são os que fizeram provisões adequadas com esta finalidade em seus orçamentos (Tabela 3.6). Em 1985, os gastos com ensino primário como percentual do PNB foram mais de quatro vezes mais altos em Botsuana, onde o índice de matrículas era de 99%, do que no Haiti, onde era de somente 55%. Da mesma forma, nos países que conseguiram vastas provisões para o atendimento médico, como Chile e Maurício, os gastos como percentual do PNB são muitas vezes maiores do que em países como Índia e Paquistão, onde a mortalidade infantil abaixo dos cinco permanece excepcionalmente alta e a percentagem de crianças vacinadas é baixa.

Mas o aumento dos gastos governamentais nem sempre é a resposta para melhorar o bem-estar dos pobres. Muitas vezes é mais importante distribuir melhor as despesas dentro do setor, assim como o uso mais eficiente dos recursos. Mas, sem dúvida, mediante despesas públicas bem direcionadas, mesmo os países de baixa renda podem melhorar sensivelmente os serviços sociais. Na amostra de 10 países identificada na Tabela 3.5, os gastos públicos são parte importante da explicação para as variações na mortalidade infantil abaixo dos cinco. Os que tiveram melhor desempenho foram Sri Lanka, entre os países de baixa renda, e Costa Rica, entre os de renda média. Ambos os países mantiveram um compromisso duradouro, a partir da primeira metade do século, para com a provisão de serviços sociais.

Rendas mais altas

Isolar os fatores que influenciam as rendas dos pobres é mais complexo do que no caso de indicadores sociais. Como um primeiro passo, as mudanças nas rendas dos pobres podem ser “explicadas” decompondo-as na parte atribuível ao crescimento econômico global e na parte atribuível a variações na desigualdade da distribuição da renda (Box 3.3). Tem-se argumentado que a desigualdade primeiro piora com o desenvolvimento, e só mais tarde é que vai melhorar. Tal idéia está encapsulada na “curva de Kuznets”, que postula uma relação de U-invertido entre a desigualdade e a renda média. A curva implica a possibilidade de um conflito entre crescimento e pobreza. Em caso extremo, a desigualdade da renda pode piorar

Box 3.3 A mecânica das flutuações da pobreza

Para determinado aumento da renda dos pobres, a redução da pobreza depende de como os mesmos se situam em relação ao nível de pobreza. Se estiverem concentrados imediatamente abaixo do nível, um aumento de renda terá um efeito muito maior sobre a pobreza do que se estivessem mais uniformemente distribuídos.

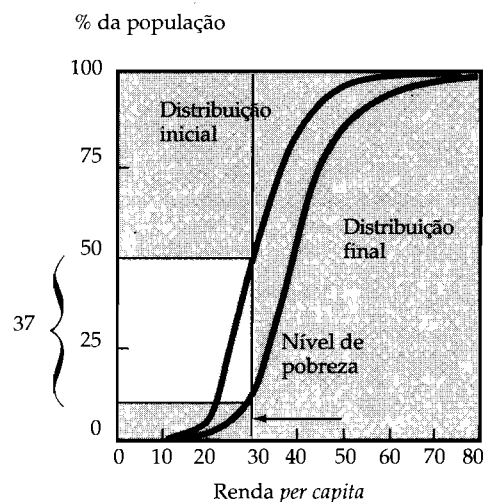
A Figura de box 3.3 mostra a função de distribuição cumulativa — isto é, o percentual de pessoas que não recebem mais do que determinada renda, expresso em função dessa renda. Por exemplo, se o nível de pobreza é estabelecido em 30, a curva à esquerda de cada figura mostra que 50% da população é pobre. Um aumento de renda de 50% transfere a função de distribuição para a direita. No quadro superior da figura, a redução da incidência de pobreza é de 37 pontos percentuais, ao passo que é de apenas 27 pontos percentuais no quadro inferior.

A diferença entre os dois resultados se deve a diferenças de inclinação da função de distribuição no nível de pobreza. Se a inclinação é muito forte (implicando menos desigualdade na região do nível de pobreza), como no quadro superior, grande número de pessoas estão concentradas imediatamente abaixo do nível. Um aumento de renda transfere muitas pessoas para cima do nível, e a incidência de pobreza cai substancialmente. Se a inclinação é menos forte (implicando maior desigualdade em torno do nível de pobreza), como no quadro inferior, poucas pessoas estão localizadas imediatamente abaixo do nível. Neste caso, o mesmo aumento de renda transfere apenas uns poucos pobres para cima do nível, e a redução da incidência de pobreza será muito menor.

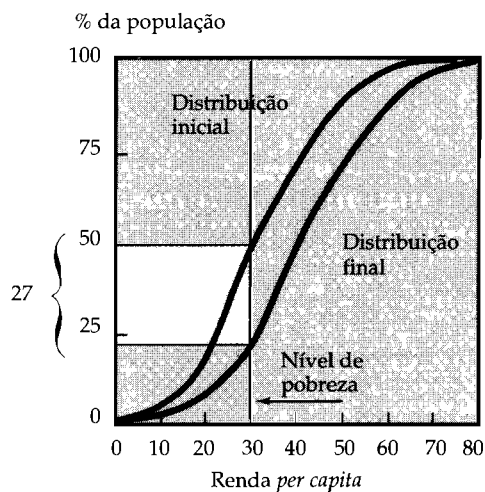
Por exemplo, partindo-se das últimas distribuições disponíveis, um aumento de 10% da renda dos pobres em Bangladesh e na Índia reduziria a incidência de pobreza em cerca de 7 pontos percentuais. Quando a distribuição de renda é mais desigual, como no Brasil e na Venezuela, a redução correspondente seria de apenas 3 pontos percentuais.

Figura de box 3.3 Diferentes condições iniciais: o impacto sobre a redução da pobreza

Alta concentração de pobres logo abaixo do nível de pobreza



Baixa concentração de pobres logo abaixo do nível de pobreza



rápido o bastante no início do crescimento econômico para que aumente a pobreza; o crescimento seria "criador de miséria".

A Tabela 3.7 apresenta um teste simples deste ponto de vista. Mostra a mudança na pobreza, conforme calculada pelo índice censitário das

Tabelas 3.2 e 3.3, e compara-a com uma mudança simulada na pobreza. Esta é a mudança que teria ocorrido se a desigualdade tivesse permanecido constante — ou seja, se todos tivessem recebido o mesmo percentual de aumento de renda. Se o declínio real da pobreza fosse menor que o declínio

Tabela 3.7 Pobreza, crescimento econômico e recessão

<i>País e período</i>	<i>Extensão do período (anos)</i>	<i>Redução observada da pobreza (pontos percentuais)^a</i>	<i>Redução simulada da pobreza (pontos percentuais)^b</i>	<i>Crescimento anual da renda ou despesa média (%)</i>
<i>Crescimento a longo prazo</i>				
Indonésia (1970-87)	17	41	35	3,4
Tailândia (1962-86)	24	33	30	2,7
Paquistão (1962-84)	22	31	26	2,2
Brasil (1960-80)	20	29	34	5,1
Malásia (1973-87)	14	23	19	4,0
Cingapura (1972-82)	10	21	19	6,4
Costa Rica (1971-86)	15	21	22	3,5
Colômbia (1971-88)	17	16	8	1,1
Índia (1972-83)	11	11	10	1,0
Sri Lanka (1963-82)	19	10	8	0,9
Marrocos (1970-84)	14	9	1	0,2
<i>Recessão de curto prazo</i>				
Costa Rica (1983-86)	3	12	13	10,9
Indonésia (1984-87)	3	11	9	5,0
Índia (1977-83)	6	7	2	0,8
Malásia (1984-87)	3	1	-1	-0,7
Paquistão (1979-84)	5	1	4	1,2
Colômbia (1978-88)	10	-1	-1	-1,2
Costa do Marfim (1985/86)	1	-1	-5	-5,4
China (1985-88) ^c	3	-4	5	6,7
Brasil (1981-87)	6	-5	1	0,9
Venezuela (1982-87)	5	-5	-6	-4,5
Tailândia (1981-86)	5	-6	0	0,0
Costa Rica (1977-83)	6	-7	-8	-3,4
Iugoslávia (1978-87)	9	-7	-12	-2,9
Polônia (1978-87)	9	-14	-17	-1,2

a. Variação absoluta no índice censitário com base na definição de pobreza absoluta no país especificado.

b. A simulação supõe que a desigualdade de renda permanece inalterada.

c. Apenas rural.

simulado, então o crescimento teria aumentado a desigualdade e os pobres teriam ganho menos que os não-pobres. Se o declínio real fosse maior que o simulado, ocorreria o oposto.

A Tabela 3.7 refere-se tanto aos períodos de crescimento a longo prazo quanto às recessões de curto prazo. Em geral, o crescimento a longo prazo teve apenas um efeito limitado sobre a desigualdade, mas tendia a reduzi-la. Na Índia, por exemplo, as mudanças reais e simuladas na pobreza são quase exatamente iguais. Isso implica que os pobres gozaram aproximadamente da mesma percentagem de aumento como qualquer outra pessoa, e que a renda atribuída ao crescimento foi distribuída da mesma forma que a renda inicial.

Em certos países — Colômbia, por exemplo — as mudanças a longo prazo na desigualdade foram mais importantes. Mas nem estes nem outros casos dão qualquer suporte quer à hipótese de Kuznets quer à do crescimento criador de miséria. Nos países de baixa renda a desigualdade melhora consistentemente (ao contrário da hipótese de

Kuznets), e não há exemplos em que o efeito do crescimento seja compensado por mudanças na desigualdade (ao contrário da hipótese do crescimento criador de miséria). Em suma, o crescimento reduz a pobreza. Mesmo assim, nos lugares em que a desigualdade piorou, como no Brasil, as implicações para a pobreza são significativas. Se a desigualdade tivesse declinado como na Malásia, a pobreza do Brasil teria caído em 43 pontos percentuais entre 1960 e 1980, e não em 29. O modelo de crescimento, assim como sua taxa, é portanto um determinante significativo das mudanças na pobreza.

Como mostra a parte inferior da Tabela 3.7, nos anos 80 o vínculo entre crescimento e redução da pobreza ainda é visível, porém mais fraco que antes. De modo geral, o crescimento econômico reduz a pobreza e o declínio econômico a aumenta. No entanto, as flutuações na desigualdade foram maiores nos anos 80. Na Malásia, por exemplo, a pobreza diminuiu ainda que a renda média tivesse também declinado. Isso sugere que choques exter-

nos ou mudanças importantes de políticas podem alterar a incidência da pobreza por meio de mudanças na desigualdade da renda, ao passo que em períodos mais estáveis o crescimento econômico é a influência dominante sobre a pobreza.

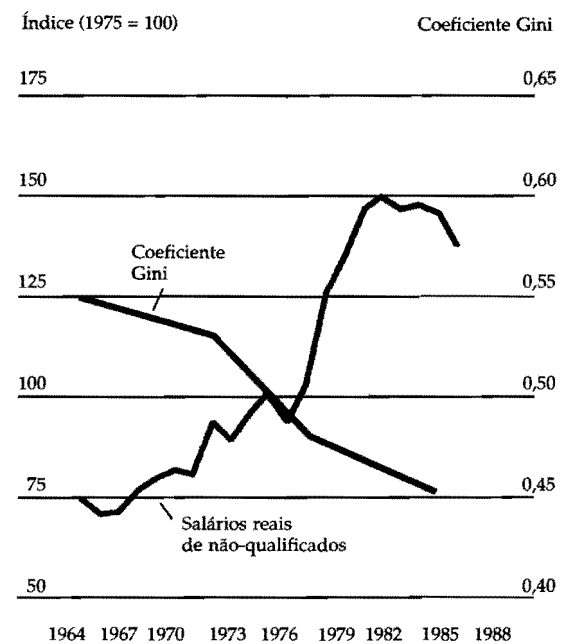
Será que a conclusão de que o crescimento reduz a pobreza teria mudado se se desviasse a atenção dos pobres para os muito pobres? Os níveis de pobreza específicos por país utilizados nesta análise definem como pobres de 20 a 50% da população. Se nos voltarmos para um décimo da população, dos mais pobres, veremos que nos períodos de crescimento estável este grupo beneficiou-se de um aumento percentual da renda maior do que a média em todos os países exceto Brasil e Costa Rica, onde a desigualdade agravou-se. No Brasil, no entanto, os pobres tiveram um substancial aumento da renda; na Costa Rica, eles sofreram perda. Em geral, portanto, os mais pobres dentre os pobres participaram plenamente do crescimento econômico.

Não surgiu qualquer padrão simples nos anos 80. Em cerca da metade dos países os muito pobres sofreram mais, ou avançaram menos, que o cidadão médio. Na Colômbia, por exemplo, a renda média para toda a população caiu em 11% entre 1978 e 1988, ao passo que para um décimo dos mais pobres ela caiu mais de 20%. Em compensação, as unidades familiares mais pobres de outros países saíram-se muito melhor que o restante da população. Na Malásia, as rendas médias caíram 2% entre 1984 e 1987, mas as rendas médias dos mais pobres de fato aumentaram 9%.

Tais conclusões elucidam um pouco a questão das diversas experiências dos países identificados na Tabela 3.5. O crescimento econômico foi nitidamente importante — nos dois países que experimentaram a redução mais rápida da pobreza, a renda *per capita* subiu mais de 3% ao ano, ao passo que os dois países que reduziram menos a pobreza tiveram taxas de crescimento de menos de 1%. Nas economias igualitárias (Indonésia, por exemplo) o crescimento econômico que manteve o grau de desigualdade existente foi suficiente para reduzir rapidamente a pobreza. Nos países em que a distribuição inicial de renda foi mais desigual, como na Colômbia, as mudanças na desigualdade foram um complemento importante para o crescimento global.

O crescimento econômico e as mudanças na desigualdade, contudo, não são instrumentos de política, e sim conseqüências. Quais eram as políticas que, nas economias igualitárias, como a Indo-

Figura 3.4 Desigualdade e salários, Colômbia, 1965-86



nésia, impeliram o crescimento e reduziram, mesmo que ligeiramente, o grau inicial de desigualdade? E quais eram as políticas que, nas economias não-igualitárias, como a Colômbia, capacitavam os pobres a se beneficiarem mais do que proporcionalmente do crescimento? A resposta reside nos fatores que determinam as rendas dos pobres.

PROPRIEDADE DE ATIVOS. A redistribuição do estoque de ativos existente entre os pobres provou às vezes ser uma medida bem-sucedida, mas isso é exceção, e não a regra. Amplas reformas agrárias têm sido associadas com rápidas reduções da pobreza, mas ocorreram apenas em épocas de grandes distúrbios políticos. A distribuição de capital novo (isto é, investimento) em favor dos pobres tem sido mais comum. Em particular, o investimento em capital humano mediante serviços médicos básicos e ensino primário tem sido uma parte importante da abordagem adotada por vários países. Mas se isso aumenta as rendas, depende das oportunidades disponíveis para utilizar as novas capacitações.

RETORNO DOS ATIVOS. Como a pobreza é em grande parte um fenômeno rural — e como muitos pobres dependem (direta ou indiretamente) do

Box 3.4 Crescimento, salário real e pobreza: Reino Unido e EUA, 1770 a 1920

A história da revolução industrial nos EUA e no Reino Unido sugere a existência de um vínculo entre crescimento, salário real e pobreza. Em ambos os países, o desenvolvimento no estágio inicial da revolução foi capital-intensivo. Como, nessa mesma época, a oferta de mão-de-obra vinha aumentando, o salário real dos trabalhadores não-qualificados cresceu lentamente, e o crescimento econômico teve apenas um pequeno efeito sobre a pobreza. Contudo, a partir de cerca de 1820 no Reino Unido e 1880 nos EUA, o salário real passou a aumentar e a pobreza começou a declinar.

A revolução industrial inglesa data de aproximadamente 1770, mas até 1820 o salário real mal aumentou. Nos primeiros 20 anos do século XX, o salário de um trabalhador adulto, não-qualificado e do sexo masculino cresceu à taxa de apenas 0,2% ao ano. Nos anos seguintes, o aumento foi muito mais rápido e constante, à taxa de 1,7% ao ano. A partir de cerca de 1840, o PIB norte-americano aumentou significativamente mais depressa do que o do Reino Unido em estágio equivalente, mas o salário real dos trabalhadores urbanos não-qualificados aumentou em menos de 0,2% ao ano entre 1845 e 1880. A partir de então, como ocorreu no Reino Unido, o aumento do salário foi mais rápido, chegando a 1,3% ao ano nos 40 anos seguintes.

Em ambos os países, o progresso tecnológico favoreceu inicialmente as indústrias que faziam uso intensivo de capital e qualificações, em detrimento da agricultura, que fazia uso intensivo de mão-de-obra. A coincidência entre o lento crescimento da procura de mão-de-obra e o forte aumento populacional limitou o aumento do salário real. Várias décadas após o início da revolução industrial, o progresso tecnológico na agricultura levou a um padrão de crescimento mais equilibrado e a tendência de poupar mão-de-obra, verificada nos primórdios da industrialização, deu lugar a uma tendência neutra ou de uso intensivo de mão-de-obra. A diminuição das taxas de natalidade e o maior rigor das leis de imigração reduziram o aumento populacional e o salário real passou a crescer mais rapidamente.

No Reino Unido, a pobreza declinou a partir de 1840. No caso dos EUA, os dados mais confiáveis, de registros do estado de Nova York, sugerem que a pobreza aumentou até 1865, quando 8% da população recebiam ajuda do governo local. Depois disso, a pobreza diminuiu até o fim do século. Em ambos os países, o aumento do salário real dos trabalhadores não-qualificados reduziu a incidência da pobreza.

setor agrícola para suas rendas — o crescimento que eleva a produtividade agrícola e o retorno do trabalho agrícola deveria ser particularmente eficaz para reduzir a pobreza. Isso pode ser ilustrado pelo contraste entre Indonésia e Índia. Entre 1970 e 1987, a pobreza na Indonésia caiu 41 pontos percentuais; no mesmo período, o poder aquisitivo do valor adicionado na agricultura subiu 2,6% ao ano por habitante rural. Entre 1984 e 1987, período de queda especialmente rápida da pobreza, o poder aquisitivo cresceu 5% ao ano. Em compensação, a pobreza na Índia caiu 11 pontos percentuais e o poder aquisitivo na agricultura cresceu menos de 0,4% ao ano. A maior parte da queda da pobreza na Índia — 7 pontos percentuais entre 1977 e 1983 — ocorreu numa época em que o poder aquisitivo na agricultura estava aumentando 1,5% ao ano. A análise econométrica confirma que a pobreza rural na Índia está fortemente e negativamente vinculada às rendas agrícolas.

Tanto na Índia quanto na Indonésia, a distribuição inicial de renda era razoavelmente equitativa, e o crescimento era capaz de reduzir a pobreza, apesar de o grau de desigualdade permanecer o mesmo. Nos países em que a distribuição inicial for menos equitativa, o crescimento, para ter um grande efeito, deve deslocar o padrão de retornos

em favor dos pobres. A Colômbia é um dos poucos países latino-americanos que conseguiu melhorar uma distribuição de renda inicialmente muito desigual. Seu coeficiente Gini (medida de desigualdade em que 1 representa uma completa desigualdade e 0 uma perfeita equanimidade) caiu de 0,54 para 0,48 entre 1971 e 1978, e sua incidência de pobreza caiu 2,9 pontos percentuais ao ano. Como demonstrado na Figura 3.4, o retorno do ativo mais importante para os pobres — a mão-de-obra não-qualificada — teve de aumentar acentuadamente para que isso acontecesse. Entre 1971 e 1978 os salários reais para não-qualificados aumentou 6,6% ao ano, em comparação com os 3,9% do PNB *per capita*. Isso deslocou a distribuição de renda em favor dos pobres. O Box 3.4 ilustra o que aconteceu com os salários e a pobreza num período de crescimento econômico — as revoluções industriais no Reino Unido e nos EUA.

Os retornos dos ativos dos pobres também podem ser aumentados através do aumento da produtividade. Na Malaísia o investimento nos pobres contribuiu para o rápido crescimento, com certa melhoria numa distribuição de renda bastante desigual e uma redução da pobreza de 23 pontos percentuais entre 1973 e 1987. Neste período, os rendimentos médios do trabalho para os trabalha-

dores rurais aumentaram quase 75%. Os estudos indicam que a melhoria da educação foi responsável por cerca de um quarto do aumento dos rendimentos agrícolas e de três quartos do aumento dos rendimentos não-agrícolas. Investindo no capital humano dos pobres e proporcionando um contexto em que novas habilidades podiam ser utilizadas de forma produtiva, a Malásia melhorou a curto prazo o bem-estar dos pobres e as perspectivas de aumentar as rendas a médio prazo. O Sri Lanka foi menos bem-sucedido em concretizar o aumento potencial da produtividade possibilitado pela despesa social. Entre 1970 e 1985, o país alocou cerca de 10% do PIB em despesas sociais, e a cobertura foi ampla. Embora os indicadores sociais tivessem melhorado, as rendas dos pobres não aumentaram significativamente. A pobreza declinou apenas 0,5 ponto percentual ao ano nas décadas de 60 e 70.

Outro modo de aumentar a produtividade dos ativos dos pobres é fornecer melhor infra-estrutura física. Por exemplo, a Indonésia utilizou suas receitas do petróleo para melhorar e ampliar a infra-estrutura por toda a Java rural, proporcionando assim acesso aos mercados para a maioria dos pobres do país. Em compensação, a infra-estrutura inadequada de grande parte da África subsaariana continua deteriorando.

TRANSFERÊNCIAS. Todos os países enlistados na Tabela 3.5 empregaram transferências, geralmente sob a forma de subsídios aos alimentos. Em países como Indonésia e Tailândia transferências moderadas — cerca de 0,2% do PIB — revelaram-se consistentes com o crescimento rápido. Outros países foram ainda mais longe. Em fins dos anos 70, as transferências do Egito (que, embora tendo alcançado os pobres, destinaram-se sobretudo aos não-pobres) montaram a 7% do PIB. Este uso acentuado de transferências pode causar sérias dificuldades macroeconômicas e, por reduzir o crescimento, condena à pobreza as futuras gerações.

As transferências provavelmente não são a resposta para a pobreza — certamente não o são em países de baixa renda com grande contingente de pobres. Uma das razões disso é a grande magnitude do problema. Seriam necessárias transferências de pelo menos 15% do PIB corrente para eliminar a pobreza em Bangladesh — e isto supõe que as transferências não “vazariam” (como geralmente acontece) para a classe média urbana. Em certos países de renda média a situação é diferente;

transferências correspondentes a apenas 1,1% do PIB corrente poderiam eliminar a pobreza do Brasil. Porém, devido ao vazamento e aos custos administrativos, na prática seria necessário muito mais do que isto.

Explicação do desempenho bem-sucedido

De posse deste relato dos fatores que vêm influenciando a pobreza, podemos analisar o desempenho dos países citados na Tabela 3.5. Os três países do Leste asiático — Indonésia, Malásia e Tailândia — demonstram os benefícios de um equilíbrio apropriado entre as políticas que estimulam o crescimento e as que capacitam os pobres a participar do crescimento. Todos os três alcançaram e mantiveram taxas de crescimento anuais do PIB de mais de 6%. Tal crescimento — relativamente mão-de-obra intensivo, com a agricultura na dianteira — gerou demanda dos fatores de produção próprios dos pobres. Esses países também providenciaram uma despesa social adequada. Em conseqüência, conseguiram ensino primário universal, e suas taxas de mortalidade infantil são mais baixas que as de muitos países com rendas semelhantes. A melhora nas capacitações e na qualidade da força de trabalho permitiu que os pobres aproveitassem as oportunidades proporcionadas pelo crescimento econômico.

Em outros países, a criação de oportunidades para os pobres e o desenvolvimento de sua capacidade de resposta nem sempre foram tão equilibrados. O crescimento do PIB do Brasil excedeu o de qualquer outro país da amostra, e o Paquistão chegou aos mesmos 6% de crescimento anual verificados nos países do Leste asiático. Apesar disso, em nenhum dos dois países os indicadores sociais melhoraram rapidamente. O Brasil tem uma das taxas de mortalidade infantil abaixo dos cinco mais altas entre os países de renda média, e o Paquistão tem um dos índices mais baixos de matrícula no primário do mundo. O fato de não se conseguir melhorar as qualificações da mão-de-obra limitou a capacidade de os pobres se beneficiarem com o crescimento. Nos dois casos, o índice censitário caiu, mas menos rapidamente do que na Indonésia ou na Malásia.

Assim, é possível haver crescimento econômico sem grandes avanços sociais. O inverso também é verdadeiro: os indicadores sociais podem ser melhorados mesmo na ausência de um crescimento econômico rápido. Entre 1971 e 1978 na Colômbia e entre 1971 e 1977 na Costa Rica, a pobreza

Box 3.5 Coalizões políticas e os pobres

Introduzir reformas destinadas a reduzir a pobreza não significa necessariamente promover confrontos entre pobres e não-pobres. Embora muitas medidas econômicas tragam benefícios aos ricos à custa dos pobres, outras vinculam o destino de um dos grupos ao destino do outro, podendo ser apoiadas por coalizões que transcendem a linha divisória entre os que são pobres e os que não o são.

Quando o que está em jogo são interesses setoriais, é comum formarem-se coalizões políticas que abrangem todas as faixas de renda. As medidas referentes a tarifas, taxa de câmbio e preços de alimentos costumam ter efeitos que discriminam mais entre os setores industrial e agrícola do que entre diferentes níveis de renda. Em muitos países africanos e latino-americanos, o setor agrícola há muito se ressentido de medidas que favoreçam a indústria e as cidades. Por exemplo, a freqüente contenção dos preços dos alimentos beneficia as classes pobres urbanas, os trabalhadores industriais e donos de empresas à custa de todo o setor rural, inclusive das classes pobres rurais.

Essas coalizões de pobres e não-pobres podem formar-se também ao longo de linhas geográficas — de modo a promover o fluxo de recursos para toda uma região, como no caso do Nordeste do Brasil, ou reclamar intervenção em prol de uma localidade específica, como no caso de um projeto de irrigação. Na Índia, distritos inteiros têm exercido pressão no sentido de serem incluídos em áreas que recebem irrigação, na expectativa de um aumento de produtividade para pequenos e grandes agricultores.

As coalizões podem também ser formadas por fornecedores e usuários de serviços. A pressão sobre o governo, no sentido de financiar serviços sociais, costuma ser exercida não só pelos usuários mas também pelos fornecedores de serviços, que são pessoas de renda média. Professores, profissionais de saúde, assistentes sociais e outros prestadores de serviços, nas categorias de renda média e alta, são, eles próprios, beneficiados quando o governo dedica mais recursos a serviços sociais, e freqüentemente dispõem da força eleitoral e da capacidade de

organização necessárias para pressionar o Legislativo no sentido de investir mais no desenvolvimento de recursos humanos. Não admira que existam poderosos sindicatos de professores no Quênia e no Sri Lanka, dois países que gastam verbas relativamente grandes com a educação primária. A expansão da instrução primária no Peru foi, em grande parte, devida aos esforços de partidos políticos que cobijavam os votos dos professores.

Na Argentina, no Chile e no Peru, o sucesso alcançado pelas reformas fiscais e outras, na área do combate à pobreza, tem sido função da posição assumida pelos trabalhadores de colarinho branco, profissionais liberais, burocratas e pequenas e médias empresas. As medidas redistributivas tinham maior probabilidade de sucesso quando estes setores participavam de transferências dirigidas basicamente para os pobres. O mesmo se aplica, sem dúvida, a muitos outros países. O Plano de Garantia de Emprego, de Maharashtra, na Índia, transfere renda das classes urbanas não-pobres para as classes pobres das zonas rurais e, no entanto, goza de grande apoio político. As classes urbanas não-pobres vêem um benefício na redução da migração para Bombaim, e os donos de terras olham o plano com simpatia, pois o mesmo ajuda a estabilizar o contingente de mão-de-obra rural e cria infraestrutura no interior. Em contraposição, quando Sri Lanka substituiu o seu plano de racionamento e subsídio geral de alimentos em 1979/80, a redução das transferências implícitas para os não-pobres prejudicou o apoio ao mesmo.

Em suma, a economia política da redução da pobreza é complexa e sujeita a grandes variações, dependendo do país e das circunstâncias históricas. Como indica esta breve análise, as medidas em benefício dos pobres têm sido propostas e implementadas com sucesso em circunstâncias diversas. Mas a experiência indica que o sucesso resulta, muitas vezes, de metas e estratégias das quais participam, em certa medida, os pobres e, pelo menos, certos grupos de não-pobres.

diminuiu rapidamente, a mortalidade infantil abaixo dos cinco caiu a uma taxa extraordinária, e o PIB cresceu 5-6% ao ano. A recessão do início dos anos 80 levou à estagnação ou queda do PIB *per capita* e interrompeu abruptamente a melhora na questão da pobreza — o índice censitário permaneceu praticamente constante na Colômbia e aumentou na Costa Rica. Mesmo assim, a mortalidade abaixo dos cinco continuou caindo, demonstrando que os esforços para melhorar os indicadores sociais podem produzir resultados mesmo durante uma recessão. Do mesmo modo, a experiência do Sri Lanka mostra que se pode alcançar um notável avanço social ainda que com baixos níveis de renda. Os benefícios do apoio duradouro aos serviços sociais do Sri Lanka po-

dem ser observados em sua taxa de mortalidade abaixo dos cinco, que estava em 66 por mil em 1980 — realização impressionante para um país de baixa renda.

Contudo, como mostram as experiências da Índia, Marrocos e Sri Lanka, o baixo crescimento do PIB torna difícil reduzir a pobreza. Isto sugere uma importante diferenciação: elevar as rendas dos pobres (e com isso elevar as pessoas acima do nível de pobreza) requer um crescimento econômico de base ampla, mas melhorar a situação dos pobres em outros aspectos — reduzindo a mortalidade infantil, por exemplo — pode ser conseguido por meio de ações públicas específicas.

De tudo isso surge uma conclusão-chave: os países que tiveram maior êxito em combater a

pobreza estimularam um modelo de crescimento que faz uso eficiente da mão-de-obra e investiram no capital humano dos pobres. Esta abordagem dual é a estratégia básica para a redução da pobreza proposta neste Relatório. Ambos os elementos são essenciais. O primeiro proporciona aos pobres oportunidades de utilizar seu bem mais abundante — o trabalho. O segundo melhora seu bem-estar imediato e aumenta sua capacidade de tirar partido das possibilidades recém-criadas. Juntos, eles podem melhorar as vidas da maior parte dos pobres do mundo.

Alguns pobres — por exemplo, os enfermos, os idosos e os que vivem em áreas pobres de recursos — podem não se beneficiar nem de uma implementação bem-sucedida da abordagem de dois elementos. Outros, embora se beneficiem, permanecerão bastante vulneráveis a desastres pessoais, como a morte do arrimo da família, e a calamidades nacionais, como seca ou recessão econômica. Portanto, uma abordagem abrangente da pobreza requer que a estratégia básica seja complementada por um sistema de transferências bem direcionado e esquemas de segurança.

Qual é a interação decisiva?

As discussões de políticas voltadas para os pobres geralmente concentram-se na interação de cresci-

mento e pobreza. Mas a análise da experiência de cada país sugere que esta é a interação decisiva. Com políticas apropriadas, os pobres podem participar do crescimento e para ele contribuir, e quando isso acontece, rápidos declínios na pobreza coincidem com crescimento sustentável.

Se é possível identificar as políticas que reduzem a pobreza e ainda contribuem para o crescimento, por que mais países não as adotaram? A resposta está na viabilidade política. As escolhas estratégicas feitas pelos governos refletem fatores políticos e econômicos. Os países diferem enormemente em sua cultura política, na natureza de suas organizações políticas, em suas lideranças, em seus processos burocráticos, e assim por diante. Esta seção examina um aspecto da complexa interação de fatores econômicos e políticos.

As políticas que ajudam os pobres mas impõem ônus aos não-pobres encontrarão resistência, quer aumentem a renda nacional, quer não. Os não-pobres são geralmente poderosos, e exercem forte influência sobre a política. Dar mais voz aos pobres nas tomadas de decisões locais e nacionais ajudaria a restabelecer o equilíbrio. Mas como o poder político tende a refletir o poder econômico, é importante traçar políticas para reduzir a pobreza que recebam o apoio dos não-pobres, ou pelo menos não provoquem sua resistência ativa. Às vezes é possível formar coalizões que reúnam os

Box 3.6 Interações e pobreza: um modelo de simulação simples

O modelo de simulação que serviu de base aos resultados apresentados neste capítulo acusa dois tipos de interações — aquela entre pobreza e crescimento e aquela entre pobres e não-pobres. Dois fatores determinarão se essas interações terão ou não efeitos indesejáveis.

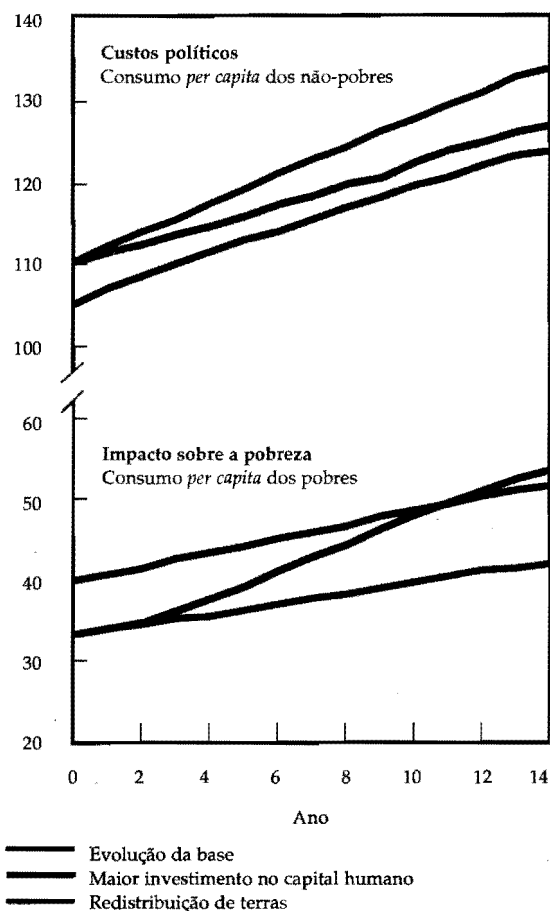
O primeiro é o custo econômico imediato de aumentar a receita a fim de financiar transferências e programas sociais. Um aumento de impostos tende a reduzir a eficiência econômica (e, portanto, o PNB), pelo menos até certo ponto. Além disso, nem todo aumento de gastos públicos atingirá aqueles a quem se pretende beneficiar. Da mesma forma, parte do aumento dos impostos incidirá sobre os pobres. Portanto, para que um benefício de US\$1 chegue até os pobres, é preciso aumentar os impostos em mais de US\$1. No modelo, uma transferência líquida de 0,5% do PNB para os pobres reduz o PNB em 0,4% e o consumo dos não-pobres em 1%. As medidas que permitem uma redução da taxa, tais como a eliminação de subsídios ao capital, geram o efeito oposto.

Em segundo lugar, se os não-pobres poupam mais que os pobres, a transferência de renda dos não-pobres para os

pobres reduzirá a poupança nacional. Isto, por sua vez, significará menor crescimento econômico. Uma transferência líquida de 0,5% do PNB reduz a taxa de crescimento do PNB em 0,1 ponto percentual e a do consumo dos não-pobres em 0,12 ponto percentual. Supõe-se, porém, que a produtividade do capital não depende de quem são os donos desse capital. Assim, um maior investimento no capital humano dos pobres, por exemplo, fará aumentar o crescimento tanto quanto o investimento em outros setores da economia.

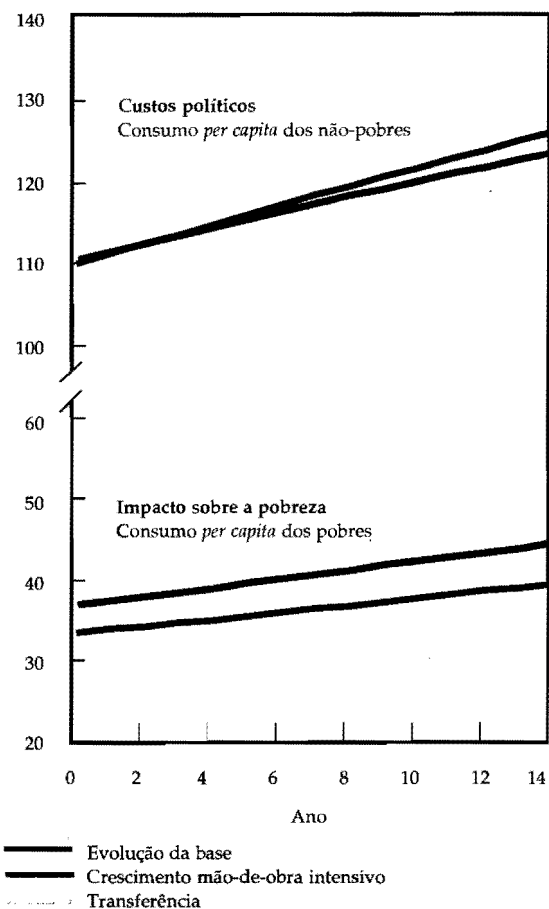
O modelo descreve o crescimento em uma economia de apenas um setor. Consiste em uma única função de produção que combina fatores de produção e gera renda nacional; um submodelo que distribui a renda nacional para os pobres e não-pobres na medida em que estes últimos detêm a propriedade dos fatores de produção; um conjunto de impostos e transferências que determinam a renda disponível por classe de renda; taxas de poupança por classe de renda; e uma função de “custo” que mede a perda de PNB provocada pela taxa.

Figura 3.5 Aumentando os recursos dos pobres



Nota: O PNB per capita no ano 0 ficou estabelecido em 100. O consumo per capita no ano 0 é igual a 80.

Figura 3.6 Aumentando a renda corrente



Nota: O PNB per capita no ano 0 ficou estabelecido em 100. O consumo per capita no ano 0 é igual a 80.

pobres com certos grupos de não-pobres que tenham interesse na reforma (Box 3.5). Mas, via de regra, para evitar a resistência dos não-pobres, será preciso adotar políticas com o menor ônus possível para a maioria.

Ativos cada vez maiores

Os governos que procuram aumentar os ativos dos pobres adotaram duas medidas — a redistribuição dos ativos existentes (como as terras) e o aumento do investimento público no capital humano dos pobres. Ambas as políticas são benéficas aos pobres. As experiências do Japão e da Coreia são um exemplo de redistribuições de terras significativas que levaram a uma queda notável e duradoura da

pobreza. Colômbia e Malásia ilustram os benefícios decorrentes de aumentar o capital humano.

A parte inferior da Figura 3.5 usa o contexto descrito no Box 3.6 para ilustrar os benefícios, para os pobres, daquelas políticas. A redistribuição de terras traz um ganho imediato e duradouro; o aumento das despesas com educação não traz qualquer melhora a curto prazo, e sim um rápido ganho mais tarde. (As políticas foram calibradas de modo a garantir o mesmo aumento nas rendas dos pobres por volta do décimo ano.)

Será que os efeitos de ambas as políticas sobre o crescimento a longo prazo faz com que uma seja preferível à outra? Em princípio, ambas têm efeitos de aumentar o crescimento e de reduzi-lo. A reforma agrária, por exemplo, talvez reduza a

poupança (uma vez que os pobres tendem a poupar uma fração de sua renda menor que a dos ricos), e isso seria ruim para o crescimento. Mas ela também talvez estimule o uso mais eficiente da terra, o que seria bom para o crescimento. O investimento na educação melhora a qualidade da força de trabalho (bom para o crescimento), mas exige, ao menos a curto prazo, impostos mais altos para financiar o aumento da despesa pública (mau para o crescimento). Pesando-se os prós e os contras, talvez não haja muito o que escolher entre ambas as abordagens.

As políticas, contudo, diferem muito em seus efeitos sobre a distribuição da renda e, portanto, em sua viabilidade política (ver a parte superior da Figura 3.5). A redistribuição de terras causa uma perda imediata e permanente de consumo para os não-pobres — e é por isso que se resiste tanto a ela. Os gastos extras em educação podem ser efetuados de forma mais gradual, de modo que o ônus do aumento de impostos para os não-pobres seja totalmente compensado pelos incrementos em cima da renda. A segunda abordagem, portanto, é provavelmente mais factível. Além disso, alguns grupos de não-pobres — por exemplo, industriais que necessitam de mão-de-obra qualificada — têm a ganhar com a política de investir no capital humano e tenderiam a apoiá-la.

Isto não implica que os governos devam rejeitar a redistribuição de ativos, nem que a redistribuição de ativos e o investimento nos pobres sejam mutuamente exclusivos. De fato, uma distribuição de terras relativamente equitativa aumenta a eficácia das outras políticas que visam à redução da pobreza. Mas o que isto de fato sugere é que pender para a distribuição de novos investimentos em favor dos pobres (como defendem Chenery e outros em *Redistribution with growth*) é uma abordagem provavelmente mais popular que a de remanejar o estoque dos ativos existentes. Se for impossível a redistribuição, causa mais efeito gastar mais em educação e em outras formas de investimento no capital humano.

Renda cada vez maior

Pode-se fazer uma comparação semelhante entre a transferência de renda corrente e o crescimento que aumenta o retorno dos ativos de propriedade dos pobres. Alguns países, como Sri Lanka, dependeram muito de subsídios; outros, como Colômbia, aumentaram o retorno da mão-de-obra através de políticas que promoviam seu uso mais

eficiente. Ambas as abordagens podem beneficiar os pobres. Na parte inferior da Figura 3.6 escolheu-se a transferência para garantir, por todo o período da simulação, o mesmo aumento de renda proporcionado pelas políticas que eliminam tendências contra o uso da mão-de-obra.

Como no caso anterior, ambas as políticas afetam o crescimento. Mas neste caso há uma suposição mais forte — confirmada pelo modelo — em favor de remover as tendências contra o uso de mão-de-obra. Tal política produz ganhos imediatos em termos de eficiência e faz aumentar o nível do PNB. Conseqüentemente, o efeito da política sobre o crescimento dependerá da interação dos diferentes fatores. Por outro lado, um aumento na transferência tende a reduzir tanto o nível da renda quanto seu futuro crescimento. Serão necessários impostos mais altos para financiar o aumento, e a poupança a longo prazo será mais baixa; ambos são prejudiciais para o crescimento.

Esta preferência inicial pelo método da promoção da mão-de-obra é grandemente reforçada por considerações de exequibilidade política. Aqui, como antes, as diferenças entre as duas políticas são notáveis (ver parte superior da Figura 3.6). Uma vez que as transferências reduzem o consumo corrente dos não-pobres, se se passar a fazer uso da mão-de-obra de modo mais eficiente, isso aumentará inicialmente o seu consumo e levará a aumentos no futuro apenas um pouco mais lentos. Existe, portanto, uma probabilidade muito maior de haver resistência política às transferências. Além disso, alguns não-pobres, como investidores em indústrias mão-de-obra intensivas, têm condições de lucrar com a eliminação das tendências contra o uso da mão-de-obra e, portanto, tendem a apoiar tais reformas. Contudo, aqui novamente as duas abordagens não são mutuamente exclusivas. De fato, algumas transferências serão obviamente necessárias para os que não podem participar do crescimento.

Assim como na análise da experiência por país, esta análise sugere que o uso mais eficiente da mão-de-obra, aliado ao maior investimento no capital humano dos pobres, reduz a pobreza e aumenta a renda nacional. Assim, a estratégia dual proposta neste Relatório não requer qualquer compensação entre renda e crescimento de um lado e pobreza de outro. A reciprocidade entre pobres e não-pobres permanece — mas a estratégia consegue uma redução substancial da pobreza com um custo para os não-pobres menor que por

meio de outras abordagens. Ela pode, pois, ser politicamente mais aceitável.

Surge de fato uma compensação entre crescimento e pobreza durante a reestruturação econômica que se segue, por exemplo, a uma queda permanente nas relações de troca. A necessidade de mudar o padrão de produção torna o investimento ainda mais importante do que de hábito e, por causa disso, as políticas que reduzem o investimento tornam-se mais “caras” em termos de crescimento futuro. Ainda assim, os pobres são especialmente vulneráveis durante o ajuste. Protegê-los nessa hora fica mais difícil e mais urgente. As transferências têm de ser visadas com cuidado especial, caso se pretenda proteger os pobres a um custo razoável. A oportunidade de se usar transferências na eventualidade de um choque temporário é muito mais definida. O valor do investimento não é afetado pela seca, por exemplo — mas o valor de uma transferência para evitar a morte pela fome fica certamente maior.

Os próximos quatro capítulos passam da visão ampla das abordagens do desenvolvimento para uma discussão mais detalhada das políticas específicas. Quais as condições para os governos promoverem o crescimento eficiente e mão-de-obra intensivo juntamente com o investimento no capital humano? O Capítulo 4 concentra-se no primeiro elemento da estratégia, identificando as políticas que estimularam um modelo de crescimento que usa a mão-de-obra de modo mais eficiente. O Capítulo 5 está voltado para o segundo componente e examina a prestação de serviços sociais aos pobres. O Capítulo 6 trata do papel das transferências e dos esquemas de segurança para ajudar aqueles que podem não se beneficiar das políticas recomendadas nos Capítulos 4 e 5, assim como aqueles que podem sofrer choques que provocam a redução da renda. E o Capítulo 7 indaga como todas essas políticas têm de ser modificadas para enfrentar a recessão e a reestruturação.



Promoção de oportunidades econômicas para os pobres

Para garantir que os pobres contribuam para o crescimento e dele participem, é preciso adotar políticas setoriais e macroeconômicas apropriadas, e medidas que ajudem os pobres a alcançar novas oportunidades de obter rendimentos. Este capítulo examina as políticas que:

- Estimularão um modelo de crescimento que aumente o uso eficiente dos bens pertencentes aos pobres.
- Ampliarão o acesso dos pobres à terra, ao crédito, à infra-estrutura e aos insumos produtivos.

Como se observou no Capítulo 3, há uma forte complementaridade entre crescimento, redução da pobreza e capital humano. O investimento no capital humano, que é crítico para capacitar os pobres a obter maiores oportunidades, é analisado no Capítulo 5.

Modelo de crescimento e as rendas dos pobres

A maioria dos pobres dos países em desenvolvimento depende da renda da mão-de-obra — do trabalho em suas próprias terras, dos salários ou de outros empregos por conta própria. Os países que tiveram êxito em reduzir a pobreza a longo prazo estimularam o desenvolvimento rural e o emprego urbano em base ampla, e com isso aumentaram os retornos da produção dos pequenos agricultores e do trabalho assalariado. Mas as estratégias de desenvolvimento bem-sucedidas variavam de acordo com as condições econômicas iniciais. Na Tailândia nos anos 60 e no Quênia nos anos 70, a crescente produtividade das pequenas propriedades agrícolas estimulou o crescimento

das rendas não-agrícolas. Na Malásia nos anos 70 a expansão do emprego urbano desempenhou um papel igualmente importante.

Como a mão-de-obra é um recurso abundante, o crescimento voltado para o emprego é em geral coerente com um crescimento rápido e eficiente. Apesar disso, muitos países adotaram políticas implicitamente tendenciosas contra o emprego. Em particular, embora a agricultura seja o principal setor mão-de-obra intensivo, quase todos os países em desenvolvimento taxaram a produção agrícola. Os governos fizeram isso por dois motivos: para financiar a despesa pública (é administrativamente fácil taxar a produção agrícola) e para proteger a atividade manufatureira, especialmente nas fases iniciais da industrialização. As experiências por país sugerem duas conclusões.

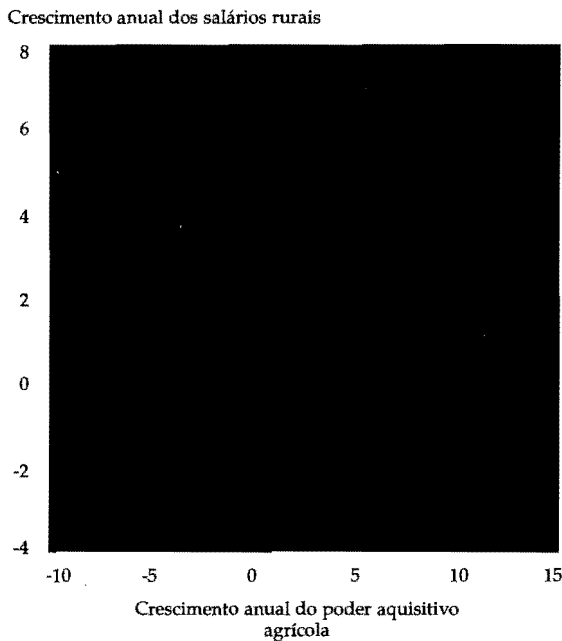
- O desenvolvimento rural bem-sucedido impõe evitar a excessiva tributação da agricultura, fornecer apoio seguro à infra-estrutura rural e introduzir inovações técnicas acessíveis aos pequenos agricultores.

- Uma demanda urbana crescente de mão-de-obra (nas indústrias e nos serviços) desempenha um papel cada vez maior à medida que aumentam as rendas. Os governos podem fomentar a criação de emprego urbano evitando as graves distorções nos mercados de produtos e de fatores e fornecendo uma infra-estrutura urbana adequada.

Política governamental e desenvolvimento rural

A expansão da agricultura é a força propulsora que está por trás do desenvolvimento rural eficaz, que, por sua vez, lança os fundamentos para o cresci-

Figura 4.1 Poder aquisitivo agrícola e salários rurais (%)



Nota: O período coberto varia de país para país, mas vai do início dos anos 70 a meados dos 80, exceto para Bangladesh e China, 1980-87, e Quênia, 1970-79.

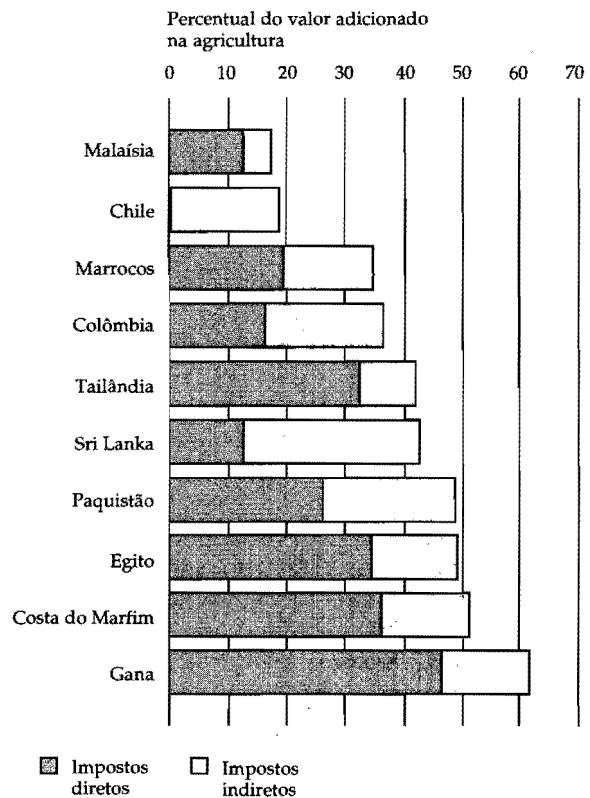
mento de base ampla, capaz de reduzir a pobreza. Os pobres se beneficiam diretamente se forem agricultores, e beneficiam-se indiretamente com o crescimento da demanda de mão-de-obra agrícola e de produtos do setor rural não-agrícola. Especialmente nos países de baixa renda, há uma forte associação entre crescimento do poder de compra agrícola e salários rurais — um indicador-chave de bem-estar para os pobres das zonas rurais (ver Figura 4.1). Além disso, o crescimento agrícola ajuda o restante da economia. Tipicamente (como se viu no *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1986*), os países com rápido crescimento agrícola também tiveram um rápido crescimento industrial.

As principais políticas que afetam o desempenho agrícola são a tributação e o apoio público ao desenvolvimento agrícola. Ao quantificar a tributação, é importante levar em conta tanto os impostos diretos sobre produtos agrícolas quanto os impostos indiretos, implícitos no protecionismo industrial e na supervalorização da taxa de câmbio. Como se vê na Figura 4.2, esses impostos

indiretos podem aumentar consideravelmente a carga tributária global.

A gama de experiências é ampla, mas os países que se desempenharam bem quase sempre foram os que taxaram moderadamente e forneceram forte apoio. Por exemplo, nos anos 70 a tributação total das mercadorias agrícolas na Malásia representou um índice relativamente baixo de 19% do valor da produção (a preços internacionais); os gastos governamentais com o apoio direto à agricultura foram 10% do valor adicionado do setor. A Malásia experimentou uma taxa de crescimento agrícola de 5% ao ano naquela década. Gana, em compensação, taxou

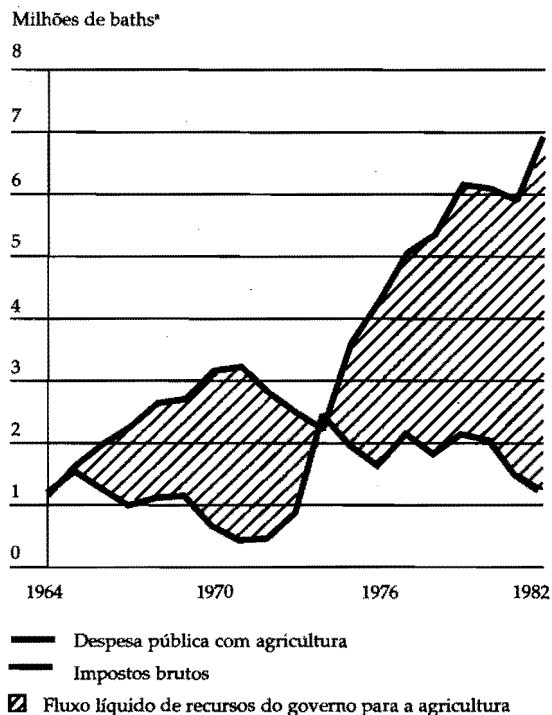
Figura 4.2 Tributação direta e indireta da agricultura nos anos 70



Nota: Os impostos diretos são calculados como a diferença entre preços ao produtor (em relação ao preço dos bens não-agrícolas) e o preço fronteiriço relativo, à taxa de câmbio oficial. Os impostos indiretos são a redução adicional nos preços relativos atribuível aos efeitos do protecionismo industrial sobre a taxa de câmbio de equilíbrio e sobre os preços dos bens não-agrícolas. Os impostos diretos e indiretos são expressos como um coeficiente dos preços sem qualquer distorção e à taxa de câmbio de equilíbrio. Os resultados são médias ponderadas para aquelas mercadorias para as quais há registro de impostos em dado país.

Fonte: Schiff & Valdés, no prelo.

Figura 4.3 Fluxos líquidos de recursos entre o governo e o setor agrícola, Tailândia, 1964-82



a. Deflacionado pelo índice de preços ao consumidor rural.
Fonte: Siamwalla & Setboonsarng, 1989.

as mercadorias agrícolas até uns 63% e gastou apenas 3% do valor adicionado no custeio desses produtos. Sua produção agrícola caiu mais de 1% ao ano.

Em certos casos, os impostos podem ser compensados pelo custeio efetivo do governo. A tributação total da Tailândia sobre mercadorias agrícolas montou em 43% do valor da produção, com o ônus recaindo sobretudo sobre o arroz e a borracha. Mas o custeio público substancial da infraestrutura e dos serviços compensou essas perdas. A Figura 4.3 mostra o padrão dos fluxos brutos e líquidos para o setor. Isso exclui os gastos com estradas rurais e os efeitos dos impostos indiretos do país (quesão cerca de 15% do valor adicionado), mas o padrão geral é óbvio: gastos públicos consideráveis levaram a fluxos líquidos para o setor após o início dos anos 60. Este dispêndio custeou a expansão das terras cultiváveis e a diversificação das safras — em geral voltadas para mercadorias de tributação menos pesada, como a mandioca.

Do mesmo modo que a Malásia, a Tailândia foi notavelmente bem-sucedida na redução da pobreza.

Um estudo do Banco Mundial de seis países africanos, *Managing agricultural development in Africa*, apresenta outros contrastes entre bons e maus desempenhos. Os países com os setores agrícolas mais bem-sucedidos (sobretudo Camarões e Quênia) eram também os que tiveram melhor desempenho em termos de PIB *per capita* e produção manufatureira. Esses países tributavam a agricultura menos severamente que os outros, em parte evitando taxas de câmbio altamente supervalorizadas. Eles também investiram num contexto institucional e infra-estrutural que apoiava o crescimento agrícola diversificado, em grande parte no setor da pequena propriedade agrícola. Por sua vez, Nigéria, Senegal e Tanzânia buscaram a industrialização capital-intensiva. Impuseram uma tributação pesada (direta e indireta) sobre a agricultura e forneceram apenas um fraco apoio público à infra-estrutura e às instituições. Assim como Gana nos anos 70, eles infelizmente não conseguiram estimular a produção agrícola e não-agrícola nem a demanda total de mão-de-obra.

A política no âmbito do setor agrícola influencia não só o crescimento do setor, como também o quanto este crescimento reduz a pobreza. Quando a fixação de preços e o custeio dos produtos tendem a favorecer os grandes agricultores, os pobres beneficiam-se menos. Por exemplo, a política no Malawi contém tendências sob a forma de fixação de preços que discriminam em favor das grandes propriedades e contra os pequenos produtores do setor de fumo. A produção de fumo dos pequenos agricultores só cresceu lentamente. No Zimbábue antes da independência, a intenção de todo o sistema de infra-estrutura e serviços era ajudar os grandes agricultores. Quando este desvio foi parcialmente retificado nos anos 80, a produção de milho e algodão dos pequenos proprietários cresceu rapidamente. Em muitos países latino-americanos, igualmente, os serviços de apoio destinam-se principalmente a satisfazer os interesses dos grandes agricultores.

Outros aspectos da política podem agravar a distorção em detrimento da mão-de-obra. Os subsídios ao crédito, por exemplo, estimulam a mecanização excessiva, e parece que eles reduziram a demanda de mão-de-obra agrícola na Índia. Uma distribuição de terras altamente desigual também limita o montante dos benefícios aos pobres

Box 4.1 No Brasil, a política agrícola favorece os grandes agricultores

O Brasil tem promovido a agricultura e atingido rápido crescimento no setor. Mas o desempenho brasileiro na área do combate à pobreza é decepcionante. Um dos motivos é que certas tendências observadas no setor agrícola, especialmente nas áreas de taxaço e subsídios de crédito, favorecem os grandes agricultores em prejuízo dos trabalhadores. Essas tendências interagem com a distribuição inicial de terra, altamente desigual, para reduzir as vantagens proporcionadas aos pobres pelo crescimento. O Brasil demonstra vividamente que promover a agricultura não é o bastante. As políticas adotadas no setor também fazem diferença.

Terra e taxaço agrícola

No Brasil, a legislação de imposto de renda favorece grandemente a agricultura em relação a outros setores, mas somente os ricos ganham com isso. Mediante dispositivos especiais da lei de imposto de renda, as empresas podem deduzir de sua renda tributável até 80% dos lucros agrícolas; as pessoas físicas, até 90%. Os investimentos fixos podem ser inteiramente depreciados no primeiro ano, e às vezes a depreciação equivale ao dobro ou sêxtuplo do montante original. Isto, juntamente com a alta inflação, estimula um excesso de investimento em terras por parte das empresas e dos ricos. O resultado tem sido o acúmulo de grandes latifúndios e aumentos nos preços das terras acima do aumento da produtividade das mesmas. Os pobres não se beneficiam dos incentivos fiscais (não pagam imposto de renda) e não têm recursos para comprar terras. Muitos emigram para áreas mais remotas em busca de terras devolutas.

Um imposto progressivo sobre as terras poderia anular a tendenciosidade do imposto de renda. O Brasil procurou fazer isto mas fracassou, dada a sonegação generalizada e o grande número de exceções. Uma dessas exceções, destinada a estimular o uso da terra, reduzia o imposto em até 90% caso os proprietários usassem as terras como pastagem de gado — o que promove a conversão de florestas em terras de pecuária antieconômica, reduz a procura de mão-de-obra e tem conseqüências ambientais danosas.

Subsídios de crédito

O crédito agrícola tem sido excepcionalmente distorcido no Brasil. Até recentemente, as taxas de juros reais sobre os créditos oficiais eram negativas, e as taxas de juros reais sobre empréstimos agrícolas eram inferiores às do setor não-agrícola. A diferença de condições de crédito entre setores vem sendo repassada ao preço da terra. Embora os subsídios contribuam para aumentar os lucros agrícolas, beneficiam principalmente os grandes agricultores e estimulam um excesso de mecanização, o que também reduz a procura de mão-de-obra não-qualificada. Os pobres que não têm escrituras de terra não são beneficiados pelos subsídios de crédito.

A política agrícola brasileira tem reduzido a procura de mão-de-obra, quase impedindo que uma pessoa pobre compre terra e se torne agricultor. Para os trabalhadores não-qualificados, a mecanização subsidiada reduziu substancialmente a oportunidade de desenvolver capacitações em empregos mais permanentes.

decorrentes do crescimento agrícola. O Brasil mostra que as transferências de recursos para o setor podem não conseguir grandes efeitos sobre a pobreza se a política dentro do setor for tendenciosa contra os pobres e se estes tiverem pouco acesso às terras (Box 4.1).

INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA. Os programas públicos para a provisão de serviços, infra-estrutura, pesquisa e tecnologia para a agricultura têm influência decisiva sobre o nível e o modelo do crescimento agrícola e sobre o investimento privado no setor. Um estudo de 58 países no período de 1969-78 descobriu que um aumento de 1% na cobertura da irrigação estava associado ao aumento da produção global de safras de 1,6%, e que um aumento de 1% em estradas pavimentadas estava associado ao aumento de 0,3% na produção. Os investimentos na infra-estrutura também ajudam a melhorar e conservar os recursos naturais. Mas é importante a eficácia em termos de custos. Uma análise de projetos completados apoiados pelo

Banco para criar infra-estrutura agrícola revelou que as taxas econômicas de retorno eram em média 17%, bem abaixo dos 10% com os quais se costuma classificar como bem-sucedido um projeto. (Na África, porém, o desempenho é muito menor devido a instituições deficientes e a uma fraca implementação de projetos.)

Uma infra-estrutura melhor pode levar ao aumento da produtividade, à mudança de tecnologia e ao reforço dos vínculos de mercado. A irrigação e o controle das águas têm sido cruciais para aumentar a produtividade (através da adoção de variedades modernas e de safras múltiplas) e para reduzir a variabilidade da produção nos últimos 20 anos no Sul e Leste asiáticos. E embora os maiores ganhos absolutos provavelmente se destinarão aos donos de terras, os ganhos em termos de renda decorrentes da infra-estrutura podem ser amplamente distribuídos. Em Andhara Pradesh, Índia, por exemplo, a despesa mensal *per capita* para as pequenas unidades agrícolas e famílias de assalariados em 1983 foi 35% mais alta nos distritos

Box 4.2 Desenvolvimento da infra-estrutura e renda rural em Bangladesh

Um estudo de 16 aldeias de Bangladesh mostra como o desenvolvimento da infra-estrutura — estradas, energia elétrica, bancos, mercados, escolas e centros de saúde — afeta a renda das famílias rurais. O estudo dividiu as aldeias entre as que tinham ou não se beneficiado da oferta de infra-estrutura pública. Mantendo outros fatores sob controle, o estudo constatou que um maior desenvolvimento infra-estrutural era associado a um aumento de um terço da renda familiar média. A renda produzida pelos cultivos aumentou em 24%, a renda proveniente de salários em 92%, e a renda proveniente de gado e pesca em 78%. Estas três mudanças beneficiaram especialmente os pobres. A renda proveniente de atividades comerciais não-agrícolas aumentou em 17%, especialmente em benefício dos não-pobres.

Estradas, eletricidade e outros serviços econômicos induziram o cultivo de novos produtos agrícolas (inclusive produtos básicos perecíveis) e um aumento de produção nas indústrias de transporte, construção, serviços e pequenas empresas. Tudo isto teve efeito substancial sobre o comportamento da procura de mão-de-obra. Embora as famílias trabalhassem aproximadamente o mesmo número de dias por ano nas aldeias desenvolvidas e não-desenvolvidas, gastavam menos tempo, nas aldeias desenvolvidas, em trabalho familiar, cujo retorno implícito era baixo, e muito mais tempo em trabalho assalariado, especialmente no setor não-agrícola, onde os salários são relativamente elevados. As famílias pobres, com poucos recursos físicos, inclusive famílias sem terra, tiveram ganhos substanciais.

irrigados do que nos não-irrigados. Um estudo das aldeias de Bangladesh revelou que o desenvolvimento das infra-estruturas está associado com o aumento das rendas de todas as famílias, inclusive de pobres e sem-terras (Box 4.2). Grande parte desse aumento resultou de mudanças no modo de utilizar a mão-de-obra.

Os projetos de infra-estrutura são benéficos para muitos, mas às vezes podem afetar certos subgrupos de forma adversa, a menos que as autoridades antecipem e previnam tais efeitos potenciais. Por exemplo, 39 projetos de represas aprovados para financiamento pelo Banco Mundial em 27 países entre 1979 e 1985 trouxeram benefícios consideráveis às pessoas nas áreas de controle, mas também acarretaram o reassentamento de aproximadamente 750 mil habitantes das áreas próximas dos reservatórios. Esse deslocamento pode causar depressão profunda, ruptura nas estruturas sociais e produtivas, maior pobreza e danos ambientais. A questão nem sempre tem sido tratada adequada-

mente pelos governos e agências de ajuda. Mas nos anos 80, o tratamento das populações deslocadas por projetos de infra-estrutura melhorou consideravelmente. Planos de reassentamento estão se tornando parte integrante dos projetos, que também incluem recursos para adquirir terras e o fornecimento de infra-estrutura e serviços para as áreas reassentadas.

A mudança tecnológica é vital para o crescimento agrícola. O registro dos últimos 30 anos corrobora plenamente o argumento em prol do financiamento público para a pesquisa agrícola e para a difusão de novas tecnologias na produção em pequena escala. Nos anos 70 muitos pensavam que a Revolução Verde representaria pouco ou nada em termos de ajuda aos pobres, mas avaliações recentes sugerem que a maioria desses temores era infundada. Na Ásia e América Latina (as principais áreas em que se adotavam as novas variedades), tanto os pequenos agricultores quanto os trabalhadores foram igualmente beneficiados — embora muitos estudos tenham revelado que os pequenos agricultores adotam as novas variedades com um lapso de cerca de três anos, porque estão menos dispostos ou são menos capazes de assumir riscos. O maior acesso às novas variedades, assim como à água, aos insumos químicos e ao crédito estimularam os pequenos agricultores a se atualizarem mais rapidamente. Os serviços de extensão destinados aos pequenos agricultores também são úteis neste sentido. Nos lugares em que o apoio e as políticas eram inadequados, como em grande parte da África subsaariana, poucos pequenos agricultores adotaram as tecnologias mais avançadas, e com isso sofreram tanto o crescimento quanto as rendas globais dos pobres.

Também há evidências de um vínculo entre tecnologia e salários. Estudos detalhados por país muitas vezes revelam que as novas tecnologias dão um impulso inicial à demanda de mão-de-obra agrícola, pois o uso total de mão-de-obra fica maior durante o ano. Os salários rurais aumentaram em muitos estados da Índia e do Paquistão entre meados dos anos 60 e dos anos 70, e em Java, Indonésia, entre meados dos anos 70 e início dos 80. A demanda de mão-de-obra agrícola pode ter desacelerado na Índia desde fins dos anos 70 devido às inovações que poupam mão-de-obra, às vezes com o estímulo de subsídios à mecanização. Mas o crescimento lento do emprego agrícola foi compensado pela expansão do setor não-agrícola. Tem havido certa preocupação de que a mecanização e as tecnologias modernas talvez reduzam as

Box 4.3 O impacto do progresso tecnológico sobre a mulher

O uso de modernas variedades de sementes, irrigação e o aumento da comercialização de produtos agrícolas é geralmente acompanhado de maior emprego de mão-de-obra paga, especialmente oriunda de famílias sem terra. As novas tecnologias têm tido também importantes implicações para a divisão do trabalho familiar. A mão-de-obra paga vem substituindo a mão-de-obra gratuita e, em certos casos, o trabalho masculino vem substituindo o trabalho feminino. Isto tem dado azo a preocupações com o fato de que o progresso tecnológico pode ter prejudicado a mulher.

A substituição da mão-de-obra familiar por mão-de-obra paga geralmente melhora o padrão de vida de uma família. Nas Filipinas, por exemplo, a introdução de novas tecnologias fez aumentar as rendas agrícolas, permitindo que as famílias contratassem mão-de-obra e comprassem instrumentos que lhes poupavam trabalho. Com isto, diminuiu o número de horas trabalhadas por membros da família em tarefas de baixa produtividade na lavoura, permitindo que eles se engajassem em outras atividades mais produtivas, tais como comércio ou criação de gado. Além disso, a maior demanda de mão-de-obra paga proporcionou emprego aos trabalhadores sem terra.

De modo geral, as modernas variedades de sementes aumentam a procura de mão-de-obra feminina paga. O uso dessas sementes geralmente exige mais mão-de-obra por acre — especialmente em tarefas que são tipicamente executadas por mulheres, tais como capina, colheita e trabalho pós-colheita. Um estudo de três estados indianos concluiu que o uso de mão-de-obra feminina paga era

maior nas propriedades agrícolas que adotaram variedades modernas do que naquelas que não o fizeram. Outros estudos feitos na Índia e no Nepal constataram que o uso total de mão-de-obra feminina paga aumentou substancialmente com a introdução dessas variedades de sementes.

Em certos casos, porém, a mecanização fez diminuir o emprego de mulheres. O resultado quase sempre depende das tarefas que tenham sido mecanizadas. Quando as tarefas confiadas a máquinas são predominantemente femininas, o resultado é o desemprego de mulheres. Isto aconteceu em Bangladesh, nas Filipinas e na Indonésia, com a substituição da faca como instrumento de colheita e a introdução de semeadura direta e debulhadoras mecânicas portáteis. Em Bangladesh, a maior parte do trabalho pós-colheita vinha sendo feita por mulheres, que usavam o *dheki* (uma espécie de pilão operado com os pés). Com a mecanização do descascamento e polimento dos cereais, essas operações passaram a ser feitas por homens, que hoje operam os moinhos modernos. Um estudo feito nos estados indianos de Bengala Ocidental, Kerala e Tamil Nadu constatou que, com a substituição do esterco por fertilizantes químicos, estes últimos eram aplicados por homens, e não por mulheres, pois as mulheres não têm acesso às informações oferecidas pelos serviços de extensão.

Nos casos em que houve deslocamento de mão-de-obra feminina, o efeito sobre a renda e o bem-estar doméstico dependia de elas encontrarem ou não trabalho mais produtivo em outra parte. O emprego total não-agrícola realmente aumentou, mas há escassez de dados classificados por sexo.

oportunidades de emprego e as rendas das mulheres, mas em geral não há provas que justifiquem esse ponto de vista (Box 4.3).

VÍNCULOS ENTRE OS SETORES AGRÍCOLA E NÃO-AGRÍCOLA. O crescimento da economia rural não-agrícola é importante para criar o emprego rural e aumentar as rendas decorrentes do trabalho. As pequenas empresas mão-de-obra intensivas são as mais comuns. Em geral as atividades não-agrícolas representam 20 a 30% do emprego rural na Ásia e América Latina, e 10 a 20% na África. Se incluímos as pequenas cidades rurais, as proporções aumentam consideravelmente. Um estudo na Índia descobriu que o emprego no setor não-agrícola cresceu 35% nos anos 70, em comparação com os 14% da agricultura; sem tal crescimento, os salários rurais teriam se elevado de forma muito mais lenta. No Quênia, entre as famílias de pequenos proprietários a renda *per capita* decorrente de fontes não-agrícolas subiu 14% ao ano entre 1974/75 e 1981/82; as rendas do emprego agrícola subiram apenas 3% ao ano.

Embora o setor não-agrícola muitas vezes tenha

se expandido mais depressa que o setor agrícola, a agricultura em geral é a chave do crescimento das atividades não-agrícolas. Uma economia agrícola em expansão requer insumos das empresas de transporte, beneficiamento e comercialização, e supre-as de matérias-primas. Rendas agrícolas crescentes levam à maior demanda de bens e serviços ao consumidor. Um estudo revelou que a despesa com bens não-alimentícios produzidos localmente representava 33% do aumento nas despesas das famílias nas áreas rurais da Malásia e da Índia, e 15% do aumento da despesa em Serra Leoa e Nigéria. De modo mais geral, o estudo descobriu que cada dólar de aumento na renda agrícola levou a um aumento de renda de aproximadamente 80 centavos de dólar em qualquer outro setor da economia nos casos da Ásia e de 50 centavos nos casos da África. Essa diferença reflete as densidades populacionais mais baixas e a pequena integração dos mercados da África. Os investimentos públicos em infra-estrutura rural (eletricidade, transportes, água, bancos, telefones, escolas etc.) podem reforçar bastante esses vínculos.

Box 4.4 A migração rural-urbana ajuda ou prejudica os pobres?

A maioria dos estudos indica que as pessoas migram principalmente por motivos financeiros. A pobreza, absoluta ou relativa, e a variabilidade da renda (que resulta em maior vulnerabilidade) fazem com que as pessoas se transfiram de uma região para outra. Em Botsuana, as famílias procuram “colocar” seus membros em diferentes mercados de mão-de-obra, de modo que, por exemplo, os efeitos de uma seca sobre a renda rural sejam compensados pelas remessas de dinheiro dos que trabalham em áreas urbanas. Na Índia rural, as famílias costumam promover o casamento de suas filhas com membros de famílias distantes e dispersas (mas aparentadas). Quase sempre os que migram de uma zona rural para a cidade passam a ganhar mais. A maioria dos migrantes tem emprego à sua espera ou encontram ocupação dentro de um mês ou dois. No distrito de Ludhiana, no estado indiano do Punjab, 78% dos migrantes estavam empregados dentro de um mês e 94% dentro de dois meses. Um estudo dos mais pobres entre os pobres urbanos — os moradores das calçadas de Calcutá — verificou que a situação dos migrantes melhorava com a migração. Na Colômbia, os migrantes rurais tinham, na cidade, renda mais alta do que pessoas do seu nível nas aldeias de onde tinham vindo; os ganhos eram ainda maiores para os mais instruídos.

Os mais pobres tendem a constituir pequena parcela da migração rural-urbana. O estudo do distrito de Ludhiana, no Punjab, mostrou que somente 15% dos emigrantes rurais pertenciam às classes mais baixas, embora constituíssem mais de 24% da amostragem. Em um estudo de 40 aldeias do norte da Índia, somente 5% dos migrantes que trabalhavam provinham de famílias engajadas em trabalho agrícola, embora essas famílias constituíssem 19% da população das aldeias. É possível que os mais pobres

deixem de emigrar por terem menos instrução. No Quênia, a probabilidade de que uma pessoa instruída emigre de sua aldeia é cinco vezes maior do que entre pessoas sem instrução; na Tanzânia, 90% dos homens que deixaram suas aldeias tinham alguma escolaridade.

Os pobres que não emigram podem, ainda assim, beneficiar-se indiretamente. A migração rural-urbana faz cair a oferta no mercado de mão-de-obra rural em muitos países. Além disso, as remessas ajudam os que não emigram. No Quênia, as remessas ajudaram algumas das famílias mais pobres a saírem da classe de renda mais baixa e contribuíram para a introdução de inovações agrícolas, em parte por reduzirem a variabilidade da renda. Existem poucos indícios de que a migração agrava a pobreza nas áreas que os migrantes deixaram para trás.

Outro ponto de interesse é o impacto da migração sobre as classes urbanas pobres, mas os dados são escassos. Ao que parece, a migração tende a reduzir os salários urbanos dos trabalhadores não-qualificados no setor informal. Dados provenientes da Colômbia indicam que os migrantes têm renda mais alta do que os nativos urbanos de grau de instrução semelhante. Mas nada prova que a migração faça baixar a renda dos nativos das cidades.

Certos países têm tentado reduzir a migração, acreditando que ela provoca urbanização excessiva e dispendiosa. Com poucas exceções, esses esforços não conseguiram deter a migração rural-urbana significativamente ou redirecionar os migrantes para cidades secundárias. Introduzir na política uma tendência urbana poderia levar a aumentar a migração além do que é socialmente desejável. A política adequada deve concentrar-se em medidas corretivas diretas — tais como reduzir os preconceitos contra a agricultura na política de preços e melhorar a infra-estrutura social e econômica das zonas rurais.

Tabela 4.1 Protecionismo efetivo e intensidade de mão-de-obra na manufatura, Índia, 1986

<i>Grau de protecionismo efetivo na indústria</i>	<i>Parcela de capital fixo (%)</i>	<i>Parcela de emprego (%)</i>	<i>Capital fixo por trabalhador (milhares de rupias)</i>
Alta	53	19	93
Média	4	3	32
Baixa	43	78	18
Todas as indústrias	100	100	32

Fonte: World Bank, 1989b.

Modelo de crescimento urbano e industrial

O crescimento do emprego e salários urbanos é o segundo fator global determinante do ritmo da redução da pobreza — através de sua influência direta sobre os pobres que já vivem nas zonas urbanas e através das oportunidades, por ele criadas, de emigração das áreas rurais (Box 4.4). O

crescimento do emprego urbano é especialmente importante nos países em desenvolvimento de renda média, mas seu peso é cada vez maior em toda parte. Os governos podem influenciar a demanda urbana de mão-de-obra alterando os incentivos e regulamentações com que se defrontam os trabalhadores e seus empregadores, e fornecendo, ou deixando de fornecer a infra-estrutura urbana adequada.

INCENTIVOS E REGULAMENTAÇÕES. A demanda de mão-de-obra urbana depende em parte da política do governo em relação aos mercados de bens e de capital, assim como em relação ao próprio mercado de trabalho. Com frequência, o protecionismo industrial reduz o nível e o crescimento do uso de mão-de-obra no setor informal. Geralmente, quanto maior o grau de protecionismo, maior a intensidade de capital da produção; isto é exemplificado com dados da Índia na Tabela 4.1. Assim, um regime comercial mais neutro aumentaria a demanda de

Tabela 4.2 Contribuição da atividade manufatureira para o emprego, países selecionados, 1970-80 (%)

País	Emprego na manufatura como parcela da força de trabalho total		Incremento 1970-80 ^a
	1970	1980	
Coréia, Rep. da	7	14	36
Malaísia	9	16	33
Indonésia	6	9	23
Brasil	7	10	19
Tailândia	5	7	13
Colômbia	5	6	10
Índia	2	3	5
Zâmbia	3	3	4
Quênia	2	2	4
Tanzânia	1	1	2
Paquistão	2	2	1
Argentina	17	13	- 21

Nota: Os números baseiam-se no emprego registrado na atividade manufatureira.
a. Relação do aumento do emprego na manufatura/aumento da força de trabalho.
Fonte: Dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e do Banco Mundial.

mão-de-obra. Parte dessa expansão da demanda provavelmente viria do aumento das exportações, mas o motivo principal para reduzir o protecionismo é usar os recursos — inclusive a mão-de-obra — com mais eficiência. Uma neutralidade maior no regime comercial pode propiciar um modelo mais mão-de-obra intensivo de expansão industrial nos setores de similares nacionais e de exportação. Um estudo de 10 países nos anos 70 confirma esse ponto de vista. Além disso, revelou que na Indonésia, Paquistão e Tunísia, a demanda de mão-de-obra teria aumentado mais com um melhor uso dos recursos dentro do setor de similares nacionais do que com uma troca de um setor pelo outro.

A contribuição da atividade manufatureira para o emprego difere bastante de país para país ao longo do tempo (Tabela 4.2). O crescimento do emprego na manufatura depende tanto da intensidade de mão-de-obra quanto do crescimento do setor. Novamente o destaque é para os países de baixa renda e de renda média do Leste asiático. Muitos dos países que experimentaram um aumento rápido do emprego na atividade manufatureira também tiveram setores agrícolas prósperos. As políticas que evitam a discriminação contra a agricultura caminham lado a lado com um modelo de desenvolvimento amplamente mão-de-obra intensivo. Nenhum país optou por um regime comercial totalmente neutro, mas os incentivos eram muito menos distorcidos na Coréia, Malaísia e (após meados dos anos 70) Tailândia, do

que na Argentina, Paquistão ou Tanzânia.

INTERVENÇÕES NO MERCADO DE FATORES. Quando os governos intervêm nos mercados de capital ou de mão-de-obra, muitas vezes exacerbam a tendenciosidade antilaboral do protecionismo. Muitos países barateiam as importações de bens de capital (mediante tarifas baixas e taxas cambiais supervalorizadas), oferecem isenções fiscais para investimentos em bens de capital, e subsidiam o crédito — tudo isso tendendo a reduzir o preço do capital. Os preços subsidiados da energia muitas vezes exacerbam esta tendenciosidade e, além disso, têm conseqüências ambientais adversas. Por outro lado, os impostos de seguridade social, as regulamentações trabalhistas e os altos salários (em especial nas indústrias em que é fraca a concorrência entre os produtores) — tudo isso tende a aumentar o custo da mão-de-obra no setor formal. Um estudo das estruturas de incentivo em 10 países revelou que a intervenção do governo elevou o preço relativo da mão-de-obra em todos os casos no início dos anos 70. O aumento foi 11% na Coréia, entre 30 e 50% na Argentina, Brasil e Costa do Marfim, quase 90% na Tunísia, e mais de 300% no Paquistão.

As políticas de mercado de trabalho — salários-mínimos, regulamentações sobre segurança no trabalho e seguridade social geralmente visam a aumentar o bem-estar ou reduzir a exploração. Mas na realidade elas redundam no aumento do custo da mão-de-obra no setor formal e reduzem a demanda de mão-de-obra. Os estudos a partir dos anos 70 e 80 revelaram que as regulamentações sobre segurança no trabalho reduzem a demanda a longo prazo de mão-de-obra em um índice estimado de 18% na Índia e 25% no Zimbábue. De qualquer modo, a pobreza é pequena no setor formal. Assim mesmo, tentando melhorar o bem-estar dos trabalhadores naqueles países, os governos reduziram o emprego no setor formal, aumentaram a oferta de mão-de-obra nos setores rural e informal urbano, diminuindo assim as rendas do trabalho onde havia o maior número de pobres.

O PAPEL DO SETOR INFORMAL. Na maioria dos países em desenvolvimento o setor informal desempenha um papel proeminente na geração de emprego e de rendas. Segundo as estimativas, o setor informal é responsável por 75% do emprego urbano em muitos países da África subsaariana e por 85% no Paquistão. É também responsável pela maior parte da pobreza nas áreas urbanas. Na Costa do Marfim, por exemplo, a incidência de pobreza urbana

no setor informal é mais do que o triplo da existente no setor formal.

O setor informal varia muito em suas atividades e em sua estrutura de rendas. Nele predominam empresas de uma só pessoa e empresários de pequena escala que empregam poucos ajudantes (em geral parentes) e trabalhadores contratados. As empresas não estão sujeitas às regulamentações trabalhistas do governo, e não há restrições quanto à admissão. Mas no setor informal muitos pagam taxas e impostos indiretos — licenças para pequenas lojas de consertos e vendedores ambulantes, por exemplo. Os salários são geralmente mais baixos que no setor formal, especialmente para ajudantes. Mas também há um alto grau de desigualdade, e muitos empresários se saem melhor do que os trabalhadores no setor formal. As atividades vão desde empresas eficientes de manufaturados, de transportes e de comércio até o trabalho marginal como a coleta e reciclagem de lixo. A maior parte da produção do setor destina-se ao consumo — especialmente por famílias de baixa renda — e pouca coisa é exportada.

Assim como no setor rural não-agrícola, o crescimento no setor urbano informal depende do restante da economia e, em particular, da demanda de bens e serviços não-comercializáveis. Mas o tratamento preferencial dado às grandes empresas tem prejudicado o setor informal. O capital subsidiado para uma parte da economia implica menores recursos para o restante.

Alguns países tentaram compensar essas distorções. A Índia, por exemplo, concedeu crédito barato às pequenas empresas e restringiu a concorrência das grandes empresas. Este método raramente funciona. A proteção e as restrições sobre o ingresso das grandes empresas nas atividades mão-de-obra intensivas tendiam a reduzir quaisquer ganhos em termos de emprego, sobretudo porque os subsídios ao crédito levavam muitas pequenas empresas a adotar técnicas relativamente capital-intensivas. As distorções nos mercados de produtos, em particular as tendenciosidades na estrutura do protecionismo entre as indústrias, provavelmente foram ainda mais importantes. De fato, a evidência sugere que as pequenas empresas no setor manufatureiro não são necessariamente mais mão-de-obra intensivas do que as grandes empresas na mesma linha de negócios. Na Coreia a intensidade de mão-de-obra dentro das indústrias raramente varia por um fator acima de três, ao passo que entre as indústrias ela varia por um fator acima de 100.

Muitos países têm ainda o emprego informal prejudicado por uma pesada regulamentação. Na Indonésia, onde a maior parte do setor informal está prosperando, as restrições sobre os *pedicabs* (triciclos para transporte urbano) aumentaram bastante, e agora os *pedicabs* foram totalmente banidos de Jacarta. No Zimbábue, os vendedores ambulantes e as firmas de pequena escala estão excluídos de muitos setores das cidades, e os pequenos negociantes têm de lutar para adquirir terrenos. Um estudo do Peru revelou que um empresário em perspectiva, que queria instalar uma pequena fábrica de confecções, teve de passar 289 dias úteis tratando dos papéis; em Lima, o registro de uma rota de micro-ônibus levou mais de dois anos. Além de eliminar distorções em favor das grandes empresas, uma regulamentação simplificada, aliada à provisão da infra-estrutura urbana apropriada, é o melhor caminho para facilitar o crescimento do setor informal.

INFRA-ESTRUTURA URBANA E POBREZA. A urbanização requer demandas crescentes de infra-estrutura. Os investimentos em infra-estrutura podem causar reversões da pobreza tanto melhorando as condições de vida quanto promovendo o emprego. De fato, ambos caminham juntos. Em muitos casos as estradas, o abastecimento de água, o saneamento, a energia elétrica e outros serviços para áreas de baixa renda são úteis para as pequenas empresas, assim como para as unidades familiares, porque muitas atividades informais são domiciliares. Estudos na Colômbia e na Coreia mostram que o acesso aos serviços públicos é essencial para novas pequenas empresas. Na Nigéria, como em muitos outros países da África, uma infra-estrutura urbana precária inibe o crescimento das pequenas empresas que não podem pagar, por exemplo, por serviços de água ou geradores de energia particulares.

Maior participação dos pobres no crescimento

O crescimento que cria oportunidades para os pobres terá um maior impacto sobre eles se lhes der acesso à terra, ao crédito, e aos serviços e infra-estrutura públicos. Muitos países adotaram programas com esta finalidade.

Maior acesso à terra

As políticas de redistribuição de terra merecidamente receberam grande atenção. Além disso, as

Box 4.5 Os méritos da reforma agrária seletiva: o Nordeste brasileiro

O Projeto de Desenvolvimento Rural do Piauí, no Brasil — primeiro projeto apoiado pelo Banco Mundial a dar ênfase à reforma agrária — demonstra que a transferência de terras para pequenos agricultores é viável e que a segurança da posse estimula os agricultores pobres a adotar novas tecnologias. Demonstra ainda o que pode ser realizado em um país com uma distribuição de terras altamente desigual e política agrícola fortemente distorcida em prejuízo dos pobres (como menciona o Box 4.1).

No Piauí, a terra era barata — de início, US\$40 por hectare, tendo caído para US\$15 a US\$25 por hectare na época em que o projeto foi lançado. Em cinco anos, o projeto adquiriu 200 mil hectares, distribuiu terra a 3.480 famílias e regularizou a posse de terra de 1.500 famílias. Além disso, forneceu a infra-estrutura física — principalmente estradas, abastecimento de água e alguma irrigação. A renda de 7.760 donos de terras teve um aumento que variava de 240 a 293%. Ao todo, a área cultivada aumentou em 16% e o valor da produção cresceu em 50%. A produtividade aumentou entre 10 e 40% no caso de lavouras dependentes de chuvas e entre 30 e 70% no caso de lavouras irrigadas. Dada a certeza da posse, os agricultores sentiam-se incentivados a investir na terra e adotar melhores tecnologias.

políticas que ampliam a posse de terras proporcionam direitos precisos sobre a terra onde os sistemas tradicionais falharam, e a melhoria da administração dos recursos comuns pode criar oportunidades para muitos pobres das zonas rurais. Tais políticas devem, ao mesmo tempo, reduzir a pobreza e tornar a terra mais produtiva.

A REFORMA DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE. No século XX, quase todas as reformas agrárias foram precipitadas por revoluções sociais, derrotas na guerra ou libertação nacional do jugo colonial. Muitos desses acontecimentos levaram a formas de organização coletiva em grande escala, como na China, Cuba, Etiópia, República Popular Democrática da Coreia, URSS e Vietnã. A velha ordem agrária foi totalmente banida, sem qualquer pagamento de indenização. Em outros lugares, a reforma ajudou os pequenos proprietários e os arrendatários existentes ou os recém-estabelecidos, por meio da transferência de direitos individuais; exemplos disso são Egito, Índia, Irã, Japão, Quênia e República da Coreia. Em certos casos pagava-se indenização, mas geralmente com base em preços da

terra desvalorizados.

Na China, Japão e República da Coreia, as reformas agrárias foram extensas. Afetaram os pobres de duas maneiras. Primeiro, as famílias rurais beneficiaram-se com a realocação das rendas e com as novas oportunidades de usar os recursos familiares. Segundo, juntamente com incentivos favoráveis para a agricultura e instituições locais fortes, elas propiciaram o crescimento de base ampla, que reduz a pobreza.

Na ausência de um levante social, as reformas agrárias raramente foram tão longe, e por causa disso seu impacto sobre os pobres foi fraco. No Egito, Índia e Irã as reformas transformaram antigos arrendatários em proprietários, mas favoreceram os agricultores mais ricos. As reformas na Bolívia e no México atacaram a ineficiência e desigualdade do sistema de fazendas, mas como as políticas posteriores não conseguiram manter o crescimento da produtividade do pequeno proprietário, o efeito sobre os pobres foi ínfimo. Além disso, na Bolívia a maior parte das terras foi concedida a grandes empresas agrícolas, para criação de gado e silvicultura. E embora mais de meio milhão de pessoas das zonas rurais tenham ganho acesso a 4 milhões de hectares de terra, muitos ainda estão sem títulos de propriedade. Isso dificulta as transações e limita o uso da terra como caução.

Na maior parte dos casos, as realidades políticas proibem que a reforma se desvie muito do *status quo*. Quando a desapropriação não é possível, o custo de indenizar os ex-proprietários torna-se uma grande dificuldade, especialmente quando as distorções políticas causaram uma subida dos preços das terras. A reforma agrária pode ser dispendiosa também de outras formas: há o custo de mapear e registrar os bens dos novos proprietários, e de fornecer infra-estrutura e serviços para aumentar a produtividade nas novas propriedades.

São maiores as chances de uma reforma agrária bem-sucedida, se houver disponibilidade de ajuda, como no caso do Quênia. Um projeto no Nordeste do Brasil sugere ainda que transferências de terras mais modestas para pequenos agricultores são viáveis apesar de todas as dificuldades, e que, quando apoiadas pelo investimento adequado, ajudam a aumentar as rendas agrícolas (Box 4.5).

MELHORANDO O ARRENDAMENTO. Muitos governos tentaram tornar mais seguros os arrendamentos e assim, de fato, transferir os direitos de propriedade. Algumas dessas reformas foram bem-sucedidas.

Box 4.6 Sistemas de posse de terra na África subsaariana: o caso de Ruanda

Na África, certos sistemas de posse de terra conservam vestígios de antigas formas de propriedade comunitária que garantem aos pobres o acesso a pelo menos um pequeno lote de terra e, ao mesmo tempo, motiva os agricultores a manter a produtividade da terra a longo prazo. Bom exemplo disso é o caso de Ruanda. O país tem uma das mais altas densidades populacionais do continente africano (445 habitantes por km² de terra arável em 1986) e as oportunidades de emprego fora da agricultura são poucas (90% do contingente de mão-de-obra trabalha na agricultura). No entanto, são raros os que não possuem um pedaço de terra. No município de Ruhengeri, por exemplo, região de intenso cultivo agrícola, cerca de 98% das famílias rurais cultivam pelo menos 0,1 hectare e 75% cultivam pelo menos 0,3 hectare. A distribuição de terra é também relativamente equitativa — em forte contraste com a situação de áreas asiáticas de densidade populacional semelhante, onde 30% ou mais das famílias rurais às vezes não possuem terra.

Dados levantados durante uma pesquisa do Banco Mundial em três municípios (Butare, Gitarama e Ruhengeri) demonstram que 22% das famílias rurais não herdaram terra. Cerca de 50% das famílias desse grupo entraram na posse de algum pedaço de terra em decorrência de distribuições feitas pelo governo por ocasião da

independência ou logo depois. O restante geralmente obteve terra sob a forma de transferências (doação e empréstimos) realizadas no âmbito das famílias extensas às quais pertenciam. Essas transferências costumam proporcionar direitos garantidos sobre a terra e, portanto, incentivam os agricultores a usarem-na com eficiência e a preservarem sua produtividade — o que é essencial, dada a natureza montanhosa do terreno de Ruanda e as possibilidades de erosão.

O fato de uma família extensa poder exercer certo controle sobre transferências de terra é um dos aspectos-chave do sistema de posse de terra adotado em Ruanda. As famílias que tomam terra emprestada raramente reclamam direitos de posse permanente sobre a mesma, embora possam ter o direito de cultivá-la a longo prazo. Até mesmo terras herdadas ou recebidas como doações permanentes nem sempre podem ser livremente transferidas a terceiros pelo beneficiário. Mas a ausência da plena transferência de direitos sobre a terra em tais casos não parece ter afetado o comportamento dos agricultores em relação a investir na melhoria e conservação da terra ou o nível de produtividade atingido. O ponto crucial parece ser o direito de legar terra a membros da família. Sem esse direito, os níveis de investimento e o uso de insumos modernos são significativamente mais baixos.

das — nas Filipinas, por exemplo, e em Bengala Ocidental e Kerala, Índia, onde os direitos dos arrendatários se tornaram hereditários. Mas a reforma dos arrendamentos em geral não deu certo. Os grandes proprietários contrariaram a nova legislação despejando os arrendatários ou dissimulando o arrendamento através da mão-de-obra assalariada. No Brasil, onde as leis sobre arrendamento limitam a parcela da produção que cabe aos proprietários e dificultam a expulsão dos arrendatários e meeiros, os trabalhadores semi-qualificados têm dificuldades de obter acesso à terra. Os proprietários de terras preferem acordos informais e a curtíssimo prazo. Ou então eles podem expulsar os arrendatários e usar a terra para silvicultura, criação de gado ou produção mecanizada, quando não a deixam improdutivo. Na Índia e Paquistão, a área cultivada somente por arrendatários diminuiu drasticamente nos últimos 30 anos.

A legislação sobre arrendamento obviamente não é o melhor caminho para expandir o arrendamento ou proteger os direitos e as rendas dos arrendatários. Provavelmente o poder de barganha dos arrendatários pode ser reforçado de modo mais eficaz mediante políticas que aumentem a demanda de mão-de-obra, fomentando assim os salários dos não-qualificados — o retorno da me-

lhor alternativa para o arrendatário em potencial. Tais políticas se prestam mais a melhorar as chances de os sem-terra se tornarem arrendatários e a capacitar suas famílias a aumentarem os retornos de suas habilitações agrícolas.

EQUILÍBRIO ENTRE PROPRIEDADE INDIVIDUAL E COLETIVA. As formas tradicionais de posse da terra na África parecem estar evoluindo para os direitos de propriedade individual, principalmente devido ao aumento populacional e à crescente comercialização da agricultura. Mas essa mudança em direção aos direitos individuais sobre a terra tende a prejudicar a capacidade de os sistemas tradicionais garantirem o acesso à terra para todos os membros da família extensa. Essa característica de seu sistema agrário ajudou alguns países africanos a evitar uma situação extrema de haver muitos pobres e sem-terra, comum em grande parte da Ásia e América Latina: os sistemas tradicionais proporcionaram a garantia da posse da terra e estimularam os agricultores a investir em suas terras (Box 4.6). Nesses casos, pode ser indesejável encorajar o registro e a posse individual de terras. Os títulos e registros fundiários são úteis nos países cujos sistemas tradicionais não conseguiram proporcionar direitos precisos sobre a terra.

Os recursos florestais e pastoris coletivos são

Box 4.7 Lições do financiamento informal na África subsaariana

O financiamento informal pode assumir várias formas diferentes: associações de poupança e crédito, fundos rotativos, banqueiros e agiotas itinerantes, transações financeiras entre uma família e seus amigos etc. Embora flexíveis, esses mecanismos são geralmente rigorosos e bem geridos.

Os consórcios rotativos, conhecidos em certos países da África como *susus* ou *tontines*, são flexíveis e criativos. As pessoas pagam uma quantia combinada para fazerem parte do fundo, contra o qual os membros podem tomar empréstimos em rodízio. Em Gana, os *susus* evoluíram para prósperas entidades de crédito e poupança. As contribuições diárias variam de 10 a 500 cedis (US\$ 0,04-US\$2,00). Os cobradores visitam diariamente os mercados para aceitar depósitos, por menores que sejam, principalmente de mulheres mercadoras. Nas áreas rurais, os cobradores fazem sua ronda nas primeiras horas da manhã, antes que os agricultores saiam para o campo, e novamente ao fim da tarde, quando eles retornam. Os depósitos mensais chegam a milhões de cedis. Um estudo feito em Tamale, no norte de Gana, constatou que o total de depósitos mensais coletados por um cobrador varia, em média, de cerca de 1,5 milhão a 2 milhões de cedis. Certos bancos rurais típicos do norte do país mantêm depósitos de poupança de 10 milhões de cedis. É evidente que o sistema informal mobiliza significativo volume de poupança.

Atenta às vantagens do sistema, a State Insurance

Corporation, de Gana, introduziu um programa semelhante aos *susus* em fevereiro de 1987. O Money Back, como é chamado, oferece seguro de vida e serviços de investimento basicamente a pequenas e médias empresas. Como no caso dos *susus*, os clientes depositam uma contribuição previamente ajustada, e elementos da companhia visitam diariamente os mercados para fazer a coleta. Além de funcionar à base um sistema já conhecido do público, o Money Back oferece aos clientes segurança para a poupança e atrai fundos que o sistema bancário formal geralmente não atrai. O programa Money Back está ainda em fase inicial mas, dada sua crescente popularidade, pode vir a ser um programa de dimensões regionais ou nacionais.

Em outros países africanos, certos sistemas informais transformaram-se em organizações financeiras de porte relativamente grande. Nos Camarões, Costa do Marfim, Guiné, Mali e Senegal, foram criados "clubes" de poupança que incluem, por exemplo, fundos rotativos e associações de crédito. Esses sistemas baseiam-se em lealdades individuais — mas também funcionam perfeitamente como intermediários financeiros capazes de oferecer garantia mútua de empréstimos. O Sindicato de Crédito Cooperativo, dos Camarões, oferece serviços a 231 associações de crédito com cerca de 62 mil membros e um total de aproximadamente US\$33 milhões em depósitos de poupança.

importantes para as famílias rurais pobres. Fornecem lenha, forragem e emprego àqueles que de outra forma têm poucos direitos sobre a terra. Quando a população aumenta rapidamente, ou quando há franco acesso a esses recursos e a administração da comunidade tradicional é falha, muitas vezes os bens comuns sofrem abuso e deterioração. Isso fere os que dependem sobretudo dos recursos comuns como fator de segurança. As políticas para privatizar esses recursos quase nunca conseguiram proteger os interesses daqueles já com direitos sobre a terra ou criar a base para um sistema viável e equitativo. Em consequência, às vezes os pequenos agricultores se viam forçados a vender seus bens individuais. Os recursos de propriedade comum devem receber mais atenção. Devem ser mais bem protegidos e administrados. Todo investimento na pesquisa sobre como utilizar esses frágeis recursos seria um dinheiro bem empregado.

Maior acesso ao crédito

O crédito pode ajudar os pobres a acumular ativos e a manter seu consumo nos tempos difíceis. Mas conceder crédito aos pobres é dispendioso para o

credor. Os custos de transação são altos, e o risco pode ser grande, devido à falta de caução. Além disso, outros mutuários, como agricultores de grande escala, podem ter acesso preferencial por

Tabela 4.3 Diversidade na cobertura dos programas de crédito

Programa	Ano	Cobertura ^a
MicroFund (Filipinas)	1989	730
Crédito à Produção para Mulheres nas Zonas Rurais (Nepal)	1989	6.640
Associação para o Desenvolvimento da Microempresa (ADEMI) (Rep. Dominicana)	1988	19.430
Programa de Empresas de Pequena Escala (Calcutá)	1988	36.000
Fórum das Mulheres Trabalhadoras (Madras)	1988	50.000 ^b
Programa de Desenvolvimento do Pequeno Agricultor (Nepal)	1989	78.520
Fundação para o Desenvolvimento da Poupança (Zimbábue)	1985	250.000 ^b
Grameen Bank (Bangladesh)	1988	413.000
Kupedes (Indonésia)	1988	1.300.000 ^c
Badan Kredit Kecamatan (BKK) (Indonésia)	1982	2.700.000

a. Número cumulativo de membros.

b. Número aproximado.

c. Número de beneficiários em 1988.

Tabela 4.4 Empréstimos do Grameen Bank, por finalidade e sexo do tomador, 1985
(percentual do montante de empréstimos correntes)

Finalidade do empréstimo	Tomadores homens	Tomadores mulheres	Todos os tomadores
Cultivo	4,0	4,6	4,3
Criação de gado, avicultura e pesca	18,5	44,6	31,9
Beneficiamento e manufatura	18,6	29,9	24,4
Comércio e lojistas	49,7	18,7	33,8
Transporte e outros serviços	9,2	2,2	5,6

Fonte: Hossain, 1988.

motivos étnicos ou culturais. Assim, muitos governos tentaram expandir o crédito aos pobres através de programas de grande escala de crédito subsidiado e outras medidas. Muitos argumentos têm sido alegados para tais políticas: os pobres não podem pagar taxas de juros de mercado; os credores formais são excessivamente cautelosos; os credores informais são por demais exploradores. Mas essa abordagem revelou-se equivocada.

CRÉDITO SUBSIDIADO AOS POBRES. Apesar (ou por causa disso mesmo) dos muitos anos de tentativas de canalizar um maior volume de crédito formal aos pobres, apenas 5% das propriedades agrícolas da Ásia e América Latina tiveram acesso ao mesmo. Em Bangladesh, depois de mais de 10 anos de subsídios, apenas 15% dos pequenos proprietários e 7% das famílias sem-terra receberam crédito institucional. O crédito barato tornou-se um programa de transferência para os não-pobres. No Brasil, essas transferências implícitas, cujo pico foi no início dos anos 80, foram estimadas no montante de US\$3 a US\$4 bilhões ao ano (entre 1,2 e 1,6% do PIB). Além disso, taxas de juros artificialmente baixas e regulamentações sobre crédito distorcem a alocação de recursos e dão ensejo ao apadriñamento e à corrupção. Elas prejudicaram o setor financeiro e não conseguiram estender o crédito aos pobres.

Estudos sobre programas formais de crédito subsidiado na África subsaariana, Oriente Médio e América Latina revelaram que os empréstimos em atraso vão de 30 a 95%. Os tomadores subsidiados são menos confiáveis que os não-subsidiados. Um estudo pormenorizado de três aldeias indianas mostrou que cerca de 60% dos tomadores estavam em atraso nas duas aldeias em que o crédito institucional representava dois terços do crédito total;

na outra aldeia o crédito institucional era uma parte menor do total, e apenas 17% dos tomadores estavam em atraso. E as taxas de amortização eram em geral mais baixas para os grandes agricultores do que para os pequenos. Portanto, não é a pobreza, em si, que torna os tomadores não-confiáveis.

Além disso, a experiência mostra que os pobres se dispõem a pagar as taxas de juros de mercado. Bangladesh descobriu que os pequenos agricultores continuavam a solicitar empréstimos mesmo quando a taxa de juros era cerca de 30% ao ano. De qualquer modo, os pobres costumam tomar emprestado no mercado informal, onde as taxas são geralmente muito altas. Os agiotas em Sri Lanka comumente impõem taxas de 25 a 50% por um período de cultivo.

Nos lugares em que o crédito subsidiado alcançou os pobres, surgem outras questões. Em 1988, o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Índia (IRDP) cobria 27 milhões de famílias rurais. Um estudo por amostragem em Uttar Pradesh revelou que quase 60% dos investimentos tinham sido retidos por quatro a cinco anos. Mas em 1986, 59% dos empréstimos do IRDP estavam em atraso. O estudo em Uttar Pradesh mostrou, além disso, que apenas 7% das famílias que tinham pago seus empréstimos estavam recebendo crédito adicional. Assim, embora o IRDP tenha sido bem-sucedido em aumentar os estoques de ativos de várias famílias de poucas posses, não chegou a estabelecer serviços financeiros sustentáveis para os pobres.

Portanto, os programas de crédito barato não ajudaram os pobres. Gasta-se melhor os recursos públicos em infra-estrutura e serviços, como extensão agrícola e informação de mercado. Um setor financeiro viável, não distorcido, será útil para que se faça o melhor uso possível deste investimento.

CRIAR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA OS POBRES. O financiamento formal subsidiado não deu certo. Mas haverá possibilidades de expandir o financiamento informal, a fonte de crédito mais comum para os pobres? Os credores informais, que operam a baixos custos fixos, oferecem a clientes de baixa renda pequenos empréstimos com base no conhecimento pessoal ou comercial. Como os credores informais conhecem bem seus clientes, podem ser flexíveis quanto aos sistemas de cauções e de amortização. Podem-se extrair lições aqui para credores formais (Box 4.7).

Apesar de sua popularidade e potencial, o finan-

ciamento informal tem suas desvantagens. Seu distanciamento dos grandes mercados financeiros limita o acesso dos credores aos recursos e reduz a concorrência, e raramente proporciona financiamentos a prazo ou grandes empréstimos. Algumas dessas dificuldades podem ser superadas através de vínculos entre o financiamento formal e informal, mas há muito o que aprender sobre isso.

As limitações tanto do financiamento formal quanto do informal levaram os governos, doadores e ONGs a adotar uma série de programas de crédito inovadores destinados aos pobres. Estes programas variam enormemente quanto à cobertura (Tabela 4.3), mas os que tiveram êxito têm certas características em comum. A maioria optou por não subsidiar as taxas de juros. Em vez disso, tentaram adaptar-se às necessidades dos pobres por meio da redução dos custos de transação tanto para credores quanto para tomadores. Os programas com altas taxas de empréstimos e condições rígidas, especialmente os que vinculam o pagamento à possibilidade de um futuro empréstimo, têm maiores chances de alcançar os pobres.

O empréstimo em grupo é um método de chegar até os pobres. Segundo tais esquemas, se um membro deixa de pagar, prejudica o acesso do grupo a um crédito futuro. A responsabilidade conjunta entre os componentes de um grupo de tomadores reduz o risco de inadimplência e faz com que fique mais barato alcançar clientes dispersos. O exemplo mais conhecido deste método é o Grameen Bank de Bangladesh. Ele serviu com êxito pessoas extremamente pobres — 83% das quais eram mulheres — e sua taxa de recuperação de empréstimos ultrapassou os 95%. A Tabela 4.4 mostra como os pobres usam o crédito do Grameen Bank. O Fórum das Mulheres Trabalhadoras de Madras, Índia, também conseguiu taxas de recuperação entre 90 e 95%. Em ambos os casos, a recuperação dos empréstimos excede em muito as médias nacionais dos bancos comerciais. Grupos pequenos, auto-selecionados — como os do Grameen Bank ou do Programa de Desenvolvimento do Pequeno Agricultor, e de Crédito para Produção, do Programa das Mulheres de Zonas Rurais, do Nepal — geralmente oferecem a melhor base para tais sistemas.

A Corporação Financeira Agrícola do Zimbábue demonstra que o empréstimo em grupo pode diminuir os custos administrativos. Como empresta somente para grupos estabelecidos, seus custos representam um ínfimo 1% do capital do empréstimo. Porém, se os credores tiverem de

arcar com os custos de estabelecer os grupos, os custos globais do empréstimo em grupo podem exceder os custos do empréstimo a indivíduos. No Grameen Bank, as despesas como percentual dos empréstimos pendentes são de 16 a 25% para novos grupos, caindo para 6% após três anos.

Os empréstimos em grupo talvez nem sempre sejam apropriados ou necessários. O Badan Kredit Kecamatan (BKK), programa público indonésio, fornece empréstimos individuais sem cauções principalmente para mulheres de baixa renda, sem se basear em grupos. Contém seus gastos de processamento fazendo empréstimos mínimos iniciais (ao limite de US\$5), com base nas referências sobre idoneidade obtidas junto às autoridades locais, e empregando formulários de uma página para candidatos a empréstimos, que são processados em menos de uma semana. As unidades locais do programa são autônomas. Para alcançar os pobres, desembolsam rapidamente seus empréstimos, em postos acessíveis na própria aldeia. Como os empréstimos do programa são pequenos e seus termos rigorosos, os não-pobres tendem a procurar crédito em outro lugar. Por fim, o programa estimula os tomadores a pagar, tornando o pagamento uma condição para a aprovação de novos empréstimos, e fornece um forte incentivo às autoridades prestamistas para que ampliem a base da clientela e mantenham altos níveis de arrecadação. O BKK conseguiu não só alcançar os pobres, como também permanecer financeiramente viável. Serve a mais de 35% das 8.500 aldeias de Java, e em 1987 auferiu lucros de US\$1,4 milhão — um retorno de 14% sobre a carteira de empréstimos.

Alguns programas de crédito destinaram-se a microempresas, muitas vezes em áreas urbanas, com pacotes de crédito, treinamento e assistência técnica. Os programas que enfatizaram o crédito foram os mais bem-sucedidos. Sistemas como os do Micro Fund de Manila, Filipinas, e ADEMI de São Domingos, República Dominicana, visavam aos pobres — especialmente mulheres pobres, muitas das quais trabalhando em microempresas. Os empréstimos para microempresas podem ter forte impacto sobre as rendas. A renda média de novos mutuários do Programa de Crédito a Empresas de Pequeno Porte de Calcutá subiu 82%; e a dos mutuários do programa Kupedes da Indonésia aumentou de US\$74 para US\$183 num período médio de três anos. A maioria dos programas de crédito a microempresas recebe subsídios para ajudar a cobrir seus custos iniciais. A experiência mostrou que os programas mais bem-sucedidos,

Box 4.8 Desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura de subsistência em Bihar

O Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Mulher Rural, patrocinado pela Universidade Agrícola de Birsa, em Bihar, no nordeste da Índia, é um exemplo de como a pesquisa de sistemas agrícolas pode contribuir para aumentar a renda das classes pobres. O projeto é dirigido para agricultores tribais pobres do platô de Chota Nagpur. Nessa região, as secas são frequentes, 90% da população é analfabeta e 85% dos agricultores possuem menos de 5 acres de terra. Pelo menos metade do trabalho pré-colheita e quatro quintos das tarefas pós-colheita são executados por mulheres. A subsistência dessa população depende principalmente da agricultura à base de arroz e irrigação pluvial. Métodos agrícolas inadequados e uso insuficiente de insumos contribuem para a baixa produtividade.

A cultura local dificulta a troca de informações entre os homens encarregados de extensão agrícola e as mulheres que trabalham no campo. Por isto, o serviço de extensão vem sendo confiado a mulheres que tenham antecedentes tribais, as quais operam através de *mahila mandals* (grupos femininos).

Uma vez que os agricultores recusavam-se a adotar tecnologias novas e dispendiosas, os pesquisadores ajudaram-nos a desenvolver um sistema simples de escavação

de poços, que permite o cultivo de legumes na estação seca, em terra previamente alqueivada. Além disso, ensinaram os agricultores a cultivar também produtos de maior valia. Os problemas eram analisados em conjunto pelos encarregados de extensão agrícola, agricultores e pesquisadores. Em seguida, preparava-se um pacote que combinasse tecnologias novas e indígenas, testavam-se as tecnologias em postos agrícolas e nas lavouras a fim de adaptá-las às várias condições locais, e disseminava-se o pacote entre as aldeias participantes.

A experiência de uma agricultora exemplifica o progresso alcançado. Em 1982, ela havia plantado 2,5 acres de arroz e painço na estação das chuvas, meio acre de couve-flor no inverno, e nada no verão. Em 1987, cultivou batatas e arroz em seus 2,5 acres na estação chuvosa e, no inverno, trigo, couve-flor, ervilhas e cenouras. No verão, dedicou 1,25 acre ao cultivo de couve e quiabo.

A diversificação e a irrigação fizeram aumentar a intensidade de cultivo e a renda. Em média, a intensidade de cultivo aumentou de 95% em 1981/82 para 145% em 1986/87. A renda bruta por família mais do que quadruplicou em termos reais.

como o Kupedes, podem se tornar financeiramente viáveis, se cobrarem juros de mercado e mantiverem baixos os custos operacionais.

A experiência também ressalta a importância da poupança. A Fundação de Desenvolvimento da Poupança de Zimbábue gerou uma poupança considerável organizando as famílias em grupos de vizinhos e criando um sistema simples de registro financeiro que pessoas analfabetas podiam compreender. Em 1985, 250 mil membros tinham poupado o suficiente para fazer grandes pedidos de sementes e fertilizantes, melhorar suas moradias e atender a outras necessidades básicas. As mulheres nas zonas rurais, que representam 97% dos participantes do programa, adquiriram novas habilitações ao mesmo tempo em que se tornavam mais independentes financeiramente.

Embora os êxitos não sejam tão comuns assim, sugerem que programas bem-elaborados podem proporcionar acesso ao crédito para os grupos menos aquinhoados e ainda assim permanecerem financeiramente viáveis. As instituições desse tipo devem ser apoiadas por subsídios limitados, para ajudar a cobrir seus custos administrativos iniciais (mas não taxas de juros) e estimular a inovação; com o tempo, à medida que os custos diminuem, os subsídios devem ser retirados. Programas como

o BKK, Kupedes, Grameen Bank e ADEMI demonstraram o potencial para aumentar a produtividade e as rendas dos pobres. Devido a seu exemplo, o número de sistemas semelhantes, embora ainda pequeno, cresceu rapidamente nos últimos anos.

Melhor acesso à infra-estrutura e à tecnologia

O investimento público na tecnologia e infra-estrutura é fundamental para aumentar as rendas e reduzir a pobreza. Mas até que ponto os pobres se beneficiam é algo que depende da elaboração e da implementação efetiva dos programas.

ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA PEQUENOS AGRICULTORES. As melhorias tecnológicas na agricultura ajudaram os pequenos agricultores em certas regiões mais do que em outras. A Revolução Verde beneficiou muitos pequenos proprietários da América Latina e da Ásia, mas na África subsariana são relativamente poucos os pequenos agricultores que utilizam variedades melhoradas de alta produtividade. Em Malavi, após 20 anos de pesquisa e extensão agrícolas, apenas 5% dos agricultores adotaram o milho híbrido. Esta aceitação lenta reflete graves distorções contra a agricultura

primitiva. Muitos países estimularam e subsidiaram a agricultura comercial mecanizada de grande escala, que fica fora do alcance de muitos pequenos proprietários. Além disso, a oferta de insumos é instável e os serviços de estocagem são insuficientes. E, o que é mais importante, as instituições nacionais de pesquisa agrícola são precárias. Conseqüentemente, tem havido muito pouca ênfase no desenvolvimento e divulgação de técnicas e variedades apropriadas para a agricultura de pequena escala alimentada pelas chuvas.

Além de eliminar as distorções contra os pequenos agricultores, os países necessitam de capacitação própria para fazer pesquisa agrícola adaptativa. Os centros internacionais de pesquisa iniciam grande parte do trabalho científico necessário para a mudança tecnológica, mas os países precisam estar aptos a identificar as tecnologias pertinentes e adaptá-las às exigências específicas das diferentes localidades agrícolas. Nos Camarões, por exemplo, um órgão público, a Société de Développement du Coton du Cameroun, adaptou a pesquisa existente sobre algodão ao meio ambiente local e melhorou substancialmente a produtividade dos pequenos proprietários. Os agricultores deveriam envolver-se mais diretamente na seleção dos tópicos de pesquisa. A pesquisa adaptativa deve ser ampliada, de modo a incluir, por exemplo, técnicas de administração do solo e da pecuária,

além da ênfase tradicional na lavoura. Para que tudo isso se torne viável, os países também precisarão de trabalhadores de extensão agrícola bem treinados, para atuar como intermediários entre pequenos agricultores e pesquisadores.

O PRODERO, em Honduras, melhorou a produtividade dos pequenos agricultores envolvendo-os no planejamento e na testagem de novas tecnologias agrícolas. O projeto visava os agricultores que possuíam menos de cinco hectares nos estados ocidentais isolados de Copan, Lempira e Ocotepeque. Para combater a erosão do solo, desenvolveu métodos de conservação e fertilização de baixo custo. As produções médias de milho aumentaram mais de 300%.

A pesquisa de sistemas agrícolas é um método que escuta os agricultores e segue um amplo programa de pesquisa. Preocupa-se com todo o sistema agrícola — padrões de cultura, administração do gado e do sistema de irrigação, divisão do trabalho entre os membros das famílias, e assim por diante. Os resultados em Zâmbia, Zimbábue, e no estado indiano de Bihar (Box 4.8) foram encorajadores.

PROVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA RURAL. Em geral os agricultores pobres têm menor acesso à infraestrutura pública do que os prósperos. Concedem-se estradas rurais e eletricidade, por exem-

Box 4.9 Irrigação com água do subsolo no Sul da Ásia: ajudando os sem-terra

Na planície do Ganges, a água subterrânea é um dos poucos recursos naturais que ainda hoje podem ser explorados no combate à pobreza rural. Recentemente, os esforços na direção de ajudar os pobres sem terra a beneficiarem-se diretamente da irrigação, utilizando água do subsolo, têm sido feitos através de grupos. O Proshika e o Grameen Bank vêm criando novos grupos e recomendando aos grupos existentes que adquiram e operem equipamentos de irrigação e vendam água aos agricultores.

Cinco pontos se destacam no desempenho desses grupos até agora. (1) Sob certos aspectos técnicos (por exemplo, a área irrigada com equipamento de determinada capacidade), os grupos são, pelo menos, tão eficazes quanto a iniciativa privada. (2) Certos grupos conseguiram promover o uso de variedades de alto rendimento entre seus clientes. (3) Os grupos investem parte dos seus maiores lucros em outras atividades, como pesca, criação de aves domésticas ou indústrias familiares. (4) Ajudam os agricultores a dispersar os riscos associados à irrigação e a reduzir os custos da organização de cooperativas agrícolas, solução de disputas etc., que podem ser onerosos para um pequeno projeto de irrigação. (5) Os índices de amortização

alcançados pelo Proshika (75%) e pelo Grameen Bank (mais de 75%) são bem mais altos que a média no caso de empréstimos agrícolas.

A principal desvantagem é que o sistema gera grandes pressões administrativas. A maioria dos grupos requer dispendiosa assistência gerencial e técnica e, não raro, precisa de ajuda na intermediação com os usuários da água. Problemas como deficiências técnicas na operação e manutenção das bombas, dificuldades na obtenção de locais satisfatórios para instalação das mesmas e a disputa de contratos com os usuários da água levaram o Grameen Bank a assumir diretamente a administração de certos grupos.

Dez anos depois, o Proshika tem hoje somente cerca de 300 grupos que cobrem 6 mil acres irrigados. É pouco provável que esses grupos venham a tornar-se uma força significativa na administração da água subterrânea. Mas os grupos conseguiram atingir os mais pobres entre as classes pobres, os quais geralmente são excluídos das iniciativas de desenvolvimento rural. Os motivos do seu sucesso só agora começam a ser compreendidos e merecem maiores estudos.

Box 4.10 Proteção ambiental e redução da pobreza: a experiência chinesa no platô Loess

No platô Loess, na China, certos programas que aliam o controle da erosão a melhores práticas de cultivo agrícola e criação de animais vêm reduzindo a erosão crônica do solo e aumentando as rendas rurais. Depois de vários fracassos iniciais, o sucesso dos programas sugere que a agricultura econômica e sustentável nesse tipo de região requer um misto de medidas técnicas, sociais e administrativas. Confirma também a importância da pesquisa em estações-piloto antes da implementação em grande escala.

O platô Loess estende-se ao longo de aproximadamente 630.000km² no noroeste da China. A precipitação pluvial mal é suficiente para a agricultura e, não raro, concentra-se em pancadas esporádicas e fortes durante o verão. A expansão e a exploração da agricultura removeram gradualmente a vegetação natural, contribuindo para a erosão e a degradação do subsolo em quase todo o platô. O sistema fluvial transporta os sedimentos para o rio Amarelo, criando problemas para obras de irrigação situadas à jusante e fazendo aumentar perigosamente a altura do leito do rio.

A situação agravou-se nos anos 60 e 70. Como parte da política nacional de auto-suficiência em cereais, o governo incentivou os agricultores do platô a abandonarem a pecuária baseada em pastagens e a produção limitada de grãos e adotar o cultivo extensivo de grãos. Isto agravou ainda mais a degradação da terra e fez diminuir a produtividade e a renda agrícolas. Em meados da década de 80, mais de 5 milhões de pessoas nas terras altas do platô irrigadas pela chuva sobreviviam com rendas inferiores a US\$50 por ano.

Em fins da década de 70, o governo deu início a um programa de pesquisa e desenvolvimento destinado a melhorar o controle da erosão e a produção agrícola da área. Estações experimentais de controle da erosão foram criadas em Mizhi (Província de Shaanxi) e em Dingxi (Província de Gansu). A estratégia visa a reverter a degradação ambiental através da substituição do atual sistema de plantio extensivo por cultivo intensivo nas baixadas e terraços recuperados e conversão de colinas desprovidas

de terraços para a produção de rações animais e produtos agrícolas arbóreos. Entre as medidas específicas estão a construção de novos terraços para reduzir a erosão e aumentar o rendimento das colheitas, a introdução de melhores espécies de ervas de pasto, eliminação de pastagem incontrolada nas encostas desprovidas de terraços, plantio de árvores e arbustos nas encostas mais íngremes e construção de represas de terra para criar baixadas cultiváveis através da captação de loess. Estas medidas exigem a desativação de grande parte das terras de encostas íngremes que hoje estão sendo cultivadas. Uma maior produtividade das baixadas e terraços existentes e recém-criados é, portanto, essencial ao aumento da produção e das rendas agrícolas.

Os resultados iniciais têm sido favoráveis. O valor bruto *per capita* da produção dobrou, a produção foi diversificada e a erosão do solo diminuiu. Embora a área dedicada a cereais tenha sido reduzida, o maior rendimento dos terraços, após os melhoramentos, e das baixadas intensamente cultivadas ajudou a aumentar em mais de 30% a produção total de grãos *per capita*. A expansão dos pastos permitiu a pastagem de maior número de ovelhas e o volume de produtos animais aumentou. Uma análise de benefícios e custos indica que as taxas de retorno financeiro e econômico vão de 13%, no caso da construção dos açudes de terra, até 25%, no caso da construção de terraços em terras menos inclinadas, para a produção de colheitas.

Atualmente, o governo vem estimulando a adoção do programa de controle da erosão em todo o platô Loess mediante a limitação do cultivo em terras íngremes desprovidas de terraços e oferta de crédito para construção de terraços e plantio de espécies de pastagem. As famílias participantes têm pleno direito de usar a terra, além de direitos sobre a produção das árvores e das rações nas encostas que converteram. O componente de desenvolvimento agrícola do projeto de Gansu, que tem a assistência do Banco Mundial, vem ajudando a implementar a estratégia em cerca de 200 mil hectares de terra na bacia do Guanchuan, em Dingxi.

plo, primeiro aos relativamente bem aquinhoados. O abastecimento de água aos agricultores marginais é especialmente aleatório e inadequado. Na Índia, a baixa qualidade da construção e manutenção de canais significa que a irrigação de superfície atinge apenas parte da área pretendida. Os pequenos agricultores não podem arcar com as despesas de bombas, encanamentos e escavações de poços.

Os projetos de infra-estrutura bem-sucedidos geralmente delegavam às autoridades locais o máximo possível de responsabilidade pela administração e manutenção. Isto exigiu certo esforço na criação de instituições locais, no envolvimento da comunidade local e na elaboração da infra-

estrutura tendo em mente tais necessidades. O *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1988* mostrou que delegar responsabilidade pública a organizações locais pode tornar os projetos de infraestrutura mais eficazes e beneficiar os pobres.

A Administração da Irrigação Nacional (NIA) das Filipinas tem trabalhado com grupos de usuários para melhorar a manutenção e a distribuição. Emprega organizadores da comunidade para ajudar a formar grupos de usuários dos serviços de água, e então negocia com cada grupo quanto às quantidades a serem distribuídas. Os grupos de usuários dividem entre si os custos e a água, bem como as responsabilidades de administração e

conservação. Entre 1981 e 1984, isso permitiu uma queda de 38% nas despesas da NIA por hectare com operação e manutenção. A eficiência do uso e distribuição da água melhorou, e o acesso dos pequenos agricultores à irrigação aumentou. A NIA, que começou como um projeto-piloto em 1976, cobria mais de 35 mil hectares em 1986. O projeto de irrigação Gal Oya de Sri Lanka foi calcado no programa das Filipinas. Lá também a introdução de grupos de usuários quase dobrou a eficiência do uso da água, e agora o sistema de irrigação melhorado alcança os agricultores mais pobres.

Ambos os sistemas basearam-se em projetos-piloto, e também incorporaram um esquema flexível. Os planejadores fizeram muitas experiências com a composição e responsabilidades dos grupos de usuários e com as formas de integrar esses grupos à administração nacional. Seu sucesso levou países como Malásia e Tailândia a lançar sistemas semelhantes.

As organizações locais têm maiores probabilidades de obter êxito, se forem legalmente reconhecidas pelo governo central e se o governo fornecer diretrizes, treinamento e informação. Também é crucial estabelecer sistemas administrativos que definam claramente as responsabilidades dos administradores do órgão e os critérios de desempenho vinculados às alocações de orçamento, bem como criar incentivos para uma maior responsabilidade local. No caso da NIA, os grupos de agricultores eram solicitados a pagar os custos de construção, o que aumentava não só seus direitos como também a responsabilidade dos administradores. Por sua vez, esperava-se que cada escritório regional conseguisse viabilidade financeira, e o desempenho dos administradores era avaliado por sua real recuperação dos custos pagos pelos agricultores.

Outro exemplo da importância das instituições locais é o Programa Aga Khan de Apoio Rural no norte do Paquistão. Este projeto administrado por ONG sustenta a comercialização em aldeias de subsistência. Criou organizações locais e infraestrutura física produtiva, desenvolveu serviços financeiros e forneceu treinamento e sistemas de apoio à produção e comercialização. As organizações locais executam muitas tarefas e evitaram a necessidade de coordenação com os ministérios. O programa registrou índices de participação das famílias de até 97% no distrito de Gilgit, e alcançou taxas médias de retorno de 33% nos sistemas de irrigação e outros projetos.

Métodos mais seletivos são especialmente importantes nas regiões remotas, onde os pobres estão isolados dos serviços e mercados. A fim de alcançar os menos favorecidos — os grupos tribais, os sem-terra ou quase sem-terra e, em certas sociedades, as mulheres — é essencial trabalhar com organizações como grupos locais, ONGs e operadores privados, que conheçam as suas necessidades. O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) executou muitos projetos que visam os mais pobres. O FIDA usa programas-piloto e esquemas flexíveis, geralmente calcados na formação de grupos para alcançar a população visada. Um projeto de desenvolvimento rural em Camarões, destinado a melhorar a produção de café de agricultores que possuam menos de dois hectares, é um exemplo disso. Método semelhante foi usado por ONGs em Bangladesh, onde grupos de sem-terra operam o equipamento de irrigação e vendem água aos agricultores (Box 4.9).

As lições da experiência recente em infra-estrutura rural e programas de tecnologia são tão amplas como se vê a seguir. As instituições locais podem mobilizar recursos como poupança e mão-de-obra. Podem ajudar a garantir que os benefícios do projeto alcancem os pobres, que as necessidades locais específicas sejam atendidas e que os projetos permaneçam financeiramente viáveis. Os programas bem-sucedidos não dependiam exclusivamente dos órgãos do governo, que podem fornecer apoio central efetivo, mas que muitas vezes são deficientes em termos de equipe para trabalho de campo e de flexibilidade para trabalhar em nível local. Em vez disso, eles empregam uma mescla de instituições — ONGs, operadores privados e grupos locais. Os grandes programas que começam como projetos-piloto parecem ter melhor chance de êxito. Um projeto-piloto pode desacelerar o sistema e consumir o precioso tempo de administração, mas em geral os benefícios compensam estes custos.

Amparando áreas pobres de recursos

Números cada vez maiores de pessoas pobres vivem em áreas com pequeno potencial agro-climático e frágeis do ponto de vista ambiental. Exemplos disso são o platô Loess da China, as regiões montanhosas da Bolívia e do Nepal, o desértico Sahel africano e grande parte dos trópicos úmidos. A pressão populacional nessas áreas reduziu a produtividade da terra e aumentou sua vulnerabilidade a inundações e erosão do solo.

Isso levanta a questão dos vínculos entre pobreza e deterioração ambiental.

Tais regiões necessitam de uma estratégia especial de desenvolvimento, por três motivos. Primeiro, seu potencial de crescimento é limitado. Segundo, elas são cada vez mais ocupadas pelos pobres que têm menos qualificações e menos acesso a infra-estrutura e serviços. Terceiro, a deterioração ambiental afeta negativamente não só essas regiões como também regiões vizinhas.

As causas dessas crescentes pressões sobre os recursos naturais são complexas e inter-relacionadas. Em muitos países os agricultores pobres estão sendo marginalizados e empurrados para zonas mais remotas. Além disso, o aumento populacional e a comercialização da agricultura forçaram os agricultores que antes dependiam de formas de cultivo sustentáveis do ponto de vista ambiental a utilizarem suas terras de modo mais intensivo. Isto poderia ser desejável sob certos sistemas de administração de terras e de gado, mas a intensificação dos métodos agrícolas tradicionais, como a agricultura à base de desmatamento e queimadas, prejudicou a produtividade dessas áreas marginais. O pastoreio excessivo, a irrigação descontrolada e a busca incessante de lenha — tudo isso acelera a decadência.

As políticas que pretendem favorecer os pequenos agricultores, ao concederem acesso às terras e às florestas, pioram ainda mais as coisas. Por exemplo, as políticas fundiárias direcionaram o movimento populacional para fora das terras mais produtivas ao darem acesso preferencial a poucas grandes propriedades (como em Malavi) ou ao limitarem a migração (como na Tanzânia). A posse da terra sem garantia e a invasão de terras comuns e pertencentes ao Estado estimula práticas que destroem o solo, diminuindo a produtividade da terra a mais longo prazo. Políticas que promovem a extração industrial nessas áreas (como os subsídios à polpa para as fábricas de rayon da Índia) podem agravar as pressões sobre a base de recursos.

Fornecer infra-estrutura para desenvolver essas regiões pobres de recursos talvez não seja viável nem eficaz em termos de custos. Uma estratégia melhor começaria com o investimento na educação e treinamento a fim de impulsionar a emigração para áreas com melhor potencial. As despesas para satisfazer necessidades básicas como atendimento médico e água potável também serão necessárias. A emigração seria mais eficaz nos países cuja demanda de mão-de-obra está crescendo

bastante em outras regiões.

Mas a experiência mostra que a migração é apenas uma solução parcial. O crescimento nas áreas de maior potencial geralmente não é alto o bastante: muitas regiões pobres de recursos têm populações crescentes, apesar da emigração. Portanto, serão necessários investimentos adicionais, que supõem treinar agricultores pobres em técnicas mais aperfeiçoadas de cultivo, criação de gado, e conservação do solo e da umidade, aumentar as oportunidades de diversificação e de emprego não-agrícola, e providenciar grupos de usuários locais (como as associações florestais de aldeia da Coreia e as associações de administração de pastagens naturais de Botsuana), com o direito de administrar as terras comuns deterioradas. Além disso, as políticas para tornar mais garantidas a posse da terra nas áreas em que faliram os sistemas tradicionais de tenência impedirão que os agricultores explorem o solo em busca de lucros imediatos.

Em muitas dessas áreas os agricultores podem adotar técnicas de baixo custo e poucos insumos, que aumentariam e estabilizariam a produtividade, diversificariam a produção e manteriam a base de recursos. Uma dessas tecnologias, a cultura em curvas de nível, aumentou substancialmente a produtividade. Quando a cultura em curvas de nível é sustentada por uma barreira de vegetação — vetiver, por exemplo — os benefícios são ainda maiores. O capim vetiver tem sido usado por muitos anos no Caribe, Quênia e Sul da Ásia. Ele segura o solo, ao mesmo tempo que permite a filtração da água, sendo barato de plantar e cuidar. Mas não é apropriado para qualquer lugar; é ineficaz nos pontos do Sahel em que o solo e a umidade são deficientes.

Em certas regiões serão necessárias outras grandes intervenções. Os programas que visam apenas algumas famílias ou aldeias não podem prevenir a erosão do solo ou proteger as bacias fluviais. O Box 4.10 descreve como uma melhor tecnologia para terraços e políticas mais apropriadas de posse da terra diminuíram a degradação da terra e a pobreza no platô Loess da China.

Será difícil alcançar os pobres nessas regiões. Na ausência de medidas eficazes, provavelmente a situação será pior no futuro previsível. Institutos internacionais de pesquisa reconheceram a urgência do problema e aumentaram seu financiamento para a pesquisa em áreas marginais. O Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz das Filipinas, por exemplo, dedica atualmente 12% de seu orça-

mento somente para o cultivo do arroz em terras altas. Em muitos países, os subsídios do governo para desenvolver e melhorar as atividades agrícolas de baixo retorno podem ser a única forma de reduzir a pobreza nessas regiões.

Políticas para o crescimento que reduz a pobreza

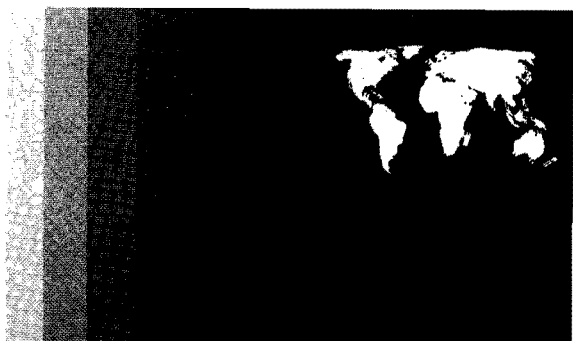
Alcançar um modelo de desenvolvimento que reduza efetivamente a pobreza requer políticas que dêem oportunidades aos pobres e capacitem-nos a participar do crescimento. Para tanto, as políticas devem estar afinadas com três tarefas amplas.

Primeiro e acima de tudo, as políticas setoriais e macroeconômicas devem estimular o desenvolvimento rural e o emprego urbano. A experiência sugere que isso requer tributação moderada da agricultura e mercados de produtos e de fatores relativamente não-distorcidos. Requer ainda o provimento público de infra-estrutura, além de um contexto que torne a mudança técnica acessível a pequenos agricultores e aos pobres das áreas urbanas.

Segundo, são necessárias políticas específicas para melhorar a participação dos pobres no cresci-

mento, aumentando-lhes o acesso à terra, ao crédito, a infra-estrutura e serviços públicos. As transferências de terras podem reduzir a pobreza, mas só dão certo em circunstâncias especiais. Outras políticas para aumentar e garantir o acesso à terra também podem reduzir a pobreza. Programas de crédito subsidiado não conseguiram alcançar os pobres, mas mecanismos como o dos empréstimos em grupo oferecem uma alternativa promissora. Programas flexíveis que envolvam os beneficiários pretendidos, criem instituições, empreguem ONGs e grupos locais, e atendam às necessidades locais são a melhor forma de moldar a infra-estrutura, os serviços e a tecnologia às necessidades dos pobres.

Terceiro, as regiões pobres de recursos, em que se inter-relacionam pobreza e degradação ambiental, requerem uma abordagem diferente. Como o potencial de crescimento dessas regiões é limitado e a população tende a aumentar, as políticas que facilitam a emigração são essenciais. Mas em muitas dessas regiões também serão necessários investimentos adicionais, que provavelmente exigirão subsídios do governo, a fim de atender às necessidades básicas, manter ou aumentar a produtividade e preservar os recursos naturais.



Prestação de serviços sociais aos pobres

É pouco provável que os esforços para reduzir a pobreza venham a ter êxito duradouro se não houver mais investimento no capital humano que os pobres representam. Melhorar a educação, a saúde, a nutrição é um modo de lidar diretamente com as conseqüências da pobreza. Mas são muitos os indícios de que o investimento em capital humano, sobretudo no campo da educação, ataca também as causas mais importantes da pobreza, e é portanto parte essencial de qualquer estratégia a longo prazo que vise a diminuí-la.

Políticas do setor social

Nos últimos 30 anos, os indicadores sociais mostraram um enorme progresso em todo o mundo em desenvolvimento. Contudo, os avanços variaram de região para região e também de um para outro grupo sócio-econômico de um mesmo país. Para haver progresso nos setores sociais, é necessário um empenho duradouro no sentido de tornar a educação, o atendimento médico e outros serviços sociais acessíveis a todos os níveis da sociedade. Quando não há esse empenho e caso as políticas do governo não tenham conseguido beneficiar os pobres, as necessidades sociais continuam prementes.

Progressos no campo da saúde

Nas últimas décadas, houve nos países em desenvolvimento muitos avanços no campo da saúde. Na China, por exemplo, nos últimos 25 ou 30 anos, a taxa de fecundidade caiu de 6,4 para 2,4 filhos por mulher, e a taxa de mortalidade infantil caiu de 90 para 32 por mil nascimentos; a expectativa de vida

passou de 52,7 para 69,5 anos. Na China, assim como em outros países, a melhoria da situação não se deve a apenas um fator. O excelente desempenho chinês deve-se também ao consumo de água potável, a um sistema de esgotos melhor e a outras medidas de saneamento ambiental, como por exemplo uma ampla vacinação e campanhas maciças contra doenças causadas por parasitos. Contribuíram muito para tal desempenho os cuidados sanitários básicos e a disponibilidade de remédios, mesmo nas regiões mais remotas do país. Contribuíram também o êxito das tentativas de reduzir a fecundidade e retardar, mediante legislação, a idade do primeiro parto, e esforços sérios nos campos da educação, da saúde e da nutrição. Provavelmente a situação não teria melhorado caso não houvesse um esquema de segurança que garantiu, entre outras coisas, rações alimentares mínimas até mesmo para os camponeses mais pobres.

O desempenho da China é excepcional. Mas ensina algo muito importante: pode-se melhorar muito a saúde da população quando há amplo e constante empenho político, concentrado em medidas de prevenção e tratamento básico. Ou seja, o progresso social não é mero subproduto do desenvolvimento econômico. As políticas são importantes. Em todos os casos de progresso acima da média, houve intervenções firmes, ligadas a um constante empenho em promover o progresso social.

Outro exemplo é a Costa Rica. Nesse país, a mortalidade infantil abaixo dos cinco caiu de 112 por mil, em 1960-65, para 24, em 1980-85. Dos anos 60 em diante, caiu de 14 para 2 o percentual de crianças menores de seis anos cujo peso ficava

abaixo do normal. A expectativa de vida compara-se à do mundo industrializado. Nos anos 70, o país adotou várias medidas de longo alcance nos campos da saúde e da nutrição, como o Primeiro Plano Nacional de Saúde (1971), a Seguridade Social Universal (1971) e programas sanitários rurais e comunitários (1973 e 1976). O programa de planejamento familiar, adotado em 1968, utilizou a infra-estrutura sanitária rural já existente e conseguiu beneficiar não só os camponeses mas também os pobres das cidades. A taxa de fecundidade conjugal caiu de 7,6, em 1960, para 3,4, em 1980. Nada disso foi barato. Por volta de 1985, a Costa Rica gastava em saúde 23% do orçamento governamental. Só foi possível manter gastos tão elevados porque entre 1975 e 1985 apenas 3,2% do orçamento do país destinaram-se a gastos militares.

Outros países também conseguiram chegar a padrões sanitários bem superiores à média que o PNB *per capita* levaria a esperar. Em Cuba, por exemplo, a expectativa de vida é alta. No Sri Lanka, a taxa de mortalidade infantil abaixo dos cinco caiu de 101 por mil em 1960 para 35 em 1985. Em todos os exemplos citados, coube ao governo o papel de maior destaque.

Geralmente o desenvolvimento econômico faz aumentarem os gastos governamentais com saúde. Na área da saúde, cabem principalmente ao setor público o treinamento de pessoal médico, o investimento em clínicas e hospitais, o licenciamento de profissionais, os testes de medicamentos, sistemas de subsídio e seguro e atendimento médico. Em consequência dos esforços governamentais, aumentou em todo o mundo em desenvolvimento o número de médicos, enfermeiros e leitos hospitalares por mil habitantes. Além disso, indicadores sanitários como expectativa de vida e mortalidade infantil abaixo dos cinco apresentaram resultados muitíssimo melhores (Figura 5.1). É crença geral que muitos dos problemas econômicos do mundo em desenvolvimento (e do mundo industrializado também) podem ser atribuídos à intervenção governamental excessiva ou inadequada. Porém é evidente que grande parte do progresso social conseguido nos últimos 20 anos é resultado direto da ação do governo.

Outro fator implícito na melhoria da saúde em todo o mundo é o esforço da comunidade sanitária internacional para encontrar técnicas de sobrevivência infantil — técnicas de tecnologia simples, fáceis de obter, como imunização e terapia de reidratação oral (TRO) para casos de desidratação por diarreia. Não é exagero dizer que houve nesse

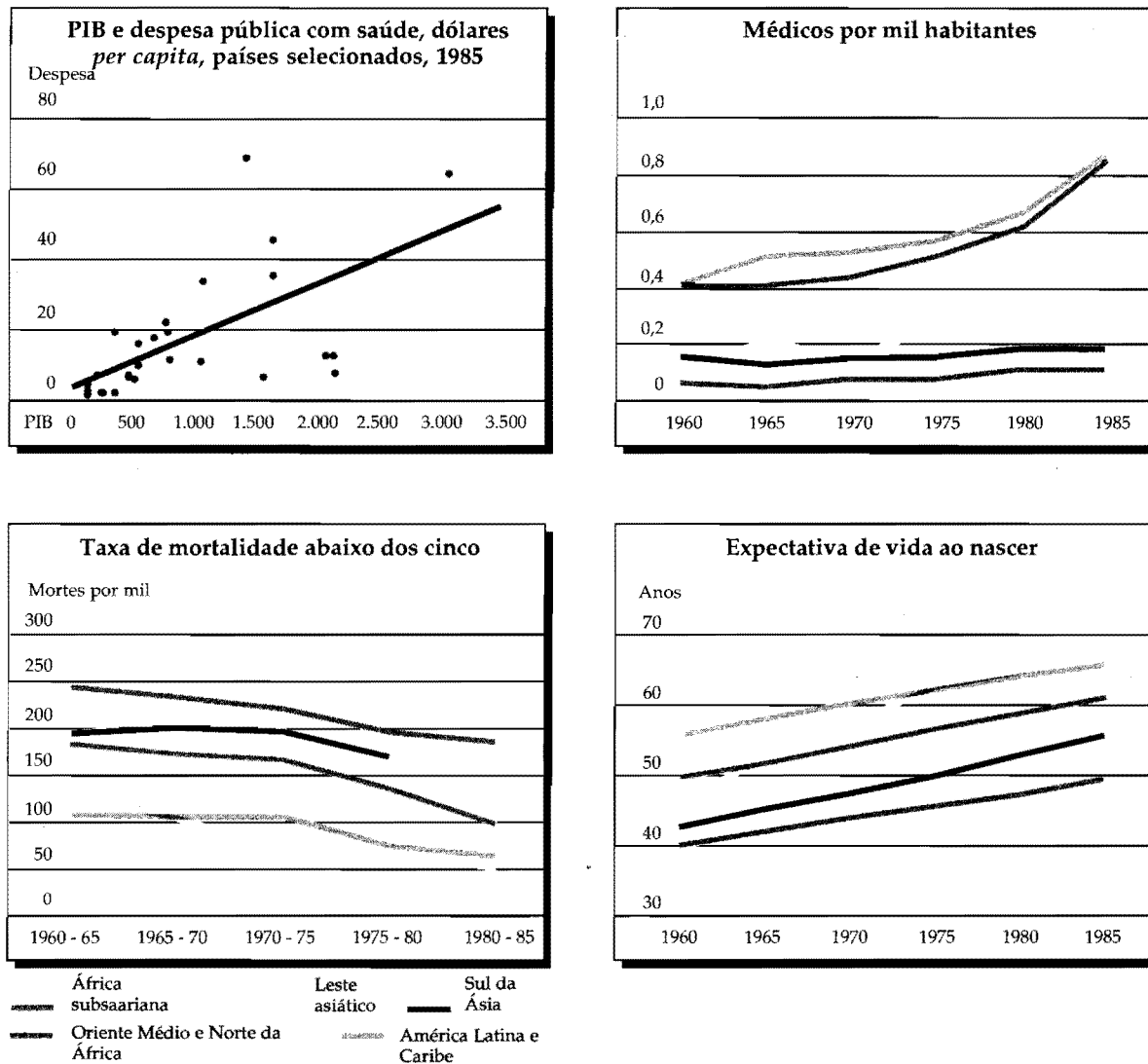
campo uma verdadeira revolução de saúde pública. Tal progresso foi possível graças à inédita união de forças de agências bilaterais de desenvolvimento e agências das Nações Unidas — em especial a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 1974, quando a Assembléia Mundial da Saúde anunciou seu empenho em promover mais a imunização, menos de 5% das crianças do mundo em desenvolvimento beneficiavam-se desses serviços. Passados apenas 15 anos, o Programa Ampliado de Imunização (PAI) aumentou em cerca de 60% a vacinação contra poliomielite e DCT (com base no número de crianças que receberam a terceira dose da vacina antes de um ano de idade). Muitos países — como Egito, México, Peru, Tailândia e Zaire — conseguiram treinar bem melhor os funcionários encarregados de aplicar o tratamento TRO. Resta ainda muito a fazer; contudo, em menos de 10 anos, um terço das famílias do mundo em desenvolvimento já tem acesso a esse tratamento.

Progressos na educação

Da mesma forma que no campo da saúde, também no campo da educação os países em desenvolvimento progrediram muito nos últimos 20 anos. Entre 1965 e 1985, o número de escolas primárias em países de baixa renda, exclusive a China, aumentou quase 60%, chegando a um total superior a 775 mil. Nos países de renda média, o número mais do que quadruplicou, aproximando-se de 950 mil. (Durante o mesmo período, o número de crianças em idade escolar aumentou respectivamente 69 e 48%.) De 1965 a 1985, o número de professores aumentou 55% nos países de baixa renda, 175% nos países de renda média baixa e 120% nos países de renda média alta.

As escolas dos países em desenvolvimento são, em sua maioria, públicas — o governo as constrói e financia, além de fornecer o pessoal que nelas trabalha. A parcela dos gastos com educação alocada a despesas de capital — basicamente construção de escolas — reflete o grande impulso verificado nos anos 60 para ampliar o acesso à educação. Em 1965, os países de baixa renda e de renda média gastaram na construção de escolas respectivamente 21 e 14% de seu orçamento para educação; 20 anos mais tarde, esse percentual caíra para 12% em ambos os grupos de países. O governo é responsável pela maioria dos programas de formação de professores para os cursos primário e secundário. Assim como no campo da saúde, o nível de desenvolvimento eleva os gastos com

Figura 5.1 Tendências de gastos com saúde, número de médicos e resultados em termos de saúde



Nota: Os dados referentes a expectativa de vida no Leste asiático em 1960 incluem a expectativa média de vida na China no período 1963-67.
Fontes: Hill & Pebley, 1988 e dados do Banco Mundial.

educação e também os padrões de conhecimento (Figura 5.2).

Em conseqüência do empenho na educação, de modo especial a primária, o crescimento médio dos índices líquidos de matrículas foi de 5,7% ao ano entre 1965 e 1975 nos países de baixa renda, de 5% nos países de renda média baixa e de 2,3% nos países de renda média alta. Em fins dos anos 70, as matrículas continuaram crescendo mais depressa que a população. Por volta de 1985, as escolas

primárias da maioria dos países de renda média tinham capacidade de matricular praticamente toda a população infantil; os países de baixa renda ainda não atingiram essa meta.

Necessidades constantes

Houve grandes progressos nos campos da saúde e da educação, mas a tarefa a realizar ainda é imensa. Cerca de 30 milhões de crianças menores de cinco

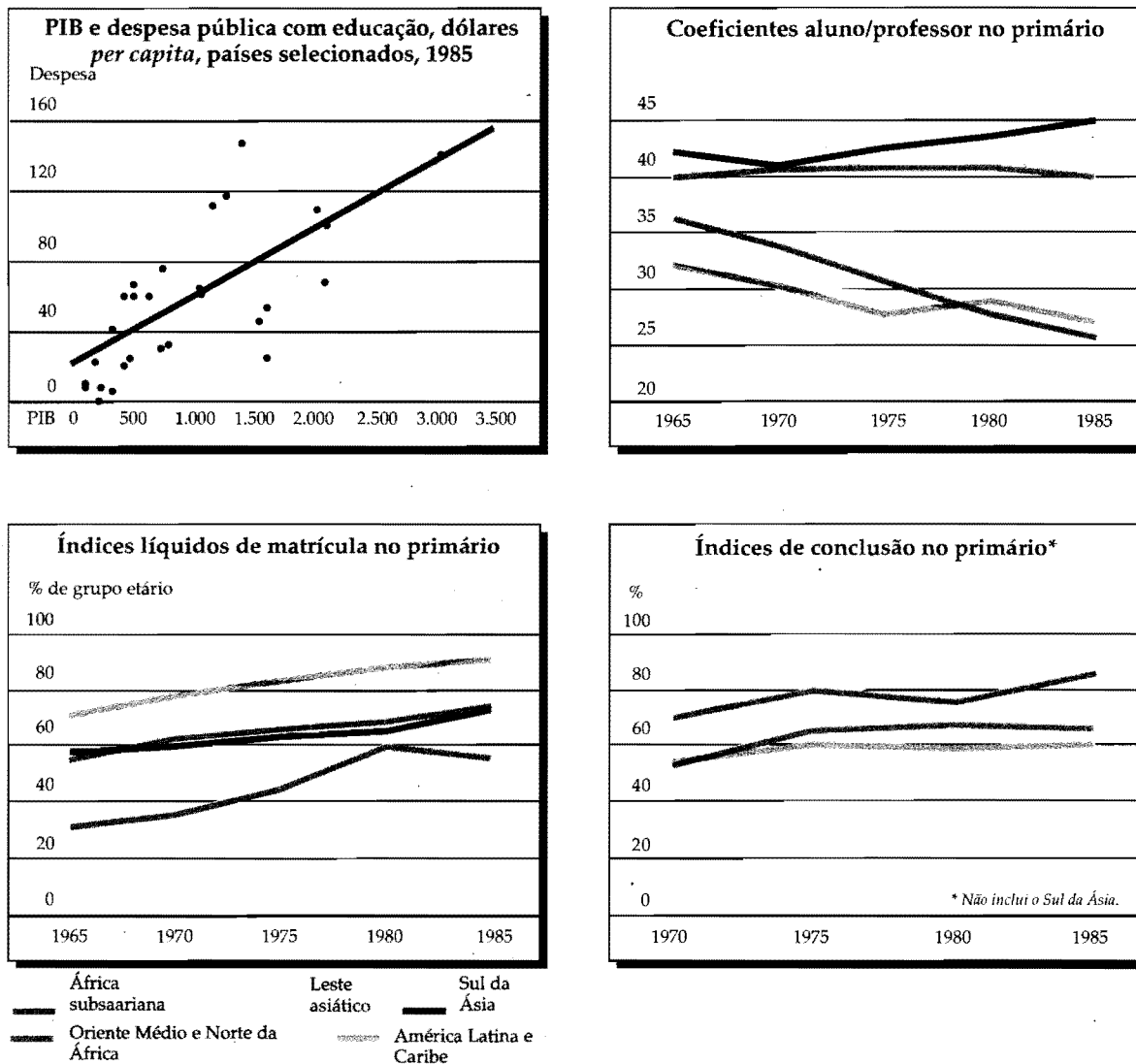
anos morrem anualmente de doenças que não seriam fatais em países desenvolvidos. Em todo o mundo, cerca de 110 milhões de crianças (quase 20% do grupo em idade escolar) não recebem educação primária. Destas crianças, mais de 90% vivem em países de baixa renda e de renda média baixa.

Cabe crédito aos governos pelo que já foi feito. Contudo, as somas necessariamente vultosas dispendidas com saúde e educação teriam tido melhor resultado — e contribuído mais para a solução

dos problemas que ainda permanecem — caso fossem mais bem empregadas. Sob vários aspectos, a despesa governamental com serviços sociais é ineficiente. E sobretudo tende a não beneficiar aqueles que mais necessitam — os pobres.

No mundo em desenvolvimento, destinam-se a tratamento curativo, em média, talvez de 70 a 85% dos gastos (públicos e privados) com saúde. De 10 a 20% destinam-se a tratamento preventivo, e os 5 a 10% restantes destinam-se a serviços comunitários como controle de mosquitos e educação sani-

Figura 5.2 Tendências de gastos com educação, coeficientes aluno/professor, índices líquidos de matrícula e índices de conclusão de curso



tária. No setor de tratamento curativo, é comum os hospitais absorverem mais de 80% do custo. E no entanto é sabido que os serviços preventivos e comunitários são muito mais eficazes para reduzir a morbidade e a mortalidade. Caso os recursos destinados aos hospitais fossem redirecionados para níveis mais simples do sistema de tratamento de saúde, seria possível evitar por completo muitas doenças ou tratá-las precocemente, a custo

mais baixo. O setor de tratamento exige muito dinheiro e isto também gera ineficiências internas — hospitais sem equipamento, clínicas sem remédios — porque os salários absorvem os recursos que poderiam ser destinados a outros fins.

Por isso, é freqüente os pobres não conseguirem ter acesso sequer aos serviços mais básicos. A propalada meta de tratamento de saúde universal e gratuito geralmente é sinônimo de atendimento

Box 5.1 Saúde adulta: assunto esquecido mas de crescente importância

A saúde adulta é questão relativamente nova na política de saúde pública dos países em desenvolvimento, cujas atividades nessa área costumam dar ênfase à saúde de crianças e recém-nascidos. Contudo, metade da população do mundo em desenvolvimento tem de 15 a 60 anos de idade. As crianças dependem desses adultos, como deles depende também a economia. Mais que ninguém, os pobres precisam de boa saúde para manter produtivo o único recurso de que dispõem — a capacidade de trabalho. A perda do arrimo de um lar em virtude de morte ou doença pode atirar na pobreza toda uma família.

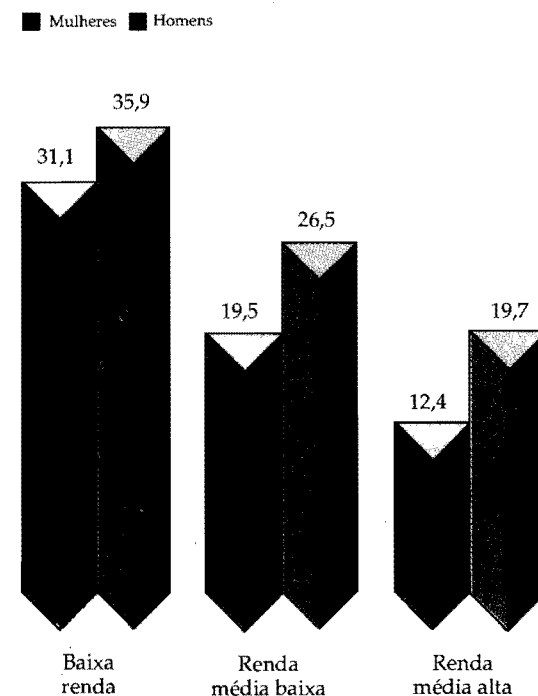
A cada ano, 10 milhões de jovens adultos morrem nos países em desenvolvimento, onde é alta a incidência de doenças respiratórias, malária, diarreia, doenças cardiovasculares, câncer, afecções pulmonares crônicas, doenças sexualmente transmissíveis (inclusive a síndrome da imunodeficiência adquirida — AIDS), diabetes, tuberculose e lesões corporais. Em Guiné Bissau e Serra Leoa, por exemplo, a probabilidade de que um adolescente de 15 anos chegue aos 60 é de menos de 50%; na maioria dos países em desenvolvimento, as chances são de 50 a 70% (em comparação com 85% nos países desenvolvidos). Estes números não refletem a incidência de enfermidades como a oncocerciose, a epilepsia e a lepra — que contribuem para aumentar o índice de morbidade, mas não a mortalidade.

Como mostra a Figura de box 5.1, é nos países de baixa renda que a mortalidade adulta é mais elevada. No mundo em desenvolvimento, a expectativa de vida aos 15 anos de idade é sete anos inferior àquela registrada no mundo industrializado. As taxas de fecundidade e mortalidade têm caído na maioria dos países em desenvolvimento, mas a população adulta não parou de aumentar. Essa transição demográfica vem ocorrendo simultaneamente com uma transição na área da saúde: as doenças crônicas estão se tornando mais importantes.

Na Colômbia, a elevada incidência de infecções parasíticas em adultos é associada a baixos níveis de instrução e renda. No Peru e na Costa do Marfim, as famílias rurais pobres perdem 50% mais dias de trabalho em virtude de doenças do que as famílias das zonas urbanas pobres. Em Barein, a invalidez e a má situação econômica caminham de mãos dadas; segundo um recenseamento de 1981, os incapacitados tendiam 3,5 vezes mais a serem analfabetos, 12 vezes menos a terem curso superior e 3,5 vezes menos a estarem empregados. No Quênia, as más condições de saúde entre adultos é fortemente vinculada à má situação econômica, falta de saneamento doméstico e nutrição inadequada.

As medidas que conseguem reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento geralmente contribuem também para melhorar a saúde dos adultos. Melhoramentos nas áreas de água potável, saneamento, habitação e alimentação reduzem a propagação de doenças tropicais. Menor aglomeração e melhores condições de habitação evitam a transmissão da tuberculose e de doenças respiratórias provocadas por vírus. Uma variedade de outras doenças exige medidas preventivas específicas: vacina contra o tétano; educação e taxação no caso de doenças associadas ao uso de álcool e cigarros; e, especialmente na África, campanhas de educação sexual contra a AIDS.

Figura de box 5.1 Mortalidade de adultos no mundo em desenvolvimento



Nota: Mortalidade de adultos é a probabilidade (em termos de percentagem) que tem um adolescente de 15 anos de morrer antes dos 60.

de má qualidade nas cidades e absoluta falta de atendimento para os pobres do campo. Até na China, em 1981, a despesa governamental *per capita* em saúde foi mais de três vezes maior para os habitantes das cidades do que para os camponeses. No Senegal, 70% dos médicos e farmacêuticos, 60% das parteiras e 40% dos enfermeiros concentram-se na região de Dacar-Cap Vert, onde vivem menos de 30% da população. Dois terços dos médicos do Peru vivem na capital, atendendo a apenas 27% da população; em quase todas as áreas rurais, onde vive a maioria dos pobres, existe apenas um médico para 10 mil ou mais habitantes.

Em suma, a expansão global do sistema de saúde apresenta poucas mudanças quanto aos serviços mais importantes: tratamentos preventivos e tratamentos curativos básicos. Proporcionalmente, os pobres não foram muito beneficiados pelo fato de haver mais médicos, mais enfermeiros e serviços sanitários — bem como maior disponibilidade de remédios e de acesso a eles, e também de serviços sanitários públicos como água e saneamento. Por isso, pobreza e doença ainda estão muito vinculadas, tanto no caso de crianças (como salienta o Capítulo 2) como no caso de adultos (Box 5.1).

Também no terreno da educação as políticas do governo favoreceram mais o treinamento de alto nível do que serviços que beneficiariam os pobres. É sabido que a educação superior é a que apresenta o mais baixo índice de retorno social; mesmo assim, vários países destinam a ela uma parcela desproporcional de seus orçamentos para educação.

Na África ocidental, é comum os alunos de cursos superiores receberem bolsas de manutenção, além de o ensino ser gratuito e o governo subsidiar regularmente as faculdades. Avaliou-se que as bolsas representam quase metade dos gastos com educação superior. Destinam-se à educação superior 22% do orçamento africano para educação; e apenas 2% dos jovens em idade de cursar faculdades recebem tal educação. No Brasil, 9% do orçamento para educação pública vão para a instrução secundária, e 23% para a instrução superior. No Chile, na Costa Rica, na República Dominicana e no Uruguai, mais de 50% dos subsídios à educação superior beneficiam pessoas que integram o quintil mais elevado da distribuição de renda; os mais pobres, que integram o quintil menos favorecido, recebem menos de 10%.

Na Índia, a educação mostra uma forte tendência a favor dos homens e dos habitantes das

cidades. Nas cidades, os índices de alfabetização são duas vezes superiores aos do campo; tanto nas áreas urbanas como nas rurais, as mulheres indianas têm índices de alfabetização inferiores aos dos homens. No Paquistão, estão matriculados em escolas primárias 63% dos meninos em idade escolar e apenas 32% das meninas. Nas áreas rurais, os índices de matrículas de meninas chegam a ser 20% inferiores aos de meninos.

Mas a educação enfrenta outros problemas, bem mais sérios que o dos índices de matrícula. Geralmente, quando o número de matrículas é baixo, os índices de evasão escolar são altos. Nos países de baixa renda, mais de 40% dos alunos que iniciam o curso primário não chegam a completá-lo. Até mesmo nos países de renda média alta os índices de conclusão são de apenas 85%. Conseqüentemente, continua sendo comum o analfabetismo no mundo em desenvolvimento.

A baixa qualidade da educação explica em grande parte o mau desempenho escolar das crianças dos países em desenvolvimento. Os governos privilegiaram a quantidade, e não a qualidade. Em muitos países, diminuem de ano para ano os gastos com livros didáticos e outros materiais; nos países de baixa renda, os materiais de ensino representaram menos de 3% dos gastos ordinários.

Até os anos 80, era comum os alunos não receberem quaisquer livros didáticos. Na República Centro-africana, o coeficiente aluno/livro didático ficou em torno de 10 e 12 para um. No Brasil, em inícios dos anos 80, só 23% das escolas receberam livros didáticos para o primeiro ano; na República Dominicana, menos de 20% dos alunos da oitava série das escolas públicas receberam livros de matemática; em Botsuana, menos de 20% dos alunos do curso primário dispunham de livros de ciências e estudos sociais. Segundo estudo realizado em 1983 nas Filipinas, apenas 32% dos professores de ciências da 5ª série usavam livros didáticos com freqüência; estudo realizado em Botsuana mostrou que os professores só utilizavam livros didáticos durante 12% do tempo. Raramente havia manuais de orientação para professores.

Não surpreende, portanto, que sejam elevados os índices de repetência e que muitos alunos concluam o curso primário tendo aprendido bem pouco. Vários testes aplicados em cerca de 40 países mostraram que nos países de baixa renda e de renda média baixa os alunos só responderam corretamente a 40% das perguntas. O ponto mais fraco, ao que parece, era a compreensão dos textos de leitura.

Box 5.2 Educação e crescimento econômico

Grande número de estudos sobre produtividade agrícola, empresas familiares e trabalhadores assalariados já demonstrou os efeitos da educação sobre a produção e a produtividade. Como se vê pela Tabela de box 5.2, a educação gera um retorno substancial. Embora o impacto da educação sobre a renda global real não seja tão bem documentado, um estudo recente dos determinantes do

maior. O resultado sugere que o retorno gerado pela educação talvez tenha seus limites. Por exemplo, a alfabetização funcional aparentemente só é atingida após cerca de quatro anos de instrução. Os investimentos podem gerar retornos substanciais somente quando suficientemente grandes para levar a economia a ultrapassar esse limite.

Tabela de box 5.2 Retorno social médio gerado pela educação (%)

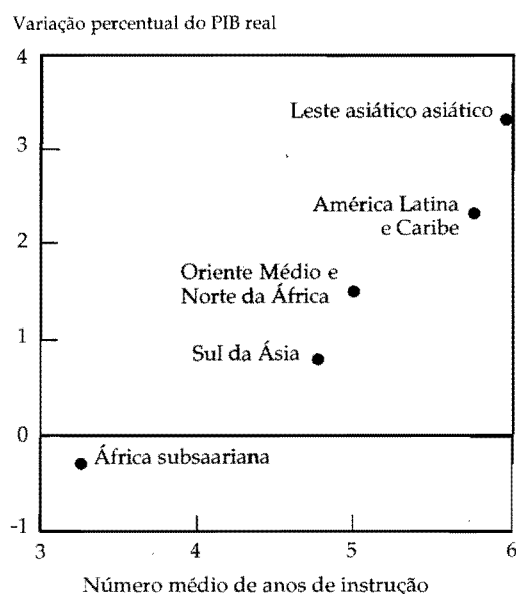
Região	Educação primária	Educação secundária	Educação superior
África subsaariana	26	17	13
Ásia	27	15	13
América Latina e Caribe	26	18	16

Fonte: Psacharopoulos, 1985.

PIB real, abrangendo 58 países no período 1960-85, fornece clara indicação de que a educação pode contribuir significativamente para a produção global. Um aumento de um ano na duração média da educação pode aumentar o PIB em 3%.

Os resultados dessa pesquisa variam de região para região (Figura de box 5.2). No caso da maioria dos grupos de países em desenvolvimento, o efeito da educação sobre o PIB é claramente positivo e (dentro da faixa estudada) quanto mais alto for o nível inicial de instrução, maiores serão as vantagens de ampliá-la. Estes resultados salientam a importância de investir na educação. A África subsaariana é uma exceção; lá, a perspectiva é de que o aumento de um ano no número médio de anos de instrução — de 3,25 (em 1985) para 4,25 — terá efeito desprezível sobre a produção. Isto reflete vários fatores: condições locais desfavoráveis, falta de insumos complementares, insuficiente capacidade institucional e outros obstáculos econômicos que impedem que as pessoas se beneficiem inteiramente de um preparo

Figura de box 5.2 Efeito sobre o PIB real de um ano adicional de educação por pessoa



Para piorar ainda mais o quadro, os índices de matrículas no primário mostram recentemente tendência a declinar, sobretudo em países de baixa renda. Vários países africanos que enfrentam sérias restrições orçamentárias não estão conseguindo expandir seus sistemas de educação proporcionalmente ao aumento populacional. (Gana, Libéria, Mali e Tanzânia são alguns exemplos, dentre muitos.) Os declínios mais acentuados de matrículas se deram em países de baixa renda que passaram por guerras ou conflitos internos. No Afeganistão, os índices de matrícula caíram 40% entre 1980 e 1983; no mesmo período, foi igual o declínio desses índices na Somália. Na Etiópia e em Moçambique já houve um grande avanço, mas após alguns anos o índice de matrículas parou de cres-

cer.

O fato de se gastar mais com serviços sociais não significa automaticamente benefício para os pobres. É preciso que tais serviços sejam oferecidos de modo mais favorável aos pobres, tanto em termos de quantidade como de qualidade. As medidas mais importantes tomadas nos setores sociais, para melhorar as condições de vida dos pobres, são também as mais básicas: ampliar e aperfeiçoar a educação primária e o atendimento médico básico.

Investir em gente

Não se pode fugir à evidência de que o capital humano é um dos meios mais importantes para

reduzir a pobreza. E além disso, melhorias em qualquer área — saúde, educação e nutrição — refletem-se de modo positivo nas demais áreas. Geralmente, porém, os pobres não têm acesso aos serviços sociais básicos: investe-se muito pouco nesse capital humano. Aumentaram assim as chances de que os adultos e crianças pobres permaneçam na condição de pobreza. Para romper o círculo vicioso, os governos deviam encarar como prioridade — como é, de fato — o atendimento aos pobres.

Educação e produtividade

O principal bem dos pobres é o tempo para trabalhar. A educação aumenta a produtividade deste bem. O resultado, no nível individual, é uma renda mais alta, como demonstram muitos estudos. Pesquisas mais recentes apontam também para uma vinculação mais estreita entre educação e crescimento econômico (Box 5.2).

No tocante a salário, os retornos devidos exclusivamente à educação são bem superiores aos dos investimentos convencionais. Contudo, sabe-se que no mundo em desenvolvimento a maioria das pessoas não trabalha por salários e que muitos pobres trabalham por conta própria na agricultura ou em pequenas empresas familiares. Isto porém não quer dizer que se invista menos em educação. Agricultores mais instruídos têm mais facilidade para adotar tecnologias novas. Quase todos os estudos sobre produtividade agrícola mostram que os agricultores mais instruídos obtêm da terra um rendimento maior. Um estudo acerca da África revela que agricultores com quatro anos completos de curso primário — o mínimo para saberem ler e escrever — produzem em média 8% mais do que agricultores que nunca freqüentaram a escola. Saber ler e conhecer aritmética são considerados os conhecimentos básicos. O fato de a escolarização aumentar substancialmente a produtividade agrícola é confirmado por estudos feitos na Coreia, Malásia e Tailândia.

Um número cada vez maior dos pobres do mundo em desenvolvimento emprega-se no setor não-agrícola não-assalariado. A atividade é exercida, na maioria das vezes, na economia informal. Nem todos os que se dedicam a tais atividades são pobres, mas muitos daqueles que trabalham por conta própria pertencem aos segmentos mais pobres da sociedade, e a maior parte de sua renda familiar provém da atividade no setor informal.

Há muito poucos estudos sobre os efeitos da

educação na produtividade do setor informal. Os poucos que existem mostram que há benefícios. Os indivíduos com mais instrução têm mais opções de trabalhar por conta própria e podem escolher a alternativa que dê mais lucro (como por exemplo o comércio moderno ao invés do artesanato tradicional). Na maioria dos subsectores, ganha-se mais por hora em proporção aos anos de instrução que se tenha, da mesma forma que ocorre no setor assalariado. Os efeitos específicos variam segundo o tipo de atividade e por vezes diferem caso se trate de homens ou de mulheres. No Peru, estima-se em 33% o retorno que advém de cada ano completo de instrução primária, no caso de mulheres que trabalham por conta própria no setor têxtil varejista. A instrução posterior ao curso primário dá mostras de oferecer um retorno relativamente alto, de 14%, para homens que trabalham no setor de serviços. De acordo com um estudo sobre as pequenas e médias empresas colombianas, a experiência de que o empresário já dispõe — capacitação, instrução e empregos anteriores — influencia muito a eficiência técnica e a lucratividade das empresas.

É óbvio que se as crianças pobres receberem instrução terão muito mais chances de deixar de ser pobres. A mão-de-obra é um recurso escasso; por isso, qualquer pobre em boas condições físicas pode contar com seu trabalho; tornar esse trabalho mais produtivo é sem dúvida o meio mais eficaz de combater a pobreza.

Outras vantagens da educação

Como arma na luta contra a pobreza, porém, a instrução faz muito mais do que aumentar a produtividade da mão-de-obra. A mortalidade infantil abaixo dos cinco decai 9% para cada ano de instrução que a mãe recebeu. Excluindo-se outros fatores, as crianças cujas mães são mais instruídas tendem a ser mais saudáveis. Já o efeito da instrução sobre a fecundidade parece mais complicado. Nos níveis inferiores de educação, alguns anos a mais de instrução podem de fato aumentar a fecundidade. Depois, há um forte efeito negativo. A instrução tem papel central naquilo que o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1980* chama de “teia sem costuras de inter-relações” de serviços sociais.

Saúde, nutrição e produtividade

Os efeitos de uma saúde e de uma nutrição melhores sobre a produtividade são menos bem docu-

mentados que os efeitos da educação. Mas um número crescente de estudos mostra efeitos positivos sobre a produtividade agrícola, sobretudo no caso de atividades a que se dedica a maioria dos pobres. Graças a uma nutrição melhor, aumentou a produtividade dos que trabalham nos canaviais da Guatemala. Na Indonésia, a produtividade dos trabalhadores que receberam suplemento de ferro durante dois meses aumentou de 15 a 25%. A maior ingestão de calorias em Serra Leoa elevou bastante a produtividade dos agricultores. Em estudo acerca da Índia, ficou demonstrado haver um forte vínculo entre os salários de pessoas que trabalham eventualmente na agricultura e a relação peso-altura (medida do estado nutricional por um curto período). Segundo outro estudo, o efeito se fazia sentir principalmente no auge do ciclo agrícola, a época da colheita, que requer mais energia. Estimativas feitas para o Sri Lanka mostram que a ingestão de calorias tem efeito muito positivo sobre os salários reais.

Nutrição e aprendizagem

Assim como a instrução dos pais se reflete positivamente na nutrição dos filhos, uma nutrição melhor torna a criança mais apta a aprender. Estudos realizados em vários países em desenvolvimento (China, Índia, Quênia e outros) mostram, todos eles, que uma nutrição deficiente (carência protéico-energética) tem relação com notas mais baixas em testes de conhecimentos e com um desempenho escolar mais fraco. Um estudo acerca da Indonésia revelou que a deficiência de iodo reduzia a capacidade de aprendizado das crianças entre nove e 12 anos. A deficiência de ferro deixa as crianças menos atentas, o que também afeta a aprendizagem. Na Tailândia, quando as crianças começaram a receber suplemento de ferro, as notas melhoraram. Durante muito tempo, relacionou-se a carência de vitamina A à cegueira e a casos mais graves de sarampo; uma carência menos acentuada afeta o crescimento, inclusive o cerebral.

Isto quer dizer que são intrinsecamente importantes as vantagens que traz à saúde a ingestão adequada de proteínas, elementos energéticos e micronutrientes. Graças ao impacto positivo da saúde e da nutrição sobre a produtividade, o investimento nessas áreas também contribui para reduzir a pobreza. E para que se obtenha o máximo de benefícios da educação, é preciso que os alunos recebam a nutrição adequada. Os governos podem tomar várias providências, nenhuma delas onerosa. Fornecer cápsulas de vitamina A duas

vezes por ano e doses de iodo de três em três anos ajudaria muito a eliminar os problemas de nutrição das crianças em idade escolar.

Pobreza e aumento populacional

De várias maneiras a pobreza leva ao aumento populacional acelerado, que por sua vez gera mais pobreza. Salários baixos, em especial para as mulheres, assim como instrução deficiente e mortalidade infantil elevada — fatores, todos esses, relacionados à pobreza — propiciam altos índices de fecundidade e conseqüentemente um rápido aumento populacional. Um dos melhores meios de reduzir a fecundidade é dar mais instrução às mulheres. Se as mulheres puderem receber melhores salários, a fecundidade baixará e haverá outras vantagens. Se as mulheres trabalham fora, os pais verão que não precisam ter tantos filhos homens para sustentá-los na velhice; e se as mães recebem salários razoáveis, será relativamente alto o custo de oportunidade de ter mais um filho.

Há uma estreita ligação entre a mortalidade infantil elevada e a fecundidade elevada. Estudos acerca de países muito diferentes, como Colômbia, Egito e Índia, mostram que os casais que perderam um filho pretendem vir a ter mais filhos do que os casais que não passaram por tal experiência. A redução da mortalidade infantil é uma etapa necessária para se baixar a fecundidade.

Fica assim bem estabelecido o vínculo que leva da pobreza (salários baixos, pouca renda, taxas altas de mortalidade) à fecundidade elevada. E como a pobreza é afetada pela alta fecundidade e, de modo mais geral, pelo rápido aumento populacional? No nível nacional, a relação não é simples. A curto prazo, se a população aumentar haverá, quase por definição, menor crescimento de renda *per capita*; a longo prazo, porém, havendo mais trabalhadores produtivos, o crescimento poderá ser acelerado. Vale dizer também que alguns países — em especial no Ocidente — necessitam de um aumento populacional mais rápido, até mesmo para manter o atual desempenho econômico.

Mas há um aspecto negativo: em muitos países onde a fecundidade é alta, cerca de 45% da população têm menos de 15 anos, o que exige muito das escolas. No mundo em desenvolvimento, os gastos com educação são muito menores que nos países industrializados e além disso os escassos recursos têm de destinar-se a uma parcela muito maior da população. Via de regra, os pobres são os últimos da fila, da mesma forma que em outros setores como atendimento médico e abastecimen-

Box 5.3 Maternidade sem riscos

Em muitos países em desenvolvimento, a gravidez e o parto respondem por mais de 25% de todas as mortes de mulheres em idade de procriar. Cerca de meio milhão de mulheres, 99% delas no mundo em desenvolvimento, morrem durante o parto a cada ano (ver Figura de box 5.3). De cada 100 mil mulheres que dão à luz na África, 200 a 1.500 estão sujeitas a morrer, em comparação com menos de 10 na maioria dos países desenvolvidos. Em contraposição, de cada 100 mil mulheres africanas que tomam pílulas anticoncepcionais durante um ano, talvez somente uma venha a morrer. Cerca de três quartos das mortes maternas devem-se a uma de cinco causas: hemorragia, infecção, toxemia, obstrução do parto e aborto (especialmente abortos arriscados, realizados por pessoal sem treinamento e em condições anti-higiênicas). Uma vez que, em muitos países em desenvolvimento (e especialmente nas regiões mais pobres), as mulheres tendem a ficar grávidas com frequência, a probabilidade de morrer em decorrência da gravidez, acumulada durante toda uma vida, pode chegar a 1:20. A maior parte dessas mortes maternas poderia ser evitada através de medidas relativamente baratas e simples.

As condições de saúde e alimentação da mulher afetam substancialmente sua capacidade de suportar dificuldades durante a gravidez, o parto e a fase pós-puerperal e produzir um bebê saudável, amamentá-lo e cuidar dele. A maioria das mulheres grávidas nos países em desenvolvimento sofre de anemia, e muitas mães adolescentes nem sequer atingiram o pleno crescimento. As mulheres

poderiam ajudar-se a si próprias se dispusessem de informações básicas sobre nutrição e saúde. Melhores condições de renda, educação, saúde e nutrição femininas poderiam reduzir grandemente a mortalidade e morbidade maternas.

As informações e serviços de planejamento familiar podem também melhorar as condições de saúde materna, permitindo à mulher escolher a ocasião em que vai ficar grávida, bem como o intervalo entre uma gravidez e outra. Em muitos países, 25 a 40% dos óbitos maternos poderiam ser evitados se os casos de gravidez indesejada fossem impedidos. Os três elementos essenciais são a prevenção de complicações, tratamento rotineiro e apoio para casos de emergência de alto risco. Os programas existentes poderiam ser melhorados de modo a enfatizar:

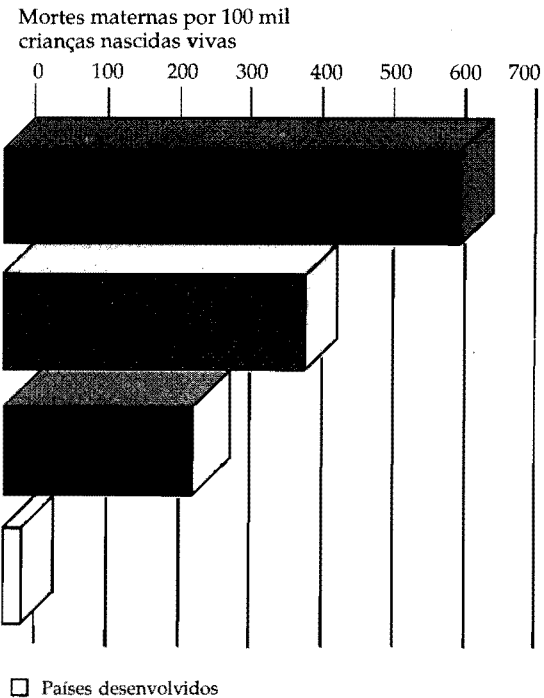
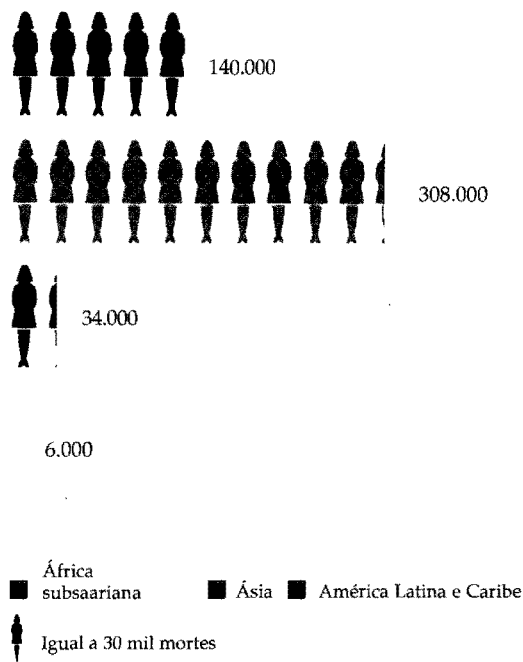
- *Melhor atendimento médico comunitário*, à base de agentes sanitários não-médicos, para examinar mulheres grávidas, identificar os casos de alto risco e encaminhá-los para a devida assistência; oferecer boa assistência pré-natal e assegurar que as mulheres em menor risco tenham um parto seguro; oferecer instrução sobre vida familiar e serviços de planejamento familiar; e, de modo geral, promover melhor saúde e nutrição familiar.

- *Melhores instalações de atendimento*—hospitais e centros de saúde equipados com leitos—que possam atuar como rede de apoio capaz de atender partos complicados e emergências obstétricas e oferecer métodos clínicos e cirúrgicos de planejamento familiar.

- *Um sistema de "alarme" e transporte* para transferir, da comunidade para as instalações de atendimento, os casos de gravidez de alto risco e de emergência.

Figura de box 5.3 Estimativa do total anual de mortes maternas, por região

Meio milhão de mulheres morrem anualmente durante o parto.



to de água. Logo, sendo necessário investir em capital humano para diminuir a pobreza, essa tarefa será muito mais difícil em vários países pobres, devido ao rápido aumento populacional.

Tal aumento é prejudicial também ao mercado de mão-de-obra. Não que o rápido crescimento da mão-de-obra leve necessariamente ao desemprego e à pobreza: havendo investimento adequado de capital, uma economia em expansão pode absorver mais mão-de-obra e até mesmo depender dela. Mas a maioria dos países investe pouquíssimo no sentido de absorver o aumento populacional de 3 a 4% ao ano. Como seria de esperar, o resultado são salários baixos e pobreza crescente.

No nível das famílias, a fecundidade elevada é prejudicial à saúde das mães e dos filhos. A mãe se debilita pelo pequeno intervalo entre uma e outra gravidez; as condições precárias da saúde da mãe afetam a saúde da criança, tanto por ocasião do nascimento como durante os primeiros anos de vida, que são críticos. Serviços de planejamento familiar constituem uma das políticas de maior eficácia para melhores condições de saúde.

Planejamento familiar

O fato de ter muitos filhos é um risco para as mães e vem agravar os problemas da pobreza (Box 5.3). A maioria dos países em desenvolvimento reconhece que é importante reduzir o aumento populacional. Uma fecundidade mais baixa não é um fim em si mesmo, mas dá mais eficácia a outros procedimentos adotados para se conseguir maior bem-estar geral. Prestar serviços de planejamento familiar é o meio mais direto de baixar a fecundidade, embora também contribuam para esta meta a redução da mortalidade infantil, uma instrução melhor e melhores oportunidades de trabalho para as mulheres. Continua havendo correlação entre as políticas apropriadas: as mulheres mais instruídas utilizam mais os contraceptivos modernos (quando disponíveis) do que as mulheres sem instrução.

Muitos países praticamente não dispõem de serviços de planejamento familiar, apesar da aparente demanda. Em Gana, por exemplo, 20% das mulheres que vivem em áreas rurais e 28% das que vivem em cidades declaram não quererem mais filhos. No entanto, menos de 7% das mulheres dispõem de serviços modernos de planejamento familiar. O índice de fecundidade em Gana é 6,4. Já na Indonésia, cerca de metade da população feminina não quer ter mais filhos, e 44% das mu-

lheres têm acesso a serviços de planejamento familiar. O índice de fecundidade na Indonésia é 3,3.

Quando foram adotados programas de planejamento familiar, o número de nascimentos diminuiu. Em Cingapura, Coréia e Costa Rica, por exemplo, os índices de natalidade caíram entre 35 e 48%, no período 1965-85. Contudo, não convém desprezar outros fatores que fazem esses índices baixarem. Nas economias em rápido desenvolvimento observa-se um pequeno declínio no número de nascimentos, mesmo sendo precários os programas de planejamento familiar. Mas nos países mais pobres (como Índia e Indonésia), há necessidade de programas firmes de planejamento familiar, a fim de desacelerar o aumento populacional.

Serviços à disposição dos pobres

Para que os pobres tenham acesso aos serviços sociais, é preciso um empenho verdadeiro, que se reflita na infra-estrutura e na organização dos setores sociais, bem como em seu financiamento. Muito ensinou a experiência de décadas, em países cujos níveis de desenvolvimento e necessidades diferem.

Infra-estrutura e organização

O que mais impede o acesso dos pobres aos serviços de saúde e educação é a falta de infra-estrutura física, sobretudo nas áreas rurais. A tendenciosidade pró-urbana na prestação desses serviços reflete-se tanto na quantidade como na qualidade. A evidente carência de serviços impõe a contínua expansão de serviços adequados, especialmente clínicas e escolas primárias em áreas rurais. Os pobres sem dúvida seriam beneficiados. Para melhorar a qualidade, são necessários mais recursos, um uso mais criterioso dos recursos disponíveis e mais responsabilidade administrativa.

EDUCAÇÃO. Nos países de renda média, os governos de modo geral conseguiram construir escolas e treinar professores em número suficiente para possibilitar a universalização da instrução primária. Mas muita coisa ainda precisa ser feita nos países de baixa renda. No Butão e no Mali, por exemplo, a capacidade líquida de escolas primárias ainda é de apenas 20%, o que corresponde aproximadamente aos índices líquidos de matrículas. Como a perspectiva desses países é de crescimento econômico lento e aumento popula-

cional acelerado, será preciso um grande esforço para conseguir criar uma infra-estrutura capaz de assegurar educação primária universal em futuro próximo. Nesses países, a maioria das famílias tem rendas baixíssimas, e assim é necessário que a educação seja pública.

Mas em certos países o setor privado também poderá atuar no sentido de um acesso maior à educação. Em 1979, o Paquistão revogou a decisão de nacionalizar, que adotara em 1970, e voltou a permitir o funcionamento de escolas particulares. O sistema educacional expandiu-se rapidamente, sobretudo nos níveis mais elementares. Na região de Carachi, 25% das matrículas do curso primário (em 1985) foram feitas em instituições particulares de ensino. Mas dificilmente os pobres frequentarão tais colégios, em virtude das mensalidades relativamente altas. Contudo, se a procura for maior que a oferta e houver grandes restrições orçamentárias, o governo contará mais com o setor privado para poder dedicar à educação dos pobres uma proporção maior de seus recursos escassos.

De modo geral, também nos países de renda média a educação primária continuará predominantemente a cargo do setor público, ainda que o setor privado passe a colaborar mais. No Chile, o sistema educacional foi reformado em 1980/81, quando teve início uma política de fomento à educação particular, custeada em parte com financiamento público. A meta era melhorar a qualida-

de do ensino e aumentar o número de matrículas. O governo, por meio de um sistema de pagamento por aluno, incentivou o setor privado a oferecer instrução, forçando assim as escolas públicas a competirem pelos alunos. Transferiu-se às municipalidades a responsabilidade da instrução pública primária e secundária, e às organizações não-lucrativas do setor privado as escolas profissionalizantes, na esperança de adequar melhor as escolas às exigências do mercado de trabalho. Os recursos do Ministério da Educação são alocados às escolas públicas com base nos índices de matrícula e de evasão escolar. Iguais subsídios recebem as escolas particulares que forneçam instrução gratuita. Foi difícil implementar as reformas — durante a crise econômica de 1982/83 as transferências monetárias tiveram de ser suspensas. Mas nas escolas primárias particulares subsidiadas o número de matrículas dobrou entre 1980 e 1987 — e passou de 29% em 1974 a 38% em 1986 — a proporção dos subsídios à educação destinados à parcela de 30% dos alunos mais pobres.

No entanto, não basta expandir o sistema educacional. Em muitos países, também é preciso aperfeiçoar o currículo; as escolas precisam de mais livros didáticos; é preciso treinar melhor os professores, dedicar mais tempo ao aprendizado de técnicas básicas, dar aos professores melhores salários e melhores condições de trabalho. Os administradores de escolas devem dispor de mais auto-

Box 5.4 Programa comunitário de assistência médica e alimentação infantil na Colômbia

Calcula-se que 25% da população da Colômbia vivam abaixo do nível de pobreza. Nas cidades, o pior tipo de pobreza é aquele que atinge desproporcionalmente as crianças, as quais ficam expostas à desnutrição, doenças, abandono, isolamento e violência. Para resolver esses problemas, o governo colombiano e as ONGs locais desenvolveram um sistema de assistência médica para crianças em idade pré-escolar, que inclui um programa de alimentação e supervisão de saúde.

O grupo visado — crianças de dois a seis anos de idade e respectivos pais — pertence quase todo aos 20% mais pobres da população. Um grupo de pais escolhe uma “mãe comunitária” para prestar, em sua própria casa, atendimento diário e outros serviços a 15 crianças. Com a ajuda do Instituto Nacional de Bem-Estar Familiar, a mãe comunitária recebe treinamento, um pequeno estipêndio mensal e crédito que lhe permite melhorar a casa, garantindo um mínimo de condições de higiene e segurança. Além disso, o Instituto fornece alimentos, inclusive um suple-

mento nutricional produzido domesticamente, a fim de atender a 80% das necessidades diárias de cada criança. Há grande procura desse serviço, que começou a ser prestado em grande escala em 1987 e, em fins de 1989, havia atendido meio milhão de crianças. Seu objetivo é atingir todas as crianças expostas a risco — mais de um milhão delas — até 1994.

As crianças participantes têm melhor alimentação, melhor atendimento e mais horas de atividade de aprendizagem pré-escolar. As mães comunitárias beneficiam-se com a renda adicional; e os pais — muitas vezes, os chefes de família são mulheres solteiras — ganham a oportunidade de procurar emprego remunerado fora de casa. O custo do programa, de cerca de US\$11 mensais por criança, fica bem abaixo dos US\$33 mensais oferecidos às creches através dos centros do Instituto. Além disso, os subsídios do programa atingem mais diretamente os pobres; as creches em geral atendem a uma clientela de classe média e classe média baixa.

Box 5.5 Mirzapur, Bangladesh: abastecimento de água, saneamento e educação sanitária

Intensamente povoado e um dos países mais pobres do mundo, Bangladesh tem problemas endêmicos na área da saúde. A taxa de mortalidade infantil abaixo dos cinco foi de 204 por mil em 1980-85 — a mais alta da Ásia e uma das mais altas do globo. Doenças diarreicas são responsáveis por 29% das mortes de crianças de menos de cinco anos e por aproximadamente uma em cada cinco mortes em todos os grupos etários mais velhos. Sessenta por cento das crianças de menos de cinco anos sofrem de desnutrição, que varia de moderada a grave. Estes problemas se devem, pelo menos em parte, à má qualidade e má administração da água em Bangladesh, o que, por sua vez, tem a ver com a frequência das enchentes.

Nas zonas rurais, mais de 82% dos aldeões declaram beber água de poço, mas somente 12% utilizam-se dela para todas as necessidades domésticas. Isto significa que a vasta maioria ainda usa água superficial, contaminada por fezes, para outros fins, tais como banho e lavagem de utensílios e roupas.

Em 1984, o Projeto Inter-regional de Bombas Manuais, patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Banco Mundial, iniciou um estudo do impacto sobre a saúde do uso de bombas manuais para o abastecimento de água, de fossas sépticas e da instrução sanitária na região de Mirzapur, em Bangladesh. O projeto buscava incentivar a população a utilizar água de poço, em vez de água superficial, para fins domésticos, fornecendo-lhe um novo e mais eficiente tipo de bombas manuais Tara. Além disso, introduziu vasos sanitários.

Um dos importantes elementos do projeto era um programa de educação destinado a persuadir os habitantes das aldeias a usar as bombas de água para todas as finalidades domésticas, consumir mais água, armazená-la higienicamente e utilizar e preservar os novos vasos sanitários.

Foram fornecidas 148 bombas manuais Tara e 754 vasos sanitários — um para cada família. As aldeias contribuíram financeiramente para a aquisição do equipamento. Nos meses seguintes, as aulas sobre higiene foram complementadas por treinamento adicional e visitas domiciliares. Doze mulheres locais foram treinadas para a limpeza das fossas sépticas, recebendo cada uma US\$1,30 pela tarefa — muito menos do que o preço exigido por profissionais.

O projeto conseguiu atingir altas taxas de consumo de água de bomba manual. Os habitantes das aldeias passaram a usar e armazenar água mais higienicamente do que antes, e 90% dos vasos sanitários eram usados regularmente.

Vários levantamentos mediram o efeito do projeto sobre a saúde. No primeiro ano, a incidência de doenças diarreicas na área do projeto era semelhante àquela registrada em uma área de controle. Após a intervenção, a incidência de diarreia crônica era 40% menor nas aldeias do projeto do que na área de controle, e a incidência de disenteria infantil era 30% menor. Nos últimos dois anos de atividade, as crianças na área do projeto sofriam de diarreia durante uma média de 35 dias, contra 63 dias da área de controle.

ridade para controlar os recursos e assumir mais responsabilidades para com a comunidade local.

Certos procedimentos mais restritos às vezes conseguem atingir melhor os grupos menos favorecidos. Em Bangladesh, na região de Sharasti Upazila, vem funcionando desde 1982, custeado pela USAID, um projeto de bolsas de estudo para moças no curso secundário. Antes do início do projeto, 27% dos alunos da escola secundária do lugar eram do sexo feminino. Em 1987, esse percentual subira para 44. Graças ao projeto, também caiu muito o nível de evasão escolar de alunas — antes do programa, era de 15%; em 1987, foi de 4%. Nos anos 70, um projeto da Unesco no Nepal incluiu um curso de treinamento para professores, que visava a aumentar o número de professoras. Enquanto durou o programa, o número de moças matriculadas na escola passou de 13 a 29% do grupo nessa faixa etária.

SAÚDE. Geralmente cabe ao governo prestar a maior parte dos serviços de saúde. Em muitos países, porém, o setor privado também presta

alguns serviços, sobretudo de tratamento. Não há muitos argumentos a favor de que os tratamentos de saúde sejam incumbência exclusiva do Estado. Sem dúvida é necessária uma intervenção estatal maior, mas isto não quer dizer que todos os médicos e enfermeiros tenham de ser pagos pelo governo. As necessidades diferem de país para país, mas alguns princípios gerais se mantêm. Primeiro, deveria ficar sob a responsabilidade do governo aquilo que tivesse caráter de bem público (como pureza do ar e segurança no trânsito) ou trouxesse benefícios não só às pessoas como também às comunidades (como vacinação contra doenças transmissíveis). Segundo, a principal função do Estado na prestação de tratamento de saúde deveria ser a de fornecer serviços básicos naquelas regiões onde o setor privado tem pouca possibilidade de atuar. Terceiro, caso estejam funcionando sistemas privados, caberia ao governo assegurar o acesso dos pobres aos serviços essenciais. Isto quer dizer que em muitos países os governos deveriam continuar expandindo os serviços básicos, mas sua preocupação maior deveria ser a de garantir o

Tabela 5.1 Gastos com educação primária como percentual do PIB, 1985 e 2000

Região	1985	2000	
		(aos índices atuais de matrícula)	(matrícula universal)
África subsaariana	1,41	1,35	2,53
Leste asiático	1,42	0,60	0,60
Sul da Ásia	0,95	0,63	1,08
Leste Europeu	1,17	0,71	0,71
Oriente Médio e Norte da África	2,05	1,47	1,76
América Latina e Caribe	1,06	0,83	0,92

acesso dos pobres a esses serviços.

Um bom exemplo ainda é o Chile. Constava das reformas implantadas após 1974/75 a expansão dos serviços sanitários básicos, voltados principalmente para grupos vulneráveis, como mães com filhos pequenos. Para a cobertura ser mais ampla, recorreu-se a novos mecanismos de financiamento. O governo estimulou o setor privado a oferecer planos previamente pagos de seguro de saúde, a serem financiados por deduções na folha de pagamento. Foram adotadas taxas de usuário, com base na capacidade de pagar.

O aspecto mais importante das reformas foi talvez a decisão de descentralizar a responsabilidade da prestação de tratamento médico básico e de serviços de saúde pública. Os programas sanitários básicos de muitos países são planejados e implementados por administrações muito centralizadas. A construção de centros de saúde e o treinamento de funcionários da área sanitária podem ser administrados centralmente, mas a prestação de serviços exige administração descentralizada. Em 1980, um projeto local da USAID na Nicarágua, identificou, por meio de levantamentos, as necessidades locais e recorreu a comitês sanitários das aldeias para a construção de poços, banheiros e postos de saúde. Na Colômbia, associações de pais administram um programa de atendimento médico para crianças em idade pré-escolar (Box 5.4). Aldeões tailandeses ajudaram a construir poços e centros de nutrição. Numa aldeia de Bangladesh, as mulheres se encarregam da manutenção dos novos banheiros e sistemas de esgoto (Box 5.5). Com a assistência do UNICEF, ONGs femininas, na Indonésia, publicaram manuais de treinamento de sobrevivência infantil para 12 diferentes grupos religiosos. Em janeiro de 1988, cerca de 7 milhões de mulheres já podiam dispor desses folhetos, ao custo unitário de US\$0,10.

No Chile, vários serviços de saúde pública dei-

xaram de ser responsabilidade do governo central, passando para as municipalidades. As reformas não se completaram, mas a cobertura já é bem maior. Desde a realização das reformas, aumentou em 45% a capacidade de postos de saúde municipais, e em mais de 80% o número de horas de serviço nas áreas rurais. O empenho que o Chile vem demonstrando há muito tempo para melhorar seus serviços sanitários básicos já apresenta resultados. A mortalidade infantil caiu de 103 por mil, em 1965, para 21 por mil, em 1985; a mortalidade materna reduziu-se de 1,31 para 0,47%, no mesmo período.

A China é outro bom exemplo da importância da participação local na prestação de serviços sanitários básicos. Após ser adotado o sistema de responsabilidade econômica, entraram em colapso os sistemas rurais de seguro de saúde, cuja base eram as aldeias. As comunidades apresentaram vários esquemas para obter financiamento adequado para atendimento básico — desde organizações de acompanhamento de saúde, com seguro previamente pago, nas cidades maiores, até acordos de financiamento de postos de saúde nas aldeias, cujos lucros provinham da venda de medicamentos e do pagamento dos tratamentos.

Financiamento da saúde e da educação

Os recursos para os setores sociais vêm de fundos públicos. A demanda é cada vez maior: é preciso expandir os serviços básicos para atender aos pobres, e todos os serviços sociais enfrentam dificuldades, por causa do rápido aumento populacional em certas regiões e por causa do envelhecimento da população, em outras. Mas a oferta de recursos está diminuindo. É preciso examinar com cuidado as prioridades, em face do lento crescimento econômico, de sérias restrições orçamentárias e do fato de o governo ter de atender às necessidades de outros setores que não o social.

Se ao invés de se financiar serviços mais sofisticados se passar a financiar serviços sanitários básicos e educação primária, haverá ganhos tanto de eficiência quanto de equidade. Quando se recomenda essa mudança, não se nega a importância dos serviços mais sofisticados. Qualquer país que pretenda ser competitivo na economia mundial precisa ter políticas educacionais amplas, o que exige gastos em educação superior, ciência e tecnologia, e exige também a formação de profissionais capacitados. Os hospitais são parte essencial de um sistema equilibrado de atendimento

Box 5.6 Búfalos do planejamento familiar e festivais de vasectomia na Tailândia

É na Tailândia que funciona um dos mais bem-sucedidos e eficazes programas de planejamento familiar do mundo. O programa faz uso da mídia, de incentivos econômicos e participação comunitária para intensificar o uso da contracepção.

O surpreendente método empregado pelos tailandeses é um bom exemplo dos benefícios práticos imediatos da redução da fecundidade, com recurso a um misto de humor e audácia. O programa é administrado por uma ONG, a Associação para o Desenvolvimento Populacional e Comunitário (PDA), com o apoio do Ministério da Saúde Pública.

Os Serviços de Planejamento Familiar de Base Comunitária (CBFPS), nome do programa da PDA, foram iniciados em 1974 e hoje atingem mais de 16 mil aldeias e 17 milhões de pessoas — um terço da população do país. A mensagem básica associa o aumento populacional ao baixo padrão de vida, e o planejamento familiar a vantagens econômicas. Para transmitir essa mensagem, foi preciso derrubar certos tabus que proibiam o controle natal. Festivais e jogos de controle da natalidade, concursos de estouro de balões de camisinhas, rifas, feiras e cerimônias de casamento são algumas das oportunidades para promover, com alegria, o planejamento familiar.

No Dia do Trabalho e por ocasião do aniversário do

soberano, realizam-se maratonas de vasectomia. Em 1983, uma equipe de 40 médicos e 80 enfermeiras quebraram o recorde, realizando 1.190 vasectomias em um festival de 24 horas. Além disso, a PDA presta serviços de vasectomia gratuitos, cômodos e eficientes, tanto em clínicas quanto em unidades móveis. Entre julho de 1980 e junho de 1984, o total de vasectomias realizadas pela PDA chegou a 25.412.

Os participantes registrados do programa de planejamento familiar podem também alugar animais para arar os seus campos — os chamados búfalos do planejamento familiar — pela metade do preço normal. São incentivados a comercializar alguns dos seus produtos através da CBFPS, recebendo preços que são cerca de 30% superiores aos preços oferecidos por intermediários comuns, e adquirir fertilizantes e sementes a preços 30% inferiores aos das lojas locais. Nos termos de um programa semelhante, os aldeões que praticam a contracepção podem gozar de desconto no transporte de suas mercadorias para o mercado ou receber leitões de presente.

Em 1985, cerca de 60% de todos os casais tailandeses praticavam alguma forma de controle da natalidade. A taxa de fecundidade total caiu de 6,1 em 1965-70 para 2,8 em 1985, enquanto a média em países de renda média e baixa é 4,1.

médico, além de serem instituições de formação e pesquisa que treinam profissionais e geram novos conhecimentos. Mas essas considerações não justificam a utilização de serviços de alto nível como meios de transferência para que as verbas governamentais privilegiem os estudantes e os pacientes urbanos das classes média e alta. Uma reforma financeira que incluísse um recurso maior a mecanismos alternativos de financiamento, como crédito educativo e seguros de saúde, liberaria fundos que permitiriam expandir e melhorar os serviços básicos, e torná-los mais acessíveis aos pobres.

Muitas vezes justifica-se plenamente que o governo gaste mais com serviços sociais (sobretudo em detrimento de gastos militares). Em certos casos, isto é até necessário, como mostra a Tabela 5.1, que apresenta, em estimativa, o custo de se dispor de educação primária universal por volta do ano 2000. Como sugerem as projeções de aumento populacional e crescimento econômico, em muitas regiões será possível atingir essa meta alocando-se para o ensino primário o mesmo percentual do PIB alocado em 1985, ou mesmo um percentual menor. Na África, talvez se consiga um significativo aumento nos níveis de matrícula, mas para que se matriculem no curso primário todas as crianças que estiverem na faixa etária de frequentá-lo seria necessário um extraordinário esforço,

do qual teria de constar maior assistência externa. Sendo de 3,7% ao ano o crescimento do PIB, e havendo o aumento previsto de 3,4% ao ano na população entre seis e 11 anos, é preciso aumentar em 85% a parcela do PIB destinada à educação primária; assim, essa parcela passaria de 1,41% para 2,53%. Em outros países, fora da África, também será preciso gastar mais com educação e serviços sociais.

Mas também é possível ganhar muito de duas outras maneiras: (1) direcionar as despesas correntes para usos mais eficientes (privilegiando a educação primária mais que a secundária, e os postos de saúde das aldeias mais que os hospitais das cidades); e (2) envidando maiores esforços para recuperar os custos de alguns serviços.

Quais são as possibilidades de se cobrar pelos serviços? Índícios recentes mostram que a procura de tratamento médico é sensível ao preço, no caso dos pobres mais que no dos ricos. Logo, se este tratamento passar a ser cobrado (ou seu preço subir), os pobres serão os primeiros a abandoná-lo. Portanto os serviços de saúde das áreas pobres terão de ser muito subsidiados. Isto não quer dizer que o serviço seja gratuito; podem ser cobradas pequenas taxas nominais, em algumas áreas pobres. E em regiões menos carentes e nas áreas urbanas mais ricas justifica-se perfeitamente a

Tabela 5.2 Projeções de indicadores econômicos para 2000

Região	Índices líquidos de matrícula (%)			Mortalidade abaixo dos cinco (por mil)			Taxa de fecundidade total ^e	
	1985	Tendência		1985	Tendência		1985	2000
		a longo prazo ^a	a curto prazo ^b		a longo prazo ^c	a curto prazo ^d		
África								
subsaariana	56	86	46	185	136	153	6,1	5,4
Leste asiático	96	100	100	54	31	33	2,7	2,2
Sul da Ásia	74	88	100	150	98	83	4,7	3,4
Oriente Médio e								
Norte da África	75	94	95	119	71	65	5,1	3,9
América Latina e								
Caribe	92	100	100	75	55	32	3,6	2,5

Nota: Todos os dados são ponderados, exceto os da tendência a curto prazo da mortalidade infantil abaixo dos cinco. Todos os dados referentes a mortalidade são projetados para 2000-05.

a. Com base na tendência no período 1965-85.

b. Com base na tendência no período 1980-85.

c. Com base na tendência adotada pelas Nações Unidas.

d. Com base em 1975-80 até 1980-85. Só no caso do Sul da Ásia, 1970-75 até 1975-80.

e. A taxa de fecundidade total é o número médio de crianças que nascerão vivas por mulher, caso ela tenha filhos de acordo com os índices de fecundidade específicos de sua faixa etária. Com base em 1985-90 e 2000-05.

Fontes: Dados das Nações Unidas e do Banco Mundial, a não ser para a tendência a curto prazo da mortalidade infantil abaixo dos cinco, tirados de Hill & Pebley, 1988, e para a fecundidade, tirados de Bulatao, 1989.

cobrança de taxas mais elevadas, que podem gerar boas rendas. Também cabe considerar a cobrança de taxas no caso dos tratamentos (em especial hospitalares) cujas maiores vantagens são particulares; isto geraria mais recursos que seriam destinados à saúde pública e a cuidados preventivos.

Há também muitos indícios de que as pessoas estão dispostas a pagar pela educação superior. Com as taxas pagas pela instrução secundária e superior, obter-se-iam recursos para melhorar a qualidade da educação em geral e para expandir a educação primária, caso necessário. São menos definidos os efeitos das taxas sobre a demanda de educação primária. Se houver poucas escolas públicas, as escolas particulares podem cobrar taxas elevadas dos ricos. Mas se o objetivo for aumentar os índices de matrícula dos pobres, as taxas serão contraproducentes.

A transferência de recursos dos serviços de saúde mais sofisticados para os serviços básicos, assim como a cobrança de taxas àqueles que podem pagar são meios de transferir recursos dos ricos para os pobres. O que se justifica plenamente quando se tem por objetivo principal a redução da pobreza.

Criando a demanda

Mesmo que haja serviços sociais baratos ou gratuitos, talvez os pobres não os aproveitem por dois motivos. Podem não entender os benefícios que lhes são oferecidos, ou podem ter de arcar com outros custos — ir a um centro de saúde, por exemplo, significa perder horas de trabalho; man-

dar um filho à escola pode diminuir a renda familiar.

O planejamento familiar ilustra bem os motivos de os pobres não utilizarem serviços sociais. São necessárias campanhas de educação sanitária para explicar as vantagens de uma fecundidade mais baixa e para ensinar os diferentes métodos de controle da natalidade. Mas mesmo que existam serviços de planejamento familiar e que se compreenda o que eles explicam, as famílias podem não querer ter menos filhos. Se, por exemplo, o fato de ter menos filhos propiciar a cada filho uma instrução melhor, talvez as vantagens só venham a ser sentidas anos depois. No caso de o índice de aumento populacional ser mais acelerado do que seria conveniente do ponto de vista social, e isto devido a políticas nacionais, é preciso que os governos estimulem o planejamento familiar com mais incentivos privados. Em Cingapura, por exemplo, recorreu-se a incentivos fiscais e a políticas habitacionais para motivar as famílias a terem menos filhos. Na China, também se recorreu a bônus, ao acesso à educação e a vantagens habitacionais. Na Tailândia, os meios empregados foram a participação comunitária, ampliação da educação pública, campanhas de esterilização em massa, programas de desenvolvimento rural e benefícios diretos para as famílias com menos filhos (Box 5.6).

A educação de meninas é outro ponto a se considerar. A instrução feminina nos níveis primário e secundário gera retornos particulares e sociais pelo menos equivalentes aos da instrução de meninos. Mesmo assim, não é incomum os pais preferirem investir apenas na educação dos filhos

homens. As desigualdades que existem hoje poderiam diminuir se fossem tomadas medidas como aumentar o número de professores ou pagar aos pais para mandarem as filhas à escola (como se faz em Bangladesh). Mas para que seja eliminada a tendenciosidade (sensível em certas regiões do mundo) contra a instrução de meninas, serão necessárias políticas no sentido de ampliar a participação feminina no mercado de trabalho.

Lições para os próximos 10 anos

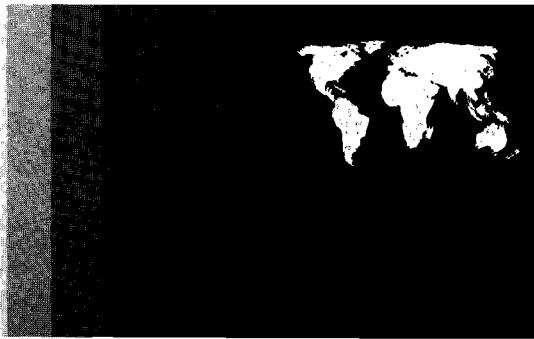
Nos últimos 30 anos, o mundo em desenvolvimento conheceu um enorme progresso nos campos da saúde, da nutrição e da educação. Este progresso chegou mesmo, em muitos casos, a ser bem mais acelerado que o do mundo hoje industrializado numa fase comparável de desenvolvimento. Mas o progresso não foi equilibrado. Os pobres dos países em desenvolvimento continuam analfabetos, doentes, desnutridos, e morrem cedo.

A se manterem as tendências iniciadas nos anos 60, ao final do século, a universalidade de matrículas no curso primário será um fato no Leste asiático e na América Latina. Os países do Oriente Médio e Norte da África estarão próximos disso; no Sul da Ásia e na África subsaariana, os índices de matrículas terão passado dos atuais 74 e 56% para 88 e 86%, respectivamente. Na África subsaariana, infelizmente, tal tendência de longo prazo estacionou e até mesmo se reverteu nos anos 80. A se manterem as tendências recentes, o índice de matrículas na África subsaariana, por volta do ano 2000, será de apenas 46%. Recentemente, o progresso acelerou-se no Sul da Ásia; é possível que por volta de 2000 se tenha chegado à universalidade das matrículas (Tabela 5.2).

A mortalidade infantil apresenta um quadro semelhante. Mantidas as tendências de longo prazo, haverá progresso em todas as regiões do mundo, mas na África subsaariana esta mortalidade abaixo dos cinco permanecerá alta caso não se altere a desaceleração dos anos 80. A experiência dos anos 80 leva a esperar progressos rápidos no Sul da Ásia, no Oriente Médio e Norte da África e também na América Latina. É provável que a fecundidade decaia em todas as regiões, mas na África subsaariana ainda será de 5,4 por volta do ano 2000.

O quadro é, pois, confuso. A longo prazo, a perspectiva é de progressos constantes; porém, experiências mais recentes mostram que em certos casos o progresso acelerou-se, e em outros se desacelerou ou se reverteu. Mesmo que prevaleçam as tendências de longo prazo, 36 países da África subsaariana, do Sul da Ásia e da América Latina ainda terão taxas de mortalidade infantil abaixo dos cinco 10 vezes mais altas que as do mundo industrializado. Ou seja, em 2000, morrerão quase 10 milhões de crianças com menos de cinco anos no mundo em desenvolvimento, pelas mesmas causas que matavam crianças em 1900.

Para evitar essa triste perspectiva é preciso que os governos, com a cooperação da comunidade internacional, empenhem-se em melhorar a longo prazo a infra-estrutura social que atende aos pobres. Os elementos fundamentais desse procedimento são evidentes. Primeiro, prestar os serviços básicos de que os pobres mais necessitam. Segundo, tornar mais eficazes os serviços já existentes. Dentro desses princípios, equidade e eficiência caminharão lado a lado. Assim, dar aos pobres melhores condições de vida tornar-se-á uma meta atingível — e o progresso já conseguido é um sinal do que se pode fazer no futuro.



Transferências e esquemas de segurança

As políticas examinadas nos Capítulos 4 e 5 não beneficiarão a totalidade dos pobres. Em primeiro lugar, certos pobres — como os que trabalham e os que vivem em regiões remotas — só colherão benefícios plenos dentro de muito tempo; outros — como os idosos e deficientes — talvez nunca venham a colhê-los. Em segundo lugar, mesmo entre aqueles que se beneficiam das políticas, sempre haverá alguns bem mais vulneráveis aos reveses. A melhor maneira de ajudar os pobres do primeiro grupo é criar sistemas de transferências de renda. Para ajudar os pobres do segundo grupo são necessários esquemas de segurança, ou seja, alguma forma de seguro de renda que dê assistência em caso de dificuldades e calamidades temporárias. Isto assume especial importância quando há ameaças à segurança alimentar, logo à sobrevivência.

Via de regra, mesclam-se nas intervenções governamentais elementos de redistribuição e de seguro. Este capítulo examina algumas políticas que se enquadram nas seguintes denominações:

- Distribuição e fixação de preços de alimentos
- Projetos de emprego público
- Seguridade social

Tais tópicos complementam as políticas examinadas em capítulos anteriores e são componente básico da estratégia global. No caso de alguns, o histórico é surpreendentemente longo (Box 6.1).

As pessoas, as famílias e as comunidades encontram meios para lidar com a pobreza. Pessoas e famílias alteram e estabilizam seu consumo, diversificam suas fontes de renda, migram, fazem e recebem transferências. Em vários lugares da África subsaariana, ser pobre equivale a não ter parentes nem amigos. Um mesmo termo identifi-

ca ambas as situações. No nível da comunidade, esses arranjos de “seguridade social” podem até ser muito sofisticados. Nas aldeias pesqueiras do Sul da Ásia, da África subsaariana e da América Latina, não é incomum a comunidade prover às necessidades de subsistência dos pescadores idosos ou das famílias de pescadores pobres cujo chefe tenha morrido. Os pescadores idosos costumam desempenhar tarefas relativamente fáceis, em terra, e permite-se que as crianças de famílias necessitadas apanhem alguns peixes de cada barco. Em certas aldeias do Senegal, uma parte determinada do produto da pesca é entregue aos pescadores aposentados. Não são apenas os pescadores locais que pagam esse “imposto”; pagam-no também pescadores migrados de outras localidades. Tais arranjos costumam ser possíveis nas comunidades pesqueiras devido à grande homogeneidade social.

Mas muitos pobres, e de modo especial aqueles de que tratamos neste capítulo, não ficam totalmente assistidos por essas estratégias. As pessoas que não têm condições de trabalhar dispõem de possibilidades limitadas para se protegerem. São também limitadas as possibilidades de as famílias que as sustentam elevarem as rendas familiares a níveis toleráveis. Há cada vez mais indícios de que se dissolvem os laços familiares e étnicos e de que se debilitam os sistemas de apoio comunitário em vários países em desenvolvimento. Além disso, certos arranjos que funcionam bem em épocas normais podem não funcionar quando são mais necessários. Unidades familiares pobres e vulneráveis, que mesmo nas melhores épocas vivem no limite da subsistência, têm sérias dificuldades para se protegerem quando ocorre uma série de choques. É a segurança que a comunidade pode

Box 6.1 Antecedentes históricos da ação governamental

A distribuição oficial de alimentos entre a população data de vários milhares de anos. No Egito, o armazenamento de alimentos pelo Estado, seguido de vendas subsidiadas e distribuição pública aos necessitados, existe desde o tempo dos faraós. Tidas como de responsabilidade moral dos governantes, essas medidas constituíam importante fator da manutenção da estabilidade social em tempos de crise resultante de escassez da produção interna, necessidades militares ou colapsos do comércio exterior. Na Roma e na Grécia antigas, a distribuição de uma ração de pão ou de cereais era feita somente em períodos de crise provocada por guerra ou instabilidade climática. Com o desenvolvimento dos sistemas rurais de transporte e irrigação e a melhoria dos sistemas de distribuição pública de alimentos, os governos vêm aumentando gradualmente sua capacidade de evitar a fome entre a população.

A geração de empregos pelo governo tem história igualmente longa como recurso na luta contra a pobreza. Já no século IV a.C., os governantes indianos sabiam que, por ocasião de uma calamidade natural, era necessário empregar os flagelados na construção de fortalezas ou obras hidráulicas em troca de alimentos. Mais tarde, o emprego em obras públicas veio a ser o principal elemento da estratégia da luta contra a fome na Índia, e tem-se mostrado eficaz. Na Europa dos séculos XVIII e XIX, os pobres recebiam ajuda se trabalhassem para o governo ou aceitassem viver em asilos miseráveis. Os ingleses da era vitori-

ana achavam esse método preferível às doações de caridade que, em sua opinião, induziam à preguiça. Talvez o uso mais significativo de obras públicas como forma de assistência foi a Works Progress Administration, que ofereceu emprego a um quinto do contingente de mão-de-obra dos EUA durante a Grande Depressão dos anos 30.

Na virada do século, a ajuda aos pobres consistia quase exclusivamente em doações de caridade e assistência, à base de rigoroso exame de necessidades, o qual estigmatizava quem as recebia. Essas formas de assistência foram sendo cada vez mais questionadas, por motivos morais, como humilhantes para os beneficiários, e as duas guerras mundiais e a Depressão geraram uma procura que elas não seriam capazes de satisfazer. O surgimento do moderno Estado industrial permitiu o desenvolvimento de sistemas formais de previdência social, com ampla cobertura, à base de contribuições de trabalhadores e empregadores. Aspecto importante dos novos sistemas era a pensão paga pelo governo aos idosos. Após a Depressão, surgiu o pagamento de uma ajuda aos desempregados. Depois da II Guerra Mundial, a cobertura tornou-se universal, adotando-se um tipo de salário-família e um nível mínimo de benefícios para os doentes, desempregados e idosos. A existência de sistemas garantidos de seguro, saúde pública, e adicional de renda vem oferecendo aos pobres, na maioria dos países desenvolvidos, um grau de segurança que continua a inexistir nos países em desenvolvimento.

oferecer depende, para ser eficaz, de as rendas locais serem afetadas simultaneamente. Vários choques não previstos, como flutuações graves na agricultura, deterioração das relações de troca e períodos de fome criam dificuldades para comunidades inteiras.

Logo, cabe ao governo dar assistência às famílias e comunidades em épocas de insegurança, como lhe cabe garantir níveis mínimos de abastecimento àqueles que não têm condição de ganhar com o processo de crescimento. Políticas eficazes são as que reconhecem o que fazem as pessoas e comunidades para se protegerem, e não apenas os limites do que podem fazer. As intervenções governamentais deveriam tentar fazer com que as pessoas participassem das soluções, ao invés de tratá-las como quem recebe passivamente a ajuda.

Transferências e esquemas de segurança governamentais

Os critérios para se avaliar alternativas de políticas são a eficácia em beneficiar os pobres e a complementação de outras políticas. No caso de muitos objetivos práticos, isto pode ser avaliado com base

na eficácia em termos de custos: o custo orçamentário de prestar determinados benefícios.

Geralmente os benefícios alteram o comportamento dos pobres e dos demais, o que afeta a eficácia em termos de custos. Por exemplo, um programa de emprego público cujo "alvo" são trabalhadores sem terra pode ter importantes efeitos secundários sobre os salários agrícolas locais; globalmente, o impacto do programa sobre as rendas dos pobres pode ser maior do que sobre os salários que os participantes recebem de empregos públicos. Foi o que se observou no caso de vários programas de emprego público no Sul da Ásia. Por outro lado, programas alimentares para crianças podem causar um impacto menor que o esperado, se o alimento for consumido por outros membros da família.

Na avaliação dos benefícios aos pobres, os governos têm de levar em conta o método de financiamento. Se as transferências forem financiadas pela emissão de dinheiro, a inflação subsequente acarreta uma perda talvez bem superior à transferência da renda nominal. Mas caso se lance mão da tributação progressiva para financiar determinada política, talvez se tenha um sistema bem mais

Box 6.2 Como a ação pública chega até os pobres

Seria ideal que a política do governo identificasse os pobres sem que isso gerasse custos, e direcionasse os benefícios unicamente para esses pobres. Na prática, os governantes precisam de informações sobre o padrão de vida de cada indivíduo, e a obtenção dessas informações pode ser altamente dispendiosa. A *verificação de posses* e outras formas de direcionamento têm seus custos sociais ou causam distorções por induzirem a mudanças de comportamento. No Reino Unido, a verificação de posses para benefícios suplementares exige uma complicada máquina administrativa para conferência e cadastramento. Nos países em desenvolvimento, a identificação da renda e dos bens é ainda mais difícil, especialmente nas zonas rurais, e os problemas administrativos são quase sempre desanimadores. De modo geral, a verificação de posses simplesmente não é viável nesses países.

Uma das alternativas é o *direcionamento por indicadores*, cuja idéia básica é simples. Os dados indicativos de pobreza são identificados a partir de levantamentos de amostragens ou outras informações, sendo os benefícios diretos distribuídos em conformidade com os mesmos. Geralmente é menos dispendioso identificar esses dados — os quais podem incluir zona de residência, posse de terra, condições de nutrição, sexo, idade e raça — do que aferir o nível de renda. Na Colômbia, certos planos de subsídio de alimentação conseguiram combinar o direcionamento geográfico com outro tipo de direcionamento baseado em

características específicas de cada família. O problema é que, embora fáceis de monitorar, os dados indicativos de pobreza costumam ser imperfeitos: alguns pobres são omitidos e certas pessoas que não são pobres podem receber benefícios. O direcionamento por indicadores pode também gerar o efeito de incentivo — por exemplo, pessoas que não são pobres podem migrar para as áreas visadas pelo programa. O desafio é encontrar indicadores de pobreza capazes de serem facilmente monitorados pelos administradores, mas que não possam ser facilmente alterados pelos não-pobres. Bons exemplos disso são o *status* de casta (na Índia), a viuvez e a idade avançada.

Uma boa maneira de planejar programas direcionados é fazer com que os benefícios sejam vinculados ao trabalho, como nos planos governamentais de emprego rural. Outra é subsidiar os produtos que constituem a cesta básica dos pobres. Essas medidas são chamadas de *auto-seletivas* porque (idealmente) o “custo” que impõem torna a participação indesejável para os que não são pobres. Por exemplo, o trabalho em troca de salário quase sempre inferior ao salário de outros trabalhadores não-qualificados geralmente não atrai os que dispõem de melhores empregos ou de outros meios de vida. Este método de triagem é um componente-chave dos planos de emprego dos governos de Bangladesh e da Índia. Geralmente, é mais eficaz, do ponto de vista de custos, adotar o autodirecionamento do que oferecer os benefícios de maneira uniforme.

redistributivo, ainda que haja benefícios tanto para os ricos como para os pobres. Não raro, os sistemas são financiados pela redução de gastos com outros programas sociais. O equilíbrio entre benefícios perdidos e ganhos determinará o efeito líquido a ser sentido pelos pobres.

Criar benefícios tomando os pobres como alvo pode ser um bom meio de se conseguir mais eficácia em termos de custos. No caso de a despesa orçamentária ser delimitada, os programas que direcionam benefícios para os pobres causam mais impacto sobre a pobreza do que os programas universais. Mas há exceções, que ocorrem quando esse direcionamento é administrativamente oneroso ou impõe aos pobres perdas substanciais (como deixar de ter renda por precisarem ficar em filas para receber comida). Um meio que talvez desse bons resultados seria usar incentivos como uma espécie de triagem, de modo a estimular a participação dos pobres e desestimular a dos que não são pobres (Box 6.2).

Na prática, o sucesso da intervenção governamental não depende apenas da eficácia em termos de custos. As necessidades de diferentes segmentos da população, bem como sua capacidade de exercer pressões, às vezes influem mais que os cálculos econômicos do governo. Uma boa esco-

lha da clientela-alvo, que leve em conta apenas a eficácia em termos de custos, pode diminuir o interesse público na implementação dos programas governamentais de assistência aos pobres. No final dos anos 70, por exemplo, o programa de subsídios universais à alimentação, no Sri Lanka, foi substituído por um programa de selos para alimentos, menos dispendioso. Com o tempo, o novo programa veio a gerar menos benefícios. As classes médias já não estavam sendo beneficiadas pelo programa, que, embora fosse mais eficaz em termos de custos, perdera um apoio político fundamental. A mesma coisa ocorreu na Colômbia: subsídios alimentares para consumidores pobres tiveram por alvo uma clientela tão pequena que não conseguiram consistência política, e foram extintos quando a administração mudou. A análise das políticas públicas tem de estar alerta para as considerações de economia política.

Políticas de distribuição e de preços de alimentos

Grande parte da renda dos pobres é gasta em alimento; os pobres são muito vulneráveis a qualquer dificuldade no sentido de obter alimento. Um modo de proteger o padrão de vida dos pobres é

Tabela 6.1 Distribuição da transferência anual de renda pelos subsídios a alimentos em geral, Egito, 1981/82

<i>Tipo de família e nível de renda</i>	<i>Montante da transferência (em libras egípcias)</i>	<i>Transferência como percentual da despesa familiar</i>
Urbanas		
Quartil mais pobre	15,4	8,7
Quartil mais rico	18,1	3,4
Rurais		
Quartil mais pobre	11,9	10,8
Quartil mais rico	15,2	2,7

Fonte: Alderman & von Braun, 1984; e Alderman, 1989.

garantir sua segurança alimentar — ou seja, fazer com que possam sempre adquirir alimento adequado. Nos países em desenvolvimento, foram adotadas várias formas de subsídio a alimentos: subsídios aos preços dos alimentos em geral, rações alimentares, selos para alimentos, políticas de distribuição de alimentos, programas de suplementação alimentar. Pode-se adotar tais políticas para elevar as rendas reais dos beneficiários diretos; essas políticas também constituem um esquema de segurança que protege um grupo maior de pobres contra quedas de suas rendas reais.

Subsídios ao preço de alimentos em geral

Estes subsídios fornecem, a quem queira comprar, quantidades não limitadas de alimento subsidiado. Este tipo de subsídio foi adotado no Brasil, na China, na Colômbia, no Egito, no Marrocos, no México, no Paquistão, no Sudão, no Sri Lanka (antes de 1979), na Tailândia e na Tunísia. Os custos variaram de menos de 1% do total da despesa pública, na Colômbia, em 1978-80, até 10-17%, no Egito, entre meados dos anos 70 e 1984. O caso do Egito ilustra bem algumas vantagens e desvantagens do sistema.

O programa egípcio de subsídios a todos os alimentos foi dispendioso, mas conseguiu beneficiar os pobres. O valor de transferência representou uma porção considerável da despesa total dos grupos urbanos e rurais mais pobres — respectivamente 8,7 e 10,8%, em 1981/82 (Tabela 6.1).

Esses programas têm em comum o fato de a alocação *per capita* ser maior para os ricos do que para os pobres, embora a quantia muitas vezes corresponda a uma parcela menor de renda. No Egito as unidades familiares urbanas do quartil mais elevado receberam 18,1 libras egípcias (o equivalente a 3,4% dos gastos familiares) o que se compara a 15,4 libras egípcias e 8,7% dos gastos

familiares das famílias urbanas do quartil mais baixo. Todos os benefícios que os não-pobres recebem aumentam o custo orçamentário de reduzir a pobreza. Na verdade, para que os pobres recebam subsídios razoáveis, os subsídios em geral se tornam muito caros. No Egito, apenas 20 cents de cada dólar gasto chegam aos que integram o quartil mais baixo.

No Egito, a parte principal da transferência de subsídios aos preços se dá por meio dos subsídios ao pão e à farinha de trigo vendidos em padarias e armazéns. Uma das vantagens de subsidiar os alimentos em geral é facilitar o gerenciamento. A maioria dos produtos subsidiados pode ser vendida no mercado privado, dispensando assim o governo de participar da distribuição. Os custos de transferência podem ser contidos mediante a administração central do mecanismo de preços e baixos investimentos em infra-estrutura. Contudo, em vários países os subsídios aos preços em geral não chegam a beneficiar inúmeros pobres. As lojas que vendem produtos subsidiados costumam concentrar-se em áreas urbanas, quer deliberadamente, quer porque os canais de mercado não passam pelos consumidores rurais. Para que os preços subsidiados possam diminuir a pobreza rural, é preciso que os consumidores das áreas rurais tenham acesso aos mercados.

É mais fácil beneficiar os pobres subsidiando apenas produtos que são consumidos principalmente por eles e que representam parte significativa de seus gastos com alimentação. Nem sempre há disponibilidade desses produtos e nem sempre é fácil subsidiá-los. Mas há exemplos. No Egito, os grupos de baixa renda foram os mais beneficiados com os subsídios à farinha de qualidade inferior. No Brasil, seria mais fácil beneficiar os pobres caso se subsidiasse a mandioca, e não o trigo, o leite, a carne bovina e os óleos vegetais, produtos consumidos principalmente por segmentos populacionais de renda mais alta. A distribuição do produto em diferentes setores é também influenciada pela preferência. No México, por exemplo, é subsidiado o consumo de *tortillas* de milho. Mas como as lojas que vendem *tortillas* concentram-se em áreas urbanas e quem compra as *tortillas* são os consumidores urbanos, pois quem mora no campo as prepara em casa, o subsídio apresenta uma tendência urbana. No Egito, o subsídio ao pão beneficia mais os pobres das cidades que os do campo, embora no caso do subsídio ao trigo se verifique o inverso.

Se o governo souber quais são as áreas habitadas por pobres, é possível fazer com que os subsídios

Tabela 6.2 Distribuição da transferência mensal pelos subsídios a alimentos, Sri Lanka, 1978/79

<i>Subsídio e nível de renda familiar</i>	<i>Montante da transferência (em rupias)</i>	<i>Transferência como percentual da despesa per capita</i>
Subsídio geral a trigo e pão		
Quintil mais pobre	4,3	7,6
Quintil mais rico	7,8	3,8
Rações de arroz para clientelas-alvo		
Quintil mais pobre	11,1	19,6
Quintil mais rico	3,3	1,6

Fonte: Edirisinghe, 1987; e Alderman, 1989.

aos preços os beneficiem mais. O Sistema Piloto de Subsídio aos Preços de Alimentos, adotado nas Filipinas, é um exemplo de como conseguir maior eficácia em termos de custos, mediante subsídios aos preços ao consumidor e a escolha de clientelas por critérios geográficos. Pelos relatórios antropométricos do Conselho Nacional de Nutrição, foi possível identificar aldeias pobres com altos índices de subnutrição infantil. Selecionaram-se sete aldeias onde teriam desconto os preços do arroz e do óleo de cozinha — produtos, ambos, que representam grande parte dos gastos com alimentação. Os produtos foram postos à venda em estabelecimentos varejistas locais, onde qualquer aldeão podia comprá-los. Graças a esse programa, as condições de nutrição melhoraram, tanto para as crianças em idade pré-escolar como para os adultos. A iniciativa foi muito eficaz em termos de custos, tendo sido transferidos 84 *cents* por dólar gasto. Mas não se incluem aí os custos da monitoração do crescimento extensivo, que têm de ser levados em conta na determinação da eficácia global em termos de custos. Poucos países dispõem dos sistemas nacionais de aferição de nutrição necessários para que tais esquemas funcionem.

Subsídios a alimentos racionados

Como alternativa a subsídios generalizados, pode-se oferecer às famílias cotas ou “rações” de alimento subsidiado, que têm venda livre e ilimitada no mercado. Programas assim são ou foram postos em prática no Egito e no Sul da Ásia (Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka). Assim como a transferência de renda, o sistema de rações garante a oferta regular de alimentos básicos a preços razoáveis. Dentro de um sistema generalizado de rações, a transferência absoluta não difere de um para outro grupo de renda. Portanto, as rações tendem a funcionar melhor que os subsídios a

alimentos em geral. Dentro do sistema de subsídios a alimentos em geral, adotado no Egito, a transferência absoluta para o quartil mais rico das áreas urbanas foi 20% maior do que a recebida pelo quartil mais pobre; no sistema de rações, os ricos receberam 5% menos que os pobres.

O sistema de rações de arroz, que funcionou no Sri Lanka entre 1942 e 1978, teve grande impacto sobre a pobreza, por terem sido muitos os benefícios auferidos pelos pobres e por terem sido cobertas diferentes categorias de pobres. Em 1978, o governo restringiu a distribuição à metade mais pobre da população, a fim de reduzir os custos. O esquema é comparável ao subsídio ao trigo e ao pão em geral, no mesmo período. Como mostra a Tabela 6.2, a ração reduzida de arroz beneficiou mais os pobres, tanto em termos absolutos como em relação à renda. Logo, desde que seja dada aos pobres a cobertura adequada, as rações destinadas a uma determinada clientela representam um avanço tanto sobre subsídios gerais como sobre rações ilimitadas.

A distribuição de cereais através de lojas que vendem barato, adotada em certos estados indianos, mostra um padrão semelhante de transferências. Em 1977, a faixa dos 60% mais pobres da população de Kerala recebeu 87% dos cereais distribuídos. Kerala foi o único estado da Índia a ter uma distribuição equitativa de rações entre as populações rurais e urbanas. Em outras localidades indianas, assim como em outros países, inclusive Bangladesh e Paquistão, os sistemas de rações beneficiaram desproporcionalmente os consumidores urbanos, apesar de no Sul da Ásia a pobreza ser um fenômeno predominantemente rural.

Tal como os subsídios em geral, os sistemas de rações costumam ter cobertura limitada, devido não só à ausência de infra-estrutura e de cadeias varejistas necessárias à sua implementação nas regiões rurais, mas também ao desejo de não prejudicar os incentivos à produção. Geralmente falta também vontade política de dar assistência aos pobres das áreas rurais. Para assegurar a grandes segmentos da população rações básicas durante muito tempo, o governo arca com um pesado ônus, tanto em termos de capacidade administrativa como de custo.

Não raro, programas anteriores de rações foram criados com vistas a objetivos políticos e quase nunca tinham como alvo os mais necessitados. Mas é possível incluir nos sistemas de rações um certo selecionamento ou um direcionamento melhor, sem muitos custos. As lojas que vendem rações podem localizar-se, estrategicamente, em

áreas pobres. As rações podem ser pequenas, de modo a estarem ao alcance de famílias pobres que não disponham de muito dinheiro. Nas lojas que vendem rações e ficam em favelas, o custo de oportunidade de comprar quantidades limitadas é maior para os ricos do que para os pobres. Dentro de um programa adotado no Nordeste do Brasil, lojas situadas em localidades pobres vendiam pequenas quantidades de alimentos básicos subsidiados; deste modo, pessoas que moravam em outros lugares não vinham comprar, não só pela localização das lojas, mas também porque só eram vendidas quantidades pequenas. Por outro lado, os produtos subsidiados são de qualidade inferior à dos produtos vendidos no mercado. Este método foi adotado no Paquistão, a fim de direcionar para os grupos de renda mais baixa (aos quais se destinava) todos os benefícios do sistema de rações implantado no país antes de 1987. Em Bangladesh, foi possível direcionar melhor os programas mediante uma possibilidade de optar por trigo ou por uma quantidade maior de sorgo. As famílias mais pobres tendiam a preferir o sorgo, e assim era maior o impacto global do programa de nutrição.

Selos para alimentos

O programa de selos para alimentos tem semelhança com o sistema de rações; mas a cota é avaliada em termos de unidades nominais da moeda, e não do peso ou do volume do produto. Isto quer dizer que a inflação dos preços pode defasar o valor do selo. Geralmente, os selos, mais que as rações, podem ser direcionados aos grupos necessitados.

Ao enfrentar a crise fiscal, no período 1979/80, o Sri Lanka substituiu tanto seu sistema de subsídio aos alimentos em geral (que já durava 40 anos) como seu sistema de rações por um programa de selos para alimentos. O total de transferências foi menor e a redução da máquina administrativa gerou poupanças substanciais. O alvo dos programas de selos para alimentos (e também para que-rosene) eram famílias que declaravam ter rendas inferiores a 300 rupias por mês — aproximadamente 50% da população. Por volta de 1980, o governo já suspendera todos os demais subsídios a alimentos, e a participação desses subsídios no PNB caiu de 5 para 1,3% entre meados dos anos 70 e 1984; no mesmo período, sua participação na despesa governamental caiu de 15 para 3%. Mas o valor dos selos para alimentos, fixado em termos nominais, baixou rapidamente nos anos 80; o percentual dos benefícios dos subsídios em geral, que

Tabela 6.3 Subsídios gerais e a clientela-alvo, Jamaica, 1988
(%)

<i>Item</i>	<i>Subsídio geral</i>	<i>Subsídio a clientela-alvo (selos para alimentos)</i>
Custo como parcela da despesa governamental	3,0	1,6
Proporção da transferência para o		
Quintil mais pobre	14,0	31,0
Quintil mais rico	26,0	8,0
Transferência como parcela da despesa por beneficiário		
Quintil mais pobre	2,3	9,5
Quintil mais rico	0,1	1,0
Proporção de famílias cobertas		
Quintil mais pobre	100,0	51,0
Quintil mais rico	100,0	6,0

a. Não se incluem os custos administrativos.

Fonte: Jamaica Statistical Institute & World Bank, 1988 e 1989.

ao ser adotado era de 83, caiu para 43 em 1981/82.

O programa de selos para alimentos, destinado a uma clientela específica, propiciou um padrão de transferência mais progressivo que o dos subsídios a alimentos em geral. Na Jamaica, o sistema de selos para alimentos foi implantado em 1984, a fim de proteger os grupos vulneráveis contra o impacto das oscilações de taxa cambial e da redução dos gastos públicos. A clientela-alvo dos selos eram mulheres grávidas ou que estivessem amamentando, bem como crianças até os cinco anos, mediante inscrição em clínicas de atendimento básico. O sistema estimula os cuidados preventivos e detecta as famílias mais ricas, que tendem a procurar serviços particulares. Grande número daqueles que se pretendia beneficiar recebe cobertura, e sob este aspecto o programa é bastante progressivo. Os pobres, os idosos e os deficientes que já participam de programas assistenciais, assim como as famílias que declaram rendas anuais inferiores a 2.600 dólares jamaicanos, podem candidatar-se a receber os selos para alimentos. Essa parte do programa definiu menos bem suas clientelas-alvo; além de não atender a todas as famílias que se candidataram, incluiu algumas que não se consideraria alvos.

Em 1986, a Jamaica restabeleceu os subsídios a alimentos em geral. A Tabela 6.3 mostra que apesar de o sistema de subsídios em geral propiciar uma cobertura maior e melhor, o sistema de selos para alimentos tem mais impacto sobre as rendas dos pobres, pela metade do custo. Os custos administrativos (que não aparecem nos

números da tabela) permanecem baixos porque se continua a contar com os esquemas governamentais. Com o tempo, o selo foi perdendo o valor, embora houvesse ajustes em 1988 e 1989, e talvez haja em 1990. O programa jamaicano de selos para alimentos é eficaz em termos de custos e poderá melhorar ainda mais com algumas alterações. Mas seu sucesso se deve em grande parte a uma estrutura bastante desenvolvida de saúde e administração, assim como à vontade política. Muitos países carecem de uma coisa e outra.

Programas de suplementação alimentar

Os programas de suplementação alimentar constituem um sistema de transferência, em rações ou em espécie, que visa a alvos muito bem definidos e que tem como objetivo principal reduzir a subnutrição. Através de canais não-comerciais, como centros de nutrição e de saúde, as agências governamentais e não-governamentais distribuem alimentos gratuitos ou subsidiados para serem consumidos no próprio local, ou em casa, ou nas escolas, por pessoas consideradas especialmente vulneráveis a riscos de saúde e de má nutrição. Os principais beneficiários são crianças com menos de cinco anos, escolares, mães e mulheres grávidas. Pode-se recorrer à verificação de crescimento, ao estado geral de saúde, à moradia e à renda para definir os grupos-alvo e para identificar, nesses grupos, as pessoas mais necessitadas. As operações podem ser ampliadas para cobrir segmentos populacionais maiores em épocas de crise.

Não há como negar que a suplementação alimentar oferece uma resposta imediata no caso de subnutrição grave. Mas não é nada fácil avaliar os benefícios desses sistemas. Usa-se com frequência critérios antropométricos, que requerem avaliação cuidadosa e podem não levar em conta benefícios importantes (como níveis mais altos de atividade) no caso de pessoas que não apresentem subnutrição grave. As avaliações feitas a partir dessa base tenderam a indicar que o impacto nutricional sobre os grupos-alvo foi limitado e que foram altos os seus custos. É comum a distribuição ser indiscriminada, e parte do alimento (estimada entre 30 e 80%) não ser consumida pelos beneficiários. Também ocorreu a substituição do consumo doméstico. Estudo sobre programas de alimentação escolar de grande escala, que não visam a um grupo específico, não mostram avanços nutricionais significativos, ainda que tenham efeitos expressivos e importantes sobre a matrícula, a aten-

ção nas aulas e o desempenho escolar.

Às vezes os programas alimentares são ineficazes por não reconhecerem que nem sempre a subnutrição decorre da falta de comida, e sim de doenças parasíticas e de outros problemas de saúde. Pessoas subnutridas que sofram de diarreia aguda, por exemplo, absorvem muito menos nutrientes. Assim, para os programas de nutrição serem eficazes, precisam estar ligados a programas de saúde — como atendimento às mães, vacinação, saneamento, combate à verminose, terapia de reidratação oral e suplementação de micronutrientes. É importantíssimo ter noções de saúde e nutrição alimentares quando as condições locais são inadequadas. Na Indonésia e na República Dominicana a nutrição melhorou muito graças a programas de educação que não exigiam custos altos nem transferências de alimentos. Quando as famílias não podem participar dos programas por falta de recursos, o mais eficaz é combinar educação e subsídios.

Em termos de custos, costuma ser mais eficaz prestar serviços de nutrição por meio do sistema de saúde — desde, é claro, que já estejam funcionando amplos sistemas desse tipo. Isto não acontece em grande parte da África subsaariana e do Sul da Ásia, e sendo assim convém, a curto prazo, lançar mão de outros esquemas de prestação de serviços. Mas na América Latina e no Leste asiático esses serviços podem ser prestados através da infra-estrutura social já existente, a custos relativamente baixos. As ONGs internacionais, como a Freedom from Hunger, a OXFAM e a Save the Children (assim como diversas ONGs locais), incluem a saúde e a nutrição no desenvolvimento comunitário.

Como os orçamentos são apertados e já se comprovou a ineficácia da prestação indiscriminada de serviços, é essencial identificar os necessitados. Programas adotados no Brasil e em Bangladesh definiram suas clientela-alvo tanto por critérios geográficos como por declarações de renda, e não apenas pelo critério de haver nas famílias um membro "vulnerável". A auto-seleção pode ser feita mediante uma opção: ou receber alimento ou receber atendimento em clínicas públicas que só prestam serviços básicos. No Chile, o programa passou a ter mais eficácia quando a distribuição de leite deixou de ser feita no local de trabalho e começou a ser feita em clínicas públicas. É também importante acompanhar em cada caso os resultados da nutrição. Em vários programas, como o Programa de Nutrição Integrada do Tâmil Nadu, realizado na Índia com a assistência do Banco

Box 6.3 Ajuda aos flagelados da seca na África: intervenções na área de alimentos em Botsuana

Como muitos outros países africanos, Botsuana enfrentou graves períodos de seca nos anos 80. E, ao contrário de alguns outros países (por exemplo, Etiópia, Moçambique e Sudão), conseguiu, através de medidas adequadas, evitar os piores efeitos da fome.

Por ocasião da seca de 1979/80, a assistência aos flagelados em Botsuana consistiu quase exclusivamente no transporte de alimentos para as zonas afetadas pela fome, onde eram distribuídos aos necessitados. Devido a dificuldades logísticas, esse sistema não foi bem-sucedido. A partir de 1980, o país adotou um programa integrado e amplo de recuperação e ajuda aos flagelados da seca, com um misto de administração da oferta de alimentos, geração de empregos e assistência agrícola.

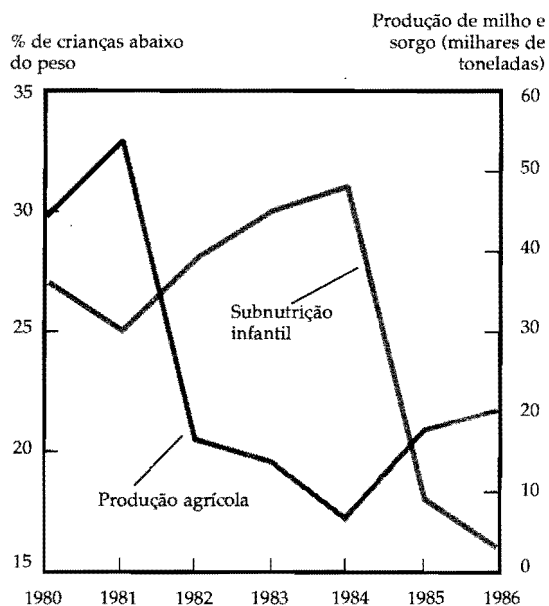
No cerne do programa está a boa administração da oferta de alimentos. Botsuana recebeu grandes quantidades de ajuda externa sob a forma de alimentos em 1982-87, mas suas atividades assistenciais independiam da chegada oportuna desses suprimentos. As importações em grande escala de alimentos da África do Sul eram aliadas à complementação da renda agrícola através de obras públicas e doações. A distribuição de alimentos era feita através de comerciantes e varejistas do setor privado — e os preços dos alimentos permaneceram geralmente estáveis em todo o país durante o período da seca.

“Cestas” de rações foram distribuídas a todas as famílias que tivessem crianças de menos de 10 anos, bem como a mulheres grávidas e lactantes e pessoas necessitadas. O governo montou uma operação especial de transporte rodoviário destinada a levar milho para regiões longínquas. De um a dois terços da população total do país receberam rações gratuitas durante a seca. Ofereceu-se superalimentação a crianças subnutridas em centros de saúde, e um programa de alimentação para crianças de escola primária foi mantido durante todo o período. Igualmente importantes foram as medidas de saneamento, inclusive esforços no sentido de criar um abastecimento confiável de água de boa qualidade.

Apesar de grandes reduções da produção interna de alimentos, o programa foi eficaz: em 1986, o percentual de

crianças subnutridas era menor do que antes da seca (ver Figura de box 6.3). Não houve mortes por fome.

Figura de box 6.3 Subnutrição infantil e produção agrícola de alimentos em Botsuana, 1980-86



Nota: O percentual de crianças abaixo do peso, aqui definido como o percentual de crianças de 0 a 59 meses com menos de 80% da expectativa de peso por idade, é utilizado como indicador de subnutrição.

O sistema de apresentação de dados referente a crianças abaixo do peso foi alterado em fins de 1984. Por isso, a subsequente queda da subnutrição pode estar ligeiramente exagerada.

Fonte: Morgan, no prelo.

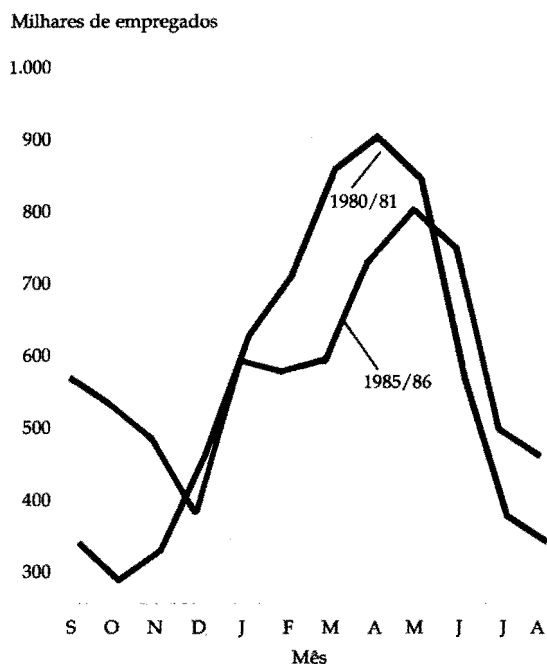
Mundial, e o Programa Iringa de Nutrição, realizado na Tanzânia, as crianças foram monitoradas na própria comunidade, identificando-se assim os mais necessitados e dedicando-se mais atenção aos problemas nutricionais.

No Tâmil Nadu, a suplementação alimentar destinada a certas clientela-alvo inclui-se numa série de medidas referentes a nutrição e saúde. Nos primeiros dois anos do programa, caíram em 53% os casos mais graves de subnutrição. O programa implementado na província tanzaniana de Iringa deu prioridade à saúde materno-infantil, ao saneamento da água, à segurança alimentar familiar, ao atendimento pediátrico e ao ensino de noções de nutrição. O atendimento pediátrico atraiu para o programa mulheres muito pobres

que dispunham de pouco tempo livre. Graças ao programa, entre 1984 e 1988 a subnutrição grave caiu em 72% e a subnutrição moderada, em 32%. Os custos desse sucesso foram muito baixos e para tanto contribuiu não só o fato de as aldeias disporem de estruturas organizacionais, mas também a infra-estrutura sanitária rural, já desenvolvida na Tanzânia. Em Bangladesh, centros femininos de treinamento e abrigo participaram de um programa de suplementação alimentar para mulheres e crianças pobres e com nutrição deficiente, o Programa Desenvolvimentista para Grupos Vulneráveis, que atualmente inclui também esquemas de poupança e crédito.

Portanto, a prestação de serviços básicos por meio dos sistemas de atendimento médico já exis-

Figura 6.1 Sazonalidade e pessoas empregadas no Esquema de Garantia de Emprego, Maharashtra, Índia



Épocas de maior atividade agrícola

Fonte: Subbarao, no prelo.

tentes pode ser muito eficaz em termos de custos. Conseguiu-se desta forma eliminar situações de carência alimentar grave em países muito diferentes, como Chile, China, Coréia, Costa Rica, Cuba, Jamaica e Sri Lanka.

Políticas alimentares em épocas de escassez

As políticas públicas de comércio e distribuição de alimentos são importantes em esquemas de prevenção de escassez. É comum, nas áreas onde a colheita foi ruim, os preços dos alimentos subirem muito quando os negociantes prevêm escassez. Não raro, foi exagerada a reação dos mercados de grãos à escassez prevista. Durante a fome ocorrida em Bangladesh em 1974, os preços do arroz subiram muito antes de a oferta declinar por causa das inundações. Mediante a distribuição pública dos estoques ou de alimentos importados, é possível estabilizar os preços e evitar quedas potencialmente desastrosas do poder aquisitivo dos pobres.

Em 1984, aos primeiros sinais de escassez, o governo do Quênia organizou importações comerciais de víveres. Os alimentos chegaram três meses antes da assistência alimentar, quando os estoques internos de milho estavam se esgotando. O Zimbábue contou principalmente com os estoques de que dispunha. Botsuana e Cabo Verde lançaram mão da assistência alimentar, e Cabo Verde vendeu os víveres no mercado livre, para financiar programas de emprego público.

Segurança alimentar não significa necessariamente que os alimentos tenham de ser distribuídos por meio de canais públicos. O comércio privado pode ajudar a estabilizar os preços e a distribuir os produtos. Pode ser mais caro manter grandes estoques de víveres do que recorrer ao comércio externo — embora este dependa da posição das divisas do país e da rapidez de reação do comércio diante de emergências. O melhor, talvez, é manter estoques de reservas nos locais onde sejam mais necessários, para esperar pela chegada dos alimentos importados. A longo prazo, haverá menos necessidade de intervenção governamental, pois os mercados internos e a infra-estrutura rural complementar serão melhores.

Em épocas de crise, são necessários programas de alimentação e de transferência de víveres. Segundo pesquisas realizadas na África e na Índia, tais medidas são mais eficazes quando associadas a esforços para restaurar o poder aquisitivo dos pobres. Não raro, transferências em espécie são mais eficazes do que rações alimentares: o dinheiro se movimenta com mais rapidez, é mais fácil de administrar, afeta pouco ou nada os produtores e a futura segurança alimentar. Para esse esquema funcionar, porém, é indispensável que haja alimentos em algumas regiões do país e que o comércio e os mercados funcionem razoavelmente bem (Box 6.3).

Programas de emprego público

Os programas de emprego público no campo têm duas funções. Primeiro, manter e criar infra-estrutura rural, como rodovias, irrigação, conservação do solo e florestamento. Segundo — e no contexto em questão mais importante —, reduzir a pobreza, oferecendo emprego aos que mais precisam. Em vista dessa função vital, os programas de emprego público costumam ser eficazes em termos de custos. Os pobres dispõem-se a trabalhar em troca de salários baixos. Assim, os programas de emprego público podem aferir quem é pobre e quem não é, e utilizar os recursos com mais eficácia. Em dois

Box 6.4 Em um projeto do governo na Índia rural...

Maio de 1986 em uma zona rural do estado de Maharashtra. Lata pertence a um grupo de 15 mulheres empregadas em um projeto de conservação do solo organizado pelas autoridades locais, como parte do Sistema de Garantia de Emprego do governo do estado. Neste projeto, ela é encarregada de revolver a terra e fazer pequenos trabalhos de escavação. Lata tem 20 e poucos anos, é casada e tem dois filhos, um menino de três anos e uma menina de sete. O pequeno brinca com outras crianças na creche instalada no local do projeto. A filha mais velha pode, assim, permanecer na escola da aldeia, em lugar de cuidar do irmão menor, como geralmente faz quando os pais estão trabalhando. O marido de Lata trabalha em uma lavoura próxima. A aldeia onde moram fica a três milhas de distância. A família não possui terra, e cerca de 80% do que ela e o marido ganham provém de trabalho agrícola ocasional. No ano passado, a soma da renda dos dois foi cerca de 3.000 rupias, o que, para uma família de quatro pessoas, situa-os abaixo do nível de pobreza em Maharashtra.

A região não dispõe de irrigação e a terra não é muito produtiva. Conseqüentemente, existe muito pouco cultivo múltiplo e o trabalho da família é altamente sazonal. Os empregos são especialmente escassos nesta época do ano. A família não tem muito o que poupar e ser-lhe-ia difícil viver sem o SGE. Dentro de mais ou menos um mês, as coisas irão melhorar, quando começar o cultivo da safra da estação chuvosa. Mas nesta época do ano, Lata costuma empregar-se no SGE. O marido faz o mesmo, mas com menor freqüência, uma vez que geralmente encontra tra-

balho a um salário melhor. Para Lata, o salário diário pago pelo SGE é geralmente melhor do que aquilo que ela poderia receber na aldeia atualmente — isso se pudesse encontrar trabalho. Neste emprego, ela vem ganhando uma média de seis rupias por dia. Para ela, é conveniente receber parte do salário sob a forma de alimentos, pois o marido é quem dá a palavra final nos gastos de dinheiro. Agrada-lhe também o fato de que, no SGE, o salário por tarefa é igual para homens e mulheres; na aldeia, os homens geralmente ganham mais pelo mesmo trabalho agrícola.

Como todas as mulheres que trabalham para o SGE, Lata raramente recebe permissão de executar tarefas mais vigorosas e mais bem remuneradas — como quebrar pedras na escavação de tanques de irrigação —, embora sintase capaz de fazer grande parte desse tipo de coisa. Devido ao complexo sistema de remuneração adotado pelo SGE, o salário de Lata varia de um dia para outro e de um local para outro, embora ela trabalhe sempre com a mesma diligência. Às vezes, os projetos demoram muito a começar ou ocorrem grandes pausas entre um projeto e outro. No ano passado, Lata ficou 10 dias sem trabalhar por motivo de doença. Se conseguir manter-se em boa forma física, completará, no mês que vem, 60 dias de trabalho em projetos do SGE durante o ano. Isso equivale a cerca de um quarto de todo o seu trabalho remunerado. Com o que ela ganha no SGE, a família compra sapatos, roupas, combustível e um pouco mais de alimentos.

grandes programas rurais no Sul da Ásia — o Sistema de Garantia de Emprego de Maharashtra (SGE), na Índia, e o Programa de Alimento por Trabalho em Bangladesh —, 90% dos participantes tinham condições inferiores ao nível de pobreza, no início dos anos 80. Os programas atraíram pessoas que não tinham condições de trabalhar em outros programas, como mulheres e membros de determinadas castas, no caso de Maharashtra. Vários países da América Latina e da África subsariana adotaram programas desse tipo.

O SGE teve início no começo dos anos 70. Seu objetivo é dar emprego, pagando salários combinados, a pessoas que queiram trabalhar durante 15 dias, a uma distância de no máximo 5km de suas aldeias. Caso isso não seja possível, a pessoa recebe um auxílio-desemprego. Cerca de três quartos do orçamento do SGE são gastos com salários. No esquema atual, oferece-se emprego com garantia de um ano. Há firme empenho político no programa, e parece significativo o efeito sobre o emprego. Em 1984/85, foram oferecidos empregos a 180 milhões de pessoas/dia, o que representa 3% de todo o emprego em áreas rurais. Sem dúvida, foram abandonados alguns empre-

gos alternativos, mas em Maharashtra o índice de desemprego rural caiu acentuadamente em relação ao de outros estados. Há também indícios de que a proporção de pobres declinou mais depressa do que se previra, tomando por base as condições iniciais, o crescimento da produção etc.

Serão esses programas mais eficazes em termos de custos do que as políticas de fixação de preços de alimentos e de distribuição de alimentos? Ao que parece, os programas determinam bem os pobres que constituem suas clientelas-alvo, mas é importante examinar os custos com que arcam os participantes. Quem participa de algum programa de emprego público, provavelmente perde parte da renda que tinha antes. É difícil avaliar essas perdas, mas o estudo de Bangladesh concluiu que os ganhos que os participantes do Programa de Alimento por Trabalho deixaram de ter equivaliam a cerca de um terço de seus ganhos brutos com o programa. Para os pobres, e sobretudo para os mais pobres, os ganhos de renda líquida parecem representar uma proporção considerável do que o governo dispende em salários.

Os programas costumam resultar em ativos econômicos, como rodovias, e têm efeitos secun-

Box 6.5 Ajuda aos flagelados da seca na África: geração de empregos pelo governo de Botsuana

As intervenções do governo na área da alimentação como parte do Programa de Auxílio aos Flagelados da Seca, em Botsuana, mencionadas no Box 6.3, foram complementadas por um Programa de Ajuda à Base de Empregos (PABE), o qual proporcionou aos flagelados da seca nas zonas rurais a oportunidade de receberem uma renda em dinheiro, trabalhando em projetos de melhoramentos das aldeias. Mesmo sem oferecer garantia de emprego, o programa proporcionou trabalho a cerca de 60 mil-90 mil pessoas a cada ano durante o período da estiagem. Os salários foram mantidos suficientemente altos para serem significativos, mas suficientemente baixos para não atraírem indivíduos em situação econômica relativamente melhor. Em cada aldeia, os projetos foram identificados por um comitê que selecionava os participantes, dos quais mais de 80% eram mulheres. Calcula-se que os projetos do PABE chegaram a compensar quase um terço das perdas de renda rural provocadas por quebras de safra entre 1983 e 1985.

Além de estabilizar a renda e gerar poder aquisitivo, o programa protegeu o patrimônio rural: os pobres não foram obrigados a vender gado ou outros bens para sobreviver. Além disso, muitas pessoas que poderiam ter sido forçadas a migrar não tiveram de fazê-lo. A queda do

percentual de propriedades familiares tradicionais dotadas de terra arável não chegou a 17% e o número total de famílias engajadas na agricultura declinou em menos de 5%. O valor produtivo das obras criadas foi considerável. Outras medidas, inclusive a distribuição gratuita de sementes e dotações de crédito para destocamento, desmatamento e aradura da terra agricultável, facilitaram a transição da assistência para a recuperação.

Visto como um todo, o Programa de Auxílio aos Flagelados da Seca conseguiu evitar sofrimento humano e preservar o potencial agrícola da economia rural em meio a grave e prolongada crise. Embora Botsuana seja rico em comparação com outros países da África subsaariana, o elemento crítico do sucesso do programa foi o compromisso do governo com a proteção aos pobres. O Programa de Auxílio aos Flagelados da Seca tornou-se parte da plataforma eleitoral do partido da situação, cujo eleitorado se concentra nas áreas rurais. Certos componentes do programa contra a seca — distribuição de alimentos, por exemplo — tornaram-se aspectos permanentes do sistema de autorização de benefícios. Isto significa que, por ocasião da próxima seca, as instituições e a infra-estrutura já estarão em funcionamento.

dários sobre as rendas de pobres e não-pobres. Já se disse que em Maharashtra uma parcela desproporcional dos benefícios coube aos agricultores ricos — o que influiu bastante para que o SGE obtivesse apoio político. Pode ter havido outros efeitos secundários, como a elevação dos salários em geral, apesar de o programa ter evitado recrutar durante os períodos de maior demanda agrícola. Os programas de emprego em áreas rurais contribuem para o melhor funcionamento dos mercados de mão-de-obra, porque reduzem as diferenças salariais entre sexos e entre grupos étnicos.

Já que o SGE destina-se em parte a absorver choques econômicos, ofereceu emprego bastante sazonal, com variações de um ano para outro — variações que no entanto diminuíram à medida que o programa avançava e elevava-se o índice salarial (Figura 6.1). Pelo fato de oferecer trabalho — logo, poder aquisitivo — no momento de maior necessidade, o SGE elevou a média de ganhos ao longo do ano e também reduziu as flutuações de semana para semana e de mês para mês (Box 6.4). Como demonstrou um estudo de famílias sem-terra em regiões sujeitas a secas, as rendas das famílias de aldeias com acesso ao SGE variaram muito menos que as demais. O mesmo estudo,

examinando outras políticas de estabilização de rendas, como seguro de colheita, concluiu que foram menos eficazes. Para os pobres, reduzir as flutuações de renda pode ser tão importante quanto elevar a renda média. Pode evitar a penúria e formas onerosas de ajuste — como por exemplo a venda de ativos produtivos.

Os programas de emprego público são vitais na prevenção da fome. Esses programas, que existem na Índia há muito tempo, foram também muito adotados na África subsaariana nos anos 80. Nos últimos 10 anos, graças a estratégias baseadas em parte na oferta de emprego, muitos milhares de vidas foram salvas em Botsuana (Box 6.5), Cabo Verde e Quênia. Os projetos de emprego público podem ainda amenizar o impacto da recessão — como ocorreu na América Latina nos anos 80. No Capítulo 7 examina-se mais detalhadamente a implantação dos programas na Bolívia, no Chile e no Peru.

Quando se planejam programas de emprego público, o mais importante é talvez saber se haverá garantia de emprego. Tal garantia tornará o programa mais eficaz enquanto esquema de segurança (e é possível que por causa disso consiga mais apoio político de grupos que no momento não estejam ganhando com ele). Havendo garantia, o

número de participantes no programa poderá aumentar ou diminuir, de acordo com alterações nas rendas provenientes de outras fontes; dessa forma se pode perceber bem no início crises que se aproximam, como por exemplo escassez. No entender de algumas pessoas, o SGE (que oferece garantias) contribuiu para mobilizar os pobres das áreas rurais como força política. Em Maharashtra, a garantia ajudou a desenvolver áreas atrasadas e de poucos recursos, onde a demanda de emprego costuma ser maior. O programa também funcionou como teste da força dos funcionários locais, que sem ele poderiam cobrar arrendamento dos trabalhadores.

O maior problema da garantia é sua implicação orçamentária. O governo tem condições de manter dentro de limites seu compromisso financeiro de longo prazo para com o programa, desde que fixe o índice salarial no nível adequado. Mas nem sempre isso é possível. Atualmente, o programa de Maharashtra tem de pagar salários aos índices mínimos regulamentados, que são superiores aos índices de mercado. Isto implica substanciais desembolsos orçamentários e custos sociais potencialmente altos, em termos de renda, que se deixa de auferir em outros empregos.

O SGE de Maharashtra é financiado em grande parte por impostos pagos pelos grupos mais prósperos do setor urbano. O SGE é visto como um meio de diminuir a migração de trabalhadores rurais para Bombaim, e por isso os grupos urbanos não se opuseram a este método de levantar fundos. Outros programas, como o de Bangladesh, recorreram à assistência alimentar externa e pagaram salários em gênero. Em Cabo Verde, como já foi dito, utilizou-se o expediente de vender no mercado os alimentos recebidos como assistência, a fim de custear os programas. Mas nem sempre os governos podem adotar essa prática — e assim não raro se reduz a eficácia em termos de custos —, pois os doadores podem impor restrições à monetização da assistência alimentar. Programas de obras públicas em áreas rurais que adotam esse tipo de financiamento podem deixar de receber os recursos destinados a outros insumos e materiais necessários. (A questão foi levantada em Bangladesh nos anos 80.) Mesmo assim, convém estimular a participação da assistência externa no financiamento dos programas, sobretudo em períodos difíceis.

Para que os programas de emprego público funcionem como uma espécie de seguro, é preciso que o governo — como qualquer segurador — esteja disposto a pagar quando as coisas não dão

certo. Os governos têm mais condição de cobrir este risco do que as famílias pobres. Qualquer esquema, porém, tem de atender a exigências orçamentárias de longo prazo.

Ao se planejar os programas, é preciso levar em conta também a utilização de insumos que não sejam mão-de-obra. O SGE, por exemplo, estipulou que os salários têm de representar no mínimo 60% dos custos variáveis, o que às vezes dificulta a implantação de programas exequíveis. O material para a construção de estradas pavimentadas custa mais do que é permitido gastar, embora as estradas não-pavimentadas logo se estraguem. Caso fossem construídos bens destinados a durar mais tempo — vários deles vantajosos para os pobres — talvez as restrições fossem suspensas. Não convém esquecer, porém, que criar bens não é o objetivo principal: os programas de emprego público que visam diretamente a reduzir a pobreza precisam ser mais mão-de-obra intensivos do que determinam os cálculos convencionais de benefícios econômicos.

O sucesso dos projetos será maior caso eles criem ou conservem ativos que beneficiem especialmente os pobres. A recuperação de terras cultiváveis, o reflorestamento e o controle da erosão beneficiam a curto e a longo prazos os pobres da região onde o meio ambiente está deteriorado. Programas de obras públicas são comuns em vários países africanos (Gana, Lesoto, Malavi, Moçambique, Quênia, Tanzânia e Zimbábue) e visam a criar e manter uma infra-estrutura que melhore a qualidade de vida dos pobres.

Cuidando dos que não se beneficiam das políticas

Alguns pobres não são adequadamente atendidos pelas políticas até agora examinadas. Aumenta nos países em desenvolvimento a preocupação com os idosos e enfermos, em parte por causa de alterações no quadro demográfico (em vastas áreas do mundo, como América Latina, China e Sul da Ásia, está subindo a média etária da população) e em parte por causa do enfraquecimento de sistemas sociais tradicionais de assistência, prestados pela família e pela comunidade. Em muitos países em desenvolvimento, a média etária da população continuará subindo. Nem todos os idosos são pobres, mas é cada vez mais importante cuidar dos idosos pobres.

O surgimento de uma vasta mão-de-obra industrial fez evoluírem os sistemas de seguridade econômica, nos países desenvolvidos, desde o início

do século atual. Idosos, incapacitados, viúvas e crianças recebem benefícios por meio de uma combinação de seguro social (como pensões, por exemplo) e assistência social (como serviços de saúde). É ampla a base da receita, para a qual contribuem empregados e empregadores; a cobertura é quase universal; e a escala dos benefícios tem sido significativa — em fins dos anos 70, representava de 15 a 25% do PIB, na maioria dos países da OCDE. O desenvolvimento desses sistemas tem estreita vinculação com a redução da incidência de pobreza nos países desenvolvidos, principalmente entre os idosos.

Mas não foi muito bem-sucedida a tentativa de aplicar os mesmos sistemas nos países em desenvolvimento. Destes, eram os latinos-americanos os que contavam há mais tempo com a seguridade social formal. Mesmo assim, não eram atendidos inúmeros idosos e outros pobres necessitados. De modo geral, a cobertura limitava-se ao emprego assalariado em áreas urbanas. Chile e Costa Rica são exceções: ambos os países contam com uma mão-de-obra urbana e rural organizada e empenham-se muito, tanto política quanto socialmente, em manter sistemas de bem-estar social.

Variam de país para país as políticas mais adequadas à proteção dos pobres, idosos ou não, que não participam dos programas. No Chile e na Costa Rica é possível oferecer cobertura universal. Seria conveniente os países com condições semelhantes adotarem esses programas. O amplo setor de emprego assalariado do Leste europeu leva a crer que a seguridade social formal contribui muito para reduzir a pobreza entre pessoas idosas e incapacitadas para o trabalho. Na maioria dos países pobres, a seguridade social formal não conseguiu diminuir os casos mais sérios de pobreza, uma vez que não recebiam benefícios os pobres muito jovens, ou idosos, ou doentes, ou incapacitados. Quando já existem ou estão sendo criados sistemas formais, é importante garantir que seu financiamento não venha a ser um ônus para aqueles que de fato são pobres.

Para certos países, o melhor seria fazer as transferências com base em indicadores monitorados pelos postos de saúde locais e por sistemas da própria comunidade. Os idosos pobres e doentes poderiam receber atendimento médico básico e preventivo, e também, quando necessário, transferências em dinheiro ou em mercadoria. Por meio do atendimento em clínicas locais se definiria até certo ponto uma clientela-alvo. De modo geral, isto quase nunca acontece, embora haja alguns casos. Nas áreas rurais da China, por exemplo, a

comunidade tem responsabilidade moral de atender às necessidades básicas dos idosos sem família, das viúvas e dos órfãos, e o governo central ajuda as áreas mais pobres a desempenharem esta função. Existem na China “casas de respeito” para as pessoas que não têm família e não podem viver sozinhas. Em alguns países islâmicos, as terras e os bens dos religiosos, assim como outros impostos, foram usados para financiar a assistência governamental aos necessitados. Certos estados indianos administram os fundos de pensão dos idosos e de viúvas sem recursos. No estado de Kerala, recebem pensões os trabalhadores rurais com mais de 60 anos, cuja renda não chegou a determinado nível. A verificação das rendas fica a cargo de comitês das comunidades locais, de que participam representantes de grupos minoritários. Em países onde os idosos pobres e incapacitados concentram-se nos setores agrícola e informal, talvez o melhor seja criar um sistema aperfeiçoado de saúde pública, que conte com custeio governamental para estimular e incrementar o atendimento local e comunitário.

A função das transferências e dos esquemas de segurança

No início deste capítulo, identificamos dois amplos grupos que requerem atenção especial: um, o daqueles que não têm condição de participar do processo do crescimento; outro, o daqueles que se vêem temporariamente em risco, quando as coisas não vão bem. O primeiro grupo precisa de um sistema de transferências que lhe assegure um padrão de vida adequado. Já ao segundo grupo serviriam melhor esquemas diferentes de segurança.

A mescla certa de políticas será muito diferente de um país para outro e dependerá de inúmeros fatores — econômicos, políticos, sociais e culturais. Existem, contudo, algumas diretrizes amplas.

A maioria das políticas referentes a viveres, como subsídios em geral, sistemas de rações e de selos para alimentos, exige muito do governo, em termos administrativos. Seu potencial é maior nas áreas urbanas ou em áreas mais desenvolvidas, com boa infra-estrutura. Tendo em vista a eficácia em termos de custos, é essencial a definição da clientela-alvo, o que pode ser feito mediante a escolha dos produtos a serem subsidiados, ou a localização dos pontos de distribuição em lugares carentes, ou então mediante indicadores. No caso do Sul da Ásia, talvez fosse melhor modificar os

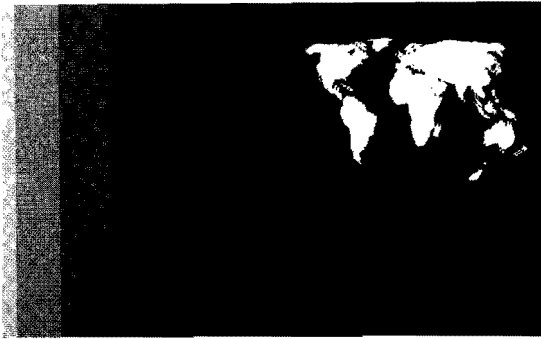
atuais sistemas de rações, aproveitando a experiência e o conhecimento prático, ao invés de tentar métodos inteiramente novos.

No caso de haver uma grande proporção de assalariados e de pessoas que recebem remuneração, bem como no caso de a pobreza estar ligada à velhice, à incapacidade e ao desemprego, deveriam ser criados sistemas formais de seguridade social com cobertura mais ampla — sistemas que oferecessem pensões aos idosos e benefícios aos desempregados, aos incapacitados, aos doentes e às viúvas.

Como a maioria dos pobres do mundo em desenvolvimento vive em áreas rurais, é nessas áreas que se fazem mais necessários transferências e esquemas de segurança eficazes. Para os que têm condições de trabalhar, ou têm parentes que trabalham, os programas rurais de emprego público, sendo bem planejados, podem representar um seguro contra os riscos do contexto rural. Esses programas beneficiam os pobres porque oferecem trabalho a quem queira trabalhar, mesmo sem qualificações especiais, e pagam salários que os pobres consideram bons. É essencial que se estabeleçam vínculos com regiões remotas e que se recuperem terras deterioradas, a fim de que diminua a pobreza na África subsaariana e nas áreas rurais pobres da maioria das demais regiões. Os

programas de emprego público, bem adaptados às condições locais, têm muita possibilidade de atingir esses objetivos, criando oportunidades de emprego e estabilizando as rendas dos grupos de risco.

Aqueles que não têm condições de trabalhar precisarão de programas de complementação alimentar. A distribuição direta de víveres e os programas de alimentação defrontam-se com dificuldades logísticas, mas são, não raro, o melhor meio de combater a subnutrição grave. Ainda por certo tempo, em muitos países da África subsaariana, da América Latina, do Leste asiático e do Sul da Ásia, serão necessárias ações especiais para levar alimentos básicos aos pobres de áreas remotas e de outras regiões de alto risco, em épocas de insegurança. Programas de alimentação e de transferência, administrados pelos sistemas já existentes de saúde pública, são a melhor maneira de assistir idosos, mulheres grávidas e crianças nas áreas rurais. A esses programas se deveriam somar outras medidas que melhorassem os campos da saúde, do saneamento e da educação. Para todos os países, deveria ser prioridade máxima o estabelecimento de uma infra-estrutura capaz de oferecer a quem precisar os serviços básicos de nutrição, saúde e saneamento.



Os anos 80: choques, reações e os pobres

Nos anos 80, quando a crise da dívida e a recessão internacional puseram a descoberto deficiências estruturais, vários países enfrentaram dificuldades econômicas. Mas ao se tratar do ajuste estrutural, deu-se pouca atenção aos efeitos que este poderia ter sobre os pobres. As questões macroeconômicas pareciam mais prementes, e muita gente esperava uma transição rápida para novos caminhos de desenvolvimento. Com o passar do tempo, ficou claro que a recuperação macroeconômica e a mudança estrutural se processariam devagar. Aumentaram os indícios de declínio nas rendas e problemas nos serviços sociais. Muitos observadores chamaram atenção para o fato, mas o UNICEF foi o primeiro a questionar o planejamento e os efeitos do ajuste. No fim da década, todas as agências tinham consciência da importância do problema, que agora é examinado em todos os programas de ajuste que o Banco Mundial financia. A atenção maior, como queria o UNICEF, é dedicada ao efeito das políticas de ajuste sobre os pobres e a medidas específicas para baixar os custos a curto prazo.

Políticas de curto prazo e o bem-estar das famílias

O ponto de partida do ajuste é o desequilíbrio macroeconômico. Seja devido a causas externas ou internas, seus sintomas costumam ser o déficit insustentável de conta corrente, problemas financeiros internos — geralmente ligados a inflação alta — e crescimento lento. O ajuste visa a dois objetivos: reduzir a demanda de importações e de produtos nacionais, a fim de estabilizar as condições econômicas; e reestruturar a economia, a fim

de possibilitar mais crescimento. Várias políticas, em especial aquelas relativas a taxa cambial e a medidas fiscais, têm como efeito a redução da demanda e a reestruturação. Incluem-se nas alterações da despesa pública cortes em geral e mudanças propositalmente na composição, quer no sentido de uma certa compressão de demanda, quer em apoio à reestruturação econômica.

Este capítulo trata dos efeitos das políticas de reestruturação e de redução de demanda sobre os pobres. Como a reestruturação requer uma utilização mais eficiente da mão-de-obra, coaduna-se perfeitamente às políticas preconizadas neste Relatório com vistas a reduzir, a longo prazo, a pobreza. Na Indonésia, as políticas de reestruturação concentraram-se principalmente no setor industrial; na Tanzânia, concentraram-se na agricultura. Num caso e noutro, as mudanças favorecerão os pobres, num prazo de médio a longo, porque estimulam a procura de mão-de-obra.

Mas a curto prazo os efeitos do ajuste podem criar dificuldades, por dois motivos. Primeiro, o processo de reestruturação econômica costuma ser lento e desigual. O ajuste das empresas e dos mercados de trabalho é demorado, e até que se dê, as economias podem enfrentar desemprego ou subemprego elevados e ver baixarem as rendas provenientes do trabalho. Segundo, a redução da demanda pode exigir que se tomem determinadas medidas que atingem o consumo de todos, pobres ou não. Devido à necessidade de cortes na despesa pública, pode haver, a curto prazo, um sério conflito entre dois aspectos essenciais da estratégia proposta neste Relatório para reduzir a pobreza — a prestação de serviços sociais e os esquemas de transferências e de segurança.

Box 7.1 Ajuste macroeconômico, o impacto doméstico e o papel da mulher: a experiência de uma comunidade urbana no Equador

São surpreendentemente raros os estudos sobre o impacto de eventos macroeconômicos sobre a vida familiar. Um desses estudos tem por base o trabalho de campo realizado em um setor de baixa renda da cidade de Guayaquil, a maior do Equador, entre 1978 e 1988 — período de grande prosperidade econômica, resultante, em parte, de mudanças ocorridas no mercado internacional de petróleo.

Em 1978, pareciam boas as perspectivas de Indio Guayas, comunidade em fase de rápida expansão, composta principalmente de famílias com empregos mal remunerados. Dez anos depois, o salário real estava reduzido à metade, o preço de alguns alimentos tinha disparado e os serviços locais de saúde pública e educação, tão prósperos durante o *boom* de 1978-82, tinham sido reduzidos.

Os efeitos da recessão e do ajuste eram visíveis por toda parte. A maioria ainda trabalhava em regime de tempo integral, mas ganhava menos. Em consequência da redução de renda, a proporção de mulheres empregadas aumentou de 40 para 52% entre 1978 e 1988. Muitas haviam reingressado no contingente de mão-de-obra apesar de terem filhos pequenos em casa, enquanto outras dedicavam um número maior de horas por dia ao trabalho remunerado. A composição da família vinha mudando: mesmo depois de casados, os filhos e filhas permaneciam na casa dos pais. Os hábitos alimentares tinham mudado: as unidades familiares consumiam muito menos leite, peixe, ovos e frutas, substituíam batatas por bananas de São Tomé e, em certos casos, deixavam de fazer certas refeições (primeiro o jantar, depois o café da manhã). Um estudo da população

infantil em um centro de saúde, realizado em 1988, constatou que 80% das crianças estavam subnutridas.

Em Indio Guayas, como em muitas outras comunidades, as mulheres são obrigadas a acumular diferentes papéis. Além de ganharem um salário, muitas dedicam mais tempo a atividades comunitárias, especialmente na busca de serviços em ONGs que substituam os serviços públicos em declínio. Com isto, as pressões sobre o seu papel na família aumentam — raramente os homens assumem tarefas domésticas adicionais. Para as que têm filhos pequenos, o trabalho fora de casa cria dificuldades ainda maiores. Há indícios de um aumento do número de mulheres que passaram a controlar a fecundidade; em 1988, mais de 40% tinham sido esterilizadas cirurgicamente. As filhas adolescentes geralmente ajudam as mães, mas ao preço de se ausentarem da escola e receberem menor atenção por parte dos pais. Há receios na comunidade quanto aos rapazes que perambulam nas ruas ou consomem drogas. E fala-se de aumento da violência doméstica, quase sempre em virtude de conflitos quanto à distribuição do salário do chefe da família entre as necessidades da casa.

Muitos membros da comunidade de Indio Guayas estão em pior situação do que antes. A maioria dos homens ganha menos em termos reais, e muitos resolveram emigrar temporariamente. O fato de as mulheres serem forçadas a complementar a renda familiar aumenta ainda mais as pressões a que estão submetidas. As crianças geralmente pagam o preço de uma alimentação inferior, educação deficiente e perda de atenção dos pais.

As mudanças na economia afetam as famílias pobres principalmente por duas vias: por meio dos mercados, que determinam as rendas privadas e o custo do consumo, e por meio de serviços públicos. O que ocorre nos mercados agrícola e de trabalho determina basicamente as rendas; as políticas de preços e de subsídios influenciam os preços pagos pelas famílias. Os gastos públicos com serviços, sobretudo nos setores sociais, podem afetar não só o bem-estar mas também o capital humano dos pobres.

Os pobres não se mantêm passivos ante estes fatos: adaptam-se. As famílias sacam de suas poupanças e alteram suas despesas principalmente buscando fontes mais baratas de calorias. Trabalhadores demitidos passam a atuar no setor informal, ou retornam às áreas rurais. Trabalhadores secundários (geralmente mulheres) passam a integrar a força de trabalho, quase sempre exercendo atividades mal remuneradas. E há ajustes nos relacionamentos interfamiliares. Pode mudar, por exemplo, o padrão dos presentes que se oferece, ou da ajuda em dinheiro a membros da família; algumas famílias podem passar a morar juntas. No Box 7.1 são examinadas as consequências da recessão e

do ajuste sobre uma comunidade urbana de baixa renda em Guayaquil, Equador.

Política macroeconômica e pobreza

Os indícios de pobreza nos anos 80, relatados no Capítulo 3, sugerem a formação de três grupos amplos de países em desenvolvimento. Primeiro, aqueles que conseguiram progredir graças a um crescimento estável (como a China e a Índia) ou por terem lidado bem com distúrbios macroeconômicos (como a Indonésia e a Malásia). Segundo, os países onde a pobreza agravou-se devido à recessão (grupo no qual se incluem os países de renda média muito endividados e o Leste europeu). E, terceiro, os países de baixa renda (a maioria dos países da África subsaariana e também países como a Bolívia) onde a pobreza, que já era séria, agravou-se mais ainda em função da lentidão do crescimento a longo prazo e de crises macroeconômicas.

A análise dos três grupos sugere que são cruciais a combinação das medidas de ajuste e o momento oportuno de aplicá-las. O melhor parece ser aliar os dois elementos: adotar sem demora políticas

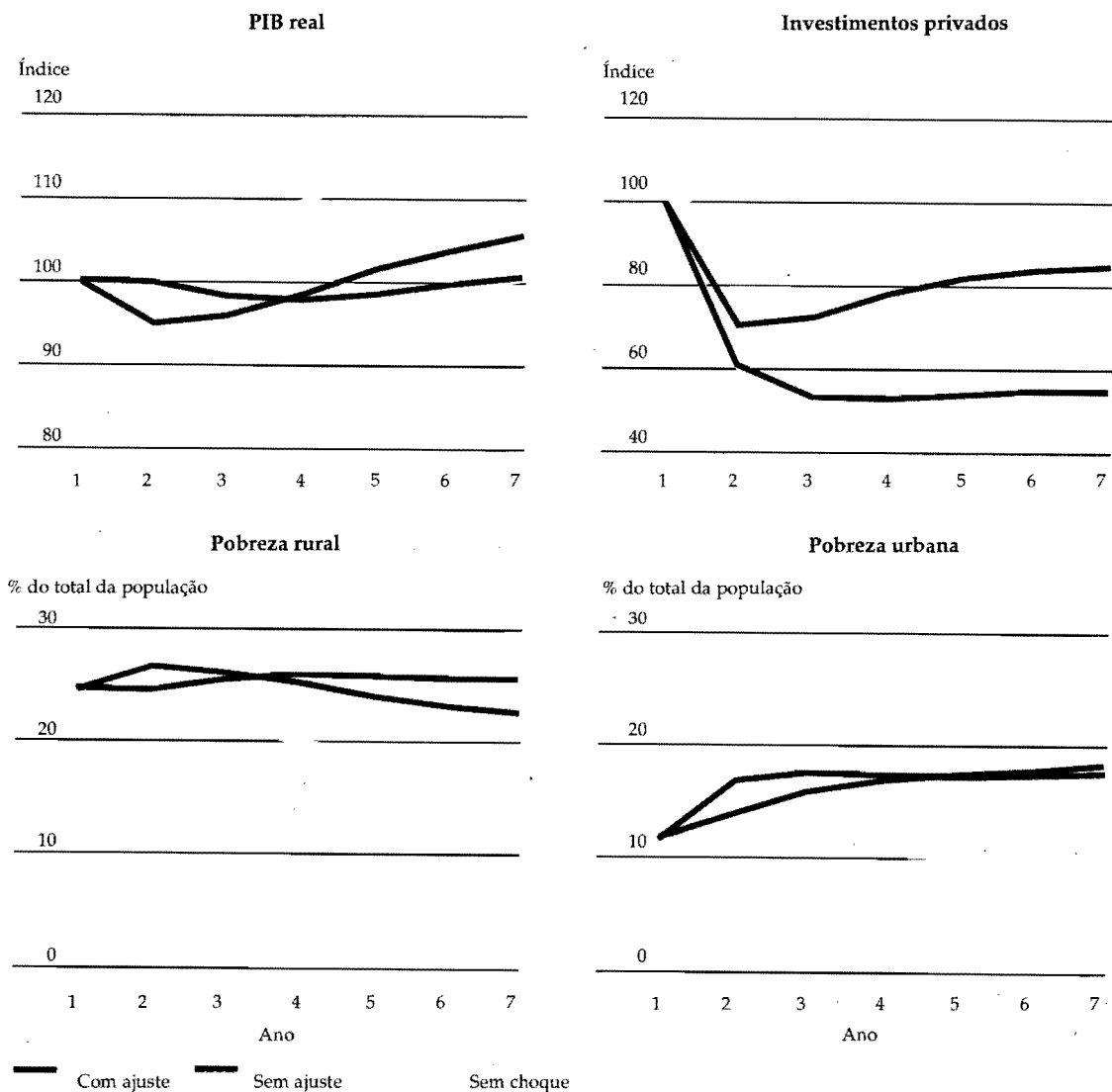
Box 7.2 Política macroeconômica e as classes pobres do Equador: resultados de uma análise com auxílio de modelo

O Box 7.1 descreve o destino de uma comunidade urbana pobre do Equador nos anos 80. O relato, porém, pouco nos diz sobre as causas macroeconômicas das variações de bem-estar. Um modelo pode ajudar-nos a compreender essas causas. O modelo aqui utilizado foi projetado de modo a levar em conta, ao mesmo tempo, eventos macroeconômicos de curto prazo e eventos setoriais. Baseia-se em uma descrição das características sócio-econômicas do Equador e inclui três grupos sociais urbanos e quatro grupos sociais rurais. A Figura de box 7.2 mostra trajetórias

alternativas do PIB, dos investimentos privados e da pobreza rural e urbana no Equador. Compara um caso "sem choque" com duas reações diferentes da política econômica a um choque externo. O choque é semelhante àquele realmente sofrido pelo Equador: a combinação de uma queda nas relações comerciais (em decorrência da queda do preço do petróleo) com redução do acesso ao financiamento externo.

Sem choque externo, o progresso na direção da redução da pobreza é constante. Grande parte do declínio ocorre

Figura de box 7.2 Resultados de três cenários: PIB, investimentos e pobreza rural e urbana, Equador



Fonte: de Janvry; Fargeix & Sadoulet (documento básico).

Box 7.2 (continuação)

no setor rural, especialmente através de migração rural-urbana; a melhora da pobreza urbana é muito mais lenta.

O caso "sem ajuste" pressupõe um comportamento essencialmente passivo da política fiscal e monetária, mas uma política cambial flexível. A contenção dos gastos públicos reduz a queda da renda nacional a curto prazo, mas leva a uma depreciação de quase 20% da taxa real de câmbio, aumento da inflação, taxas reais de juros mais elevadas (em virtude de maior financiamento interno do déficit fiscal) e um declínio dos investimentos privados da ordem de 40%. É o tipo de comportamento que se observa em muitos países latino-americanos. As perdas de bem-estar são moderadas a curto prazo, tanto para as classes pobres urbanas (a contenção de gastos leva somente a pequenos declínios da procura de mão-de-obra e de serviços públicos), quanto para as classes pobres da zona rural, as quais se beneficiam de preços agrícolas mais elevados graças à depreciação. Mas as vantagens não duram muito. O choque reduz o PIB no segundo e no terceiro anos, e o baixo nível de investimentos retarda a transição para a nova trajetória de crescimento. Há um constante agravamento da pobreza.

O caso "com ajuste" envolve contração fiscal e monetária e substancial depreciação da taxa real de câmbio, o que leva a uma maior redução do PIB a longo prazo do que o caso "sem ajuste". Um declínio do nível de investimentos — os investimentos privados caem em 30% no primeiro ano — novamente atenua as perdas de consumo a curto prazo.

Mas a situação fiscal e monetária interna é mais favorável que no caso "sem ajuste" e a inflação é menor. Estas condições permitem uma rápida recuperação após o terceiro ano, quando a economia assume uma nova trajetória de crescimento, com maior ênfase em atividades de comércio internacional, especialmente no setor agrícola. A curto prazo, o PIB é menor do que no caso "sem ajuste", em grande parte devido à redução da procura. A médio prazo, porém, o PIB é maior e cresce mais rapidamente.

Evidentemente, as beneficiadas são as classes pobres das zonas rurais, as quais são protegidas a curto prazo, em relação às classes pobres urbanas, pela depreciação da taxa real de câmbio (o aumento da renda agrícola compensa parcialmente os efeitos do declínio dos salários), e se beneficiam a longo prazo de uma estratégia de crescimento mais voltada para a agricultura. Sete anos depois, a pobreza rural está reduzida ao seu nível inicial e continua diminuindo. A pobreza urbana aumenta devido à contração inicial da procura e concomitante queda do salário real. No final do período, o efeito moderador da recuperação ao longo da nova trajetória de crescimento é apenas pequeno; no caso do Equador, isto reflete a alta proporção inicial de mão-de-obra rural nos setores de serviços e outros bens não-comerciáveis — setores nos quais o crescimento é relativamente lento. A longo prazo, o resultado para os pobres urbanos seria mais favorável em virtude da migração urbano-rural e do aumento da produção urbana de bens exportáveis.

fundamentais que visam a criar o contexto para o crescimento futuro, e ao mesmo tempo adotar políticas macroeconômicas capazes de moderar a queda do consumo privado durante o período de transição. Assim haverá base para um ajuste eficaz, com resultados relativamente favoráveis para os pobres.

É essencial haver ação rápida no caso de políticas referentes a reestruturação econômica. São de especial importância políticas de preços relativos e de gerenciamento de recursos do setor público, inclusive o orçamento e as empresas públicas. Sem um crescimento bem fundamentado, é impossível reduzir a pobreza a longo prazo. A curto prazo, porém, certas mudanças de políticas podem ajudar. Desvalorizar a taxa cambial e adotar outras medidas para elevar os preços agrícolas fará aumentar as rendas de alguns pobres de áreas rurais, e de modo especial dos pequenos agricultores.

A administração macroeconômica pode atenuar o impacto do ajuste sobre o consumo, de várias formas. O governo pode planejar uma "pausa" temporária no investimento, ou maiores fluxos de capital externo, ou aumentos temporários das trans-

ferências do orçamento. Algumas dessas medidas — como a despesa pública com investimento, por exemplo — ficam diretamente sujeitas ao controle governamental. Outras, como é o caso do investimento privado, reagirão a outros aspectos da conjuntura econômica. Caso se utilizem transferências, o déficit orçamentário será maior, o que só se justifica se houver ação eficaz sobre outros aspectos das finanças públicas, a fim de garantir coerência entre o déficit e as metas propostas, a curto e longo prazo, para a inflação, o investimento e as poupanças.

Os pacotes alternativos são difíceis de analisar. Um dos modos de proceder a essa análise é utilizar um modelo que congregue de forma coerente fatores macroeconômicos, mercados e os determinantes do bem-estar familiar (Box 7.2). A análise por meio de modelos esclarece algumas questões mas não explica todas as complexidades do mundo real. Em nossa análise partimos, principalmente, das diferentes experiências dos países dos três grupos já mencionados.

O ajuste é condicionado pelos primeiros desequilíbrios macroeconômicos, pela extensão dos problemas estruturais e pela gravidade dos cho-

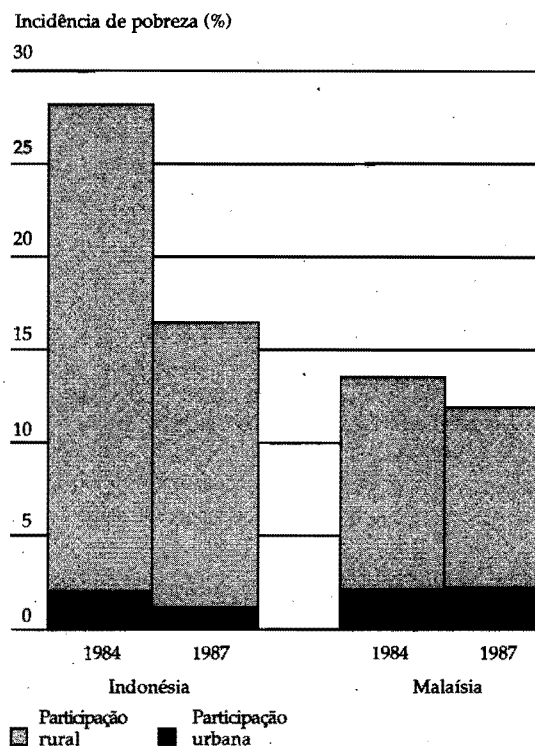
ques externos. No começo dos anos 80, os países do primeiro grupo (de que são exemplo muitos do Leste asiático) apresentavam um quadro macroeconômico relativamente estável, estruturas flexíveis de produção e comércio e um histórico de investimento em capital humano. Considerando-se toda a década, os choques sofridos por esses países foram relativamente amenos (Tabela 7.1). Por isso, o ajuste não exigiu uma redução muito grande na demanda. Os países do segundo grupo, muitos deles latino-americanos, gastavam mais do que podiam no início dos anos 80. Logo, sofreram choques maiores e o ajuste vinculou-se inextrinavelmente à redução da demanda.

Além disso, esses países precisavam mais de reestruturação econômica que os do primeiro grupo. O terceiro grupo, no qual predominam países da África subsaariana, apresentava no início dos anos 80 grandes desequilíbrios macroeconômicos e sérias deficiências estruturais, e portanto foi cenário dos piores choques. Para examinar mais detalhadamente cada um dos grupos, seria bom nos concentrarmos em um ou dois países mais representativos.

Vantagens da ação eficaz para os pobres

A Indonésia e a Malásia representam o primeiro grupo. Na Indonésia, a redução da pobreza decorreu de ganhos gerais; na Malásia, a redução da pobreza rural conspiciu um pequeno aumento

Figura 7.1 Pobreza na Indonésia e na Malásia, 1984-87



Nota: Em virtude de termos utilizado níveis específicos de pobreza para as áreas rural e urbana, a incidência de pobreza na Malásia é um pouco inferior à mencionada no Capítulo 3.

Tabela 7.1 Choques externos nos anos 80, por região
(% do PIB)

Região e país	Choques de relações de troca ^a	Choque de taxa de juros ^b	Total
África subsaariana	-10,1	-4,4	-14,4
Lesteasiático (exceto China)	-3,9	-4,3	-8,1
China	-0,6	-0,6	-1,2
Sul da Ásia (exceto Índia)	-7,9	-2,3	-10,2
Índia	-4,6	-1,0	-5,6
América Latina e Caribe	-6,3	-4,0	-10,3

Nota: Em virtude do arredondamento, pode não haver coincidência entre a soma dos números e os totais. A tabela mostra alterações nas condições externas em 1985-88, em comparação com a média do período 1970-80; assim é possível avaliar os choques que persistiram na segunda metade da década. Os totais por região não são ponderados.

a. Diferença entre as alterações nos preços de exportações e alterações nos preços de importações, de um período para outro. Os preços são dados em dólares norte-americanos e são ponderados pela participação das exportações ou importações no PIB.

b. Calculado a partir de alterações na taxa real de juros, ponderada pelo coeficiente dívida/PIB. A taxa real de juros é deduzida a partir da taxa real de juros implícita (soma dos pagamentos de juros públicos e privados menos receitas de juros sobre reservas, divididos pela dívida total) e a partir da inflação dos EUA.

da pobreza urbana (Figura 7.1). Os êxitos resultaram de um ajuste eficaz. Ambos os países logo tomaram medidas fundamentais em termos de políticas, sem deixarem de proceder a mudanças no investimento, na dívida e na despesa pública, a fim de evitar o declínio do consumo, ou moderá-lo.

Nesses países, o ajuste foi necessário em virtude da queda do preço do petróleo e de outros produtos básicos. Tão logo ficou claro que os choques não seriam temporários, foram tomadas providências firmes para estabilizar as economias e criar a base da reestruturação econômica. Indonésia e Malásia ajustaram suas políticas fiscais, desvalorizaram suas moedas, liberalizaram seus regimes comerciais (quando necessário) e desregulamentaram suas indústrias. Devido a essas políticas, elevou-se o preço dos produtos agrícolas (Tabela 7.2), o que a curto prazo protegeu as rendas dos agricultores e permitiu que a produção agrícola

Tabela 7.2 Alterações em variáveis básicas, Indonésia e Malásia, 1984 e 1987

(1984 = 100, salvo indicação em contrário)

Indicador	Indonésia		Malásia	
	1984	1987	1984	1987
PIB <i>per capita</i>	100	107	100	98
Consumo privado <i>per capita</i>	100	107	100	85
Investimento fixo como percentual do PIB	22	19	32	23
Taxa de câmbio real vigente ^a	100	55	100	76
Relações de troca na agricultura	100	116	100	129
Salários urbanos	100	115	100	97
Salários reais	100	115	100	99

a. Em termos de divisa por unidade de moeda nacional.

continuasse a crescer. Também ganharam os agricultores que plantam para exportar, parte importante do segmento populacional que se dedica à agricultura. Foram significativos os ganhos dos rizicultores indonésios. Para tanto, contribuiu muito o fato de estarem bem desenvolvidos a infra-estrutura rural e os mercados — em decorrência de políticas e investimentos realizados em

Figura 7.2 Investimento fixo na Indonésia e na Malásia, 1979-88

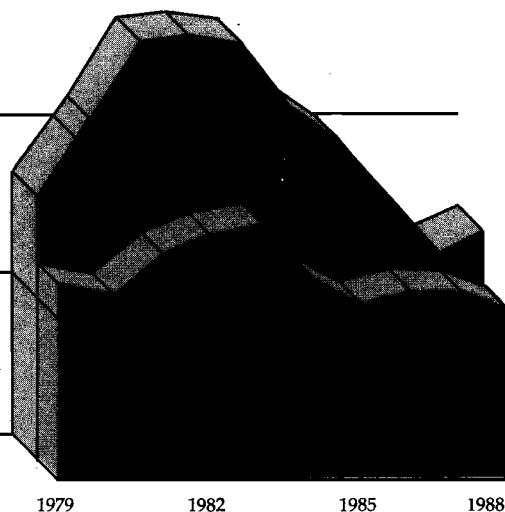
Coefficiente investimento fixo/PIB

40

30

20

10



Box 7.3 Pobreza no Leste europeu em anos de crise

Eventos macroeconômicos dominaram a evolução da pobreza no Leste europeu nos anos 80. Como havia ocorrido em vários países muito endividados, um excesso de captação de empréstimos na década de 70 contribuiu para esconder os defeitos estruturais. A Figura de box 7.3 mostra a configuração da evolução da pobreza na Iugoslávia e na Polônia. Até recentemente, a Polônia foi uma economia de planejamento central, ao passo que a Iugoslávia adota um sistema socialista descentralizado desde a década de 50.

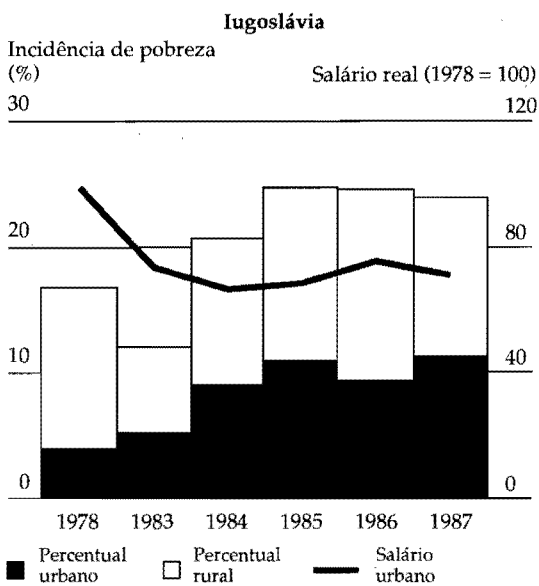
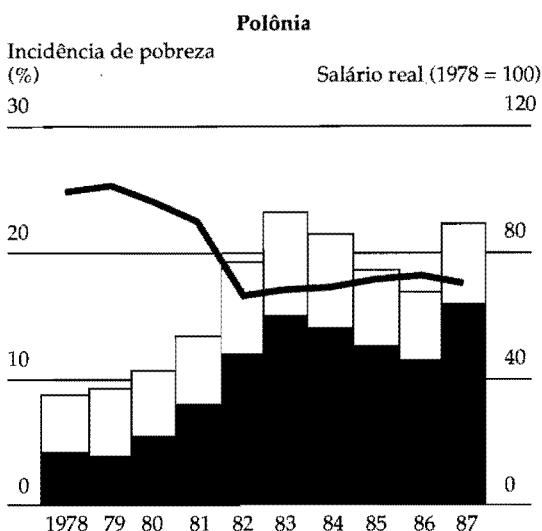
Medidas destinadas a reduzir a procura, aliadas a vacilantes tentativas de redução de subsídios, reduziram o salário real em ambos os países e fizeram aumentar o desemprego na Iugoslávia. Isto se deu apesar de substanciais reduções dos investimentos, os quais, por sua vez, ajudaram a proteger o consumo global privado. A renda agrícola sofreu uma redução menor em virtude de alterações da taxa de câmbio (especialmente na Iugoslávia) e devido ao fato de que as famílias rurais têm maior acesso à "segunda" economia que funciona fora dos mercados oficiais. A pobreza urbana aumentou substancialmente.

Embora a reforma já estivesse em andamento em alguns países do Leste europeu nos anos 80, medidas muito mais radicais estão sendo implementadas ou estudadas para a década de 90. Essas medidas provavelmente farão aumentar as pressões sobre a mão-de-obra urbana. Será preciso reduzir substancialmente o nível de emprego no setor estatal; o setor privado dessas economias, embora em fase de rápido crescimento, é ainda muito pequeno. Os subsídios constituem sério problema; em 1988, representavam 14% do PIB na Polônia, 12% na Hungria e 9% na Iugoslávia. Evidentemente, a tarefa é imensa. Ainda assim, o princípio de ação pronta e efetiva no tocante aos pontos fundamentais da política econômica, aliado a medidas destinadas a conter o consumo, aplica-se igualmente nestes casos.

décadas anteriores. Foi altamente prioritária, para os governos, a manutenção da infra-estrutura pública, apesar da necessidade de arrocho fiscal.

A reestruturação foi eficaz, mas também foi preciso adotar políticas de redução de demanda, que tiveram impacto moderado no consumo privado. Nos primeiros tempos do ajuste, o investimento foi elevado, acompanhando o aumento da receita de exportação de petróleo, que se verificou no início dos anos 80; foi possível haver uma "pausa" no investimento sem que o declínio chegasse a níveis incomumente baixos (Figura 7.2). Indonésia e Malásia procederam a cortes substan-

Figura de box 7.3 Pobreza e salários na Polônia e na Iugoslávia



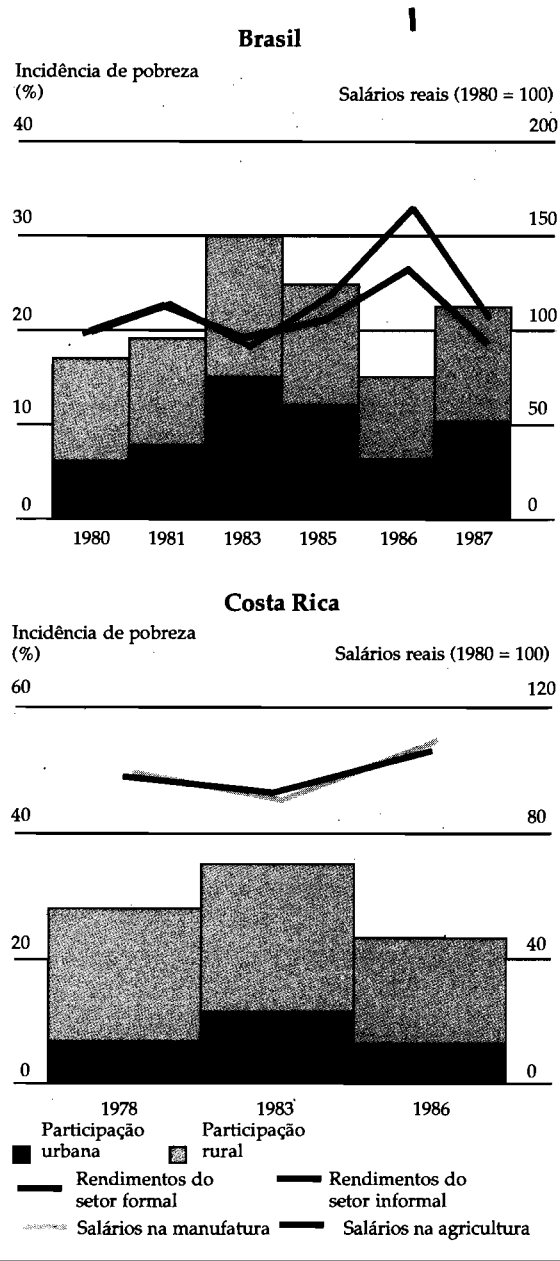
Nota: No caso da Polônia, o salário é ajustado de modo a levar em conta a escassez de bens de consumo em 1980 e 1981.
Fonte: Milanovic (documento básico) e Posarac (documento básico).

ciais no investimento público, especialmente em atividades capital-intensivas e importações-intensivas. O investimento privado caiu em função da contração da atividade econômica, de condições monetárias mais restritas e de uma incerteza maior. Mas as políticas de ajuste, por serem convincentes, constituíram a base da recuperação do investimento privado, que já se iniciava em 1988. Apesar de terem baixado as receitas do setor petrolífero, os governos conseguiram conter os déficits orçamentários, mediante a redução do investimento público, maior rigor na despesa corrente e maiores receitas (que na Indonésia provinham principalmente dos preços internos mais altos dos combustíveis). Na Malaísia, o controle fiscal global foi capaz de manter estável, em termos nominais, o preço do arroz ao consumidor — e por isso aumentaram as transferências fiscais para os consumidores de arroz. A Indonésia conseguiu harmonizar o ajuste e o aumento do empréstimo externo, sem perder sua capacidade creditícia. Além disso, foi valiosa a contribuição da assistência concessionária.

Graças a essa combinação de medidas, chegou-se à estabilidade macroeconômica sem que o bem-estar ficasse muito prejudicado, e foi possível (em especial na Indonésia) propiciar um contexto político que desse sustentação a um ajuste mais rigoroso. A curto prazo, as condições estruturais inicialmente favoráveis contribuíram tanto para a administração macroeconômica quanto para a reestruturação. No início da década, três fatores se destacaram como os mais importantes: políticas fiscais bem administradas, investimento elevado e um ônus relativamente pequeno de dívida.

O resultado favoreceu os pobres. Tanto na Indonésia como na Malaísia, os pobres eram, em sua maioria, agricultores, e a distribuição da terra foi relativamente equitativa. Os pequenos proprietários beneficiaram-se das rendas agrícolas mais altas. As famílias urbanas e rurais que dependiam de salários ficaram potencialmente mais vulneráveis aos aumentos de preços ligados à desvalorização (em ambos os países) e ao declínio da demanda nacional de mão-de-obra, resultante da recessão (na Malaísia). Na Malaísia, de fato, os salários caíram, fazendo aumentar um pouco a pobreza urbana, como mostra a Figura 7.1. Mas este aumento foi compensado pelo aumento das rendas de empresas agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais. O declínio dos salários reais foi também moderado pela queda da parcela de lucros, sobretudo de produtos não-comercializáveis, e pelas

Figura 7.3 Pobreza e salários no Brasil e em Costa Rica



políticas de estabilização dos preços do arroz. Na Indonésia, apesar de os salários públicos terem baixado, os salários do setor privado parecem ter subido, em função do dinamismo global do mercado de trabalho (graças à liberalização e ao crescimento rápido das exportações não-tradicionais). Na Indonésia, há indícios de que subiram as rendas das famílias pobres, em todos os setores e ocupações.

O problema da acentuada redução de demanda

Os países do segundo grupo têm renda média e gastavam mais do que podiam no início dos anos 80, graças à facilidade de tomar empréstimos em épocas anteriores. Portanto, era inevitável a redução da demanda, e ao mesmo tempo não havia muita possibilidade de utilizar a dívida para estabilizar o consumo. Dadas essas condições iniciais desfavoráveis, foi mais difícil evitar a redução das rendas dos pobres, após se ter declarado a crise da dívida. Em vários desses países, os pobres dependem muito do mercado de trabalho, e são portanto vulneráveis à queda da demanda de mão-de-obra na economia em geral. Incluem-se nesse segundo grupo vários países muito endividados — alguns do Leste europeu (Box 7.3) e a maioria dos latino-americanos. Brasil e Costa Rica são os exemplos. Em ambos esses países, a pobreza aumentou muito em 1983, quando os salários caíram (Figura 7.3). A situação mudou na Costa Rica — por volta de 1986, o nível de pobreza era inferior ao do final dos anos 70 — mas no Brasil a recuperação foi incompleta e deficiente. A diferença pode ser atribuída ao modo de lidar com os pontos fundamentais das políticas.

O Brasil não agiu de forma decisiva em relação a esses pontos fundamentais; o déficit do setor público (ajustado para a inflação) permaneceu alto, e a taxa de câmbio real não foi muito alterada (Tabela 7.3). A recessão de 1983 foi provavelmente inevitável. O aumento da pobreza se deveu à queda de salários e rendas nas áreas urbanas e

Tabela 7.3 Alterações em variáveis básicas, Brasil, 1980-87

(1980 = 100, salvo indicação em contrário)

Indicador	1980	1981	1983	1986	1987
PIB <i>per capita</i>	100	92	87	99	100
Consumo privado <i>per capita</i> ^a	100	92	89	99	96
Investimento fixo como percentual do PIB	23	23	18	19	22
Déficit do setor público como percentual do PIB ^b	3,6	6,2	4,2	3,6	5,5
Inflação anual (%)	90	108	141	144	209
Taxa de câmbio real vigente ^c	100	92	118	108	100
Receitas do setor formal	100	115	98	135	95
Receitas do setor informal ^d	32	37	30	53	35

a. Ajustado pelo deflator do PIB.

b. O déficit do setor público é o déficit operacional posterior à dedução do componente de pagamentos de juros nominais atribuível à inflação.

c. Em termos de divisas por unidade de moeda nacional.

d. O índice de receitas do setor formal é relativo ao salário do setor formal em 1980.

Box 7.4 Opções de política macroeconômica e distribuição de renda nas Filipinas

A recessão de 1983-85 nas Filipinas é um exemplo daquilo que os pobres têm de pagar pela queda da procura de mão-de-obra, pela imobilidade da taxa de câmbio e pela inflação. Como no caso de vários países muito endividados, a crise filipina teve origem no excesso de captação de recursos externos em anos anteriores e em defeitos estruturais. A estabilização começou com uma desvalorização nominal e um rígido controle das importações, seguidos de cortes drásticos dos gastos públicos e uma política monetária rigorosa. De início, os efeitos foram estagflacionários: acentuada queda da produção, inflação mais acelerada e aumento da taxa real de câmbio. A moeda só foi desvalorizada em termos reais em 1986.

Como tudo isso afetou os pobres? Valendo-se de dados trimestrais referentes a 1980-86, um estudo econométrico verificou que a contração do mercado de trabalho e o aumento da inflação fazem cair ainda mais a participação dos pobres na renda nacional, enquanto a depreciação da taxa real de câmbio tem o efeito oposto. Os resultados indicam que, quando a taxa de inflação sofre um aumento de 10%, a participação do quinto mais pobre da população cai em 10% (se tudo mais permanece igual). Ao contrário, quando a taxa real de câmbio é depreciada em 10%, a participação do quinto mais pobre aumenta em 20%. Outra constatação do estudo foi que a redução dos gastos públicos e o aumento das taxas reais de juros reduzem menos a renda dos pobres que a dos ricos.

Por que? A recessão e a contração do mercado de trabalho fazem cair a produtividade da mão-de-obra e aumentar o desemprego, atingindo em cheio as classes pobres. A aceleração da inflação também prejudica os pobres, porque o salário nominal deixa de acompanhá-la e porque os pobres não têm acesso a bens protegidos contra a inflação. Os pobres ganham com a depreciação da taxa de câmbio real porque as exportações fazem uso intensivo de mão-de-obra não-qualificada (sendo, muitas vezes, produzidas por camponeses) — e os produtos de exportação respondem por apenas uma pequena parte da cesta básica da maioria dos pobres. Os gastos do governo beneficiam principalmente a classe média e os cortes nesta área prejudicam menos os pobres.

O método adotado pelo país em seu esforço de estabilização foi desfavorável aos pobres durante esse período. Se o governo houvesse optado por não racionar as importações, os preços relativos teriam mudado mais acentuadamente e sem que a inflação crescesse tanto. Era necessário reduzir a demanda através de mudanças da política fiscal e monetária, mas um maior uso de medidas que visassem à variação dos preços relativos teria moderado a recessão e protegido os pobres. Mudanças na composição dos gastos públicos, embora politicamente difíceis, poderiam também ter tornado o ajuste menos doloroso para os mais vulneráveis.

rurais; o emprego informal cresceu, enquanto o emprego formal estagnava. O resultado tinha muito a ver com as políticas adotadas. O fato de não se conseguir reduzir o déficit contribuiu decisivamente para que não se consiga dominar a inflação. Em decorrência do grande endividamento interno do setor público, as taxas reais de juros subiram e aumentou a parcela de lucros financeiros na economia (em detrimento do trabalho e de lucros não-financeiros). Em 1986, o Plano Cruzado propiciou um *boom* econômico que reduziu bastante a pobreza. Mas não foi possível manter o aumento do consumo e dos salários, devido ao aumento das importações e do retorno das pressões inflacionárias. Quando veio a inevitável contração, a pobreza voltou a aumentar. Em 1987, a incidência de pobreza era maior do que no início da década. O país enfrentava constantes problemas fiscais e um ônus mais pesado de dívida. De nada adiantara a recessão de 1983.

As políticas brasileiras contribuíram para a inflação alta e, mediante amplos controles à importação, levaram a taxa de câmbio real a valorizar-se (em relação ao que teria ocorrido se as políticas fossem diferentes). Tudo isto teve efeitos complexos sobre a pobreza, porém de modo geral deixou

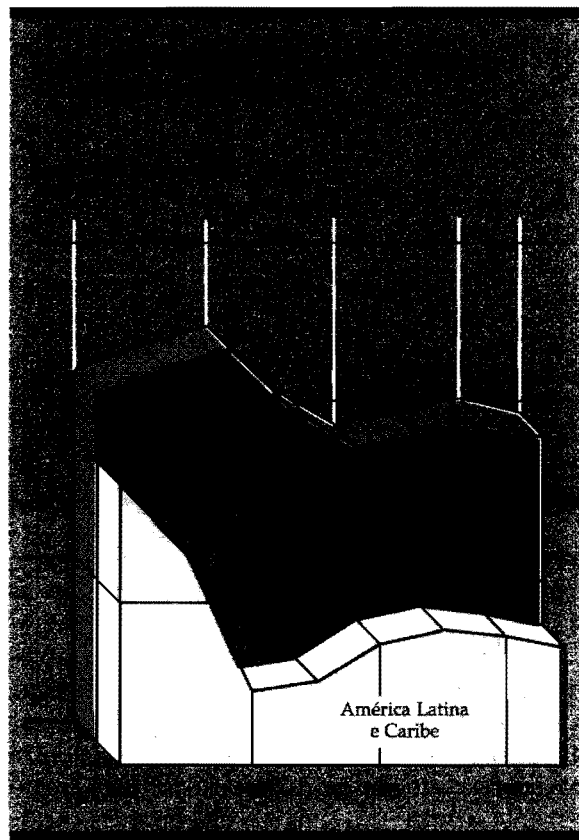
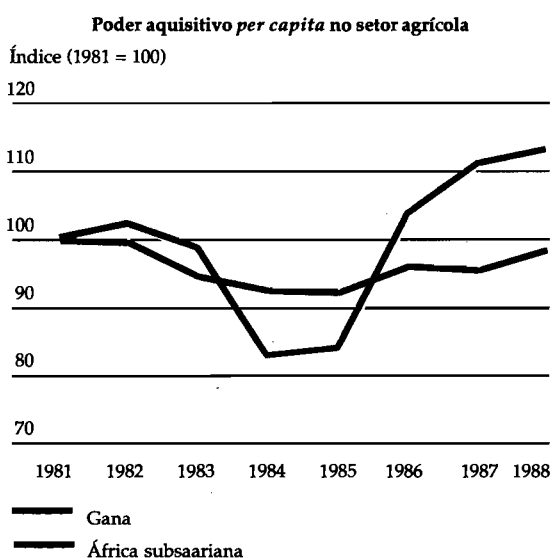
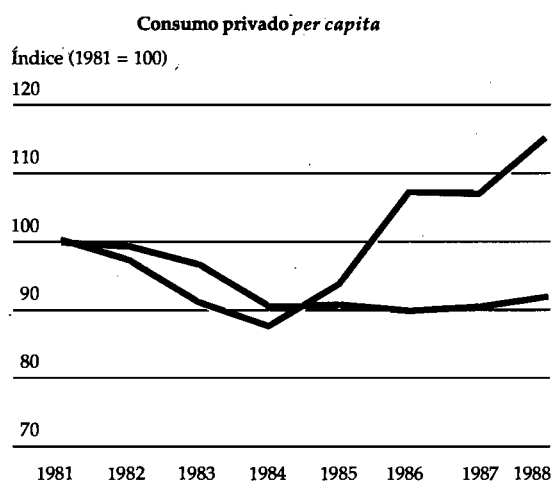


Figura 7.5 Consumo e poder aquisitivo agrícola, África subsaariana e Gana



Nota: O cálculo do consumo privado per capita é feito com base na população total; o poder aquisitivo agrícola é calculado tomando-se por base a população rural.

os pobres em situação pior. Provavelmente, o "imposto de inflação" é mais regressivo do que os instrumentos fiscais tradicionais. Uma desvalorização maior teria favorecido os pobres de áreas rurais — menos, contudo, que na Malásia, porque a maioria dos trabalhadores rurais brasileiros depende de salário. O caso das Filipinas, outro país de renda média que não se ajustou convenientemente no início dos anos 80, corrobora a noção de que a desvalorização real e a inflação mais baixa

favorecem os pobres (Box 7.4). Tanto no Brasil como nas Filipinas, a inflação alta e taxas cambiais supervalorizadas, além da incerteza generalizada, estimularam a evasão de capitais, que beneficiou os ricos e prejudicou os pobres.

O caso da Costa Rica contrasta vivamente com o do Brasil. Houve uma séria recessão no início do período, mas o ajuste macroeconômico foi substancial. Entre 1980 e 1986/87, o governo reduziu seu déficit orçamentário de 8 para 2-3% do PIB, e a taxa real de câmbio vigente foi desvalorizada em 30%. Por volta de 1986, a produção e os salários se haviam recuperado e a inflação baixara. Em função dessas mudanças deu-se a significativa melhoria da situação da pobreza, mostrada na Figura 7.3.

Não é a decisão de moderar o declínio do consumo durante o ajuste que determina o sucesso ou o fracasso das tentativas de proteger os pobres. Isto ocorreu tanto em casos de sucesso como em casos de fracasso. De fato, tanto na América Latina como no Leste asiático, a contrapartida de uma queda menor do consumo foi o investimento menor (Figura 7.4). Hoje, porém, o índice de investimento latino-americano está 27% abaixo dos níveis do início dos anos 80 — e muito abaixo dos do Leste asiático. Isto mostra que suspender temporariamente o investimento para moderar o consumo é um recurso que apresenta limitação: só valerá a pena se depois o investimento se recuperar, abrindo caminho para o crescimento da produção — como ocorreu em Costa Rica e na Malásia. Caso contrário, o declínio do consumo, inicialmente

Tabela 7.4 Alterações em variáveis básicas, Gana, 1980-88

(percentual, salvo indicação em contrário)

Indicador	1980-84	1985-88
Índice médio de crescimento		
PIB per capita	-4,1	1,7
Consumo privado per capita	-3,4	1,6
Poder aquisitivo per capita do setor agrícola ^a	-10,3	10,6 ^b
Participação no PIB		
Investimento fixo	5,0	9,9 ^b
Déficit fiscal	4,2	0,5
Receitas de assistência externa	0,8	3,8
Valor médio		
Taxa de câmbio real vigente ^c	172	32
Ágio do mercado negro (%) ^d	597	62

a. Crescimento do valor adicionado nominal na agricultura por habitante de áreas rurais, deflacionado pelo índice de preços ao consumidor como medida aproximada dos ganhos de relações de troca dos agricultores.

b. 1985-87.

c. Com base no câmbio oficial, sendo 1980 = 100, e expresso em termos de divisa por unidade de moeda nacional.

d. O percentual da taxa de câmbio do mercado negro sobre o câmbio oficial caiu para 4 por volta de 1988.

moderado, levará a níveis de consumo permanentemente mais baixos.

Foi inevitável, tanto no Brasil como em Costa Rica, uma redução substancial na demanda. Em conseqüência, foi provavelmente inevitável um certo declínio nas rendas dos pobres, mesmo tendo havido declínios significativos no investimento. Como mostra o modelo que aparece no Box 7.2, manter a despesa acima de níveis sustentáveis é algo que os governos só podem fazer durante algum tempo e a custos muito altos. Mas o declínio pode ser minimizado, caso se adotem políticas adequadas. Medidas de redução de demanda, que moderam a inflação e permitem uma taxa de câmbio real mais competitiva, são menos prejudiciais aos pobres do que as alternativas — principalmente se tais medidas forem capazes de manter a estabilidade econômica interna, evitando assim a evasão de capital. Nos anos 90, para evitar que o padrão de vida seja ainda mais afetado, é preciso um influxo maior de capital; no decorrer da reforma de políticas, isto é possível. Mas após algum tempo, a única maneira de ajudar os pobres é conseguir uma recuperação que se mantenha, com base num crescimento que utilize com eficiência a mão-de-obra e invista amplamente em capital humano.

O problema das distorções graves

No grupo de países de baixa renda que apresentam distorções graves, predominam os da África subsaariana. Tais distorções foram agravadas pelos choques macroeconômicos dos anos 80, e a região teve sérios problemas. No final da década, começaram programas de reforma em vários países. Tal como acontece nos outros grupos, a necessidade do ajuste, aliada à necessidade de proteger os pobres, pedia mudanças (às vezes radicais) nos pontos fundamentais das políticas e medidas para moderar o consumo. Um bom exemplo é Gana. A economia ganense, como a de vários outros países que integram esse grupo, sofreu distorções sérias, choques externos adversos, e suas instituições e infra-estrutura vêm declinando há muito tempo. Mas as políticas eficazes que vêm sendo adotadas desde meados dos anos 80 já mostram bons resultados.

Em Gana, lidar com os pontos fundamentais das políticas significou aumentar muito vários preços oficiais. Tais aumentos foram necessários para que se pudesse lidar com as distorções entre os mercados oficial e paralelo, e entre a agricultura e o restante da economia (Tabela 7.4). Os aumen-

Box 7.5 O efeito do ajuste macroeconômico sobre agricultores na África subsaariana

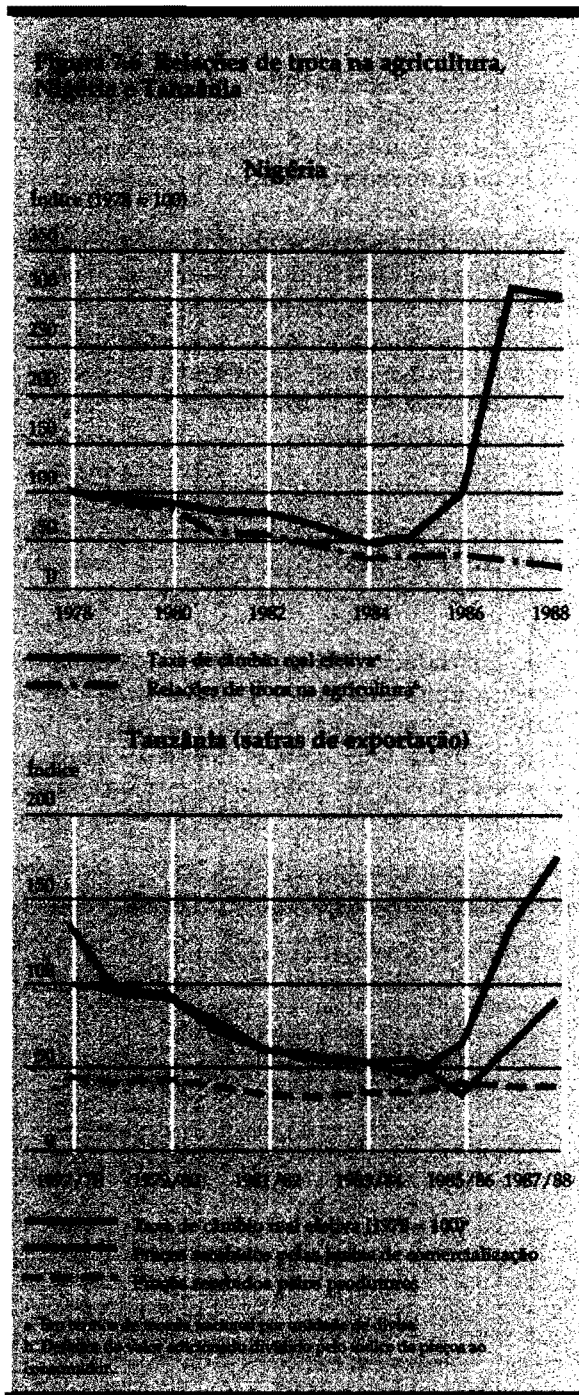
Regina Ofo é uma agricultora do estado de Bendel, na Nigéria. Para ela, o programa de ajuste estrutural de 1986, que incluiu medidas destinadas a aumentar os preços agrícolas, teve um significado muito concreto: ela melhorou de vida. Uma vez que a sua atividade agrícola tornou-se mais lucrativa, ela hoje pode comprar roupas novas para si mesma e para as duas filhas; no Natal, chegou a oferecer uma festa aos pobres da aldeia. Babatunde Akinola, ex-funcionário municipal, também foi beneficiado. Graças à extinção, em 1986, da Diretoria de Comercialização do Cacau, administrada pelo governo, e subseqüentes desvalorizações da moeda, o preço oferecido pelo cacau por comerciantes independentes é várias vezes superior ao que vigorava no início da década de 80. O Sr. Akinola empregou o dinheiro de sua aposentadoria na restauração da plantação de cacau do pai, no estado de Ondo. Sua renda aumentou substancialmente. Em 1986, construiu uma ampla residência e hoje seus filhos estudam nas melhores escolas da Nigéria.

Outros não tiveram tanta sorte. Aumentos de preço dos alimentos nem sempre são bem-vindos para os agricultores que têm de comprar gêneros alimentícios durante certos meses do ano. Antes da mudança de política, Nse Nnachukwu conseguia alimentar sua família de seis com os produtos de sua terra e com o que ganhava vendendo-os aqui e acolá. Mas a renda que percebia não conseguiu acompanhar o aumento do preço dos alimentos e de outros produtos básicos. Ademais, vê-se impossibilitado

de proteger-se contra o aumento de preços através do aumento da produção de alimentos, porque vive no estado de Imo, onde há escassez de terras.

As reformas do Malavi, que datam de 1981, têm incluído substanciais aumentos de preço do milho. Esses aumentos foram, ao mesmo tempo, úteis e prejudiciais aos pequenos agricultores. Os plantadores de milho — muitos dos quais são pobres — triplicaram sua produção em meados da década de 80 e ajudaram o país a retomar o seu comércio de exportação. Mas alguns saíram perdendo a curto prazo. Dester Mlondo não consegue produzir milho suficiente para alimentar sua família durante todo o ano. É forçada a vender o milho por ocasião da colheita, quando o preço é baixo, pois precisa de dinheiro para outras necessidades da casa. A eliminação dos subsídios do milho em 1987 significou que o produto se torna mais caro nos meses que antecedem a colheita, quando a Sra. Mlondo tem de comprá-lo para alimentar a família.

As medidas de ajustamento que beneficiam a agricultura tendem a fortalecer gradualmente toda a economia rural. A curto prazo, essas medidas têm ajudado muitos agricultores, mas prejudicam outros. Mesmo os que saem perdendo poderiam, dentro de pouco tempo, estar em situação pior sem as reformas — mas isso não chega a consolar pessoas como o Sr. Nnachukwu e a Sra. Mlondo. Na seção “Reestruturação da despesa pública e os pobres”, as medidas destinadas a proteger os mais vulneráveis durante o ajustamento são discutidas em maior detalhe.



tos eram apoiados por um forte ajuste fiscal e por esforços no sentido de redirecionar para os pobres a despesa pública. Graças à mudança de prioridades, alguns serviços sociais foram reabilitados e se expandiram. Ou seja, Gana adotou exatamente a estratégia desenvolvimentista preconizada neste Relatório. A opção não era moderar as perdas no consumo mediante a redução do investimento fixo. Em meados dos anos 80, o investimento já estava baixo, e ainda não voltou sequer a níveis suficien-

tes para substituir o capital depreciado. Portanto, a ajuda externa foi essencial para custear a recuperação do consumo *per capita*, que cresceu a 7% ao ano no período 1985-88. A ajuda constante se faz necessária para que o investimento se recupere e o consumo continue a crescer nos anos 90.

Em Gana, os preços oficiais sofreram alterações semelhantes às verificadas em muitos países em fins dos anos 80. A alternativa, comum no início dos anos 80, foi evitar alterar a taxa nominal de câmbio mediante o racionamento das importações. Com isto as taxas cambiais reais se valorizaram e expandiram-se os mercados paralelos de divisas. Geralmente as tentativas de controlar os preços internos fazem com que predominem os mercados paralelos de produtos, cujos preços são mais influenciados pela taxa cambial do mercado negro do que pela taxa de câmbio oficial. Foi o que ocorreu em Gana e na Tanzânia, antes da reforma. Em países onde se somavam ao racionamento geral e aos controles de preços outras fontes de séria instabilidade (como a guerra, no caso de Angola e Moçambique), os mercados rurais se desintegraram e os agricultores foram forçados a adotar a produção de subsistência.

Na avaliação do impacto do ajuste sobre a pobreza, a questão mais importante são as rendas rurais. Nos anos 80, em países como Gana, 80% ou mais das áreas de pobreza eram áreas rurais. A estratégia de racionar as importações e reduzir os preços oficiais ao produtor evidentemente prejudica as áreas rurais. Terão as mudanças radicais, adotadas em Gana e em outros países, alterado a vida dos pobres das áreas rurais? Muitas dessas mudanças foram benéficas, mas algumas foram prejudiciais (Box 7.5).

A reforma dos preços favorece os pobres do campo porque aumenta suas rendas de produtores. Houve casos, porém, em que nem mesmo grandes mudanças na taxa de câmbio oficial e nos preços conseguiram ter muito efeito sobre a pobreza. A Figura 7.6 mostra a experiência da Nigéria e da Tanzânia. Nem sempre os ganhos potenciais decorrentes da desvalorização da taxa cambial foram passados adiante; às vezes, sobretudo na Tanzânia, foram absorvidos em cadeias ineficientes de comercialização. Além disso, os cultivos de muitos dos agricultores mais pobres são pouco afetados por alterações no preço e na taxa cambial internacionais, e sofreram com a contração da atividade econômica (o fato teve importância na Nigéria). E por fim, alguns pobres das áreas rurais — no Malavi, por exemplo — são compradores líquidos de alimentos. Esses efeitos, desiguais e a

Box 7.6 A economia política do ajuste

O ajuste efetivo pode aliviar a carga dos pobres a curto prazo e reduzir a pobreza a longo prazo. Contudo, o ajuste impõe certos dilemas aos dirigentes políticos. As medidas tendem a impor um custo sobre o eleitorado — às vezes, custos permanentes, como no caso de cortes de lucro ou de transferências de monopólios. Acarretam também uma permuta entre vantagens presentes e futuras — permuta incômoda para um político que tem eleições a ganhar, grupos de interesses a satisfazer e golpes a evitar. O sucesso das medidas de ajuste pode depender da viabilidade de estabelecer coligações entre os que se beneficiam, bem como do cuidadoso sequenciamento de objetivos políticos e econômicos.

Condições iniciais favoráveis, como as de muitos países do Leste asiático, reduzem os custos políticos e econômicos do ajuste. A abertura da economia da Malásia, a forte orientação da Coreia no sentido das exportações e a ênfase que a Indonésia vem colocando há muito tempo sobre o desenvolvimento rural criaram importantes eleitorados entre os que foram rapidamente beneficiados pelo ajustamento. Isto reduziu os riscos dos líderes políticos e contribuiu para um círculo virtuoso de boa política e desempenho econômico satisfatório.

Graves desequilíbrios e grandes choques externos aumentam a tentação de retardar o ajuste. Quando as pessoas acham, como aconteceu em Zâmbia, que as dificuldades econômicas têm causas externas e que as medidas de ajustamento são impostas a partir de fora, o risco, para o governo, de perder apoio político é alto. Governos fracos ou divididos e os que enfrentam disputas eleitorais tendem a adiar o ajuste. Os governos de Costa Rica e Gana, em fins da década de 70 e início da década de 80, como também o governo do Brasil em 1986 e das Filipinas em 1984, retardaram o ajustamento por motivo de incertezas políticas. E isto fez aumentar o custo do ajuste.

Há quem afirme que os regimes autoritários são mais capazes de levar a cabo o ajuste, por não terem oposição (parlamentar) que exija compromisso e por disporem do luxo de horizontes de tempo mais amplos. Os governos do Chile, após 1973, da Coreia em começos da década de 80 e de Gana, a partir de meados da década de 80, constituem exemplos disso. Mas existem muitos casos de importantes reformas sob regime democrático — a Jamaica nos anos 80, as Filipinas em 1986, a Turquia em 1983 e Costa Rica em

meados da década de 80 etc. Em todos estes casos, os dirigentes tiraram proveito do descontentamento com as formas anteriores de administração econômica e defenderam como “progressistas” as medidas voltadas para o mercado. Em tais circunstâncias, a política e a economia do ajustamento eficaz podem adequar-se perfeitamente. Nos casos em que uma nova equipe econômica sobe ao poder quando as medidas da equipe anterior estão desacreditadas, há margem para reformas de vulto. Nesses casos, medidas de redução da demanda e de reestruturação devem ser introduzidas tão rapidamente quanto possível, do ponto de vista técnico e econômico. A ação rápida estabelece a credibilidade do programa, reduz a oportunidade de consolidação da resistência e aumenta a possibilidade de que os novos líderes gozarão os frutos da reforma. Estas lições são especialmente relevantes para as novas democracias do Leste europeu.

Uma mistura de ação rápida sobre a base econômica e esforços na direção da contenção do consumo geralmente é justificada por motivos de bem-estar. Os argumentos políticos a favor dessa abordagem podem também ser ponderáveis. Mas há importante diferença entre os dois fundamentos lógicos. A preocupação com o bem-estar coloca a ênfase sobre os pobres, ao passo que a preocupação com a política volta-se no sentido oposto, ditando que as perdas entre os grupos politicamente fortes (tais como os trabalhadores do setor formal) sejam moderadas. Na elaboração de programas para compensar os perdedores entre os pobres, certo vazamento na direção desses grupos pode ser, ao mesmo tempo, economicamente inevitável (do contrário, os realmente necessitados não seriam atingidos) e politicamente aconselhável.

Por mais dolorosas que sejam, as crises podem consolidar o apoio à mudança política, enfraquecer grupos de interesses contrários à reforma e aumentar a disposição dos políticos de recorrer ao auxílio de tecnocratas. No caso dos governos dispostos a agir, os riscos políticos da adoção de medidas difíceis podem ser reduzidos através de apoio externo. Quando um governo não tem os recursos para moderar o consumo, o influxo de capital externo pode desempenhar papel vital na sustentabilidade da reforma. Em Gana e na Turquia, o ajuste foi facilitado por apoio externo estendido em tempo hábil aos governos comprometidos com as reformas.

curto prazo, não diminuem a necessidade de grandes incentivos aos preços na agricultura, mas corroboram uma das principais assertivas do Capítulo 4: o crescimento das rendas rurais precisa basear-se em uma estratégia global coerente, que inclua comercialização melhor e melhor infra-estrutura rural.

As áreas rurais tendem a ganhar com o ajuste, sobretudo a médio prazo. Índícios indiretos sugerem que os pobres das cidades ficam sujeitos a riscos maiores. As rendas reais urbanas podem cair — nem sempre, porém, em virtude dos preços mais elevados, como se costuma supor. Muitas

vezes, quando o ajuste tem início, os consumidores pobres das cidades estão pagando os preços do mercado paralelo, e não os preços oficiais; preços oficiais mais altos não raro têm efeitos neutros, ou mesmo favoráveis, sobre os preços pagos pelos pobres das cidades. O motivo principal da redução da renda urbana é a contração da demanda de mão-de-obra urbana. Em muitos países, tal fato é inevitável. Nos anos 70, os gastos urbanos, em especial os do setor público, chegaram a níveis que evidentemente não podiam ser mantidos. Mesmo antes de se adotarem medidas de reforma, a situação da mão-de-obra urbana sofreu um radical

declínio em Gana e na Nigéria. Em ambos os países, foi significativa a migração da cidade para o campo — três quintos dos migrantes ganenses, no período 1982-87, saíram de Acra, a capital do país.

Os países desse terceiro grupo são os que sofrem problemas mais graves de ajuste e pobreza. O melhor a fazer, como nos outros casos, é aliar uma ação eficaz nos pontos fundamentais de políticas com o maior apoio ao consumo privado que os recursos permitirem. Vale ressaltar dois fatores, no tocante a esse grupo. Primeiro, em muitos casos as distorções de preços ainda são tão grandes que reformas drásticas de preços podem ser neutras ou benéficas para os pobres, que não raro beneficiaram-se pouco com as tentativas de controlar os preços oficiais. Segundo, a ajuda externa é geralmente a única opção a curto prazo para moderar o declínio do consumo. Os problemas estruturais de alguns países são tão profundos que talvez essa ajuda precise financiar tanto o consumo quanto o investimento, durante um longo período de transição.

Opções de políticas macroeconômicas e viabilidade política

Em alguns países foi mais fácil do que em outros proteger os pobres por meio de políticas macroeconômicas. No começo dos anos 80, os países do Leste asiático estavam em melhor posição; reagiram rapidamente aos choques, adotando medidas macroeconômicas e de reestruturação, e utilizaram bem a pausa no investimento para moderar os declínios de consumo durante a transição. Suas economias reagiram com vigor; a proteção aos

pobres foi relativamente boa, principalmente em função de alterações nos preços relativos. Em outras regiões, a posição inicial mais fraca sem dúvida dificultou a situação dos pobres. Mas as políticas foram importantíssimas, como atesta o progresso obtido em Costa Rica e em Gana.

Fatores políticos influem decisivamente na escolha das políticas para lidar com o desequilíbrio macroeconômico (Box 7.6). É comum imperativos políticos conflitarem com a meta de reduzir a pobreza, especialmente quando se fazem necessárias medidas para reduzir a demanda ou quando políticas que promovem o crescimento beneficiam os pobres do campo, mas prejudicam as cidades. De acordo com a experiência, executivos fortes, em posição de proceder a mudanças, são os que têm melhores condições de implantar a reforma — e, na hora certa, convém agir depressa. De qualquer forma, os fluxos de capital externo e as medidas para compensar os que perdem são tão importantes em termos políticos como em termos puramente econômicos.

Reestruturação da despesa pública e os pobres

Evidentemente as políticas de ajuste macroeconômico e estrutural têm impacto significativo sobre os pobres. Em muitos países, a opção por boas políticas macroeconômicas facilitou a redução da pobreza. Muitos pobres, porém, sofreram e continuam sofrendo por causa dos choques dos anos 80. Mesmo que as políticas contribuam para uma demanda maior de mão-de-obra, porque diminuem as tendenciosidades contra atividades mão-de-obra intensivas, as economias demoram a reagir, e certos grupos de trabalhadores e de produtores de pequena escala saem perdendo durante a transição. Além disso, para lidar com os choques e com uma dívida pública muito alta, não raro é preciso cortar gastos públicos, o que pode prejudicar diretamente os pobres. A Tabela 7.5 mostra como os gastos com serviços sociais foram afetados na África subsaariana e na América Latina pela redução dos gastos globais no início dos anos 80. Em ambas as regiões, os gastos sociais caíram — mas na África subsaariana, as alocações em favor dos setores sociais proporcionaram uma pequena proteção: já na América Latina, a mudança na composição dos gastos retirou recursos do setor social.

Quando a despesa pública global sofre pressões, até que ponto é possível proteger os pobres? Essa proteção envolve três elementos principais.

- *Moderar o consumo.* Os pobres perdem as poupanças e o acesso ao crédito, e não têm muitas

Tabela 7.5 Contração fiscal e despesas sociais, África subsaariana e América Latina

<i>Região e indicador</i>	1980	1985	<i>Alteração (%)</i>
<i>Despesa real per capita (1978 = 100)</i>			
África subsaariana			
Despesa improdutiva total	96	64	-33
Despesa social	85	63	-26
América Latina			
Despesa improdutiva total	110	92	-16
Despesa social	107	87	-18
<i>Despesa social como percentual do total da improdutiva</i>			
África subsaariana	23	26	13
América Latina	23	20	-16

Nota: As cifras se referem a todos os países onde o total de despesa real improdutiva declinou durante o período.

condições de manter seu consumo.

- *Manter o capital físico e humano.* A longo prazo, o ajuste pode significar um retrocesso para os pobres, caso venha a desgastar os recursos que lhes permitem exercer atividades de produtores e trabalhadores de pequena escala. Não se deve permitir a deterioração de certos investimentos, como saúde e educação, obras de irrigação e estradas rurais.

- *Abrir caminho para a recuperação do investimento.* A queda do investimento público é uma reação inicial inerente ao choque, mas a recuperação posterior é essencial.

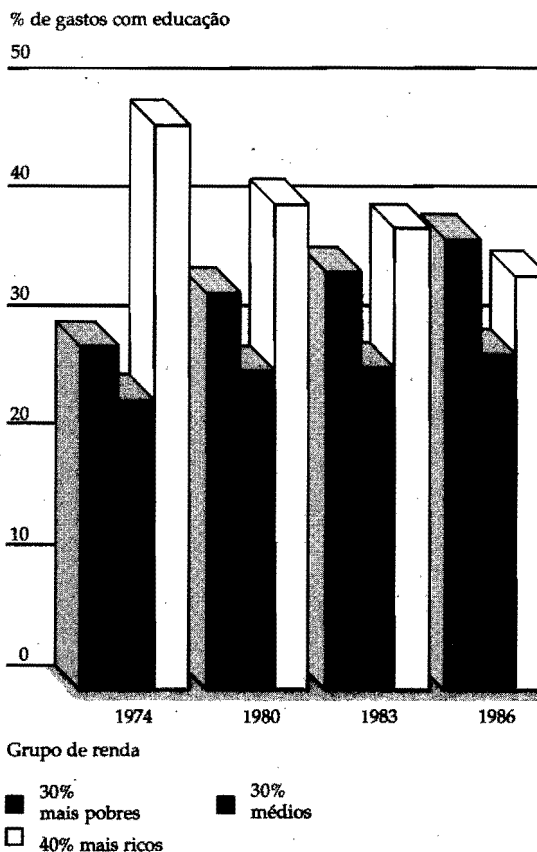
É evidente que existem compensações, algumas das quais se acentuam durante as crises macroeconômicas. Crescem de importância os gastos públicos para atenuar o declínio do consumo, mas também é importante manter e expandir o capital nacional. Tais dificuldades tornam ainda mais importante uma definição acurada das clientela-alvo, o que leva necessariamente a cortes que afetam as classes rica e média, dificultando ainda mais a definição dos alvos, tanto em termos políticos como econômicos. Contudo, países como Chile e Indonésia conseguiram mudar suas prioridades de gastos públicos, dentro de um ajuste fiscal global.

Concentramo-nos aqui em mudanças de curto prazo na despesa orçamentária. Mas são também importantes alterações na receita governamental. Em muitos países valeria a pena reformar a estrutura das rendas, de modo a obter eficiência a longo prazo e amplitude cada vez maior; tais características definem-se em estruturas fiscais bem planejadas, diretas e indiretas, e na cobrança aos usuários de taxas por serviços públicos, energia e serviços sociais. Se essas reformas forem logo adotadas, o aumento das receitas pode diminuir a necessidade de cortar despesas. Bom exemplo é a redução de subsídios a derivados do petróleo, adotada na Indonésia. Mas a reforma tributária costuma levar mais tempo.

Reestruturação da despesa pública durante o ajuste

Em meados dos anos 80, houve cortes de gastos gerais em muitos países como por exemplo as Filipinas. A parcela de gastos com setores sociais, agricultura e programas para os pobres manteve-se mais ou menos constante — cerca de 30% dos gastos improdutivos; devido, porém, ao retrocesso geral, em 1986 o gasto geral *per capita* nessas áreas representava cerca de dois terços do nível de gastos em 1981. Como nas Filipinas a despesa

Figura 7.7 Quem ganhou com os gastos públicos com educação? Chile, 1974-86



Fonte: Castañeda, no prelo.

pública global beneficia desproporcionalmente pessoas que não são pobres, essas pessoas sofreram perdas substanciais devido aos cortes. Mas os pobres são os mais vulneráveis, e a estrutura dos gastos não foi mudada no sentido de protegê-los.

A Indonésia também precisou reduzir sua despesa pública, quando os preços do petróleo caíram, no começo dos anos 80. Entre 1982/83 e 1987/88, a despesa pública real indonésia caiu 17%. No entanto, apesar de os pagamentos de juros terem subido 80%, não se alteraram os gastos para manter a infra-estrutura econômica e social, e as transferências para as províncias subiram 29%. A realocação foi possível devido à redução substancial dos gastos com desenvolvimento e ao declínio real na conta dos salários. No tocante a gastos com desenvolvimento, houve a transferência para recursos humanos de recursos para indústria importação-intensiva e mineração. Isto levou

Box 7.7 Pacotes de medidas: o papel dos programas de ação social

Em fins da década de 80, surgiu um número crescente de programas multissetoriais especiais destinados a mitigar os custos sociais do ajustamento; os mais avançados e conhecidos são os da Bolívia, Gana e Madagascar. Esses programas incluem medidas a curto prazo para alívio de situações difíceis (tais como criação de empregos públicos, indenizações por demissões e esquemas de crédito para trabalhadores deslocados) e outras medidas (que vão desde o saneamento urbano até o fornecimento de livros escolares) que fazem parte de uma estratégia de redução da pobreza a prazo mais longo. Não raro incluem muitos doadores e ONGs locais e internacionais.

O Fundo Social de Emergência (FSE) da Bolívia e o Programa de Ação para Mitigar os Custos Sociais do Ajuste (PAMSCAD), de Gana, têm finalidades inteiramente diferentes. O FSE cria uma nova instituição — essencialmente uma agência nacional de financiamento de projetos selecionados pelas comunidades locais e executados por empreiteiros do setor privado. Graças a forte liderança, pessoal altamente motivado (com salários superiores aos do funcionalismo público) e mínimo envolvimento do governo, o esquema foi rapidamente implantado. Por outro lado, o PAMSCAD funciona junto a órgãos oficiais existentes. Inclui 23 formas de combate à pobreza, abrangendo obras públicas, crédito, treinamento, suprimento de água a baixo custo, saúde, medicamentos, ali-

mentação e habitação, todas fortemente voltadas para o envolvimento comunitário e a participação de ONGs do próprio país. A implementação tem sido grandemente retardada por problemas de coordenação interna e externa. Ambos os programas servem a três importantes objetivos: mobilizar ajuda externa, aumentar a conscientização em relação à pobreza nacional dentro e fora do governo e facilitar a introdução de medidas difíceis exigidas pelo ajustamento.

Nenhum dos dois planos constitui modelo ideal para outros países, especialmente da África — o da Bolívia em virtude de sua natureza especial e autônoma, e o de Gana em virtude de sua complexidade. Os planos surgidos mais recentemente são menos complexos do que o PAMSCAD, mas a maioria ainda tem grande número de componentes e mistura medidas de curto prazo a outras de longo prazo. Isto gera problemas de coordenação e pode desviar atenção e recursos das áreas onde eles são mais necessários. Às vezes, é desejável que uma medida imediata comece a atacar problemas a longo prazo, mas a mesma deve ser compatível com a estratégia de longo prazo. O Projeto de Administração Econômica e Ação Social de Madagascar, por exemplo, inclui medidas de distribuição de medicamentos e apoio do planejamento familiar, mas estas se coadunam com intervenções a prazo mais longo na área da saúde.

a parcela da despesa pública destinada a emprego a aumentar, e permitiu a preservação de recursos para a manutenção e a expansão seletiva da infraestrutura social e econômica. O governo da Indonésia tem tradicionalmente evitado transferências explícitas, mas os gastos públicos com atividades que favorecem o emprego contribuíram para manter as rendas e o consumo dos pobres.

O padrão dos gastos em cada setor é tão importante quanto o padrão de gastos nos diferentes setores. Afirma-se com frequência que quando há cortes na despesa social, os que mais sofrem são os serviços destinados aos pobres. Mas não há muitas provas de que seja assim. Em alguns países africanos, a educação primária e os serviços de saúde foram desproporcionalmente afetados, e a qualidade do serviço decaiu. Os cortes são geralmente mais sentidos no abastecimento e no equipamento; custos pessoais são mais difíceis de ajustar. (Nos Camarões, durante o arrocho fiscal de 1985-87, os salários chegaram a representar 99% do total dos gastos correntes com saúde.)

O Chile conseguiu proteger os serviços destinados aos pobres, durante seu ajuste fiscal. Expandiram-se os programas sanitários básicos e de

nutrição infantil, destinados aos pobres, apesar de ter sido menor o gasto público com bens e serviços em geral. Por isso foi possível que as condições sociais continuassem melhorando nos anos 80; a taxa de mortalidade abaixo dos cinco baixou ainda mais. No campo da educação, o governo manteve a qualidade, mediante o fornecimento de materiais; a despesa com estes itens foi maior em termos reais, apesar dos cortes nos gastos com educação. A despesa governamental favoreceu a educação primária, e a realocação foi progressiva, como os dados confirmam. Nos anos 80, apesar da crescente austeridade fiscal, os gastos públicos com educação continuaram a ser direcionados para os pobres.

Proteção aos pobres mediante transferências, em crises macroeconômicas

No período de ajuste, é melhor que as transferências aumentem ou diminuam? Dentro de um ajuste fiscal com vistas ao crescimento, a redução das transferências pode parecer óbvia, mas também pode onerar mais ainda os pobres. A alternativa é uma escolha melhor das clientelas-alvo, o que já é difícil mesmo não havendo problemas, e

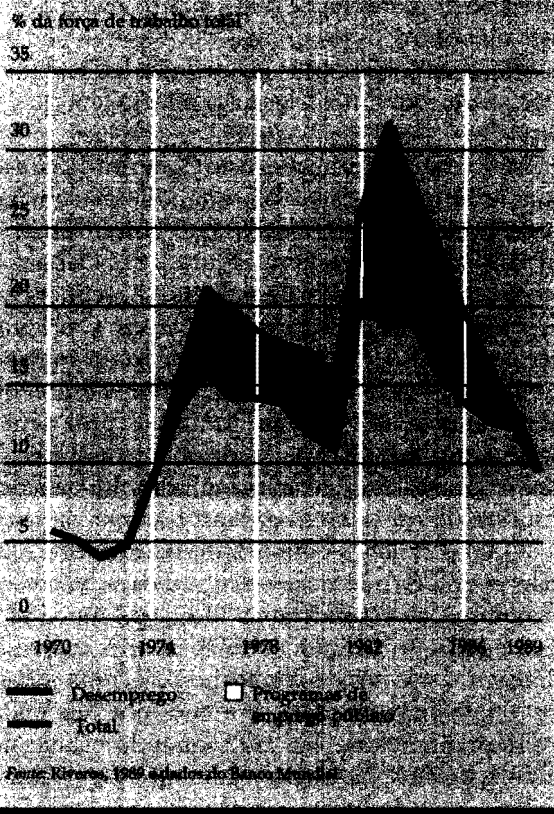
não fica mais fácil durante crises macroeconômicas. Mas, para ajudar os pobres durante o ajuste, é possível utilizar três tipos de transferências — subsídios, programas de emprego público e compensação para empregados demitidos. Geralmente tais transferências integram os “programas de ação social”, adotados recentemente por muitos países (Box 7.7).

SUBSÍDIOS. Os subsídios gerais costumam beneficiar os pobres das cidades (e às vezes os das áreas rurais, como ocorreu no Egito e em Kerala, Índia), mas também beneficiam bastante aqueles que não são pobres. Por isso, os gastos fiscais precisam ser altos a fim de terem mais impacto sobre os pobres; e custa caro manter gastos fiscais durante crises macroeconômicas. Seria muito conveniente escolher melhor a clientela-alvo — mas é difícil.

Em fins dos anos 70 e início dos anos 80, Jamaica e Sri Lanka suspenderam os subsídios à alimentação em geral e passaram a subsidiar alimentos destinados a certas clientelas. Reduziram-se assim os subsídios globais: no Sri Lanka, de 5% do PIB, em 1975-79, para menos de 1% do PIB em 1984; e na Jamaica, depois de terem chegado a um máximo de 6% do PIB em 1977, ficaram abaixo de 1% em meados dos anos 80. No entanto, a cobertura foi incompleta e alguns pobres não foram beneficiados. No Sri Lanka, o valor real dos selos para alimentos decaiu. Há também indícios de que baixou a renda da quinta parte mais pobre da população; menos famílias pobres foram favorecidas pelo aumento geral da atividade econômica e pelo crescimento dos salários urbanos reais. Na Jamaica, o quadro foi um pouco melhor, principalmente quanto à distribuição, em clínicas, de alimentos para mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos. Foi mais fácil definir a clientela-alvo neste grupo, devido à auto-seleção.

Estes casos, e outros, apontam para três conclusões. Primeiro, seria da maior conveniência manter subsídios cujas clientelas-alvo já estejam bem definidas — é o caso, por exemplo, de programas alimentares para grupos vulneráveis, em clínicas que atendem aos pobres. (Bom exemplo, mais uma vez, é o Chile.) Quando os programas são bem planejados, pode-se aumentar temporariamente as rações. Segundo, deve-se tentar, sempre que possível, definir melhor a clientela-alvo — por meio de selos para alimentação, ou da promoção de produtos consumidos principalmente por pobres, ou de critérios geográficos. Terceiro, se for difícil definir as clientelas-alvo, por motivos práticos ou políticos, talvez seja melhor cortar subsídios

Figura 7.8 Como os programas de emprego público diminuíam o desemprego no Chile, 1970-85



em geral, carreando recursos para outros programas. Em períodos de ajuste, o custo de oportunidade dos subsídios é elevado.

PROGRAMAS DE EMPREGO PÚBLICO. Na maioria dos países que empreendem ajuste, a demanda de mão-de-obra decresce temporariamente. Geralmente os pobres são mais favorecidos pelos programas de emprego do que pelos subsídios. Bolívia, Chile e Peru, e mais recentemente Gana e Madagascar, adotaram programas de emprego diante de choques macroeconômicos. No Sul da Ásia, programas desse tipo constituem um esquema de segurança para os pobres das áreas rurais, e apresentam-se em geral como programas tradicionais de obras públicas; mas em muitos países, como Bolívia, Gana e Madagascar, o governo atua como agência financiadora para projetos mão-de-obra intensivos realizados por empregadores privados.

A menor demanda de mão-de-obra e alterações nos preços relativos — como por exemplo alimentos mais caros — podem baixar temporariamente

os salários reais. (De acordo com um estudo realizado em Bangladesh, os salários reais do setor agrícola a princípio caíram e depois se recuperaram, em função do aumento dos preços do arroz. O tempo do ajuste foi de três a quatro anos.) Num caso ou noutro, os programas de emprego podem favorecer os pobres. Mas se a escolha de clientela-alvo se der por auto-seleção, o salário tem de ser baixo.

Os programas de emprego no Chile e no Peru são bons exemplos. Em 1983, quando estavam no auge, os programas chilenos conseguiram empregar 13% da mão-de-obra (Figura 7.8). Depois, à medida que o mercado de trabalho se recuperava, os programas foram sendo desativados. O programa peruano — Programa de Apoyo de Ingreso Temporal —, cujo auge foi em 1986, empregou 3,5% da força de trabalho. Ambos os programas pagavam salários baixos, contribuindo assim para que as clientelas se formassem por auto-seleção. Em 1986/87, dois terços dos que trabalhavam nos programas chilenos pertenciam ao grupo dos 20% mais pobres da população. Em ambos os países, os programas atraíram muitas mulheres (no Chile, metade dos empregados; no Peru, três quartos). Graças aos salários baixos, foi possível uma cobertura relativamente ampla, sobretudo no Chile, onde o programa custou em 1983, quando estava no auge, 1,4% do PNB. O financiamento do programa chileno veio de fontes internas — em parte, da diminuição de gastos com salários do serviço público. Em 1986, quando o programa peruano estava no auge, seu custo foi de apenas 0,2% do PNB e 4% de todo o investimento público.

Houve controvérsias quanto aos dois programas. O chileno despertou muita hostilidade e houve quem o considerasse um esquema artificial para empregar pessoas demitidas do serviço público. O programa peruano teve o apoio dos trabalhadores, mas perdeu credibilidade ao ser cada vez mais usado com fins políticos. Contudo, ambos os programas conseguiram favorecer os pobres e dar segurança social aos desempregados durante a recessão.

O Fundo Social de Emergência (FSE), na Bolívia, também incluía medidas para criar emprego; seus objetivos eram semelhantes, mas o planejamento diferia: havia uma agência especial; muito financiamento por parte de doadores, e recurso a empregadores privados para contratação de operários de construção, a salários de mercado. O programa conseguiu canalizar as doações para projetos de infra-estrutura local, e atenuou o declínio da

atividade em uma economia em acentuada contração. Recrutou quase exclusivamente trabalhadores do sexo masculino e definiu as clientelas-alvo muito menos bem que os programas chileno e peruano — sem dúvida por pagar salários de mercado. Menos de metade das pessoas que trabalhavam no FSE provinha da faixa dos 40% de famílias bolivianas mais pobres.

Estes exemplos confirmam o potencial de programas de emprego público, em especial os que visam aos mercados urbanos de mão-de-obra. Mas podem esses programas favorecer também os pobres das áreas rurais? Como se viu no Capítulo 6, combinando-se esquemas de dar dinheiro em troca de trabalho com medidas que aumentem a oferta de alimentos por canais privados e públicos, é possível impedir que uma seca leve a uma situação de fome. Os choques temporários sofridos pelo mercado de trabalho rural, que examinamos aqui, são muito semelhantes à redução do poder aquisitivo durante uma seca. Sob um aspecto, o ajuste é mais fácil: como o choque não começou pela interrupção do abastecimento de víveres, o governo pôde concentrar-se no emprego, sem se preocupar com o sistema de distribuição de alimento. Mas como não é possível ver a crise, há menos informações sobre as carências e menos possibilidades de assistência externa especial. Para que os programas de emprego público tenham o melhor resultado possível, o governo tem de criar mecanismos para monitorar os grupos vulneráveis, e estar disposto a cortar despesas que beneficiam os que não são pobres. A própria demanda de trabalho gerada pelos programas de emprego informa ao governo a extensão das necessidades.

Na África, costuma-se dispor de mais financiamento de doadores, mas os recursos materiais e de supervisão são bem mais escassos do que na América Latina e no Sul da Ásia. É muito cedo para se avaliar os esquemas que estão sendo implantados, embora alguns já se tenham mostrado eficazes em situações de seca (como por exemplo em Botsuana e Cabo Verde nos anos 80). Pode-se combinar programas de emprego para transferir renda para os pobres com a tentativa de adotar técnicas mão-de-obra intensivas eficientes em programas de infra-estrutura. Gana é um exemplo: um esquema de dar alimento em troca de trabalho, gerido por uma ONG local foi recentemente bastante ampliado, a fim de oferecer emprego aos pobres das áreas rurais. O principal objetivo são as transferências, apesar de os organizadores esperarem também que melhore a infra-estru-

tura rural. Além disso, o Ministério dos Transportes adotou métodos mão-de-obra intensivos para construir estradas vicinais, utilizando empregadores locais que contratam quase quatro vezes mais mão-de-obra do que se costuma contratar, e dispendem menos 40% de divisas do que o habitual.

COMPENSAÇÕES AOS QUE PERDEM. Os maiores prejudicados no ajuste costumam ser os que trabalham no setor urbano formal e perdem seus empregos. É comum os governos criarem benefícios para empregados demitidos — indenizações, créditos especiais e treinamento para outras atividades. Tais medidas não raro se destacam em programas de ação social. Os recém-desempregados frequentemente sofrem perdas, mas não costumam contar-se entre os membros mais pobres da sociedade. Geralmente funcionários públicos têm condições de superar um período de desemprego; em vários países onde o número de funcionários públicos é muito elevado, as pessoas que trabalham no setor público dispõem de outras fontes de renda. Segundo um estudo sobre a Nigéria, muitos funcionários públicos demitidos haviam conservado suas terras e voltaram a ser agricultores (contudo, isto ocorreu menos entre os jovens).

A redução do emprego público costuma ser parte essencial do ajuste, especialmente na África subsaariana. Mas é algo difícil do ponto de vista político e pode requerer algum tipo de compensação. No entanto, tal compensação implica menos recursos para atenuar o declínio do consumo dos pobres, proteger o capital nacional e custear a retomada do investimento. Já no Leste europeu, quem perde o emprego provavelmente se tornará pobre. Nessa região, e em especial na Polônia, os empregados do Estado constituíram nos anos 80 uma parcela cada vez maior dos pobres das áreas urbanas. E provavelmente mais gente perderá emprego no setor público, o que fará aumentar a pobreza. As compensações pela perda de emprego, que talvez se façam necessárias, em termos políticos, nos anos 90, constituem também um meio de reduzir a pobreza.

Sendo necessárias compensações, os pagamentos diretos são talvez melhores que o crédito espe-

cial e o treinamento para outras atividades. Tentou-se implantar programas de crédito especial em Gana, Guiné, Mauritânia e Senegal, mas os resultados nem sempre foram bons e os pobres pouco se beneficiaram (ver o Capítulo 4). Promover o investimento através de empresas de pequena escala é parte importante de qualquer estratégia de crescimento, mas não convém misturar essas medidas com esquemas de compensação. No tocante a treinamento, seria bom criar um sistema que desse mais flexibilidade à mão-de-obra qualificada, ao invés de se tentar preparar funcionários demitidos para exercerem novas atividades.

Lições para o ajuste nos anos 90

Mesmo que os anos 90 sejam menos conturbados que os anos 80, vários países precisarão ajustar-se. Alguns enfrentarão novos choques, outros levarão adiante o processo de ajuste iniciado nos anos 80. Sugere a experiência dos anos 80 que os esforços para reestruturar as economias após crises macroeconômicas harmonizam-se, de modo geral, com a mudança a médio prazo para um padrão de crescimento e de formação de capital humano que reduza de fato a pobreza. Mas a curto prazo, alguns pobres talvez não tenham como se recuperar. Aliar uma ação eficaz nos pontos fundamentais das políticas (sobretudo mediante alterações nos preços relativos que favoreçam a agricultura) a esforços para moderar o declínio do consumo (mediante, por exemplo, a suspensão temporária do investimento) pode beneficiar muitos pobres, na maioria dos casos. Mas também será necessário mudar o padrão da despesa pública no sentido de bens e serviços utilizados pelos pobres, e fazer transferências cuja clientela-alvo sejam os pobres. Influxos crescentes de capital ajudam a amenizar o impacto do ajuste sobre os pobres, e podem ser de grande importância na América Latina, no Leste europeu e na África subsaariana. Se não houver, porém, políticas econômicas consistentes, os fluxos crescentes de capital proporcionarão apenas um alívio temporário, pois não substituem o que um país tem de fazer para proteger os pobres.



Fatores internacionais ligados à redução da pobreza

As políticas internas são os principais ingredientes de uma estratégia para diminuir a pobreza, mas os fatores internacionais também são importantes. Este capítulo trata do comércio mundial, da dívida internacional e da ajuda externa aos países em desenvolvimento; e busca identificar, em cada caso, as conseqüências para os pobres.

Comércio exterior e pobreza

No que tange ao comércio exterior, os países em desenvolvimento apresentam os mais diferentes desempenhos e perspectivas. Certos países de renda média têm uma base econômica diversificada, uma importante indústria fabril e um considerável volume de exportações. As economias recém-industrializadas do Leste asiático são os exemplos mais notórios, sendo que alguns países latino-americanos também se incluem nessa categoria. A maioria dessas economias, sobretudo as do Leste asiático, fez considerável progresso no que se refere ao combate à pobreza. Já outros países de renda média e baixa contam com uma base econômica cada vez mais diversificada, porém ainda não atingiram níveis tão altos de desenvolvimento. Incluem-se aí algumas economias recém-industrializadas do "segundo time" — notadamente a Indonésia, a Malásia e a Tailândia — e certos países de baixa renda, como China e Índia. Muitos deles também conseguiram reduzir drasticamente a pobreza nos últimos 20 anos. Por fim, há países — muitos dos quais da África subsaariana — que produzem e exportam sobretudo produtos primários e carecem de uma base econômica diversificada. Entre estes, raros são os que lograram êxito no combate à pobreza.

Num tal contexto, é claro que as mudanças nas relações de comércio internacional acarretam diferentes conseqüências para os pobres, dependendo das características dos países. As políticas internas dos próprios países em desenvolvimento — por exemplo, com relação a taxas cambiais, níveis de protecionismo e outras intervenções — são em grande parte responsáveis por seu êxito ou fracasso nas relações do comércio internacional, além de terem efeitos diretos e indiretos sobre a pobreza. Estas e outras políticas são examinadas em outra parte do presente Relatório. Este capítulo aborda algumas formas pelas quais as políticas comerciais dos países industrializados afetam os pobres dos países em desenvolvimento.

Protecionismo nos países industrializados

Os países em desenvolvimento enfrentam muitos obstáculos para vender seus produtos no exterior. Encabeçam a lista as *políticas comerciais agrícolas* dos países industrializados. A ajuda prestada aos agricultores nos países membros da OCDE — mediante subsídios, pagamentos diretos e programas de administração da oferta — geram graves distorções no comércio mundial de produtos agrícolas. De modo geral, essas políticas fazem aumentar a produção agrícola nacional, acarretando mais exportações, menos importações e queda dos preços mundiais. A queda dos preços beneficia os países em desenvolvimento que importam os produtos em questão, mas prejudica os que são produtores líquidos (aliás, produtores que não raro são mais eficientes do que os seus congêneres dos países industrializados).

As *barreiras não-tarifárias* também afetam algu-

Box 8.1 Política comercial dos países industrializados e os pobres da República Dominicana

A República Dominicana demonstra claramente o impacto que a política comercial dos países industrializados pode ter sobre os pobres nos países em desenvolvimento. Uma das medidas comerciais adotadas pelos EUA — seu sistema de cotas para a importação de açúcar — tem sido altamente prejudicial aos pobres das zonas rurais do país, ao passo que o seu “programa 807”, que incentiva operações de montagem com o uso de materiais importados dos EUA, vem aparentemente ajudando a criar empregos urbanos.

A cota de açúcar estabelecida pelos EUA varia conforme a produção interna, mas é em grande parte determinada por interesses políticos. A cota total de importação dos países produtores foi reduzida em cerca de 70% entre 1982 e 1987. A República Dominicana, que tradicionalmente recebia a maior parcela, teve a sua cota reduzida na mesma proporção. No mesmo período, a Comunidade Européia (CE), que é a maior exportadora de açúcar do mundo, continuou a exportar mais de 6 milhões de toneladas de açúcar por ano. A combinação da redução da cota preferencial dos EUA e as grandes exportações subsidiadas da CE lançou no caos o mercado mundial do açúcar. Durante toda a década de 80, o preço mundial foi de apenas um terço do preço protegido que vigorava nos EUA. Embora fosse um dos mais eficientes produtores de cana-de-açúcar do mundo, a República Dominicana não pôde competir a um preço mundial que nunca estivera tão baixo. Ao mesmo tempo, o seu acesso ao mercado preferencial dos EUA vinha encolhendo. Seu único recurso era reduzir drasticamente a produção e a exportação de açúcar. Quatro usinas tinham sido paralisadas até 1990, e a produção caiu 40% após a redução da cota.

Uma vez que a produção de açúcar é a principal atividade econômica da República Dominicana, as repercussões foram graves. A renda real média dos cortadores de cana — que já eram dos trabalhadores rurais mais malpagos do mundo — entrou em colapso. Aproximadamente dois quintos de um total de cerca de 50 mil cortadores de cana haitianos expatriados perderam o emprego, juntamente com talvez a metade de seus companheiros dominicanos. Embora a maioria dos trabalhadores das usinas da companhia estatal de açúcar do país conservassem seus

empregos, os trabalhadores do campo tiveram que recorrer à agricultura de subsistência, competir por magros salários no mercado deprimido de mão-de-obra diarista ou emigrar para as cidades.

Naturalmente, a política açucareira dos EUA não é o único determinante da pobreza rural da República Dominicana, mas certamente tem tornado o desenvolvimento muito mais difícil. A renda real média *per capita* estagnou desde inícios da década de 80, e a renda rural média *per capita* chegou a cair em 40%. As taxas de mortalidade infantil e subnutrição, especialmente nas zonas rurais, estão mais próximas daquelas que prevalecem no vizinho Haiti — o país mais pobre do Hemisfério Ocidental — do que da média para a América Latina. Isto a despeito do fato de que o PNB *per capita* da República Dominicana é quase igual à média da América Latina.

Contrastando fortemente com esta situação, o programa norte-americano 807 tem sido útil à economia. Nos termos do programa, as importações de produtos fabricados com materiais vindos dos EUA (por exemplo, camisas confeccionadas com tecidos norte-americanos) são taxadas somente sobre o valor adicionado pelo exportador. De 1980 para cá, o número de firmas instaladas nas zonas de processamento de exportações (ZPEs) — basicamente engajadas na montagem de peças produzidas nos EUA — aumentou de 70 para 330. Essas firmas são hoje responsáveis por metade do emprego na manufatura e, desde 1980, vêm gerando a maior parte do incremento das exportações de mercadorias do país. O emprego em firmas das ZPEs — que utilizam principalmente mão-de-obra semiquificada — aumentou de 16 mil para 130 mil. De lá para cá, essas firmas, estimuladas pelo programa 807, oferecem um quinto dos empregos urbanos gerados na República Dominicana.

A política comercial dos EUA alterou substancialmente a composição da economia dominicana. As exportações das ZPEs substituíram o açúcar como maior gerador de divisas do país. Embora alguns empregos novos e mais bem remunerados tenham sido criados para os pobres das zonas urbanas, o efeito líquido das medidas tem sido um maior empobrecimento da República Dominicana.

mas exportações agrícolas de países em desenvolvimento para mercados da OCDE. As restrições quantitativas à importação atingem mais frequentemente o açúcar, os laticínios e os produtos de origem animal, mas frutas beneficiadas, amendoim, fumo e arroz também são produtos visados. Tais barreiras devem afetar cerca de um terço das exportações agrícolas dos países em desenvolvimento. As conseqüências podem ser graves (Box 8.1).

A *escalada de tarifas* tem um efeito particularmente nocivo sobre os países de baixa renda. As tarifas alfandegárias dos países industrializados costumam aumentar de acordo com o grau de benefi-

amento. Tal proteção tem por objetivo reter nos países desenvolvidos o alto valor adicionado no beneficiamento. Os produtos mais visados pela escalada são: fumo, borracha, couro, papel, algodão, juta e ferro. As tarifas médias que os países industrializados aplicam às frutas beneficiadas são o dobro daquelas que incidem sobre as frutas frescas; as tarifas sobre verduras beneficiadas são mais que o dobro das tarifas sobre verduras frescas. A escalada desestimula o beneficiamento dos produtos primários nos países em desenvolvimento. Mais de 70% de suas exportações de carne, peixe e verduras não são beneficiadas; o mesmo ocorre com 90% de suas exportações de cacau e

açúcar. A quantidade de mão-de-obra utilizada no beneficiamento varia de um produto para outro, mas em muitos casos essa utilização seria intensiva, proporcionando vantagem comparativa aos países de baixa renda.

As restrições comerciais a *têxteis e vestuário* feitas pelos países industrializados são outro exemplo de como o protecionismo pode prejudicar inúmeros países de baixa renda. As exportações desses produtos pelos países em desenvolvimento chegam a US\$30 bilhões. Boa parte do comércio mundial de têxteis e vestuário é regida pelo Acordo Multifibras, que estipula cotas negociadas bilateralmente, a fim de deter o crescimento das exportações dos produtores de baixo custo (em sua maioria, países em desenvolvimento). (Box 8.2.)

Os países industrializados promoveram uma série de acordos especiais com o intuito declarado de estimular as exportações dos países em desenvolvimento. O principal deles é o sistema generalizado de preferências. Com algumas exceções, tais mecanismos pouco fizeram para compensar o prejuízo causado pelos inúmeros esquemas protecionistas. Os benefícios dessas preferências convergiram sobretudo para uns poucos países de

Tabela 8.1 O efeito da plena liberalização comercial em países selecionados

<i>Economia</i>	<i>Alterações nas exportações (%)^a</i>	<i>PNB per capita 1987 (em US\$)</i>
<i>Renda média e alta</i>		
Hong Kong	25,9	8.180
Coréia, Rep. da	21,6	2.900
Iugoslávia	14,0	2.480
Rep. Dominicana	13,0	740
Tunísia	11,4	1.190
Maurício	10,5	1.500
Tailândia	10,3	850
Marrocos	8,9	620
Cingapura	7,2	8.010
Brasil	6,8	2.030
<i>Baixa renda</i>		
Sri Lanka	20,9	410
China	13,0	300
Paquistão	10,7	340
Haiti	9,3	360
Índia	8,6	310
Bangladesh	- 1,0	160
Tanzânia	- 3,3	210
Burundi	- 5,5	250
Nepal	- 9,6	160
Somália	- 24,3	170

a. Alteração percentual no valor das exportações, imputável à plena liberalização comercial.

Fonte: Karsenty & Laird, 1987; e dados do Banco Mundial.

Box 8.2 Bangladesh não escapa das cotas do Acordo Multifibras

O surgimento de uma indústria de confecções voltada para a exportação em Bangladesh — um dos países mais pobres do mundo, com um PNB *per capita* de apenas US\$170 e com um índice de pobreza de 57% da população — constituiu grande sucesso no começo da década de 80. Restrições de cotas impostas às exportações coreanas de têxteis nos termos do Acordo Multifibras levaram os exportadores coreanos a buscar oportunidades comerciais em outros países, e uma *joint venture* coreana serviu como catalisador para a construção de uma indústria eficiente em Bangladesh. Em fins de 1985, havia no país cerca de 700 fábricas de roupas. De um começo insignificante por volta de 1980, as exportações de vestuário de Bangladesh aumentaram para mais de US\$100 milhões em dois anos. A indústria do vestuário oferecia emprego para muitos pobres, em grande parte mulheres. A produção e exportação de vestuário é um claro exemplo do tipo de atividade eficiente, com uso intensivo de mão-de-obra, recomendada neste Relatório.

Em 1985, o Canadá, os EUA e alguns países da Europa — especialmente o Reino Unido e a França — impuseram cotas de exportação para as roupas fabricadas em Bangladesh. Nessa época, cerca de 80% das exportações de vestuário de Bangladesh iam para os EUA, mas sua participação no total das importações norte-americanas de têxteis e

vestuário era de menos de 0,5%. Inicialmente, as cotas norte-americanas cobriam somente dois grupos de produtos: casacos de algodão e camisas para homens e meninos. Em 1986, outros sete itens foram também submetidos a cotas. Em 1987, havia 13 cotas.

De início, com os estoques de roupas crescendo nos depósitos, nas docas e a bordo de navios nos portos dos EUA, as cotas prejudicaram muito Bangladesh. Muitas fábricas fecharam. Mais tarde, os EUA aumentaram as cotas, e os exportadores de Bangladesh conseguiram diversificar seus mercados e produtos. Em 1987, Bangladesh exportou mais de US\$300 milhões em 35 categorias de vestuário, inclusive produtos de algodão, lã e tecidos sintéticos. Esses produtos foram responsáveis por quase 30% do total das exportações do país.

Aparentemente, a história ainda não terminou. Em 1988, a maioria dos produtos têxteis e vestuário de Bangladesh, sujeitos a cotas nos EUA, estavam novamente atingindo os limites dessas cotas: ao todo, a taxa de utilização das cotas era de mais de 90%. A revogação do Acordo Multifibras reduziria a instabilidade na indústria mais importante de Bangladesh, permitiria ao país realizar o seu grande potencial como exportador de vestuário e geraria mais emprego para os pobres que trabalham na indústria.

Box 8.3 O sistema generalizado de preferências: quem sai ganhando e quanto?

O sistema generalizado de preferências (SGP) é complexo. Cada país industrializado que participa do esquema — inclusive EUA, Japão e os membros da Comunidade Européia — estabelece as preferências que deseja conceder, e há consideráveis diferenças entre elas. A maior parte dos esquemas limita-se a exportações de manufaturados, mas alguns abrangem quantidades relativamente pequenas de produtos agrícolas. Alguns doadores não cobram direitos sobre certos produtos dos países exportadores, enquanto outros cobram direitos a uma taxa preferencial: aos países menos desenvolvidos geralmente corresponde uma tarifa zero.

A maioria dos estudos concorda em que o SGP pouco contribui para aumentar o comércio exterior. Calcula-se que o total de importações nos países que concedem as preferências aumentou em menos de 0,5% em decorrência do sistema. Nos países beneficiados, os efeitos equivalem geralmente a cerca de 1 ou 2% do total das exportações, com algumas exceções importantes. O esforço mais exaustivo no sentido de avaliar os efeitos diretos de todos os esquemas de SGP sobre o comércio exterior levou à conclusão de que, em 1983, cerca de US\$6,5 bilhões das importações, pelos doadores do SGP, dos países agraciados com preferências podiam ser atribuídos aos vários esquemas. Isto representava apenas 2,3% de um total de importações de US\$280,6 bilhões.

Com poucas exceções, os ganhos têm-se concentrado em algumas economias de renda média, especialmente

Coreia, Formosa (China) e Hong Kong. Calcula-se que estas economias receberam 44% do total de benefícios; cada uma delas ganha três vezes mais do que o próximo grande beneficiário, que é o Brasil.

Uma avaliação do SGP constatou que, dos 30 principais beneficiários, somente quatro — Bangladesh, China, Haiti e Índia — eram países de baixa renda. Com exceção do Haiti, os ganhos incrementais eram pequenos — cerca de 1,3% do aumento das importações vinha da China, 2,4% da Índia e 5,5% de Bangladesh.

Um estudo de quais seriam os efeitos se os esquemas de SGP fossem ampliados, sem limites por produto ou cobertura de país, verificou que as importações, feitas pelos países doadores, de produtos dos países recebedores das preferências aumentariam em cerca de US\$20,7 bilhões. Mas os países mais pobres sofreriam certa perda comercial, uma vez que, atualmente, recebem melhor tratamento do que outros beneficiários do SGP na maioria dos mercados. O mesmo aconteceria com certos beneficiários nos termos da Convenção de Lomé, sistema de preferências comerciais concedidas pela CE.

Os vários esquemas de SGP podem ter ajudado alguns pobres nos países de renda média, na medida em que as exportações que aumentaram eram produzidas com uso intensivo de mão-de-obra, mas os pobres dos países de baixa renda não podem ter lucrado muito. Esta conclusão é reforçada pela clara tendência de não incluir produtos agrícolas nesses esquemas.

renda média cujo número de pobres é relativamente pequeno (Box 8.3).

Efeitos da liberalização do comércio nos países em desenvolvimento

Os países em desenvolvimento terão muito a lucrar com a liberalização do comércio promovida pelos países industrializados. Todavia é difícil avaliar precisamente tais benefícios. Os resultados deverão variar de país para país, e muitos destes só terão ganhos a longo prazo. A Tabela 8.1 apresenta os resultados, para certos países em desenvolvimento, de uma simulação dos efeitos a curto prazo sobre as exportações, caso o comércio fosse totalmente liberalizado.

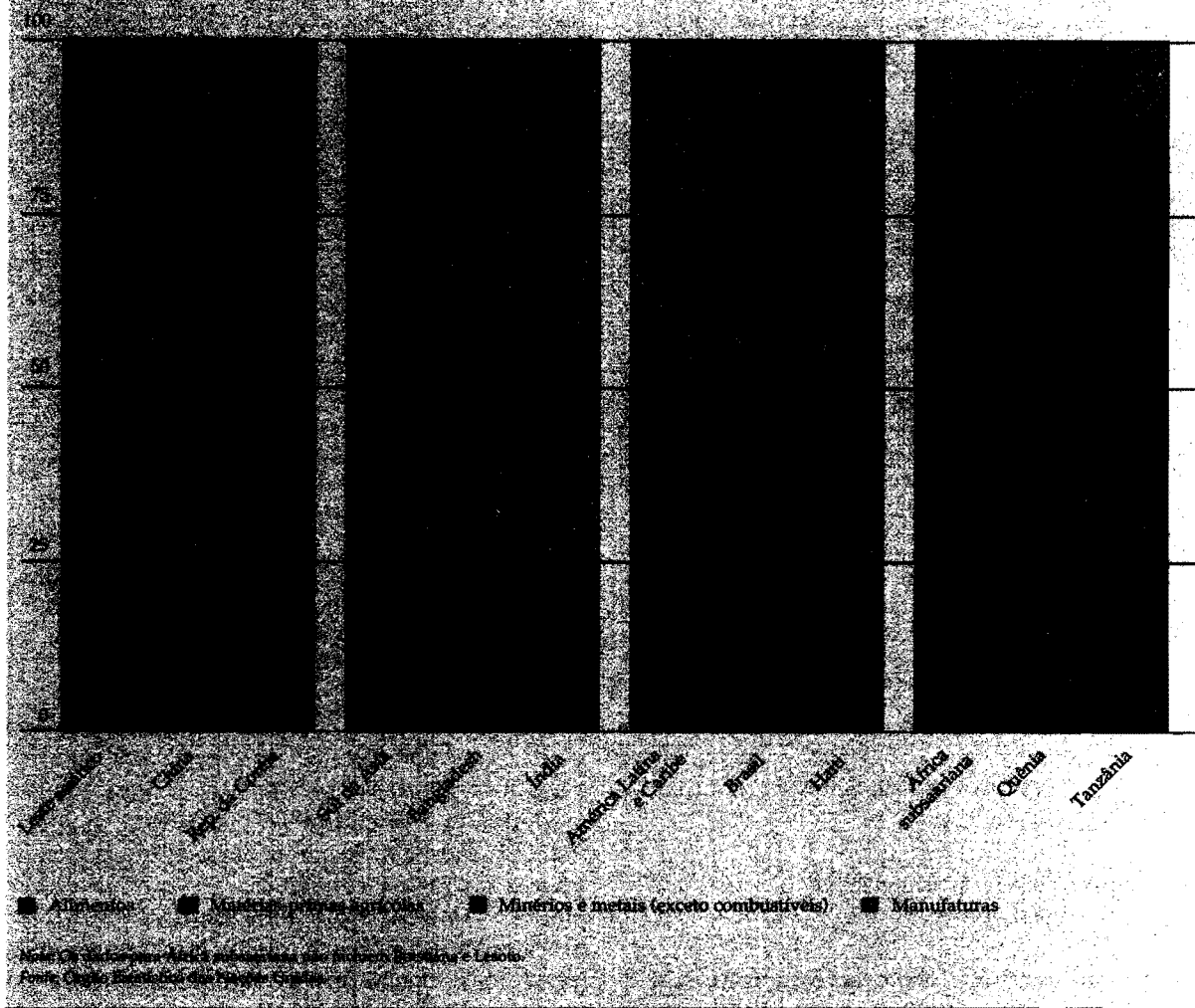
Em geral, os exportadores de renda média bem-sucedidos, que têm relativamente pouca pobreza, seriam beneficiados. O resultado também seria favorável a alguns países de baixa renda, inclusive China e Índia, que contam com o maior número de pobres. Mas para muitos países de baixa renda — principalmente os da África subsaariana e os exportadores de produtos primários —, os benefícios da liberalização promovida pelos países industri-

alizados tardariam a se concretizar. Vários países poderiam até prejudicar-se a curto prazo com a total liberalização do comércio, já que desapareceriam suas atuais preferências comerciais. Além disso, os importadores líquidos de alimentos sofreriam algum prejuízo, pois o livre comércio de produtos agrícolas provavelmente faria aumentar os preços mundiais dos alimentos.

Muito depende da composição, por mercadorias, das exportações (Figura 8.1). Os países que produzem e exportam sobretudo produtos primários, como os países africanos de baixa renda, não teriam muito que esperar a curto prazo da liberalização. As tarifas para a maioria desses produtos já são baixas ou inexistentes, a demanda nos países importadores geralmente é insensível aos preços, e as atuais preferências seriam abolidas. Muitos países produzem apenas algumas daquelas mercadorias cuja demanda poderia aumentar em virtude de uma redução das tarifas na Rodada do Uruguai ou em outros foros. E os países de baixa renda padecem de inflexibilidades estruturais que os tornam morosos na adoção de novos padrões de produção e exportação.

Apesar disso, a meta deve continuar sendo a

Figura 2. Composição das exportações de mercadorias, 1986
 (porcentagem do total das exportações)



liberalização por parte dos países industrializados. Eis os efeitos positivos dessa liberalização:

- Os pobres dos países de renda média — que somam cerca de 175 milhões — provavelmente seriam beneficiados, pois muitas das exportações, sobretudo as de manufaturados, têm grande intensidade de mão-de-obra.

- Em alguns setores, notadamente têxteis e vestuário, tanto os países de baixa renda como os de renda média teriam lucros imediatos com a liberalização. Os países em desenvolvimento teriam ganhos estimados em US\$11,3 bilhões — mais de um terço do total de suas exportações de têxteis e vestuário — caso fossem abolidas todas as tarifas e cotas bilaterais do Acordo Multifibras. A expansão do comércio decorrente da extinção desse acordo faria aumentar de 20 a 45% o índice de

emprego nas indústrias de têxteis e vestuário desses países. A China poderia lucrar cerca de US\$2,3 bilhões, e Bangladesh, cerca de US\$340 milhões (ou 44% do total de suas exportações em 1986).

- A liberalização do comércio teria efeitos a longo prazo que acabariam beneficiando até mesmo os países de baixa renda que dependem bastante dos produtos primários. Para tanto, porém, esses países teriam de adotar políticas capazes de estimular uma reação da oferta. Se houvesse uma redução substancial da escalada de tarifas, por exemplo, seria mais fácil diversificar as exportações. Um estudo revelou que a eliminação de todas as tarifas aplicadas pelos países industrializados sobre o beneficiamento faria com que essa atividade aumentasse, nos países em desenvolvimento, quase 80% no caso do café, 76% no da lã e

52% no do cacau.

No final, os pobres teriam muito a ganhar. Mas a diversificação que se faz necessária em muitos países não pode ocorrer da noite para o dia. Levará tempo até que os países mais pobres reorientem suas bases produtivas e exportadoras de modo a tirar proveito de uma eventual liberalização do comércio resultante das negociações ora em curso na Rodada do Uruguai. Serão necessárias reformas institucionais e de política econômica. Tais esforços requerem investimentos substanciais, o que será difícil nos próximos anos. A ajuda externa — inclusive o alívio da dívida e o financiamento sob condições concessionárias — terá pois importante papel a cumprir nesses países, pelo menos no próximo decênio.

Dívida e pobreza

Muitos países poderão ver diminuídas as suas perspectivas de crescimento devido à limitação de suas receitas de exportação. Outro problema é a carga da dívida. Existem 26 países de baixa renda muito endividados, 24 dos quais situados na África subsaariana, e 19 países de renda média muito endividados. O Capítulo 1 aborda os problemas de dívida destes últimos e as iniciativas internacionais para lidar com tais problemas. O presente capítulo focaliza o ônus da dívida dos países de baixa renda.

Em termos absolutos, a dívida dos países de baixa renda muito endividados — US\$103 bilhões em 1988 — não é alta, comparada com os US\$516 bilhões devidos pelo grupo de renda média. Mas alguns indicadores da carga da dívida são de fato muito mais altos para o primeiro grupo. Por exemplo, em 1988, a relação dívida/PNB para os países de baixa renda era 111%, e para os países de renda média, 54%.

Para lidar com a carga devedora dos países de baixa renda, foram tomadas várias iniciativas internacionais. A partir de 1978, muitos doadores bilaterais começaram a converter em doações uma parte da dívida oficial contraída por esses países. Estima-se que US\$3 bilhões da dívida oficial tenham sido cancelados dessa forma; cerca de US\$2 bilhões eram créditos contra países de baixa renda da África subsaariana. Essa é uma importante conquista, mas a dívida cancelada representa apenas 3% do total da dívida pendente desses países ao final de 1988. Além disso, muitos deles não tirarão grande proveito de novas conversões de empréstimos em doações, pois a maioria de seus empréstimos concessionários já foi perdoadada.

O acordo selado na reunião de Toronto em 1988 prevê o alívio da dívida oficial, bilateral e não-concessionária sob os auspícios do Clube de Paris para os países de baixa renda muito endividados que estão efetuando programas de ajuste. Desde 1º de março de 1990, o “cardápio” de opções acertado em Toronto (cancelamentos parciais, maiores prazos de reembolso e taxas de juros mais favoráveis) já foi aplicado a 16 países da África subsaariana. Os acordos de Toronto representaram um grande avanço no tratamento da dívida dos países de baixa renda porque sancionaram oficialmente o princípio do alívio da dívida. Reconheceu-se que esses países simplesmente não podiam “crescer com a dívida”.

À semelhança das conversões de empréstimos concessionários em doações, porém, o montante do alívio da dívida proporcionado pelos acordos de Toronto é ainda limitado. Para os 12 países da África subsaariana que participaram do Programa Especial de Assistência em 1989, a economia foi da ordem de US\$50 milhões (em relação ao reescalonamento em termos convencionais) ou 2% de seu serviço da dívida.

Segundo as projeções, as condições de reescalonamento estipuladas em Toronto só terão um pequeno efeito sobre o futuro estoque da dívida. Se não houver mudanças nas opções de alívio da dívida oferecidas pelos credores e se os termos de Toronto forem aplicados repetidamente (isto é, se as dívidas reescaladas e por vencer forem novamente reescaladas nos mesmos termos), a redução total da dívida para com todos os credores bilaterais no final do ano 2000 será de aproximadamente US\$2 bilhões, ou apenas 11% da dívida não-concessionária a longo prazo em 1988.

Em 1988, os pagamentos de juros sobre a dívida externa dos países de baixa renda da África subsaariana (inclusive a Nigéria) totalizaram cerca de US\$2,9 bilhões. Isso representou aproximadamente 27% dos desembolsos líquidos de toda a assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) para esses países naquele ano. A relação pagamentos de juros/doações foi mais substancial — 47% no Quênia, 52% em Gana, 50% em Madagascar, 73% no Togo e 57% no Zaire. Esses níveis elevados de pagamentos de juros limitam bastante a contribuição da ajuda no sentido de aumentar o consumo e o investimento e de diminuir a pobreza.

Vários outros países de baixa renda vêm cada vez mais recorrendo a empréstimos não-concessionários, devido à estagnação dos fluxos da ajuda. Na Índia, nos últimos 10 anos, a relação serviço da dívida/exportações aumentou de menos de 10%

para cerca de 30%. Em 1988, os pagamentos de juros sobre a dívida externa do país superaram os desembolsos líquidos da AOD (US\$3,1 bilhões e US\$2,1 bilhões, respectivamente). O serviço da dívida do Paquistão representa cerca de 25% de suas exportações. Em 1988, os pagamentos de juros da dívida externa representaram cerca de 45% dos recursos que esse país recebeu da AOD. Para não terem a mesma sorte que os países de baixa renda muito endividados, a Índia, o Paquistão e vários outros países de baixa renda não pertencentes à África terão de incrementar substancialmente suas exportações. Mas eles necessitarão também de influxos contínuos e substanciais de ajuda externa em condições concessionárias.

Muitos países de baixa renda — principalmente os da África subsaariana — estão passando por uma situação gravíssima no que diz respeito à dívida e ao serviço da dívida, e isso num momento em que precisam investir mais (para melhorar suas perspectivas a longo prazo) e ao mesmo tempo aumentar o consumo do grande número de pessoas que vivem na pobreza. Serão necessários outros esforços da comunidade internacional para reduzir a dívida desses países e aumentar a ajuda concessionária que lhes é oferecida. Tais esforços deverão ficar condicionados à realização de reformas econômicas nos países interessados. A ajuda e o alívio da dívida de nada adiantarão se não forem adotadas políticas adequadas.

Tabela 8.2 Importância relativa da assistência em países em desenvolvimento selecionados, 1987

País	Receitas totais de assistência como percentual do PNB	Receitas de assistência dos países do CAD como percentual das exportações para mercados da OCDE
Guiné Bissau	89,3	956,0
Gâmbia	55,6	89,1
Moçambique	51,7	509,2
Chade	28,3	332,2
Malavi	23,6	61,0
Zâmbia	22,5	53,0
Tanzânia	17,0	270,4
Lesoto	15,6	1.041,7
Bangladesh	9,4	105,9
Benin	7,9	108,5
Serra Leoa	7,6	26,4
Quênia	7,5	60,3
Myanmar	3,6	261,6
Paquistão	2,7	18,2
Indonésia	1,9	7,7
Índia	0,7	11,8
China	0,5	3,9

Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development, 1990.

Ajuda e pobreza

Em 1988, a assistência oficial ao desenvolvimento montou a US\$51 bilhões — metade do fluxo líquido de capital estrangeiro para os países em desenvolvimento. No caso dos países de baixa renda, onde vive a maioria dos pobres do mundo, a ajuda representa quase 70% do financiamento externo líquido. Em muitos desses países, a ajuda é uma fonte de divisas bem mais importante do que as exportações (Tabela 8.2). Dadas as dimensões desse esforço, é importante avaliar a eficácia da ajuda externa e aprender com os êxitos e fracassos do passado. Cada vez mais conscientes desse fato, os doadores já começam a reformular suas políticas — buscando maior coordenação, por exemplo — de modo a levar em conta as lições da experiência.

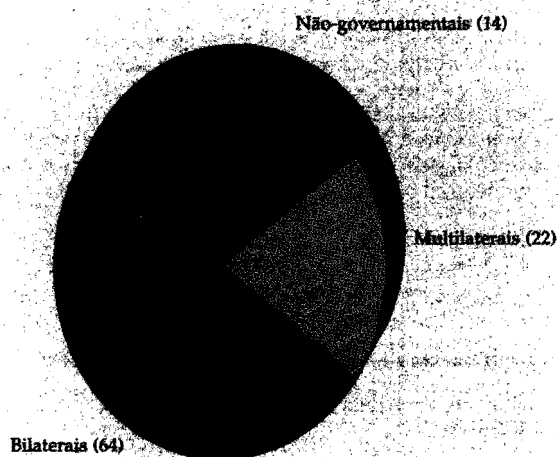
Muitos países tiraram grande proveito da ajuda. Entre os mais pobres, porém, existem alguns que criaram uma espécie de “dependência”, pois a ajuda está servindo apenas para que consigam manter sua baixa qualidade de vida e não para que melhorem suas perspectivas a longo prazo. Do ponto de vista deste Relatório, há outro aspecto da ajuda que é particularmente preocupante: em muitos países, a ajuda fez muito menos do que era de se esperar para diminuir a pobreza. No documento intitulado *Twenty-five years of development cooperation*, que abrange o período 1960-85, o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) concluiu que “a principal deficiência da ajuda para o desenvolvimento foi sua contribuição limitada no que diz respeito à redução da pobreza extrema, sobretudo nas zonas rurais dos países de baixa renda e de renda média”.

Esta parte do Relatório investiga por que a ajuda não se mostrou tão eficaz no combate à pobreza como se esperava e mostra como os futuros programas poderão ser fortalecidos e melhorados. Assinala que boa parte dessa ajuda — sobretudo a ajuda bilateral — simplesmente não se destinou ao desenvolvimento econômico ou à diminuição da pobreza, e que embora a ajuda voltada especificamente para esses fins tenha logrado êxitos inegáveis, também houve alguns problemas.

Os motivos para prestar ajuda

A ajuda é prestada por três grandes grupos de doadores: doadores bilaterais, agências multilaterais e organizações não-governamentais. A Figura 8.2 mostra a participação de cada um deles no total de recursos destinados aos países em desenvolvi-

Figura 8.2 Fontes das receitas de assistência líquida para países em desenvolvimento, 1987 (%)



Nota: O montante das receitas de assistência foi de US\$40,3 bilhões. O montante oferecido por organizações não governamentais foi de US\$5,5 bilhões, dos quais US\$2,2 bilhões representavam recursos recebidos por estas organizações de agências oficiais de assistência e transferidos a países em desenvolvimento.
Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development, 1989 e 1990.

mento. O Box 8.4 analisa algumas características da ajuda por eles prestada.

Os doadores bilaterais, em particular, prestam ajuda por várias razões — políticas, estratégicas, comerciais e humanitárias. A diminuição da pobreza é apenas um motivo e quase nunca o mais importante. Isso tem diversas conseqüências.

- Nem toda a ajuda vai para os países de baixa renda. Em 1988, cerca de 41% da ajuda destinaram-se diretamente aos países de renda média e de alta renda.

- Existem grandes disparidades na alocação *per capita* da ajuda, sendo que as dotações *per capita* mais generosas não se destinam necessariamente aos países mais pobres (Tabela 8.3). Apesar de sua pobreza, a China e a Índia receberam quase que a menor ajuda *per capita*.

- Muitos programas de “ajuda” dos países doadores abrangem uma série de atividades (inclusive iniciativas comerciais e estratégicas) que costumam ter, quando muito, uma tênue ligação com o desenvolvimento. Por exemplo, apenas 8% do programa de ajuda dos EUA em 1986 podem ser identificados como “assistência ao desenvolvi-

mento para países de baixa renda”.

- Parte considerável da ajuda bilateral é “vinculada”; os beneficiários têm de comprar bens e serviços dos países doadores. Aproximadamente dois terços de toda a ajuda concedida pelos membros do CAD incluem-se nessa categoria.

- Os doadores preferem financiar investimentos que beneficiem suas próprias empresas e exportadores, e relutam em custear as despesas operacionais (ordinárias) dos empreendimentos financiados pela ajuda. Porém muitas das atividades indispensáveis para diminuir a pobreza nos países em desenvolvimento concernem a setores como saúde e educação, que fazem uso intensivo de recursos ordinários.

Em suma, boa parte da ajuda é concedida para fins outros que não a promoção do desenvolvimento. Eis por que o impacto da ajuda sobre a pobreza tem sido menor do que caberia esperar.

Ajuda para o desenvolvimento

A ajuda tem contribuído de duas maneiras para o desenvolvimento: fornecendo apoio orçamentário a países com dificuldades no balanço de pagamentos e financiando projetos de desenvolvimento em setores específicos. Até que ponto a ajuda desse tipo contribuiu para diminuir a pobreza?

Não é fácil apontar uma nítida ligação entre a ajuda e a diminuição da pobreza. Sobretudo porque a ajuda é apenas um dos vários fatores que influenciam a pobreza e quase nunca o mais im-

Tabela 8.3 Receitas de assistência *per capita*, 1988 (US\$)

País	Receitas de assistência <i>per capita</i>	PNB <i>per capita</i>
Israel	282,07	8.650
Jordânia	108,95	1.500
Gâmbia	102,63	200
Senegal	78,85	650
Zâmbia	63,73	290
Egito	29,91	660
Nepal	22,05	180
Etiópia	21,05	120
Rep. Árabe da Síria	16,34	1.680
Bangladesh	14,62	170
Paquistão	13,32	350
Myanmar	11,22	... ^a
Indonésia	9,34	440
Índia	2,58	340
China	1,84	330
Nigéria	1,09	290

a. PNB *per capita* estimado em menos de US\$500.

Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development, 1990 e dados do Banco Mundial.

Box 8.4 Ajuda externa para o desenvolvimento

A assistência oficial é oferecida aos países beneficiários a partir de fontes bilaterais e multilaterais. Abrange doações e empréstimos (estes últimos com um conteúdo de pelo menos 25% de doação) de fontes oficiais que têm como principal objetivo a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar. Além disso, grande número de organizações não-governamentais nos países industrializados também oferece ajuda. As medidas da ajuda diferem consideravelmente, dependendo dos números utilizados. Entre os membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da OCDE, os EUA são o maior doador em termos de volume total, tendo fornecido US\$10,1 bilhões em ajuda em 1988. O Japão vem em segundo lugar, com US\$9,1 bilhões da ajuda total. Mas os EUA caem para o fim da lista de doadores do CAD quando a assistência é medida em termos de percentual do PNB — percentual que, em seu caso, é de apenas 0,21%. No outro extremo, a Noruega doa 1,10% do seu PNB. A ajuda dos países árabes em 1988 totalizou US\$2,3 bilhões, dos quais US\$2,1 bilhões foram fornecidos pela Arábia Saudita e US\$108 milhões pelo Kuwait. O percentual da ajuda externa em relação ao PNB foi 2,70% no caso da Arábia Saudita — o mais elevado entre todos os doadores — e 0,41% no caso do Kuwait, superando o percentual médio dos países-membros do CAD (ver Figura de box 8.4).

A ajuda norte-americana é dirigida a países que têm crucial importância estratégica para os EUA, como Egito e Israel; a ajuda fornecida pela França e Grã-Bretanha é destinada, de modo desproporcional, a ex-colônias. Para alguns doadores — como, por exemplo, os países nórdicos — a redução da pobreza constitui critério mais importante.

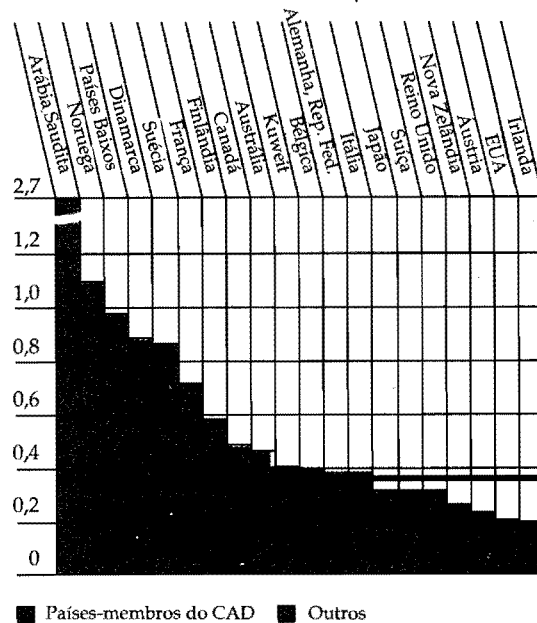
A assistência multilateral é prestada por duas categorias principais de fornecedores: os bancos multilaterais de desenvolvimento e as agências funcionais do Sistema das Nações Unidas. Os desembolsos líquidos de assistência subvencional, feitos pelos bancos multilaterais de desenvolvimento, totalizaram cerca de US\$5 bilhões em 1988; deste total, a assistência proveniente da AID foi de cerca de US\$3,8 bilhões. As agências de assistência das Nações Unidas, tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Programa Mundial de Alimentos forneceram outros US\$3,8 bilhões.

As organizações não-governamentais dos países industrializados forneceram cerca de US\$5,5 bilhões em recursos financeiros aos países em desenvolvimento em 1987. Aliás, essas ONGs são extremamente importantes para a educação do público em questões de desenvolvimento.

Uma crítica freqüentemente dirigida aos doadores bilaterais é que fornecem ajuda por motivos políticos, estratégicos e comerciais. Contudo, esses doadores podem

concentrar-se em países ou setores em relação aos quais têm especial experiência e conhecimento de causa, e freqüentemente são responsáveis por inovações ou pela introdução de métodos novos. As agências multilaterais geralmente atribuem maior importância a critérios de desenvolvimento, e algumas desempenham papel de destaque no diálogo político com os beneficiários e no processo de coordenação da ajuda. Mas muitos consideram os métodos dessas agências excessivamente tecnocráticos, e a condicionalidade que acompanha a assistência dos bancos de desenvolvimento é motivo de freqüentes controvérsias. As ONGs são especialmente competentes quando se trata de intervenções locais, abordagens participatórias e redução da pobreza. Mas são pequenas, e muitas delas põem em dúvida sua própria capacidade de proporcionar serviços em grande escala em uma base permanente.

Figura de box 8.4 Ajuda externa como percentual do PNB, 1988



Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development, 1989.

portante. As políticas internas, a capacidade institucional e administrativa dos beneficiários e outras variáveis costumam ter mais peso. Os efeitos globais da ajuda podem ser indistintos, mas estudos nacionais minuciosos ressaltaram a importância da mesma em casos específicos.

Na Coreia, por exemplo, a ajuda contribuiu significativamente para o crescimento do país e a

diminuição da pobreza. Um estudo recente concluiu que os investimentos em infra-estrutura custeados pela ajuda possibilitaram o crescimento à base de exportações verificado nos anos 60, que a assistência à educação foi fundamental para a formação de uma força de trabalho alfabetizada, e que a ajuda promoveu o desenvolvimento agrícola e rural.

A Coréia era extremamente dependente da ajuda e deixou de sê-lo. Nos anos 50, a assistência subvencional financiou cerca de 70% do total de importações e foi responsável por mais de 75% de todas as poupanças. Depois, o apoio externo de fontes oficiais não-concessionárias aumentou; o país recebeu um total acumulado de US\$7 bilhões de assistência do Banco Mundial. Hoje a Coréia recebe um volume apreciável de capital privado de fontes comerciais.

Vários outros países também deixaram de ser dependentes, e a maioria deles fez progressos no combate à pobreza. Um bom exemplo é a Indonésia, cujo índice censitário de pobreza caiu de 58 para 17% entre 1970 e 1987.

Nesse período o país recebeu mais de US\$12,9 bilhões de ajuda externa, tornando-se assim o sétimo maior beneficiário dessa ajuda. Entre 1968 e 1974, todos os empréstimos do Banco Mundial para a Indonésia foram concessionários, concedidos pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). Desde então, praticamente todo o crédito concedido pelo Banco à Indonésia foi sob a forma de empréstimos concessionários. O país progrediu em parte devido aos recursos petrolíferos recém-descobertos, que as autoridades souberam explorar muito bem. Mas também é certo que, sem ajuda — para a agricultura, a educação e o planejamento familiar, por exemplo — os esforços do país para desenvolver-se e assim diminuir a pobreza teriam demorado mais a surtir efeito.

A situação é diferente em outros países, como por exemplo a Tanzânia. O PIB do país, que crescera mais de 6% ao ano no período após a independência (1961-67), aumentou 4,3% ao ano em 1967-73, 2,5% em 1973-79 e menos de 1,4% em 1979-85. Entre 1970 e 1988, a Tanzânia recebeu cerca de US\$8,6 bilhões de assistência subvencional.

O país granjeou a simpatia de doadores bilaterais e multilaterais ao aderir ao socialismo africano, que enfatiza a equidade e o combate à pobreza. A estratégia desenvolvimentista da Tanzânia tinha por objetivos: a "aldeização" cooperativa na agricultura; saúde, educação e água para os pobres das zonas rurais; e um grande esforço de industrialização. Mas as políticas macroeconômicas adotadas se revelaram ineficazes, pois na verdade apoiavam empresas estatais grandes e ineficientes em detrimento da agricultura. O setor público passou a influir em todos os aspectos da economia, contribuindo assim para sérias distorções de política econômica e para a má alocação dos recursos. Tal combinação de políticas resultou no fracasso de

boa parte das iniciativas financiadas pela ajuda. O consumo privado real *per capita* diminuiu 43% em 1973, ao passo que a pobreza aumentou. A Coréia e outros países conseguiram diminuir sua dependência da ajuda, mas na Tanzânia deu-se o contrário. Nos últimos anos, porém, o país empreendeu amplas reformas econômicas e institucionais, e o Banco Mundial e outros doadores têm apoiado esses esforços.

Outros beneficiários de ajuda também trilharam o caminho da dependência. Em 1970-88, o Sudão recebeu cerca de US\$9,6 bilhões de ajuda externa, tornando-se o nono maior beneficiário em termos absolutos; o Zaire recebeu US\$5,8 bilhões no mesmo período. Nenhum deles progrediu muito no tocante a crescimento e pobreza. Moçambique, Níger, Togo e Zâmbia são casos semelhantes. Fora da África, o Haiti também recebeu muita ajuda, mas não conseguiu reduzir a pobreza.

Desse quadro é possível extrair uma lição: o êxito e o fracasso dos programas de ajuda são fruto da ação de doadores e beneficiários. Toda vez que os países adotaram políticas internas que utilizaram eficazmente a ajuda, e toda vez que os doadores ministraram bons conselhos juntamente com assistência destinada a superar os entraves ao desenvolvimento, o resultado foi um círculo virtuoso de crescimento e menor dependência da ajuda. Mas muitas vezes os beneficiários da ajuda adotaram políticas prejudiciais ao crescimento e à diminuição da pobreza, e os doadores nem sempre acompanharam cuidadosamente os programas ou vincularam a assistência a reformas de política econômica.

Projetos e pobreza

Boa parte da ajuda concedida a países em desenvolvimento pobres destina-se a projetos específicos. Também nesse caso é difícil avaliar o efeito da ajuda sobre os pobres. Um dos motivos é que às vezes a ajuda externa para projetos antipobreza financia indiretamente outras iniciativas que não favorecem os pobres ou até mesmo os prejudicam. Segundo os observadores, porém, os projetos contribuíram para reduzir a pobreza pelo menos nas áreas seguintes: pesquisa (em especial sobre os produtos cultivados principalmente pelos pobres) e extensão agrícolas; introdução de variedades de cereais de alto rendimento na Ásia e sobretudo na Índia (a "Revolução Verde"); irrigação que beneficia muitos pequenos agricultores, especialmente na Ásia; infra-estrutura básica em áreas rurais, principalmente estradas para escoamento da pro-

Box 8.5 A experiência do Banco Mundial com projetos de desenvolvimento rural

A abordagem do problema da pobreza adotada pelo Banco Mundial tem variado ao longo dos anos. Sob a presidência de Robert S. McNamara (1968-81), o Banco dava ênfase a intervenções direcionadas, explicitamente destinadas a beneficiar os pobres em áreas rurais e urbanas. Nos últimos anos, esses projetos — iniciados especialmente em meados e fins da década de 70 — têm sido submetidos a diversas avaliações pelo próprio Banco. Embora seja extremamente difícil tecer generalizações a partir de um vasto acervo de experiências diversas com projetos, o Banco chegou a várias conclusões.

O objetivo fundamental dos projetos de desenvolvimento rural do Banco era colocar a ênfase do desenvolvimento agrícola nos pequenos agricultores e aumentar a produtividade, a produção e a renda dos mesmos. Os projetos de desenvolvimento rural incluíam crédito agrícola para agricultores pobres, pesquisa sobre os principais produtos cultivados por esses agricultores, serviços de extensão, construção de infra-estrutura (especialmente estradas vicinais) e alguns investimentos “diretamente produtivos”. Muitos projetos tinham um foco de “desenvolvimento regional” e eram empreendidos em áreas que, mesmo pelos padrões rurais dos países em desenvolvimento, encontravam-se em condições de extrema pobreza. Por exemplo, no estado de Funtua, na Nigéria — local do primeiro projeto de desenvolvimento rural do Banco naquele país —, a população rural tinha a renda *per capita* mais baixa de todos os estados nigerianos.

Muitos projetos eram “integrados”: acarretavam uma seqüência específica de medidas por parte de vários órgãos dos países beneficiários e do próprio Banco. Com efeito, a expressão “projeto integrado de desenvolvimento rural” tornou-se sinônimo, para muita gente, do esforço de desenvolvimento rural empreendido, como um todo, pelo Banco nos anos 70. Havia também outros tipos de projetos de desenvolvimento rural — certos programas de âmbito nacional, por exemplo, incluíam um substancial componente destinado a pequenos agricultores ou produtores de baixa renda, mas não eram direcionados para os pobres das zonas rurais de uma área geográfica específica. Exemplos disso foram certos projetos nacionais de crédito agrícola, no México, e um projeto nacional de pesquisa e extensão agrícolas, no Brasil.

Em 1987, o Departamento de Avaliação de Operações, do Banco, empreendeu uma minuciosa revisão dos 112 projetos de desenvolvimento rural concluídos durante os anos da administração McNamara. Os empréstimos feitos pelo Banco nos termos desses projetos somavam cerca de US\$2,7 bilhões. A revisão utilizou o critério mais simples e de aceitação mais comum, adotado pelo Banco, para medir o “sucesso” ou “fracasso” de um projeto: a taxa de retorno econômico. Normalmente, um retorno de 10% qualifica um projeto como “bem-sucedido”. A avaliação verificou que 63% dos projetos tinham sido bem-sucedidos — e que a taxa média de retorno de todos os projetos

era de 17%. Cerca de 85% dos projetos tinham aparentemente contribuído de modo direto para aumentar a produção de alimentos nas áreas sob sua jurisdição. Calcula-se que 83 projetos empreendidos entre os anos fiscais de 1974 e 1979 beneficiaram diretamente 4,7 milhões de famílias rurais. No caso desses projetos, o custo por família beneficiada por ocasião da conclusão do projeto foi de cerca de US\$1.100 (em comparação com um custo estimado de US\$960 por ocasião da avaliação inicial do projeto).

Várias lições proporcionadas por esses projetos de desenvolvimento rural foram documentadas até hoje, entre elas as seguintes:

- Muitos dos projetos integrados eram excessivamente ambiciosos e complexos, não raro exigindo o impossível dos dirigentes e instituições locais. Por isto, tiveram desempenho pior que os projetos com objetivos mais simples.

- Em muitos casos, os benefícios proporcionados por um projeto não foram mantidos após o término do mesmo. Um dos motivos era a tendência do Banco de criar unidades independentes de administração de cada projeto. Embora isto possa ter facilitado a implementação a curto prazo, era difícil lidar com as burocracias nacionais após o término dos desembolsos. Outro motivo era que os beneficiários dos projetos freqüentemente não participavam das decisões, e achavam ter pouco a ganhar se apoiassem ou não o projeto. Os projetos que estimulavam a participação funcionaram melhor.

- Embora se reconhecesse a importância de uma estrutura política adequada, o financiamento era geralmente concedido em circunstâncias pouco promissoras, na esperança de que os governos fossem assim persuadidos a mudar sua orientação política. Como se viu depois, uma maior ação governamental foi talvez o fator isolado mais importante do sucesso ou fracasso dos projetos. As medidas do governo nas áreas de preços, taxas de juros e abastecimento de insumos freqüentemente divergiam dos objetivos dos projetos. Além disso, os próprios projetos raramente conseguiam influenciar as medidas de caráter nacional na área de desenvolvimento agrícola. Muitos tendiam a ser “encraves” bem-sucedidos dentro de sistemas agrícolas nacionais que, de modo geral, eram ainda ineficientes e negligentes quanto às necessidades dos agricultores pobres.

O balanço dos sucessos e fracassos dos projetos de desenvolvimento rural dos anos McNamara influenciou a abordagem adotada posteriormente pelo Banco no tocante à pobreza rural. Hoje, os projetos dão maior atenção à política setorial global, põem mais ênfase no desenvolvimento institucional e menos ênfase em abordagens multi-setoriais complexas, e mostram-se cada vez mais realistas quanto à viabilidade de canalizar os benefícios de um projeto, com exatidão, para grupos alvo reduzidos.

Box 8.6 A experiência do Banco Mundial com projetos de combate à pobreza urbana

Em resposta aos diversos problemas que afetam as cidades nos países em desenvolvimento, o Banco Mundial começou, na década de 70, a expandir seu crédito para desenvolvimento urbano. Os empréstimos, grande parte dos quais visa a combater a pobreza, aumentaram de uns modestos US\$10 milhões para mais de US\$2 bilhões em 1988. Em uma amostragem de projetos para os quais há disponibilidade de dados sobre a pobreza, quase três quartos destinavam aos pobres pelo menos 40% dos recursos. Quase 60% da concessão total de empréstimos do Banco desde 1972 têm sido destinados a operações na área da habitação, embora a concessão de empréstimos para a oferta direta de habitação tenha declinado substancialmente nos últimos anos. Os outros principais componentes das operações urbanas do Banco são os empréstimos para transporte, abastecimento de água e saneamento, tendo havido também considerável concessão de recursos para reformas financeiras e institucionais no âmbito urbano.

Como no caso dos programas de desenvolvimento rural descritos no Box 8.5, a ênfase dada pelo Banco ao combate à pobreza é fortemente identificada com o período McNamara. A estratégia adotada pelo Banco nessa época na área de habitação atraiu atenção internacional. Essa estratégia apoiava-se em projetos de “terrenos e serviços” e “melhoramento de favelas”.

Na categoria de terrenos e serviços, lotes equipados com serviços urbanos rudimentares eram oferecidos a pessoas que, em seguida, construíam ou contribuíam para a construção de sua própria moradia. Os projetos destinavam-se a reorientar a política típica do setor de habitação nos países em desenvolvimento, a qual vinha beneficiando especialmente as famílias de renda média, e não os pobres. Os projetos ofereciam aos beneficiários casas em início de construção, alguma infra-estrutura, benefícios sociais e oportunidades de trabalho. Além disso, ofereciam financiamento para terrenos, casas e materiais de construção. Os projetos típicos de “melhoramento” recorriam também, em grande parte, a esquemas que promoviam a iniciativa própria dos beneficiários. Procuravam melhorar a infra-estrutura através de um pacote bastante completo que incluía água, esgotos, saneamento, remoção de rejeitos sólidos, estradas e ruas.

Quantos destes projetos de habitação urbana foram bem-sucedidos? Como no caso dos projetos de desenvolvimento rural, é difícil dar uma resposta exata. Calcula-se que 13 milhões de famílias foram beneficiadas pelos projetos habitacionais entre 1972 e 1989. A estratégia do Banco na área da habitação demonstrou que é possível “dar casa aos pobres”. As mudanças de padrão de construção introduzidas por alguns dos projetos contribuíram para reduzir os custos da moradia — em alguns casos,

drasticamente. Em Zâmbia, por exemplo, as casas construídas pelos projetos de terrenos e serviços custaram menos de um quinto do preço da moradia mais barata subsidiada pelo governo. Em El Salvador, as casas dos projetos de terrenos e serviços custaram menos da metade das casas convencionais mais baratas oferecidas pelo setor público.

Não obstante, os projetos habitacionais enfrentaram seus problemas. A avaliação de projetos concluídos ofereceu várias lições importantes.

- Um ambiente político e institucional mais amplo pode servir de empecilho a projetos de pobreza urbana, como ocorreu no caso dos projetos de desenvolvimento rural. Não raro, a concentração de terra nas mãos de grandes proprietários dificultava a aquisição de terra para projetos habitacionais. Além disso, a regulamentação por zonas geralmente discriminava os pobres. As ineficiências das organizações prestadoras de serviços freqüentemente frustravam as tentativas de oferecer serviços municipais às áreas pobres.

- É difícil aos projetos de combate à pobreza urbana atingir as pessoas mais pobres. O estudo mais completo conduzido pelo Banco constatou que os benefícios tendiam a ser auferidos por pessoas da camada média, e não da camada inferior, da distribuição urbana de renda.

- Intervenções em nível de projeto, tais como os projetos habitacionais, geralmente não têm muita influência sobre a política urbana global dos países beneficiários. Alguns antigos critérios de planejamento e construção cederam lugar a soluções mais baratas, mas as leis, códigos e regulamentos que constituem a estrutura do desenvolvimento habitacional no setor privado permaneceram, de modo geral, inalterados. A mais recente avaliação dos projetos urbanos do Banco concluiu que, na maioria dos países, os projetos de terrenos e serviços — como ocorrera no caso de muitos projetos de desenvolvimento rural — tornaram-se “encraves”. Raramente os governos estabeleciam programas independentemente da ajuda de doações externas. Em consequência, a oferta direta de moradias não teve sobre o setor o impacto amplo e de longo prazo que dela se esperava.

A nova abordagem do Banco em relação ao setor urbano dá ênfase a questões administrativas e institucionais de natureza geral e visa a causar impacto sobre todo o setor. As novas prioridades incluem: melhor administração urbana, melhor mobilização de recursos municipais (o que pode envolver a recuperação dos custos da oferta de serviços), mercados imobiliários urbanos mais eficientes e um ambiente urbano mais limpo. As intervenções em nível de projeto, tal como o fornecimento de infra-estrutura urbana básica, continuará a ser importante. Contudo, os projetos devem, mais do que no passado, dar maior atenção a essas questões mais amplas.

dução em muitos países de baixa renda da África subsaariana; educação primária, serviços básicos de saúde, nutrição; e socorro às vítimas de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem.

Os Boxes 8.5 e 8.6 analisam a experiência do

Banco Mundial com projetos de desenvolvimento rural e de combate à pobreza nas cidades. Tais projetos muitas vezes foram bem-sucedidos, assim como diversas iniciativas de outros doadores. Todavia uma análise da experiência revela que

alguns projetos de ajuda destinados a reduzir a pobreza fracassaram, embora seja impossível dizer quantos exatamente. Eis algumas das razões pelas quais certos projetos de ajuda se mostraram ineficazes.

FALTA DE COMPROMISSO. Alguns projetos que visam a reduzir a pobreza são empreendidos sobretudo para satisfazer os doadores e não raro porque o governo precisa de recursos para outros fins. Quando não há um compromisso de ajudar os pobres, os projetos de crédito agrícola concedidos para favorecer os pequenos agricultores acabam propiciando empréstimos baratos aos grandes agricultores; os projetos de obras públicas beneficiam não os pobres, mas as firmas contratadas; e o fornecimento de água e de outros serviços básicos urbanos é desviado para bairros mais prósperos. Gastaram-se somas enormes com finalidades que nada têm a ver com o combate à pobreza — gastos militares, por exemplo, e “catedrais no deserto”. Em 1986, os países em desenvolvimento gastaram US\$159 bilhões com suas forças armadas — cerca de cinco vezes o que receberam de ajuda. Em 1984, gastaram com importações de armas quase o mesmo que com programas de saúde. Se os países em desenvolvimento não se comprometerem seriamente em diminuir a pobreza, será necessário rever cuidadosamente a continuação dos fluxos de ajuda.

OS CONTEXTOS SETORIAL E MACROECONÔMICO. Nos anos 70, as supostas deficiências dos métodos de “filtragem” para diminuir a pobreza levaram muitos doadores a enfatizar a intervenção direta em projetos específicos. Muitos desses projetos foram bem-sucedidos. Mas aqueles explicitamente destinados a reduzir a pobreza foram muitas vezes prejudicados por políticas setoriais e macroeconômicas, tais como as políticas de preços para o setor agrícola e as políticas de uso da terra nas zonas urbanas. Além disso, mesmo quando os projetos para diminuir a pobreza logravam atingir seus objetivos, muitos deles não passavam de “encraves” com pouca influência no esforço nacional para combater a pobreza.

MODISMO. A freqüência com que os doadores mudam de prioridades e de políticas encobre muitas vezes a falta de estratégias estáveis de longo prazo. Um estudo sobre seis países da África subsaariana concluiu que foram principalmente as mudanças de orientação que fizeram com que os

resultados da ajuda ficassem aquém da expectativa. Segundo o mesmo estudo, nos anos 70 a ajuda se caracterizou por “uma ênfase exclusiva na segurança alimentar e na mitigação da pobreza, o que prejudicou a produção de safras exportáveis e relegou a segundo plano os fatores tecnológicos que aumentam a produtividade dos cultivos comestíveis”. Já nos anos 80, “os doadores passaram a enfatizar de modo simplista a eficiência em detrimento das metas de equidade”. Esse zig-zague causado pela ajuda se verificou não só na agricultura, mas também na educação e em outros setores.

POUCA ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Para que a ajuda reduza a pobreza, não basta apenas dinheiro; é indispensável criar capacitações. Os doadores ignoraram os aspectos institucionais e administrativos dos projetos e programas cujo alvo era a pobreza. E não foi por falta de recursos; a assistência técnica representa mais que 25% da ajuda. Acontece que grande parte dessa assistência não reflete as prioridades daqueles que a recebem. A assistência técnica tem sido prestada principalmente através do envio de especialistas de outros países. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) calcula que os doadores custeiem anualmente de 75 mil a 100 mil especialistas estrangeiros em países em desenvolvimento, preferindo em geral reunir os especialistas em projetos que não se enquadram na estrutura burocrática normal. Por isso a ajuda não contribui tanto quanto deveria para criar instituições nos países beneficiários. Ultimamente se tentou aperfeiçoar este aspecto da assistência, mas ainda há muito a fazer.

PARTICIPAÇÃO INADEQUADA. Tanto os doadores quanto os beneficiários dedicaram muito pouca atenção a fatores socioculturais e políticos, e não levaram na devida conta a importante participação que os próprios pobres podem ter nas iniciativas tomadas para assisti-los. Há indícios de que em vários setores a ajuda teria sido mais eficaz caso os pobres participassem da formulação, da implantação e da avaliação dos projetos. A participação de mulheres contribuiu para que vários projetos na África subsaariana atingissem seus objetivos; graças à participação de organizações de comunidades locais, vários projetos referentes à pobreza urbana foram mais bem desenvolvidos; em programas de irrigação custeados pela assistência, organizações de beneficiários contribuíram

muito para que as obras dos projetos fossem mantidas e continuassem em operação; grupos organizados de mutuários de baixa renda facilitaram o pagamento de empréstimos em programas creditícios de pequena escala.

Como a assistência pode contribuir mais para diminuir a pobreza

É possível tirar desta análise de sucessos e fracassos lições importantes para a futura prestação de assistência. A assistência continuará contribuindo para vários objetivos desenvolvimentistas, mas a avaliação das políticas dos países e de seus prováveis efeitos sobre a pobreza poderia pesar mais na alocação dos recursos assistenciais. Uma nova estratégia de ajuda que faça da assistência externa uma arma de mais eficácia contra a pobreza teria de ter por ângulo um apoio bem formulado aos países que adotaram políticas com vistas à redução da pobreza. Políticas estas que considerassem os possíveis efeitos, sobre os pobres, do contexto geral das políticas adotadas pelos governos — a fim de dar aos pobres mais oportunidades de auferir rendas (Capítulo 4), ampliar os serviços sociais (Capítulo 5), efetuar transferências de renda e criar esquemas de segurança (Capítulo 6) e proceder a reformas estruturais sem deixar de preocupar-se com os efeitos que tais medidas teriam sobre os pobres (Capítulo 7).

Alocação da ajuda

Uma estratégia modificada de assistência implica a alocação dos recursos assistenciais provenientes de fontes bilaterais e multilaterais. A AID, agência afiliada ao Banco Mundial que faz empréstimos concessionários, já destina cerca de 95% de seus créditos a países de baixa renda. Na alocação desses recursos, um dos principais critérios é a pobreza — sua amplitude e os esforços que está fazendo cada país no sentido de reduzi-la. Nos últimos anos, uma proporção menor de recursos da AID destinou-se a países que se considerava estarem fazendo bem pouco para diminuir a pobreza. O método recomendado neste Relatório colabora com essa tendência.

Antes, o Banco Mundial tendia a concentrar-se em avaliar o efeito de determinados projetos sobre a pobreza (tentava, por exemplo, avaliar que proporção dos benefícios cabia aos pobres). Recomendamos aqui uma abordagem referente a toda a economia. Nas negociações mais recentes acerca da nova reposição da AID, enfatizou-se a impor-

tância dos critérios relativos à pobreza ao serem alocados os recursos da organização; os economistas do Banco, em sua atividade econômica e setorial, vêm dedicando atenção cada vez mais especial a amplas avaliações dos efeitos das políticas gerais de um país sobre os pobres. Impõem-se a ampliação e a intensificação de tais esforços, a fim de que a assistência externa prestada pelo Banco e por outros doadores possa dar apoio mais eficaz às políticas que este Relatório preconiza.

Ao se avaliar o impacto global das políticas nacionais na pobreza e ao se monitorar sua implementação, é preciso evitar uma abordagem excessivamente mecanicista. As decisões terão que ser tomadas com base nas avaliações disponíveis acerca da possibilidade de as políticas nacionais propiciarem a diminuição da pobreza. É também preciso levar em conta outros objetivos do governo e dos doadores. Contudo, seria muito mais fácil avaliar e monitorar a influência das políticas nacionais sobre os pobres se os indicadores sociais e de renda fossem compilados de um modo mais sistemático, que possibilitasse medir progressos na implementação da estratégia dual traçada neste Relatório. Dados referentes a despesa *per capita* em educação primária e programas de nutrição ajudariam a medir progressos na prestação de serviços sociais aos pobres. No tocante a renda, é possível a coleta sistemática e regular de dados sobre preços ao produtor para pequenos agricultores, salários pagos a quem trabalha por dia na agricultura, salários de trabalhadores urbanos não-qualificados e índices pertinentes de custo de vida. Isto complementaria as avaliações diretas da condição dos pobres, como as que derivam de levantamentos de gastos familiares. Por meio de seus Estudos de Medição do Padrão de Vida, o Banco Mundial coletou dados em vários países; outros levantamentos estão sendo preparados.

Estratégias de assistência

Uma estratégia assistencial aperfeiçoada tem implicações na formulação das estratégias de assistência e no uso de diversos instrumentos de ajuda, que variarão segundo as circunstâncias de cada país e dependerão muito das políticas internas adotadas nos países beneficiários.

Aqueles países cujas políticas já estiverem ligadas à redução da pobreza poderão receber ajuda de três maneiras: apoio ao balanço de pagamentos, vinculado à reestruturação da despesa pública; programas de despesa pública “por etapas”; e projetos de investimento. A combinação mais

Box 8.7 Pobreza e ajuda alimentar

Em 1989, a ajuda externa oferecida a países em desenvolvimento sob a forma de alimentos somou cerca de US\$2,5 bilhões. Esse tipo de ajuda constituiu de 5 a 6% da ajuda bilateral de todos os países membros do CAD, e representou 12% do programa de ajuda do Canadá e 18% do total da assistência prestada pelos EUA. O principal fornecedor multilateral é o Programa Mundial de Alimentos, responsável por cerca de 21% de toda ajuda sob a forma de alimentos prestada por fontes das Nações Unidas. Outra importante doadora é a Comunidade Européia que, em 1989, contribuiu com 10% do total da ajuda alimentar.

Um forte argumento em prol deste tipo de ajuda é que grande parte dela representa excedentes de produção dos EUA e da CE, os quais, de outra forma, não beneficiariam os países em desenvolvimento. Uma vez que a ajuda sob a forma de alimentos provavelmente continuará a ser um dos componentes significativos da assistência externa, é importante que seja instrumento eficaz de redução da pobreza. Em nível global, a alocação da ajuda alimentar (como da ajuda em geral) poderia ser mais fortemente baseada em critérios de pobreza, em vez de considerações políticas. A reforma de políticas nacionais pode também aumentar em muito a eficácia deste recurso no atendimento e ajuda às camadas mais pobres de cada país.

A maior parte da ajuda alimentar é fornecida para fins de equilíbrio geral do balanço de pagamentos (ajuda para programas na área da alimentação). As questões acerca da eficácia desta forma de ajuda têm a ver principalmente com a adequação e eficiência dos gastos públicos. Com uma boa administração e medidas apropriadas, a ajuda para programas pode liberar recursos para a redução da pobreza e outros esforços de desenvolvimento, sem interferir com o funcionamento dos mercados locais de alimentos. Na Índia, por exemplo, os fundos gerados pela venda de alimentos fornecidos a título de ajuda, juntamente com a respectiva poupança de divisas, representaram de 30 a 40% da receita do governo em meados da década de 60. Alguns desses recursos foram utilizados para criar a infraestrutura da Revolução Verde, a qual, por sua vez, fez aumentar consideravelmente a produção de alimentos. A ajuda alimentar para programas pode também contribuir

para o financiamento de medidas destinadas a proteger o padrão de vida dos pobres durante o ajuste.

A ajuda sob a forma de alimentos é também prestada em casos de emergência e para fins específicos, tais como trabalho-por-comida ou projetos suplementares de alimentação infantil. Uma das dúvidas quanto a essas formas de ajuda é se elas conseguem ou não promover transferências e aumentar a segurança dos grupos mais pobres. Assegurar a alimentação dos pobres é o objetivo central desse tipo de assistência, mas isto não acarreta necessariamente a distribuição física de alimentos aos pobres. O simples fato de se aumentar a disponibilidade de alimentos em um país pode ajudar a proteger os pobres através da estabilização dos preços. Além disso, a ajuda alimentar pode ser utilizada para financiar programas eficazes de redução de pobreza que não envolvam transferências de alimentos. Naturalmente, a distribuição direta pode ser importante em casos de emergência, quando há grande déficit de alimentos e os mercados não estão funcionando como deveriam. Exemplos disso são os casos de fome na Etiópia, Somália e Sudão, bem como as grandes cheias de Bangladesh em 1988, quando o Programa Mundial de Alimentos coordenou a distribuição de 400 mil toneladas de alimentos, valendo-se de sua capacidade de pronto atendimento, desenvolvida no trabalho em prol de flagelados por ocasião de cheias anteriores.

A monetização da ajuda alimentar mediante venda no país beneficiário geralmente é adequada e pode tornar essa forma de assistência muito mais capaz de reduzir a pobreza. As verbas geradas podem servir para financiar certos programas internos, tais como planos de criação de emprego nas zonas rurais. Programas deste tipo conseguem alcançar as classes mais pobres com rapidez e eficácia. A utilização de canais regulares de mercado para levar os alimentos às áreas deficitárias evita desincentivos à produção e altos custos de distribuição interna. Além de oferecer assistência direta, a ajuda monetizada pode servir como recurso para investimentos em capital humano e físico e, assim, contribuir para aumentar, a longo prazo, a segurança alimentar e o bem-estar das pessoas pobres.

conveniente dependerá das necessidades mais prementes de cada país. A ajuda destinada a apoiar o balanço de pagamentos é de especial importância em países de baixa renda cujas dívidas são um sério problema. Tal ajuda já é um dos elementos essenciais do Programa Especial de Assistência para os países da África subsaariana que têm sérios problemas de dívida e já adotam programas de ajuste. Em muitos casos já há também apoio a programas de despesa pública “por etapas” — um exemplo é o apoio do Banco ao setor educacional do Marrocos. Para que a estratégia assistencial proposta seja eficaz, é preciso que os desembolsos para ambos os tipos de apoio se baseiem em mudanças na estrutura da despesa

pública — mudanças que sejam fruto de acordo.

A assistência orçamentária geral tem uma utilização especial que é o fundo de reserva para o custeio de esquemas de segurança. É comum choques externos e catástrofes naturais coincidirem com problemas fiscais (ou causá-los). Justamente quando é mais necessário fazer transferências para os pobres, os governos podem ter menos possibilidades de suplementar ou mesmo de manter os programas já existentes. Em circunstâncias assim, há bons motivos para que a ajuda externa aumente. É para isto que já existe a ajuda alimentar emergencial em épocas de secas e de fomes (Box 8.7). Caso os governos já operem esquemas eficazes de segurança, como programas

de emprego público, esta idéia básica poderia vir a cobrir outros choques. Portanto, os programas de assistência poderiam conter acordos para que houvesse maior ajuda externa quando ocorressem choques macroeconômicos adversos, a fim de oferecer alívio temporário enquanto se tenta reestruturar a economia.

Continuaria cabendo aos investimentos independentes uma função central. Tais investimentos serão vitais para criar e manter infra-estrutura básica e para efetuar projetos nos setores sociais. Mas como foi exposto no Capítulo 4, a possibilidade para investimentos específicos varia entre dois extremos: desde áreas com grande potencial produtivo até regiões com poucos recursos, onde vivem muitos pobres mas cujo potencial produtivo é pequeno.

Como o setor privado é fundamental para que aumente a demanda de mão-de-obra, a estratégia assistencial deveria apoiá-lo. Mas a ajuda só terá eficácia se houver incentivos adequados. A avaliação da estrutura geral de incentivos deve ser parte integrante da avaliação completa das estratégias nacionais. Neste caso, pode também ser importante apoiar o balanço de pagamentos — desde que tal apoio se vincule à administração macroeconômica que facilite o investimento privado adequado. A ajuda poderia ser usada para reduzir a demanda exercida pelo setor público sobre o sistema bancário, o que por sua vez aliviaria as pressões financeiras sobre o investimento privado. Além disso, a ajuda continuaria a contribuir para a promoção mais direta de atividades mão-de-obra intensivas no setor privado.

Contudo, não é recomendável prestar este tipo de assistência a países cujas políticas não conduzam a uma significativa redução da pobreza. No entanto, países assim têm um elevado número de pobres, e se vêem diante de decisões difíceis. O melhor, talvez, seria destinar montantes limitados de assistência para grupos-alvo muito bem escolhidos — os grupos mais pobres. A ajuda poderia, por exemplo, destinar-se a clínicas que atendem mulheres e crianças pobres, a programas de vacinação infantil e a programas de alimentação para clientela bem escolhidas. Esta é exatamente grande parte da atividade de agências como o UNICEF e a OXFAM — no Campuchea, na Etiópia, no Sudão e em outros países. O Banco Mundial também está trabalhando assim no Zaire. O objetivo é salvaguardar tanto quanto possível o bem-estar dos pobres, enquanto se envidam esforços para reformar as políticas nacionais. Mas estes países não receberiam grandes montantes de assis-

tência até adotarem políticas mais capazes de reduzir a pobreza.

Muitos países encontram-se em situações intermediárias e não estão muito bem definidas as opções de prestação de assistência. Mais uma vez, será preciso avaliar, com base nos dados, aquelas iniciativas que a assistência para o desenvolvimento poderia custear com eficácia nesses países. Se, por exemplo, um país não está prestando bons serviços sociais, mas está conseguindo razoavelmente bem elevar as rendas dos pobres, a ajuda deveria destinar-se à melhoria dos serviços sociais. Caso as políticas não conduzam a uma utilização produtiva da mão-de-obra constituída pelos pobres, mas por outro lado é satisfatória a prestação de serviços sociais aos pobres, a assistência contribuiria para manter o estoque de capital físico, enquanto se continuaria tentando estimular as políticas que promovem crescimento. Logo, justifica-se a assistência a países que estão em situação intermediária. Volumes substanciais de assistência, porém, só deveriam ser concedidos a países que estejam implementando boas políticas no sentido de criar oportunidades de auferir renda e que estejam prestando de modo eficaz serviços sociais aos pobres.

Implicações do volume de assistência

Esta estratégia implica a impossibilidade de se conceder indiscriminadamente mais ajuda — a ajuda será maior em função do número de países seriamente empenhados em reduzir a pobreza. É também equivocado afirmar que a assistência deveria ser alocada de países menos pobres para países mais pobres, apesar de não haver muita necessidade de conceder ajuda a países de renda média. Tal realocação também dependeria das políticas nacionais.

Por dois importantes motivos, porém, é de se crer que num prazo de médio a longo será necessário um volume maior de ajuda. Primeiro, não são muito boas as perspectivas de exportação e de alívio da dívida para muitos países de baixa renda. Segundo, e também mais animador, cresce o número de países que adotam políticas mais vinculadas às prioridades propostas neste Relatório. Incluem-se neste grupo os países candidatos ao Programa Especial de Assistência à África subsariana; vê-se com certo otimismo a possibilidade de mais países virem a integrar esse grupo.

O montante total da assistência concedida em 1988 — US\$51 bilhões — pode parecer alto em termos absolutos. Mas é pequeno quando encara-

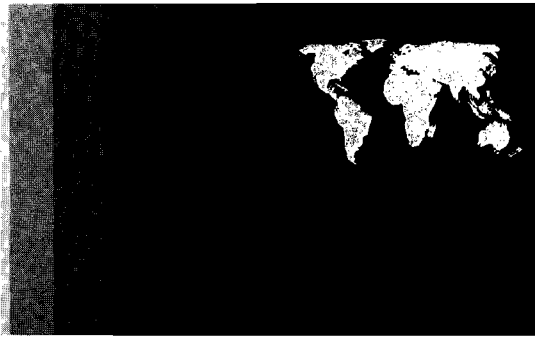
do de uma perspectiva mais ampla — sobretudo se nos recordarmos de que uma parte substancial deste total, principalmente a que provém de fontes bilaterais, não se destina ao desenvolvimento. Toda a assistência concedida pelos membros do CAD representa apenas 0,36% da soma de seus PNBs. Além disso, a assistência que os países industrializados doadores prestaram ao desenvolvimento nos últimos anos correspondeu apenas a cerca de 5% de seus gastos militares. Em 1986, estes doadores destinaram US\$31,6 bilhões para assistência e US\$666 bilhões para fins militares. Nos últimos anos, a assistência representou apenas cerca de 1,4% da despesa do governo central para os membros do CAD (e para os EUA, apenas cerca de 0,8%). Parece absolutamente viável um substancial aumento dos recursos destinados a combater a pobreza nos países mais carentes. É uma questão de empenho político e de uma reavaliação das prioridades dos doadores.

O CAD projeta aumentar em apenas 2% ao ano, em termos reais, a ajuda prestada a médio prazo por seus membros. Desta forma, no ano 2000 a assistência seria de US\$64 bilhões, mas o crescimento da assistência oficial ao desenvolvimento seria mais lento que o do PNB dos membros, que este Relatório estima em cerca de 3%. Declinaria ainda mais o coeficiente assistência/PNB.

Frisamos neste capítulo que os países em desenvolvimento, para conseguirem progressos a longo prazo — inclusive no que se refere a reduzir a pobreza — terão de contar muito mais com seus próprios recursos internos e com a receita de seu comércio exterior, e muito menos com o apoio oficial externo representado pela assistência. Muitos países pobres, contudo, ainda estão muito

longe da auto-suficiência econômica. Um aumento real de assistência de apenas 2% ao ano é inaceitavelmente pequeno ante o desafio da pobreza global. É preciso que a comunidade internacional faça mais — muito mais. É preciso, no mínimo, que assegure que a assistência não decaia como percentual do PNB dos doadores. Se até o ano 2000, a partir de agora, a assistência aumentasse 3% ao ano, chegaria a um total de US\$73 bilhões em 2000. Seria melhor que os doadores visassem a muito mais. A assistência poderia chegar a US\$108 bilhões em 2000, desde que os doadores cujo coeficiente assistência/PNB fosse inferior a 0,5% elevassem a proporção de sua ajuda, e aqueles cujos coeficientes fossem superiores a 0,5% os mantivessem nesses níveis. A assistência montaria a US\$144 bilhões se todos os doadores chegassem à meta de 0,7% do PNB — proposta pela AOD e aceita por muitos países — e se os doadores que já chegaram a esse percentual o mantivessem. E se além de aumentar o volume de assistência as verbas fossem realocadas para países cujas políticas visam à redução da pobreza, seriam ainda mais patentes os resultados da utilização desses recursos.

Deve-se ter como objetivo fazer da assistência uma arma ainda mais eficaz na guerra contra a pobreza no mundo, o que deixa os países doadores e os países beneficiários diante de desafios. Os doadores têm de estar prontos a oferecer volumes substanciais de ajuda aos países que tentam seriamente reduzir a pobreza. Os beneficiários devem demonstrar cada vez mais esta seriedade. Uns e outros podem aprender com os acertos e os erros passados e fazer com que, no futuro, a assistência seja um meio mais eficaz para reduzir a pobreza.



Perspectivas para os pobres

Nos próximos 10 anos, nascerão 850 milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento. A possibilidade de uma pessoa nascer pobre e crescer pobre dependerá principalmente da região do mundo em que essa pessoa nascer. Isto não quer dizer que as políticas econômicas não tenham importância — longe disso. As políticas que os governos e a comunidade internacional adotarem podem ser determinantes para centenas de milhões de pobres. Examina-se neste capítulo as perspectivas de que diminua a pobreza mundial nos próximos 10 anos.

A pobreza no final do século

Para reduzir a pobreza, o Relatório propôs uma estratégia dupla, composta pelos elementos seguintes:

- Crescimento eficiente, mão-de-obra intensivo, baseado em incentivos ao mercado, infra-estrutura física, instituições e inovações tecnológicas.
- Prestação adequada de serviços sociais como educação primária, atendimento sanitário básico e serviços de planejamento familiar.

São também necessárias transferências para ajudar aqueles que não podem ser beneficiados de outra maneira, como pessoas muito pobres, ou doentes, ou idosos, além de esquemas de segurança para proteger as pessoas vulneráveis a choques que reduzam a renda.

Apresentamos neste capítulo projeções que visam a mostrar o que poderia ser feito, caso essa estratégia obtivesse maior aceitação. Não se supõe que a estratégia será adotada por todos os países. Supõe-se, isto sim, que os países que já a adotaram não abrirão mão dela, e aqueles que não a adota-

ram pelo menos tentarão fazê-lo. Discutiremos adiante detalhes específicos de políticas nacionais, região por região. As projeções baseiam-se em hipóteses relativamente otimistas quanto às condições econômicas globais expostas no Capítulo 1 — crescimento aproximado de 3% ao ano nos países industrializados, taxas reais de juros decrescentes, elevação dos preços de produtos primários ao longo dos 10 anos, e conclusão satisfatória das conversações sobre comércio, na Rodada do Uruguai do GATT e em outros foros. Teme-se, porém, que permaneçam os problemas dos anos 80. Portanto, é possível interpretar as projeções como indício do que é razoável esperar. Talvez se consiga um pouco mais — ou muito menos.

A Tabela 9.1 apresenta as alterações projetadas em dois indicadores sociais: mortalidade abaixo dos cinco e matrículas no primário. As projeções se baseiam em tendências a longo prazo em cada região. Espera-se que a mortalidade abaixo dos cinco decline em todo o mundo em desenvolvimento. Espera-se que no Sul da Ásia a taxa caia muito, para 98 por mil. A se manter o que vem ocorrendo nos últimos anos, talvez o progresso seja ainda maior. Por outro lado, já se terá chegado, ou quase, à universalidade das matrículas no curso primário, a não ser em países do Sul da Ásia e da África subsaariana, que ainda estarão bem longe disso.

Tendências de longo prazo, que voltaram a se manifestar na África subsaariana, fazem esperar progressos substanciais. É provável que a mortalidade infantil abaixo dos cinco caia, embora vá continuar bem superior a 100. O percentual de crianças que freqüentam o curso primário também aumentará significativamente, apesar de perma-

Tabela 9.1 Indicadores sociais por região em desenvolvimento, 1985 e 2000

Região	Índice líquido de matrícula no primário		Mortalidade abaixo dos 5	
	1985	2000	1985	2000
África subsaariana	56	86	185	136
Leste asiático	96	100	54	31
China	93	95	44	25
Sul da Ásia	74	88	150	98
Índia	81	96	148	94
Leste europeu	90	92	25	16
Oriente Médio e Norte da África	75	94	119	71
América Latina e Caribe	92	100	75	52
Total	84	91	102	67

Nota: No que se refere à mortalidade abaixo dos cinco, as cifras regionais são médias ponderadas, 1985 cobre o período 1985-90 e 2000 cobre o período 2000-05.

Fonte: Para 1985, dados das Nações Unidas e Tabela 5.1; para as projeções, estimativas do Banco Mundial.

necer inferior ao de outras regiões. Sendo corretas as projeções, serão necessários maiores gastos com os setores sociais. A repetir-se o que ocorreu nos anos 80, a mortalidade infantil aumentará muito e os índices de matrícula decairão.

É preciso que uma prestação mais ampla de serviços sociais aos pobres se faça acompanhar de um empenho maior em prol do crescimento que utilize a mão-de-obra de forma produtiva. A Tabela 9.2 mostra o que cabe esperar, caso isto ocorra — uma queda de 33 para 18% na incidência de pobreza no mundo em desenvolvimento, entre 1985 e 2000, e no mesmo período a redução do número de pobres de 1,1 bilhão para 825 milhões. Seria, sob vários aspectos, um notável progresso — mas um sétimo da humanidade ainda estaria vivendo em condições de extrema carência. Certas regiões progredirão bem mais depressa que outras. Na África subsaariana haverá, no final do século, 265 milhões de pobres, 85 milhões a mais que hoje. Haverá uma drástica mudança na distribuição global da pobreza. A parcela da Ásia no total de pobres do mundo passará a ser 53%, quando em 1985 era 72%, a da África subsaariana dobrará, passando de 16 para 32%.

Se o desempenho da economia global for menos bom do que se prevê, o nível da pobreza mundial será muito mais alto. O progresso pode ser seriamente prejudicado caso se desacelere o crescimento dos países industrializados, persistam as altas taxas reais de juros, aumente o protecionismo ou não se consiga reduzir a dívida atual. Se for assim, por volta do ano 2000 ainda haverá no mundo cerca de 1 bilhão de pobres. Na maioria das

regiões, talvez a melhoria que se prevê nos indicadores sociais se mostre menos vulnerável a choques externos, embora a África subsaariana possa constituir-se em exceção. Nos anos 80 já houve uma certa deterioração nos serviços, que, a se manter, impedirá a concretização das projeções da Tabela 9.1.

Pobreza: diferenças regionais

Devido a variações regionais, há diferenças na prestação de serviços sociais, na taxa e no modelo do crescimento econômico e no aumento populacional. Há também diferenças na estrutura da pobreza e na capacidade administrativa de lidar com seus problemas.

Leste asiático

Há muito vem sendo adotada no Leste asiático a estratégia geral de redução da pobreza proposta neste Relatório. Por volta de 1985, o número de pobres na região caíra para 280 milhões, a maior parte na China; projeta-se que até o final da década caia para cerca de 70 milhões. O crescimento do PIB na região deve manter-se elevado, em quase 7% ao ano. Prevê-se que os países continuem oferecendo infra-estrutura e incentivos adequados à manufatura eficiente e mão-de-obra intensiva, mantendo relações de troca internas que estimulem o crescimento da agricultura, e alocando para o investimento em capital humano uma parcela substancial da despesa do governo. Talvez as Filipinas sejam exceção; tal como ocorreu no pas-

Tabela 9.2 Pobreza no ano 2000, por região em desenvolvimento

Região	Incidência de pobreza		Número de pobres (milhões)	
	1985	2000	1985	2000
África subsaariana	46,8	43,1	180	265
Leste asiático	20,4	4,0	280	70
China	20,0	2,9	210	35
Sul da Ásia	50,9	26,0	525	365
Índia	55,0	25,4	420	255
Leste europeu	7,8	7,9	5	5
Oriente Médio, Norte da África e outros da Europa	31,0	22,6	60	60
América Latina e Caribe	19,1	11,4	75	60
Total	32,7	18,0	1.125	825

Nota: A incidência de pobreza é a parcela populacional que vive abaixo do nível de pobreza, estabelecido no patamar de US\$370 de renda anual (nível de pobreza mais elevado que este Relatório utilizou).

Fonte: Para 1985, Tabela 2.1; para 2000, estimativas do Banco Mundial.

sado, desequilíbrios macroeconômicos e a má distribuição da terra podem desacelerar o crescimento e prolongar o desemprego.

Mas vários fatores aconselham cautela. Primeiro, a China possui três quartos da população da região, e qualquer revés nesse país terá grande repercussão na pobreza da área. A taxa de 6,8% de crescimento do PIB, projetada para os anos 90, supõe que as reformas internas continuem. A queda projetada no número de pobres também depende da manutenção da boa distribuição de renda que caracterizou o desenvolvimento da China. Caso se deteriore as relações de troca agrícolas, ou caso regiões mais atrasadas não consigam acompanhar o crescimento, ficará comprometido todo o progresso do país, sobretudo nas áreas rurais. Por outro lado, caso se passe a depender mais das forças do mercado e se proceda à descentralização, podem ficar prejudicados o sistema de atendimento médico comunitário e a seguridade social. A China está ante um desafio: estimular maior eficiência por meio da reforma de mercado e ao mesmo tempo manter ou substituir os esquemas de segurança social ameaçados pela reforma. Se houver condições externas desfavoráveis e não forem implementadas reformas internas, dificilmente o crescimento anual será superior a 5% nos anos 90. Neste caso, a China terá 90 milhões de pobres por volta do ano 2000; e este número poderá facilmente chegar a mais de 100 milhões, caso haja uma queda real nas rendas dos pobres das áreas rurais (causada, por exemplo, por alterações nos preços relativos).

O fato de o padrão de pobreza estar mudando contribui para moderar o otimismo. A elevação das rendas e o acentuado crescimento do emprego nos países de renda média do Leste asiático confinaram ainda mais os pobres — em especial os idosos e doentes — nos grupos que não têm condições de aproveitar as oportunidades de emprego e os salários reais mais elevados. Em função de forças demográficas e sociais, cresce também a necessidade da prestação estatal de atendimento médico e da criação de esquemas de segurança para estes grupos. Economias como Coréia e Malásia dispõem dos recursos e da capacidade administrativa para estabelecer esquemas assistenciais; no futuro, porém, será preciso destinar a esse fim uma parcela maior das transferências internas.

O Sudeste asiático é especialmente vulnerável ao protecionismo em seus mercados de exportação. Nos países dessa região, as exportações representam uma parcela muito grande do PNB. No caso

de vários produtos, o potencial de crescimento futuro desses países defrontou-se com as barreiras criadas nos países industrializados à importação de produtos como roupas, sapatos e aparelhos eletrônicos. O Leste asiático, mais que qualquer outra região, terá maiores perspectivas de crescimento e mais oportunidades de emprego caso aumente a liberalização comercial, sob a égide do GATT.

África subsaariana

A África subsaariana representa a situação extrema oposta. É a região que está mais longe de adotar a estratégia aqui proposta, que enfrentou, mais que a maioria das outras regiões, graves problemas externos, e cuja infra-estrutura social e física encontra-se seriamente debilitada. Além disso, a projeção é de que sua população continue aumentando a mais de 3% ao ano nos próximos 10 anos. Este aumento rápido torna ainda mais difícil eliminar a pobreza, porque corrói os esforços para elevar as rendas dos trabalhadores e encarece a expansão dos serviços sociais.

A África subsaariana distingue-se vivamente das demais regiões devido ao acentuado aumento projetado para a pobreza. O crescimento anual de 3,7% do PIB, que serviu de base às projeções, fica um pouco acima do crescimento médio dos últimos 20 anos, mas não é suficiente para manter o padrão de vida nos próximos 10 anos. Nesse período de tempo, haverá mais 175 milhões de habitantes na região, e mais 70 milhões de pessoas viverão na pobreza.

A situação da África subsaariana exige mudanças fundamentais nas políticas internas, e impõe o desenvolvimento como prioridade. Na segunda metade dos anos 80, vários países adotaram amplos programas de reforma, que têm de ser levados adiante e intensificados. É necessário, principalmente, dar constante atenção a três áreas críticas: baixar as taxas regionais de fecundidade, aumentar o investimento social (sobretudo em educação e atendimento médico) e reconstituir a infra-estrutura física necessária à expansão da agricultura, do comércio e da indústria. Várias das políticas que levam à consecução deste objetivo são analisadas num recente relatório do Banco Mundial, *Subsaharan Africa: from crisis to sustainable growth*. A análise da pobreza futura, aqui apresentada, confirma as conclusões do relatório.

Para se avaliar quanto a África subsaariana precisa fazer, consideremos a tarefa de evitar que aumente o número de pobres. Seria preciso uma

taxa de crescimento de cerca de 5,5% ao ano — quase 2% a mais que o projetado —, para que o consumo *per capita* se elevasse a níveis capazes de atingir o objetivo, mesmo havendo um contexto de políticas que forneça uma boa base, como a prestação maior de serviços sociais, e mesmo que a distribuição de renda melhore um pouco. Para tanto, a região precisaria de assistência externa não só melhor como mais bem planejada. E tal assistência só será eficaz (e garantida) se as políticas internas conseguirem reduzir a pobreza e desenvolver a capacidade do país.

Sul da Ásia

O Sul da Ásia tem possibilidades de reduzir ainda mais a pobreza, sobretudo na Índia, mas corre também o risco de estagnação, principalmente em outras áreas do subcontinente. É nessa região que vive quase metade dos pobres do mundo, e o que acontecer com eles influirá muito para o sucesso ou o fracasso das tentativas de reduzir a pobreza mundial. O PIB *per capita* ainda é muito baixo, porém mostrou um crescimento estável de 3% nos anos 80, e provavelmente continuará crescendo aos mesmos índices durante os anos 90. A se manter este bom desempenho, projeta-se uma queda no número de pobres, de 525 milhões para 365 milhões.

Projeta-se uma queda drástica da pobreza na Índia, com base no crescimento constante e em mais reformas de políticas internas. São necessárias reformas fiscais para deter os crescentes déficits governamentais, conter as dívidas externa e interna e criar poupanças que possam custear o investimento interno. O serviço de ambas as dívidas responde por uma parcela cada vez maior da despesa governamental e pode prejudicar a capacidade do governo para atingir suas metas de investimento. Se o investimento continuar comprimido pelos baixos índices de poupança interna e de empréstimos externos, dificilmente o crescimento indiano será superior a 2% ao ano nesta década. Assim, haverá 370 milhões de pobres no ano 2000, o que anulará grande parte dos ganhos potenciais.

A luta contra a pobreza exigirá outras medidas internas. Uma liberalização comercial maior estimularia as exportações e permitiria uma substituição de importações eficiente e mão-de-obra intensiva. É preciso que a agricultura disponha de nova tecnologia; e é preciso expandir e manter a infraestrutura rural, sobretudo em subregiões atrasadas. À medida que a despesa pública se acomodar

em patamares mais baixos, projeta-se que as exportações se tornem uma fonte mais importante de crescimento. Atuações com metas mais bem definidas terão de complementar as políticas que se refletem em toda a economia. Programas de obras públicas tiveram êxito e poderiam ser ampliados.

Para outros países, as perspectivas são menos animadoras e serão necessárias medidas firmes para evitar um grande aumento da pobreza ao longo da década. Às taxas projetadas de crescimento, aumentará o número de pobres em Bangladesh e no Paquistão. Bangladesh apresenta semelhanças com a África subsaariana, apesar de ter terras férteis e recursos naturais. Por falta de capacidade administrativa, pela infra-estrutura precária, pelo rápido aumento populacional e pela grande distorção das políticas internas, fica mais difícil reduzir a pobreza. Para que a assistência externa tenha impacto significativo, é indispensável administrá-la melhor e utilizar os recursos na melhoria dos serviços sanitários preventivos, da nutrição, do saneamento e da educação básica. Já o Paquistão possui um setor manufatureiro razoável, boas qualificações administrativas e uma renda *per capita* duas vezes maior que a de Bangladesh, e mesmo assim não conseguiu melhorar muito os indicadores sociais de pobreza. Para se reduzir a pobreza, é necessário um nível muito mais alto de investimento em serviços sociais para os pobres.

A Ásia tem utilizado a assistência de modo mais eficiente que a África subsaariana, mas apesar do grande número de pobres, o fluxo de assistência para a região é muito menor, em relação à população ou ao PIB. Uma das conclusões mais importantes deste Relatório é a de que as alocações de assistência deveriam ter por base um empenho provado em reduzir a pobreza. A assistência poderia aumentar no caso de esforços sérios para diminuir a pobreza, seja na África ou na Ásia, e tal aumento não se daria em detrimento de outras regiões. Seria necessária assistência complementar dos países industrializados.

América Latina e Caribe

Em todo o mundo em desenvolvimento, é na América Latina e no Caribe que se verificam os contrastes mais acentuados entre pobreza e renda nacional. As rendas *per capita* são em média cinco ou seis vezes superiores às do Sul da Ásia e da África subsaariana, mas cerca de um quinto da população ainda vive na pobreza, em virtude da enorme desigualdade de renda na região. Para

que todos os pobres do continente vivessem pouco acima do nível de pobreza, bastaria 0,7% do PIB da região — o que equivale aproximadamente a 2% do imposto de renda do quinto mais rico da população.

As perspectivas de se reduzir a pobreza na região dependem muito de serem reformadas as políticas nacionais em diversas áreas. São de fundamental importância medidas fidedignas de estabilização macroeconômica. A estabilização é requisito para que os investidores voltem a ter confiança, para que retorne ao país o capital enviado ao exterior e para que se rompa o ciclo de crises econômicas que caracterizam muitos países da região. Igualmente importantes são as políticas que promovam um crescimento com menos desigualdades. Em primeiro lugar, impõem-se reformas que acabem com as tendenciosidades em favor da utilização do capital, a fim de que o crescimento venha a gerar empregos produtivos aos quais os pobres tenham acesso. Incluem-se aí as reformas de preços e de políticas financeiras que estimulem o investimento privado em indústrias mão-de-obra intensivas, cujos produtos sejam exportáveis. E como nos anos 90 entre 40 e 50% dos pobres ainda viverão em áreas rurais, é preciso que um apoio ativo ao desenvolvimento rural mão-de-obra intensivo venha complementar os incentivos à produção agrícola, que já melhoraram nos anos 80. Em segundo lugar, impõe-se manter e em certas áreas expandir a prestação de serviços sociais aos pobres. E por fim, poderão ser necessárias, em especial durante o processo de estabilização, transferências como esquemas emergenciais de emprego, semelhantes aos adotados na Bolívia, no Chile e no Peru.

Projeta-se para a América Latina, nos anos 90, um crescimento médio anual de 4,2% do PIB. Sendo assim, supõe-se que na segunda metade da década o ônus da dívida já não prejudique seriamente o investimento na região e que sejam implementados nos próximos anos programas que restaurem a estabilidade econômica. Se além de tudo isto o crescimento propiciar uma melhor distribuição da renda (como ocorreu na Colômbia e na Indonésia durante os anos 70 e 80) será possível reduzir bastante a pobreza na região. Prevê-se que no ano 2000 a incidência de pobreza tenha caído de 19 para 11%.

Ocorrências adversas na economia global, como as examinadas no Capítulo 1, mudariam as perspectivas de crescimento e redução da pobreza na região. Caso fracassem as tentativas de aliviar a

carga devedora, deterioresem-se as relações de troca e caia a demanda mundial de exportações da região, então o crescimento se desacelerará e provavelmente ficarão prejudicados os esforços de ajuste. Isto ocorrendo, o crescimento do consumo *per capita* não será superior a 1%, e no ano 2000 haverá mais 25 milhões de pobres — 5% dos habitantes da região. Para evitar o fato, impõe-se empenho político quanto aos programas de ajuste na região, bem como assistência externa e o alívio da dívida, a fim de que a crise da dívida não persista nos anos 90.

Leste europeu

Os pobres do Leste europeu vivem em condições peculiares, devido à grande participação do Estado na prestação de serviços como emprego, habitação e outros. A pobreza é um problema principalmente urbano, vinculado a salários reais baixos e também, cada vez mais, a desemprego. Nos anos 80, a pobreza aumentou em muitos países. Devido a problemas estruturais e ainda ao pequeno crescimento da produtividade e à escassez crônica de matérias-primas, caíram os salários reais de grande parte dos trabalhadores. A pobreza já é séria e ameaça aumentar no período de transição para o sistema de mercado, mas há muito menos pobres no Leste europeu do que na África subsaariana e no Sul da Ásia.

Projeta-se para os próximos 10 anos um crescimento anual de apenas 1,5% no PIB *per capita*, e prevê-se que a incidência de pobreza não se altere muito, permanecendo em cerca de 8% da população. Os governos da região enfrentam dois problemas sérios. Um deles é o ritmo da reforma, que determinará não apenas a gravidade da mudança social, como também o tempo que levará até as reformas do mercado incentivarem a produtividade. O outro é a compensação entre a redução dos déficits fiscais e a intervenção estatal (essencial ao florescimento dos mercados) e, por outro lado, a necessidade de manter os esquemas de segurança prestados pelo Estado. É provável que parte significativa da força de trabalho deixe de pertencer aos quadros de empregados do governo, e ao mesmo tempo sejam suspensos os subsídios a alimentos, habitação e serviços. Portanto, haverá necessidade de seguros temporários contra o desemprego e de programas de treinamento de mão-de-obra.

Há uma enorme possibilidade de que se elevem, a prazos médio e longo, a produção, a produtividade e as rendas dos trabalhadores. Se for possível

proceder com rapidez à transição institucional e legal para um sistema de mercado, e se for possível obter no exterior assistência técnica e financeira (inclusive investimento externo), o consumo pode crescer muito mais do que as projeções apontam. Se não houver, de modo geral, alterações na distribuição da renda, o PIB crescerá 4% ao ano durante a década, e será eliminada a pobreza absoluta.

Oriente Médio e Norte da África

Nos países do Oriente Médio e do Norte da África foi grande a intervenção estatal nos mercados internos. Estes países enfrentam desafios diferentes dos enfrentados pelo Leste europeu. Vários países do Norte da África recorreram a subsídios a alimentos para ajudar os pobres, apesar de não haver dúvida de que os subsídios constituem uma forma extremamente ineficiente de transferência. Na Argélia, no Egito, no Marrocos e na Tunísia, os subsídios representam uma substancial parcela do orçamento governamental. É preciso ter meios mais eficazes em termos de custos para realizar transferências em favor dos que são de fato pobres. Em vários países, os mercados internos apresentam distorções graves, a conta corrente mostra persistentes desequilíbrios (devidos a políticas fiscais e cambiais insustentáveis), e são elevados os coeficientes dívida/exportações. O Oriente Médio é há muito tempo palco de conflitos, que além de onerosíssimos, desviam recursos do investimento e das necessidades dos pobres. Até que se solucionem plenamente tais conflitos, serão desanimadoras as perspectivas para os pobres.

Supondo que se estabeleça paz na região nos anos 90 e que se implementem programas de ajuste estrutural, o PIB *per capita* crescerá em média 2,1% ao ano. Mas apesar do grande aumento populacional (que pelas projeções se manterá acima de 2% ao ano) é possível manter no ano 2000 o mesmo número de pobres que havia em 1985 (cerca de 60 milhões), desde que melhore um pouco a distribuição de renda e se consiga favorecer os pobres de modo mais eficaz em termos de custos. Partindo de hipóteses menos favoráveis, o número de pobres poderá subir para cerca de 85 milhões.

Possibilidade de ação

No início da década, houve na URSS e no Leste europeu enormes mudanças que prenunciam talvez um mundo menos envolvido com a rivalidade das superpotências e mais empenhado em melhorar a qualidade de vida. Examinou-se neste Relatório uma mudança menos notória, porém igualmente portentosa — o fato de as famílias estarem deixando de ser pobres. Não raro, o processo contou com uma ação pública muito eficaz. Porém ainda existem mais de 1 bilhão de pobres, e nos anos 80 o número de pobres aumentou em algumas partes do mundo.

As projeções apresentadas neste capítulo são inevitavelmente incertas, mas ilustram os benefícios que podem advir de ações públicas adequadas. Ressaltam com especial clareza três conclusões. Primeiro, um contexto externo menos dinâmico restringiria mais os recursos dos países em desenvolvimento e faria com que houvesse muito mais pobres no ano 2000. Segundo, os ganhos potenciais seriam muito menores caso não se conseguisse implantar políticas de reforma, reduzir a desigualdade de renda ou, no caso de já ter havido progresso, preservar os serviços sociais e as rendas reais. O conjunto destes fatores impediria a redução da pobreza nos próximos 10 anos. Terceiro, as projeções revelam que, entre 1985 e 2000, o número de pobres na África subsaariana talvez aumente em 85 milhões. O único meio de evitar isso é as comunidades internacionais e os governos da região agirem com extremo vigor.

A meta para o final do século — meta ambiciosa, mas não impossível — é evitar que aumente o número de pobres na África subsaariana e diminuir em quase 400 milhões (em comparação com 1985) o número de pobres no restante do mundo em desenvolvimento. Em muitas áreas há obstáculos políticos e econômicos desalentadores. Uma ação eficaz em favor dos pobres implica certos custos para os que não são pobres, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos. Mas são custos pequenos, mesmo a curto prazo, e inteiramente compensados pelo maior bem-estar humano que se consegue quando se combate constantemente a pobreza.



Notas bibliográficas

Este Relatório serviu-se de uma variedade de relatórios do Banco Mundial e de inúmeras outras fontes. As fontes do Banco Mundial incluem pesquisas em andamento, assim como estudos econômicos, setoriais e sobre projetos de vários países. As principais fontes usadas em cada capítulo são citadas mais adiante. Essas e outras fontes são então arroladas em ordem alfabética por autor ou organização em dois grupos: documentos básicos encomendados para este Relatório e uma bibliografia selecionada. Os documentos básicos, alguns dos quais estarão disponíveis na série Policy, Research, and External Affairs Working Paper, sintetizam a literatura pertinente e o trabalho do Banco. Os pontos de vista por eles expressos não são necessariamente os mesmos do Banco Mundial ou deste Relatório.

Além das principais fontes constantes nestas listas, muitas pessoas da equipe do Banco Mundial, ou não, colaboraram com este Relatório. Em particular, a equipe principal deseja agradecer a Ravi Kanbur, Michael Lipton, Martin Ravallion e T. N. Srinivasan pela grande ajuda prestada. Entre os que contribuíram com observações ou comentários detalhados estão Surjit Bhalla e Herman van der Tak.

Capítulo 1

Este capítulo serviu-se sobretudo de fontes do FMI, da OCDE e do Banco Mundial. As projeções e análises básicas foram realizadas pela Divisão de Sondagens e Análises Econômicas Internacionais, do Departamento de Economia Internacional, do Banco Mundial; uma fonte importante de informações foi Fardoust & Dhareshwar, 1990. A elaboração dos cenários especiais de previsão contou com a assistência de Robert Lynn, Christian Pedersen e Karsten Pedersen. As seções sobre dívida basearam-se sobretudo em World Bank, 1989f, e em

debates com Constantijn Claessens, Charles Humphreys, Ishrat Husain e Sweder van Wijnbergen. O Box 1.2 baseia-se em Dornbusch & Edwards, 1989; Sachs, 1989; e no documento básico de Roubini. O Box 1.4 valeu-se sobretudo de van Wijnbergen, 1990, e o Box 1.5 de Borrell & Yang, 1990. Ajay Chhibber, Alan Gelb e Paul Meo contribuíram com valiosos comentários.

Capítulo 2

Para este capítulo foram consultados inúmeros estudos acadêmicos, das Nações Unidas e do Banco Mundial sobre pobreza. Os três perfis familiares inspiraram-se em Hartmann & Boyce, 1983; Tremblay & Capon, 1988, e em dados de levantamentos familiares do projeto Estudo de Medição dos Padrões de Vida, do Banco Mundial, com a colaboração de Paul Glewwe e Dean Joliffe. Gabriela Vega também forneceu sugestões proveitosas. O Box 2.1 baseia-se no documento básico de Anand & Harris e em Haddad & Kanbur, 1989, e Ravallion, 1988. O Box 2.2 apóia-se na literatura sobre mensuração da pobreza, sobretudo em Sen, 1981, com as propostas de políticas de Ravallion & van de Walle, 1988. A matéria do Box 2.3 baseia-se em Collier & Lal, 1986; Collier, Radwan & Wangwe, 1986; Drèze, no prelo; e Greer & Thorbecke, 1986. O Box 2.4 foi elaborado por Martin Ravallion e Apparao Katikineni a partir de dados fornecidos pelo ICRISAT, Índia. Gaurav Datt e Etienne van de Walle fizeram comentários proveitosos.

Capítulo 3

A matéria sobre mudanças na pobreza serviu-se de fontes do Banco Mundial e do estudo de Elaine K. Chan sobre decomposição da pobreza e distribuição de renda. O Box 3.1 baseia-se em Keyfitz, 1985; e o Box 3.2 em Bevan, Collier & Gunning,

1988; Collier, no prelo; Collier, Radwan & Wangwe, 1986; Wagao, 1986; e em dados de Douglas Rimmer; o Box 3.4 valeu-se do documento básico de Williamson & Polak. William Ascher fez contribuições de peso para o Box 3.5. O Box 3.6 e o exame das interações decisivas baseiam-se no documento básico de Bourguignon. Os dados da Figura 3.4 foram fornecidos por Juan Luis Londoño.

Capítulo 4

Este capítulo foi extraído sobretudo de fontes do Banco Mundial e da experiência operacional do Banco. A seção sobre política governamental e desenvolvimento rural baseia-se no documento básico de Papanek; em Adelman, 1984; Booth, 1989; Cavallo & Mundlak, 1982; de Janvry et alii, 1989; Krueger, Schiff & Valdés, 1988; e Schiff & Valdés, no prelo; em Lele, 1989 e outros estudos do projeto do Banco sobre Administração do Desenvolvimento Agrícola na África; e em dados fornecidos por Jean-Jacques Dethier. A matéria sobre infra-estrutura e tecnologia serviu-se de Anderson, Herdt & Scobie, 1988; Binswanger, 1990; Binswanger, Khandker & Rosenzweig, 1989; Hayami & Ruttan, 1985; Hazell & Ramasamy, 1988; e Lipton & Longhurst, 1989. Entre as fontes utilizadas na seção sobre vínculos entre os setores agrícola e não-agrícola estão Haggblade & Hazell, 1989, e Haggblade, Hazell & Brown, 1989. A seção sobre crescimento urbano e industrial valeu-se de Soto, 1989; International Labour Organisation, 1985; Krueger, 1983; Lee, 1989; Lee & Anas, 1989; e Little, Mazumdar & Page, 1987. A matéria sobre acesso à terra foi extraída do documento básico sobre direitos agrários de Bell, de Binswanger & Elgin, 1988; e das informações fornecidas por Peter Hazell e Peter Hopcraft. A seção sobre acesso ao crédito baseia-se no documento básico sobre crédito de Bell e na matéria elaborada por Sharon Holt; entre as outras fontes utilizadas estão Braverman & Guasch, 1989; Hossain, 1988; Huppi & Feder, 1989; U.S. Agency for International Development, 1989; Von Pischke, 1989; Von Pischke, Adams & Donald, 1983. Lynn Bennett, Millard Long, Elizabeth Rhyen, J. D. Von Pischke e Jacob Yaron contribuíram com comentários minuciosos. Os dados sobre acesso à infra-estrutura e à tecnologia provêm dos documentos básicos de Holt e do International Fund for Agricultural Development, e de Cernea, 1985; Korten, 1980; Korten & Siy, 1988; Lewis et alii, 1988; e Uphoff, 1986. A matéria sobre áreas pobres de recursos baseia-se em estudo elaborado por Sharon Holt e em Lele & Stone, 1989; e Leonard et

alii, 1989. John Doolette contribuiu com material e Gloria Davis, Jeffrey Leonard, Augusta Molnar e Robert Repetto colaboraram com comentários. O Box 4.1 baseia-se em Binswanger, 1989, e o Box 4.2 em Ahmed & Hossain, 1988. O Box 4.4 baseia-se nos apontamentos básicos de Friedrich Kahnert e Oded Stark. O Box 4.6 foi redigido por Peter Hazell e Shem Migot-Adholla com base em Blarel & Place, 1990. O Box 4.7 serviu-se de dados coligidos para World Bank, 1989c. O Box 4.8 baseia-se em Singh & Bara, 1988; o Box 4.9 em Kahnert, 1989; e o Box 4.10 em Piazza & Doolette, 1990. Este capítulo contou ainda com os valiosos comentários de Douglas Barnes, David Beckmann, Clive Bell, Hans Binswanger, Peter Hazell, Barbara Herz, Peter Hopcraft, Friedrich Kahnert, Luis Riveros, Robert Liebenthal, Ricardo Silveira, Roger Slade e Norman Uphoff.

Capítulo 5

Este capítulo serviu-se principalmente da experiência do Banco Mundial nas áreas de educação e saúde. A seção sobre educação primária baseia-se sobretudo em Lockheed, Verspoor et alii, 1990 e em World Bank, 1986b. A matéria sobre intervenção governamental na saúde deve muito a World Bank, 1987b. Os dados sobre mortalidade abaixo dos cinco provêm de United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1988 e Hill & Pebley, 1988. A série Westinghouse de Estudos Demográficos e Sanitários constituiu valiosa fonte de informações sobre indicadores de mortalidade materna e infantil, fecundidade e planejamento familiar. Ralph Henderson possibilitou acesso aos dados gerados pelo Programa Amplo de Imunização da Organização Mundial da Saúde. As informações sobre nutrição foram extraídas de United Nations, 1987, e contaram com as sugestões de Alan Berg e John Mason. Nancy Birdsall forneceu material sobre questões demográficas e de planejamento familiar. O Box 5.1 inspirou-se no trabalho em curso na Divisão de População, Saúde e Nutrição do Banco Mundial, chefiada por Anthony Measham. O Box 5.2 provêm do documento básico de Lau, Jamison & Louat. O Box 5.3 foi redigido por Ann Tinker e o Box 5.4 por Eleanor Schreiber. As informações para o Box 5.5 foram fornecidas pelo Projeto Inter-regional de Bombas Manuais do PNUD-Banco Mundial. Barbara Herz, Dennis de Tray, Emmanuel Jimenez, Oded Stark e Adriaan Verspoor colaboraram com comentários minuciosos sobre o capítulo.

Capítulo 6

Este capítulo valeu-se de várias fontes, inclusive do Banco Mundial, e de contribuições de pessoas do Banco e de outras instituições. A matéria sobre comunidades pesqueiras baseia-se num apontamento básico de Jean-Philippe Platteau e em Platteau, no prelo. A seção sobre políticas alimentares foi extraída de Alderman, no prelo; Alderman & von Braun, 1984; Berg, 1987; Edirisinghe, 1987; Jamaica Statistical Institute & World Bank, 1988; Pinstrup-Andersen, 1988; Ravallion, 1987; Sen, 1981; United Nations Children's Fund, 1989; e World Bank, 1986c. Margaret Grosh forneceu informações sobre políticas jamaicanas. A seção sobre programas de emprego público valeu-se sobretudo de Acharya & Panwalkar, 1988; Drèze & Sen, 1990; e Ravallion, 1990. O Box 6.1 baseia-se em dados dos documentos básicos de Atkinson e de Williamson & Polak, além de Howard, 1943. O Box 6.2 foi extraído de Besley & Kanbur, 1988; Ravallion, 1990; e dos apontamentos básicos de Jean Drèze. Os Boxes 6.3 e 6.5 baseiam-se em dados de Drèze, no prelo, e Morgan, no prelo. O Box 6.4 valeu-se de informações contidas em Acharya & Panwalkar, 1988. Alan Berg, Jean Drèze, Judith McGuire, Per Pinstrup-Andersen, Shlomo Reutlinger, Nicholas Stern, Kalanidhi Subbarao e Joachim von Braun contribuíram com comentários proveitosos.

Capítulo 7

A análise da relação entre política macroeconômica e pobreza serviu-se dos documentos básicos de Ahmed & Peters; Berry; Bourguignon, de Melo & Suwa; e Fox & Morley. Outras fontes foram Beaudry & Sowa, 1989; Mazumdar, 1989; estudos nacionais do Banco Mundial e documentos preparados para o projeto sobre Mercados de Trabalho numa Era de Ajuste, patrocinado pela Universidade de Warwick e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Mundial. A matéria sobre despesa pública baseia-se no documento básico de Gallagher e a análise dos programas de emprego da Bolívia, Chile e Peru, em Newman, 1988; Universidad de Chile, 1987; e Graham, 1990. A matéria sobre compensação para trabalhadores dispensados serviu-se de Collier, 1988. O Box 7.1 baseia-se em Moser, 1989; o Box 7.2 no documento básico de de Janvry, Fargeix & Sadoulet; e o Box 7.3 no documento básico de Milanovic. O Box 7.4 foi extraído de Blejer & Guerrero, no prelo; e o Box 7.5 de *African Farmer*, 1990. O Box 7.6 foi elaborado por Stephen Haggard, com base em Nelson, 1990.

O Box 7.7 fundamenta-se em estudo do projeto Dimensões Sociais do Ajuste, conduzido pelo Banco Africano de Desenvolvimento, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Banco Mundial. François Bourguignon e Frances Stewart fizeram comentários úteis sobre o capítulo. Também colaboraram Perla Aizenman, Benoit Blarel, Fernando Luis Quevedo e Luis Riveros.

Capítulo 8

A matéria sobre comércio exterior e pobreza valeu-se de Finger & Messerlin, 1989; Finger & Olechowski, 1987; Karsenty & Laird, 1987; Laird & Yeats, 1990; Tyers & Anderson, 1986; United Nations Conference on Trade and Development, 1989; Whalley, 1985; e Yeats, 1981 e 1989, bem como de amplos debates com Refik Erzan, Sam Laird, Paul Meo e Alexander Yeats. Dados indispensáveis foram obtidos em United Nations Conference on Trade and Development, 1988. A matéria sobre o Acordo Multifibras valeu-se dos estudos de Erzan, Goto & Holmes, 1989; e de Trela & Whalley, 1988. A matéria sobre dívida fundamenta-se sobretudo em Greene, 1989; Humphreys & Underwood, 1989; e World Bank, 1989f. Na seção ajuda e pobreza, as principais fontes utilizadas foram dados do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, e sobretudo de Organisation for Economic Co-operation and Development, 1985, 1989 e 1990; Josefina G. Valeriano prestou colaboração inestimável nas pesquisas. Outros estudos publicados sobre o tema ajuda foram extremamente úteis, como Cassen et alii, 1986; Lele, 1989; Mosley, 1987; Riddell, 1987; e World Bank, 1986a. O Box 8.1 foi elaborado por Paula Holmes e Paul Meo, e o Box 8.2 por Refik Erzan, com o auxílio de Paula Holmes. O Box 8.3 recorreu principalmente a Karsenty & Laird, 1987. O Box 8.4 deve muito a fontes da OCDE, sobretudo a 1989. O Box 8.5 baseia-se em grande parte em Ayres, 1983 e World Bank, 1988c; e o Box 8.6 em Ayres, 1983; World Bank, 1983; e em estudos recentes e inéditos do Banco Mundial. O Box 8.7 valeu-se das idéias de Robert Hindle, Shlomo Reutlinger e Cornelis Tuinenburg. David Beckmann, Michael Carter e Robert Liebenthal contribuíram com valiosos comentários.

Documentos básicos

Ahmad, Ehtisham & Allison, Christine. Poverty, growth, and public policy in Pakistan.

- _____ & Ludlow, Stephen. Poverty, inequality, and growth in Pakistan.
- _____ & Wang, Yan. Inequality and poverty in China: institutional change and public policy, 1978-1988.
- _____ & Zou, Gang. Deprivation and prosperity in Chinese history.
- Ahmed, Sadiq & Peters, Jr., R. Kyle. Adjustment with poverty alleviation: Indonesia's experience.
- Anand, Sudhir & Harris, Christopher. On the choice of welfare indicator in the analysis of poverty: an illustration using Sri Lankan data.
- Atkinson, Anthony B. Poverty, economic performance and income transfer policy in OECD countries.
- Bell, Clive. Credit and saving.
- _____. Land reform, tenancy, productivity, and employment as aspects of property rights in land.
- _____ & Rich, Robert. Rural poverty and agricultural performance in India between 1956-57 and 1983-84.
- Berry, Albert. The effects of stabilization and adjustment on poverty and income distribution: aspects of the Latin American experience.
- Bhalla, Surjit S. The role of welfare policies and income growth in improving living standards in India and Sri Lanka.
- Bourguignon, François. Optimal poverty reduction, adjustment, and growth: an applied framework.
- _____; de Melo, Jaime & Suwa, A. Distributional effects of adjustment policies: simulations for two archetype economies.
- Chan, Elaine K. A compendium of data on poverty and income distribution.
- _____. Decomposing changes in poverty.
- de Janvry, Alain; Fargeix, André & Sadoulet, Elisabeth. Economic, welfare, and political consequences of stabilization policies: a general equilibrium approach.
- Drèze, Jean P.; Lanjouw, Peter & Stern, Nicholas. Identifying and reaching the poor : principles and some examples from a North Indian village.
- Fox, M. Louise & Morley, Samuel A. Who paid the bill? Adjustment and poverty in Brazil, 1980-1995.
- Gallagher, Mark. Fiscal duress and the social sectors in developing countries.
- Hill, Kenneth. Demographic response to economic shock.
- Holt, Sharon L. The role of institutions in poverty reduction: a focus on the productive sectors.
- International Fund for Agricultural Development. Poverty alleviation: an IFED perspective.
- Lau, Lawrence; Jamison, Dean & Louat, Frédéric. Education and productivity in developing countries: an aggregate production function approach.
- Milanovic, Branko. Poverty in Eastern Europe in the years of crisis: Poland, Hungary, and Yugoslavia.
- _____. Poverty in Poland in the years of crisis, 1978-87.
- Papnek, Gustav F. Growth, poverty and real wages in labor-abundant countries.
- Pissarides, Christopher A. Macroeconomic adjustment and poverty in selected developed countries.
- Posarac, Aleksandra. Poverty in Yugoslavia, 1978-87.
- Ravallion, Martin. The challenging arithmetic of poverty in Bangladesh.
- _____; Datt, Gaurav; van de Walle, Dominique & Chan, Elaine K. Quantifying the magnitude and severity of absolute poverty in the developing world in the mid-1980s.
- Roubini, Nouriel. The interaction between macroeconomic performance and political structures and institutions: the political economy of poverty, growth, and development.
- Szalai, Julia. Poverty in Hungary during the period of economic crisis.
- Teklu, Tesfaye & von Braun, Joachim. Coping with disastrous drought: the 1984/85 famine in North Kordofan, Sudan.
- Williamson, Jeffrey G. & Polak, Ben. Poverty, policy, and industrialization: lessons from the distant past.

Bibliografia selecionada

A abreviatura "reprog." foi usada para obras reproduzidas por meio de mimeógrafo, xerografia ou métodos semelhantes; tais obras não estão catalogadas ou não se encontram comumente em bibliotecas, ou ainda têm circulação restrita.

Acharya, Meena & Bennett, Lynn. *Women and the subsistence sector: economic participation and household decisionmaking in Nepal*. World Bank Staff Working Paper, 526. Washington, D.C., 1983.

- Acharya, Sarthi & Panwalkar, V. G. The Maharashtra employment guarantee scheme: impacts on male and female labour. Elaborado para o Population Council Program on Women's Roles and Gender Differences. Bombay, India, Tata Institute of Social Sciences, 1988 (reprog.).
- Adelman, Irma. Beyond export-led growth. *World Development*, 12 (9): 937-49, Sept. 1984.
- African Development Bank; United Nations Development Programme & World Bank. *The social dimensions of adjustment in Africa: a policy agenda*. Washington, D.C., World Bank, 1990.
- African Farmer*. Farmers adjust to economic reform. New York, The Hunger Project, 3: 5-16, Apr. 1990.
- Ahmed, Raisuddin & Hossain, Mahabub. Developmental impact of rural infrastructure: Bangladesh. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, em colaboração com o Bangladesh Institute of Development Studies, 1988 (reprog.).
- Alderman, Harold. Food subsidies and the poor. In: Psacharopoulos, George, org. *Essays on poverty, equity, and growth*. Washington, D.C., World Bank, Latin American Technical Department (no prelo).
- _____ & Kozel, Valerie. *Formal and informal sector wage determination in urban low-income neighborhoods in Pakistan*. Living Standards Measurement Study Working Paper, 65. Washington, D.C., World Bank, 1989.
- _____ & von Braun, Joachim. *The effects of the Egyptian food ration and subsidy system on income distribution and consumption*. Research Report, 45. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 1984.
- Allison, Christine. Poverty, inequality, and public policy in Pakistan. Washington, D.C., World Bank, Eastern Africa Department, 1989 (reprog.).
- Anderson, Jock R. *Research and agricultural progress*. Armidale, N.S.W., Australia, University of New England, 1985.
- _____; Herdt, Robert W. & Scobie, Grant M. *Science and food: the CGIAR and its partners*. Washington, D.C., World Bank, 1988.
- Ascher, William. *Scheming for the poor: the politics of redistribution in Latin America*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1984.
- Atkinson, A.B. On the measurement of poverty. *Econometrica*, 55: 749-64, 1987.
- Ayres, Robert L. *Banking on the poor: the World Bank and world poverty*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1983.
- Beaton, George H. & Ghassemi, Hossein. Supplementary feeding programs for young children in developing countries. *American Journal of Clinical Nutrition*, 35: 864-916, Apr. 1982.
- Baudry, P. & Sowa, N. K. Labor markets in an era of adjustment: a case study of Ghana. Elaborado para a Conference on Labor Markets in an Era of Adjustment, patrocinada pelo Centro de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento da Universidade de Warwick e pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Mundial. Coventry, U.K., Aug. 7-10, 1989 (reprog.).
- Berg, Alan. *Malnutrition: what can be done? Lessons from World Bank experience*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1987.
- Besley, Timothy & Kanbur, Ravi. The principles of targeting. Discussion Paper, 85. Coventry, U.K., Development Economics Research Centre, University of Warwick, 1988 (reprog.).
- Bevan, David; Collier, Paul & Gunning, Jan. The political economy of poverty, equity and growth: Indonesia and Nigeria. Washington, D.C., World Bank, Latin America Technical Department, 1988 (reprog.).
- Bhende, M. J. Credit markets in rural South India. *Economic and Political Weekly*, 21: 38-39, Sept. 1986.
- Biggs, Tyler S.; Snodgrass, Donald R. & Srivastava, Pradeep. On minimalist credit programs. Development Discussion Paper, 331. Economic Policy Series. Cambridge, Mass., Harvard Institute for International Development, 1990 (reprog.).
- Binswanger, Hans P. Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon. Environment Department Working Paper, 16. Washington, D.C., World Bank, 1989 (reprog.).
- _____. The policy response of agriculture. In: *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics 1989*. Washington, D.C., World Bank, 1990.
- _____ & Elgin, Miranda. What are the prospects for land reform? Elaborado para a Twentieth International Conference of Agricultural Economists. Buenos Aires, Aug. 24-31, 1988 (reprog.).
- _____; Khandker, Shahidur R. & Rosenzweig, Mark R. How infrastructure and financial institutions affect agricultural output and investment in India. Policy, Planning, and Research Paper, 163. Washington, D.C., World Bank, Latin America and the Caribbean Country Department II, 1989 (reprog.).

- _____ & Quinzon, Jaime B. What can agriculture do for the poorest rural groups? Agriculture and Rural Development Department Discussion Paper, ARU57. Washington, D.C., World Bank, 1986 (reprog.).
- Birdsall, Nancy. Population growth and poverty in the developing world. *Population Bulletin*, 35 (5): 3-38, Dec. 1980.
- _____ & James, Estelle. Efficiency and equity in social spending: how and why governments misbehave. Policy, Research and External Affairs Working Paper, 274. Washington, D.C., World Bank, Latin America and the Caribbean Country Department I, 1989 (reprog.).
- Blarel, Benoit & Place, Frank. Land tenure and agricultural production under land scarcity: the case of Rwanda. Washington, D.C., World Bank, Agriculture and Rural Development Department, 1990 (reprog.).
- Blejer, Mario I. & Guerrero, Isabel. The impact of macroeconomic policies on income distribution: an empirical study of the Philippines. *Review of Economics and Statistics* (no prelo).
- Boateng, E. Oti et alii. A poverty profile for Ghana, 1987-88. Washington, D.C., World Bank, Occidental and Central Africa Department, 1989 (reprog.).
- Booth, Anne. Indonesian agricultural development in comparative perspective. *World Development*, 17 (8): 1.235-54, Aug. 1989.
- Borrell, Brent & Yang, Maw-Cheng. EC Bananarama 1992. International Commodity Markets Paper. Washington D.C., World Bank, International Economics Department, 1990 (reprog.).
- Boulier, Bryan L. *Evaluating unmet needs for contraceptives: estimates for thirty-six developing countries*. World Bank Staff Working Paper, 678. Washington, D.C., 1985.
- Bourguignon, François; Branson, William H. & de Melo, Jaime. Adjustment and income distribution: a counterfactual analysis. Policy, Planning, and Research Working Paper, 215. Washington, D.C., World Bank, Country Economics Department, 1989 (reprog.).
- Braverman, Avishay & Guasch, J. Luis. Rural credit in developing countries. Policy, Planning, and Research Working Paper, 219. Washington, D.C., World Bank, Agriculture and Rural Development Department, 1989 (reprog.).
- Brown, L. David & Kortzen, David C. Understanding voluntary organizations: guidelines for donors. Policy, Planning, and Research Working Paper, 258. Washington, D.C., World Bank, Country Economics Department, 1989 (reprog.).
- Bulatao, Rodolfo et alii. Africa region population projections: 1989-90 edition. Policy, Planning, and Research Working Paper, 330. Washington, D.C., World Bank, Population and Human Resources Department, 1989 (reprog.).
- Cassen, Robert et alii. *Does aid work? Report to an intergovernmental task force*. New York, Clarendon Press, 1986.
- Castañeda, Tarsicio. *Innovative social policies for reducing poverty: Chile in the 1980s* (no prelo).
- Cavallo, Domingo & Mundlak, Yair. *Agriculture and economic growth in an open economy: the case of Argentina*. Research Report, 36. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 1982.
- Cernea, Michael M., org. *Putting people first: sociological variables in rural development*. New York, Oxford University Press, 1985.
- _____. *Population displacement in water resources development: current practice, issues, and policy responses*. Harvard Institute for International Development Discussion Paper. Cambridge, Mass., 1990.
- Chambers, Robert. *Rural development: putting the last first*. London, Longman, 1983.
- Chenery, Hollis et alii. *Redistribution with growth*. New York, Oxford University Press, 1974.
- Chhibber, Ajay. Financing public expenditures in developing countries: direct versus indirect taxation. Resource Mobilization Department Working Paper. Washington, D.C., World Bank, 1986 (reprog.).
- Collier, Paul. African public sector retrenchment: an analytical survey. World Employment Programme Research Working Paper, 27. Geneva, International Labour Organisation, 1988 (reprog.).
- _____. Aid and economic performance in Tanzania. In: Lele, Uma & Nabi, Ijaz, orgs. *Transitions in development: the role of aid and commercial flows*. San Francisco, Calif., Institute for Contemporary Studies (no prelo).
- _____ & Lal, Deepak. *Labour and poverty in Kenya, 1900-1980*. Oxford, Clarendon Press, 1986.
- _____; Radwan, Samir & Wangwe, Samuel, with Albert Wagner. *Labour and poverty in rural Tanzania: ujamaa and rural development in the United Republic of Tanzania*. Oxford, Clarendon Press, 1986.

- Cornia, Giovanni Andrea; Jolly, Richard & Stewart, Francis, orgs. *Adjustment with a human face*. Oxford, Clarendon Press, 1987. 2 vs.
- Cox, Donald & Jimenez, Emmanuel. Private transfers and public policy in developing countries: a case study for Peru. Policy, Planning, and Research Working Paper, 345. Washington, D.C., World Bank, Country Economics Department, 1990 (reprog.).
- Dandekar, Kumudini. *Employment guarantee scheme: an employment opportunity for women*. Gokhale Institute Study, 67. Bombay, India, Orient Longman, 1983.
- Datt, Gaurav & Ravallion, Martin. Regional disparities, targeting, and poverty in India. Policy, Research, and External Affairs Working Paper, 375. Washington, D.C., World Bank, Agriculture and Rural Development Department, 1990 (reprog.).
- de Janvry, Alain & Sadoulet, Elisabeth. Investment strategies to combat rural poverty: a proposal for Latin America. Working Paper, 459. Berkeley, Giannini Foundation of Agricultural Economics, University of California, 1988 (reprog.).
- _____ et alii. *Rural development in Latin America: an evaluation and a proposal*. IICA Program Paper, 12. San Jose, Costa Rica, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1989.
- de Soto, Hernando. *The other path: the invisible revolution in the Third World*. New York, Harper and Row, 1989.
- Deaton, Angus & Case, Anne. *Analysis of household expenditures*. Living Standards Measurement Study Working Paper, 28. Washington, D.C., World Bank, 1988.
- Donaldson, Graham. Government-sponsored rural development: experience of the World Bank. Washington, D.C., World Bank, Operations Evaluation Department, 1989 (reprog.).
- Dornbusch, Rudiger & Edwards, Sebastian. Macroeconomic populism in Latin America. NBER Working Paper, 2. 1986. Cambridge, Mass., National Bureau of Economic Research, 1989 (reprog.).
- Drabek, Anne Gordon, org. Development alternatives: the challenges for NGOs. *World Development*, 15, Autumn 1987. Supplement.
- Drèze, Jean P. Famine prevention in Africa. In: Drèze, Jean P. & Sen, Amartya K., orgs. *The political economy of hunger*. Oxford, Oxford University Press (no prelo).
- _____ & Sen, Amartya K. *Hunger and public action*. Oxford, Clarendon Press, 1990.
- Echeverri-Gent, John. Guaranteed employment in an Indian state. *Asian Survey*, 28 (12): 1.294-1.310, 1988.
- Edirisinghe, Neville. *The food stamp scheme in Sri Lanka: costs, benefits and options for modification*. Research Report, 58. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 1987.
- Erzan, Refik; Goto, Junichi & Holmes, Paula. Effects of the Multi-fibre Arrangement on developing countries' trade: an empirical investigation. Policy, Planning, and Research Working Paper, 297. Washington, D.C., World Bank, International Economics Department, 1989 (reprog.).
- _____ & Svedberg, Peter. Protection facing exports from Sub-Saharan Africa in the EC, Japan, and the United States. Policy, Planning, and Research Working Paper, 320. Washington, D.C., World Bank, International Economics Department, 1989 (reprog.).
- Evans, Timothy. The impact of permanent disability on rural households: river blindness in Guinea. *IDS Bulletin*, 20 (2): 41-48, Apr. 1989.
- Fardoust, Shahrokh & Dhareshwar, Ashok. Long-term outlook for the world economy: issues and projections for the 1990s. Policy, Research, and External Affairs Working Paper, 372. Washington, D.C., World Bank, International Economics Department, 1990 (reprog.).
- Finger, J. Michael & Messerlin, Patrick A. *The effects of industrial countries' policies on developing countries*. Policy and Research Series, 3. Washington, D.C., World Bank, 1989.
- _____ & Olechowski, Andrzej, orgs. *The Uruguay Round: a handbook on the multilateral trade negotiations*. Washington, D.C., World Bank, 1987.
- Fitchett, Delbert A. *Agricultural trade protectionism in Japan: a survey*. World Bank Discussion Paper, 28. Washington, D.C., 1988.
- Food and Agriculture Organization. *The fifth world food survey*. Rome, 1987.
- _____. *Rural poverty in Latin America and the Caribbean*. Elaborado para a FAO Regional Conference for Latin America and the Caribbean, Recife, Brasil. Rome, 1988 (reprog.).
- Gallagher, Mark & Ogbu, Osita M. Public expenditures, resource use and social services in Sub-Saharan Africa. Washington, D.C., World Bank, Africa Technical Department, 1989 (reprog.).

- Galway, Katrina; Wolff, Brent & Sturgis, Richard. *Child survival: risks and the road to health*. Columbia, Md., Institute for Resource Development/Westinghouse, 1987.
- Garcia, Marito H. & Pinstup-Andersen, Per. *The pilot food price subsidy scheme in the Philippines: its impact on income, food consumption, and nutritional status*. Research Report, 61. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 1987.
- George, P. S. *Some aspects of procurement and distribution of foodgrains in India*. Working Paper on Food Subsidies, 1. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 1985.
- Gertler, Paul & van der Gaag, Jacques. *The willingness to pay for medical care: evidence from developing countries*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press (no prelo).
- Ghai, Dharam & Radwan, Samir, orgs. *Agrarian policies and rural poverty in Africa*. Geneva, International Labour Office, 1983.
- Glewwe, Paul. *The distribution of welfare in Côte d'Ivoire in 1985*. Living Standards Measurement Study Working Paper, 29. Washington, D.C., World Bank, 1988.
- _____. *The distribution of welfare in Peru in 1985-86*. Living Standards Measurement Study Working Paper, 42. Washington, D.C., World Bank, 1988.
- _____. & de Tray, Dennis. *The poor during adjustment: a case study of Côte d'Ivoire*. Living Standards Measurement Study Working Paper, 47. Washington, D.C., World Bank, 1988.
- _____. & _____. *The poor in Latin America during adjustment: a case study of Peru*. Living Standards Measurement Study Working Paper, 56. Washington, D.C., World Bank, 1989.
- _____. & Twum-Baah, Kwaku A. *The distribution of welfare in Ghana*. Washington, D.C., World Bank, Population and Human Resources Department, 1989 (reprog.).
- _____. & van der Gaag, Jacques. *Confronting poverty in developing countries: definitions, information, and policies*. Living Standards Measurement Study Working Paper, 48. Washington, D.C., World Bank, 1988.
- Golub, Stephen S. & Finger, J. M. The processing of primary commodities: effects of developed-country tariff escalation and developing-country export taxes. *Journal of Political Economy*, 87 (3): 559-77, June 1979.
- Goto, Junichi. The Multifibre Arrangement and its effects on developing countries. *World Bank Research Observer*, 4 (2): 203-27, July 1989.
- Graham, Carol. The APRA government and the urban poor: the PAIT programme in Lima's pueblos juvenes. Durham, N.C., Duke University, 1990 (reprog.).
- Greene, Joshua. The external debt problem of Sub-Saharan Africa. *IMF Staff Papers*, 36 (4): 836-74, Dec. 1989.
- Greer, Joel & Thorbecke, Erik. Food poverty profile applied to Kenyan smallholders. *Economic Development and Cultural Change*, 35: 115-41, Oct. 1986.
- Griffin, Charles C. *User charges for health care in principle and practice*. EDI Seminar Paper, 37. Washington, D.C., World Bank, 1988.
- Haddad, Lawrence & Kanbur, Ravi. How serious is the neglect of intrahousehold inequality? Policy, Planning, and Research Working Paper, 296. Washington, D.C., World Bank, Office of the Vice President, Development Economics, 1989 (reprog.).
- Haggblade, Steven & Hazell, Peter. Agricultural technology and farm-nonfarm growth linkages. *Agricultural Economics*, 3: 345-64, 1989.
- _____. & Brown, James. Farm-nonfarm linkages in rural Sub-Saharan Africa. *World Development*, 17 (8): 1.173-1.201, Aug. 1989.
- Halstead, Scott B. et alii, orgs. *Good health at low cost*. New York, Rockefeller Foundation, 1985.
- Hart, Gillian. *Power, labor, and livelihood: processes of change in rural Java*. Berkeley, University of California Press, 1986.
- Hartmann, Betsy & Boyce, James K. *A quiet violence: view from a Bangladesh village*. London, Zed Press, 1983.
- Hayami, Yujiro & Ruttan, Vernon W. *Agricultural development: an international perspective*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1985.
- Hazell, Peter B. R. & Ramasamy, C. Green revolution reconsidered: the impact of the high-yielding rice varieties in South India. Washington, D.C., World Bank, Agriculture and Rural Development Department, 1988 (reprog.).
- Herz, Barbara & Measham, Anthony R. *The safe motherhood initiative: proposals for action*. World Bank Discussion Paper, 9. Washington, D.C., 1987.

- Hill, Kenneth & Pebley, Ann R. Levels, trends and patterns of child mortality in the developing world. Elaborado para a Workshop on Child Survival Programs: Issues for the 1990s. Baltimore, Md., School of Hygiene and Public Health, Johns Hopkins University, Nov. 20-21, 1988 (reprog.).
- Hinchliffe, Keith. The monetary and non-monetary returns to education in Africa. Education and Training Discussion Paper, EDT46. Washington, D.C., World Bank, 1986 (reprog.).
- Hossain, Mahabub. *Credit for alleviation of rural poverty: the Grameen Bank in Bangladesh*. Research Report, 65. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, Bangladesh Institute of Development Studies, 1988.
- _____ & Afsar, Rita. *Credit for women's involvement in economic activities in rural Bangladesh*. Research Report, 105. Dhaka, Bangladesh Institute of Development Studies, 1989.
- Hossain, Mosharaff. *The assault that failed: a profile of absolute poverty in six villages of Bangladesh*. Geneva, United Nations Research Institute for Social Development, 1987.
- Howard, Donald S. *The WPA and federal relief policy*. New York, Russel Sage Foundation, 1943.
- Humphreys, Charles & Underwood, John. The external debt difficulties of low-income Africa. In: Husain, Ishrat & Diwan, Ishac, orgs. *Dealing with the debt crisis*. Washington, D.C., World Bank, 1989.
- Huppi, Monika & Feder, Gershon. The role of groups and credit cooperatives in rural lending. Washington, D.C., World Bank, Agriculture and Rural Development Department, 1989 (reprog.).
- Illiffe, John. *The African poor*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- India, Government of. *Family welfare programme in India: year book 1986-87*. New Delhi, Ministry of Health and Family Welfare, Department of Family Welfare, 1987.
- Institute of Population Studies, Chulalongkorn University. *Thailand: health and population studies based on the 1987 Thailand demographic and health survey*. Demographic and Health Surveys Further Analysis Series, 1. New York, Population Council, 1989.
- International Labour Organisation. *Informal sector in Africa*. Addis Ababa, Jobs and Skills Programme for Africa, 1985.
- _____. *Employment promotion in the informal sector in Africa*. Addis Ababa, Jobs and Skills Programme for Africa, 1988.
- International Monetary Fund. *World economic outlook: a survey by the staff of the International Monetary Fund*. Washington, D.C., 1989.
- _____. *International Financial Statistics Yearbook*. Washington, D.C. (vários anos).
- International Rice Research Institute. *Women in rice farming*. Manila, 1983.
- Islam, Rizwanul, org. *Rural industrialisation and employment in Asia*. New Delhi, International Labour Organisation, Asian Employment Programme, 1987.
- Jamaica Statistical Institute & World Bank. Living conditions survey, Jamaica. Kingston, 1988 (reprog.).
- _____. Survey of living conditions, Jamaica. Kingston, 1989 (reprog.).
- Jamison, Dean T. & Lau, Lawrence J. *Farmer education and farm efficiency*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1982.
- Jimenez, Emmanuel. *Pricing policy in the social sectors: cost recovery for education and health in developing countries*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1987.
- Jodha, N. S. Market forces and erosion of common property resources. In: *Agricultural markets in the semi-arid tropics: proceedings of the International Workshop held at ICRISAT Center, India, 24-28 October 1983*. Patancheru, India, International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics, 1985.
- _____. Common property resources and rural poor in dry regions of India. *Economic and Political Weekly*, 21 (27): 1.169-81, July 1986.
- Kahnert, Friedrich. Assisting poor rural areas through groundwater irrigation: exploratory proposals for East India, Bangladesh and Nepal. Asia Regional Series, IDP44. Washington, D.C., World Bank, 1989 (reprog.).
- Kanbur, Ravi S. *Poverty and the social dimensions of structural adjustment in Côte d'Ivoire*. Social Dimensions of Adjustment Working Paper, 2. Washington, D.C., World Bank, 1990.
- Karsenty, Guy & Laird, Sam. The GSP, policy options and the new round. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 123 (2): 262-96, 1987.
- Keja, Ko et alii. Effectiveness of the Expanded Programme on Immunization. *World Health Statistics Quarterly*, 39:161-70, 1986.
- Keyfitz, Nathan. An East Javanese village in 1953 and 1985: observations on development. *Population and Development Review*, 11: 695-719, Dec. 1985.

- Khandker, Shahidur R. Improving rural wages in India. Policy, Planning, and Research Working Paper, 276. Washington, D.C., World Bank, Population and Human Resources Department, 1989 (reprog.).
- Korten, David. Community organization and rural development: a learning process approach. *Public Administration Review*, 40 (5): 480-511, Sept./Oct. 1980.
- Korten, David C., org. *Community management: Asian experience and perspectives*. West Hartford, Conn., Kumarian Press, 1986.
- Korten, Frances F. & Siy, Jr., Robert Y. *Transforming a bureaucracy: the experience of the Philippine National Irrigation Administration*. West Hartford, Conn., Kumarian Press, 1988.
- Krueger, Anne O. *Trade and employment in developing countries: synthesis and conclusions*. Chicago, University of Chicago Press, 1983.
- _____. & Ruttan, Vernon W. Assistance to Korea. In: Krueger, Anne O.; Michalopoulos, Constantine & Ruttan, Vernon W., orgs. *Aid and development*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1989.
- _____.; Schiff, Maurice & Valdés, Alberto. Agricultural incentives in developing countries: measuring the effect of sectoral and economy-wide policies. *World Bank Economic Review*, 2 (3): 255-71, Sept. 1988.
- Laird, Sam & Yeats, Alexander. *Quantitative methods for trade barrier analysis*. London, Macmillan, 1990.
- Lal, Deepak & Myint, Hla. The political economy of poverty, equity and growth in some developing countries: a comparative study. Washington, D.C., World Bank, Latin America Technical Department, 1989 (reprog.).
- Ledesma, Antonio J. *Landless workers and rice farmers: peasant subclasses under agrarian reform in two Philippine villages*. Los Baños, Philippines, International Rice Research Institute, 1982.
- Lee, Kyu Sik. *The location of jobs in a developing metropolis: patterns of growth in Bogotá and Cali, Colombia*. New York, Oxford University Press, 1989.
- _____. & Anas, Alex. Manufacturers' responses to infrastructure deficiencies in Nigeria: private alternatives and policy options. Infrastructure and Urban Development Department Discussion Paper, INU50. Washington, D.C., World Bank, 1989 (reprog.).
- Lele, Uma. Aid to African agriculture: lessons from two decades of donor experience. Documento preliminar para discussão elaborado para o Managing Agricultural Development in Africa (MADIA) Symposium. Washington, D.C., World Bank, Africa Technical Department, 1989 (reprog.).
- _____. & Meyers, L. Richard. *Growth and structural change in East Africa: domestic policies, agricultural performance, and World Bank assistance, 1963-86*. MADIA Discussion Paper, 3. Washington, D.C., World Bank, 1989.
- _____. & Stone, Steven W. *Population pressure, the environment, and agricultural intensification: variations on the Boserup hypothesis*. MADIA Discussion Paper, 4. Washington, D.C., World Bank, 1989.
- Leonard, Jeffrey H. et alii. *Environment and the poor: development strategies for a common agenda*. U.S.-Third World Policy Perspectives, 11. New Brunswick, N.J., Transaction Books, 1989.
- Levy, Victor. Aid and growth in Sub-Saharan Africa: the recent experience. *European Economic Review*, 32: 1.777-95, 1988.
- Lewis, John P. et alii. *Strengthening the poor: what have we learned?* U.S.-Third World Policy Perspectives, 10. Washington, D.C., Overseas Development Council, 1988.
- Liedholm, Carl & Mead, Donald. *Small scale industries in developing countries: empirical evidence and policy implications*. MSU International Development Paper, 9. East Lansing, Department of Agricultural Economics, Michigan State University, 1987.
- Lipton, Michael. *Labor and poverty*. World Bank Staff Working Paper, 616. Washington, D.C., 1983.
- _____. *Land assets and rural poverty*. World Bank Staff Working Paper, 744. Washington, D.C., 1985.
- _____. *Improving the impact of aid for rural development*. Discussion Paper, 233. Brighton, U.K., Institute of Development Studies, University of Sussex, 1987.
- _____. & Longhurst, Richard. *New seeds and poor people*. London, Unwin Hyman, 1989.
- _____. & Toye, John. *Does aid work in India? A country study of the impact of official development assistance*. London, Routledge, 1990.
- Little, Ian M. D.; Mazumdar, Dipak & Page, Jr., John M. *Small manufacturing enterprises: a comparative analysis of India and other economies*. New York, Oxford University Press, 1987.

- Lockheed, Marlaine; Verspoor, Adriaan et alii. Improving primary education in developing countries: a review of policy options. Washington, D.C., World Bank, Population and Human Resources Department, 1990 (reprog.).
- Londoño, Juan Luis. Income distribution in Colombia: turning points, catching up and other Kuznetsian tales. Cambridge, Mass., Harvard University, 1989 (reprog.).
- Mazumdar, Dipak. *Microeconomic issues of labor markets in developing countries: analysis and policy implications*. EDI Seminar Paper, 40. Washington, D.C., World Bank, 1989.
- McGregor, J. Allister. Credit and the rural poor: the changing policy environment in Bangladesh. *Public Administration and Development*, 8: 467-81, 1988.
- Mencher, Joan. Women's work and poverty: women's contribution to household maintenance in two regions of South India. In: Dwyer, Daisy & Bruce, Judith, orgs. *A home divided: women and income in the Third World*. Palo Alto, Calif., Stanford University Press, 1988.
- Migot-Adholla, Shem et alii. Land tenure reform and agricultural development in Sub-Saharan Africa. Washington, D.C., World Bank, Agriculture and Rural Development Department, n.d. (reprog.).
- Morgan, Richard G. Social welfare programmes and the reduction of household vulnerability in the SADCC states of Southern Africa. In: Ahmad, Ehtisham S. et alii, orgs. *Social security in developing countries*. Oxford, Oxford University Press (no prelo).
- Moser, Caroline O. The impact of recession and structural adjustment policies at the micro-level: low income women and their households in Guayaquil, Ecuador. Department of Social Administration, London School of Economics and Political Science, 1989 (reprog.).
- Mosley, Paul. *Overseas aid: its defence and reform*. Brighton, U.K., Wheatsheaf Books, 1987.
- _____ & Dahal, Rudra Prasad. Credit for the rural poor: a comparison of policy experiments in Nepal and Bangladesh. *Manchester Papers on Development*, 3 (2): 45-59, July 1987.
- Murray, Christopher J. L. A critical review of international mortality data. *Social Science and Medicine*, 25 (7): 773-81, 1987.
- Nelson, Joan M., org. *Economic crises and policy choice: the politics of adjustment in the Third World*. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1990.
- Newman, John L. *Labor market activity in Côte d'Ivoire and Peru*. Living Standards Measurement Study Working Paper, 36. Washington, D.C., World Bank, 1988.
- Oberai, A. S. *Migration, urbanisation, and development*. Training in Population, Human Resources, and Development Planning Background Paper, 5. Geneva, International Labour Office, 1987.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. *Twenty-five years of development co-operation: a review*. Paris, 1985.
- _____. *National policies and agricultural trade*. Paris, 1987.
- _____. *Voluntary aid for development: the role of non-governmental organisations*. Paris, 1988.
- _____. *Development co-operation in the 1990s*. Paris, 1989.
- _____. *Geographical distribution of financial flows to developing countries, 1985-88*. Paris, 1990.
- Osmani, Siddiqur R. & Chowdhury, Omar H. Short run impact of food for work programme in Bangladesh. *Bangladesh Development Studies*, 11: 135-90, 1983.
- Paul, Samuel. *Managing development programs: the lessons of success*. Boulder, Colo., Westview Press, 1983.
- Peek, Peter. How equitable are rural development projects? *International Labour Review*, 127 (1): 73-89, 1988.
- Piazza, Alan & Doolette, John. The impact of combining agricultural techniques and soil conservation measures in China's Loess plateau. In: *Proceedings of the 1988 International Conference on Dryland Farming*. College Station, Texas Agricultural Experiment Station, Texas A&M University, 1990.
- Pinstrup-Andersen, Per. *Consumer-oriented food subsidies: cost, benefits and policy options for developing countries*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1988.
- _____ & Hazell, Peter B. R. The impact of the green revolution and prospects for the future. Extraído de *Food Reviews International*, 1 (1). Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 1985.
- Pinto, Brian. Nigeria during and after the oil boom. *World Bank Economic Review*, 1 (3): 419-45, May 1987.
- Platteau, Jean-Philippe. Traditional systems of social security and hunger insurance: past achievements and modern challenges. In: Ahmad, Ehtisham S. et alii, orgs. *Social security in developing countries*. Oxford, Oxford University Press (no prelo).

- Preston, Samuel. Causes and consequences of mortality declines in less developed countries during the twentieth century. In: Easterlin, Richard, org. *Population and economic change in developing countries*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.
- Psacharopoulos, George. Returns to education: a further international update and implications. *Journal of Human Resources*, 20: 583-604, Fall 1985.
- Pulley, Robert V. *Making the poor creditworthy: a case study of the Integrated Rural Development Program in India*. World Bank Discussion Paper, 58. Washington, D.C., 1989.
- Ravallion, Martin. *Markets and famines*. Oxford, Clarendon Press, 1987.
- _____. Expected poverty under risk induced welfare variability. *Economic Journal*, 98 (393): 1.171-82, Dec. 1988.
- _____. Income effects on undernutrition. *Economic Development and Cultural Change*, 38: 489-516, Apr. 1989a.
- _____. Land-contingent poverty alleviation schemes. *World Development*, 17 (8): 1.223-33, Aug. 1989b.
- _____. Reaching the poor through rural public works: arguments, evidence, and lessons from South Asia. Washington, D.C., World Bank, Agriculture and Rural Development Department, 1990 (reprog.).
- _____. Rural welfare effects of food price changes under induced wage responses: theory and evidence for Bangladesh. *Oxford Economic Papers* (no prelo).
- _____ & Dearden, Lorraine. Social security in a 'moral economy': an empirical analysis for Java. *Review of Economics and Statistics*, 70 (1): 36-44, Feb. 1988.
- _____ & Huppi, Monika. Poverty and undernutrition in Indonesia during the 1980s. Agriculture and Rural Development Department Working Paper, 286. Washington, D.C., World Bank, 1989 (reprog.).
- _____ & van de Walle, Dominique. Poverty orderings of food pricing reforms. Discussion Paper, 86. Coventry, U.K., Development Economics Research Centre, University of Warwick, 1988 (reprog.).
- Riddell, Roger C. *Foreign aid reconsidered*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1987.
- Riveros, Luis A. Labor markets in an era of adjustment: the Chilean case. Elaborado para a Conference on Labor Markets in an Era of Adjustment, patrocinada pelo Centro de Pesquisas em Economia do Desenvolvimento da Universidade de Warwick e pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Mundial. Coventry, U.K., Aug. 7-10, 1989 (reprog.).
- Rodgers, Gerry, org. *Urban poverty and the labor market: access to jobs and incomes in Asian and Latin American cities*. Geneva, International Labour Office, 1989.
- _____ & Standing, Guy, orgs. *Child work, poverty and underdevelopment*. Geneva, International Labour Office, 1981.
- Rodrik, Dani. Policy uncertainty and private investment in developing countries. NBER Working Paper, 2.999. Cambridge, Mass., National Bureau of Economic Research, 1989 (reprog.).
- Sachs, Jeffrey D. Social conflict and populist policies in Latin America. NBER Working Paper, 2.897. Cambridge, Mass., National Bureau of Economic Research, 1989 (reprog.).
- Salmen, Lawrence F. *Listen to the people: participant-observer evaluation of development projects*. New York, Oxford University Press, 1987.
- Sarvekshana, Journal of the National Sample Survey Organization. Report of the Third Quinquennial Survey on Employment and Unemployment*. New Delhi, Department of Statistics, Ministry of Planning, 1988.
- Schiff, Maurice & Valdés, Alberto. *The economics of agricultural pricing incentives in developing countries*. In: Krueger, Anne O.; Schiff, Maurice & Valdés, Alberto, orgs. *A comparative study of the political economy of agricultural pricing policies*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press. v.4. (no prelo).
- Sen, Amartya. *Poverty and famines: an essay on entitlements and deprivations*. Oxford, Clarendon Press, 1981.
- Siamwalla, Ammar & Setboonsarng, Suthad. *Trade, exchange rate, and agricultural pricing policies in Thailand*. World Bank Comparative Studies. Washington, D.C., 1989.
- Singh, K. P. & Bara, Niva. Integrating women's concerns in farming systems research extension: a project in the tribal areas of Bihar (India). Apresentado no Farming Systems Symposium. University of Arkansas, Oct. 10-12, 1988 (reprog.).
- Sinn, Hans-Werner. The Sahel problem. *Kyklos*, 41 (2): 187-213, 1988.

- Spinanger, Dean. Will the Multi-Fibre Arrangement keep Bangladesh humble? *World Economy*, 10 (1): 75-84, Mar. 1987.
- Srinivasan, T. N. & Bardhan, Pranab K., orgs. *Rural poverty in South Asia*. New York, Columbia University Press, 1988.
- Steinberg, David I. Foreign aid and the development of the Republic of Korea: the effectiveness of concessional assistance. AID Special Study, 42. Washington, D.C., U.S. Agency for International Development, 1985 (reprog.).
- Streeten, Paul. *What price food? Agricultural price policies in developing countries*. New York, St. Martin's Press, 1987.
- Subbarao, Kalanidhi. Interventions to combat household-level food insecurity: a review of India's experience. In: Guhan, S.; Harriss, Barbara & Cassen, Robert, orgs. *Poverty in India*. Delhi, Oxford University Press (no prelo).
- Summers, Robert & Heston, Alan. A new set of international comparisons of real product and price levels estimates for 130 countries, 1950-1985. *Review of Income and Wealth*. Mar. 1988. p. 1-24.
- Tendler, Judith. What ever happened to poverty alleviation? *World Development*, 17 (7): 1.033-44, July 1989.
- Trela, Irene & Whalley, John. Do developing countries lose from the MFA? NBER Working Paper, 2.618. Cambridge, Mass., National Bureau of Economic Research, 1988 (reprog.).
- Tremblay, Hélène & Capon, Pat. *Families of the world: family life at the close of the twentieth century*. In: *The Americas and the Caribbean*. New York, Farrar, Straus and Giroux, 1988. v.1.
- Tyers, Rodney & Anderson, Kym. Distortions in world food markets: a quantitative assessment. Documento básico do *World development report 1986*. Washington, D.C., World Bank, World Development Report Office, 1986 (reprog.).
- United Nations. First report on the world nutrition situation. Geneva, Administrative Committee on Coordination, Subcommittee on Nutrition, 1987 (reprog.).
- _____. Update on the nutrition situation: recent trends in nutrition in 33 countries. Geneva, Administrative Committee on Coordination, Subcommittee on Nutrition, 1989 (reprog.).
- United Nations Children's Fund. *Children on the front line: the impact of apartheid, destabilization and warfare on children in Southern and South Africa*. New York, 1988.
- _____. *Improving child survival and nutrition: the joint WHO/UNICEF Nutrition Support Programme in Iringa, Tanzania*. Dar es Salaam, 1989.
- _____. *The state of the world's children*. New York, Oxford University Press, 1990.
- United Nations Conference on Trade and Development. *Handbook of international trade and development statistics: supplement 1987*. New York, 1988.
- _____. *Uruguay Round: papers on selected issues*. New York, 1989.
- United Nations, Department of International Economic and Social Affairs. *Mortality of children under age 5: world estimates and projections, 1950-2025*. Population Studies, 105. New York, 1988.
- United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization. *Statistical Yearbook*. Paris (vários anos).
- Universidad de Chile. *Estudio sobre los programas especiales de empleo*. Santiago, Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Departamento de Economía, 1987. vs.1-3.
- Uphoff, Norman. *Local institutional development: an analytical sourcebook with cases*. West Hartford, Conn., Kumarian Press, 1986.
- U.S. Agency for International Development. *A.I.D. microenterprise stock-taking: synthesis report*. AID Evaluation Occasional Paper. Washington, D.C., 1989.
- U.S. Arms Control and Disarmament Agency. *World military expenditures and arms transfers 1988*. Washington, D.C., Government Printing Office, 1988.
- van Wijnbergen, Sweder. Growth, external debt, and the real exchange rate in Mexico. Policy, Planning, and Research Working Paper, 257. Washington, D.C., World Bank, Latin America and the Caribbean Country Department II, 1989 (reprog.).
- _____. Mexico's external debt restructuring in 1989/90: an economic analysis. Washington, D.C., World Bank, Latin America and the Caribbean Regional Office, 1990 (reprog.).
- von Braun, Joachim; Kennedy, Eileen & Bouis, Howarth. Comparative analyses of the effects of increased commercialization of subsistence agriculture on production, consumption, and nutrition. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 1989 (reprog.).
- Von Pischke, J. D. Finance at the frontier: debt capacity and the role of credit in developing the private economy. Washington, D.C., World Bank, Economic Development Institute, 1989 (reprog.).

- _____. *Adams, Dale & Donald, Gordon. Rural financial markets in developing countries: their use and abuse.* Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1983.
- Wagao, Imanne Hamisi. The impact of global recession on living standards — Tanzania. Economics Department, University of Dar es Salaam, 1986 (reprog.).
- Walker, Thomas S.; Ryan, John G. et alii. *Against the odds: village and household economies in India's semi-arid tropics.* Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press (no prelo).
- Watanabe, Barbara & Mueller, Eva. A poverty profile for rural Botswana. *World Development*, 12 (2): 115-27, Feb. 1984.
- Webster, Leila. World Bank lending for small and medium enterprises: fifteen years of experience. Washington, D.C., World Bank, Industry and Energy Department, 1989 (reprog.).
- Whalley, John. *Trade liberalization among major world trading areas.* Cambridge, Mass., MIT Press, 1985.
- Williamson, Jeffrey G. Migration and urbanization in the Third World. Harvard Institute for Economic Research Discussion Paper, 1.245. Cambridge, Mass., 1986 (reprog.).
- Wilson, Francis & Ramphela, Mamphela. *Uprooting poverty: the South African challenge.* New York, W. W. Norton, 1989.
- World Bank. *Learning by doing: World Bank lending for urban development, 1972-82.* Washington, D.C., 1983.
- _____. *Aid for development: the key issues. Supporting materials for the report of the task force on concessional flows.* Development Committee pamphlet, 8. Washington, D.C., 1986a.
- _____. *Financing education in developing countries: an exploration of policy options.* Washington, D.C., 1986b.
- _____. *Poverty and hunger: issues and options for food security in developing countries.* World Bank Policy Study. Washington, D.C., 1986c.
- _____. *World development report 1986.* New York, Oxford University Press, 1986d.
- _____. *The Aga Khan Rural Support Program in Pakistan: an interim evaluation.* World Bank Operations Evaluation Study. Washington, D.C., 1987a.
- _____. *Financing health services in developing countries: an agenda for reform.* World Bank Policy Study. Washington, D.C., 1987b.
- _____. *Education in Sub-Saharan Africa: policies for adjustment, revitalization, and expansion.* World Bank Policy Study. Washington, D.C., 1988a.
- _____. *The Philippines: the challenge of poverty.* Report, 7.144-PH. Washington, D.C., Asia Country Department II, 1988b (reprog.).
- _____. *Rural development: World Bank experience, 1965-86.* World Bank Operations Evaluation Study. Washington, D.C., 1988c.
- _____. *World development report 1988.* New York, Oxford University Press, 1988d.
- _____. *Feeding Latin America's children.* Washington, D.C., Latin American and the Caribbean Technical Department, 1989a (reprog.).
- _____. *India: poverty, employment, and social services.* World Bank Country Study. Washington, D.C., 1989b.
- _____. *Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth.* Long-Term Perspective Study. Washington, D.C., 1989c.
- _____. *Trends in developing economies.* Washington, D.C., 1989d.
- _____. *Women in Pakistan: an economic and social strategy.* Washington, D.C., 1989e.
- _____. *World debt tables 1989-90: external debt of developing countries.* Washington, D.C., 1989f.
- _____. *World development report 1989.* New York, Oxford University Press, 1989g.
- World Health Organization. *World Health Statistics Annual.* Geneva (vários anos).
- Yeats, Alexander J. Agricultural protectionism: an analysis of its international economic effects and options for institutional reform. *Trade and Development*, 3: 1-29, Winter 1981.
- _____. *Shifting patterns of comparative advantage: manufactured exports of developing countries.* Policy, Planning, and Research Working Paper, 165. Washington, D.C., World Bank, International Economics Department, 1989 (reprog.).



Apêndice estatístico

As tabelas deste apêndice estatístico apresentam dados resumidos sobre população, contas nacionais, comércio exterior e dívida externa das economias de rendas média e baixa, das economias de alta renda e de todas as economias informantes como grupo. Aconselhamos o leitor a consultar as

“Definições e notas sobre os dados” para uma explicação sobre os grupos de países, e as notas técnicas dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial, onde encontrará as definições dos conceitos usados.

Tabela A.1 Aumento populacional, 1965-90, e projeção para o ano 2000

Grupo de países	População de 1989 (milhões)	Aumento médio anual (%)			
		1965-73	1973-80	1980-90	1990-2000
Economias de renda média e baixa	4.037	2,5	2,1	2,1	1,9
Economias de baixa renda	2.947	2,6	2,1	2,0	1,9
Economias de renda média	1.090	2,4	2,3	2,1	1,9
África subsaariana	479	2,6	2,8	3,2	3,1
Leste asiático	1.566	2,7	1,7	1,5	1,4
Sul da Ásia	1.132	2,4	2,4	2,3	1,9
Europa, Oriente Médio e Norte da África	404	1,9	2,1	2,1	2,1
América Latina e Caribe	422	2,7	2,4	2,1	1,8
Economias de renda média muito endividadas	506	2,5	2,3	2,1	1,8
Economias de alta renda	789	1,0	0,8	0,7	0,5
Membros da OCDE	755	1,0	0,7	0,6	0,5
Total de economias informantes	4.826	2,2	1,9	1,8	1,7
Exportadores de petróleo	609	2,7	2,7	2,7	2,4

Tabela A.2 População e PNB per capita, 1980, e taxas de crescimento, 1965-89

Grupo de países	PNB de 1980 (bilhões de dólares)	População de 1980 (milhões)	PNB per capita de 1980 (dólares)	Crescimento médio anual do PNB per capita (%)					
				1965-73	1973-80	1980-86	1987	1988	1989 ^a
Economias de renda média e baixa	2.406	3.359	700	4,0	2,6	1,5	2,7	3,4	1,2
Economias de baixa renda	784	2.459	320	3,6	2,4	4,0	3,9	6,8	1,8
Economias de renda média	1.622	900	1.760	4,6	2,4	0,1	1,8	1,1	0,8
África subsaariana	213	362	570	3,0	0,1	-2,8	-4,4	-0,8	0,5
Leste asiático	586	1.363	420	5,4	4,4	6,6	8,0	8,7	3,1
Sul da Ásia	220	922	240	1,0	2,0	3,2	0,9	6,1	2,3
Europa, Oriente Médio e Norte da África	590	335	1.740	5,6	2,1	0,8	-0,6	0,1	0,6
América Latina e Caribe	716	348	2.000	4,1	2,4	-1,6	1,5	-0,8	-0,8
Economias de renda média muito endividadadas	791	419	1.840	4,2	2,6	-1,5	1,2	-0,4	-0,7
Economias de alta renda	7.923	742	10.740	3,5	2,2	1,7	2,5	3,5	3,1
Membros da OCDE	7.663	716	10.750	3,5	2,2	1,9	2,8	3,7	3,1
Total de economias informantes	10.329	4.101	2.520	2,7	1,5	0,9	1,8	2,7	1,7
Exportadores de petróleo	964	479	1.980	4,6	2,8	-1,6	-2,5	0,5	..

a. Dados preliminares.

Tabela A.3 População e composição do PIB, anos selecionados, 1965-89

(bilhões de dólares, salvo indicação em contrário)

Grupo de países e indicador	1965	1973	1980	1985	1986	1987	1988	1989 ^a
<i>Economias de renda média e baixa</i>								
PIB	377	849	2.406	2.521	2.598	2.818	3.159	..
Absorção interna	375	842	2.446	2.522	2.618	2.801	3.178	..
Exportações líquidas	1	7	-39	0	-20	17	-19	..
População (milhões)	2.377	2.897	3.359	3.718	3.794	3.874	3.952	4.037
<i>Economias de baixa renda</i>								
PIB	168	312	784	824	785	812	923	984
Absorção interna	170	310	788	853	816	823	941	..
Exportações líquidas	-2	2	-4	-29	-31	-11	-18	..
População (milhões)	1.741	2.129	2.459	2.714	2.770	2.828	2.884	2.947
<i>Economias de renda média</i>								
PIB	209	537	1.622	1.698	1.813	2.006	2.236	..
Absorção interna	206	532	1.658	1.669	1.803	1.978	2.237	..
Exportações líquidas	3	5	-36	29	10	28	-1	..
População (milhões)	635	768	900	1.003	1.025	1.046	1.068	1.090
<i>África subsaariana</i>								
PIB	29	65	213	195	164	150	161	156
Absorção interna	29	64	211	194	170	152	162	..
Exportações líquidas	0	2	2	0	-6	-1	-1	..
População (milhões)	243	299	362	422	435	449	464	479
<i>Leste asiático</i>								
PIB	93	215	586	645	650	732	889	1.026
Absorção interna	93	213	585	645	635	699	860	..
Exportações líquidas	0	2	1	0	14	34	29	..
População (milhões)	980	1.208	1.363	1.470	1.492	1.516	1.538	1.566
<i>Sul da Ásia</i>								
PIB	69	97	220	277	294	325	348	345
Absorção interna	72	99	236	291	308	332	358	351
Exportações líquidas	-3	-2	-15	-14	-13	-7	-10	-6
População (milhões)	645	781	922	1.033	1.058	1.082	1.107	1.132

Tabela A.3 (continuação)

Grupo de países e indicador	1965	1973	1980	1985	1986	1987	1988	1989
<i>Europa, Oriente Médio, e Norte da África</i>								
PIB	73	186	590	668	741	796
Absorção interna	73	183	611	693
Exportações líquidas	0	3	-21	-25
População (milhões)	250	290	335	372	380	388	396	404
<i>América Latina e Caribe</i>								
PIB	99	254	716	682	698	739	852	..
Absorção interna	96	253	726	650	681	720	830	..
Exportações líquidas	3	1	-10	31	16	19	22	..
População (milhões)	239	295	348	388	397	405	414	422
<i>Economias de renda média muito endividadas</i>								
PIB	109	280	791	755	784	822	943	955
Absorção interna	106	278	807	721	769	802	918	..
Exportações líquidas	3	2	-15	34	16	20	25	..
População (milhões)	294	357	419	466	476	486	496	506
<i>Economias de alta renda</i>								
PIB	1.406	3.330	7.914	8.938	10.860	12.599	14.108	15.237
Absorção interna	1.396	3.297	7.867	8.914	10.807	12.560	14.049	15.173
Exportações líquidas	10	33	47	24	53	39	59	64
População (milhões)	647	701	742	768	773	779	784	789
<i>Membros da OCDE</i>								
PIB	1.391	3.283	7.652	8.700	10.633	12.347	13.836	14.943
Absorção interna	1.382	3.255	7.666	8.679	10.568	12.298	13.767	14.868
Exportações líquidas	9	28	-14	21	65	50	68	75
População (milhões)	632	681	716	738	742	746	751	755
<i>Total de economias informantes</i>								
PIB	1.783	4.180	10.320	11.459	13.458	15.417	17.267	..
Absorção interna	1.772	4.139	10.313	11.435	13.425	15.361	17.227	..
Exportações líquidas	11	41	8	24	32	56	40	..
População (milhões)	3.024	3.598	4.101	4.485	4.567	4.653	4.736	4.826
<i>Exportadores de petróleo</i>								
PIB	78	226	965	1.005	844	850	926	..
Absorção interna	75	209	861	985	872	848	938	..
Exportações líquidas	3	17	104	19	-28	2	-12	..
População (milhões)	321	398	479	547	562	578	593	609

Nota: Os componentes podem não corresponder aos totais devido ao arredondamento. Absorção interna compreende consumo privado, consumo do governo geral e investimento interno bruto. As exportações líquidas incluem bens e serviços não-fatoriais.

a. Dados preliminares.

Tabela A.4 PIB, 1980, e taxas de crescimento, 1965-89

Grupo de países	PIB de 1980 (bilhões de dólares)	Crescimento médio anual do PIB (%)					
		1965-73	1973-80	1980-86	1987	1988	1989 ^a
Economias de renda média e baixa	2.406	6,6	4,8	3,8	4,5	5,4	3,3
Economias de baixa renda	784	6,0	4,6	6,1	6,1	8,9	4,2
Economias de renda média	1.622	6,9	4,9	2,5	3,5	3,0	2,8
África subsaariana	213	5,9	2,7	0,3	-1,1	2,5	3,5
Leste asiático	586	7,9	6,5	7,9	9,6	10,0	5,1
Sul da Ásia	220	3,6	4,1	5,6	3,2	8,9	4,8
Europa, Oriente Médio e							
Norte da África	590	7,5	4,2	3,2	1,4	2,4	..
América Latina e Caribe	716	6,5	5,1	0,9	3,0	1,2	1,5
Economias de renda média							
muito endividadas	791	6,4	5,2	1,0	2,6	1,6	1,4
Economias de alta renda	7.914	4,6	3,0	2,5	3,4	4,3	3,6
Membros da OCDE	7.652	4,5	2,9	2,6	3,4	4,3	3,6
Total de economias informantes	10.319	4,9	3,4	2,8	3,7	4,6	3,4
Exportadores de petróleo	965	7,3	4,9	0,8	0,3	3,0	..

a. Dados preliminares.

Tabela A.5 Composição do PIB, anos selecionados, 1965-88
(percentual do PIB)

Grupo de países	1965		1973		1980		1985		1986		1987		1988 ^a	
	Agri- cul- tura	Indús- tria	Agri- cul- tura	Indús- tria	Agri- cul- tura	Indús- tria	Agri- cul- tura	Indús- tria	Agri- cul- tura	Indús- tria	Agri- cul- tura	Indús- tria	Agri- cul- tura	Indús- tria
Economias de renda média e baixa	30	30	24	34	19	38	19	36	19	35	18	37	17	37
Economias de baixa renda	43	27	39	32	32	37	33	33	32	32	31	33	31	34
Economias de renda média														
África subsaariana	19	32	15	35	12	38	12	37	13	37	13	38	10	39
Leste asiático	40	17	33	24	28	32	34	26	34	23	31	25	31	25
Sul da Ásia	41	35	34	40	26	44	25	42	24	42	23	43	22	43
Europa, Oriente Médio e Norte da África	41	19	43	19	35	22	31	24	29	25	29	25	30	24
América Latina e Caribe	22	33	17	38	14	41
Economias de renda média muito endividadas	15	32	12	33	9	36	10	36	11	35	9	37	6	37
Economias de alta renda	16	32	13	33	10	36	11	35	11	34	10	37	7	38
Membros da OCDE	5	40	5	38	3	37	3	34	3	32	3	31
Total de economias	5	40	5	38	3	36	3	34	3	32	3	31
informantes	10	38	9	37	7	37	6	35	6	33	5	32
Exportadores de petróleo	19	32	14	38	11	48	13	38	13	34	12	36

a. Dados preliminares.

Tabela A.6 Taxas de crescimento setorial, 1965-89
(variação percentual anual média)

Grupo de países	Agricultura			Indústria			Serviços		
	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-89
Economias de renda média e baixa	3,0	2,3	3,7	8,8	4,9	5,3	7,3	6,1	3,8
Economias de baixa renda	2,9	1,8	4,3	10,7	7,0	8,7	6,3	5,3	6,1
Economias de renda média									
África subsaariana	3,2	3,0	2,7	8,0	4,0	3,2	7,6	6,3	3,1
Leste asiático	2,2	-0,3	1,8	13,9	4,2	-0,2	4,1	3,1	1,5
Sul da Ásia	3,2	2,5	5,3	12,7	9,2	10,3	10,5	7,3	7,9
Europa, Oriente Médio e Norte da África	3,1	2,2	2,7	3,9	5,6	7,2	4,0	5,3	6,1
América Latina e Caribe	3,4	3,2	..	8,6	1,4	..	8,1	8,4	..
Economias de renda média muito endividadas	3,0	3,7	2,5	6,8	5,1	1,1	7,3	5,4	1,7
Economias de alta renda	3,1	3,6	2,7	6,8	5,4	1,0	7,2	5,4	1,7
Membros da OCDE	1,4	0,5	2,3	3,9	2,2	1,9	4,5	3,4	3,0
Total de economias informantes	1,4	0,5	2,2	3,7	2,0	2,2	4,5	3,3	3,0
Exportadores de petróleo	2,2	1,8	3,2	4,8	2,8	2,5	4,9	3,9	3,2
	3,3	2,1	2,7	9,4	3,3	-0,1	6,4	8,0	2,4

Nota: Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Tabela A.7 Consumo, investimento e poupança, anos selecionados, 1965-88

(percentual do PIB)

Grupo de países e indicador	1965	1973	1980	1985	1986	1987	1988 ^a
<i>Economias de renda média e baixa</i>							
Consumo	79,4	76,1	74,7	75,9	76,6	75,2	74,8
Investimento	20,4	23,2	26,9	24,1	24,2	24,1	25,6
Poupança	18,9	21,7	23,6	21,2	20,8	22,3	22,6
<i>Economias de baixa renda</i>							
Consumo	81,8	76,7	74,6	76,5	76,4	74,4	74,2
Investimento	19,1	22,7	25,8	27,0	27,5	27,0	27,8
Poupança	17,8	21,0	24,4	22,4	22,4	24,2	24,4
<i>Economias de renda média</i>							
Consumo	77,3	75,7	74,7	75,7	76,8	75,6	75,2
Investimento	21,3	23,3	27,5	22,7	22,7	23,0	24,9
Poupança	19,9	22,2	23,2	20,7	20,1	21,5	21,9
<i>África subsaariana</i>							
Consumo	84,0	79,1	78,6	87,8	89,0	85,5	85,0
Investimento	14,3	18,3	20,5	12,2	14,6	15,4	15,4
Poupança	13,8	16,9	18,2	8,8	6,7	8,1	8,3
<i>Leste asiático</i>							
Consumo	77,6	71,6	69,1	69,1	67,7	65,6	65,9
Investimento	22,3	27,3	30,7	30,9	30,1	29,8	30,9
Poupança	22,3	25,8	29,7	29,5	31,1	33,3	33,3
<i>Sul da Ásia</i>							
Consumo	87,5	84,7	84,8	81,1	81,8	81,0	80,8
Investimento	16,8	17,0	22,1	23,9	22,8	21,3	22,1
Poupança	11,9	14,9	15,3	18,0	17,2	17,9	18,0
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>							
Consumo	78,1	73,1	73,1	75,4	76,9	78,8	..
Investimento	21,9	25,3	30,5	28,3
Poupança	17,8	24,2	25,8	22,3	21,1	18,8	..
<i>América Latina e Caribe</i>							
Consumo	76,4	78,4	77,2	77,8	80,2	77,7	75,9
Investimento	20,3	21,2	24,2	17,6	17,4	19,7	21,5
Poupança	21,1	19,4	20,3	16,8	14,9	17,9	19,6
<i>Economias de renda média muito endividadas</i>							
Consumo	76,0	77,8	76,8	76,8	79,3	77,0	75,0
Investimento	20,9	21,5	25,1	18,7	18,7	20,5	22,4
Poupança	21,0	19,5	20,5	18,0	16,1	18,8	20,9
<i>Economias de alta renda</i>							
Consumo	82,6	76,3	77,4	80,0	79,6	79,3	78,0
Investimento	16,7	22,7	22,0	19,7	19,9	20,4	21,6
Poupança	17,7	24,1	23,2	20,4	20,7	20,9	22,2
<i>Membros da OCDE</i>							
Consumo	79,6	76,4	78,2	80,1	79,6	79,2	78,0
Investimento	19,8	22,7	22,0	19,6	19,8	20,4	21,5
Poupança	20,8	24,1	22,3	20,1	20,6	20,9	22,1
<i>Total de economias informantes</i>							
Consumo	82,0	76,2	76,7	79,2	79,1	78,6	77,5
Investimento	17,5	22,9	23,2	20,7	20,7	21,1	22,4
Poupança	18,0	23,7	23,3	20,5	20,7	21,1	22,2
<i>Exportadores de petróleo</i>							
Consumo	76,2	69,9	63,5	74,8	79,2	75,8	76,1
Investimento	19,9	22,5	25,7	23,3	24,2	23,9	25,2
Poupança	18,6	25,2	35,0	23,8	20,2	22,8	22,1

a. Dados preliminares.

Tabela A.8 Crescimento do volume das exportações, 1965-88

Grupo de países e produtos	Variação média anual do volume de exportações (%)					
	1965-73	1973-80	1980-86	1986	1987	1988
<i>Por produto</i>						
Economias de renda média e baixa	5,3	3,8	4,8	5,9	7,4	7,3
Manufaturados	11,6	12,8	9,5	8,4	17,6	10,2
Alimentos	2,4	4,2	3,1	-0,7	7,2	-0,1
Não-alimentos	2,1	0,4	2,2	5,3	1,4	9,8
Metais e minerais	4,8	6,5	1,2	6,4	13,4	-4,1
Combustíveis	5,6	-0,4	2,0	7,1	-7,0	6,6
Total de economias informantes	8,7	4,6	2,9	4,9	6,0	6,3
Manufaturados	10,7	6,1	4,5	2,2	7,0	8,4
Alimentos	4,6	6,8	2,9	11,4	11,7	-2,1
Não-alimentos	3,1	0,9	2,5	1,4	17,2	11,1
Metais e minerais	6,8	8,6	1,5	5,9	2,1	-8,0
Combustíveis	8,7	0,5	-1,9	12,1	-4,3	..
<i>Por grupo de países</i>						
Economias de renda média e baixa	5,3	3,8	4,8	5,9	7,4	7,3
Manufaturados	11,6	12,8	9,5	8,4	17,6	10,2
Produtos primários	4,4	1,2	2,1	4,1	0,3	4,9
Economias de baixa renda	9,6	2,2	2,9	9,2	3,9	7,6
Manufaturados	1,8	8,5	10,0	15,5	23,5	15,8
Produtos primários	11,2	1,1	0,6	6,7	-4,7	3,1
Economias de renda média	4,0	4,4	5,3	4,9	8,5	7,2
Manufaturados	16,7	13,8	9,5	7,0	16,4	8,9
Produtos primários	2,5	1,2	2,6	3,3	2,1	5,6
África subsaariana	15,1	0,2	-2,0	-0,1	-1,8	1,2
Manufaturados	7,6	5,6	4,8	2,9	4,3	5,3
Produtos primários	15,4	0,0	-2,5	-0,4	-2,3	0,8
Leste asiático	9,7	8,7	9,7	15,9	14,3	9,4
Manufaturados	17,5	15,5	13,3	19,2	24,9	12,8
Produtos primários	7,3	4,7	5,7	11,7	-0,2	3,6
Sul da Ásia	-0,7	5,8	4,1	9,1	11,2	6,7
Manufaturados	0,6	8,2	3,5	10,4	20,9	7,5
Produtos primários	1,8	3,1	5,0	7,7	0,0	5,5
Europa, Oriente Médio e Norte da África
Manufaturados
Produtos primários
América Latina e Caribe	-0,9	0,9	3,4	-4,2	3,9	8,1
Manufaturados	16,6	10,1	8,1	-10,6	5,5	19,3
Produtos primários	-1,7	-0,5	2,3	-2,2	3,5	4,8
Economias de renda média muito endividadas	-0,3	1,9	3,9	-3,5	2,9	11,4
Manufaturados	16,9	12,1	9,0	-8,3	6,1	20,0
Produtos primários	-1,1	0,3	2,5	-1,9	1,9	8,6
Economias de alta renda	9,9	4,8	2,4	4,6	5,5	6,0
Manufaturados	10,6	5,5	3,9	1,3	5,3	8,1
Produtos primários	8,9	3,5	-0,6	12,9	6,0	1,3
Membros da OCDE	9,4	5,4	3,6	3,4	6,0	5,3
Manufaturados	10,6	5,2	3,7	1,4	4,5	7,4
Produtos primários	6,7	5,9	3,1	9,5	10,0	-0,4
Exportadores de petróleo	8,7	0,0	-4,6	12,5	-4,4	10,9
Manufaturados	11,7	3,9	9,5	7,3	13,6	11,4
Produtos primários	8,6	-0,1	-5,6	13,1	-6,4	10,9

Tabela A.9 Variação de preços de exportação e relações comerciais, 1965-88*(variação percentual anual média)*

<i>Grupo de países</i>	1965-73	1973-80	1980-86	1986	1987	1988
<i>Preços de exportação</i>						
Economias de renda média e baixa	6,2	14,7	-4,9	-10,6	11,0	6,1
Manufaturados	6,4	8,2	-2,2	9,4	8,6	8,9
Alimentos	5,9	8,6	-2,7	7,6	-7,0	14,4
Não-alimentos	4,6	10,2	-4,8	-1,1	21,7	2,8
Metais e minerais	2,5	4,7	-4,4	-4,8	11,4	28,2
Combustíveis	8,3	26,0	-10,1	-46,7	22,0	-15,0
<i>Membros da OCDE de alta renda</i>						
Total	4,8	10,3	-1,4	12,2	11,4	8,3
Manufaturados	4,5	10,9	-0,3	19,0	13,7	7,0
<i>Relações comerciais</i>						
Economias de renda média e baixa	0,1	2,5	-2,7	-10,9	2,3	-0,2
Economias de baixa renda	-4,9	4,1	-3,0	-16,0	4,3	-1,1
Economias de renda média	1,8	1,9	-2,7	-9,1	1,8	0,1
África subsaariana	-8,5	4,8	-4,0	-21,5	2,9	-4,4
Leste asiático	-0,6	1,2	-1,3	-6,1	0,5	1,1
Sul da Ásia	3,7	-3,4	1,5	3,1	1,2	2,0
Europa, Oriente Médio e Norte da África
América Latina e Caribe	3,8	2,3	-3,3	-14,0	-2,3	1,7
Economias de renda média muito	4,3	1,7	-2,2	-11,4	1,6	0,2
Economias de alta renda	-1,2	-2,1	0,5	7,0	0,2	0,5
Membros da OCDE	-1,0	-3,3	1,1	10,6	-0,5	0,7
Exportadores de petróleo	-0,3	11,5	-7,3	-40,8	11,7	-16,5

Tabela A.10 Crescimento da dívida de longo prazo das economias de renda média e baixa, 1970-89

(variação percentual anual média, nominal)

Grupo de países	1970-73	1973-80	1980-86	1987	1988	1989
<i>Economias de renda média e baixa</i>						
Dívida pendente e desembolsada	18,0	22,2	13,2	13,2	-1,9	1,1
Oficial	15,3	17,8	15,3	21,9	0,8	5,7
Privada	20,7	25,6	12,0	7,2	-4,0	-2,6
<i>Economias de baixa renda</i>						
Dívida pendente e desembolsada	16,9	16,6	14,0	25,9	5,0	6,4
Oficial	14,9	14,2	13,8	23,1	4,0	8,0
Privada	26,1	23,8	14,6	31,7	7,0	3,4
<i>Economias de renda média</i>						
Dívida pendente e desembolsada	18,4	24,2	13,0	9,6	-4,1	-0,7
Oficial	15,6	20,7	16,3	21,3	-1,1	4,3
Privada	20,1	25,9	11,7	3,8	-5,9	-3,8
<i>África subsaariana</i>						
Dívida pendente e desembolsada	20,2	23,8	13,7	26,4	0,9	4,9
Oficial	17,2	22,3	17,5	27,0	1,6	11,3
Privada	25,6	26,2	8,4	25,2	-0,5	-8,0
<i>Leste asiático</i>						
Dívida pendente e desembolsada	23,7	22,7	15,8	13,7	-0,2	1,1
Oficial	27,0	17,9	16,4	24,8	1,5	3,3
Privada	20,7	26,6	15,5	6,8	-1,4	-0,6
<i>Sul da Ásia</i>						
Dívida pendente e desembolsada	11,6	11,2	12,5	18,3	5,9	9,7
Oficial	12,4	10,4	9,3	16,7	4,4	5,5
Privada	1,6	24,5	30,3	23,1	10,3	21,3
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>						
Dívida pendente e desembolsada	22,2	28,9	12,4	15,4	-2,3	4,1
Oficial	16,4	25,6	15,9	18,6	-2,0	5,9
Privada	29,9	32,1	9,4	11,9	-2,6	2,0
<i>América Latina e Caribe</i>						
Dívida pendente e desembolsada	16,8	21,6	13,1	7,4	-4,8	-3,9
Oficial	11,6	15,2	17,4	24,0	1,0	2,9
Privada	18,9	23,5	12,2	2,6	-6,8	-6,5
<i>Economias de renda média muito endividadas</i>						
Dívida pendente e desembolsada	16,9	23,9	14,4	9,4	-4,7	-3,1
Oficial	12,7	17,5	22,9	23,9	0,7	3,1
Privada	18,5	25,7	12,5	4,4	-6,9	-5,9

Tabela A.11 Investimento, poupança e saldo em conta corrente antes de transferências oficiais, 1965-88
(percentual do PNB)

País	Investimento interno bruto			Poupança nacional bruta			Balanço de pagamentos: saldo em conta corrente antes de transferências oficiais		
	1965-73	1973-80	1980-88	1965-73 ^a	1973-80	1980-88	1965-73	1973-80	1980-88
<i>América Latina e Caribe</i>									
* Argentina	19,7	23,4	14,4	20,1	22,6	10,0	0,4	-0,7	-4,5
* Bolívia	25,4	24,9	12,1	16,8	18,5	1,6	-8,6	-6,4	-10,5
* Brasil	21,3	23,9	20,7	23,1	19,3	18,5	1,9	-4,6	-2,2
* Chile	14,3	17,3	17,5	11,9	12,1	8,9	-2,4	-5,2	-8,7
Colômbia	18,9	18,8	20,2	15,8	19,0	16,7	-3,2	0,2	-3,5
* Costa Rica	21,8	25,5	27,9	13,0	13,8	17,7	-8,8	-11,7	-10,2
* Equador	19,0	26,7	23,3	12,7	21,2	17,4	-6,2	-5,6	-5,9
Guatemala	13,3	18,7	13,4	11,6	16,4	9,3	-1,7	-2,3	-4,2
* Honduras	18,6	24,9	17,5	14,0	14,6	7,8	-4,6	-10,2	-9,7
Jamaica	32,0	20,2	23,8	23,7	13,6	13,7	-8,4	-6,6	-10,2
* México	20,6	24,2	23,5	16,5	20,2	21,9	-4,0	-4,0	-1,6
* Nicarágua	20,1	18,7	21,8	13,5	9,0	-5,6	-6,5	-9,7	-27,4
* Peru	24,1	23,9	27,4	19,5	19,7	22,7	-4,6	-4,1	-4,6
* Uruguai	12,0	15,7	12,6	12,0	11,3	9,8	0,0	-4,4	-2,8
* Venezuela	31,1	34,2	22,5	31,9	35,8	24,2	0,8	1,6	1,7
<i>África subsaariana</i>									
Camarões	16,6	21,8	21,6	..	17,0	16,9	..	-4,8	-4,7
* Congo	29,3	34,0	38,2	4,2	10,3	24,5	-25,2	-23,6	-13,8
* Costa do Marfim	22,8	29,1	19,4	..	16,8	8,0	..	-12,3	-11,5
Etiópia	12,8	9,5	12,7	11,0	6,9	5,6	-1,8	-2,5	-7,1
Gana	12,3	8,7	7,8	8,7	..	2,7	-3,5	-1,8	-5,1
Libéria	19,1	28,7	15,0	..	27,5	6,9	..	-1,2	-8,1
Malawi	20,0	29,7	18,3	..	10,7	7,2	..	-19,0	-11,1
Níger	9,7	23,8	16,3	..	9,7	1,9	..	-14,1	-14,3
Nigéria	16,3	22,8	13,9	11,8	24,4	12,3	-4,5	1,6	-1,6
Quênia	22,6	26,2	25,7	17,2	16,4	18,7	-5,5	-9,8	-7,0
* Senegal	14,7	17,5	16,0	..	4,2	0,2	..	-13,3	-15,8
Serra Leoa	13,8	14,1	14,2	9,8	-1,0	7,8	-4,0	-15,1	-6,3
Sudão	11,9	16,2	13,4	11,0	9,6	..	-0,9	-6,6	..
Tanzânia	19,9	23,9	19,0	17,3	13,8	10,2	-2,6	-10,0	-8,8
Zaire	13,7	15,0	15,2	29,3	8,6	5,4	15,6	-6,4	-9,8
Zâmbia	31,9	28,5	18,2	34,3	19,9	4,3	2,4	-8,6	-14,0
<i>Leste asiático</i>									
Coréia, Rep. da	23,9	31,2	30,3	17,6	25,9	31,7	-6,3	-5,3	1,4
* Filipinas	20,6	29,1	22,1	18,7	24,3	17,9	-1,9	-4,8	-4,1
Indonésia	15,8	24,5	27,6	13,7	24,6	24,4	-2,1	0,1	-3,2
Malásia	22,3	28,7	32,4	22,6	29,4	29,1	0,2	0,6	-3,4
Papua Nova Guiné	27,8	22,0	27,1	..	11,7	5,2	..	-10,4	-21,9
Tailândia	24,3	26,9	25,6	20,5	21,9	21,4	-3,8	-5,0	-4,2
<i>Sul da Ásia</i>									
Índia	17,2	21,3	24,0	14,0	21,0	21,7	-3,3	-0,3	-2,2
Paquistão	16,1	17,5	19,0	..	11,7	15,1	..	-5,9	-3,9
Sri Lanka	15,8	20,6	26,4	11,2	13,4	15,9	-4,6	-7,2	-10,5
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>									
Argélia	32,6	44,6	36,0	30,5	39,0	35,3	-2,2	-5,6	-0,7
Egito	14,0	29,3	27,7	9,3	18,2	15,6	-4,6	-11,1	-12,1
* Hungria	..	32,0	27,9
Iugoslávia	29,9	35,6	37,0	27,2	32,9	38,0	-2,6	-2,7	1,0
* Marrocos	15,1	25,9	26,1	13,6	16,8	19,8	-1,5	-9,0	-6,3
* Polónia	28,3	25,4	..	-5,6	-2,9
Portugal	26,6	29,7	30,3	29,4	-0,9
Tunísia	23,3	29,9	27,9	17,8	23,2	22,1	-5,5	-6,7	-5,8
Turquia	18,5	21,8	22,9	17,5	18,1	20,2	-1,0	-3,7	-2,7

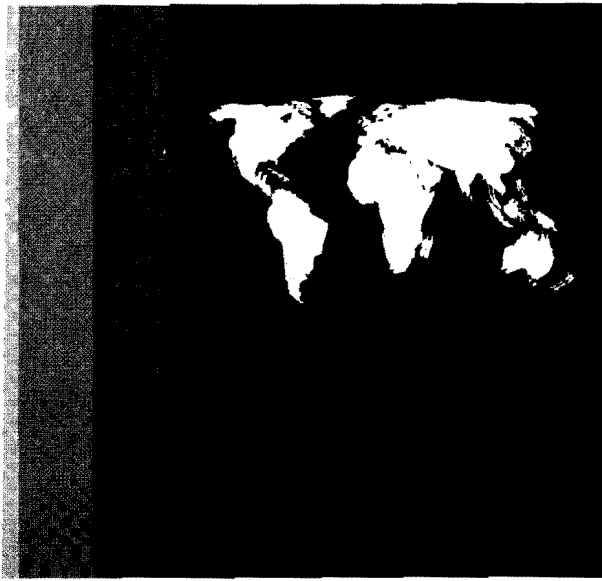
Nota: Os asteriscos indicam uma economia de renda média muito endividada. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

a. Exclui transferências, 1965-69.

Tabela A.12 Composição da dívida pendente, 1970-88
(percentual da dívida total de longo prazo)

País	Dívida junto a fontes oficiais			Dívida junto a fontes privadas			Dívida a taxas flutuantes		
	1970-72	1980-82	1988	1970-72	1980-82	1988	1973-75	1980-82	1988
<i>América Latina e Caribe</i>									
* Argentina	12,6	9,0	17,7	87,4	91,0	82,3	6,6	29,2	80,2
* Bolívia	58,2	49,3	81,1	41,8	50,7	18,9	7,3	28,4	21,7
* Brasil	30,7	11,9	24,3	69,3	88,1	75,7	26,1	45,9	62,0
* Chile	46,0	11,1	26,9	54,0	88,9	73,1	8,3	23,4	65,5
Colômbia	68,1	46,1	52,8	31,9	53,9	47,2	5,4	33,7	40,5
* Costa Rica	39,8	36,8	51,5	60,2	63,2	48,5	15,5	42,4	43,6
* Equador	51,4	30,6	38,7	48,6	69,4	61,3	8,2	36,5	66,7
Guatemala	47,5	71,0	74,5	52,5	29,0	25,5	3,5	5,6	10,5
* Honduras	73,8	62,2	79,7	26,3	37,8	20,4	1,8	19,1	18,2
Jamaica	7,4	68,3	82,9	92,6	31,7	17,1	4,7	17,3	25,7
* México	19,5	10,9	18,1	80,5	89,1	81,9	32,0	61,7	72,0
* Nicarágua	65,3	58,0	80,2	34,7	42,0	19,8	44,2	42,1	20,6
* Peru	15,6	39,4	45,0	84,4	60,6	55,0	16,1	22,9	29,4
* Uruguai	44,2	21,1	21,7	55,8	78,9	78,3	10,1	28,5	69,6
* Venezuela	30,8	3,6	1,5	69,2	96,4	98,5	17,2	57,9	72,8
<i>África subsaariana</i>									
Camarões	82,2	56,6	69,3	17,8	43,4	30,6	1,8	11,3	8,2
* Congo	84,0	43,9	49,1	16,0	56,1	50,9	0,0	10,9	40,2
* Costa do Marfim	51,4	22,9	40,8	48,6	77,1	59,2	19,3	37,5	35,8
Etiópia	87,3	90,9	83,5	12,7	9,1	16,5	1,5	2,1	6,7
Gana	56,5	87,9	88,5	43,5	12,1	11,5	0,0	0,0	3,7
Libéria	81,1	73,5	81,7	19,0	26,5	18,3	0,0	16,9	9,3
Malavi	85,8	72,2	95,6	14,2	27,8	4,4	2,3	21,9	3,8
Níger	97,0	41,0	76,9	2,9	59,0	23,1	0,0	13,4	6,4
Nigéria	68,8	14,7	37,9	31,2	85,3	62,1	0,7	48,8	40,1
Quênia	58,3	55,0	73,4	41,7	45,0	26,6	2,1	10,2	3,6
* Senegal	59,2	67,8	93,0	40,8	32,2	7,0	24,6	12,0	2,5
Serra Leoa	60,6	66,4	81,4	39,4	33,6	18,6	3,8	0,1	0,6
Sudão	86,9	75,4	78,6	13,1	24,6	21,4	2,2	9,4	0,8
Tanzânia	63,7	75,8	93,3	36,3	24,2	6,7	0,4	0,3	2,5
Zaire	42,5	65,9	90,0	57,5	34,1	10,0	32,8	11,9	5,4
Zâmbia	22,0	69,7	87,5	78,0	30,3	12,5	20,7	10,2	13,4
<i>Leste asiático</i>									
Coréia, Rep. da	35,2	34,3	38,2	64,8	65,7	61,8	11,8	29,0	23,8
* Filipinas	22,6	31,3	44,8	77,4	68,7	55,2	7,3	24,0	41,4
Indonésia	72,1	51,9	58,3	27,9	48,1	41,7	4,9	15,0	25,8
Malaísia	51,0	21,9	23,1	49,0	78,1	76,9	17,4	36,7	42,3
Papua Nova Guiné	6,1	23,9	33,7	93,8	76,1	66,3	0,0	23,2	17,1
Tailândia	40,1	39,1	46,0	59,9	60,9	54,0	0,4	22,4	27,2
<i>Sul da Ásia</i>									
Índia	95,1	83,9	60,7	4,9	16,1	39,3	0,0	3,0	15,1
Paquistão	90,6	92,6	93,6	9,4	7,4	6,4	0,0	3,2	8,8
Sri Lanka	81,6	79,5	82,8	18,4	20,5	17,2	0,0	12,9	4,4
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>									
Argélia	47,2	20,5	23,7	52,8	79,5	76,3	34,0	23,5	35,8
Egito	70,3	82,1	85,8	29,7	17,9	14,2	3,1	2,3	1,4
* Hungria	0,0	12,0	10,6	0,0	88,0	89,5	0,0	81,3	60,2
Iugoslávia	37,5	23,6	34,5	62,5	76,4	65,5	3,2	10,1	46,8
* Marrocos	79,1	55,9	74,7	20,9	44,1	25,3	2,7	27,2	38,4
* Polónia	0,0	0,0	65,5	0,0	0,0	34,5	0,0	0,0	63,3
Portugal	29,3	24,7	18,1	70,7	75,3	81,9	0,0	33,9	36,3
Tunísia	71,4	59,9	71,6	28,6	40,1	28,4	0,0	13,6	16,5
Turquia	92,5	63,3	54,8	7,5	36,7	45,2	0,8	23,0	33,5

Nota: Os asteriscos indicam uma economia de renda média muito endividada.



Indicadores do Desenvolvimento Mundial

Sumário

Convenções 177

Introdução e mapas 178

Tabelas

1 Indicadores básicos 184

Produção

2 Crescimento da produção 186

3 Estrutura da produção 188

4 Agricultura e alimentos 190

5 Energia comercial 192

6 Estrutura da atividade manufatureira 194

7 Produção e rendimento da atividade manufatureira 196

Absorção interna

8 Crescimento do consumo e dos investimentos 198

9 Estrutura da demanda 200

10 Estrutura do consumo 202

Contas fiscais e monetárias

11 Despesa do governo central 204

12 Receita corrente do governo central 206

13 Dinheiro e taxas de juros 208

Principais transações internacionais

14 Crescimento do comércio de mercadorias 210

15 Estrutura das importações de mercadorias 212

16 Estrutura das exportações de mercadorias 214

17 Importações de manufaturados da OCDE: origem e estrutura 216

18 Balanço de pagamentos e reservas 218

Financiamento externo

19 Assistência oficial ao desenvolvimento por membros da OCDE e da OPEP 220

20 Assistência oficial ao desenvolvimento: receita 222

21 Total da dívida externa 224

22 Fluxo de capital externo público e privado 226

23 Total da dívida externa pública e privada e coeficientes do serviço da dívida 228

24 Dívida pública externa e coeficientes do serviço da dívida 230

25 Termos dos empréstimos públicos externos 232

Recursos humanos

26 Aumento populacional e projeções 234

27 Demografia e fecundidade 236

28 Saúde e nutrição 238

29 Educação 240

30 Distribuição de renda e PIB estimado do PCI 242

31 Urbanização 244

32 As mulheres e o desenvolvimento 246

Notas técnicas 248

Box A.1 Indicadores básicos para economias com menos de 1 milhão de habitantes 249

Box A.2 Indicadores selecionados para economias não-membros e não-informantes 250

Fontes de dados 271

Convenções

Em todas as tabelas, as economias são arroladas, dentro do grupo a que pertencem, na ordem crescente do PNB *per capita*, exceto aquelas cujo PNB *per capita* não pode ser calculado. Estas vêm em itálico, no final do grupo a que pertencem, e em ordem alfabética. Os números de referência abaixo indicam a ordem de cada país nas tabelas.

Nas faixas coloridas, os números são índices sumários para grupos de economias. A letra *w* após um desses índices significa tratar-se de média ponderada; *m* indica um valor mediano; *t* indica um total.

Todas as taxas de crescimento são dadas em termos reais.

A data-limite para os dados é 30 de abril de 1990.

..= não disponível.

0 e 0,0 = zero ou menos da metade da unidade indicada.

As lacunas significam que os dados não se aplicam.

Os números em itálico referem-se a anos ou períodos diferentes dos especificados.

<i>Afganistão</i>	37	Grécia	91	Noruega	119
África do Sul	80	Guatemala	54	Nova Zelândia	103
Alemanha, Rep. Federal da	115	Guiné	32	Omã	92
<i>Angola</i>	77	Haiti	27	Países Baixos	109
Arábia Saudita	97	Honduras	53	Panamá	75
Argélia	81	Hong Kong	102	Papua Nova Guiné	51
Argentina	84	Hungria	82	Paquistão	23
Austrália	104	Iêmen, República Árabe do	45	Paraguai	63
Áustria	110	Iêmen, Rep. Dem. Popular do	33	Peru	66
Bangladesh	5	Índia	22	Polônia	73
Bélgica	108	Indonésia	34	Portugal	90
Benin	28	<i>Irã</i>	94	Quênia	24
Bolívia	43	<i>Iraque</i>	95	Reino Unido	105
Botsuana	58	Irlanda	99	República Centro-africana	26
Brasil	76	Israel	100	República Dominicana	49
Burkina Faso	13	Itália	106	<i>Romênia</i>	96
Burundi	15	Iugoslávia	85	Ruanda	20
Butão	9	Jamaica	60	Senegal	46
Camarões	59	Japão	120	<i>Serra Leoa</i>	41
Canadá	113	Jordânia	67	Síria	69
Chade	3	<i>Kampuchea</i>	39	Somália	7
Chile	68	Kuweit	107	Sri Lanka	31
China	21	Laos	10	Sudão	36
Cingapura	101	Lesoto	30	Suécia	117
Colômbia	62	<i>Líbano</i>	78	Suíça	121
Congo	55	<i>Libéria</i>	40	Tailândia	57
Coréia, República da	89	Líbia	93	Tanzânia	4
Costa do Marfim	50	Madagascar	12	Togo	25
Costa Rica	70	Malásia	74	Trinidad e Tobago	88
Dinamarca	114	Malawi	6	Tunísia	64
Egito	48	Mali	14	Turquia	65
El Salvador	56	Marrocos	52	Uganda	16
Equador	61	Maurício	72	União dos Emirados Árabes	111
Espanha	98	Mauritânia	35	Uruguai	83
Etiópia	2	México	71	Venezuela	87
EUA	118	<i>Myanmar (ex-Birmânia)</i>	38	<i>Vietnã</i>	42
Filipinas	44	Moçambique	1	Zaire	8
Finlândia	116	Nepal	11	Zâmbia	18
França	112	<i>Nicarágua</i>	79	Zimbábue	47
Gabão	86	Níger	19		
Gana	29	Nigéria	17		

Nota: Para economias com menos de 1 milhão de habitantes, ver Box A.1; para economias não-membros e não-informantes, ver Box A.2.



Introdução

Os Indicadores do Desenvolvimento Mundial informam acerca dos principais aspectos do desenvolvimento social e econômico. A maioria dos dados coletados pelo Banco Mundial refere-se a economias de baixa renda e de renda média. Os dados referentes às economias de alta renda, fáceis de se obter, também constam dos Indicadores. Mais informações acerca de alguns destes países, e também de outros, encontram-se em outras publicações do Banco Mundial, em especial no *World Bank Atlas*, *World Tables*, *World Debt Tables* e *Social Indicators of Development*. Os dados disponíveis referentes a não-membros e não-informantes estão resumidos nas tabelas principais e relacionados, por país, no Box A.2.

O termo "país" não implica independência política, mas refere-se a todo território em relação ao qual as autoridades forneçam estatísticas sociais e econômicas em separado. Tal como nos anos anteriores, o Banco classifica as economias, para determinados fins operacionais e analíticos, segundo o produto nacional bruto (PNB) *per capita*. Nas definições e notas sobre os dados, no início do relatório principal, há uma descrição detalhada dos agrupamentos de países.

Esforçamo-nos ao máximo para padronizar os dados. Mesmo assim, é impossível garantir uma comparabilidade absoluta, e a interpretação dos indicadores deve ser feita com cautela. As estatísticas foram tiradas das fontes consideradas as mais fidedignas, porém muitas estão sujeitas a margens de erro consideráveis. Como as práticas estatísticas dos países variam, reduz-se também a comparabilidade dos dados, que passam assim apenas a indicar tendências e apontar as maiores diferenças entre as economias, e não a apresentar indicações quantitativas precisas destas diferenças.

Os indicadores da Tabela 1 traçam um breve perfil das economias. Os dados das demais tabelas referem-se às seguintes áreas gerais: produção, absorção interna, contas fiscal e monetária, principais transações internacionais, financiamento externo e recursos humanos.

Na edição deste ano, várias tabelas foram alteradas. Essas alterações são descritas mais detalhadamente nas notas técnicas, mas talvez seja interessante explicar o porquê dessas mudanças.

Como o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial* deste ano trata da pobreza, as informações referentes a distribuição de renda (Tabela 30) sofreram modificações. O analfabetismo, feminino e total, vem relacionado como um indicador básico (Tabela 1).

Os indicadores sociais foram reagrupados. A estrutura etária da população voltou a ser incluída, no lugar das estimativas de momento populacional (Tabela 26). Em Educação (Tabela 29) foram acrescentados indicadores referentes a matrícula líquida no primário e coeficientes aluno/professor, e suprimidas as matrículas masculinas (que ainda podem ser aferidas tomando-se por base as matrículas total e feminina). Foram acrescentados indicadores por sexo (Tabela 32) para risco de morte até os cinco anos e para permanência na escola primária. A fim de acomodar esses acréscimos, o indicador do ano em que a taxa líquida de reprodução será igual a 1 passou para a Tabela 27; e as estimativas de partos assistidos por equipe médica e de taxas de mortalidade infantil foram transferidas para a Tabela 28.

Os dados sobre a dívida externa foram compilados diretamente pelo Banco, a partir de relatórios de países-membros em desenvolvimento, mediante o Sistema de Notificação da Dívida. Os demais

dados provêm principalmente das Nações Unidas e suas agências especializadas, do Fundo Monetário Internacional e de relatórios nacionais feitos ao Banco Mundial. No intuito de obter maior atualização e coerência, foram também utilizadas as estimativas do corpo técnico do Banco. No caso da maioria dos países, as missões econômicas do Banco Mundial receberam dos governos-membros as estimativas de contas nacionais, que vez por outra foram ajustadas pelo corpo técnico do Banco a fim de se adequarem aos conceitos e definições internacionais, ganharem em coerência e incorporarem as estimativas mais recentes.

Para facilitar as referências, em geral só são apresentados coeficientes e taxas de crescimento; os valores absolutos podem ser encontrados em outras publicações do Banco Mundial, em especial na edição 1989/90 das *World Tables*. A maioria das taxas de crescimento é calculada para dois períodos, 1965-80 e 1980-88, e computada, exceto quando assinalado, pelo método de regressão de mínimos quadrados. Como este método leva em conta todas as observações num determinado período, as taxas de crescimento obtidas refletem tendências gerais não influenciadas indevidamente por valores excepcionais, sobretudo nos pontos extremos. Para suprimir os efeitos da inflação, no cálculo dos índices de crescimento são utilizados indicadores econômicos a preços constantes. Fornecemos detalhes desta metodologia no início das notas técnicas. Os dados em *itálico* referem-se a anos ou períodos que não os especificados — até dois anos antes no caso dos indicadores econômicos e até três anos, antes ou depois, no caso dos indicadores sociais, que costumam ser coletados com menos regularidade, mas sofrem alterações menos drásticas em curtos períodos de tempo. Todas as cifras em dólares são denominadas em dólares norte-americanos, salvo indicação em contrário. As notas técnicas descrevem os vários métodos utilizados na conversão das cifras em moedas nacionais.

Na edição deste ano e na do ano passado, as diferenças entre cifras refletem não só as revisões com fins de atualização feitas pelos próprios países, mas também revisões nas séries históricas e alterações na metodologia. Além disso, o Banco revê as metodologias, no intuito de aperfeiçoar a comparabilidade entre nações e o significado analítico dos indicadores.

Tal como no próprio Relatório, o PNB *per capita* é o principal critério utilizado para classificar as economias que constam dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial. Tais agrupamentos de renda distinguem países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico. Várias das economias são também classificadas por localização geográfica. Em outras classificações incluem-se as economias de renda média muito endividadas e todos os exportadores de petróleo. As economias de renda média muito endividadas são um grupo de 19 países e substituem as 17 economias muito endividadas de edições anteriores, que incluíam uma mescla de economias de renda média e baixa. Para uma relação dos países que compõem cada agrupamento, ver definições e notas sobre os dados. Nas tabelas deste ano, as principais classificações utilizadas são as seguintes: 42 economias de baixa renda, com rendas *per capita* de US\$545 ou menos em 1988; 54 economias de renda média, com rendas *per capita* de US\$546-5.999, inclusive Angola, novo membro do Banco; e 25 economias de alta renda. Quanto ao último grupo de nove economias não-membros e não-informantes, são tamanhas a escassez de dados, as diferenças de método para o cômputo da renda nacional e as dificuldades de conversão, que só é possível apresentar agregados nas tabelas principais. Mas constam do Box A.2 alguns indicadores selecionados referentes a esses países.

As economias com população inferior a 1 milhão de habitantes não constam em separado nas tabelas principais, porém os indicadores básicos para

estes países e territórios, e para Porto Rico, constam de uma tabela em separado no Box A.1.

Os indicadores sumários são estimativas globais: incluem os países cujas estimativas não são fornecidas devido a tamanho, a não-comunicação ou a insuficiência de dados — na suposição de que esses países seguem a tendência dos países que forneceram dados, durante os mesmos períodos. Chega-se portanto a uma estimativa agregada mais consistente, padronizando a cobertura por país para cada período apresentado. Os agregados de grupo incluem também os países com menos de 1 milhão de habitantes, mesmo que as tabelas não mostrem dados específicos desses países. Quando a falta de informações representa um terço ou mais da estimativa global, diz-se que a estimativa do grupo não está disponível.

Nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial, os dados referentes à China não incluem Formosa,

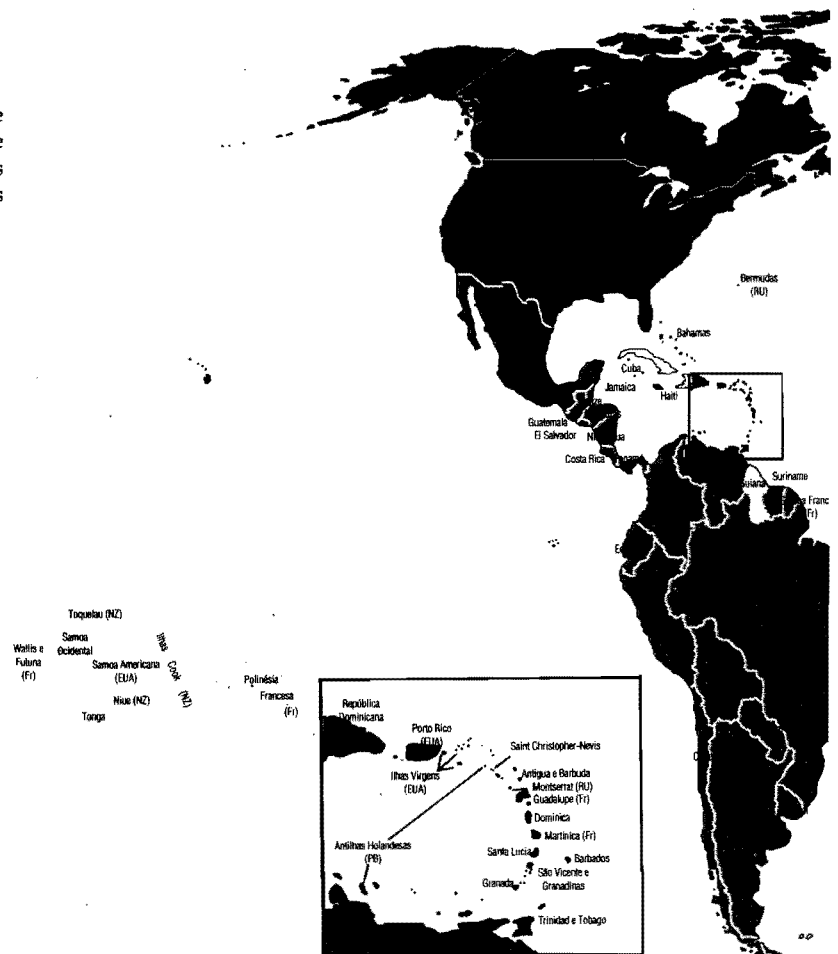
China. Mas as notas de rodapé das Tabelas 14, 15, 16 e 18 fornecem estimativas das transações internacionais para Formosa.

O formato das tabelas nesta edição é o mesmo dos anos anteriores. As economias são relacionadas, em cada grupo, na ordem crescente do PNB *per capita*, exceto nos casos em que não foi possível calcular esta cifra. Nestes casos aparecem em itálico e em ordem alfabética, após o grupo no qual provavelmente se encaixariam. A mesma ordem é utilizada em todas as tabelas, menos na 19, que relaciona apenas os países de alta renda da OPEP e da OCDE. A lista em ordem alfabética das convenções dá o número de referência de cada país; mais uma vez, os nomes em itálico indicam países para os quais não há estimativas de PNB *per capita*. As economias que constam do grupo de alta renda assinaladas com o símbolo † são as classificadas como em desenvolvimento pelas Nações

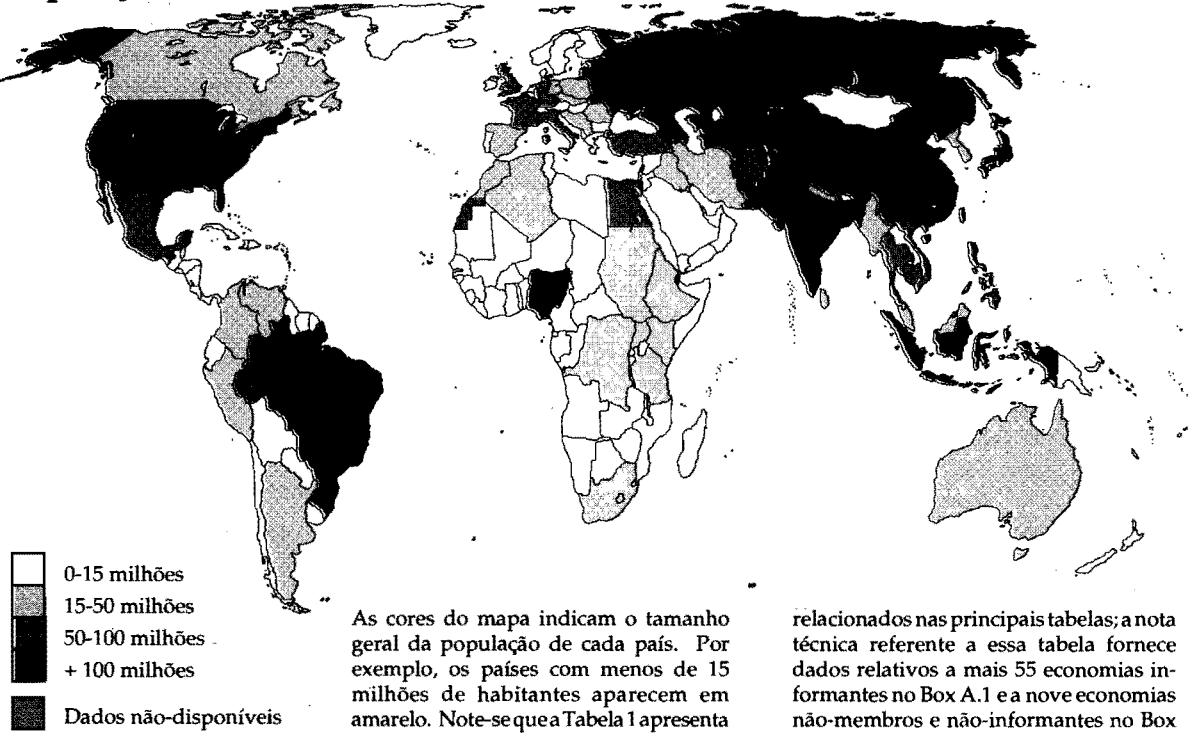
Grupos de economias

A cor dos países mostra o grupo de renda a que pertencem; por exemplo, todas as economias de baixa renda (com PNB *per capita* de US\$545 ou menos em 1988) aparecem em amarelo. Os grupos são os mesmos utilizados nas tabelas que se seguem.

- Economias de baixa renda
- Economias de renda média
- Economias de alta renda
- Dados não-disponíveis



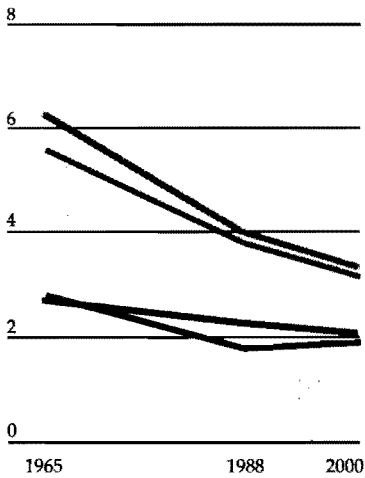
População



Fecundidade e mortalidade

Fecundidade total

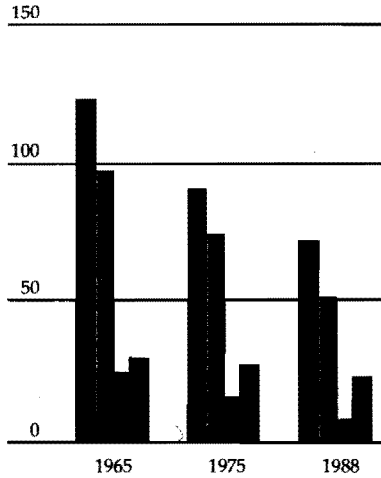
Nascimentos por mulher



— Economias de baixa renda
— Economias de renda média

Mortalidade infantil

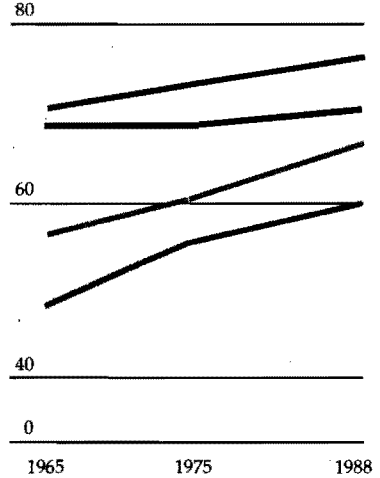
Mortes por mil nascidos vivos



— Economias de alta renda
— Economias não-membros e não-informantes

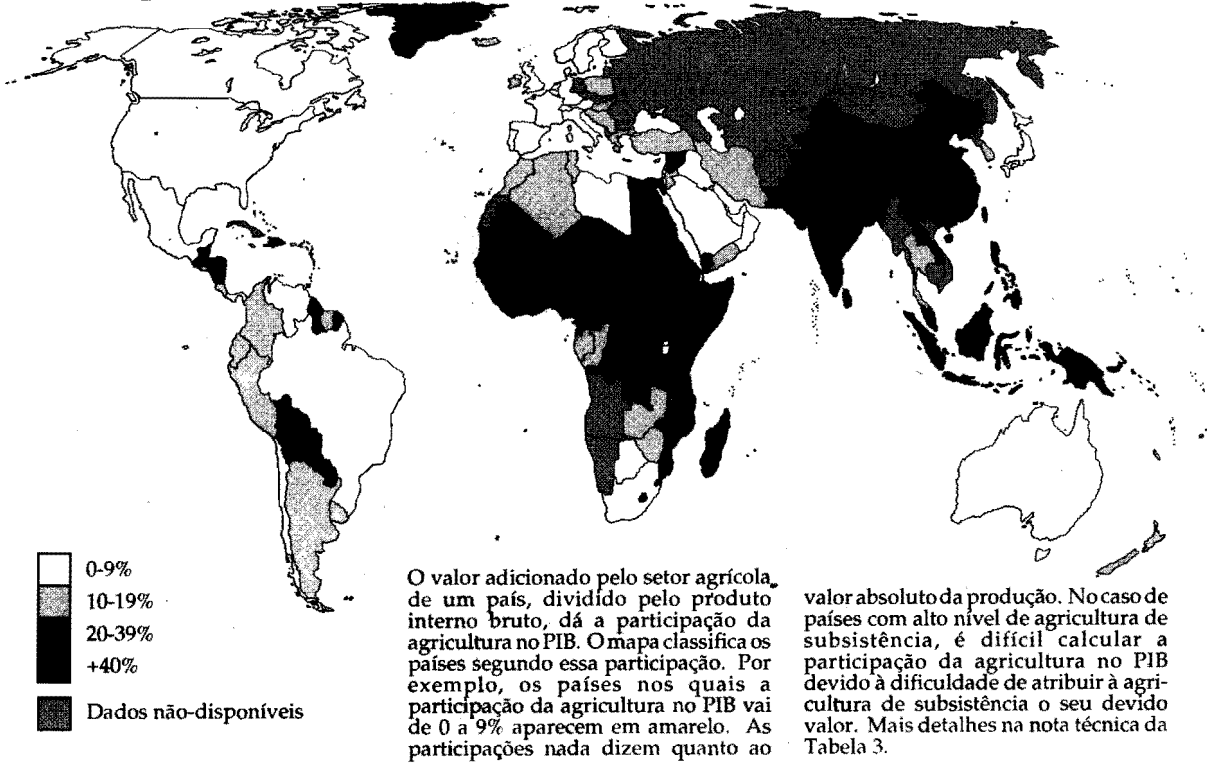
Expectativa de vida

Anos

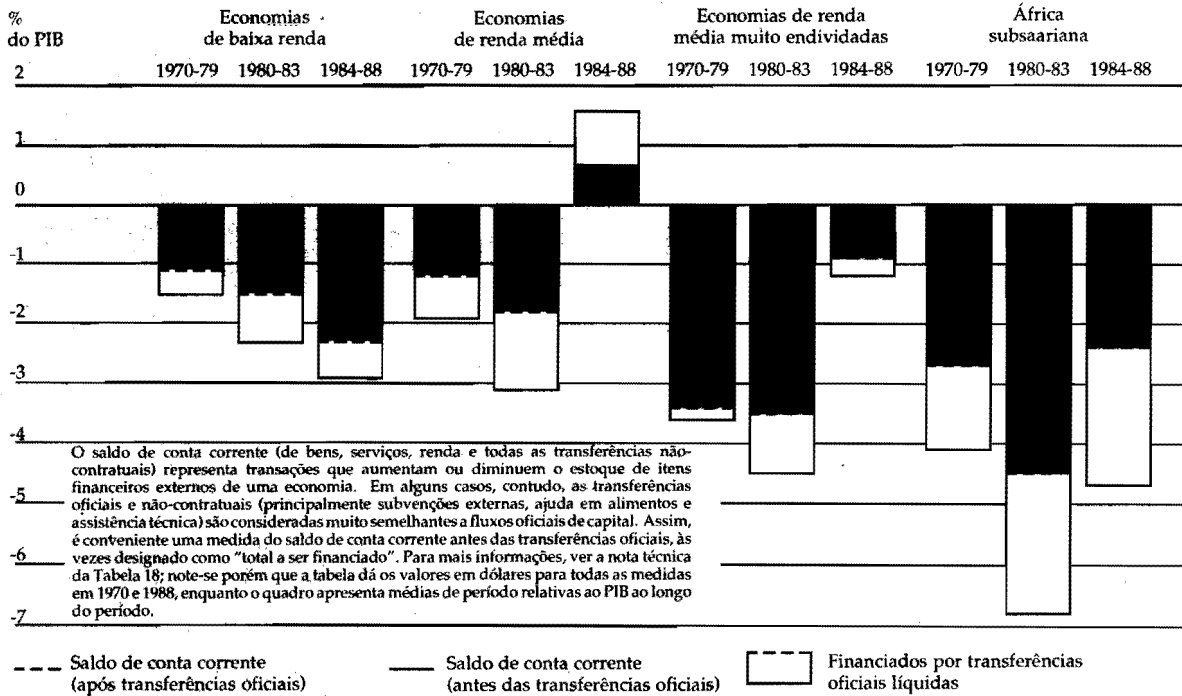


Nota: Para explicações quanto a termos e métodos, ver as notas técnicas das Tabelas 27, 28 e 32.

Participação da agricultura no PIB



Saldos externos de países de rendas média e baixa



Nota: Para explicações de termos e métodos, ver as notas técnicas da Tabela 18.

Tabela 1. Indicadores básicos

	População (milhões) meados de 1988	Área (milhares de km ²)	PNB per capita ^a				Expectativa de vida ao nascer (anos) 1988	Analfabetismo entre adultos (%)	
			Taxa média de crescimento anual (%)		Taxa média anual de inflação ^b (%)			Mulheres 1985	Total 1985
			Dólares 1988	1965-88	1965-80	1980-88			
Economias de baixa renda	2.884,0 t	36.997 t	320 w	3,1 w	8,8 w	8,9 w	60 w	58 w	44 w
China e Índia	1.904,0 t	12.849 t	340 w	4,0 w	2,8 w	5,8 w	63 w	56 w	42 w
Outras	980,0 t	24.149 t	280 w	1,5 w	18,2 w	13,8 w	54 w	62 w	51 w
1 Moçambique	14,9	802	100	33,6	48	78	62
2 Etiópia	47,4	1.222	120	-0,1	3,4	2,1	47	..	38
3 Chade	5,4	1.284	160	-2,0	6,2	3,2	46	89	75
4 Tanzânia	24,7	945	160	-0,5	9,9	25,7	53
5 Bangladesh	108,9	144	170	0,4	14,9	11,1	51	78	67
6 Malavi	8,0	118	170	1,1	7,2	12,6	47	69	59
7 Somália	5,9	638	170	0,5	10,3	38,4	47	94	88
8 Zaire	33,4	2.345	170	-2,1	24,5	56,1	52	55	39
9 Butão	1,4	47	180	8,9	48
10 Laos	3,9	237	180	49	24	16
11 Nepal	18,0	141	180	..	7,8	8,7	51	88	74
12 Madagascar	10,9	587	190	-1,8	7,7	17,3	50	38	33
13 Burkina Faso	8,5	274	210	1,2	6,5	3,2	47	94	87
14 Mali	8,0	1.240	230	1,6	9,3	3,7	47	89	83
15 Burundi	5,1	28	240	3,0	6,4	4,0	49	74	66
16 Uganda	16,2	236	280	-3,1	21,2	100,7	48	55	43
17 Nigéria	110,1	924	290	0,9	13,7	11,6	51	69	58
18 Zâmbia	7,6	753	290	-2,1	6,4	33,5	53	33	24
19 Níger	7,3	1.267	300	-2,3	7,5	3,6	45	91	86
20 Ruanda	6,7	26	320	1,5	12,5	4,1	49	67	53
21 China	1.088,4	9.561	330	5,4	0,1	4,9	70	45	31
22 Índia	815,6	3.288	340	1,8	7,5	7,4	58	71	57
23 Paquistão	106,3	796	350	2,5	10,3	6,5	55	81	70
24 Quênia	22,4	580	370	1,9	7,3	9,6	59	51	41
25 Togo	3,4	57	370	0,0	6,9	6,1	53	72	59
26 Rep. Centro-africana	2,9	623	380	-0,5	8,5	6,7	50	71	60
27 Haiti	6,3	28	380	0,4	7,3	7,9	55	65	62
28 Benin	4,4	113	390	0,1	7,5	8,0	51	84	74
29 Gana	14,0	239	400	-1,6	22,8	46,1	54	57	47
30 Lesoto	1,7	30	420	5,2	8,0	12,2	56	16	26
31 Sri Lanka	16,6	66	420	3,0	9,4	11,0	71	17	13
32 Guiné	5,4	246	430	43	83	72
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	2,4	333	430	4,5	51	75	59
34 Indonésia	174,8	1.905	440	4,3	34,2	8,5	61	35	26
35 Mauritània	1,9	1.026	480	-0,4	7,7	9,4	46
36 Sudão	23,8	2.506	480	0,0	11,5	33,5	50
37 Afeganistão	..	652	4,9
38 Myanmar	40,0	677	60
39 Kampuchea	..	181
40 Libéria	2,4	111	6,3	..	50	77	65
41 Serra Leoa	3,9	72	7,8	..	42	79	71
42 Vietnã	64,2	330	66
Economias de renda média	1.068,0 t	37.352 t	1.930 w	2,3 w	20,4 w	66,7 w	66 w	31 w	26 w
Renda média baixa	741,7 t	24.451 t	1.380 w	2,6 w	21,7 w	80,8 w	65 w	32 w	27 w
43 Bolívia	6,9	1.099	570	-0,6	15,7	482,8	53	35	26
44 Filipinas	59,9	300	630	1,6	11,7	15,6	64	15	14
45 Iêmen, Rep. Árabe do	8,5	195	640	11,6	47	97	86
46 Senegal	7,0	197	650	-0,8	6,5	8,1	48	81	72
47 Zimbábue	9,3	391	650	1,0	5,8	12,1	63	33	26
48 Egito	50,2	1.001	660	3,6	7,3	10,6	63	70	56
49 Rep. Dominicana	6,9	49	720	2,7	6,8	16,8	66	23	23
50 Costa do Marfim	11,2	322	770	0,9	9,5	3,8	53	69	57
51 Papua Nova Guiné	3,7	463	810	0,5	8,1	4,7	54	65	55
52 Marrocos	24,0	447	830	2,3	6,0	7,7	61	78	67
53 Honduras	4,8	112	860	0,6	5,6	4,7	64	42	41
54 Guatemala	8,7	109	900	1,0	7,1	13,3	62	53	45
55 Congo	2,1	342	910	3,5	6,7	0,8	53	45	37
56 El Salvador	5,0	21	940	-0,5	7,0	16,8	63	31	28
57 Tailândia	54,5	513	1.000	4,0	6,3	3,1	65	12	9
58 Botsuana	1,2	582	1.010	8,6	8,1	10,0	67	31	29
59 Camarões	11,2	475	1.010	3,7	8,9	7,0	56	55	44
60 Jamaica	2,4	11	1.070	-1,5	12,8	18,7	73
61 Equador	10,1	284	1.120	3,1	10,9	31,2	66	20	18
62 Colômbia	31,7	1.139	1.180	2,4	17,4	24,1	68	13	12
63 Paraguai	4,0	407	1.180	3,1	9,4	22,1	67	15	12
64 Tunísia	7,8	164	1.230	3,4	6,7	7,7	66	59	46
65 Turquia	53,8	779	1.280	2,6	20,7	39,3	64	38	26
66 Peru	20,7	1.285	1.300	0,1	20,5	119,1	62	22	15
67 Jordânia	3,9	89	1.500	2,2	66	37	25

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	População (milhões) de 1988	Área (milhares de km ²)	PNB per capita ^a				Expectativa de vida ao nascer (anos) 1988	Analfabetismo entre adultos (%)	
			Taxa média de crescimento anual (%)		Taxa média anual de inflação ^b (%)			Mulheres 1985	Total 1985
			Dólares 1988	1965-88	1965-80	1980-88			
68 Chile	12,8	757	1.510	0,1	129,9	20,8	72	..	6
69 Síria	11,6	185	1.680	2,9	8,3	12,9	65	57	40
70 Costa Rica	2,7	51	1.690	1,4	11,3	26,9	75	7	6
71 México	83,7	1.958	1.760	2,3	13,0	73,8	69	12	10
72 Maurício	1,1	2	1.800	2,9	11,8	7,8	67	23	17
73 Polónia	37,9	313	1.860	30,5	72
74 Malásia	16,9	330	1.940	4,0	4,9	1,3	70	34	27
75 Panamá	2,3	77	2.120	2,2	5,4	3,3	72	12	12
76 Brasil	144,4	8.512	2.160	3,6	31,5	188,7	65	24	22
77 Angola	9,4	1.247	45	..	59
78 Líbano	..	10	9,3
79 Nicarágua	3,6	130	..	-2,5	8,9	86,6	64
Renda média alta	326,3 t	12.901 t	3.240 w	2,3 w	18,9 w	45,0 w	68 w	31 w	24 w
80 África do Sul	34,0	1.221	2.290	0,8	10,1	13,9	61
81 Argélia	23,8	2.382	2.360	2,7	10,5	4,4	64	63	50
82 Hungria	10,6	93	2.460	5,1	2,6	6,4	70	c	c
83 Uruguai	3,1	177	2.470	1,3	57,8	57,0	72	4	5
84 Argentina	31,5	2.767	2.520	0,0	78,2	290,5	71	5	5
85 Iugoslávia	23,6	256	2.520	3,4	15,3	66,9	72	14	9
86 Gabão	1,1	268	2.970	0,9	12,7	0,9	53	47	38
87 Venezuela	18,8	912	3.250	-0,9	10,4	13,0	70	15	13
88 Trinidad e Tobago	1,2	5	3.350	0,9	14,0	5,3	71	5	4
89 Coreia, Rep. da	42,0	99	3.600	6,8	18,7	5,0	70
90 Portugal	10,3	92	3.650	3,1	11,7	20,1	74	20	16
91 Grécia	10,0	132	4.800	2,9	10,5	18,9	77	12	8
92 Omã	1,4	212	5.000	6,4	19,9	-6,5	64
93 Líbia	4,2	1.760	5.420	-2,7	15,4	0,1	61	50	33
94 Irã	48,6	1.648	15,6	..	63	61	49
95 Iraque	17,6	438	64	13	11
96 Romênia	23,0	238	70	c	c
Rendas média e baixa	3.952,0 t	74.349 t	750 w	2,7 w	16,5 w	46,8 w	62 w	51 w	40 w
África subsaariana	463,9 t	22.240 t	330 w	0,2 w	12,5 w	15,5 w	51 w	65 w	52 w
Leste asiático	1.538,0 t	14.017 t	540 w	5,2 w	8,7 w	5,6 w	66 w	41 w	29 w
Sul da Ásia	1.106,8 t	5.158 t	320 w	1,8 w	8,3 w	7,5 w	57 w	72 w	59 w
Europa, O. Médio e N. da África	395,6 t	11.420 t	2.000 w	2,4 w	13,2 w	25,8 w	64 w	53 w	41 w
América Latina e Caribe	413,6 t	20.293 t	1.840 w	1,9 w	29,4 w	117,4 w	67 w	19 w	17 w
Muito endividados^c	495,5 t	20.057 t	1.730 w	2,0 w	28,3 w	107,9 w	66 w	23 w	20 w
Economias de alta renda	784,2 t	33.739 t	17.080 w	2,3 w	7,9 w	4,9 w	76 w
Membros da OCDE	751,1 t	31.057 t	17.470 w	2,3 w	7,7 w	4,7 w	76 w
† Outras	33,1 t	2.682 t	8.380 w	3,1 w	15,9 w	10,8 w	71 w
97 † Arábia Saudita	14,0	2.150	6.200	3,8	17,2	-4,2	64
98 Espanha	39,0	505	7.740	2,3	12,3	10,1	77	8	6
99 Irlanda	3,5	70	7.750	2,0	12,0	8,0	74
100 † Israel	4,4	21	8.650	2,7	25,2	136,6	76	7	5
101 † Cingapura	2,6	1	9.070	7,2	4,9	1,2	74	21	14
102 † Hong Kong	5,7	1	9.220 ^b	6,3	8,1	6,7	77	19	12
103 Nova Zelândia	3,3	269	10.000	0,8	10,2	11,4	75	c	c
104 Austrália	16,5	7.687	12.340	1,7	9,3	7,8	76	c	c
105 Reino Unido	57,1	245	12.810	1,8	11,1	5,7	75	c	c
106 Itália	57,4	301	13.330	3,0	11,4	11,0	77	4	c
107 † Kuwait	2,0	18	13.400	-4,3	16,4	-3,9	73	37	30
108 Bélgica	9,9	31	14.490	2,5	6,7	4,8	75	c	c
109 Países Baixos	14,8	37	14.520	1,9	7,5	2,0	77	c	c
110 Áustria	7,6	84	15.470	2,9	6,0	4,0	75	c	c
111 † União dos Emirados Árabes	1,5	84	15.770	0,1	71
112 França	55,9	552	16.090	2,5	8,4	7,1	76	c	c
113 Canadá	26,0	9.976	16.960	2,7	7,1	4,6	77	c	c
114 Dinamarca	5,1	43	18.450	1,8	9,3	6,3	75	c	c
115 Alemanha, Rep. Fed. da	61,3	249	18.480	2,5	5,2	2,8	75	c	c
116 Finlândia	5,0	338	18.590	3,2	10,5	7,1	75	c	c
117 Suécia	8,4	450	19.300	1,8	8,0	7,5	77	c	c
118 EUA	246,3	9.373	19.840	1,6	6,5	4,0	76	c	c
119 Noruega	4,2	324	19.990	3,5	7,7	5,6	77	c	c
120 Japão	122,6	378	21.020	4,3	7,7	1,3	78	c	c
121 Suíça	6,6	41	27.500	1,5	5,3	3,8	77	c	c
Total de economias informantes	4.736,2 t	108.088 t	3.470 w	1,5 w	9,8 w	14,1 w	64 w	50 w	39 w
Exportadores de petróleo	593,3 t	17.292 t	1.500 w	2,0 w	15,1 w	21,4 w	61 w	43 w	35 w
Não-membros e não-informantes	364,5 t	25.399 t	70 w

Nota: Para economias com menos de 1 milhão de habitantes, ver Box A.1. Para economias não-membros e não informantes, ver Box A. 2. † Economias classificadas como em desenvolvimento pelas Nações Unidas ou então assim consideradas por suas autoridades. a. Ver notas técnicas. b. Os dados do PNB se referem ao PIB. c. Segundo a Unesco, analfabetismo é menos de 5%.

Tabela 2. Crescimento da produção

	Taxa média de crescimento anual (%)									
	PIB		Agricultura		Indústria		(Manufatura) ^a		Serviços etc.	
	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88
Economias de baixa renda	5,4 w	6,4 w	2,6 w	4,4 w	8,8 w	8,7 w	8,2 w	9,7 w	6,0 w	6,0 w
China e Índia	5,3 w	8,7 w	2,7 w	5,4 w	8,2 w	11,4 w	8,0 w	10,5 w	6,3 w	8,6 w
Outras	5,5 w	2,0 w	2,3 w	2,3 w	10,0 w	1,7 w	9,1 w	5,9 w	5,7 w	3,4 w
1 Moçambique	..	-2,8	..	-0,8	..	-7,1	-3,1
2 Etiópia	2,7	1,4	1,2	-1,1	3,5	3,5	5,1	3,7	5,2	3,6
3 Chade ^b	0,1	3,9	-0,3	2,6	-0,6	7,7	0,2	4,2
4 Tanzânia	3,7	2,0	1,6	4,0	4,2	-2,0	5,6	-2,5	6,7	1,0
5 Bangladesh ^b	2,4	3,7	1,5	2,1	3,8	4,9	6,8	2,4	3,4	5,2
6 Malavi	5,6	2,6	4,1	2,7	6,3	3,0	6,7	2,4
7 Somália	3,4	3,2	..	3,9	..	2,3	..	-0,1	..	1,2
8 Zaire ^b	1,4	1,9	..	3,2	..	2,5	..	1,7	..	0,3
9 Butão
10 Laos
11 Nepal	1,9	4,7	1,1	4,4
12 Madagascar ^b	1,8	0,6	..	2,2	..	-1,0	-0,1
13 Burkina Faso	..	5,5	..	6,4	..	3,7	5,5
14 Mali ^b	3,9	3,2	2,8	0,3	1,8	8,1	7,6	5,8
15 Burundi	5,6	4,3	6,7	3,1	17,4	5,8	6,0	6,1	1,4	6,3
16 Uganda	0,8	1,4	1,2	0,3	-4,1	6,4	-3,7	2,3	1,1	3,4
17 Nigéria	6,9	-1,1	1,7	1,0	13,1	-3,2	14,6	-2,9	7,6	-0,4
18 Zâmbia ^b	1,9	0,7	2,2	4,1	2,1	0,3	5,3	2,5	1,5	0,0
19 Níger ^b	0,3	-1,2	-3,4	2,8	11,4	-4,3	3,4	-8,0
20 Ruanda ^b	4,9	2,1	..	0,3	..	3,6	..	3,4	..	3,4
21 China ^b	6,4	10,3	2,8	6,8	10,0	12,4	9,5 ^c	11,0 ^c	10,3	11,3
22 Índia	3,6	5,2	2,5	2,3	4,2	7,6	4,5	8,3	4,4	6,1
23 Paquistão	5,1	6,5	3,3	4,3	6,4	7,2	5,7	8,1	5,9	7,4
24 Quênia	6,4	4,2	4,9	3,3	9,8	2,8	10,5	4,6	6,4	5,5
25 Togo ^b	4,5	0,5	1,9	4,2	6,8	0,0	..	-0,5	5,4	-1,7
26 Rep. Centro-africana	2,6	2,1	2,1	2,6	5,3	2,0	..	0,2	2,0	1,7
27 Haiti ^b	2,9	-0,2
28 Benin	2,1	2,4	..	4,2	..	5,8	..	7,4	..	-1,0
29 Gana ^b	1,4	2,1	1,6	0,5	1,4	1,9	2,5	3,1	1,1	4,9
30 Lesoto	5,7	2,9	..	1,8	..	1,6	..	12,4	..	4,1
31 Sri Lanka	4,0	4,3	2,7	2,7	4,7	4,4	3,2	6,2	4,6	5,3
32 Guiné ^b
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do
34 Indonésia ^b	8,0	5,1	4,3	3,1	11,9	5,1	12,0	13,1	7,3	6,4
35 Maurítânia	2,0	1,6	-2,0	1,5	2,2	4,9	6,5	-0,5
36 Sudão	3,8	2,5	2,9	2,7	3,1	3,6	..	5,0	4,9	2,0
37 Afeganistão	2,9
38 Myanmar
39 Kampuchea
40 Libéria	3,3	-1,3	5,5	1,2	2,2	-6,0	10,0	-5,0	2,4	-0,8
41 Serra Leoa	2,8	0,2	3,9	2,2	-0,8	-4,9	0,7	-2,0	4,3	0,7
42 Vietnã
Economias de renda média	6,1 w	2,9 w	3,2 w	2,7 w	5,9 w	3,2 w	8,2 w	3,8 w	7,2 w	3,1 w
Renda média baixa	6,5 w	2,6 w	3,3 w	2,8 w	7,8 w	2,5 w	7,9 w	2,4 w	7,0 w	2,6 w
43 Bolívia ^b	4,5	-1,6	3,8	2,1	3,9	-5,7	5,9	-5,6	5,4	-0,2
44 Filipinas ^b	5,9	0,1	4,6	1,8	8,0	-1,8	7,5	-0,3	5,2	0,7
45 Iêmen, Rep. Árabe do ^b	..	6,5	..	2,9	..	11,5	..	12,8	..	6,2
46 Senegal ^b	2,0	3,3	1,3	3,2	4,8	3,8	3,5	3,4	1,3	3,2
47 Zimbábue	5,0	2,7	..	2,5	..	1,7	..	2,1	..	3,4
48 Egito	6,8	5,7	2,7	2,6	6,9	5,1	..	5,6	9,4	7,3
49 Rep. Dominicana ^b	7,9	2,2	6,3	0,8	10,9	2,5	8,9	1,0	7,3	2,5
50 Costa do Marfim	6,8	2,2	3,3	1,6	10,4	-2,4	9,1	8,2	8,6	4,2
51 Papua Nova Guiné ^b	4,1	3,2	3,2	2,7	..	5,6	..	1,0	..	2,0
52 Marrocos ^b	5,6	4,2	2,4	6,6	6,1	2,8	..	4,2	6,8	4,2
53 Honduras	5,0	1,7	2,0	1,1	6,8	0,8	7,5	1,9	6,2	2,4
54 Guatemala ^b	5,9	-0,2
55 Congo ^b	6,3	4,0	3,1	2,0	9,9	5,1	..	7,1	4,7	3,5
56 El Salvador ^b	4,3	0,0	3,6	-1,4	5,3	0,4	4,6	0,3	4,3	0,7
57 Tailândia ^b	7,2	6,0	4,6	3,7	9,5	6,6	11,2	6,8	7,6	6,8
58 Botsuana ^b	14,2	11,4	9,7	-5,9	24,0	15,1	13,5	5,0	11,5	10,3
59 Camarões ^b	5,1	5,4	4,2	2,4	7,8	7,8	7,0	6,2	4,8	5,5
60 Jamaica ^b	1,3	0,6	0,5	0,9	-0,1	0,0	0,4	1,6	2,7	0,9
61 Equador ^b	8,7	2,0	3,4	4,3	13,7	2,2	11,5	0,6	7,6	1,1
62 Colômbia	5,8	3,4	4,5	2,4	5,7	5,1	6,4	2,9	6,4	2,7
63 Paraguai ^b	6,9	1,7	4,9	2,7	9,1	0,1	7,0	1,3	7,5	2,0
64 Tunísia	6,6	3,4	5,5	2,4	7,4	2,4	9,9	6,0	6,5	4,4
65 Turquia	6,3	5,3	3,2	3,6	7,2	6,7	7,5	7,9	7,6	5,1
66 Peru ^b	3,9	1,1	1,0	3,6	4,4	0,4	3,8	1,6	4,3	1,2
67 Jordânia	..	4,2	..	6,0	..	3,6	..	3,4	..	4,4

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Taxa média de crescimento anual (%)

	PIB		Agricultura		Indústria		(Manufatura) ^a		Serviços etc.	
	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88
68 Chile ^b	1,9	1,9	1,6	3,8	0,8	2,2	0,6	2,0	2,7	1,3
69 Síria ^b	8,7	0,5	4,8	0,5	11,8	1,4	9,0	0,2
70 Costa Rica ^b	6,2	2,4	4,2	2,5	8,7	2,3	6,0	2,5
71 México ^b	6,5	0,5	3,2	1,2	7,6	-0,1	7,4	0,2	6,6	0,7
72 Maurício	5,2	5,7	..	4,0	..	9,0	..	11,4	..	4,6
73 Polónia ^b
74 Malásia ^b	7,3	4,6	..	3,7	..	6,1	..	7,3	..	3,6
75 Panamá ^b	5,5	2,6	2,4	2,5	5,9	-0,8	4,7	0,7	6,0	3,5
76 Brasil	8,8	2,9	3,8	3,5	10,1	2,6	9,8	2,2	9,5	3,1
77 Angola
78 Líbano ^b	-1,2
79 Nicarágua ^b	2,6	-0,3	3,3	-0,2	4,2	0,4	5,2	0,6	1,4	-0,9
Renda média alta	5,6 w	3,3 w	3,2 w	2,5 w	4,7 w	3,7 w	7,5 w	3,7 w
80 África do Sul	3,8	1,3	..	1,7	..	0,2	..	0,2	..	2,6
81 Argélia ^b	6,8	3,5	5,7	5,6	7,1	3,8	9,5	6,1	6,7	2,7
82 Hungria ^b	5,6	1,6	2,7	2,4	6,4	1,0	6,2	1,9
83 Uruguai	2,4	-0,4	1,0	0,3	3,1	-1,8	..	-0,5	2,3	0,2
84 Argentina ^b	3,5	-0,2	1,4	1,4	3,3	-0,8	2,7	-0,2	4,0	-0,2
85 Iugoslávia	6,0	1,4	3,1	1,2	7,8	1,3	5,5	1,4
86 Gabão ^b	9,5	-0,2
87 Venezuela ^b	3,7	0,9	3,9	3,8	1,5	-0,1	5,8	3,3	6,3	1,4
88 Trinidad e Tobago	5,1	-6,1	0,0	4,5	5,0	-8,6	2,6	-9,5	5,8	-3,4
89 Coreia, Rep. da ^b	9,6	9,9	3,0	3,7	16,4	12,6	18,7	13,5	9,6	8,9
90 Portugal ^b	5,3	0,8	..	-0,9	..	1,0	1,3
91 Grécia	5,6	1,4	2,3	-0,1	7,1	0,4	8,4	0,0	6,2	2,5
92 Omã ^b	13,0	12,7	..	9,4	..	15,1	..	37,9	..	12,2
93 Líbia	4,2	..	10,7	..	1,2	..	13,7	..	15,5	..
94 Iraã	6,2	..	4,5	..	2,4	..	10,0	..	13,6	..
95 Iraque
96 Romênia
Rendas média e baixa	5,8 w	4,3 w	2,8 w	3,7 w	6,8 w	5,3 w	8,2 w	5,9 w	6,9 w	3,9 w
África subsaariana	4,8 w	0,8 w	1,3 w	1,8 w	9,4 w	-0,8 w	8,7 w	0,2 w	5,0 w	1,4 w
Leste asiático	7,2 w	8,5 w	3,2 w	5,7 w	10,8 w	10,3 w	10,6 w	10,2 w	8,6 w	8,0 w
Sul da Ásia	3,7 w	5,1 w	2,5 w	2,5 w	4,4 w	7,3 w	4,6 w	7,9 w	4,5 w	6,1 w
Europa, O. Médio e N. da África	6,1 w	..	3,5 w	..	4,9 w	8,6 w	..
América Latina e Caribe	6,0 w	1,5 w	3,3 w	2,5 w	6,0 w	1,1 w	7,0 w	1,3 w	6,6 w	1,6 w
Muito endividados	6,0 w	1,5 w	3,2 w	2,7 w	6,2 w	1,0 w	7,1 w	1,3 w	6,6 w	1,6 w
Economias de alta renda	3,7 w	2,8 w	0,8 w	2,3 w	3,2 w	1,9 w	3,6 w	3,2 w	3,7 w	3,0 w
Membros da OCDE	3,6 w	2,9 w	0,8 w	2,2 w	3,1 w	2,2 w	3,6 w	3,2 w	3,7 w	3,0 w
† Outras	8,0 w	-1,3 w	..	12,7 w	..	-7,0 w	..	6,0 w	..	4,6 w
97 † Arábia Saudita ^b	11,3	-3,3	4,1	15,2	11,6	-6,0	8,1	7,9	10,5	2,6
98 Espanha ^b	4,6	2,5	2,6	0,9	5,1	-0,4	5,9	0,4	4,1	2,1
99 Irlanda	5,0	1,7	..	2,2	..	1,7	0,6
100 † Israel ^b	6,8	3,2
101 † Cingapura ^b	10,1	5,7	2,8	-5,1	11,9	4,5	13,2	4,8	9,4	6,6
102 † Hong Kong	8,6	7,3
103 Nova Zelândia ^b	2,4	2,2	..	3,3	..	4,2	..	3,5	..	2,0
104 Austrália ^b	4,0	3,3	2,7	4,4	3,0	2,2	1,3	1,1	5,7	3,7
105 Reino Unido	2,4	2,8	-1,6 ^d	3,4	-0,5 ^d	1,9	-1,2 ^d	1,5	2,2 ^d	2,5
106 Itália ^b	4,3	2,2	0,8	1,0	4,0	1,1	5,1	1,9	4,1	2,7
107 † Kuwait ^b	1,2	-1,1	..	23,6	..	-2,3	..	1,4	..	-0,9
108 Bélgica ^b	3,8	1,4	0,4	2,5	4,4	1,1	4,6	2,3	3,7	1,2
109 Países Baixos ^b	3,8	1,6	4,7	4,1	4,0	0,8	4,8	..	4,4	1,6
110 Áustria ^b	4,1	1,7	2,1	0,7	4,3	1,1	4,5	1,6	4,2	1,9
111 † União dos Emirados Árabes	..	-4,5	..	9,3	..	-8,7	..	2,7	..	3,7
112 França ^b	4,0	1,8	1,0	2,3	4,3	0,1	5,2	-0,4	4,6	2,4
113 Canadá	5,1	3,3	0,8	2,7	3,5	3,0	3,9	3,6	6,9	3,2
114 Dinamarca	2,7	2,2	0,9	3,3	1,9	3,4	3,2	2,4	3,2	2,0
115 Alemanha, Rep. Fed. da ^b	3,3	1,8	1,4	1,9	2,8	0,4	3,3	1,0	3,7	2,1
116 Finlândia	4,0	2,8	0,0	-1,1	4,2	2,7	4,9	3,0	4,8	3,3
117 Suécia	2,9	1,7	-0,2	1,8	2,3	2,9	2,4	2,9	3,4	0,8
118 EUA ^b	2,7	3,3	1,0	3,2	1,7	2,9	2,5	3,9	3,4	3,3
119 Noruega	4,4	3,8	-0,4	1,3	5,7	4,7	2,6	1,8	4,1	3,4
120 Japão ^b	6,5	3,9	0,8	0,8	8,5	4,9	9,4	6,7	5,2	3,1
121 Suíça ^b	2,0	1,9
Total de economias informantes	4,1 w	3,1 w	2,0 w	3,2 w	3,9 w	2,5 w	4,3 w	3,8 w	4,2 w	3,2 w
Exportadores de petróleo	6,4 w	1,0 w	3,1 w	2,7 w	6,3 w	-0,1 w	7,7 w	3,7 w	7,6 w	2,4 w
Não-membros e não-informantes

a. Como a manufatura é em geral a parte mais dinâmica do setor industrial, sua taxa de crescimento é mostrada em separado. b. O PIB e seus componentes estão calculados a preços de compra. c. Estimativa do Banco Mundial. d. Os dados referem-se ao período 1973-80.

Tabela 3. Estrutura da produção

	PIB ^a (milhões de dólares)		Distribuição do PIB (%)							
	1965	1988	Agricultura		Indústria		(Manufatura) ^b		Serviços etc.	
			1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
Economias de baixa renda	161.340 t	886.620 t	44 w	33 w	28 w	36 w	21 w	..	28 w	32 w
China e Índia	117.730 t	610.250 t	44 w	32 w	32 w	40 w	24 w	..	24 w	28 w
Outras	42.660 t	273.080 t	45 w	33 w	17 w	27 w	9 w	..	38 w	40 w
1 Moçambique	..	1.100	..	62	..	20	18
2 Etiópia	1.180	4.950	58	42	14	17	7	12	28	40
3 Chade ^c	290	920	42	47	15	18	12	15	43	35
4 Tanzânia	790	2.740	46	66	14	7	8	4	40	27
5 Bangladesh ^c	4.380	19.320	53	46	11	14	5	7	36	40
6 Malavi	220	1.080	50	37	13	18	37	44
7 Somália	220	970	71	65	6	9	3	5	24	25
8 Zaire ^c	3.140	6.470	21	31	26	34	16	7	53	35
9 Butão ^c	..	300	..	44	..	28	..	6	..	28
10 Laos	..	500	..	59	..	20	..	7	..	21
11 Nepal	730	2.860	65	56	11	17	3	6	23	27
12 Madagascar ^c	670	1.880	37	41	16	16	11	..	53	43
13 Burkina Faso	260	1.750	53	39	20	23	..	13	27	38
14 Mali ^c	260	1.940	65	49	9	12	5	5	25	39
15 Burundi	150	960	..	56	..	15	..	10	..	29
16 Uganda	1.100	3.950	52	72	13	7	8	6	35	20
17 Nigéria	5.850	29.370	54	34	13	36	6	18	33	29
18 Zâmbia ^c	1.060	4.000	14	14	54	43	6	25	32	43
19 Níger ^c	670	2.400	68	36	3	23	2	9	29	41
20 Ruanda ^c	150	2.310	75	38	7	22	2	15	18	40
21 China ^c	67.200	372.320	44	32	39	46	31 ^d	33 ^d	17	21
22 Índia	50.530	237.930	44	32	22	30	16	19	34	38
23 Paquistão	5.450	34.050	40	26	20	24	14	17	40	49
24 Quênia	920	7.380	35	31	18	20	11	12	47	49
25 Togo ^c	190	1.360	45	34	21	21	10	8	34	45
26 Rep. Centro-africana	140	1.080	46	44	16	12	4	8	38	44
27 Haiti ^c	350	2.500	..	31	..	38	..	15	..	31
28 Benin	220	1.710	59	40	8	13	..	6	33	47
29 Gana ^c	2.050	5.230	44	49	19	16	10	10	38	34
30 Lesoto	50	330	65	21	5	28	1	13	30	52
31 Sri Lanka	1.770	6.400	28	26	21	27	17	15	51	47
32 Guiné ^c	..	2.540	..	30	..	32	..	5	..	38
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	..	840	..	16	..	23	61
34 Indonésia ^c	3.840	83.220	56	24	13	36	8	19	31	40
35 Mauritânia	160	900	32	38	36	21	4	..	32	41
36 Sudão	1.330	11.240	54	33	9	15	4	8	37	52
37 Afeganistão	600
38 Myanmar
39 Kampuchea
40 Libéria	270	990	27	37	40	28	3	5	34	35
41 Serra Leoa	320	1.270	34	46	28	12	6	3	38	42
42 Vietnã
Economias de renda média	199.900 t	2.200.750 t	20 w	12 w	33 w	40 w	19 w	24 w	46 w	50 w
Renda média baixa	111.840 t	1.061.910 t	22 w	14 w	28 w	38 w	19 w	25 w	50 w	50 w
43 Bolívia ^c	710	4.310	23	24	31	27	15	17	46	49
44 Filipinas ^c	6.010	39.210	26	23	28	34	20	25	46	44
45 Iêmen, Rep. Árabe do ^c	..	5.910	..	23	..	26	..	12	..	50
46 Senegal ^c	810	4.980	25	22	18	29	14	19	56	49
47 Zimbábue	960	5.650	18	11	35	43	20	31	47	46
48 Egito	4.550	34.330	29	21	27	25	..	14	45	54
49 Rep. Dominicana ^c	890	4.630	23	23	22	34	16	16	55	43
50 Costa do Marfim	760	7.650	47	36	19	25	11	16	33	39
51 Papua Nova Guiné ^c	340	3.520	42	34	18	31	..	9	41	36
52 Marrocos ^c	2.950	21.990	23	17	28	34	16	18	49	49
53 Honduras	460	3.860	40	25	19	21	12	13	41	54
54 Guatemala ^c	1.330	8.100
55 Congo ^c	200	2.150	19	15	19	30	..	8	62	54
56 El Salvador ^c	800	5.470	29	14	22	22	18	18	49	65
57 Tailândia ^c	4.390	57.950	32	17	23	35	14	24	45	48
58 Botsuana ^c	50	1.940	34	3	19	55	12	5	47	42
59 Camarões ^c	810	12.900	33	26	20	30	10	13	47	44
60 Jamaica ^c	970	3.220	10	6	37	42	17	21	53	52
61 Equador ^c	1.150	10.320	27	15	22	36	18	21	50	49
62 Colômbia	5.910	39.070	27	19	27	34	19	20	47	47
63 Paraguai ^c	440	6.040	37	30	19	25	16	17	45	46
64 Tunísia	880	8.750	22	14	24	32	9	16	54	54
65 Turquia	7.660	64.360	34	17	25	36	16	26	41	46
66 Peru ^c	5.020	25.670	18	12	30	36	17	24	53	51
67 Jordânia	..	3.900	..	10	..	25	..	12	..	65

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Distribuição do PIB (%)									
	PIB ^a (milhões de dólares)		Agricultura		Indústria		(Manufatura) ^b		Serviços etc.	
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
68 Chile ^c	5.940	22.080	9	..	40	..	24	..	52	..
69 Síria ^c	1.470	14.950	29	38	22	16	49	46
70 Costa Rica ^c	590	4.650	24	18	23	28	53	54
71 México ^c	21.640	176.700	14	9	27	35	20	26	59	56
72 Maurício	190	1.600	16	13	23	33	14	25	61	54
73 Polónia ^c
74 Malásia ^c	3.130	34.680	28	..	25	..	9	..	47	..
75 Panamá ^c	660	5.490	18	9	19	18	12	8	63	73
76 Brasil	19.450	323.610	19	9	33	43	26	29	48	49
77 Angola
78 Líbano ^c	1.150	..	12	..	21	67	..
79 Nicarágua	570	3.200	25	21	24	34	18	24	51	46
Renda média alta	88.200 t	1.138.840 t	18 w	..	39 w	42 w	..
80 África do Sul	10.540	78.970	10	6	42	45	23	25	48	49
81 Argélia ^c	3.170	51.900	15	13	34	43	11	12	51	44
82 Hungria ^c	..	28.000	..	14	..	37	49
83 Uruguai	930	6.680	15	11	32	29	..	24	53	60
84 Argentina ^c	16.500	79.440	17	13	42	44	33	31	42	44
85 Iugoslávia	11.190	61.710	23	14	42	49	35	37
86 Gabão ^c	230	3.320	26	11	34	51	40	38
87 Venezuela ^c	9.820	63.750	6	6	40	36	..	22	55	58
88 Trinidad e Tobago	690	4.400	8	5	48	31	..	9	44	64
89 Coreia, Rep. da ^c	3.000	171.310	38	11	25	43	18	32	37	46
90 Portugal ^c	3.740	41.700	..	9	..	37	54
91 Grécia	5.270	40.900	24	16	26	29	16	18	49	56
92 Omã ^c	60	8.150	61	3	23	43	0	6	16	54
93 Líbia	1.500	..	5	..	63	..	3	..	33	..
94 Iraã	6.170	..	26	..	36	..	12	..	38	..
95 Iraque	2.430	..	18	..	46	..	8	..	36	..
96 Romênia
Rendas média e baixa	363.680 t	3.060.950 t	31 w	18 w	31 w	39 w	20 w	..	38 w	44 w
África subsaariana	27.490 t	149.550 t	43 w	34 w	18 w	27 w	9 w	..	39 w	39 w
Leste asiático	92.420 t	893.410 t	41 w	22 w	35 w	43 w	27 w	..	24 w	36 w
Sul da Ásia	64.510 t	312.070 t	44 w	33 w	21 w	27 w	15 w	17 w	35 w	39 w
Europa, O. Médio e N. da África	69.200 t	..	24 w	..	34 w	40 w	..
América Latina e Caribe	95.330 t	808.340 t	16 w	10 w	33 w	39 w	23 w	27 w	51 w	52 w
Muito endividados	105.150 t	897.390 t	17 w	10 w	34 w	39 w	23 w	27 w	50 w	52 w
Economias de alta renda	1.391.700 t	13.867.530 t	5 w	..	41 w	..	30 w	..	55 w	..
Membros da OCDE	1.373.380 t	13.603.060 t	5 w	..	41 w	..	30 w	..	55 w	..
† Outras	11.020 t	234.370 t	6 w	..	54 w	..	11 w	..	41 w	..
97 † Arábia Saudita ^c	2.300	72.620	8	8	60	43	9	8	31	50
98 Espanha ^c	23.750	340.320	15	6	36	37	..	27	49	57
99 Irlanda	2.340	27.820	..	10	..	38	52
100 † Israel ^c	3.590	44.960
101 † Cingapura ^c	970	23.880	3	0	24	38	15	30	74	61
102 † Hong Kong	2.150	44.830	2	0	40	29	24	22	58	70
103 Nova Zelândia ^c	5.410	39.800	..	10	..	33	..	23	..	57
104 Austrália ^c	22.920	245.950	9	4	39	34	26	18	51	61
105 Reino Unido	89.100	702.370	3	2	46	42	34	27	51	56
106 Itália ^c	72.150	828.850	10	4	37	40	25	27	53	56
107 † Kuwait ^c	2.100	19.970	0	1	70	51	3	10	29	48
108 Bélgica ^c	16.840	153.810	5	2	42	34	31	24	53	64
109 Países Baixos ^c	19.640	228.280	..	5	..	37	..	24	..	58
110 Áustria ^c	9.480	127.200	9	4	46	45	33	32	45	51
111 † União dos Emirados Árabes	..	23.850	..	2	..	55	..	9	..	44
112 França ^c	99.660	949.440	8	4	38	37	27	27	54	59
113 Canadá ^c	46.730	435.860	6	4	41	40	26	23	53	56
114 Dinamarca	8.940	90.530	9	5	36	37	23	25	55	58
115 Alemanha, Rep. Fed. da ^c	114.790	1.201.820	4	2	53	51	40	44	43	47
116 Finlândia	7.540	91.690	16	7	37	43	23	29	47	50
117 Suécia	19.880	159.880	6	4	40	43	28	30	53	54
118 EUA ^c	700.970	4.847.310	3	2	38	33	28	22	59	65
119 Noruega ^c	7.080	91.050	8	4	33	45	21	21	59	51
120 Japão ^c	91.110	2.843.710	9	3	43	41	32	29	48	57
121 Suíça ^c	13.920	184.830
Total de economias informantes	1.755.990 t	17.018.400 t	10 w	..	39 w	..	28 w	..	52 w	..
Exportadores de petróleo	77.910 t	921.070 t	19 w	12 w	32 w	35 w	14 w	16 w	48 w	51 w
Não-membros e não-informantes

a. Ver notas técnicas. b. Como a manufatura é em geral a parte mais dinâmica do setor industrial, sua participação no PIB é mostrada em separado. c. O PIB e seus componentes estão calculados a preços de compra. d. Estimativa do Banco Mundial. e. Serviços etc. inclui a parcela não-aflocada do PIB.

Tabela 4. Agricultura e alimentos

	Valor adicionado na agricultura (milhões de dólares correntes)		Importações de cereais (milhares de toneladas métricas)		Venda alimentar em cereais (milhares de toneladas métricas)		Consumo de fertilizantes (contenidos de grammas de nutrientes vegetais por hectare de terra arável)		Índice médio de produção de alimentos per capita (1979-81 = 100)
	1970	1988	1974	1988	1974/75	1987/88	1970/71	1987/88	1986-88
Economias de baixa renda	89.156 t	289.209 t	22.757 t	32.469 t	6.002 t	6.977 t	171 w	706 w	112 w
China e Índia	60.621 t	197.397 t	11.294 t	18.502 t	1.582 t	570 t	241 w	997 w	117 w
Outras	28.109 t	90.501 t	11.462 t	13.967 t	4.420 t	6.407 t	72 w	318 w	102 w
1 Moçambique	..	679	62	527	34	466	22	21	83
2 Etiópia	931	2.090	118	1.157	54	825	4	39	89
3 Chade*	142	430	37	61	20	15	7	17	103
4 Tanzânia	473	1.795	431	120	148	72	31	92	89
5 Bangladesh*	3.636	8.882	1.866	3.010	2.076	1.397	157	770	92
6 Malavi	119	402	17	44	0	109	52	203	85
7 Somália	167	636	42	236	111	152	29	40	100
8 Zaire*	585	2.008	343	415	1	177	8	9	98
9 Butão	..	130	3	30	0	2	..	10	118
10 Laos	..	297	53	115	8	21	2	6	123
11 Nepal	579	1.601	18	52	0	21	27	232	100
12 Madagascar*	266	775	114	217	7	76	61	21	97
13 Burkina Faso	126	685	99	128	28	38	3	57	116
14 Mali*	207	952	281	109	107	26	31	59	97
15 Burundi	159	535	7	15	6	4	5	20	100
16 Uganda	929	2.859	36	28	..	29	14	2	121
17 Nigéria	5.080	10.105	389	333	7	0	2	94	103
18 Zâmbia*	191	568	93	128	5	140	73	183	96
19 Níger*	420	866	155	151	73	19	1	8	83
20 Ruanda*	135	880	3	11	19	8	3	20	82
21 China*	36.705	120.779	6.033	15.517	0	347	410	2.361	132
22 Índia	23.916	76.618	5.261	2.985	1.582	223	137	517	105
23 Paquistão	3.352	8.935	1.274	602	584	657	146	829	107
24 Quênia	484	2.265	15	86	2	119	238	421	89
25 Togo*	85	464	6	110	11	16	3	76	88
26 Rep. Centro-africana	60	469	7	40	1	6	12	4	87
27 Haiti*	..	782	83	205	25	154	4	25	95
28 Benin	121	680	7	121	9	11	36	49	110
29 Gana*	1.030	2.577	177	228	33	110	13	38	108
30 Lesoto	23	67	48	107	14	55	10	125	80
31 Sri Lanka	545	1.685	951	940	271	361	555	1.094	79
32 Guiné*	..	761	63	222	49	26	19	6	93
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	..	132	148	459	0	31	..	118	85
34 Indonésia*	4.340	20.055	1.919	1.702	301	319	133	1.068	117
35 Mauritània	58	339	115	219	48	51	11	55	89
36 Sudão	757	3.716	125	702	46	604	28	40	89
37 Afeganistão	5	236	10	104	24	97	..
38 Myanmar	26	..	9	0	21	125	..
39 Kampuchea	223	150	226	6	11	2	..
40 Libéria	91	..	42	103	3	56	63	94	92
41 Serra Leoa	108	581	72	119	10	58	17	3	101
42 Vietnã	1.854	417	64	65	513	651	117
Economias de renda média	49.929 t	274.894 t	42.929 t	77.525 t	1.925 t	5.915 t	330 w	648 w	99 w
Renda média baixa	31.837 t	149.950 t	24.538 t	38.685 t	1.631 t	5.911 t	304 w	611 w	100 w
43 Bolívia*	202	1.023	209	328	22	290	7	19	95
44 Filipinas*	1.996	9.005	817	1.322	89	471	287	612	90
45 Iêmen, Rep. Árabe do*	118	1.387	158	754	33	160	1	58	118
46 Senegal*	208	1.100	341	461	27	109	17	40	106
47 Zimbábue	214	615	56	93	0	14	446	505	81
48 Egito	1.942	7.257	3.877	8.479	610	1.738	1.312	3.505	111
49 Rep. Dominicana*	345	1.082	252	601	16	278	334	556	95
50 Costa do Marfim	462	2.728	172	494	4	1	74	90	104
51 Papua Nova Guiné*	240	1.196	71	180	..	0	58	381	92
52 Marrocos*	789	3.770	891	1.643	75	340	117	376	106
53 Honduras	212	956	52	144	31	146	156	190	76
54 Guatemala*	138	166	9	320	298	656	92
55 Congo*	49	331	34	113	2	1	114	25	92
56 El Salvador*	292	740	75	217	4	177	1.043	1.262	87
57 Tailândia*	1.837	9.795	97	303	0	97	59	328	101
58 Botsuana*	28	57	21	150	5	53	15	7	69
59 Camarões*	364	3.405	81	282	4	2	34	71	97
60 Jamaica*	93	180	340	418	1	208	873	914	101
61 Equador*	401	1.547	152	563	13	33	133	232	97
62 Colômbia	1.806	7.364	502	864	28	90	287	945	100
63 Paraguai*	191	1.788	71	2	10	2	98	69	106
64 Tunísia	245	1.187	307	2.116	59	393	76	222	111
65 Turquia	3.383	11.125	1.276	380	16	1	157	637	98
66 Peru*	1.351	..	637	1.857	37	355	300	622	96
67 Jordânia	44	377	171	874	79	29	74	362	111

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Valor adicionado na agricultura (milhões de dólares correntes)		Importações de cereais (milhares de toneladas métricas)		Ajuda alimentar em cereais (milhares de toneladas métricas)		Consumo de fertilizantes (centenas de grammas de nutrientes vegetais por hectare de terra arável)		Índice médio de produção de alimentos per capita (1979-81 = 100)
	1970	1988	1974	1988	1974/75	1987/88	1970/71	1987/88	
68 Chile ^a	558	..	1.737	339	323	14	313	544	105
69 Síria ^a	435	5.728	339	1.044	47	26	68	404	93
70 Costa Rica ^a	222	853	110	318	1	235	1.001	1.806	89
71 México ^a	4.462	15.958	2.881	5.650	..	32	232	753	93
72 Maurício	30	211	160	177	22	32	2.095	3.075	106
73 Polónia ^a	4.185	3.114	..	1	1.678	2.223	108
74 Malásia ^a	1.198	..	1.023	2.387	1	..	489	1.596	106
75 Panamá ^a	149	..	63	93	3	..	387	657	95
76 Brasil	4.392	27.849	2.485	1.387	31	21	186	485	108
77 Angola	149	313	0	103	33	29	87
78 Líbano ^a	136	..	354	537	26	54	1.354	671	..
79 Nicarágua ^a	193	..	44	206	3	87	215	433	71
Renda média alta	18.586 t	..	18.392 t	38.840 t	294 t	4 t	377 w	728 w	98 w
80 África do Sul	1.362	4.624	127	212	422	541	84
81 Argélia ^a	492	6.546	1.816	6.130	54	4	163	320	106
82 Hungria ^a	1.010	4.019	408	203	1.497	2.595	111
83 Uruguai	268	744	70	44	6	0	485	420	103
84 Argentina ^a	2.250	10.089	0	3	26	45	97
85 Iugoslávia	2.212	8.518	992	297	770	1.328	100
86 Gabão ^a	60	375	24	59	46	97
87 Venezuela ^a	826	3.753	1.270	3.054	170	1.580	94
88 Trinidad e Tobago	40	210	208	212	880	450	71
89 Coreia, Rep. da ^a	2.311	18.561	2.679	9.369	234	..	2.450	3.920	98
90 Portugal ^a	..	3.180	1.861	1.383	428	1.026	103
91 Grécia	1.569	6.461	1.341	859	861	1.542	97
92 Omã ^a	40	..	52	293	417	..
93 Líbia	93	..	612	1.435	62	416	119
94 Iraã	2.120	..	2.076	4.644	60	658	99
95 Iraque	579	..	870	4.442	34	397	105
96 Roménia	1.381	30	565	1.301	117
Rendas média e baixa	140.632 t	558.529 t	65.686 t	109.994 t	7.928 t	12.891 t	238 w	680 w	109 w
África subsaariana	15.421 t	50.851 t	4.108 t	8.214 t	910 t	3.583 t	33 w	85 w	94 w
Leste asiático	50.416 t	194.504 t	17.259 t	37.462 t	923 t	1.327 t	380 w	1.326 w	123 w
Sul da Ásia	32.884 t	103.969 t	9.404 t	7.645 t	4.522 t	2.660 t	135 w	586 w	100 w
Europa, O. Médio e N. da África	19.480 t	..	23.247 t	39.511 t	1.010 t	2.880 t	474 w	960 w	103 w
América Latina e Caribe	18.622 t	81.703 t	11.537 t	16.946 t	563 t	2.441 t	176 w	451 w	100 w
Muito endividado^e	21.461 t	91.994 t	16.496 t	21.242 t	664 t	2.134 t	336 w	613 w	100 w
Economias de alta renda	87.956 t	..	73.681 t	78.693 t	999 w	1.172 w	101 w
Membros da OCDE	87.148 t	..	70.120 t	68.319 t	1.001 w	1.163 w	102 w
† Outras	765 t	..	3.562 t	10.374 t	645 w	3.131 w	85 w
97 † Arábia Saudita ^a	219	5.526	482	5.179	54	3.678	..
98 Espanha ^a	..	15.721	4.675	3.416	593	989	115
99 Irlanda	559	2.712	640	408	3.067	6.815	98
100 † Israel ^b	295	..	1.176	1.799	53	2	1.401	2.237	101
101 † Cingapura ^a	44	101	682	1.054	2.500	13.750	87
102 † Hong Kong	62	174	657	690	24
103 Nova Zelândia ^a	897	2.826	92	158	7.745	7.086	108
104 Austrália ^a	2.173	8.227	2	27	232	286	97
105 Reino Unido	2.971	..	7.540	3.620	2.631	3.555	109
106 Itália ^a	8.465	31.062	8.101	7.502	896	1.901	101
107 † Kuwait ^a	8	..	101	417	750	..
108 Bélgica ^a	934	3.042	4.585 ^c	4.620 ^c	5.648 ^c	5.098 ^c	113 ^c
109 Países Baixos ^a	1.827	8.456	7.199	6.354	7.493	6.877	113
110 Áustria ^a	992	3.844	164	135	2.426	2.214	107
111 † União dos Emirados Árabes	..	453	132	458	1.632	..
112 França ^a	9.366	30.780	654	951	2.435	2.990	106
113 Canadá	3.280	..	1.513	595	191	484	111
114 Dinamarca	882	4.130	462	211	2.234	2.330	118
115 Alemanha, Rep. Fed. da ^a	5.951	16.541	7.164	4.181	4.263	4.208	112
116 Finlândia	1.205	5.153	222	230	1.930	2.164	99
117 Suécia	1.394	4.582	300	189	1.646	1.357	99
118 EUA ^a	27.828	89.811	460	1.811	816	937	94
119 Noruega	624	2.876	713	460	2.443	2.704	110
120 Japão ^a	12.467	65.384	19.557	28.018	3.547	4.327	104
121 Suíça ^a	1.458	788	3.831	4.306	108
Total de economias informantes	226.275 t	..	139.368 t	188.687 t	7.981 t	12.894 t	480 w	831 w	107 w
Exportadores de petróleo	22.367 t	114.085 t	18.105 t	45.171 t	1.038 t	2.155 t	143 w	607 w	104 w
Não-membros e não-informantes	15.326 t	43.584 t	572 w	1.268 w	110 w

a. Os dados do valor adicionado na agricultura estão calculados a preços de compra. b. Os dados sobre o valor adicionado na agricultura referem-se ao produto interno líquido a custo dos fatores. c. Inclui Luxemburgo.

Tabela 5. Energia comercial

	Taxa média anual de crescimento energético (%)				Consumo de energia per capita (quilos de equivalentes de petróleo)		Importações de energia como percentual das exportações de mercadorias	
	Produção de energia		Consumo de energia		1965	1988	1965	1988
	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88				
Economias de baixa renda	10,0 w	4,4 w	8,2 w	5,3 w	126 w	322 w	6 w	11 w
China e Índia	9,1 w	5,8 w	8,8 w	5,5 w	146 w	424 w	4 w	6 w
Outras	12,4 w	0,3 w	5,0 w	4,2 w	73 w	122 w	8 w	17 w
1 Moçambique	19,8	-39,0	2,2	2,0	81	86	13	43
2 Etiópia	7,5	6,4	4,1	2,2	10	20	8	59
3 Chade	18	22	..
4 Tanzânia	7,3	3,4	3,7	2,4	37	36	10	44
5 Bangladesh	..	14,0	..	7,6	..	50	..	24
6 Malavi	18,2	4,3	8,0	0,2	25	42	7	9
7 Somália	16,7	1,8	14	66	8	20
8 Zaire	9,4	4,3	3,6	1,5	74	74	6	2
9 Butão
10 Laos	..	-0,2	4,2	2,0	24	37
11 Nepal	18,4	11,6	6,2	9,4	6	23	10	29
12 Madagascar	3,9	9,3	3,5	1,5	34	39	8	45
13 Burkina Faso	10,5	..	7	..	11	7
14 Mali	38,6	9,3	7,0	2,9	14	21	16	31
15 Burundi	..	11,6	6,0	8,2	5	20	11	8
16 Uganda	-0,5	4,1	-0,5	4,0	36	25	1	14
17 Nigéria	17,3	-1,4	12,9	6,6	34	150	7	2
18 Zâmbia	25,7	1,4	4,0	0,6	464	376	6	6
19 Níger	..	15,7	12,5	3,2	8	43	9	15
20 Ruanda	8,8	5,5	15,2	4,4	8	41	10	63
21 China	10,0	5,5	9,8	5,5	178	580	0	2
22 Índia	5,6	6,9	5,8	5,4	100	211	8	20
23 Paquistão	6,5	6,6	3,5	6,2	135	210	7	27
24 Quênia	13,1	8,3	4,5	0,2	110	94	13	41
25 Togo	2,9	11,4	10,7	-1,5	27	54	4	6
26 Rep. Centro-africana	6,7	0,7	2,2	3,7	22	30	9	14
27 Haiti	..	4,3	8,4	1,6	24	57	6	13
28 Benin	..	7,8	9,9	4,7	21	46	10	72
29 Gana	17,7	-6,1	7,8	-3,5	76	125	6	15
30 Lesoto ^a	.. ^a
31 Sri Lanka	10,4	8,6	2,2	3,7	106	162	6	25
32 Guiné	16,5	..	2,3	1,1	56	78
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	-6,4	2,5	..	653
34 Indonésia	9,9	1,0	8,4	4,5	91	229	3	14
35 Mauritània	9,5	0,3	48	111	3	6
36 Sudão	17,8	1,6	2,0	0,9	67	58	5	37
37 Afeganistão	15,7	0,9	5,6	11,3	30	..	8	..
38 Myanmar	8,4	4,8	4,9	5,1	39	74	4	5
39 Kâmpuche	..	6,5	7,6	2,1	19	..	7	..
40 Libéria	14,6	-0,9	7,9	-8,4	182	164	6	12
41 Serra Leoa	0,8	-0,8	109	76	11	11
42 Vietnã	5,3	1,2	-2,6	1,9	..	93
Economias de renda média	3,7 w	3,3 w	6,6 w	2,7 w	585 w	1.086 w	8 w	9 w
Renda média baixa	7,0 w	4,7 w	6,8 w	2,4 w	429 w	797 w	9 w	10 w
43 Bolívia	9,5	-0,2	7,7	-1,5	156	249	1	3
44 Filipinas	9,0	9,0	5,8	-1,0	160	244	12	16
45 Iêmen, Rep. Árabe do	21,0	10,7	7	102
46 Senegal	7,4	-1,2	79	155	8	18
47 Zimbábue	-0,7	-0,0	5,2	0,6	441	527	7	5
48 Egito	10,7	6,3	6,2	6,7	313	607	11	4
49 Rep. Dominicana	10,9	5,4	11,5	2,3	127	332	8	36
50 Costa do Marfim	11,1	..	8,6	..	101	..	5	12
51 Papua Nova Guiné	13,7	6,4	13,0	2,4	56	243	11	9
52 Marrocos	2,5	-0,1	7,9	2,4	124	239	5	17
53 Honduras	14,0	6,7	7,6	3,2	111	203	5	14
54 Guatemala	12,5	7,4	6,8	-0,5	150	168	9	14
55 Congo	41,1	7,5	7,8	4,4	90	245	10	5
56 El Salvador	9,0	3,4	7,0	1,6	140	215	5	14
57 Tailândia	9,0	35,2	10,1	6,6	82	331	11	14
58 Botsuana	8,8	2,6	9,5	2,3	191	415	.. ^a	.. ^a
59 Camarões	13,0	14,9	6,3	6,1	67	152	6	1
60 Jamaica	-0,9	5,1	6,1	-2,8	703	855	12	22
61 Equador	35,0	-3,6	11,9	0,5	162	573	11	3
62 Colômbia	1,0	11,1	6,0	2,2	413	755	1	4
63 Paraguai	..	11,8	9,7	4,6	84	224	16	12
64 Tunísia	20,4	-1,7	8,5	5,6	170	499	12	10
65 Turquia	4,3	8,9	8,5	7,3	258	822	12	24
66 Peru	6,6	-1,1	5,0	0,7	395	478	3	1
67 Jordânia	..	7,5	9,3	6,9	226	723	33	42

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Taxa média anual de crescimento energético (%)				Consumo de energia per capita (quilos de equivalentes de petróleo)		Importações de energia como percentual das exportações de mercadorias	
	Produção de energia		Consumo de energia		1965	1988	1965	1988
	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88				
68 Chile	1,8	2,8	3,0	1,6	652	832	5	4
69 Síria	56,3	4,6	12,4	4,1	212	913	13	18
70 Costa Rica	8,2	7,7	8,8	2,9	267	557	8	12
71 México	9,7	2,4	7,9	0,7	605	1.305	4	1
72 Maurício	2,1	6,7	7,2	2,8	160	402	6	9
73 Polónia	4,0	2,1	4,8	1,1	2.027	3.453	..	15
74 Malásia	36,9	15,6	6,7	5,9	313	784	11	5
75 Panamá	6,9	9,8	5,8	4,2	576	1.627	61	57
76 Brasil	8,6	9,0	9,9	3,6	286	813	14	13
77 Angola
78 Líbano	2,0	-4,0	2,0	3,4	713	..	51	..
79 Nicarágua	2,6	-0,2	6,5	1,8	172	252	6	42
Renda média alta	2,3 w	2,4 w	6,4 w	2,9 w	912 w	1.766 w	7 w	8 w
80 África do Sul	5,1	4,9	4,3	3,3	1.744	2.439	5 ^a	0 ^a
81 Argélia	5,3	5,2	11,9	6,2	226	1.094	0	2
82 Hungria	0,8	1,4	3,8	1,0	1.825	3.068	12	15
83 Uruguai	4,7	10,6	1,3	-1,3	765	769	13	10
84 Argentina	4,5	2,6	4,3	2,1	975	1.523	8	4
85 Iugoslávia	3,5	2,3	6,0	3,1	898	2.159	7	18
86 Gabão	13,7	0,3	14,7	3,0	153	1.134	3	1
87 Venezuela	-3,1	-0,9	4,6	2,1	2.319	2.354	0	0
88 Trinidad e Tobago	3,8	-3,4	6,6	0,2	2.776	5.255	60	10
89 Coreia, Rep. da	4,1	9,7	12,1	5,5	238	1.515	18	10
90 Portugal	3,6	4,7	6,5	2,7	506	1.324	13	21
91 Grécia	10,5	8,2	8,5	2,5	615	1.986	29	11
92 Omã	23,0	10,3	30,5	7,7	14	2.012	77	2
93 Líbia	0,6	-5,0	18,2	4,8	222	2.719	2	1
94 Irã	3,6	5,1	8,9	2,7	537	875	0	..
95 Iraque	6,2	5,3	7,4	5,3	399	781	0	..
96 Romênia	4,3	0,7	6,6	0,8	1.536	3.459
Rendas média e baixa	5,5 w	3,8 w	7,2 w	3,8 w	253 w	525 w	7 w	9 w
África subsaariana	15,3 w	0,1 w	5,6 w	2,7 w	71 w	95 w	7 w	11 w
Leste asiático	9,8 w	5,2 w	9,4 w	5,3 w	168 w	474 w	6 w	8 w
Sul da Ásia	5,8 w	5,6 w	5,7 w	5,5 w	99 w	182 w	7 w	22 w
Europa, O. Médio e N. da África	4,4 w	3,2 w	6,2 w	2,8 w	746 w	1.343 w	9 w	16 w
América Latina e Caribe	1,9 w	2,6 w	6,9 w	1,9 w	515 w	952 w	8 w	7 w
Muito endividados	2,4 w	2,2 w	6,1 w	1,6 w	675 w	1.084 w	7 w	9 w
Economias de alta renda	3,1 w	0,1 w	3,1 w	1,1 w	3.707 w	5.098 w	11 w	9 w
Membros da OCDE	2,1 w	1,7 w	3,0 w	1,0 w	3.748 w	5.181 w	11 w	9 w
† Outras	7,7 w	-6,6 w	5,7 w	3,2 w	1.943 w	3.028 w	7 w	8 w
97 † Arábia Saudita	11,5	-10,3	7,2	5,0	1.759	3.098	0	1
98 Espanha	3,6	7,0	6,5	1,5	901	1.902	31	17
99 Irlanda	0,1	5,9	3,9	1,5	1.504	2.610	14	5
100 † Israel	-15,2	-14,2	4,4	1,4	1.574	1.972	14	13
101 † Cingapura	10,8	-0,6	670	4.464	17	16
102 † Hong Kong	8,4	3,9	413	1.544	4	2
103 Nova Zelândia	4,7	6,9	3,6	3,5	2.622	4.339	7	5
104 Austrália	10,5	5,7	5,0	1,6	3.287	5.157	11	6
105 Reino Unido	3,6	1,7	0,9	0,8	3.481	3.756	13	6
106 Itália	1,3	0,9	3,7	-0,3	1.568	2.608	16	9
107 † Kuwait	-1,6	-0,0	2,1	3,7	..	4.637	0	0
108 Bélgica ^b	-3,9	9,1	2,9	-0,0	3.402	4.781
109 Países Baixos	15,4	-1,8	5,0	1,3	3.134	5.235	12	9
110 Áustria	0,8	-0,7	4,0	0,6	2.060	3.396	10	7
111 † União dos Emirados Árabes	14,7	-0,1	36,6	8,4	105	6.481	4	2
112 França	-0,9	7,8	3,7	0,4	2.468	3.704	16	9
113 Canadá	5,7	4,2	4,5	1,6	6.007	9.683	8	4
114 Dinamarca	2,6	57,6	2,4	0,9	2.911	3.902	13	6
115 Alemanha, Rep. Fed. da	-0,1	0,4	3,0	-0,2	3.197	4.421	8	6
116 Finlândia	3,8	8,1	5,1	2,6	2.233	5.550	11	9
117 Suécia	4,9	6,6	2,5	2,4	4.162	6.617	12	6
118 EUA	1,1	0,4	2,3	0,9	6.535	7.655	8	14
119 Noruega	12,4	6,6	4,1	3,2	4.650	9.516	11	4
120 Japão	-0,4	3,7	6,1	1,9	1.474	3.306	19	14
121 Suíça	3,7	1,7	3,1	2,0	2.501	4.193	8	4
Total de economias informantes	4,0 w	1,4 w	4,0 w	1,9 w	1.010 w	1.289 w	10 w	9 w
Exportadores de petróleo	5,8 w	-1,0 w	7,4 w	3,0 w	389 w	790 w	5 w	5 w
Não-membros e não-informantes	4,6 w	2,8 w	4,4 w	2,8 w	2.509 w	4.777 w

a. As cifras para a União Alfanfandegária Sul-africana, que compreende África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, estão incluídas nos dados da África do Sul. Exclui-se o comércio entre os territórios componentes. b. Inclui Luxemburgo.

Tabela 6. Estrutura da atividade manufatureira

	Valor adicionado na manufatura (milhões de dólares correntes)		Distribuição do valor adicionado na manufatura (percentual; preços correntes)									
			Alimentos, bebidas e fumo		Têxteis e vestuário		Máquinas e equipamentos de transporte		Produtos químicos		Outros ^a	
	1970	1987	1970	1987	1970	1987	1970	1987	1970	1987	1970	1987
Economias de baixa renda	45.816 t	..										
China e Índia	38.394 t	..										
Outras	6.285 t	..										
1 Moçambique	51	..	13	..	5	..	3	..	28	..
2 Etiópia	149	564	46	49	31	19	0	2	2	4	21	27
3 Chade ^b	51	106
4 Tanzânia	116	146	36	32	28	23	5	9	4	6	26	30
5 Bangladesh ^b	387	1.313	30	26	47	32	3	5	11	16	10	21
6 Malavi	51	33	17	21	3	3	10	17	20	26
7 Somália	26	51	88	59	6	13	0	2	1	13	6	13
8 Zaire ^b	286	374	38	..	16	..	7	..	10	..	29	..
9 Butão	..	16
10 Laos	..	47
11 Nepal	32	165
12 Madagascar ^b	118	..	36	49	28	25	6	5	7	9	23	12
13 Burkina Faso	..	220	69	..	9	..	2	..	1	..	19	..
14 Mali ^b	25	100	36	..	40	..	4	..	5	..	14	..
15 Burundi	16	96	53	..	25	..	0	..	6	..	16	..
16 Uganda	158	162	40	..	20	..	2	..	4	..	34	..
17 Nigéria	543	5.196	36	..	26	..	1	..	6	..	31	..
18 Zâmbia ^b	181	568	49	46	9	11	5	14	10	6	27	23
19 Níger ^b	30	189
20 Ruanda ^b	8	314	86	65	0	3	3	0	2	5	8	28
21 China ^b	30.466 ^c	92.800 ^c	..	12	..	14	..	25	..	11	..	38
22 Índia	7.928	43.331	13	12	21	15	20	26	14	15	32	32
23 Paquistão	1.462	5.001	24	34	38	19	6	9	9	14	23	24
24 Quênia	174	839	31	38	9	11	18	13	7	11	35	27
25 Togo ^b	25	94
26 Rep. Centro-africana	12	79
27 Haiti ^b
28 Benin	19	83
29 Gana ^b	252	501	34	..	16	..	4	..	4	..	41	..
30 Lesoto	3	37
31 Sri Lanka	321	967	26	..	19	..	10	..	11	..	33	..
32 Guiné ^b	..	117
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do
34 Indonésia ^b	994	12.876	..	22	..	13	..	8	..	9	..	48
35 Mauritânia	10
36 Sudão	140	1.111	39	..	34	..	3	..	5	..	19	..
37 Afeganistão
38 Myanmar
39 Kampuchea
40 Libéria	15	47
41 Serra Leoa	22	24	..	65	..	1	..	0	..	4	..	30
42 Vietnã
Economias de renda média	63.448 t	451.574 t										
Renda média baixa	36.839 t	225.539 t										
43 Bolívia ^b	135	675	33	30	34	7	1	1	6	4	26	58
44 Filipinas ^b	1.622	8.424	39	43	8	8	8	8	13	10	32	30
45 Iêmen, Rep. Árabe do ^b	10	578	20	..	50	1	..	28	..
46 Senegal ^b	141	868	51	48	19	15	2	6	6	7	22	24
47 Zimbábue	293	1.637	24	34	16	16	9	9	11	9	40	32
48 Egito	..	4.244	17	..	35	..	9	..	12	..	27	..
49 Rep. Dominicana ^b	275	843	74	..	5	..	1	..	6	..	14	..
50 Costa do Marfim	149	1.191	27	..	16	..	10	..	5	..	42	..
51 Papua Nova Guiné ^b	35	227	25	..	1	..	37	..	5	..	33	..
52 Marrocos ^b	641	3.398
53 Honduras	91	515	58	..	10	..	1	..	4	..	28	..
54 Guatemala ^b	42	45	14	9	4	3	12	13	27	30
55 Congo ^b	..	147	65	42	4	10	1	4	8	8	22	35
56 El Salvador ^b	194	809	40	37	30	14	3	5	8	16	18	28
57 Tailândia ^b	1.130	11.543	43	29	13	18	9	13	6	7	29	33
58 Botsuana ^b	5	82	..	52	..	7	..	0	..	6	..	36
59 Camarões ^b	119	1.632	47	..	16	..	5	..	4	..	28	..
60 Jamaica ^b	221	639	46	..	7	10	..	36	..
61 Equador ^b	305	2.073	43	32	14	13	3	6	8	8	32	41
62 Colômbia	1.487	7.244	31	36	20	14	8	8	11	13	29	30
63 Paraguai ^b	99	735	56	..	16	..	1	..	5	..	21	..
64 Tunísia	121	1.265	29	20	18	19	4	4	13	9	36	47
65 Turquia	1.930	15.863	26	17	15	15	8	15	7	11	45	43
66 Peru ^b	1.430	6.232	25	25	14	12	7	8	7	11	47	43
67 Jordânia	32	552	21	22	14	3	7	1	6	7	52	67

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Valor adicionado na manufatura (milhões de dólares correntes)		Distribuição do valor adicionado na manufatura (percentual; preços correntes)									
	1970	1987	Alimentos, bebidas e fumo		Têxteis e vestuário		Máquinas e equipamentos de transporte		Produtos químicos		Outros ^c	
			1970	1987	1970	1987	1970	1987	1970	1987	1970	1987
68 Chile ^b	2.092	..	17	26	12	7	11	4	5	8	55	56
69 Síria ^b	37	24	40	10	3	3	2	15	20	48
70 Costa Rica ^b	48	..	12	..	6	..	7	..	28	..
71 México ^b	8.449	36.381	28	24	15	12	13	14	11	12	34	39
72 Maurício	26	358	75	27	6	52	5	2	3	4	12	15
73 Polônia ^b	20	14	19	16	24	31	8	6	28	34
74 Malásia ^b	500	..	26	21	3	6	8	22	9	15	54	37
75 Panamá ^b	127	422	41	47	9	7	1	3	5	8	44	34
76 Brasil	10.429	78.995	16	15	13	10	22	21	10	12	39	42
77 Angola
78 Líbano ^b	27	..	19	..	1	..	3	..	49	..
79 Nicarágua ^b	159	759	53	54	14	12	2	2	8	10	23	22
Renda média alta	26.419 t	..										
80 África do Sul	3.914	17.790	15	14	13	9	17	19	10	12	45	47
81 Argélia ^b	682	7.196	32	20	20	17	9	13	4	3	35	47
82 Hungria ^b	12	7	13	10	28	35	8	12	39	37
83 Uruguaí	..	1.690	34	29	21	19	7	11	6	9	32	32
84 Argentina ^b	5.750	22.024	20	21	18	12	17	15	7	11	38	41
85 Iugoslávia	10	14	15	17	23	25	7	7	45	37
86 Gabão ^b	37	..	7	..	6	..	6	..	44	..
87 Venezuela ^b	2.140	10.779	30	18	13	7	9	8	8	8	39	59
88 Trinidad e Tobago	198	416	18	43	3	6	7	6	2	4	70	42
89 Coreia, Rep. da ^b	1.880	42.286	26	12	17	17	11	28	11	8	36	35
90 Portugal ^b	18	17	19	25	13	13	10	10	39	34
91 Grécia	1.642	7.170	20	20	20	25	13	10	7	8	40	36
92 Omã ^b	..	464
93 Líbia	81	..	64	..	5	..	0	..	12	..	20	..
94 Irã	1.501	..	30	..	20	..	18	..	6	..	26	..
95 Iraque	325	..	26	14	14	9	7	10	3	16	50	50
96 Romênia
Rendas média e baixa	110.929 t	..										
África subsaariana	3.376 t	..										
Leste asiático	38.947 t	..										
Sul da Ásia	10.359 t	51.621 t										
Europa, O. Médio e N. da África										
América Latina e Caribe	34.698 t	180.987 t										
Muito endividados	38.028 t	202.164 t										
Economias de alta renda	608.635 t	2.895.002 t										
Membros da OCDE	604.270 t	2.855.538 t										
† Outras	2.387 t	32.313 t										
97 † Arábia Saudita ^b	372	6.085
98 Espanha ^b	..	66.408	13	18	15	9	16	21	11	11	45	40
99 Irlanda	785	..	31	27	19	6	13	26	7	17	30	25
100 † Israel ^b	15	12	14	8	23	32	7	8	41	39
101 † Cingapura ^b	379	5.741	12	5	5	4	28	52	4	12	51	27
102 † Hong Kong	1.013	9.825	4	6	41	40	16	19	2	2	36	33
103 Nova Zelândia ^b	1.777	7.101	24	26	13	10	15	16	4	6	43	43
104 Austrália ^b	9.051	31.547	16	18	9	7	24	21	7	8	43	45
105 Reino Unido	36.044	116.553	13	14	9	6	31	32	10	11	37	36
106 Itália ^b	30.942	175.443	10	8	13	14	24	32	13	10	40	36
107 † Kuwait ^b	120	1.902	5	10	4	7	1	4	4	6	86	73
108 Bélgica ^b	8.226	32.303	17	19	12	8	22	23	9	13	40	36
109 Países Baixos ^b	8.545	39.759	17	19	8	4	27	27	13	13	36	37
110 Áustria ^b	4.873	30.879	17	17	12	8	19	25	6	6	45	43
111 † União dos Emirados Árabes	..	2.155	..	14	..	1	84
112 França ^b	38.861	191.692	12	13	10	8	26	30	8	9	44	41
113 Canadá	17.001	..	16	15	8	6	23	26	7	9	46	45
114 Dinamarca	2.929	17.230	20	22	8	5	24	23	8	10	40	40
115 Alemanha, Rep. Fed. da ^b	70.888	359.754	13	10	8	4	32	40	9	13	38	33
116 Finlândia	2.588	19.132	13	12	10	6	20	25	6	7	51	50
117 Suécia	8.477	33.282	10	10	6	2	30	34	5	9	49	45
118 EUA ^b	253.863	868.233	12	12	8	5	31	35	10	10	39	38
119 Noruega	2.416	12.337	15	21	7	2	23	25	7	8	49	44
120 Japão ^b	73.339	689.295	8	10	8	5	34	37	11	10	40	38
121 Suíça ^b	10	..	7	..	31	..	9	..	42	..
Total de economias informantes	722.228 t	3.551.267 t										
Exportadores de petróleo	19.643 t	128.122 t										
Não-membros e não-informantes										

a. Inclui dados não-alocáveis; ver notas técnicas. b. Os dados do valor adicionado na manufatura estão calculados a preços de compra. c. Estimativa do Banco Mundial.

Tabela 7. Produção e rendimento da atividade manufatureira

	Rendimentos por empregado					Rendimentos totais como percentual do valor adicionado				Produção bruta por empregado (1980 = 100)				
	Taxas de aumento		Índice (1980 = 100)			1970	1985	1986	1987	1970	1985	1986	1987	
	1970-80	1980-87	1985	1986	1987									
Economias de baixa renda														
China e Índia														
Outras														
1	Moçambique	
2	Etiópia	-4,7	-0,1	85	96	105	24	20	19	20	61	114	112	119
3	Chade
4	Tanzânia	..	-12,7	51	42	..	42	35	34	..	122	99	76	..
5	Bangladesh	-3,0	-2,9	90	81	78	26	30	29	29	116	113	106	111
6	Malavi	..	1,6	115	37	39	120	139
7	Somália	-5,1	28	..	27
8	Zaire
9	Butão
10	Laos
11	Nepal
12	Madagascar	-0,9	-10,3	66	36	40	91	55
13	Burkina Faso
14	Mali	46	139
15	Burundi	-7,8
16	Uganda
17	Nigéria	..	-9,6	18	105
18	Zâmbia	-3,2	34	109
19	Níger
20	Ruanda	22	10	10
21	China	..	4,2	114	124	13	15	131	131	..
22	Índia	0,5	4,9	120	127	138	47	46	48	48	83	149	157	174
23	Paquistão	3,3	6,2	132	138	..	21	20	20	..	51	145	149	..
24	Quênia	-3,4	-2,3	79	83	87	53	48	48	48	38	107	113	108
25	Togo
26	Rep. Centro-africana	49	74	85	..
27	Haiti	-3,3	3,4	104	116	153
28	Benin
29	Gana	23	193
30	Lesoto	28
31	Sri Lanka	..	0,8	102	102	70	135	132	..
32	Guiné
33	Iêmen, Rep. Dem. Pop. do
34	Indonésia	5,0	6,0	139	144	..	26	19	19	..	42	141	156	..
35	Mauritânia
36	Sudão	31
37	Afganistão
38	Myanmar
39	Kampuchea
40	Libéria	..	1,6	107	99
41	Serra Leoa
42	Vietnã
Economias de renda média														
Renda média baixa														
43	Bolívia	0,0	-10,3	63	41	50	43	26	24	28	65	37	35	34
44	Filipinas	-3,7	2,6	109	120	..	21	22	21	20	102	105	112	..
45	Iêmen, Rep. Árabe do	166	169
46	Senegal	-4,9	-0,1	44	44
47	Zimbábue	1,6	-0,4	105	104	103	43	42	40	40	98	92	89	90
48	Egito	4,1	54	76
49	Rep. Dominicana	-1,0	-4,4	79	35	63
50	Costa do Marfim	-0,9	27	52
51	Papua Nova Guiné	3,0	-2,9	42
52	Marrocos	81	73	98	92	..
53	Honduras
54	Guatemala	-3,2	-1,4	99	93	23	27
55	Congo	..	-0,1	34	49
56	El Salvador	2,4	-9,3	63	28	20	71	87
57	Tailândia	1,0	7,0	143	146	..	25	24	23	24	68	138	138	..
58	Botsuana	2,6	-4,5	85	46	60
59	Camarões	29
60	Jamaica	-0,2	43
61	Equador	3,3	-1,5	94	99	95	27	40	36	35	83	104	109	114
62	Colômbia	-0,2	3,8	116	116	134	25	18	16	18	86	128	123	146
63	Paraguai
64	Tunísia	4,2	44	95
65	Turquia	6,1	-3,5	84	81	86	26	21	16	17	108	139	154	170
66	Peru	..	-5,0	75	87	13	18	..	82	64	63	..
67	Jordânia	..	-1,1	101	100	101	37	31	31	22	..	155	144	161

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Rendimentos por empregado					Rendimentos totais como percentual do valor adicionado				Produção bruta por empregado (1980 = 100)			
	Taxas de aumento		Índice (1980 = 100)			1970	1985	1986	1987	1970	1985	1986	1987
	1970-80	1980-87	1985	1986	1987								
68 Chile	8,2	-3,5	97	98	84	19	14	17	15	60
69 Síria	2,8	-1,4	33	33	23	..	72
70 Costa Rica	41
71 México	1,2	-3,5	91	87	..	44	26	26	..	77	112	107	..
72 Maurício	1,8	-1,8	84	86	94	34	46	44	43	139	80	72	74
73 Polónia
74 Malásia	2,0	5,2	135	134	138	29	30	30	29	96
75 Panamá	0,2	3,3	125	128	126	32	34	34	34	67	87	96	..
76 Brasil	4,0	22	68	108	108	104
77 Angola
78 Líbano
79 Nicarágua	..	-14,5	69	31	..	16	22	22	..	206	113	109	..
Renda média alta													
80 África do Sul	2,7	0,0	106	102	101	46	47	46	46
81 Argélia	-1,0	45	120
82 Hungria	3,7	1,5	108	111	111	28	34	34	33	41	111	111	113
83 Uruguai	..	0,3	96	109	116	..	22	25	26	..	108	113	120
84 Argentina	-1,5	2,5	105	111	103	30	21	21	19	71	87	103	103
85 Jugoslávia	1,3	-1,4	91	97	93	39	29	33	30	59	100	98	89
86 Gabão
87 Venezuela	3,8	-0,6	110	106	107	31	26	27	31	118	109	106	110
88 Trinidad e Tobago	..	2,3	79	67
89 Coreia, Rep. da	10,0	5,6	125	128	145	25	27	26	27	40	140	146	165
90 Portugal	2,5	-1,9	89	95	..	34	39	39	123
91 Grécia	4,9	32	56
92 Omã
93 Líbia	37	45
94 Irã	25	85
95 Iraque	36	25	25
96 Romênia
Rendas média e baixa													
África subsaariana													
Leste asiático													
Sul da Ásia													
Europa, O. Médio e N. da África													
América Latina e Caribe													
Muito endividados													
Economias de alta renda													
Membros da OCDE													
† Outras													
97 † Arábia Saudita
98 Espanha	4,4	0,9	100	101	112	52	40	38	40	..	127	112	139
99 Irlanda	4,1	1,6	102	105	110	49	33	33	33	44	205	187	..
100 † Israel	8,8	-6,4	102	65	70	36	59
101 † Cingapura	3,6	6,2	153	148	146	36	38	32	29	73	114	111	121
102 † Hong Kong	6,4	4,9	113	124	143	..	63	60	61
103 Nova Zelândia	1,2	-1,6	95	62	59	121
104 Austrália	2,9	1,9	106	113	115	53	48	52	52	..	111	113	117
105 Reino Unido	1,7	2,9	112	115	123	52	43	43	43	61	137	129	..
106 Itália	4,1	0,7	101	100	108	41	42	42	43	51	128	126	135
107 † Kuwait	..	3,7	119	12	43	153
108 Bélgica	4,6	0,3	95	104	104	46	46	47	47	51	122	127	131
109 Países Baixos	2,5	0,9	100	108	..	52	50	52	..	68	116	127	..
110 Áustria	3,4	1,5	106	110	113	47	56	56	56	64	116	111	118
111 † União dos Emirados Árabes	61
112 França	..	1,2	107	66	112	105	107
113 Canadá	1,8	-0,1	102	101	96	53	46	45	46	68	120
114 Dinamarca	2,5	0,3	97	100	103	56	52	53	53	64	108	101	95
115 Alemanha, Rep. Fed. da	3,5	1,4	102	107	110	46	42	43	43	60	117	107	104
116 Finlândia	2,6	2,4	110	115	118	47	43	50	46	73	122	123	128
117 Suécia	0,4	0,4	98	100	102	52	37	37	35	75	123	120	125
118 EUA	0,1	1,4	106	108	109	47	40	39	39	63	116	116	124
119 Noruega	2,6	1,6	105	107	109	50	57	59	58	75	121	118	120
120 Japão	3,1	1,8	110	112	113	32	35	37	35	45	124	116	122
121 Suíça
Total de economias informantes													
Exportadores de petróleo													
Não-membros e não-informantes													

Tabela 8. Crescimento do consumo e dos investimentos

	Taxa média de crescimento anual (%)					
	Consumo do governo geral		Consumo privado etc.		Investimento interno bruto	
	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88
Economias de baixa renda						
China e Índia	6,3 w	7,0 w	4,1 w	5,2 w	8,8 w	8,0 w
Outras	5,3 w	9,2 w	4,0 w	6,8 w	8,3 w	11,7 w
	8,4 w	2,4 w	4,4 w	2,8 w	9,7 w	-2,3 w
1 Moçambique	..	-4,6	..	-1,0	..	-6,6
2 Etiópia	6,4	5,6	3,0	1,3	-0,1	2,0
3 Chade
4 Tanzânia	a	8,4	3,4	1,8	6,2	0,3
5 Bangladesh	a	a	2,7	3,8	0,0	2,5
6 Malavi	5,6	3,8	4,0	3,1	9,0	-8,3
7 Somália	11,7	-0,3	4,8	0,5	12,4	0,6
8 Zaire	0,7	16,3	1,2	-1,8	6,7	-1,6
9 Butão
10 Laos
11 Nepal
12 Madagascar	2,0	-0,8	1,1	-0,4	1,5	-0,7
13 Burkina Faso	8,7	10,0	2,1	2,9	8,8	4,3
14 Mali	1,9	3,1	4,9	3,4	1,8	2,8
15 Burundi	7,3	5,4	6,1	2,3	9,0	8,8
16 Uganda	a	..	1,4	..	-5,7	..
17 Nigéria	13,9	-1,5	5,0	-0,1	14,7	-14,5
18 Zâmbia	5,1	-5,4	-0,9	4,5	-3,6	-4,5
19 Níger	2,9	1,5	-2,4	1,7	6,3	-10,2
20 Ruanda	6,2	3,0	4,2	1,6	9,0	7,4
21 China	5,6	9,4	5,2	7,4	10,7	14,4
22 Índia	4,7	8,8	2,7	5,8	4,5	4,3
23 Paquistão	4,7	11,0	4,8	4,3	2,4	6,5
24 Quênia	10,6	1,1	5,7	5,1	7,2	-1,1
25 Togo	9,5	3,9	5,0	-1,8	9,0	-1,6
26 Rep. Centro-africana	-1,1	-2,4	4,2	2,0	-5,4	8,8
27 Haiti	1,9	-1,4	2,3	0,4	14,8	-5,1
28 Benin	0,7	1,4	2,3	1,9	10,4	-11,5
29 Gana	3,8	-0,3	1,4	2,3	-1,3	4,9
30 Lesoto	12,3	..	8,8	..	17,3	..
31 Sri Lanka	1,1	10,0	4,0	4,6	11,5	-0,9
32 Guiné
33 Iemen, Rep. Dem. Pop. do
34 Indonésia	11,4	2,9	5,9	7,2	16,1	1,9
35 Maurítânia	10,0	-4,3	1,9	4,3	19,2	-5,3
36 Sudão	0,2	-5,3	4,3	3,7	6,4	-5,1
37 Afeganistão
38 Myanmar
39 Kampuchea
40 Libéria	3,4	1,3	3,2	0,8	6,4	-16,7
41 Serra Leoa	a	-3,3	4,2	-3,0	-1,0	-5,1
42 Vietnã
Economias de renda média	7,7 w	2,5 w	6,6 w	2,5 w	8,6 w	-0,6 w
Renda média baixa	7,4 w	2,7 w	6,2 w	2,2 w	8,5 w	-1,6 w
43 Bolívia	8,0	-5,2	4,0	-1,1	4,4	-19,5
44 Filipinas	7,7	0,8	5,0	2,2	8,5	-10,9
45 Iemen, Rep. Árabe do	..	4,3	..	3,6	..	-9,1
46 Senegal	3,1	-0,9	1,7	2,7	3,9	2,0
47 Zimbábue	10,6	6,2	5,1	-2,4	0,9	-1,4
48 Egito	a	4,4	5,5	4,1	11,3	1,5
49 Rep. Dominicana	0,2	2,8	7,9	0,5	13,5	4,6
50 Costa do Marfim	13,2	-2,6	7,5	1,9	10,7	-11,4
51 Papua Nova Guiné	0,1	-0,6	3,9	1,9	1,4	-1,5
52 Marrocos	10,9	4,7	4,7	2,7	11,4	3,7
53 Honduras	6,9	4,9	4,9	1,9	6,8	-0,6
54 Guatemala	6,2	2,0	5,1	0,1	7,4	-3,4
55 Congo	5,5	11,3	1,3	7,1	4,5	0,6
56 El Salvador	7,0	3,3	4,1	-0,1	6,6	0,1
57 Tailândia	9,5	5,2	6,2	5,1	8,0	5,0
58 Botsuana	12,0	13,8	9,2	2,4	21,0	-1,5
59 Camarões	5,0	7,8	4,2	4,2	9,9	0,4
60 Jamaica	9,8	-1,5	2,0	2,4	-3,3	-1,2
61 Equador	12,2	-2,2	6,8	1,8	9,5	-3,7
62 Colômbia	6,7	3,2	5,9	2,5	5,8	0,3
63 Paraguai	5,1	3,7	6,5	1,1	13,5	-2,1
64 Tunísia	7,2	3,9	8,3	3,3	4,6	-6,1
65 Turquia	6,1	2,8	5,7	5,7	8,8	4,4
66 Peru	6,3	0,3	4,9	2,0	0,3	-3,9
67 Jordânia	..	4,7	..	6,6	..	-5,5

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Taxa média de crescimento anual (%)

	Consumo do governo geral		Consumo privado etc.		Investimento interno bruto	
	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88
68 Chile	4,0	-0,5	0,9	0,6	0,5	-0,5
69 Síria	15,1	-1,3	11,9	-0,7	13,9	-1,5
70 Costa Rica	6,8	0,4	5,2	2,7	9,4	5,8
71 México	8,5	2,7	5,8	0,3	8,5	-6,9
72 Maurício	7,1	2,4	5,9	3,6	8,3	14,0
73 Polónia	..	2,8	..	1,7	..	1,6
74 Malásia	8,5	2,2	6,0	0,9	10,4	0,0
75 Panamá	7,4	3,5	4,6	4,3	5,9	-3,2
76 Brasil	6,7	2,9	8,9	2,5	11,3	0,0
77 Angola
78 Líbano
79 Nicarágua	6,6	16,0	2,0	-8,1	..	4,0
Renda média alta	8,0 w	..	7,1 w	2,9 w	8,7 w	-0,5 w
80 África do Sul	5,3	3,8	3,3	2,2	4,1	-5,8
81 Argélia	8,6	5,1	8,8	1,4	15,9	-0,8
82 Hungria	^a	1,3	5,7	1,3	7,0	-1,0
83 Uruguai	3,2	1,1	2,4	-0,7	8,0	-9,2
84 Argentina	3,2	0,0	3,0	0,4	4,6	-7,7
85 Iugoslávia	3,6	0,7	7,9	0,1	6,5	-0,4
86 Gabão	10,7	3,3	..	6,2	14,1	-4,9
87 Venezuela	..	0,4	..	0,3	..	-4,7
88 Trinidad e Tobago	8,9	-3,1	6,3	-11,3	12,1	-19,1
89 Coreia, Rep. da	7,7	5,3	7,8	7,5	15,9	10,5
90 Portugal	8,1	2,4	6,7	2,1	4,6	-1,3
91 Grécia	6,6	2,6	4,9	3,2	5,3	-3,9
92 Omã	..	^a	..	13,6	..	18,4
93 Líbia	19,7	..	19,1	..	7,3	..
94 Irã	14,6	..	10,1	..	11,5	..
95 Iraque
96 Romênia
Rendas média e baixa	7,3 w	4,0 w	5,6 w	3,5 w	8,6 w	2,7 w
África subsaariana	8,2 w	1,4 w	3,5 w	0,9 w	9,1 w	-7,3 w
Leste asiático	6,7 w	7,1 w	5,8 w	6,6 w	11,4 w	9,7 w
Sul da Ásia	4,6 w	8,9 w	3,0 w	5,6 w	4,2 w	4,2 w
Europa, O. Médio e N. da África	9,4 w	8,9 w	..
América Latina e Caribe	6,5 w	2,0 w	6,4 w	1,2 w	8,3 w	-3,2 w
Muito endividados	6,7 w	2,0 w	6,3 w	1,4 w	8,4 w	-3,1 w
Economias de alta renda	2,7 w	2,6 w	3,9 w	3,0 w	3,4 w	3,7 w
Membros da OCDE	2,7 w	2,6 w	3,8 w	3,0 w	3,3 w	3,7 w
+ Outras	14,4 w	..
97 † Arábia Saudita	^a	..	20,0	..	27,5	..
98 Espanha	5,1	4,7	4,8	1,8	3,7	3,7
99 Irlanda	6,1	0,1	4,3	-1,4	6,3	-3,3
100 † Israel	8,8	1,0	6,0	4,8	5,9	1,4
101 † Cingapura	10,2	7,9	8,0	4,7	13,3	2,6
102 † Hong Kong	7,7	5,4	9,0	7,1	8,6	3,0
103 Nova Zelândia	3,4	1,1	2,3	1,6	2,2	3,9
104 Austrália	5,0	3,7	4,1	3,0	2,8	2,7
105 Reino Unido	2,3	1,1	2,2	3,8	0,6	6,4
106 Itália	3,4	3,0	4,1	2,5	3,4	1,5
107 † Kuwait	^a	3,9	9,3	0,8	11,9	-2,3
108 Bélgica	4,6	0,6	4,3	1,3	2,9	0,5
109 Países Baixos	2,9	1,0	4,8	1,2	1,8	2,3
110 Áustria	3,7	1,4	4,4	2,1	4,5	1,7
111 † União dos Emirados Árabes
112 França	3,6	2,3	4,7	2,3	3,9	0,9
113 Canadá	4,8	1,9	4,9	3,0	5,1	4,6
114 Dinamarca	4,8	1,3	2,3	2,2	1,2	4,5
115 Alemanha, Rep. Fed. da	3,5	1,5	4,0	1,6	1,7	1,2
116 Finlândia	5,3	3,7	3,8	4,3	2,9	2,0
117 Suécia	4,0	1,6	2,5	1,8	0,9	2,2
118 EUA	1,2	3,5	3,1	3,6	2,6	5,0
119 Noruega	5,5	3,4	3,9	3,1	4,2	3,2
120 Japão	5,1	2,7	6,0	3,2	6,7	4,9
121 Suíça	2,7	2,7	2,5	1,6	0,8	4,8
Total de economias informantes	3,3 w	2,9 w	4,2 w	3,1 w	4,4 w	3,4 w
Exportadores de petróleo	11,2 w	..	7,1 w	2,1 w	11,5 w	-2,5 w
Não-membros e não-informantes

a. Como não existem dados em separado para o consumo do governo geral, eles estão incluídos em *consumo privado etc.*

Tabela 9. Estrutura da demanda

		Distribuição do produto interno bruto (%)											
		Consumo do governo geral		Consumo privado etc.		Investimento interno bruto		Poupança interna bruta		Exportações de bens e serviços não-fatoriais		Balança de recursos	
		1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
Economias de baixa renda		11 w	10 w	70 w	65 w	19 w	28 w	18 w	26 w	7 w	13 w	-1 w	-3 w
China e Índia		12 w	9 w	68 w	61 w	21 w	32 w	20 w	30 w	4 w	11 w	0 w	-2 w
Outras		9 w	12 w	78 w	74 w	14 w	18 w	12 w	14 w	17 w	19 w	-3 w	-4 w
1	Moçambique	..	22	..	93	..	33	..	-15	..	15	..	-47
2	Etiópia	11	24	77	72	13	16	12	4	12	11	-1	-11
3	Chade	20	22	74	89	12	12	6	-12	19	23	-6	-24
4	Tanzânia	10	12	74	93	15	21	16	-5	26	16	1	-26
5	Bangladesh	9	9	83	88	11	12	8	3	19	8	-4	-9
6	Malavi	16	14	84	78	14	16	0	8	19	23	-14	-8
7	Somália	8	10	84	86	11	34	8	3	17	8	-3	-30
8	Zaire	9	24	61	68	14	11	30	8	36	37	15	-2
9	Butão
10	Laos	..	12	..	66	..	31	..	21	..	18	..	-9
11	Nepal	a	10	100	80	6	20	0	10	8	13	-6	-10
12	Madagascar	23	12	74	80	10	16	4	8	16	21	-6	-9
13	Burkina Faso	9	26	87	78	12	25	4	-4	9	15	-8	-29
14	Mali	10	10	84	93	18	15	5	-4	12	15	-13	-18
15	Burundi	7	17	89	78	6	18	4	5	10	12	-2	-13
16	Uganda	10	8	78	87	11	13	12	5	26	11	1	-8
17	Nigéria	5	12	83	73	14	13	12	15	13	25	-2	2
18	Zâmbia	15	17	45	69	25	11	40	14	49	28	15	3
19	Níger	6	11	90	85	8	10	3	4	9	17	-5	-6
20	Ruanda	14	12	81	82	10	16	5	6	12	8	-5	-10
21	China	14	7	61	56	24	38	25	37	4	14	1	-1
22	Índia	9	12	76	67	17	24	15	21	4	7	-2	-3
23	Paquistão	11	14	76	73	21	18	13	13	8	14	-8	-5
24	Quênia	15	19	70	59	14	26	15	22	31	19	1	-3
25	Togo	8	17	76	69	22	21	17	14	20	34	-6	-7
26	Rep. Centro-africana	22	10	67	90	21	12	11	-1	27	17	-11	-12
27	Haiti	8	11	90	86	7	10	2	4	13	13	-5	-6
28	Benin	11	12	87	89	11	12	3	0	13	18	-8	-12
29	Gana	14	9	77	84	18	12	8	6	17	19	-10	-6
30	Lesoto	18	28	109	145	11	47	-26	-73	16	23	-38	-120
31	Sri Lanka	13	10	74	78	12	23	13	13	38	26	1	-10
32	Guiné	..	10	..	71	..	22	..	19	..	26	..	-3
33	Iêmen, Rep. Dem. Pop. do
34	Indonésia	5	9	87	65	8	22	8	25	5	25	0	4
35	Mauritânia	19	14	54	76	14	18	27	10	42	51	13	-8
36	Sudão	12	9	79	85	10	10	9	7	15	4	-1	-3
37	Afganistão	a	..	99	..	11	..	1	..	11	..	-10	..
38	Myanmar
39	Kampuchea	16	..	71	..	13	..	12	..	12	..	-1	..
40	Libéria	12	..	61	..	17	..	27	..	50	..	10	..
41	Serra Leoa	8	6	83	77	12	11	8	17	30	31	-3	6
42	Vietná
Economias de renda média		11 w	15 w	67 w	59 w	21 w	25 w	21 w	27 w	17 w	27 w	0 w	3 w
Renda média baixa		10 w	12 w	71 w	64 w	19 w	23 w	18 w	24 w	14 w	21 w	-1 w	2 w
43	Bolívia	9	20	74	73	22	11	17	6	21	16	-5	-4
44	Filipinas	9	9	70	73	21	17	21	18	17	25	0	1
45	Iêmen, Rep. Árabe do	..	20	..	80	..	13	..	0	..	16	..	-13
46	Senegal	17	16	75	74	12	15	8	9	24	26	-4	-5
47	Zimbábue	12	19	65	57	15	21	23	24	..	27	8	3
48	Egito	19	14	67	78	18	20	14	8	18	22	-4	-12
49	Rep. Dominicana	19	6	75	78	10	24	6	16	16	34	-4	-7
50	Costa do Marfim	11	19	61	59	22	14	29	22	37	33	7	8
51	Papua Nova Guiné	34	21	64	58	22	26	2	21	18	45	-20	-5
52	Marrocos	12	15	76	62	10	24	12	23	18	25	1	0
53	Honduras	10	17	75	72	15	16	15	11	27	23	0	-5
54	Guatemala	7	8	82	84	13	14	10	8	17	16	-3	-6
55	Congo	14	22	80	58	22	22	5	20	36	42	-17	-2
56	El Salvador	9	13	79	81	15	13	12	6	27	16	-2	-6
57	Tailândia	10	11	72	63	20	28	19	26	16	34	-1	-2
58	Botsuana	24	..	89	..	6	..	-13	..	32	..	-19	..
59	Camarões	13	10	75	76	13	17	12	14	24	16	-1	-3
60	Jamaica	8	15	69	66	27	27	23	19	33	49	-4	-8
61	Equador	9	11	80	68	14	23	11	21	16	27	-3	-2
62	Colômbia	8	11	75	67	16	21	17	22	11	16	1	2
63	Paraguai	7	6	79	72	15	24	14	23	15	26	-1	-2
64	Tunísia	15	16	71	65	28	19	14	19	19	43	-13	0
65	Turquia	12	9	74	65	15	24	13	26	6	24	-1	2
66	Peru	10	8	59	68	34	29	31	24	16	10	-3	-4
67	Jordânia	..	27	..	76	..	26	..	-3	..	54	..	-29

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Distribuição do produto interno bruto (%)											
		Consumo do governo geral		Consumo privado etc.		Investimento interno bruto		Poupança interna bruta		Exportações de bens e serviços não-fatoriais		Balanço de recursos	
		1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
68	Chile	11	11	73	65	15	17	16	24	14	37	1	7
69	Síria	14	16	76	72	10	17	10	13	17	11	0	-4
70	Costa Rica	13	15	78	59	20	26	9	26	23	36	-10	0
71	México	6	10	75	67	20	20	19	23	8	16	-2	2
72	Maurício	13	11	74	64	17	25	13	25	36	72	-4	0
73	Polônia	..	8	..	56	..	33	..	35	..	23	..	3
74	Malásia	15	14	61	49	20	26	24	36	42	67	.4	10
75	Panamá	11	..	73	..	18	..	16	..	36	..	-2	..
76	Brasil	11	12	67	60	20	23	22	28	8	10	2	5
77	Angola
78	Libano	10	..	81	..	22	..	9	..	36	..	-13	..
79	Nicarágua	8	..	74	..	21	..	18	..	29	..	-3	..
	Renda média alta	12 w	..	62 w	..	24 w	..	25 w	..	20 w	..	1 w	..
80	África do Sul	11	18	62	56	28	20	27	25	26	29	0	5
81	Argélia	15	16	66	53	22	31	19	31	22	16	-3	-1
82	Hungria	a	11	75	61	26	25	25	28	..	38	-1	3
83	Uruguai	15	13	68	73	11	10	18	14	19	22	7	4
84	Argentina	8	11	69	71	19	14	22	18	8	10	3	4
85	Iugoslávia	18	14	52	47	30	39	30	40	22	24	0	1
86	Gabão	11	22	52	45	31	27	37	33	43	44	6	6
87	Venezuela	10	10	56	66	25	30	34	25	26	22	9	-6
88	Trinidad e Tobago	12	22	67	57	26	18	21	21	65	39	-5	3
89	Coreia, Rep. da	9	10	83	51	15	30	8	38	9	41	-7	9
90	Portugal	12	14	68	66	25	30	20	21	27	35	-5	-10
91	Grécia	12	21	73	68	26	18	15	11	9	23	-11	-7
92	Omã
93	Líbia	14	..	36	..	29	..	50	..	53	..	21	..
94	Irã	13	..	63	..	17	..	24	..	20	..	6	..
95	Iraque	20	..	50	..	16	..	31	..	38	..	15	..
96	Romênia
	Rendas média e baixa	11 w	13 w	68 w	61 w	20 w	26 w	20 w	27 w	13 w	23 w	-1 w	2 w
	África subsaariana	10 w	15 w	73 w	72 w	14 w	15 w	14 w	12 w	23 w	23 w	1 w	-4 w
	Leste asiático	13 w	10 w	64 w	56 w	22 w	31 w	23 w	34 w	8 w	30 w	0 w	3 w
	Sul da Ásia	8 w	12 w	77 w	70 w	17 w	22 w	14 w	18 w	6 w	8 w	-3 w	-4 w
	Europa, O. Médio e N. da África	13 w	..	65 w	..	22 w	..	20 w	..	19 w	..	-2 w	..
	América Latina e Caribe	9 w	11 w	69 w	65 w	20 w	22 w	21 w	24 w	13 w	15 w	1 w	2 w
	Muito endividados	9 w	11 w	69 w	64 w	21 w	22 w	22 w	25 w	14 w	16 w	1 w	3 w
	Economias de alta renda	17 w	17 w	63 w	61 w	20 w	22 w	21 w	22 w	12 w	21 w	1 w	0 w
	Membros da OCDE	17 w	17 w	63 w	61 w	20 w	22 w	20 w	22 w	12 w	20 w	1 w	0 w
	† Outras	14 w	22 w	50 w	53 w	24 w	25 w	34 w	25 w	54 w	63 w	10 w	-2 w
97	† Arábia Saudita	18	33	34	47	14	27	48	20	60	38	34	-6
98	Espanha	8	15	68	63	28	23	24	22	10	19	-3	-1
99	Irlanda	15	16	68	55	26	18	17	27	35	64	-9	10
100	† Israel	20	31	65	59	29	17	15	10	19	32	-13	-6
101	† Cingapura	10	11	80	48	22	37	10	41	123	..	-12	4
102	† Hong Kong	7	7	64	60	36	28	29	33	71	136	-7	5
103	Nova Zelândia	13	15	62	60	26	22	26	26	22	28	-1	3
104	Austrália	13	19	69	58	20	24	18	23	15	17	-2	-1
105	Reino Unido	16	19	63	64	21	21	20	17	18	23	-1	-4
106	Itália	14	15	63	62	23	23	24	23	13	18	1	0
107	† Kuwait	13	25	26	60	16	20	60	15	68	41	45	-5
108	Bélgica	13	16	64	63	23	18	23	21	36	68	0	3
109	Países Baixos	15	18	70	59	16	19	15	23	43	55	-1	4
110	Áustria	13	17	57	56	30	27	30	27	25	37	-1	0
111	† União dos Emirados Árabes	..	21	..	44	..	26	..	36	..	55	..	10
112	França	16	19	57	60	26	21	27	21	13	22	1	0
113	Canadá	14	19	60	59	26	22	26	23	19	26	0	1
114	Dinamarca	16	25	72	54	13	18	12	21	29	32	-2	3
115	Alemanha, Rep. Fed. da	15	19	67	55	18	21	18	26	19	33	0	6
116	Finlândia	14	19	58	54	30	27	29	27	20	25	-2	0
117	Suécia	18	26	72	53	11	19	10	21	22	32	-1	1
118	EUA	19	20	63	67	17	15	18	13	6	11	1	-2
119	Noruega	15	20	56	52	30	28	29	28	41	36	-1	0
120	Japão	8	9	64	57	27	31	28	33	11	13	1	3
121	Suíça	11	12	60	58	30	31	30	31	29	36	-1	0
	Total de economias informantes	15 w	16 w	64 w	61 w	20 w	22 w	20 w	23 w	12 w	21 w	0 w	1 w
	Exportadores de petróleo	11 w	16 w	66 w	59 w	20 w	25 w	24 w	24 w	23 w	25 w	5 w	0 w
	Não-membros e não-informantes

a. Como não existem dados em separado para o consumo do governo geral, eles estão incluídos em *consumo privado etc.*

Tabela 10. Estrutura do consumo

Distribuição percentual do total do consumo doméstico ^a											
Alimentos			Aluguéis brutos, combustível e energia				Transportes e comunicações		Outros consumos		
Total	Cereais e tubérculos	Vestúrio e calçados	Total	Combustível e energia	Assistência médica	Educação	Total	Automóveis	Total	Outros bens duráveis	
Economias de baixa renda											
China e Índia											
Outras											
1	Moçambique
2	Etiópia	50	24	6	14	7	3	2	8	1	17
3	Chade
4	Tanzânia	64	32	10	8	3	3	2	0	10	3
5	Bangladesh	59	36	8	17	7	2	1	3	0	10
6	Malavi	55	28	5	12	2	3	4	7	2	15
7	Somália
8	Zaire	55	15	10	11	3	3	1	6	0	14
9	Butão
10	Laos
11	Nepal	57	38	12	14	6	3	1	1	0	13
12	Madagascar	59	26	6	12	6	2	4	4	1	14
13	Burkina Faso
14	Mali	57	22	6	8	6	2	4	10	1	13
15	Burundi
16	Uganda
17	Nigéria	52	18	7	10	2	3	4	4	1	20
18	Zâmbia	37	8	10	11	5	7	13	5	1	16
19	Níger
20	Ruanda	30	11	11	16	6	3	4	9	..	28
21	China	61 ^b	..	13	8	3	1	1	1	..	15
22	Índia	52	18	11	10	3	3	4	7	0	13
23	Paquistão	54	17	9	15	6	3	3	1	0	15
24	Quênia	39	16	7	12	2	3	9	8	1	22
25	Togo
26	Rep. Centro-africana
27	Haiti
28	Benin	37	12	14	12	2	5	4	14	2	15
29	Gana	50	..	13	11	..	3	5 ^c	3	..	15
30	Lesoto
31	Sri Lanka	43	18	7	6	3	2	3	15	1	25
32	Guiné
33	Iêmen, Rep. Dem. Pop. do
34	Indonésia	48	21	7	13	7	2	4	4	0	22
35	Mauritânia
36	Sudão	60	..	5	15	4	5	3	2	..	11
37	Afganistão
38	Myanmar
39	Kampucheia
40	Libéria
41	Serra Leoa	56	22	4	15	6	2	3	12	..	9
42	Vietnã
Economias de renda média											
Renda média baixa											
43	Bolívia	33	..	9	12	1	5	7	12	..	22
44	Filipinas	51	20	4	19	5	2	4	4	2	16
45	Iêmen, Rep. Árabe do
46	Senegal	50	15	11	12	4	2	5	6	0	14
47	Zimbábue	40	9	11	13	5	4	7	6	1	20
48	Egito	50	10	11	9	3	3	6	4	1	18
49	Rep. Dominicana	46	13	3	15	5	8	3	4	0	21
50	Costa do Marfim	40	14	10	5	1	9	4	10	..	23
51	Papua Nova Guiné
52	Marrocos	40	12	11	9	2	4	6	8	1	22
53	Honduras	39	..	9	21	..	8	5 ^c	3	..	15
54	Guatemala	36	10	10	14	5	13	4	3	0	20
55	Congo	42	19	6	11	4	3	1	17	1	20
56	El Salvador	33	12	9	7	2	8	5	10	1	28
57	Tailândia	30	7	16	7	3	5	5	13	0	24
58	Botswana	35	13	8	15	5	4	9	8	2	22
59	Camarões	24	8	7	17	3	11	9	12	1	21
60	Jamaica	39	..	4	15	7	3 ^d	..	17	..	22
61	Equador	30	..	10	7 ^c	1 ^c	5	6 ^c	12 ^f	..	30
62	Colômbia	29	..	6	12	2	7	6	13	..	27
63	Paraguai	30	6	12	21	4	2	3	10	1	22
64	Tunísia	37	7	10	13	4	6	9	7	1	18
65	Turquia	40	8	15	13	7	4	1	5	..	22
66	Peru	35	8	7	15	3	4	6	10	0	24
67	Jordânia	35	..	5	6	..	5	8	6	..	35

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Distribuição percentual do total do consumo doméstico ^a											
Alimentos			Aluguéis brutos, combustível e energia				Transportes e comunicações		Outros consumos		
Cereais e tubérculos		Vestuário e calçados	Total	Combustível e energia	Assistência médica	Educação	Total	Automóveis	Total	Outros bens duráveis	
68	Chile	29	7	8	13	2	5	6	11	0	29
69	Síria
70	Costa Rica	33	8	8	9	1	7	8	8	0	28
71	México	35 ^b	..	10	8	..	5	5	12	..	25
72	Maurício	24	7	5	19	3	5	7	11	1	29
73	Polónia	29	..	9	7	2	6	7	8	2	34
74	Malásia	30	..	5	9	..	5	8	16	..	27
75	Panamá	38	7	3	11	3	8	9	7	0	24
76	Brasil	35	9	10	11	2	6	5	8	1	27
77	Angola
78	Líbano
79	Nicarágua
Renda média alta											
80	África do Sul	26	..	7	12	..	4 ^d	..	17	..	34
81	Argélia
82	Hungria	25	..	9	10	5	5	7	9	2	35
83	Uruguaí	31	7	7	12	2	6	4	13	0	27
84	Argentina	35	4	6	9	2	4	6	13	0	26
85	Iugoslávia	27	..	10	9	4	6	5	11	2	32
86	Gabão
87	Venezuela	38	..	4	8	..	8	7 ^e	10	..	25
88	Trinidade e Tobago
89	Coreia, Rep. da	35	14	6	11	5	5	9	9	..	25
90	Portugal	34	..	10	8	3	6	5	13	3	24
91	Grécia	30	..	8	12	3	6	5	13	2	26
92	Omã
93	Líbia
94	Irã	37	10	9	23	2	6	5	6	1	14
95	Iraque
96	Romênia
Rendas média e baixa											
África subsaariana											
Leste asiático											
Sul da Ásia											
Europa, O. Médio e N. da África											
América Latina e Caribe											
Muito endividados											
Economias de alta renda											
Membros da OCDE											
† Outras											
97	† Arábia Saudita
98	Espanha	24	3	7	16	3	7	5	13	3	28
99	Irlanda	22	4	5	11	5	10	7	11	3	33
100	† Israel	22	..	4	20	2	10	14	10	..	20
101	† Cingapura	19	..	8	11	..	7	12	13	..	30
102	† Hong Kong	12	1	9	15	2	6	5	9	1	44
103	Nova Zelândia	12	2	6	14	2	9	6	19	6	34
104	Austrália	13	2	5	21	2	10	8	13	4	31
105	Reino Unido	12	2	6	17	4	8	6	14	4	36
106	Itália	19	2	8	14	4	10	7	11	3	31
107	† Kuwait
108	Bélgica	15	2	6	17	7	10	9	11	3	31
109	Países Baixos	13	2	6	18	6	11	8	10	3	33
110	Áustria	16	2	9	17	5	10	8	15	3	26
111	† União dos Emirados Árabes
112	França	16	2	6	17	5	13	7	13	3	29
113	Canadá	11	2	6	21	4	5	12	14	5	32
114	Dinamarca	13	2	5	19	5	8	9	13	5	33
115	Alemanha, Rep. Fed. da	12	2	7	18	5	13	6	13	4	31
116	Finlândia	16	3	4	15	4	9	8	14	4	34
117	Suécia	13	2	5	19	4	11	8	11	2	32
118	EUA	13	2	6	18	4	14	8	14	5	27
119	Noruega	15	2	6	14	5	10	8	14	6	32
120	Japão	16	4	6	17	3	10	8	9	1	34
121	Suiça	17	..	4	17	6	15	..	9	..	38
Total de economias informantes											
Exportadores de petróleo											
Não-membros e não-informantes											

a. Os dados referem-se a 1980 ou 1985. b. Inclui bebidas e fumo. c. Refere-se à despesa pública. d. Exclui a despesa pública. e. Exclui combustível. f. Inclui combustível.

Tabela 11. Despesa do governo central

	Percentual da despesa total															
	Defesa		Educação		Saúde		Habitação, comodidades, segurança e bem-estar sociais ^a		Serviços econômicos		Diversos ^a		Despesa total (percentual do PNB)		Superávit/deficit global (percentual do PNB)	
	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988
Economias de baixa renda
China e Índia
Outras	..	<i>10,6 w</i>	<i>20,5 w</i>	<i>9,0 w</i>	<i>5,5 w</i>	<i>2,8 w</i>	..	<i>6,2 w</i>	<i>51,1 w</i>	<i>15,6 w</i>	<i>24,1 w</i>	..	<i>-3,0 w</i>
1 Moçambique
2 Etiópia	14,3	..	14,4	10,6	5,7	3,6	4,4	9,3	22,9	30,1	52,6	46,5	13,7	35,2	-1,4	-6,8
3 Chade	24,6	..	14,8	..	4,4	..	1,7	..	21,8	..	32,7	..	14,9	..	-2,7	..
4 Tanzânia	11,9	..	17,3	..	7,2	..	2,1	..	39,0	..	22,6	..	19,7	..	-5,0	..
5 Bangladesh ^b	5,1	..	14,8	..	5,0	..	9,8	..	39,3	..	25,9	..	9,4	..	-1,9	..
6 Malavi ^b	3,1	5,6	15,8	10,0	5,5	5,9	5,8	2,0	33,1	27,0	36,7	49,4	22,1	32,0	-6,2	-8,6
7 Somália ^b	23,3	..	5,5	..	7,2	..	1,9	..	21,6	..	40,5	..	13,5	..	0,6	..
8 Zaire	11,1	..	15,2	..	2,3	..	2,0	..	13,3	..	56,1	..	19,8	..	-3,8	..
9 Butão
10 Laos
11 Nepal	7,2	5,6	7,2	10,9	4,7	4,3	0,7	3,3	57,2	51,2	23,0	24,7	8,5	19,7	-1,2	-6,2
12 Madagáscar	3,6	..	9,1	..	4,2	..	9,9	..	40,5	..	32,7	..	20,8	..	-2,5	..
13 Burkina Faso	11,5	17,9	20,6	14,0	8,2	5,2	6,6	..	15,5	7,0	37,6	55,9	11,1	16,8	0,3	0,4
14 Mali	..	8,4	..	9,8	..	2,6	..	3,3	..	18,4	..	57,5	..	28,2	..	-5,5
15 Burundi	10,3	..	23,4	..	6,0	..	2,7	..	33,9	..	23,8	..	19,9	..	0,0	..
16 Uganda	23,1	26,3	15,3	15,0	5,3	2,4	7,3	2,9	12,4	14,8	36,6	38,6	21,8	10,3	-8,1	-3,0
17 Nigéria ^b	40,2	2,8	4,5	2,8	3,6	0,8	0,8	1,5	19,6	35,9	31,4	56,2	8,3	27,8	..	-10,3
18 Zâmbia ^b	0,0	0,0	19,0	8,3	7,4	4,7	1,3	2,3	26,7	21,0	45,7	63,7	34,0	26,0	-13,8	-9,8
19 Níger
20 Ruanda	25,6	..	22,2	..	5,7	..	2,6	..	22,0	..	21,9	..	12,5	..	-2,7	..
21 China
22 Índia	26,2	19,3	2,3	2,9	1,5	1,8	3,2	5,4	19,9	21,7	46,9	49,0	10,5	17,8	-3,2	-7,9
23 Paquistão	39,9	29,5	1,2	2,6	1,1	0,9	3,2	8,7	21,4	34,5	33,2	23,8	16,9	21,7	-6,9	-7,0
24 Quênia ^b	6,0	9,2	21,9	21,5	7,9	6,1	3,9	3,5	30,1	19,8	30,2	39,9	21,0	28,6	-3,9	-6,6
25 Togo	..	11,1	..	19,9	..	5,2	..	8,5	..	31,2	..	24,1	..	32,5	..	-2,6
26 Rep. Centro-africana	25,7
27 Haiti	14,5
28 Benin
29 Gana ^b	7,9	3,2	20,1	25,7	6,3	9,0	4,1	11,9	15,1	19,2	46,6	31,1	19,5	14,0	-5,8	0,4
30 Lesoto	0,0	..	22,4	..	7,4	..	6,0	..	21,6	..	42,7	..	14,5	..	3,5	..
31 Sri Lanka	3,1	9,6	13,0	7,8	6,4	5,4	19,5	11,7	20,2	29,2	37,7	36,3	25,4	31,4	-5,3	-12,8
32 Guiné
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do
34 Indonésia	18,6	8,3	7,4	10,0	1,4	1,8	0,9	1,7	30,5	..	41,3	78,2	15,1	22,7	-2,5	-3,3
35 Maurítania
36 Sudão ^b	24,1	..	9,3	..	5,4	..	1,4	..	15,8	..	44,1	..	19,2	..	-0,8	..
37 Afeganistão
38 Myanmar	31,6	12,9	15,0	13,4	6,1	4,9	7,5	13,2	20,1	38,6	19,7	16,9
39 Kâmpuchea
40 Libéria	5,3	..	15,2	..	9,8	..	3,5	..	25,8	..	40,5	..	16,7	27,1	1,1	..
41 Serra Leoa ^b	3,6	..	15,5	..	5,3	..	2,7	..	24,6	..	48,3	..	23,9	..	-4,4	..
42 Vietnã
Economias de renda média	<i>12,2 w</i>	<i>12,9 w</i>	<i>12,6 w</i>	..	<i>6,1 w</i>	..	<i>16,7 w</i>	<i>16,6 w</i>	<i>25,7 w</i>	..	<i>26,7 w</i>	..	<i>18,5 w</i>	<i>19,9 w</i>	<i>-2,8 w</i>	<i>-3,9 w</i>
Renda média baixa	<i>11,3 w</i>	<i>12,9 w</i>	<i>17,5 w</i>	<i>13,3 w</i>	<i>5,7 w</i>	<i>4,0 w</i>	<i>16,2 w</i>	<i>10,6 w</i>	<i>23,1 w</i>	<i>16,1 w</i>	<i>26,2 w</i>	<i>43,1 w</i>	<i>14,9 w</i>	<i>15,4 w</i>	<i>-3,4 w</i>	<i>-3,7 w</i>
43 Bolívia	18,8	14,5	31,3	18,4	6,3	1,9	0,0	25,6	12,5	17,1	31,3	22,5	9,6	15,8	-1,8	-0,1
44 Filipinas ^b	10,9	11,6	16,3	15,7	3,2	4,6	4,3	2,2	17,6	31,9	47,7	34,1	13,4	15,6	-2,0	-2,8
45 Iêmen, Rep. Árabe do	33,8	31,2	4,0	17,6	2,9	3,6	0,0	0,0	0,9	6,3	58,4	41,3	13,4	31,8	-2,2	-13,1
46 Senegal	18,8	..	-2,8	..
47 Zimbábue	..	16,3	..	22,0	..	7,5	..	3,8	..	23,1	..	27,3	..	38,7	..	-9,1
48 Egito
49 Rep. Dominicana	8,5	..	14,2	..	11,7	..	11,8	..	35,4	..	18,3	..	17,7	..	-0,2	..
50 Costa do Marfim
51 Papua Nova Guiné ^b	..	4,5	..	15,9	..	9,6	..	1,7	..	21,2	..	47,1	..	31,7	..	-1,9
52 Marrocos	12,3	15,1	19,2	17,0	4,8	3,0	8,4	7,3	25,6	21,4	29,7	36,0	22,8	29,2	-3,9	-4,6
53 Honduras	12,4	..	22,3	..	10,2	..	8,7	..	28,3	..	18,1	..	16,1	..	-2,9	..
54 Guatemala	9,9	12,1	-2,2	-1,1
55 Congo
56 El Salvador ^b	6,6	25,7	21,4	17,1	10,9	7,1	7,6	4,4	14,4	17,6	39,0	28,1	12,8	11,3	-1,0	-0,3
57 Tailândia	20,2	18,7	19,9	19,3	3,7	6,2	7,0	5,4	25,6	19,5	23,5	30,9	16,7	16,4	-4,2	1,0
58 Botsuana ^b	0,0	12,1	10,0	18,1	6,0	7,4	21,7	11,0	28,0	21,2	34,5	30,2	33,7	50,9	-23,8	21,9
59 Camarões
60 Jamaica
61 Equador ^b	15,7	..	27,5	..	4,5	..	0,8	..	28,9	..	22,6	..	13,4	17,1	0,2	-2,4
62 Colômbia	13,1	14,7	-2,5	-0,7
63 Paraguai	13,8	..	12,1	..	3,5	..	18,3	..	19,6	..	32,7	..	13,1	..	-1,7	..
64 Tunísia	4,9	5,7	30,5	14,6	7,4	5,9	8,8	22,0	23,3	24,4	25,1	27,3	23,1	37,1	-0,9	-4,8
65 Turquia	15,5	10,4	18,1	12,7	3,2	2,4	3,1	3,1	42,0	22,1	18,1	49,3	22,7	22,0	-2,2	-4,0
66 Peru ^b	14,5	20,0	23,6	15,3	5,5	5,8	1,8	..	30,9	18,9	23,6	40,1	16,1	14,6	-0,9	-5,7
67 Jordânia	33,5	26,5	9,4	13,0	3,8	5,4	10,5	9,5	26,6	15,7	16,2	30,0	52,3	49,9	-7,6	-15,7

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Percentual da despesa total															
		Defesa		Educação		Saúde		Habitação, comodidades, segurança e bem-estar sociais ^a		Serviços econômicos		Diversos ^a		Despesa total (percentual do PNB)		Superávit/ déficit global (percentual do PNB)	
		1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988
68	Chile	6,1	10,4	14,3	12,0	8,2	6,3	39,8	39,2	15,3	11,2	16,3	20,9	43,2	33,4	-13,0	-0,2
69	Síria	37,2	40,4	11,3	10,4	1,4	1,5	3,6	4,5	39,9	25,0	6,7	18,2	28,8	28,3	-3,5	-2,7
70	Costa Rica	2,8	2,2	28,3	16,2	3,8	19,3	26,7	26,7	21,8	12,3	16,7	23,3	18,9	28,0	-4,5	-4,7
71	México	4,5	1,4	16,4	7,4	4,5	1,1	25,4	9,3	35,8	11,4	13,4	69,3	11,4	27,9	-2,9	-10,0
72	Maurício	0,8	0,8	13,5	12,7	10,3	7,6	18,0	16,6	13,9	23,8	43,4	38,6	16,3	24,8	-1,2	0,3
73	Polônia	40,4	..	-2,4
74	Malásia	18,5	..	23,4	..	6,8	..	4,4	..	14,2	..	32,7	..	26,5	31,3	-9,4	-8,0
75	Panamá	0,0	5,9	20,7	15,6	15,1	16,7	10,8	16,0	24,2	6,1	29,1	39,7	27,6	34,4	-6,5	-4,4
76	Brasil	8,3	4,0	8,3	4,8	6,7	9,5	35,0	24,2	23,3	12,1	18,3	45,4	17,4	25,1	-0,3	-12,2
77	Angola
78	Libano
79	Nicarágua	12,3	..	16,6	..	4,0	..	16,4	..	27,2	..	23,4	..	15,5	58,0	-3,9	-16,3
Renda média alta		13,6 w	..	7,5 w	17,1 w	24,3 w	..	-1,9 w	..
80	África do Sul	21,8	33,1	-4,2	-5,7
81	Argélia
82	Hungria	..	4,8	..	2,1	..	1,7	..	28,7	..	34,8	..	27,8	..	58,3	..	-0,2
83	Uruguai	5,6	10,2	9,5	7,1	1,6	4,8	52,3	49,5	9,8	8,3	21,2	20,1	25,0	23,7	-2,5	-0,7
84	Argentina	10,0	6,9	20,0	6,9	..	2,1	20,0	32,0	30,0	17,7	20,0	34,4	19,6	21,6	-4,9	-4,1
85	Iugoslávia	20,5	55,1	0,0	0,0	24,8	0,0	35,6	11,2	12,0	16,3	7,0	17,3	21,1	7,5	-0,4	0,0
86	Gabão ^b	40,1	..	-12,9	..
87	Venezuela	10,3	5,8	18,6	19,6	11,7	10,0	9,2	11,7	25,4	17,3	24,8	35,6	18,1	21,8	-0,2	-2,1
88	Trinidad e Tobago
89	Coréia, Rep. da	25,8	27,1	15,8	19,0	1,2	2,2	5,9	8,5	25,6	17,1	25,7	26,0	18,0	15,7	-3,9	1,6
90	Portugal	..	5,4	..	9,5	..	7,8	..	25,7	..	9,4	..	42,3	..	45,3	..	-11,0
91	Grécia	14,9	..	9,1	..	7,4	..	30,6	..	26,4	..	11,7	..	27,5	..	-1,7	..
92	Omã	39,3	38,2	3,7	10,7	5,9	4,8	3,0	8,3	24,4	12,9	23,6	25,1	62,1	49,3	-15,3	-12,6
93	Líbia
94	Irã	24,1	14,2	10,4	19,6	3,6	6,0	6,1	17,4	30,6	15,7	25,2	27,1	30,8	..	-4,6	..
95	Iraque
96	Romênia	5,4	..	2,9	..	0,5	..	16,2	..	61,8	..	13,1
Rendas média e baixa		14,1 w	13,6 w	12,9 w	..	5,7 w	..	14,4 w	39,7 w	15,9 w	20,9 w	..
África subsaariana	
Leste asiático	
Sul da Ásia		..	20,3 w	..	3,7 w	..	2,1 w	..	7,2 w	..	24,3 w	..	42,4 w	..	18,8 w	..	-8,0 w
Europa, O. Médio e N. da África		-4,2 w
América Latina e Caribe		6,7 w	5,8 w	15,4 w	11,0 w	6,5 w	..	20,3 w	16,6 w	17,0 w	13,5 w	34,1 w	53,1 w	11,9 w	13,0 w	-1,9 w	-3,2 w
Muito endividados		7,3 w	6,4 w	15,6 w	10,8 w	5,9 w	4,4 w	18,9 w	17,2 w	16,9 w	19,2 w	35,4 w	42,0 w	12,2 w	14,4 w	-2,2 w	-3,8 w
Economias de alta renda		21,8 w	13,4 w	..	4,8 w	11,1 w	12,4 w	41,9 w	36,5 w	13,0 w	9,0 w	12,2 w	23,9 w	22,7 w	28,9 w	-1,9 w	-3,3 w
Membros da OCDE		21,7 w	13,3 w	..	4,7 w	11,2 w	12,6 w	42,3 w	36,9 w	13,0 w	8,9 w	11,8 w	23,6 w	22,3 w	28,6 w	-1,8 w	-3,4 w
† Outras	
97	† Arábia Saudita
98	Espanha	6,5	..	8,3	..	0,9	..	49,8	..	17,5	..	17,0	..	19,6	34,1	-0,5	-4,5
99	Irlanda	..	2,8	..	11,8	..	12,4	..	30,3	..	15,4	..	27,3	32,7	58,1	-5,5	-10,7
100	† Israel	42,9	27,2	7,1	9,6	3,6	3,7	7,1	21,2	7,1	11,7	32,2	26,6	43,9	50,6	-15,7	-9,9
101	† Cingapura	35,3	14,6	15,7	14,4	7,8	3,6	3,9	11,0	9,9	15,6	27,3	40,8	16,7	35,0	1,3	-2,7
102	† Hong Kong
103	Nova Zelândia ^b	5,8	4,7	16,9	11,1	14,8	12,4	25,6	29,7	16,5	9,2	20,4	32,9	31,1	49,1	-4,2	0,7
104	Austrália	14,2	9,2	4,2	7,0	7,0	9,6	20,3	28,6	14,4	7,0	39,9	38,6	20,2	28,7	0,3	-1,3
105	Reino Unido	16,7	12,6	2,6	2,2	12,2	13,6	26,5	30,9	11,1	6,9	30,8	33,8	31,8	37,6	-2,7	-0,8
106	Itália	6,3	3,3	16,1	7,6	13,5	10,4	44,8	35,4	18,4	10,5	0,9	32,7	29,5	51,3	-8,7	-14,2
107	† Kuwait	8,4	13,9	15,0	14,2	5,5	7,7	14,2	20,1	16,6	18,1	40,1	26,1	34,4	35,7	17,4	23,5
108	Bélgica	6,7	4,9	15,5	12,2	1,5	1,8	41,0	43,3	18,9	9,1	16,4	28,7	39,3	52,4	-4,3	-8,3
109	Países Baixos	6,8	5,1	15,2	11,9	12,1	10,9	38,1	39,6	9,1	9,4	18,7	23,2	41,0	55,7	0,0	-4,3
110	Áustria	3,3	2,6	10,2	9,3	10,1	12,8	53,8	47,5	11,2	11,3	11,4	16,4	29,6	40,1	-0,2	-5,1
111	† União dos Emirados Árabes	24,4	..	16,5	..	4,3	..	6,1	..	18,3	..	30,5	..	4,0	..	0,3	..
112	França	32,3	43,1	0,7	-2,3
113	Canadá	7,6	7,7	3,5	3,1	7,6	5,9	35,3	37,3	19,5	11,7	26,5	34,3	20,1	23,4	-1,3	-3,0
114	Dinamarca	7,3	5,1	16,0	9,0	10,0	1,3	41,6	41,1	11,3	7,2	13,7	36,2	32,6	41,2	2,7	4,7
115	Alemanha, Rep. Fed. da	12,4	8,9	1,5	0,6	17,5	18,2	46,9	49,4	11,3	7,1	10,4	15,8	24,2	29,9	0,7	-1,5
116	Finlândia	6,1	5,3	15,3	13,9	10,6	10,6	28,4	36,1	27,9	20,1	11,6	14,1	24,3	30,2	1,2	0,3
117	Suécia	12,5	6,8	14,8	9,2	3,6	1,1	44,3	54,2	10,6	8,0	14,3	20,7	27,9	40,8	-1,2	2,2
118	EUA	32,2	24,8	3,2	1,7	8,6	12,5	35,3	31,5	10,6	6,5	10,1	23,0	19,1	22,9	-1,5	-3,2
119	Noruega	9,7	8,3	9,9	8,2	12,3	10,7	39,9	36,1	20,2	19,5	8,0	17,2	35,0	41,5	-1,5	0,2
120	Japão ^b	12,7	17,0	-1,9	-3,5
121	Suíça	15,1	..	4,2	..	10,0	..	39,5	..	18,4	..	12,8	..	13,3	..	0,9	..
Total de economias informantes		20,8 w	13,3 w	..	5,4 w	10,4 w	..	38,3 w	33,7 w	14,4 w	10,1 w	16,1 w	26,1 w	21,9 w	28,2 w	-2,1 w	-3,6 w
Exportadores de petróleo		15,0 w	..	14,5 w	31,2 w	..	24,0 w	..	22,0 w	..	0,2 w	-4,5 w
Não-membros e não-informantes	

a. Ver notas técnicas. b. Refere-se a dados orçamentários.

Tabela 12. Receita corrente do governo central

	Percentual da receita corrente total													
	Receita tributária													
	Impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital		Contribuições à previdência social		Impostos internos sobre bens e serviços		Impostos sobre comércio e transações internacionais		Outros impostos ^a		Receita não-tributária		Receita corrente total (percentual do PNB)	
	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988
Economias de baixa renda														
China e Índia
Outras	..	28,0 w	27,4 w	..	19,3 w	21,2 w	..	19,5 w
1 Moçambique
2 Etiópia	23,0	30,4	0,0	0,0	29,8	22,4	30,4	19,1	5,6	2,2	11,1	25,9	10,5	25,5
3 Chade	16,7	..	0,0	..	12,3	..	45,2	..	20,5	..	5,3	..	10,8	..
4 Tanzânia	29,9	25,8	0,0	0,0	29,1	57,4	21,7	8,6	0,5	3,1	18,8	5,1	15,8	15,2
5 Bangladesh ^b	3,7	11,7	0,0	0,0	22,4	33,2	18,0	31,5	3,8	7,1	52,2	16,5	8,6	8,6
6 Malavi ^b	31,4	33,7	0,0	0,0	24,2	33,0	20,0	16,0	0,5	0,4	23,8	16,8	16,0	20,6
7 Somália ^b	10,7	..	0,0	..	24,7	..	45,3	..	5,2	..	14,0	..	13,7	..
8 Zaire	22,2	26,8	2,2	0,7	12,7	14,6	57,9	42,5	1,4	2,3	3,7	13,8	14,3	15,3
9 Butão
10 Laos
11 Nepal	4,1	8,4	0,0	0,0	26,5	36,1	36,7	31,1	19,0	5,4	13,7	19,1	5,2	10,3
12 Madagascar	13,1	..	7,2	..	29,9	..	33,6	..	5,5	..	10,8	..	18,3	..
13 Burkina Faso	16,8	16,2	0,0	7,4	18,0	23,3	51,8	22,6	3,2	9,8	10,2	20,7	11,4	17,7
14 Mali	..	8,1	..	4,5	..	21,7	..	27,5	..	29,2	..	9,1	..	16,0
15 Burundi	18,1	..	1,2	..	18,3	..	40,3	..	15,6	..	6,5	..	11,5	..
16 Uganda	22,1	6,0	0,0	0,0	32,8	24,3	36,3	69,6	0,3	0,0	8,5	0,0	13,7	8,2
17 Nigéria ^b	43,0	39,9	0,0	0,0	26,3	5,1	17,5	6,6	0,2	-14,5	13,0	62,9	9,4	18,5
18 Zâmbia ^b	49,7	37,9	0,0	0,0	20,2	40,3	14,3	17,3	0,1	0,5	15,6	4,0	23,2	15,8
19 Níger
20 Ruanda	17,9	..	4,4	..	14,1	..	41,7	..	13,8	..	8,1	..	9,8	..
21 China
22 Índia	21,3	14,5	0,0	0,0	44,5	35,3	20,1	30,3	0,9	0,3	13,2	19,5	10,2	14,0
23 Paquistão	13,6	11,9	0,0	0,0	35,9	33,0	34,2	31,0	0,5	0,3	15,8	23,8	12,5	16,5
24 Quênia ^a	35,6	28,5	0,0	0,0	19,9	41,2	24,3	18,9	1,4	1,4	18,8	10,1	18,0	21,5
25 Togo	..	35,7	..	7,8	..	9,6	..	35,4	..	1,1	..	10,4	..	25,3
26 Rep. Centro-africana	..	23,9	..	0,0	..	13,1	..	45,2	..	11,4	..	6,4	..	13,1
27 Haiti	..	11,8	42,2	..	21,4	..	10,3	..	14,3	..	10,8
28 Benin
29 Gana ^b	18,4	28,7	0,0	0,0	29,4	28,3	40,6	35,2	0,2	0,1	11,5	7,8	15,1	13,8
30 Lesoto	14,3	11,1	0,0	0,0	2,0	10,3	62,9	67,8	9,5	0,1	11,3	10,5	11,7	21,7
31 Sri Lanka	19,1	11,1	0,0	0,0	34,7	40,8	35,4	29,9	2,1	4,3	8,7	13,9	20,1	19,0
32 Guiné
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do
34 Indonésia	45,5	55,9	0,0	0,0	22,8	24,5	17,6	5,6	3,5	3,0	10,6	11,0	13,4	19,2
35 Mauritània
36 Sudão ^b	11,8	..	0,0	..	30,4	..	40,5	..	1,5	..	15,7	..	18,0	..
37 Afeganistão
38 Myanmar	28,7	6,7	0,0	0,0	34,2	39,8	13,4	14,3	0,0	0,0	23,8	39,2
39 Kampuchea
40 Libéria	40,4	33,9	0,0	0,0	20,3	25,1	31,6	34,6	3,1	2,3	4,6	4,2	17,0	17,0
41 Serra Leoa ^b	32,7	20,1	0,0	0,0	14,6	22,4	42,4	53,6	0,3	0,9	9,9	3,0	19,5	7,3
42 Vietnã
Economias de renda média	21,1 w	25,0 w	20,8 w	28,4 w	13,1 w	12,2 w	23,5 w	..	16,1 w	15,7 w
Renda média baixa	22,0 w	26,5 w	27,6 w	35,9 w	19,4 w	14,7 w	14,8 w	19,6 w	11,9 w	11,7 w
43 Bolívia	15,4	2,7	0,0	9,6	24,5	59,7	30,9	20,6	23,9	1,2	3,2	6,3	16,9	11,8
44 Filipinas ^b	13,8	21,5	0,0	0,0	24,3	37,5	23,0	24,5	29,7	2,2	9,3	14,3	12,4	14,3
45 Iêmen, Rep. Árabe do	6,1	19,7	0,0	0,0	10,3	10,3	56,5	20,7	9,6	9,3	17,5	40,0	8,0	23,4
46 Senegal	17,5	..	0,0	..	24,5	..	30,9	..	23,9	..	3,2	..	16,9	..
47 Zimbábue	..	47,3	..	0,0	..	24,9	..	15,0	..	1,1	..	11,7	..	32,0
48 Egito	..	14,9	..	14,2	..	11,3	..	13,2	..	8,1	..	38,3	..	34,3
49 Rep. Dominicana	17,9	16,3	3,9	4,0	19,0	25,8	40,4	39,9	1,7	1,9	17,0	12,1	17,2	16,4
50 Costa do Marfim
51 Papua Nova Guiné ^b	..	43,6	..	0,0	..	11,8	..	25,9	..	1,7	..	17,1	..	23,5
52 Marrocos	16,4	19,0	5,9	5,0	45,7	46,1	13,2	12,7	6,1	7,0	12,6	10,2	18,5	24,4
53 Honduras	19,2	..	3,0	..	33,8	..	28,2	..	2,3	..	13,5	..	13,2	..
54 Guatemala	12,7	20,3	0,0	0,0	36,1	27,5	26,2	37,2	15,6	6,8	9,4	8,2	8,9	10,3
55 Congo	19,4	..	0,0	..	40,3	..	26,5	..	6,3	..	7,5	..	18,4	..
56 El Salvador ^b	15,2	21,1	0,0	0,0	25,6	43,8	36,1	21,1	17,2	7,7	6,0	6,3	11,6	10,5
57 Tailândia	12,1	19,9	0,0	0,0	46,3	46,3	28,7	22,9	1,8	2,9	11,2	8,0	12,5	17,4
58 Botsuana ^b	19,9	43,3	0,0	0,0	2,4	1,4	47,2	13,8	0,4	0,1	30,0	41,5	30,7	74,1
59 Camarões	..	31,3	..	5,4	..	14,9	..	18,7	..	4,0	..	25,8	..	18,9
60 Jamaica
61 Equador ^b	19,6	48,6	0,0	0,0	19,1	25,6	52,4	19,6	5,1	3,7	3,8	2,6	13,6	14,2
62 Colômbia	37,1	27,0	13,7	8,6	15,2	27,7	19,8	19,1	7,1	6,2	7,1	11,5	10,6	13,8
63 Paraguai	8,8	13,8	10,4	13,3	26,1	25,3	24,8	10,9	17,0	23,0	12,9	13,6	11,5	10,6
64 Tunísia	15,9	13,3	7,1	8,8	31,6	22,1	21,8	24,7	7,8	5,7	15,7	25,4	23,6	33,2
65 Turquia	30,8	39,5	0,0	0,0	31,0	32,0	14,6	6,6	6,1	3,3	17,5	18,5	20,6	17,9
66 Peru ^b	17,3	19,6	0,0	0,0	32,7	52,2	15,4	21,5	21,2	-0,1	13,5	6,7	15,2	9,0
67 Jordânia	9,0	9,8	0,0	0,0	14,9	14,9	34,7	31,1	7,1	7,4	34,2	36,8	26,6	29,2

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Percentual da receita corrente total														
Receita tributária														
	Impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital		Contribuições à previdência social		Impostos internos sobre bens e serviços		Impostos sobre comércio e transações internacionais		Outros impostos ^a		Receita não-tributária		Receita corrente total (percentual do PNB)	
	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988	1972	1988
68 Chile	14,3	22,6	28,6	5,8	28,6	36,0	14,3	9,5	0,0	-0,2	14,3	26,2	30,2	31,7
69 Síria	6,8	32,3	0,0	0,0	10,4	6,1	17,3	5,8	12,1	23,1	53,4	32,7	25,1	22,6
70 Costa Rica	17,7	12,7	13,4	26,5	38,1	30,2	18,1	21,1	1,6	0,1	11,0	9,5	15,7	22,3
71 México	37,3	26,8	18,6	11,8	32,2	68,5	13,6	3,4	-8,5	-18,1	6,8	7,5	10,1	18,0
72 Maurício	22,7	10,9	0,0	4,0	23,3	18,6	40,2	50,8	5,5	5,2	8,2	10,5	15,6	25,1
73 Polónia	..	30,4	..	21,4	..	30,4	..	6,2	..	6,5	..	5,1	..	38,7
74 Malásia	25,2	32,2	0,1	0,7	24,2	18,0	27,9	17,3	1,4	2,0	21,2	29,8	20,3	25,1
75 Panamá	23,3	21,9	22,4	24,7	13,2	14,4	16,0	10,0	7,7	3,2	17,3	25,8	21,8	31,9
76 Brasil	20,0	11,5	27,7	16,6	35,4	13,6	7,7	1,7	3,1	2,8	6,2	53,8	18,9	34,4
77 Angola
78 Líbano
79 Nicarágua	9,5	12,5	14,0	12,2	37,3	50,1	24,4	6,9	9,0	10,2	5,8	8,1	12,6	40,7
Renda média alta	20,5 w	15,2 w	..	8,1 w	30,1 w	..	22,6 w	..
80 África do Sul	54,8	52,7	1,2	1,2	21,5	31,8	4,6	2,9	5,0	2,8	12,8	8,6	21,2	27,7
81 Argélia
82 Hungria	..	15,6	..	24,5	..	40,2	..	5,4	..	2,5	..	11,7	..	58,2
83 Uruguai	4,7	7,9	30,0	25,6	24,5	44,7	6,1	12,2	22,0	5,2	12,6	4,4	22,7	22,1
84 Argentina	0,0	8,5	33,3	26,4	0,0	35,0	33,3	10,3	0,0	11,0	33,3	8,8	14,7	19,7
85 Iugoslávia	0,0	0,0	52,3	0,0	24,5	60,1	19,5	38,4	0,0	0,0	3,7	1,5	20,7	7,5
86 Gabão ^b	18,2	44,2	6,0	0,0	9,5	6,5	44,9	16,2	4,2	1,9	17,2	31,2	28,3	47,1
87 Venezuela	54,2	61,7	6,0	3,2	6,7	4,8	6,1	13,7	1,1	1,9	25,9	14,7	18,5	28,2
88 Trinidad e Tobago
89 Coreia, Rep. da	29,0	30,3	0,7	3,8	41,7	37,3	10,7	14,0	5,3	4,9	12,6	9,6	13,1	18,3
90 Portugal	..	25,2	..	22,7	..	32,0	..	3,0	..	91,2	..	8,8	..	33,5
91 Grécia	12,2	17,9	24,5	34,9	35,5	36,3	6,7	0,5	12,0	0,2	9,2	10,2	25,4	35,8
92 Omã	71,1	19,0	0,0	0,0	0,0	0,8	3,0	3,0	2,3	0,8	23,6	76,4	47,4	35,9
93 Líbia
94 Iraã	7,9	13,4	2,7	9,5	6,4	8,0	14,6	9,0	4,9	5,6	63,6	54,4	26,2	19,4
95 Iraque
96 Romênia	6,0	0,0	8,2	16,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,3	85,8	71,2
Rendas média e baixa	20,6 w	23,4 w	25,2 w	29,3 w	15,4 w	14,9 w	22,1 w	..	13,5 w	16,5 w
África subsaariana
Leste asiático
Sul da Ásia	..	13,7 w	35,5 w	..	29,6 w	20,6 w	..	14,9 w
Europa, O. Médio e N. da África
América Latina e Caribe	25,5 w	24,4 w	20,1 w	37,7 w	12,1 w	13,4 w	11,1 w	12,1 w	10,4 w	10,4 w
Muito endividados	23,4 w	25,0 w	21,9 w	39,5 w	12,0 w	13,4 w	10,9 w	11,9 w	10,5 w	11,2 w
Economias de alta renda	44,0 w	37,8 w	23,3 w	20,0 w	2,3 w	1,1 w	6,5 w	8,5 w	22,0 w	25,5 w
Membros da OCDE	44,3 w	38,1 w	23,5 w	20,1 w	2,2 w	1,1 w	6,2 w	7,8 w	21,7 w	25,2 w
† Outras
97 † Arábia Saudita
98 Espanha	15,9	24,6	38,9	41,0	23,4	19,4	10,0	4,8	0,7	1,7	11,1	8,5	19,7	27,8
99 Irlanda	28,3	35,8	9,0	13,1	32,1	30,2	16,7	7,1	3,2	3,1	10,6	10,7	30,1	46,7
100 † Israel	40,0	42,9	0,0	7,0	20,0	32,3	20,0	3,8	10,0	1,8	10,0	12,1	31,3	41,6
101 † Cingapura	24,4	19,1	0,0	0,0	17,6	14,5	11,1	2,7	15,5	9,7	31,4	54,0	21,5	29,6
102 † Hong Kong
103 Nova Zelândia ^b	61,4	51,4	0,0	0,0	19,9	26,3	4,1	2,8	4,5	2,0	10,0	17,5	29,8	46,6
104 Austrália	58,3	61,6	0,0	0,0	21,9	22,1	5,2	4,6	2,1	0,5	12,5	11,3	22,2	27,5
105 Reino Unido	39,4	38,0	15,6	18,5	27,1	30,6	1,7	0,1	5,4	2,5	10,8	10,2	32,6	36,4
106 Itália	16,6	37,1	39,2	37,3	31,7	24,2	0,4	0,0	4,3	-1,0	7,7	2,3	24,9	36,9
107 † Kuwait	68,8	0,9	0,0	0,0	19,7	0,7	1,5	1,6	0,2	0,1	9,9	96,7	55,2	51,9
108 Bélgica	31,3	36,8	32,4	34,8	28,9	22,9	1,0	0,0	3,3	2,2	3,1	3,3	35,1	45,0
109 Países Baixos	32,5	26,5	36,7	40,4	22,3	22,1	0,5	0,0	3,4	2,5	4,7	8,6	43,4	51,0
110 Áustria	20,7	19,6	30,0	36,5	28,3	25,7	5,4	1,6	10,2	8,2	5,5	8,3	29,7	35,5
111 † União dos Emirados Árabes ^b	0,0	..	0,0	..	0,0	..	0,0	..	100,0	..	0,2	..
112 França	16,8	17,4	37,0	42,4	37,9	29,4	0,3	0,0	3,0	3,1	4,9	7,6	33,4	41,4
113 Canadá	54,0	51,8	8,8	14,9	15,9	18,9	11,0	3,8	-0,6	0,0	10,9	10,7	21,1	20,5
114 Dinamarca	40,0	38,6	5,1	2,8	42,1	42,2	3,1	0,1	-2,8	3,1	6,8	13,3	35,5	42,9
115 Alemanha, Rep. Fed. da	19,7	17,7	46,6	54,9	28,1	22,6	0,8	0,0	0,8	0,1	4,0	4,6	25,3	28,5
116 Finlândia	30,0	28,9	7,8	10,3	47,7	46,3	3,1	0,9	5,8	3,9	5,5	9,8	26,5	29,8
117 Suécia	27,0	17,8	21,6	29,7	34,0	29,0	1,5	0,6	4,7	9,6	11,3	13,3	32,4	42,9
118 EUA	59,4	51,5	23,6	34,2	7,1	3,6	1,6	1,7	2,5	0,8	5,7	8,1	17,6	19,7
119 Noruega	22,6	16,1	20,6	23,2	48,0	41,2	1,6	0,6	1,0	1,3	6,2	17,7	36,8	46,1
120 Japão ^b	11,2	13,6
121 Suíça	13,9	..	37,3	..	21,5	..	16,7	..	2,6	..	8,0	..	14,5	..
Total de economias informantes	40,6 w	35,7 w	23,2 w	20,7 w	3,8 w	2,6 w	8,0 w	9,7 w	20,9 w	24,5 w
Exportadores de petróleo	26,4 w	24,2 w	..	10,9 w	20,2 w	..
Não-membros e não-informantes

a. Ver notas técnicas. b. Refere-se a dados orçamentários.

Tabela 13. Dinheiro e taxas de juros

	Haveres monetários amplamente definidos					Inflação anual média (deflator do PIB)	Taxas de juros nominais dos bancos (percentual médio anual)			
	Taxa média anual de crescimento nominal (percentual)		Média em circulação (percentual do PIB)				Taxa de depósito		Taxa de empréstimo	
	1965-80	1980-88	1965	1980	1988		1980	1988	1980	1988
Economias de baixa renda										
China e Índia										
Outras										
1	Moçambique	33,6
2	Etiópia	12,7	11,9	12,5	25,3	43,5	2,1	..	7,50	..
3	Chade	12,5	14,4	9,3	20,0	26,4	3,2	5,50	4,31	11,00
4	Tanzânia	19,7	21,5	..	37,2	24,8	25,7	4,00	17,46	11,50
5	Bangladesh	..	23,8	..	16,9	..	11,1	8,25	12,00	11,33
6	Malavi	15,4	17,7	17,6	20,3	25,0	12,6	7,92	13,50	16,67
7	Somália	20,4	42,4	12,7	17,8	17,2	38,4	4,50	16,25	7,50
8	Zaire	28,2	59,4	11,1	8,9	10,4	56,1
9	Butão	..	26,5	8,9
10	Laos	8,1	..	7,20	14,00	4,80
11	Nepal	17,9	19,3	8,4	21,9	31,1	..	4,00	8,50	14,00
12	Madagascar	12,2	16,3	19,6	27,6	26,1	17,3	5,63	11,50	9,50
13	Burkina Faso	17,1	12,9	9,3	18,5	24,9	3,2	13,55	5,25	9,38
14	Mali	14,4	12,3	..	17,9	23,4	3,7	13,71	5,25	9,38
15	Burundi	15,7	9,9	10,1	13,3	17,0	4,0	2,50	4,00	12,00
16	Uganda	23,1	77,8	..	12,7	7,8	100,7	6,80	26,00	10,80
17	Nigéria	28,5	11,9	9,9	21,5	24,6	11,6	5,27	13,09	8,43
18	Zâmbia	12,7	28,9	..	32,6	30,6	33,5	7,00	11,44	9,50
19	Níger	18,3	6,1	3,8	13,3	18,1	3,6	6,19	5,25	9,38
20	Ruanda	19,0	10,5	15,8	13,6	17,3	4,1	6,25	6,25	13,50
21	China	..	25,9	..	33,5	63,4	4,9	5,40
22	Índia	15,3	17,0	23,7	36,2	45,4	7,4	16,50
23	Paquistão	14,7	14,4	40,7	38,7	40,2	6,5
24	Quênia	18,6	14,9	..	37,7	37,9	9,6	5,75	10,33	10,58
25	Togo	20,3	8,9	10,9	29,0	38,1	6,1	12,71	6,71	9,38
26	Rep. Centro-africana	12,7	6,3	13,5	18,9	18,1	6,7	5,50	7,44	10,50
27	Haiti	20,3	8,1	9,9	26,1	16,4	7,9	10,00
28	Benin	17,3	5,1	10,6	21,1	18,2	8,0	13,71	5,25	9,38
29	Gana	25,9	45,0	20,3	16,2	12,3	46,1	11,50	16,50	19,00
30	Lesoto	..	18,8	47,3	12,2	9,60	9,58	11,00
31	Sri Lanka	15,4	16,0	32,3	35,3	37,1	11,0	14,50	13,23	19,00
32	Guiné
33	Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	15,2	11,1	..	114,8	174,8	4,5
34	Indonésia	54,4	23,8	..	13,2	28,5	8,5	6,00	17,72	..
35	Mauritânia	20,7	12,1	5,7	20,5	23,8	9,4	..	6,00	..
36	Sudão	21,6	28,1	14,1	32,5	23,3	33,5	6,00
37	Afganistão	14,0	16,2	14,4	26,8	9,00	9,00	13,00
38	Myanmar	11,5	10,3	1,50	1,50	8,00
39	Kampuchea
40	Libéria	10,30	5,43	18,40
41	Serra Leoa	15,9	50,6	11,7	20,6	14,5	..	9,17	16,33	11,00
42	Vietnã
Economias de renda média										
Renda média baixa										
43	Bolívia	24,3	589,2	10,9	16,2	21,7	482,8	18,00	..	28,00
44	Filipinas	17,7	16,1	19,9	19,0	21,1	15,6	12,25	11,32	14,00
45	Iêmen, Rep. Árabe do	..	20,4	..	61,8	60,3	11,6	9,33	9,50	..
46	Senegal	15,6	7,6	15,3	26,6	22,5	8,1	6,19	5,25	9,38
47	Zimbábue	..	18,1	..	54,6	44,0	12,1	3,52	9,68	17,54
48	Egito	17,7	22,2	35,3	52,2	86,8	10,6	8,33	11,00	13,33
49	Rep. Dominicana	18,5	22,4	18,0	21,8	29,5	16,8
50	Costa do Marfim	20,4	7,1	21,8	25,8	32,3	3,8	13,55	5,25	9,38
51	Papua Nova Guiné	..	8,9	..	32,9	31,3	4,7	6,90	9,27	11,15
52	Marrocos	15,7	14,5	29,4	42,4	50,5	7,7	4,88	8,50	7,00
53	Honduras	14,8	11,7	15,4	22,8	33,0	4,7	7,00	8,63	18,50
54	Guatemala	16,3	14,7	15,2	20,5	22,2	13,3	9,00	12,17	11,00
55	Congo	14,2	8,6	16,5	14,7	21,5	0,8	6,50	7,81	11,00
56	El Salvador	14,3	17,1	21,6	28,1	28,5	16,8
57	Tailândia	17,9	18,0	23,6	37,6	65,0	3,1	12,00	9,50	18,00
58	Botsuana	..	25,1	..	30,7	34,3	10,0	5,00	5,00	8,48
59	Camarões	19,1	10,8	11,7	18,3	18,3	7,0	7,50	7,21	13,00
60	Jamaica	17,2	25,9	24,3	35,6	59,6	18,7	10,29	17,92	13,00
61	Equador	22,6	31,8	15,6	20,2	16,1	31,2	..	34,00	12,00
62	Colômbia	26,5	..	19,8	23,7	..	24,1	..	28,28	19,00
63	Paraguai	21,3	20,0	12,1	19,8	15,6	22,1
64	Tunísia	17,4	15,5	30,2	42,1	..	7,7	2,50	7,37	7,25
65	Turquia	27,5	50,3	23,0	17,2	22,8	39,3	10,95	35,40	25,67
66	Peru	25,9	100,8	18,7	16,3	..	119,1
67	Jordânia	19,1	12,8	..	88,8	152,2	2,2

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Haveres monetários amplamente definidos					Inflação anual média (deflator do PIB)	Taxas de juros nominais dos bancos (percentual médio anual)			
		Taxa média anual de crescimento nominal (percentual)		Média em circulação (percentual do PIB)				Taxa de depósito		Taxa de empréstimo	
		1965-80	1980-88	1965	1980	1988		1980	1988	1980	1988
68	Chile	139,9	..	16,3	21,3	..	20,8	37,46	26,60	47,14	38,28
69	Síria	21,9	19,8	24,6	40,9	..	12,9	5,00
70	Costa Rica	24,6	26,7	19,3	38,8	36,1	26,9	..	15,18	..	28,69
71	México	21,9	62,6	25,1	27,5	14,0	73,8	20,63	52,93	25,20	52,70
72	Maurício	21,8	20,2	27,3	41,1	58,9	7,8	9,25	10,00	12,19	14,96
73	Polónia	..	26,7	..	58,4	32,9	30,5	3,00	21,00	8,00	16,67
74	Malásia	21,5	13,0	26,3	69,8	117,4	1,3	6,23	3,00	7,75	7,25
75	Panamá	3,3
76	Brasil	43,4	..	20,6	18,0	..	188,7	115,00	859,43
77	Angola
78	Líbano	16,2	42,3	83,4
79	Nicarágua	15,0	..	15,4	21,0	..	86,6	7,50
Renda média alta											
80	África do Sul	14,0	15,8	56,6	49,5	52,1	13,9	5,54	13,54	9,50	15,33
81	Argélia	22,3	17,5	32,1	58,5	..	5,6
82	Hungria	..	7,6	..	46,5	43,0	6,4	3,00	9,00	9,00	13,00
83	Uruguai	65,8	57,1	28,0	31,2	36,3	57,0	50,30	67,82	66,62	101,98
84	Argentina	86,0	284,0	..	22,2	19,6	290,5	79,40	432,75	..	430,38
85	Iugoslávia	25,7	67,0	43,6	59,1	50,3	66,9	5,88	279,21	11,50	455,17
86	Gabão	25,2	6,5	16,2	15,2	24,6	0,9	7,50	8,17	12,50	11,79
87	Venezuela	22,3	16,4	17,3	36,3	43,6	13,0	..	8,95	..	8,50
88	Trinidad e Tobago	23,1	12,4	21,3	32,0	..	5,3	6,57	6,03	10,00	12,58
89	Coreia, Rep. da	35,5	19,5	11,1	31,7	44,6	5,0	19,50	10,00	18,00	10,13
90	Portugal	19,5	21,4	77,7	96,3	98,7	20,1	18,20	..	18,50	..
91	Grécia	21,4	25,1	35,0	61,6	80,0	18,9	14,50	17,32	21,25	22,89
92	Omã	..	17,7	..	12,3	28,6	-6,5	..	7,57	..	9,40
93	Líbia	29,2	2,1	14,2	34,7	..	0,1	5,13	5,50	7,00	7,00
94	Irã	28,6	..	21,6
95	Iraque	19,7
96	Romênia	..	7,5	..	33,2
Rendas média e baixa											
África subsaariana											
Leste asiático											
Sul da Ásia											
Europa, O. Médio e N. da África											
América Latina e Caribe											
Muito endividados											
Economias de alta renda											
Membros da OCDE											
† Outras											
97	† Arábia Saudita	32,1	9,4	16,4	18,6	63,7	-4,2
98	Espanha	19,7	9,7	59,2	75,2	65,3	10,1	13,05	9,06	16,85	12,43
99	Irlanda	16,1	6,0	..	58,1	45,0	8,0	12,00	3,63	15,96	8,29
100	Israel	52,7	137,9	15,3	56,9	65,0	136,6	..	19,39	176,93	61,43
101	† Cingapura	17,6	12,1	58,4	74,4	116,1	1,2	9,37	2,74	11,72	5,96
102	† Hong Kong	69,3	..	6,7
103	Nova Zelândia	12,8	16,4	56,5	53,4	11,5	11,4	11,00	16,32	12,63	20,84
104	Austrália	13,1	12,7	50,0	46,6	47,7	7,8	8,58	11,92	10,58	18,52
105	Reino Unido	13,8	13,2	47,8	46,1	5,7	5,7	14,13	5,35	16,17	10,29
106	Itália	18,0	12,2	69,0	82,7	74,8	11,0	12,70	6,69	19,03	13,57
107	† Kuwait	17,8	5,3	28,1	33,1	88,2	-3,9	4,50	4,50	6,80	6,80
108	Bélgica	10,4	6,8	59,2	57,0	58,0	4,8	7,69	4,54	..	8,92
109	Países Baixos	14,7	5,8	54,4	79,0	87,7	2,0	5,96	3,48	13,50	7,77
110	Austria	13,3	7,3	48,9	72,6	84,9	4,0	5,00	2,73
111	† União dos Emirados Árabes	..	11,8	..	19,0	66,2	0,1	9,47	..	12,13	..
112	França	15,0	9,9	53,7	69,7	74,6	7,1	6,25	5,01	18,73	15,65
113	Canadá	15,3	7,8	40,2	64,4	64,0	4,6	12,86	9,54	14,27	10,83
114	Dinamarca	11,5	15,6	46,0	42,6	..	6,3	10,80	7,75	17,20	12,59
115	Alemanha, Rep. Fed. da	10,1	5,7	46,1	60,4	64,9	2,8	7,95	3,29	12,04	8,33
116	Finlândia	14,7	14,3	39,1	39,5	50,8	7,1	9,00	7,75	9,77	9,72
117	Suécia	10,7	10,7	46,8	46,5	49,8	7,5	11,25	8,88	15,12	13,32
118	EUA	9,2	9,3	64,0	58,8	66,3	4,0	13,07	7,73	15,27	9,31
119	Noruega	12,6	12,2	51,9	51,6	62,1	5,6	5,07	8,03	12,63	14,28
120	Japão	17,2	8,8	106,7	134,0	177,4	1,3	5,50	1,76	8,35	5,03
121	Suíça	7,1	8,0	101,1	107,4	123,0	3,8	7,75	2,69	5,56	5,07
Total de economias informantes											
Exportadores de petróleo											
Não-membros e não-informantes											

Tabela 14. Crescimento do comércio de mercadorias

	Comércio de mercadorias (milhões de dólares)		Taxa média de crescimento anual ^b (percentual)				Relações comerciais (1980 = 100)	
	Exportações	Importações	Exportações		Importações		1985	1988
	1988	1988	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88		
Economias de baixa renda	107.355 t	131.444 t	5,6 w	4,1 w	4,5 w	2,6 w	92 m	93 m
China e Índia	62.140 t	77.751 t	4,8 w	10,0 w	4,5 w	10,2 w	104 m	101 m
Outras	45.215 t	53.693 t	5,9 w	0,5 w	4,5 w	-3,2 w	91 m	93 m
1 Moçambique	104	706
2 Etiópia	374	1.099	-0,5	-0,7	-0,9	7,2	99	104
3 Chade	148	366
4 Tanzânia	373	1.185	-4,0	-5,4	1,6	0,5	90	94
5 Bangladesh	1.231	2.987	..	6,1	..	3,3	124	111
6 Malavi	301	412	4,1	3,3	3,3	-3,4	69	72
7 Somália	58	354	3,8	-9,7	5,8	-4,1	91	91
8 Zaire	2.207	1.954	4,7	-2,9	-2,9	0,2	82	96
9 Butão
10 Laos	58	188
11 Nepal	186	628	-2,3	5,5	3,0	7,0	91	93
12 Madagascar	282	382	0,7	-3,5	-0,4	-1,8	104	95
13 Burkina Faso	249	697	6,8	6,5	5,8	2,2	80	69
14 Mali	255	513	11,0	7,0	6,2	3,7	82	88
15 Burundi	123	165	3,0	8,4	2,0	1,1	100	81
16 Uganda	298	518	-3,9	2,6	-5,3	4,6	96	78
17 Nigéria	7.390	6.324	11,4	-3,6	15,2	-13,7	90	40
18 Zâmbia	1.073	889	1,7	-3,7	-5,5	-4,8	71	107
19 Níger	369	430	12,8	-4,9	6,6	-4,2	109	83
20 Ruanda	113	370	7,7	1,3	8,7	5,8	102	108
21 China*	47.540	55.251	5,5	11,9	7,9	13,1	95	84
22 Índia	14.600	22.500	3,7	4,7	1,6	5,4	114	119
23 Paquistão	4.362	7.521	4,3	8,4	0,4	3,8	88	106
24 Quênia	1.034	1.989	0,3	0,1	1,7	-0,6	92	91
25 Togo	334	411	4,6	-0,3	8,6	-3,8	91	80
26 Rep. Centro-africana	132	236	-0,4	0,1	-1,1	3,5	87	94
27 Haíti	207	300	7,0	-2,6	8,4	-2,4	97	101
28 Benin	225	413	5,2	2,4	6,7	2,7	90	94
29 Gana	882	1.091	-1,8	1,1	-1,4	-1,4	91	78
30 Lesoto	55	534	.. ^b	.. ^b	.. ^b	.. ^b	.. ^b	.. ^b
31 Sri Lanka	1.472	2.241	0,5	5,8	-1,2	3,4	99	102
32 Guiné	584	468
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	80	598	-13,7	1,9	-7,5	4,4	99	76
34 Indonésia	19.677	15.732	9,6	2,9	14,2	-2,1	94	70
35 Mauritânia	433	353	2,7	9,7	5,4	2,4	112	104
36 Sudão	486	1.223	-0,3	2,7	2,3	-7,9	90	86
37 Afeganistão
38 Myanmar	299	611	-2,1	-7,0	-1,7	-8,0	70	72
39 Kampuchea
40 Libéria	382	308	4,5	-3,2	1,5	-9,8	91	103
41 Serra Leoa	106	156	-3,8	-3,2	-2,7	-13,1	100	94
42 Vietnã
Economias de renda média	341.143 t	338.711 t	2,4 w	5,8 w	5,9 w	0,6 w	92 m	86 m
Renda média baixa	172.809 t	163.123 t	5,8 w	6,0 w	5,2 w	-0,2 w	92 m	87 m
43 Bolívia	541	700	2,8	-0,5	5,0	-2,6	84	57
44 Filipinas	7.074	8.159	4,7	0,4	2,9	-1,7	92	110
45 Iêmen, Rep. Árabe do	853	1.310	2,8	35,6	23,3	-10,0	93	40
46 Senegal	761	1.147	2,4	7,0	4,1	2,8	100	96
47 Zimbábue	1.589	1.325	3,4	1,5	-1,8	-6,0	84	83
48 Egito	4.499	10.771	2,7	6,2	6,0	1,5	84	62
49 Rep. Dominicana	893	1.608	1,7	0,0	5,5	2,3	66	76
50 Costa do Marfim	2.359	1.542	5,6	1,5	8,0	-2,2	96	92
51 Papua Nova Guiné	1.464	1.589	12,8	6,4	1,3	1,1	95	89
52 Marrocos	3.624	4.818	3,7	5,0	6,5	1,8	89	103
53 Honduras	919	940	3,1	2,8	2,5	-0,3	93	102
54 Guatemala	1.074	1.548	4,8	-2,0	4,6	-3,0	87	87
55 Congo	912	611	12,5	4,6	1,0	-2,1	94	49
56 El Salvador	573	975	2,4	-4,4	2,7	-0,6	96	86
57 Tailândia	15.806	17.876	8,5	11,3	4,1	6,2	74	82
58 Botsuana	1.418	1.031	.. ^b	.. ^b	.. ^b	.. ^b	.. ^b	.. ^b
59 Camarões	1.639	1.484	5,2	6,8	5,6	2,5	92	64
60 Jamaica	832	1.428	-0,3	-4,5	-1,9	-0,5	95	97
61 Equador	2.203	1.714	15,1	5,7	6,8	-2,8	94	50
62 Colômbia	5.339	4.515	1,4	8,2	5,3	-3,5	98	68
63 Paraguai	919	878	7,9	15,7	4,6	4,9	82	102
64 Tunísia	2.397	3.692	10,8	3,0	10,4	-1,6	83	77
65 Turquia	11.662	14.340	5,5	15,3	7,7	10,3	91	115
66 Peru	2.694	2.750	2,3	-2,5	-0,2	-3,2	81	80
67 Jordânia	875	2.751	13,7	6,5	9,7	0,3	93	102
	60.382	44.584	19,0	13,9	15,1	8,5	104	105

* Os dados para Formosa, China, são:

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Comércio de mercadorias (milhões de dólares)		Taxa média de crescimento anual ^a (percentual)				Relações comerciais (1980 = 100)	
	Exportações	Importações	Exportações		Importações		1985	1988
	1988	1988	1965-80	1980-88	1965-80	1980-88		
68 Chile	7.052	4.833	7,9	4,5	2,6	-6,0	79	94
69 Síria	1.345	2.223	11,4	-0,5	8,5	-8,2	97	56
70 Costa Rica	1.270	1.409	7,0	2,9	5,7	-0,3	95	98
71 México	20.658	18.903	7,6	5,5	5,7	-4,9	98	67
72 Maurício	1.110	1.115	3,1	12,1	6,4	8,7	90	117
73 Polónia	13.211	12.064	..	4,7	..	2,3	106	116
74 Malásia	20.848	16.584	4,4	9,4	2,9	0,4	87	74
75 Panamá	2.352	2.815	..	1,2	..	-5,6	94	104
76 Brasil	33.689	14.691	9,3	6,0	8,2	-2,9	89	117
77 Angola
78 Líbano
79 Nicarágua	236	791	2,3	-6,3	1,3	0,4	85	84
Renda média alta	168.333 t	175.588 t	0,9 w	4,4 w	6,8 w	1,4 w	91 m	75 m
80 África do Sul	19.714	16.664	6,1 ^b	0,2 ^b	0,1 ^b	-6,6 ^b	75 ^b	73 ^b
81 Argélia	7.674	7.432	1,5	3,4	13,0	-5,9	97	41
82 Hungria	9.922	9.326	..	5,4	..	1,7	92	75
83 Uruguai	1.402	1.177	4,6	2,1	1,2	-4,2	87	99
84 Argentina	9.134	5.324	4,7	0,1	1,8	-8,0	90	86
85 Iugoslávia	12.779	13.329	5,6	0,9	6,6	-1,3	111	120
86 Gabão	1.204	998	8,1	-2,2	10,5	0,8	90	54
87 Venezuela	10.234	11.581	-9,5	0,4	8,7	-3,9	93	41
88 Trinidad e Tobago	1.160	1.247	-5,5	-6,0	-5,8	-15,0	96	55
89 Coréia, Rep. da	60.696	51.811	27,2	14,7	15,2	9,9	106	108
90 Portugal	10.218	16.038	3,4	11,6	3,7	6,3	85	107
91 Grécia	5.400	11.978	11,9	4,6	5,2	3,4	88	89
92 Omã	3.941	1.822
93 Líbia	5.640	6.386	3,3	-5,4	15,8	-14,8	91	47
94 Iraã	..	9.454
95 Iraque	9.014	10.268
96 Romênia
Rendas média e baixa	448.498 t	470.155 t	3,2 w	5,4 w	5,6 w	1,1 w	92 m	89 m
África subsaariana	28.871 t	32.738 t	6,6 w	-0,7 w	4,9 w	-5,0 w	91 m	92 m
Leste asiático	173.653 t	167.930 t	9,7 w	10,4 w	8,6 w	6,9 w	94 m	84 m
Sul da Ásia	21.712 t	35.950 t	1,7 w	5,4 w	0,6 w	4,4 w	95 m	104 m
Europa, O, Médio e N. da África	102.798 t	138.333 t	0,3 w	92 m	83 m
América Latina e Caribe	101.750 t	78.540 t	-2,0 w	3,2 w	4,4 w	-4,1 w	90 m	86 m
Muito endividados	127.659 t	101.688 t	-1,0 w	3,6 w	5,6 w	-2,3 w	92 m	92 m
Economias de alta renda	2.178.528 t	2.265.978 t	7,0 w	3,4 w	4,4 w	4,9 w	95 m	98 m
Membros da OCDE	2.024.259 t	2.110.250 t	7,2 w	4,1 w	4,2 w	5,1 w	94 m	103 m
† Outras	154.269 t	155.728 t	6,0 w	-4,2 w	10,4 w	0,6 w	96 m	64 m
97 † Arábia Saudita	23.138	20.465	8,8	-16,3	25,9	-9,3	95	54
98 Espanha	40.458	60.434	12,4	7,7	4,4	7,2	90	103
99 Irlanda	18.736	15.558	9,8	7,8	4,8	3,2	107	112
100 † Israel	9.605	15.030	8,9	7,6	6,3	4,4	94	92
101 † Cingapura	39.205	43.765	4,7	7,3	7,0	4,9	101	101
102 † Hong Kong	63.161	63.894	9,5	12,3	8,3	10,4	103	105
103 Nova Zelândia	8.785	7.304	4,2	3,9	1,1	3,5	97	110
104 Austrália	25.283	29.318	5,5	5,8	0,9	3,0	89	74
105 Reino Unido	145.076	189.466	4,8	3,1	1,4	4,9	96	93
106 Itália	128.534	135.514	7,7	3,8	3,5	4,3	95	108
107 † Kuwait	7.160	5.348	-1,9	-2,9	11,8	-5,5	95	54
108 Bélgica ^c	88.953	91.098	7,8	4,7	5,2	2,8	87	89
109 Países Baixos	103.206	99.743	8,0	4,7	4,4	3,4	91	91
110 Áustria	28.111	36.579	8,2	4,3	6,1	4,0	90	98
111 † União dos Emirados Árabes	12.000	7.226	10,9	0,1	20,5	-7,1	91	54
112 França	161.702	176.745	8,5	3,4	4,3	2,6	94	101
113 Canadá	111.364	112.180	5,4	6,4	2,6	8,4	122	119
114 Dinamarca	27.816	26.458	5,4	5,8	1,7	5,2	96	107
115 Alemanha, Rep. Fed. da	322.555	248.999	7,2	4,6	5,3	3,3	88	106
116 Finlândia	21.639	20.911	5,9	3,5	3,1	4,2	96	114
117 Suécia	49.867	45.793	4,9	5,5	1,8	3,3	89	95
118 EUA	315.313	458.682	6,4	1,2	5,5	8,9	114	118
119 Noruega	22.503	23.212	8,2	6,3	3,0	3,5	97	67
120 Japão	264.772	183.252	11,4	5,3	4,9	5,0	112	157
121 Suíça	50.633	56.325	6,2	4,3	4,5	4,5	88	103
Total de economias informantes	2.627.026 t	2.736.133 t	6,1 w	3,8 w	4,6 w	4,1 w	93 m	92 m
Exportadores de petróleo	161.995 t	163.458 t	3,0 w	-3,6 w	9,3 w	-5,5 w	94 m	54 m
Não-membros e não-informantes

a. Ver notas técnicas. b. As cifras para a União Alfanegária Sul-africana, que compreende África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, estão incluídas nos dados da África do Sul. Exclui-se o comércio entre os territórios componentes. c. Inclui Luxemburgo.

Tabela 15. Estrutura das importações de mercadorias

Distribuição percentual das importações de mercadorias

	<i>Alimentos</i>		<i>Combustíveis</i>		<i>Outros produtos primários</i>		<i>Máquinas e equipamentos de transporte</i>		<i>Outras manufaturas</i>	
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
Economias de baixa renda	22 w	7 w	5 w	9 w	10 w	6 w	28 w	34 w	34 w	44 w
China e Índia	28 w	3 w	3 w	5 w	19 w	7 w	26 w	35 w	24 w	50 w
Outras	17 w	11 w	7 w	14 w	4 w	6 w	29 w	31 w	42 w	37 w
1 Moçambique	17	21	8	6	7	9	24	..	45	..
2 Etiópia	6	5	6	23	6	3	37	34	44	36
3 Chade	13	..	19	..	3	..	23	..	42	..
4 Tanzânia	10	6	9	14	2	2	34	46	45	32
5 Bangladesh	..	23	..	10	..	9	..	20	..	38
6 Malavi	15	6	5	6	3	2	21	44	57	41
7 Somália	31	22	5	4	8	8	24	39	33	27
8 Zaire	18	23	7	3	5	6	33	31	37	36
9 Butão
10 Laos	27	..	15	..	6	..	18	..	33	..
11 Nepal	22	6	5	8	14	6	37	22	22	57
12 Madagascar	19	5	5	33	2	3	25	37	48	22
13 Burkina Faso	23	19	4	3	14	4	19	33	40	41
14 Mali	20	13	6	16	5	1	23	43	47	26
15 Burundi	16	11	6	5	9	4	15	19	55	62
16 Uganda	7	6	1	9	3	2	38	45	51	38
17 Nigéria	9	18	6	2	3	6	34	31	48	43
18 Zâmbia	9	7	10	9	3	1	33	38	45	46
19 Níger	12	21	6	8	6	10	21	30	55	32
20 Ruanda	12	11	7	21	5	7	28	28	50	33
21 China*	36	2	0	2	25	6	12	41	27	49
22 Índia	22	5	5	13	14	9	37	20	22	53
23 Paquistão	20	14	3	19	5	13	38	28	34	25
24 Quênia	10	11	11	22	3	4	34	31	42	31
25 Togo	15	34	3	5	5	10	31	21	45	31
26 Rep. Centro-africana	13	11	7	8	2	3	29	36	49	43
27 Haiti	25	14	6	8	6	2	14	25	48	51
28 Benin	18	14	6	31	7	3	17	16	53	37
29 Gana	12	8	4	17	3	3	33	36	48	37
30 Lesoto*
31 Sri Lanka	41	17	8	17	4	3	12	27	34	37
32 Guiné
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	19	16	40	40	5	2	10	21	26	19
34 Indonésia	6	3	3	18	2	5	39	39	50	36
35 Mauritânia	9	21	4	5	1	2	56	36	30	36
36 Sudão	23	7	5	19	4	2	21	36	47	36
37 Afeganistão	17	..	4	..	1	..	8	..	69	..
38 Myanmar	15	5	4	2	5	2	18	43	58	48
39 Kampuchea	6	..	7	..	2	..	26	..	58	..
40 Libéria	16	20	8	22	3	2	34	28	39	28
41 Serra Leoa	17	23	9	8	3	4	30	19	41	46
42 Vietnã
Economias de renda média	15 w	11 w	8 w	10 w	11 w	10 w	31 w	34 w	36 w	35 w
Renda média baixa	16 w	12 w	8 w	11 w	8 w	8 w	33 w	33 w	35 w	37 w
43 Bolívia	19	15	1	3	3	3	35	52	42	27
44 Filipinas	20	10	10	13	7	7	33	20	30	50
45 Iêmen, Rep. Árabe do	41	28	6	8	6	6	26	22	21	35
46 Senegal	36	40	6	12	4	3	15	16	38	30
47 Zimbábue	13	8	8	6	3	3	31	35	46	48
48 Egito	26	19	7	2	12	8	23	29	31	41
49 Rep. Dominicana	23	16	10	17	4	4	24	26	40	38
50 Costa do Marfim	18	18	6	15	3	3	28	27	46	37
51 Papua Nova Guiné	23	24	5	10	3	2	25	34	45	30
52 Marrocos	36	12	5	13	10	17	18	24	31	34
53 Honduras	11	8	6	15	1	2	26	30	56	45
54 Guatemala	11	6	7	10	2	3	29	27	50	54
55 Congo	15	24	6	7	1	3	34	25	44	42
56 El Salvador	15	15	5	8	4	4	28	19	48	53
57 Tailândia	6	4	9	11	6	12	31	37	49	36
58 Botsuana*
59 Camarões	11	23	5	1	4	2	28	35	51	39
60 Jamaica	20	14	9	11	5	5	23	22	43	48
61 Equador	10	5	9	3	4	4	33	62	44	26
62 Colômbia	8	9	1	4	10	7	45	37	35	43
63 Paraguai	24	15	14	18	4	8	31	35	28	25
64 Tunísia	16	18	6	7	7	14	31	22	41	39
65 Turquia	6	2	10	20	10	8	37	34	37	36
66 Peru	17	19	3	1	5	4	41	44	34	33
67 Jordânia	28	19	6	16	6	5	18	23	42	38
	13	6	5	9	25	14	29	36	29	35

* Os dados para Formosa, China, são:

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Distribuição percentual das importações de mercadorias

	Alimentos		Combustíveis		Outros produtos primários		Máquinas e equipamentos de transporte		Outras manufaturas	
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
68 Chile	20	2	6	6	10	2	35	46	30	44
69 Síria	22	17	10	11	9	5	16	28	43	39
70 Costa Rica	9	5	5	12	2	2	29	28	54	52
71 México	5	16	2	1	10	8	50	36	33	38
72 Maurício	34	17	5	9	3	4	16	16	43	53
73 Polónia	..	11	..	17	..	11	..	32	..	29
74 Malásia	25	15	12	6	10	5	22	47	32	28
75 Panamá	11	9	21	21	2	1	21	24	45	44
76 Brasil	20	14	21	28	9	7	22	25	28	26
77 Angola
78 Líbano	28	..	9	..	9	..	17	..	36	..
79 Nicarágua	12	25	5	11	2	3	30	17	51	44
Renda média alta	13 w	10 w	8 w	10 w	14 w	12 w	29 w	35 w	35 w	34 w
80 África do Sul ^a	5	2	5	0	11	3	42	47	37	47
81 Argélia	26	30	0	2	6	5	15	27	52	35
82 Hungria	12	7	12	16	22	10	27	30	28	36
83 Uruguai	7	9	17	13	16	8	24	34	36	36
84 Argentina	6	4	10	8	21	7	25	43	38	38
85 Iugoslávia	16	7	6	18	19	12	28	27	32	36
86 Gabão	16	22	5	2	2	3	38	36	40	37
87 Venezuela	12	11	1	0	5	3	44	40	39	45
88 Trinidad e Tobago	11	19	50	12	2	5	16	26	22	38
89 Coreia, Rep. da	15	6	7	12	26	17	13	35	38	30
90 Portugal	16	13	8	14	19	9	27	30	30	34
91 Grécia	15	17	8	5	11	8	35	30	30	40
92 Omã	27	15	19	3	4	2	15	41	34	39
93 Líbia	13	15	4	1	3	2	36	33	43	49
94 Irã	16	..	0	..	6	..	36	..	42	..
95 Iraque	24	..	0	..	7	..	25	..	44	..
96 Romênia
Rendas média e baixa	17 w	10 w	7 w	10 w	11 w	9 w	30 w	35 w	35 w	37 w
África subsaariana	14 w	16 w	6 w	9 w	4 w	5 w	30 w	30 w	44 w	38 w
Leste asiático	21 w	6 w	6 w	8 w	15 w	11 w	23 w	38 w	34 w	38 w
Sul da Ásia	29 w	9 w	4 w	14 w	11 w	9 w	32 w	22 w	26 w	45 w
Europa, O. Médio e N. da África	..	14 w	..	13 w	..	9 w	..	32 w	..	32 w
América Latina e Caribe	12 w	12 w	9 w	9 w	8 w	6 w	34 w	35 w	36 w	38 w
Muito endividados	14 w	12 w	7 w	11 w	14 w	7 w	32 w	33 w	33 w	37 w
Economias de alta renda	19 w	10 w	11 w	9 w	19 w	8 w	20 w	34 w	31 w	40 w
Membros da OCDE	19 w	10 w	11 w	9 w	20 w	9 w	20 w	34 w	31 w	39 w
† Outras	21 w	9 w	10 w	7 w	12 w	5 w	19 w	33 w	37 w	46 w
97 † Arábia Saudita	29	17	1	1	5	2	27	34	38	46
98 Espanha	19	11	10	11	16	9	27	38	28	30
99 Irlanda	18	12	8	6	10	5	25	34	39	44
100 † Israel	16	8	6	8	12	5	28	30	38	49
101 † Cingapura	23	7	13	14	19	6	14	42	30	30
102 † Hong Kong	25	7	3	2	13	6	13	27	46	58
103 Nova Zelândia	7	7	7	5	10	5	33	37	43	45
104 Austrália	5	5	8	5	10	4	37	39	41	47
105 Reino Unido	30	10	11	5	25	8	11	37	23	41
106 Itália	24	13	16	9	24	12	15	29	21	37
107 † Kuwait	21	17	1	1	7	2	33	39	39	41
108 Bélgica ^b	14	11	9	7	21	9	24	24	32	48
109 Países Baixos	15	15	10	9	13	6	25	28	37	41
110 Áustria	14	6	7	6	13	8	31	36	35	44
111 † União dos Emirados Árabes	15	4	3	3	7	1	34	43	41	49
112 França	19	10	15	8	18	8	20	33	27	41
113 Canadá	10	6	7	4	9	5	40	55	34	31
114 Dinamarca	14	12	11	6	11	7	25	28	39	47
115 Alemanha, Rep. Fed. da	22	11	8	8	21	9	13	29	35	43
116 Finlândia	10	6	10	10	12	8	35	39	34	38
117 Suécia	12	6	11	7	12	7	30	39	36	40
118 EUA	19	6	10	10	20	5	14	43	36	36
119 Noruega	10	6	7	4	12	8	38	39	32	43
120 Japão	22	17	20	21	38	20	9	13	11	30
121 Suíça	16	7	6	4	11	5	24	32	43	52
Total de economias informantes	18 w	10 w	10 w	9 w	18 w	8 w	22 w	34 w	32 w	40 w
Exportadores de petróleo	14 w	13 w	7 w	4 w	8 w	5 w	34 w	37 w	39 w	42 w
Não-membros e não-informantes

a. As cifras para a União Alfandegária Sul-africana, que compreende África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, estão incluídas nos dados da África do Sul. Exclui-se o comércio entre os territórios componentes. b. Inclui Luxemburgo.

Tabela 16. Estrutura das exportações de mercadorias

	Distribuição percentual das exportações de mercadorias									
	Combustíveis, minerais e metais		Outros produtos primários		Máquinas e equipamentos de transporte		Outras manufaturas		(Têxteis e vestuário) ^a	
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
Economias de baixa renda	21 w	25 w	53 w	23 w	1 w	4 w	23 w	49 w	11 w	..
China e Índia	8 w	10 w	45 w	18 w	2 w	6 w	45 w	67 w
Outras	30 w	44 w	60 w	29 w	1 w	1 w	8 w	24 w	4 w	..
1 Moçambique	14	3	83	89	0	..	2	..	1	..
2 Etiópia	1	3	98	96	1	0	0	1	0	..
3 Chade	4	..	93	..	0	..	4
4 Tanzânia	4	6	83	75	0	3	13	15	1	..
5 Bangladesh	..	2	..	29	..	0	..	69	..	67
6 Malavi	0	0	99	83	0	5	1	12	0	..
7 Somália	6	0	80	95	4	0	10	5
8 Zaire	72	64	20	29	0	1	8	6	0	..
9 Butão
10 Laos	..	25	..	65	..	0	..	10
11 Nepal	0	4	78	29	0	2	22	65	..	27
12 Madagascar	4	14	90	70	1	3	4	13	1	3
13 Burkina Faso	1	0	94	98	1	1	4	1	0	..
14 Mali	1	0	96	70	1	1	2	29	0	..
15 Burundi	1	0	94	83	0	0	6	16	0	..
16 Uganda	14	4	86	96	0	0	1	0	0	..
17 Nigéria	32	88	65	10	0	0	2	2	0	0
18 Zâmbia	97	95	3	3	0	1	0	1	0	..
19 Níger	0	76	95	20	1	1	4	3	0	..
20 Ruanda	40	9	60	90	0	0	1	1
21 China*	6	10	48	17	3	4	43	69	..	24
22 Índia	10	9	41	18	1	11	48	62	36	25
23 Paquistão	2	1	62	30	1	2	35	67	29	54
24 Quênia	13	20	81	63	0	2	6	15	0	..
25 Togo	49	69	48	23	1	1	3	8	0	..
26 Rep. Centro-africana	1	0	45	60	0	0	54	40	0	..
27 Haiti	14	4	61	23	2	13	23	61	..	60
28 Benin	1	36	94	38	2	7	3	19	0	..
29 Gana	13	32	85	65	1	0	2	3	0	..
30 Lesoto ^b
31 Sri Lanka	2	7	97	50	0	3	1	40	0	32
32 Guiné
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	80	90	14	9	2	1	4	0	2	..
34 Indonésia	43	49	53	22	3	1	1	28	0	8
35 Mauritània	94	32	5	65	1	0	0	2	0	..
36 Sudão	1	13	98	80	1	3	0	4	0	..
37 Afeganistão	0	..	86	..	0	..	13	..	1	..
38 Myanmar	5	3	94	86	0	7	0	3	0	..
39 Kampuchea	0	..	99	..	0	..	1
40 Libéria	72	54	25	44	1	0	3	1	0	..
41 Serra Leoa	25	21	14	21	0	1	60	58	0	..
42 Vietnã
Economias de renda média	35 w	21 w	50 w	21 w	2 w	19 w	13 w	40 w	3 w	..
Renda média baixa	27 w	24 w	58 w	30 w	1 w	16 w	12 w	30 w	2 w	..
43 Bolívia	92	89	3	8	0	1	4	2	0	1
44 Filipinas	11	12	84	26	0	10	6	52	1	7
45 Iêmen, Rep. Árabe do	9	88	91	1	0	9	0	2
46 Senegal	9	25	88	50	1	6	2	18	1	3
47 Zimbábue	45	13	40	47	1	3	15	37	6	3
48 Egito	8	64	72	10	0	0	20	25	15	..
49 Rep. Dominicana	10	21	88	53	0	6	2	20	0	..
50 Costa do Marfim	2	3	93	85	1	3	4	9	0	..
51 Papua Nova Guiné	1	63	89	32	0	1	10	4
52 Marrocos	40	21	55	29	0	2	5	48	1	18
53 Honduras	7	10	89	79	0	0	4	11	1	..
54 Guatemala	0	3	86	59	1	3	13	35	4	..
55 Congo	5	72	32	17	2	1	61	10	0	..
56 El Salvador	2	3	81	68	1	3	16	26	6	..
57 Tailândia	11	3	84	45	0	11	4	41	0	17
58 Botsuana ^b
59 Camarões	17	53	77	35	3	2	2	10	0	1
60 Jamaica	28	15	41	26	0	3	31	56	4	14
61 Equador	2	45	96	48	0	2	2	4	1	0
62 Colômbia	18	26	75	49	0	1	6	24	2	6
63 Paraguai	0	0	92	88	0	0	8	12	0	0
64 Tunísia	31	19	51	17	0	6	19	58	3	30
65 Turquia	9	6	89	30	0	7	2	57	1	32
66 Peru	45	58	54	20	0	3	1	18	0	7
67 Jordânia	27	43	54	10	11	6	7	41	0	5
	2	1	56	7	4	34	37	58	5	15

* Os dados para Formosa, China, são:

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Distribuição percentual das exportações de mercadorias

	Combustíveis, minerais e metais		Outros produtos primários		Máquinas e equipamentos de transporte		Outras manufaturas		(Têxteis e vestuário) ^a	
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
68 Chile	89	67	7	18	1	3	4	12	0	0
69 Síria	7	50	83	25	1	3	9	22	7	6
70 Costa Rica	0	1	84	59	1	7	15	33	3	..
71 México	22	38	62	7	1	33	15	22	3	2
72 Maurício	0	0	100	39	0	4	0	58	0	47
73 Polônia	..	19	..	14	..	33	..	34	..	5
74 Malásia	35	18	59	37	2	26	4	19	0	4
75 Panamá	35	13	63	66	0	1	2	20	0	5
76 Brasil	9	21	83	31	2	18	7	30	1	3
77 Angola
78 Líbano	13	..	53	..	14	..	20	..	2	..
79 Nicarágua	4	2	90	89	0	0	6	9	1	..
Renda média alta	41 w	18 w	37 w	13 w	3 w	25 w	20 w	45 w	4 w	..
80 África do Sul ^b	24	11	44	9	3	3	29	77	1	..
81 Argélia	58	96	38	1	2	1	2	3	0	0
82 Hungria	5	8	25	22	32	31	37	38	9	7
83 Uruguai	0	1	95	52	0	3	5	44	2	13
84 Argentina	1	5	93	70	1	5	5	20	0	3
85 Iugoslávia	11	9	33	13	24	31	33	48	8	8
86 Gabão	50	59	39	27	1	3	10	11	0	..
87 Venezuela	97	90	1	1	0	3	2	6	0	0
88 Trinidad e Tobago	84	61	9	6	0	1	7	32	1	0
89 Coreia, Rep. da	15	2	25	5	3	39	56	54	27	22
90 Portugal	4	4	34	16	3	17	58	64	24	30
91 Grécia	8	15	78	30	2	3	11	52	3	31
92 Omã	90	91	10	2	0	5	0	2	..	0
93 Líbia	99	99	1	0	1	1	0	1	0	..
94 Irã	87	..	8	..	0	..	4	..	4	..
95 Iraque	95	..	4	..	0	..	1	..	0	..
96 Romênia
Rendas média e baixa	30 w	22 w	53 w	21 w	1 w	16 w	17 w	42 w	5 w	..
África subsaariana	34 w	45 w	58 w	38 w	1 w	2 w	6 w	14 w	0 w	..
Leste asiático	17 w	10 w	58 w	16 w	2 w	23 w	21 w	51 w	2 w	..
Sul da Ásia	6 w	7 w	57 w	24 w	1 w	8 w	36 w	61 w	27 w	..
Europa, O. Médio e N. da África
América Latina e Caribe	43 w	35 w	50 w	29 w	1 w	14 w	6 w	23 w	1 w	..
Muito endividados	35 w	30 w	45 w	26 w	5 w	17 w	15 w	27 w
Economias de alta renda	12 w	9 w	20 w	12 w	29 w	40 w	38 w	40 w	7 w	4 w
Membros da OCDE	9 w	7 w	21 w	12 w	31 w	41 w	39 w	40 w	7 w	5 w
† Outras	57 w	31 w	13 w	6 w	4 w	23 w	26 w	40 w	11 w	14 w
97 † Arábia Saudita	98	90	1	1	1	4	1	5	0	..
98 Espanha	9	7	51	20	10	34	29	39	6	4
99 Irlanda	3	2	63	28	5	32	29	39	7	5
100 † Israel	6	2	28	13	2	18	63	67	9	6
101 † Cingapura	21	15	44	11	11	47	24	28	6	5
102 † Hong Kong	2	2	11	6	6	25	81	66	43	29
103 Nova Zelândia	1	8	94	68	0	6	5	19	0	2
104 Austrália	13	37	73	38	5	8	10	17	1	1
105 Reino Unido	7	10	10	8	41	39	41	43	7	4
106 Itália	8	3	14	8	30	36	47	53	15	13
107 † Kuwait	84	90	9	1	4	4	3	5	0	..
108 Bélgica ^c	13	8	11	12	20	26	55	53	12	7
109 Países Baixos	12	12	32	25	21	21	35	42	9	4
110 Áustria	8	5	16	8	20	34	55	53	12	9
111 † União dos Emirados Árabes	99	79	1	4	0	0	0	16
112 França	8	5	21	19	26	35	45	41	10	5
113 Canadá	28	18	35	20	15	38	22	24	1	1
114 Dinamarca	2	4	55	32	22	25	21	39	4	5
115 Alemanha, Rep. Fed. da	7	4	5	6	46	48	42	42	5	5
116 Finlândia	3	5	40	14	12	28	45	53	2	4
117 Suécia	9	6	23	10	35	43	33	41	2	2
118 EUA	8	6	27	17	37	47	28	31	3	2
119 Noruega	21	51	28	11	17	15	34	23	2	1
120 Japão	2	1	7	1	31	65	60	33	17	2
121 Suíça	3	4	7	4	30	33	60	60	10	5
Total de economias informantes	15 w	11 w	27 w	14 w	25 w	35 w	34 w	41 w	7 w	..
Exportadores de petróleo	67 w	71 w	25 w	7 w	3 w	8 w	7 w	15 w	1 w	..
Não-membros e não-informantes

a. Têxteis e vestuário é um subgrupo de outras manufaturas. b. As cifras para a União Alfandegária Sul-africana, que compreende África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, estão incluídas nos dados da África do Sul. Exclui-se o comércio entre os territórios componentes. c. Inclui Luxemburgo.

Tabela 17. Importações de manufaturados da OCDE: origem e estrutura

	Valor das importações de manufaturados por origem (milhões de dólares)		Estrutura das importações de manufaturados de 1988 por países de alta renda da OCDE (%) ^a				
	1968	1988 ^b	Têxteis e vestuário	Produtos químicos	Máquinas elétricas e eletrônicos	Equipamentos de transporte	Outros
Economias de baixa renda	1.281 t	37.243 t	43 w	7 w	5 w	2 w	44 w
China e Índia	759 t	26.942 t	42 w	7 w	6 w	0 w	45 w
Outras	523 t	10.300 t	45 w	6 w	1 w	6 w	42 w
1 Moçambique	6	5	12	3	10	2	72
2 Etiópia	6	53	10	10	1	1	78
3 Chade	0	1	7	1	4	0	88
4 Tanzânia	0	14	6	5	15	2	72
5 Bangladesh	0	774	84	0	0	0	16
6 Malavi	0	17	90	0	1	0	9
7 Somália	1	5	1	2	18	10	70
8 Zaire	38	382	0	3	0	0	96
9 Butão	0	1	17	16	0	8	60
10 Laos	0	2	77	5	4	1	13
11 Nepal	2	173	90	0	0	0	9
12 Madagascar	0	5	10	4	6	3	77
13 Burkina Faso	30	36	62	2	1	1	34
14 Mali	7	33	66	13	0	0	20
15 Burundi	4	2	6	2	7	14	71
16 Uganda	0	6	2	1	2	2	94
17 Nigéria	12	160	2	26	2	1	68
18 Zâmbia	9	32	22	0	1	4	73
19 Níger	0	367	0	98	0	0	2
20 Ruanda	0	1	3	17	11	0	69
21 China	206	19.874	42	8	8	0	42
22 Índia	553	7.069	41	4	1	0	54
23 Paquistão	161	2.159	79	0	0	0	21
24 Quênia	14	95	7	3	4	2	84
25 Togo	1	13	2	1	3	1	93
26 Rep. Centro-africana	12	51	0	0	0	0	100
27 Haiti	12	398	50	3	17	0	30
28 Benin	0	15	1	1	3	47	48
29 Gana	16	49	1	3	2	10	85
30 Lesoto ^b
31 Sri Lanka	6	824	74	1	0	0	24
32 Guiné	30	133	0	38	0	0	62
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	2	3	1	0	53	12	34
34 Indonésia	10	3.339	33	3	1	0	62
35 Mauritânia	0	3	25	5	3	6	61
36 Sudão	2	18	14	8	2	24	52
37 Afeganistão	10	50	91	1	0	1	8
38 Myanmar	3	22	37	8	0	2	52
39 Kampuchea	0	1	19	0	4	0	77
40 Libéria	25	904	0	0	0	65	34
41 Serra Leoa	80	69	0	0	1	0	99
42 Vietnã	1	0
Economias de renda média	3.371 t	183.671 t	22 w	5 w	17 w	7 w	49 w
Renda média baixa	1.080 t	63.138 t	22 w	6 w	21 w	8 w	43 w
43 Bolívia	1	24	23	7	0	6	65
44 Filipinas	107	3.732	34	4	29	0	32
45 Iêmen, Rep. Árabe do	0	31	1	0	2	3	94
46 Senegal	9	37	7	33	6	4	50
47 Zimbábue	12	553	7	0	0	0	93
48 Egito	28	448	62	5	2	1	31
49 Rep. Dominicana	5	1.202	46	1	6	0	47
50 Costa do Marfim	5	199	24	3	1	2	70
51 Papua Nova Guiné	3	20	5	0	1	11	82
52 Marrocos	18	1.468	62	19	5	2	12
53 Honduras	3	109	62	2	0	1	35
54 Guatemala	4	143	70	8	0	3	18
55 Congo	8	97	0	0	0	0	100
56 El Salvador	1	110	56	0	25	0	18
57 Tailândia	25	5.892	28	2	14	1	55
58 Botsuana ^b
59 Camarões	1	58	36	2	1	1	59
60 Jamaica	58	563	40	54	1	0	5
61 Equador	3	50	14	5	2	1	79
62 Colômbia	34	779	24	4	0	0	72
63 Paraguai	4	53	18	13	0	0	69
64 Tunísia	11	1.295	62	15	8	1	14
65 Turquia	23	4.356	71	5	2	1	21
66 Peru	8	346	52	8	4	0	36
67 Jordânia	0	123	4	50	5	2	40

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Estrutura das importações de manufaturados de 1988
por países de alta renda da OCDE (%)^a

		Valor das importações de manufaturados por origem (milhões de dólares)		Têxteis e vestuário	Produtos químicos	Máquinas elétricas e eletrônicos	Equipamentos de transporte	Outros
		1967	1988 ^c					
68	Chile	9	335	13	31	1	4	51
69	Síria	1	23	32	8	2	3	55
70	Costa Rica	2	421	65	1	11	1	22
71	México	295	18.557	4	5	35	13	43
72	Maurício	0	635	83	1	0	0	16
73	Polônia	222	2.637	22	16	6	11	45
74	Malásia	28	6.047	16	3	58	0	23
75	Panamá ^d	20	794	5	3	1	63	29
76	Brasil	107	11.472	8	9	6	14	63
77	Angola	2	202	0	0	0	0	100
78	Líbano	18	185	17	2	3	1	78
79	Nicarágua	2	5	5	6	32	2	55
Renda média alta		2.291 t	120.533 t	23 w	5 w	15 w	6 w	52 w
80	África do Sul ^b	491	3.101	4	15	1	2	78
81	Argélia	13	239	1	21	1	18	60
82	Hungria	119	2.310	24	21	9	3	42
83	Uruguai	14	277	58	2	1	1	39
84	Argentina	86	1.539	11	17	1	2	68
85	Iugoslávia	270	6.699	27	8	9	11	45
86	Gabão	9	115	0	69	1	1	29
87	Venezuela	20	528	2	24	3	7	64
88	Trinidad e Tobago	37	304	1	74	0	0	25
89	Coreia, Rep. da	247	42.367	25	2	19	8	46
90	Portugal	336	8.394	40	7	8	6	39
91	Grécia	82	3.728	56	4	3	6	31
92	Omã	1	278	0	0	3	34	62
93	Líbia	5	280	0	88	1	0	11
94	Irã	107	478	90	1	1	0	8
95	Iraque	4	133	1	9	4	13	73
96	Romênia	87	2.150	30	8	3	3	56
Rendas média e baixa		4.653 t	220.913 t	26 w	5 w	15 w	6 w	48 w
África subsaariana		343 t	4.412 t	16 w	14 w	1 w	14 w	55 w
Leste asiático		925 t	127.935 t	24 w	3 w	18 w	4 w	51 w
Sul da Ásia		724 t	11.037 t	54 w	3 w	1 w	0 w	42 w
Europa, O. Médio e N. da África		1.374 t	35.947 t	41 w	10 w	7 w	6 w	36 w
América Latina e Caribe		795 t	38.472 t	11 w	9 w	20 w	12 w	49 w
Muito endividados		1.038 t	44.143 t	14 w	8 w	20 w	11 w	47 w
Economias de alta renda		85.975 t	1.226.247 t	6 w	13 w	11 w	19 w	51 w
Membros da OCDE		84.267 t	1.176.481 t	5 w	13 w	11 w	20 w	51 w
† Outras		1.708 t	49.766 t	22 w	6 w	18 w	2 w	51 w
97	† Arábia Saudita	8	2.095	0	47	1	1	51
98	Espanha	470	21.512	5	10	6	27	51
99	Irlanda	363	11.618	8	24	12	2	55
100	† Israel	261	6.589	8	14	11	2	64
101	† Singapura	36	13.858	6	5	33	2	54
102	† Hong Kong	1.264	24.141	39	1	16	1	44
103	Nova Zelândia	79	1.447	11	25	6	3	54
104	Austrália	368	4.989	3	36	4	6	57
105	Reino Unido	7.988	81.223	6	18	10	11	55
106	Itália	5.646	87.765	17	8	7	10	58
107	† Kuwait	6	164	1	17	7	17	59
108	Bélgica ^d	5.255	62.739	9	20	6	20	45
109	Países Baixos	3.929	56.100	7	31	8	8	45
110	Áustria	1.086	21.553	10	9	13	5	62
111	† União dos Emirados Árabes	0	366	27	22	5	2	44
112	França	6.125	99.708	6	18	9	23	45
113	Canadá	6.262	64.535	1	8	6	41	44
114	Dinamarca	1.024	14.319	8	15	11	5	62
115	Alemanha, Rep. Fed. da	16.278	227.674	5	14	10	21	49
116	Finlândia	748	13.767	4	8	8	5	75
117	Suécia	2.901	35.210	2	9	9	19	61
118	EUA	16.484	161.794	2	12	13	20	53
119	Noruega	774	7.394	2	22	7	9	60
120	Japão	5.760	164.334	1	3	19	30	46
121	Suíça	2.724	38.624	6	21	10	2	61
Total de economias informantes		90.627 t	1.447.161 t	9 w	12 w	12 w	17 w	50 w
Exportadores de petróleo		1.347 t	35.670 t	8 w	13 w	20 w	10 w	49 w
Não-membros e não-informantes		1.025 t	8.871 t	9 w	27 w	5 w	8 w	51 w

Nota: Inclui somente economias de alta renda da OCDE. a. Todos os dados para a Austrália referem-se a 1987. b. Cifras para a África do Sul, Botsuana e Lesoto. c. Exclui a Zona do Canal. d. Inclui Luxemburgo.

Tabela 18. Balanço de pagamentos e reservas

	Saldo em conta corrente (milhões de dólares)				Remessas líquidas de trabalhadores (milhões de dólares)		Investimentos privados diretos líquidos (milhões de dólares)		Reservas internacionais brutas		
	Após as transferências oficiais		Antes das transferências oficiais						Milhões de dólares		Em meses de cobertura de importações 1988
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	
Economias de baixa renda									3.673 t	47.187 t	3,5 w
China e Índia									1.023 t	32.937 t	4,6 w
Outras									2.650 t	14.250 t	2,3 w
1 Moçambique	..	-359 ^a	..	-733 ^a	0 ^a
2 Etiópia	-32	-389 ^a	-43	-510 ^a	4	..	72	171	1,5
3 Chade	2	-17 ^a	-33	-252 ^a	-6	0 ^a	1	0 ^a	2	66	1,7
4 Tanzânia	-36	-235	-37	-743	65	78	0,6
5 Bangladesh	-114 ^a	-289	-234 ^a	-1.112	0	737	..	0	..	829	2,9
6 Malavi	-35	-53	-46	-134	-4	..	9	0	29	151	3,7
7 Somália	-6	-107 ^a	-18	-349 ^a	5	-11	21	23	0,6
8 Zaire	-64	-693	-141	-888	-98	0	42	11	189	372	1,4
9 Butão	..	-68	..	-68	47	..
10 Laos	..	-92	..	-118	6	16	0,9
11 Nepal	-1 ^a	-245	-25 ^a	-251	..	0	..	0	94	283	4,5
12 Madagascar	10	-127 ^a	-42	-261 ^a	-26	..	10	0 ^a	37	224	3,7
13 Burkina Faso	9	-66 ^a	-21	-310 ^a	16	215 ^a	0	0 ^a	36	325	4,6
14 Mali	-2	-104	-22	-350	-1	49	-1	1	1	44	0,7
15 Burundi	2 ^a	-62	-2 ^a	-163	0 ^a	1	15	2,9
16 Uganda	20	-163 ^a	19	-289 ^a	-5	..	4	1	57	49	0,8
17 Nigéria	-368	-1.024	-412	-1.045	..	-34	205	836	223	933	1,3
18 Zâmbia	108	-174	107	-234	-48	-21	-297	0	515	139	1,2
19 Níger	0	-94	-32	-248	-3	-45	0	..	19	237	4,7
20 Ruanda	7	-119	-12	-258	-4	-17	0	21	8	118	3,2
21 China*	-81 ^a	-3.760	-81 ^a	-3.802	0 ^a	129	..	2.344	..	23.751	5,0
22 Índia	-380 ^a	-6.870 ^a	-590 ^a	-7.220 ^a	80 ^a	2.850 ^a	0 ^a	280 ^a	1.023	9.186	3,8
23 Paquistão	-667	-1.164	-705	-1.685	86	2.018	23	145	195	1.193	1,5
24 Quênia	-49	-454	-86	-711	..	-3	14	7	220	296	1,3
25 Togo	3	-50	-14	-122	-3	13	0	12	35	237	4,5
26 Rep. Centro-africana	-12	-21 ^a	-24	-181 ^a	-4	29 ^a	1	0 ^a	1	113	3,9
27 Haiti	11	-53	4	-183	13	64	3	10	4	20	0,5
28 Benin	-3	-105 ^a	-23	-177 ^a	0	87 ^a	7	1 ^a	16	9	0,2
29 Gana	-68	-59 ^a	-76	-232 ^a	-9	-2	68	5 ^a	43	310	2,7
30 Lesoto	18 ^a	-73	-1 ^a	-130	21	..	56	1,2
31 Sri Lanka	-59	-404	-71	-611	3	357	0	43	43	248	1,1
32 Guiné	..	-209 ^a	..	-279 ^a	7 ^a
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	-4	-383	-4	-436	52	253	-1	..	59	97	1,3
34 Indonésia	-310	-1.189	-376	-1.500	..	99	83	542	160	6.322	3,3
35 Maurítania	-5	-8	-13	-179	-6	-26	1	2	3	77	1,4
36 Sudão	-42	-775 ^a	-43	-1.144 ^a	..	300 ^a	-1	0 ^a	22	107	0,6
37 Afeganistão	..	26	..	-243	49	657	9,1
38 Myanmar	-63	-208 ^a	-81	-307 ^a	98	180	2,7
39 Kampuchea
40 Libéria	-16 ^a	-118	-27 ^a	-163	-18 ^a	-51	28 ^a	39	..	0	0,0
41 Serra Leoa	-16	-74 ^a	-20	-86 ^a	..	0	8	39	39	7	0,4
42 Vietnã	..	-1.086	..	-1.099	243
Economias de renda média									16.396 t	120.433 t	2,9 w
Renda média baixa									7.173 t	56.716 t	2,4 w
43 Bolívia	4	-306	2	-429	..	1	-76	30	46	473	5,0
44 Filipinas	-48	-406	-138	-694	..	388	-29	986	255	2.169	2,2
45 Iêmen, Rep. Árabe do	-34 ^a	-695 ^a	-52 ^a	-785 ^a	39 ^a	190 ^a	..	0 ^a	..	285	1,6
46 Senegal	-16	-262	-66	-467	-16	78	5	-73	22	22	0,2
47 Zimbábue	-14 ^a	9 ^a	-26 ^a	-56 ^a	4	59	341	2,2
48 Egito	-148	-1.868 ^a	-452	-2.848 ^a	29	3.386 ^a	..	973 ^a	165	2.261	1,8
49 Rep. Dominicana	-102	-128	-103	-218	25	328	72	106	32	261	1,4
50 Costa do Marfim	-38	-1.278	-73	-1.335	-56	-480	31	..	119	29	0,1
51 Papua Nova Guiné	-89 ^a	-163	-239 ^a	-380	..	42	..	89	..	419	2,6
52 Marrocos	-124	467	-161	164	27	1.289	20	85	142	836	1,5
53 Honduras	-64	-314	-68	-431	8	47	20	57	0,5
54 Guatemala	-8	-402	-8	-506	..	0	29	96	79	416	2,6
55 Congo	-45 ^a	67	-53 ^a	7	-3 ^a	-46	30 ^a	43	9	8	0,1
56 El Salvador	9	14 ^a	7	-242 ^a	4	-55 ^a	64	354	3,0
57 Tailândia	-250	-1.671	-296	-1.859	43	1.093	911	7.112	3,6
58 Botsuana	-30 ^a	491	-35 ^a	309	6 ^a	40	..	2.258	17,7
59 Camarões	-30	-881 ^a	-47	-881 ^a	-11	3 ^a	16	34 ^a	81	163	0,7
60 Jamaica	-153	74	-149	4	29	65	161	-16	139	147	0,8
61 Equador	-113	-597	-122	-657	89	80	76	568	2,1
62 Colômbia	-293	-355 ^a	-333	-355 ^a	6	384 ^a	39	186 ^a	207	3.700	5,4
63 Paraguai	-16	-150	-19	-173	4	11	18	338	3,0
64 Tunísia	-53	212	-88	93	20	539	16	59	60	976	2,5
65 Turquia	-44	1.500	-57	1.139	273	1.755	58	352	440	3.912	2,5
66 Peru	202	-1.128	146	-1.285	-70	44	339	1.213	2,9
67 Jordânia	-20	285 ^a	-130	-281 ^a	..	813 ^a	..	0 ^a	258	414	1,2
* Os dados para Formosa, China, são:	1 ^a	10.177 ^a	2 ^a	10.174 ^a	61 ^a	-3.161 ^a	627	79.430	16,0

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Saldo em conta corrente (milhões de dólares)						Investimentos privados diretos líquidos (milhões de dólares)		Reservas internacionais brutas		
	Após as transferências oficiais		Antes das transferências oficiais		Remessas líquidas de trabalhadores (milhões de dólares)		1970	1988	Milhões de dólares		Em meses de cobertura de importações 1988
	1970	1988	1970	1988	1970	1988			1970	1988	
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1988		
68 Chile	-91	-168	-95	-282	-79	109	392	3.788	5,2
69 Síria	-69	-76	-72	-604	7	210	..	0	57	342	1,6
70 Costa Rica	-74	-143	-77	-356	26	76	16	677	3,9
71 México	-1.068	-2.905	-1.098	-3.068	..	264	323	2.594	756	6.327	2,1
72 Maurício	8	-45	5	-65	..	0	2	31	46	463	3,6
73 Polônia	..	-107	..	-107	..	0	..	-7	..	2.249	1,5
74 Malásia	8	1.802	2	1.618	..	0	94	649	667	7.491	4,0
75 Panamá	-64	737	-79	625	33	-36	16	72	0,2
76 Brasil	-837	4.448 ^a	-861	4.448 ^a	..	0 ^a	407	2.681 ^a	1.190	1.118	0,4
77 Angola	..	367	..	367	360
78 Líbano	405	4.761	..
79 Nicarágua	-40	..	-43	15	..	49
Renda média alta									9.223 t	63.717 t	3,7 w
80 África do Sul	-1.215	1.292	-1.253	1.207	318	4	1.057	2.204	1,1
81 Argélia	-125	-2.040	-163	-2.040	178	279	45	-48	352	3.191	4,0
82 Hungria	-61	-389 ^a	-61	-389 ^a	697	2.521	2,3
83 Uruguai	-45	34	-55	13	-2	186	1.602	10,3
84 Argentina	-163	-1.615	-160	-1.615	11	1.147	682	5.157	4,7
85 Jugoslávia	-372	2.487	-378	2.487	441	4.893	..	0	143	3.074	2,2
86 Gabão	-3	-616	-15	-627	-8	-151	-1	121	15	71	0,4
87 Venezuela	-104	-4.692	-98	-4.661	-87	-203	-23	89	1.047	7.793	5,4
88 Trinidad e Tobago	-109	-184	-104	-184	3	0	83	26	43	148	1,0
89 Coréia, Rep. da	-623	14.161	-706	14.117	66	720	610	12.478	2,6
90 Portugal	-158 ^a	-601	-158 ^a	-1.320	504 ^a	3.381	15 ^a	820	1.565	11.719	7,1
91 Grécia	-422	-958	-424	-2.894	333	1.675	50	907	318	5.012	3,8
92 Omã	..	851	..	844	33	13	1.173	6,6
93 Líbia	645	-2.259	758	-2.222	-134	-496	139	43	1.596	5.798	9,0
94 Iraã	-507	..	-511	25	..	217
95 Iraque	105	..	104	24	..	472
96 Romênia	-23	..	-23
Rendas média e baixa									20.069 t	167.620 t	3,1 w
África subsaariana									2.028 t	7.861 t	1,9 w
Leste asiático									2.885 t	60.151 t	3,6 w
Sul da Ásia									1.453 t	11.987 t	3,1 w
Europa, O. Médio e N. da África									7.165 t	50.836 t	3,4 w
América Latina e Caribe									5.481 t	34.553 t	2,8 w
Muito endividados									6.042 t	36.607 t	2,5 w
Economias de alta renda									75.667 t	842.605 t	3,3 w
Membros da OCDE									72.938 t	787.004 t	3,3 w
† Outras									2.729 t	55.601 t	3,7 w
97 † Arábia Saudita	71	-9.583	152	-6.283	-183	-4.935	20	-1.175	670	22.438	7,9
98 Espanha	79	-3.730	79	-5.220	469	1.413	179	5.788	1.851	42.835	6,9
99 Irlanda	-198	625	-228	-1.034	32	91	698	5.234	2,8
100 † Israel	-562	-678	-766	-4.097	40	183	452	4.433	2,6
101 † Cingapura	-572	1.660	-585	1.683	93	1.066	1.012	17.073	4,2
102 † Hong Kong	225	1.199	225	1.199	282
103 Nova Zelândia	-232	-780	-222	-704	16	312	137	119	258	2.845	2,7
104 Austrália	-777	-11.256	-682	-11.100	778	-460	1.709	16.853	3,6
105 Reino Unido	1.985	-26.590	2.393	-20.763	-190	-13.078	2.918	51.899	2,0
106 Itália	800	-5.363	1.096	-2.614	446	1.229	498	1.337	5.547	62.067	4,3
107 † Kuwait	853 ^a	4.713	853 ^a	4.853	..	-1.179	-8 ^a	-262	209	2.965	3,6
108 Bélgica ^b	717	3.334	904	5.085	38	-30	140	1.365	2.963	23.321	2,1
109 Países Baixos	-588	5.282	-617	5.785	-49	-204	-15	2	3.362	34.102	3,2
110 Áustria	-75	-642	-73	-569	-7	284	104	294	1.806	16.043	3,7
111 † União dos Emirados Árabes	90 ^a	2.700	100 ^a	2.800	4.769	5,8
112 França	-204	-3.522	18	875	-641	-1.950	248	-5.986	5.199	58.944	2,9
113 Canadá	1.008	-8.258	960	-7.905	508	-3.306	4.733	22.422	1,8
114 Dinamarca	-544	-1.819	-510	-1.686	75	..	488	11.433	3,3
115 Alemanha, Rep. Fed. da	852	48.499	1.899	60.320	-1.366	-4.188	-303	-8.722	13.879	97.576	3,6
116 Finlândia	-239	-3.006	-232	-2.578	-41	-1.752	455	7.171	2,8
117 Suécia	-265	-2.567	-160	-1.424	-10	-4.406	775	10.982	2,1
118 EUA	2.330	-126.620	4.680	-113.740	-650	-820	-6.130	40.920	15.237	144.177	2,7
119 Noruega	-242	-3.671	-200	-2.858	..	-50	32	-23	813	13.753	4,3
120 Japão	1.980	79.590	2.160	82.610	-260	-34.710	4.876	106.668	4,4
121 Suíça	72	8.326	114	8.311	-313	-1.549	..	-6.913	5.317	58.367	7,9
Total de economias informantes									95.736 t	1.010.225 t	3,3 w
Exportadores de petróleo									7.082 t	81.171 t	3,4 w
Não-membros e não-informantes								

a. Estimativa do Banco Mundial. b. Inclui Luxemburgo.

Tabela 19. Assistência oficial ao desenvolvimento por membros da OCDE e da OPEP

	Quantia									
	1965	1970	1975	1980	1984	1985	1986	1987	1988	1989*
OCDE	US\$ milhões									
99 Irlanda	0	0	8	30	35	39	62	51	57	47
103 Nova Zelândia	..	14	66	72	55	54	75	87	104	87
104 Austrália	119	212	552	667	777	749	752	627	1.101	1.017
105 Reino Unido	472	500	904	1.854	1.429	1.530	1.737	1.871	2.645	2.588
106 Itália	60	147	182	683	1.133	1.098	2.404	2.615	3.193	..
108 Bélgica	102	120	378	595	446	440	547	687	597	..
109 Países Baixos	70	196	608	1.630	1.268	1.136	1.740	2.094	2.231	2.089
110 Áustria	10	11	79	178	181	248	198	201	301	279
112 França	752	971	2.093	4.162	3.788	3.995	5.105	6.525	6.865	..
113 Canadá	96	337	880	1.075	1.625	1.631	1.695	1.885	2.347	..
114 Dinamarca	13	59	205	481	449	440	695	859	922	926
115 Alemanha, Rep. Fed. da	456	599	1.689	3.567	2.782	2.942	3.832	4.391	4.731	4.953
116 Finlândia	2	7	48	110	178	211	313	433	608	705
117 Suécia	38	117	566	962	741	840	1.090	1.375	1.590	1.813
118 EUA	4.023	3.153	4.161	7.138	8.711	9.403	9.564	9.115	10.141	..
119 Noruega	11	37	184	486	540	574	798	890	985	919
120 Japão	244	458	1.148	3.353	4.319	3.797	5.634	7.342	9.134	..
121 Suíça	12	30	104	253	285	302	422	547	617	559
Total	6.480	6.968	13.855	27.296	28.742	29.429	36.663	41.595	48.167	..
OCDE	Como percentual do PNB do doador									
99 Irlanda	0,00	0,00	0,09	0,16	0,22	0,24	0,28	0,19	0,20	0,17
103 Nova Zelândia	..	0,23	0,52	0,33	0,25	0,25	0,30	0,26	0,27	0,22
104 Austrália	0,53	0,59	0,65	0,48	0,45	0,48	0,47	0,34	0,46	0,37
105 Reino Unido	0,47	0,41	0,39	0,35	0,33	0,33	0,31	0,28	0,32	0,31
	0,10	0,16	0,11	0,15	0,28	0,26	0,40	0,35	0,39	..
108 Bélgica	0,60	0,46	0,59	0,50	0,58	0,55	0,48	0,48	0,40	..
109 Países Baixos	0,36	0,61	0,75	0,97	1,02	0,91	1,01	0,98	0,98	0,93
110 Áustria	0,11	0,07	0,21	0,23	0,28	0,38	0,21	0,17	0,24	0,22
112 França	0,76	0,66	0,62	0,63	0,77	0,78	0,70	0,74	0,72	..
113 Canadá	0,19	0,41	0,54	0,43	0,50	0,49	0,48	0,47	0,50	..
114 Dinamarca	0,13	0,38	0,58	0,74	0,85	0,80	0,89	0,88	0,89	0,93
115 Alemanha, Rep. Fed. da	0,40	0,32	0,40	0,44	0,45	0,47	0,43	0,39	0,39	0,41
116 Finlândia	0,02	0,06	0,18	0,22	0,35	0,40	0,45	0,49	0,59	0,63
117 Suécia	0,19	0,38	0,82	0,78	0,80	0,86	0,85	0,88	0,89	0,98
118 EUA	0,58	0,32	0,27	0,27	0,24	0,24	0,23	0,20	0,21	..
119 Noruega	0,16	0,32	0,66	0,87	1,03	1,01	1,17	1,09	1,10	1,02
120 Japão	0,27	0,23	0,23	0,32	0,34	0,29	0,29	0,31	0,32	..
121 Suíça	0,09	0,15	0,19	0,24	0,30	0,31	0,30	0,31	0,32	0,30
OCDE	Moedas nacionais									
99 Irlanda (milhões de libras)	0	0	4	15	32	37	46	34	37	35
103 Nova Zelândia (milhões de dólares)	..	13	55	74	95	109	143	146	158	145
104 Austrália (milhões de dólares)	106	189	402	591	873	966	1.121	895	1.404	1.283
105 Reino Unido (milhões de libras)	169	208	409	798	1.070	1.180	1.194	1.142	1.485	1.578
106 Itália (bilhões de liras)	38	92	119	585	1.991	2.097	3.578	3.389	4.156	..
108 Bélgica (milhões de francos)	5.100	6.000	13.902	17.399	25.527	26.145	24.525	25.648	21.949	..
109 Países Baixos (milhões de florins)	253	710	1.538	3.241	4.069	3.773	4.263	4.242	4.400	4.430
110 Áustria (milhões de xelins)	260	286	1.376	2.303	3.622	5.132	3.023	2.541	3.717	3.691
112 França (milhões de francos)	3.713	5.393	8.971	17.589	33.107	35.894	35.357	39.218	40.814	..
113 Canadá (milhões de dólares)	104	353	895	1.257	2.104	2.227	2.354	2.500	2.888	..
114 Dinamarca (milhões de coroas)	90	443	1.178	2.711	4.650	4.657	5.623	5.848	6.196	6.769
115 Alemanha, Rep. Fed. da (milhões de marcos)	1.824	2.192	4.155	6.484	7.917	8.661	8.323	8.004	8.292	9.318
116 Finlândia (milhões de marcos)	6	29	177	414	1.070	1.308	1.587	1.902	2.550	3.025
117 Suécia (milhões de coroas)	197	605	2.350	4.069	6.129	7.226	7.765	8.718	9.742	11.688
118 EUA (milhões de dólares)	4.023	3.153	4.161	7.138	8.711	9.403	9.564	9.115	10.141	..
119 Noruega (milhões de coroas)	79	264	962	2.400	4.407	4.946	5.901	5.998	6.412	6.345
120 Japão (bilhões de ienes)	88	165	341	760	1.026	749	950	1.062	1.169	..
121 Suíça (milhões de francos)	52	131	268	424	672	743	759	815	900	914
OCDE	Resumo									
AOD (bilhões de US\$, preços nominais)	6,48	6,97	13,86	27,30	28,74	29,43	36,66	41,59	48,17	..
AOD como percentual do PNB	0,48	0,34	0,35	0,37	0,36	0,35	0,35	0,35	0,36	..
AOD (bilhões de US\$ a preços constantes de 1980)	20,68	18,83	21,85	27,30	28,74	29,14	30,55	30,81	33,22	..
PNB (trilhões de US\$, preços nominais)	1,35	2,04	3,96	7,39	8,03	8,49	10,39	12,05	13,48	..
Deflador do PIB ^b	0,31	0,37	0,63	1,00	1,00	1,01	1,20	1,35	1,45	1,44

		Quantia									
		1976	1979	1980	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
OPEP		US\$ milhões									
17	Nigéria	80	29	35	58	35	51	45	52	30	14
81	Argélia	11	281	81	129	37	52	54	114	39	13
87	Venezuela	109	110	135	125	142	90	32	85	24	49
93	Líbia	98	145	376	44	144	24	57	68	63	129
94	Irã	751	-20	-72	-193	10	52	-72	69	-10	39
95	Iraque	123	658	864	52	-10	-22	-32	-21	-37	-28
97	Arábia Saudita	2.791	3.941	5.682	3.854	3.259	3.194	2.630	3.517	2.888	2.098
107	Kuweit	706	971	1.140	1.161	997	1.020	771	715	316	108
111	União dos Emirados Árabes	1.028	968	1.118	406	351	88	122	87	15	-17
	Catar	180	282	277	139	20	10	8	18	0	4
	Total OPAEP	4.937	7.246	9.538	5.785	4.798	4.366	3.610	4.498	3.284	2.307
	Total OPEP	5.877	7.365	9.636	5.775	4.985	4.559	3.615	4.704	3.328	2.409
OPEP		Como percentual do PNB do doador									
17	Nigéria	0,19	0,04	0,04	0,08	0,04	0,06	0,06	0,11	0,13	0,03
81	Argélia	0,07	0,90	0,20	0,31	0,08	0,10	0,10	0,19	0,06	0,02
87	Venezuela	0,35	0,23	0,23	0,19	0,22	0,16	0,00	0,08	0,02	0,04
93	Líbia	0,66	0,60	1,16	0,15	0,51	0,10	0,24	0,34	0,25	0,52
94	Irã	1,16	-0,02	-0,08	-0,15	0,01	0,03	-0,04	0,04	-0,01	0,02
95	Iraque	0,76	1,97	2,36	0,13	-0,02	-0,05	-0,07	-0,05	-0,08	-0,05
97	Arábia Saudita	5,95	5,16	4,87	2,50	2,69	3,20	2,98	4,67	3,88	2,70
107	Kuweit	4,82	3,52	3,52	4,34	3,83	3,95	3,17	2,91	1,23	0,41
111	União dos Emirados Árabes	8,95	5,08	4,21	1,39	1,26	0,32	0,45	0,41	0,07	-0,07
	Catar	7,35	6,07	4,16	2,22	0,40	0,18	0,15	0,47	0,00	0,08
	Total OPAEP	4,23	3,31	3,22	1,81	1,70	1,60	1,39	1,80	1,10	0,86
	Total OPEP	2,32	1,75	1,85	0,96	0,82	0,76	0,61	0,95	0,63	0,45

		Fluxos bilaterais líquidos para economias de baixa renda									
		1965	1970	1975	1980	1983	1984	1985	1986	1987	1988
OCDE		Como percentual do PNB do doador									
99	Irlanda	0,03	0,03	0,05	0,06	0,07	-0,07
103	Nova Zelândia	0,14	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,03
104	Austrália	0,08	0,09	0,10	0,04	0,05	0,06	0,05	0,04	0,05	0,11
105	Reino Unido	0,23	0,15	0,11	0,11	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,10
106	Itália	0,04	0,06	0,01	0,01	0,05	0,09	0,12	0,16	0,16	0,16
108	Bélgica	0,56	0,30	0,31	0,24	0,21	0,20	0,23	0,20	0,14	0,10
109	Países Baixos	0,08	0,24	0,24	0,30	0,26	0,29	0,27	0,32	0,31	0,31
110	Áustria	0,06	0,05	0,02	0,03	0,02	0,01	0,02	0,01	0,04	-0,04
112	França	0,12	0,09	0,10	0,08	0,09	0,14	0,14	0,13	0,14	0,14
113	Canadá	0,10	0,22	0,24	0,11	0,13	0,15	0,15	0,12	0,14	0,14
114	Dinamarca	0,02	0,10	0,20	0,28	0,31	0,28	0,32	0,32	0,32	0,36
115	Alemanha, Rep. Fed. da	0,14	0,10	0,12	0,08	0,13	0,11	0,14	0,12	0,11	0,11
116	Finlândia	0,06	0,08	0,12	0,13	0,17	0,18	0,18	0,23
117	Suécia	0,07	0,12	0,41	0,36	0,33	0,30	0,31	0,38	0,29	0,31
118	EUA	0,26	0,14	0,08	0,03	0,03	0,03	0,04	0,03	0,03	0,04
119	Noruega	0,04	0,12	0,25	0,31	0,39	0,34	0,40	0,47	0,38	0,42
120	Japão	0,13	0,11	0,08	0,08	0,09	0,07	0,09	0,10	0,07	0,07
121	Suíça	0,02	0,05	0,10	0,08	0,10	0,12	0,12	0,12	0,10	0,10
	Total	0,20	0,13	0,11	0,07	0,08	0,07	0,09	0,09	0,09	0,09

a. Estimativas preliminares. b. Ver notas técnicas.

Tabela 20. Assistência oficial ao desenvolvimento: receita

Desembolsos líquidos de AOD provenientes de todas as fontes

	<i>Milhões de dólares</i>							<i>Per capita (dólares) 1988</i>	<i>Como percentual do PNB 1988</i>
	<i>1982</i>	<i>1983</i>	<i>1984</i>	<i>1985</i>	<i>1986</i>	<i>1987</i>	<i>1988</i>		
Economias de baixa renda	12.969 t	12.443 t	12.500 t	13.946 t	16.853 t	18.591 t	21.912 t	7,6 w	2,4 w
China e Índia	2.168 t	2.509 t	2.471 t	2.532 t	3.254 t	3.300 t	4.087 t	2,1 w	0,6 w
Outras	10.801 t	9.934 t	10.029 t	11.414 t	13.599 t	15.291 t	17.825 t	18,2 w	6,6 w
1 Moçambique	208	211	259	300	422	651	886	59,3	70,6
2 Etiópia	200	339	364	715	636	634	970	20,5	17,4
3 Chade	65	95	115	182	165	198	264	48,9	28,8
4 Tanzânia	684	594	558	487	681	882	978	39,6	31,2
5 Bangladesh	1.341	1.049	1.200	1.152	1.455	1.635	1.592	14,6	8,2
6 Malavi	121	117	158	113	198	280	366	46,0	30,6
7 Somália	462	343	350	353	511	580	433	73,4	42,9
8 Zaire	348	315	312	325	448	627	580	17,4	9,0
9 Butão	11	13	18	24	40	42	42	30,3	14,0
10 Laos	38	30	34	37	48	58	77	19,6	14,4
11 Nepal	200	201	198	236	301	347	399	22,2	13,0
12 Madagascar	242	183	153	188	316	321	305	28,0	16,2
13 Burkina Faso	213	184	189	198	284	281	298	34,9	16,0
14 Mali	210	215	321	380	372	366	427	53,5	22,0
15 Burundi	127	140	141	142	187	202	187	36,5	17,1
16 Uganda	133	137	163	182	198	279	359	22,1	8,4
17 Nigéria	37	48	33	32	59	69	120	1,1	0,4
18 Zâmbia	317	217	239	328	464	430	478	63,3	12,0
19 Níger	257	175	161	304	307	353	371	51,1	15,5
20 Ruanda	151	150	165	181	211	245	253	38,0	11,0
21 China	524	669	798	940	1.134	1.462	1.990	1,8	0,5
22 Índia	1.644	1.840	1.673	1.592	2.120	1.839	2.098	2,6	0,8
23 Paquistão	916	735	749	801	970	879	1.408	13,3	3,7
24 Quênia	485	400	411	438	455	572	808	36,0	9,4
25 Togo	77	112	110	114	174	126	199	58,9	14,7
26 Rep. Centro-africana	90	93	114	104	139	176	196	68,4	17,5
27 Haiti	128	134	135	153	175	218	147	23,5	5,9
28 Benin	81	86	77	95	138	138	162	36,3	9,0
29 Gana	141	110	216	203	371	373	474	33,9	9,1
30 Lesoto	93	108	101	94	88	107	108	64,4	26,3
31 Sri Lanka	416	473	466	484	570	502	599	36,1	8,5
32 Guiné	90	68	123	119	175	213	262	48,5	10,3
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	143	106	103	113	71	74	76	32,3	7,2
34 Indonésia	906	744	673	603	711	1.246	1.632	9,3	2,1
35 Mauritània	187	176	175	209	225	182	184	96,6	18,4
36 Sudão	740	962	622	1.128	945	898	918	38,6	7,8
37 Afeganistão	9	14	7	17	2	45	72
38 Myanmar	319	302	275	356	416	367	451	11,3	..
39 Kampuchea	44	37	17	13	13	14	18
40 Libéria	109	118	133	90	97	78	65	26,8	..
41 Serra Leon	82	66	61	66	87	68	102	26,0	..
42 Vietnã	136	106	109	114	147	111	148	2,3	..
Economias de renda média	10.621 t	9.998 t	10.352 t	10.538 t	11.741 t	12.851 t	11.931 t	12,4 w	0,7 w
Renda média baixa	9.969 t	9.473 t	9.869 t	9.947 t	10.981 t	12.000 t	11.089 t	15,8 w	1,0 w
43 Bolívia	148	174	172	202	322	318	392	56,7	9,1
44 Filipinas	333	429	397	486	956	770	854	14,3	2,2
45 Iêmen, Rep. Árabe do	412	328	326	283	257	348	223	26,3	3,8
46 Senegal	285	323	368	295	567	641	568	81,2	11,4
47 Zimbábue	216	208	298	237	225	294	273	29,3	4,3
48 Egito	1.441	1.463	1.794	1.791	1.716	1.773	1.537	30,6	4,3
49 Rep. Dominicana	136	100	188	207	93	130	118	17,1	2,5
50 Costa do Marfim	137	156	128	125	186	254	439	39,1	4,5
51 Papua Nova Guiné	311	333	322	259	263	322	379	101,9	10,8
52 Marrocos	774	398	352	785	403	447	482	20,1	2,2
53 Honduras	158	190	286	272	283	258	321	66,4	7,3
54 Guatemala	64	76	65	83	135	241	235	27,0	2,9
55 Congo	93	108	98	71	110	152	89	41,5	4,1
56 El Salvador	218	290	261	345	341	426	420	83,4	7,7
57 Tailândia	389	431	475	481	496	504	563	10,3	1,0
58 Botsuana	101	104	102	96	102	156	151	127,7	7,8
59 Camarões	212	129	186	159	224	213	284	25,4	2,2
60 Jamaica	180	181	170	169	178	168	193	80,3	6,0
61 Equador	53	64	136	136	147	203	137	13,6	1,3
62 Colômbia	97	86	88	62	63	78	61	1,9	0,2
63 Paraguai	85	51	50	50	66	81	76	18,7	1,3
64 Tunísia	210	205	178	163	222	274	316	40,5	3,2
65 Turquia	647	356	242	179	339	376	307	5,7	0,4
66 Peru	188	297	310	316	272	292	272	13,2	1,1
67 Jordânia	798	787	687	538	564	579	425	108,8	9,3

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Desembolsos líquidos de AOD provenientes de todas as fontes

	Milhões de dólares							Per capita (dólares) 1988	Como percentual do PNB 1988
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988		
68 Chile	-8	0	2	40	-5	21	44	3,4	0,2
69 Síria	962	813	641	610	728	684	191	16,4	1,3
70 Costa Rica	80	252	218	280	196	228	187	69,9	4,0
71 México	140	132	83	144	252	155	173	2,1	0,1
72 Maurício	48	41	36	28	56	65	59	56,4	3,0
73 Polônia
74 Malásia	135	177	327	229	192	363	104	6,1	0,3
75 Panamá	41	47	72	69	52	40	22	9,3	..
76 Brasil	208	101	161	123	178	289	210	1,5	0,1
77 Angola	60	75	95	92	131	135	159	16,8	..
78 Líbano	187	127	77	83	62	101	141
79 Nicarágua	121	120	114	102	150	141	213	58,8	..
Renda média alta	652 t	525 t	483 t	591 t	760 t	852 t	841 t	3,3 w	0,1 w
80 África do Sul
81 Argélia	136	95	122	173	165	214	171	7,2	0,3
82 Hungria
83 Uruguai	4	3	4	5	27	18	41	13,4	0,5
84 Argentina	30	48	49	39	88	99	152	4,8	0,2
85 Iugoslávia	-8	3	3	11	19	35	44	1,9	0,1
86 Gabão	62	64	76	61	79	82	106	98,3	3,2
87 Venezuela	13	10	14	11	16	19	18	0,9	0,0
88 Trinidad e Tobago	6	5	5	7	19	34	8	6,8	0,2
89 Coreia, Rep. da	34	8	-37	-9	-18	11	10	0,2	0,0
90 Portugal	49	43	97	101	139	64	102	9,9	0,2
91 Grécia	12	13	13	11	19	35	35	3,5	0,1
92 Omã	133	71	67	78	84	16	1	0,4	..
93 Líbia	12	6	5	5	11	6	6	1,3	..
94 Irã	3	48	13	16	27	71	82	1,7	..
95 Iraque	6	13	4	26	33	91	10	0,6	..
96 Romênia
Rendas média e baixa	23.589 t	22.442 t	22.852 t	24.484 t	28.594 t	31.442 t	33.842 t	8,8 w	-1,3 w
África subsaariana	7.496 t	7.305 t	7.595 t	8.616 t	10.572 t	11.902 t	13.416 t	28,9 w	8,8 w
Leste asiático	2.989 t	3.121 t	3.243 t	3.262 t	4.080 t	5.071 t	5.985 t	3,9 w	0,7 w
Sul da Ásia	4.852 t	4.623 t	4.585 t	4.655 t	5.888 t	5.630 t	6.616 t	6,0 w	1,9 w
Europa, O. Médio e N. da África	5.953 t	4.930 t	4.738 t	4.999 t	4.867 t	5.233 t	4.217 t	13,3 w	1,1 w
América Latina e Caribe	2.295 t	2.460 t	2.689 t	2.949 t	3.181 t	3.601 t	3.600 t	8,7 w	0,4 w
Muito endividados	2.757 t	2.803 t	2.891 t	3.430 t	4.145 t	4.305 t	4.590 t	10,3 w	0,5 w
Economias de alta renda
Membros da OCDE
† Outras	1.477 t	2.084 t	1.948 t	2.553 t	2.711 t	2.124 t	1.993 t	62,5 w	0,5 w
97 † Arábia Saudita	57	44	36	29	31	22	19	1,5	0,0
98 Espanha
99 Irlanda
100 † Israel	857	1.345	1.256	1.978	1.937	1.251	1.241	279,3	2,8
101 † Cingapura	20	15	41	24	29	23	22	8,2	0,1
102 † Hong Kong	8	9	14	20	18	19	22	3,9	0,0
103 Nova Zelândia
104 Austrália
105 Reino Unido
106 Itália
107 † Kuwait	6	5	4	4	5	3	6	3,0	0,0
108 Bélgica
109 Países Baixos
110 Áustria
111 † União dos Emirados Árabes	5	4	3	4	34	115	-12	-8,0	-0,1
112 França
113 Canadá
114 Dinamarca
115 Alemanha, Rep. Fed. da
116 Finlândia
117 Suécia
118 EUA
119 Noruega
120 Japão
121 Suíça
Total de economias informantes	25.067 t	24.525 t	24.800 t	27.037 t	31.304 t	33.566 t	35.836 t	9,2 w	1,2 w
Exportadores de petróleo	4.376 t	4.084 t	4.192 t	4.036 t	4.556 t	5.176 t	4.580 t	7,8 w	0,7 w
Não-membros e não-informantes	16 t	13 t	12 t	24 t	33 t	46 t	42 t	1,3 w	..

Tabela 21. Total da dívida externa

	<i>Dívida a longo prazo (milhões de dólares)</i>				<i>Uso do crédito do FMI (milhões de dólares)</i>		<i>Dívida a curto prazo (milhões de dólares)</i>		<i>Total da dívida externa (milhões de dólares)</i>		
	<i>Pública e garantida pelo governo</i>		<i>Privada não-garantida</i>		1970	1988	1970	1988	1970	1988	
	1970	1988	1970	1988							
Economias de baixa renda											
China e Índia											
Outras											
1	Moçambique	..	3.801	0	238	0	41	..	326	..	4.406
2	Etiópia	169	2.790	0	0	0	55	..	133	..	2.978
3	Chade	33	300	0	0	3	17	..	29	..	346
4	Tanzânia	250	4.091	15	9	0	69	..	560	..	4.729
5	Bangladesh	0	9.330	0	0	0	840	..	50	..	10.219
6	Malavi	122	1.190	0	3	0	106	..	51	..	1.349
7	Somália	77	1.754	0	0	0	165	..	116	..	2.035
8	Zaire	311	7.013	0	0	0	786	..	675	..	8.475
9	Butão	..	68	0	0	0	0	..	0	..	68
10	Laos	8	816	0	0	0	3	..	6	..	824
11	Nepal	3	1.088	0	0	0	53	..	23	..	1.164
12	Madagascar	89	3.317	0	0	0	190	..	95	..	3.602
13	Burkina Faso	21	805	0	0	0	3	..	59	..	866
14	Mali	238	1.928	0	0	9	74	..	65	..	2.067
15	Burundi	7	749	0	0	8	33	..	12	..	794
16	Uganda	138	1.438	0	0	0	252	..	235	..	1.925
17	Nigéria	452	28.630	115	337	0	0	..	1.752	..	30.718
18	Zâmbia	624	4.194	30	0	0	940	..	1.364	..	6.498
19	Níger	32	1.286	0	256	0	95	..	105	..	1.742
20	Ruanda	2	585	0	0	3	4	..	44	..	632
21	China	..	32.196	0	0	0	1.013	..	8.806	..	42.015
22	Índia	7.838	49.695	100	1.473	0	2.573	..	3.772	..	57.513
23	Paquistão	3.064	13.944	5	84	45	557	..	2.425	..	17.010
24	Quênia	319	4.241	88	627	0	455	..	564	..	5.888
25	Togo	40	1.067	0	0	0	78	..	66	..	1.210
26	Rep. Centro-africana	24	584	0	0	0	50	..	39	..	673
27	Haiti	40	683	0	0	3	47	..	92	..	823
28	Benin	41	904	0	0	0	4	..	147	..	1.055
29	Gana	488	2.238	10	32	46	762	..	67	..	3.099
30	Lesoto	8	270	0	0	0	5	..	6	..	281
31	Sri Lanka	317	4.139	0	113	79	359	..	577	..	5.189
32	Guiné	312	2.312	0	0	3	61	..	190	..	2.563
33	Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	1	1.970	0	0	0	6	..	118	..	2.093
34	Indonésia	2.453	41.258	461	4.397	139	623	..	6.322	..	52.600
35	Mauritânia	27	1.823	0	0	0	71	..	183	..	2.076
36	Sudão	298	8.044	0	374	31	905	..	2.530	..	11.853
37	<i>Afganistão</i>
38	<i>Myanmar</i>	106	4.217	0	0	17	8	..	96	..	4.321
39	<i>Kampuchea</i>
40	<i>Libéria</i>	158	1.101	0	0	4	309	..	222	..	1.632
41	<i>Serra Leoa</i>	59	510	0	0	0	109	..	108	..	727
42	<i>Vietnã</i>
Economias de renda média											
Renda média baixa											
43	Bolívia	480	4.451	11	200	6	197	..	607	..	5.456
44	Filipinas	625	23.475	919	992	69	1.093	..	3.888	..	29.448
45	Iêmen, Rep. Árabe do	..	2.378	0	0	0	0	..	570	..	2.948
46	Senegal	100	2.985	31	34	0	318	..	280	..	3.617
47	Zimbábue	229	2.231	0	50	0	70	..	308	..	2.659
48	Egito	1.714	42.128	0	1.131	49	190	..	6.522	..	49.970
49	Rep. Dominicana	212	3.216	141	118	7	218	..	372	..	3.923
50	Costa do Marfim	256	8.088	11	3.700	0	509	..	1.828	..	14.125
51	Papua Nova Guiné	36	1.269	173	860	0	6	..	135	..	2.270
52	Marrocos	712	18.567	15	200	28	956	..	200	..	19.923
53	Honduras	90	2.739	19	98	0	37	..	444	..	3.318
54	Guatemala	106	2.131	14	113	0	88	..	301	..	2.633
55	Congo	124	4.098	0	0	0	15	..	650	..	4.763
56	El Salvador	88	1.630	88	55	7	11	..	110	..	1.806
57	Tailândia	324	13.375	402	3.530	0	662	..	2.964	..	20.530
58	Botsuana	17	494	0	0	0	0	..	5	..	499
59	Camarões	131	2.939	9	427	0	100	..	763	..	4.229
60	Jamaica	160	3.512	822	43	0	483	..	267	..	4.304
61	Equador	193	9.353	49	25	14	405	..	1.082	..	10.864
62	Colômbia	1.297	13.853	283	1.538	55	0	..	1.609	..	17.001
63	Paraguai	112	2.091	0	28	0	0	..	375	..	2.493
64	Tunísia	541	5.886	..	235	13	277	..	275	..	6.672
65	Turquia	1.844	31.054	42	535	74	299	..	7.704	..	39.592
66	Peru	856	12.475	1.799	1.423	10	801	..	3.880	..	18.579
67	Jordânia	119	3.955	0	0	0	48	..	1.529	..	5.532

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Dívida a longo prazo (milhões de dólares)				Use do crédito do FMI (milhões de dólares)		Dívida a curto prazo (milhões de dólares)		Total da dívida externa (milhões de dólares)	
	Pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		1970	1988	1970	1988	1970	1988
	1970	1988	1970	1988						
68 Chile	2.067	13.760	501	2.361	2	1.322	..	2.202	..	19.645
69 Síria	233	3.685	0	0	10	0	..	1.205	..	4.890
70 Costa Rica	134	3.531	112	317	0	71	..	611	..	4.530
71 México	3.196	81.207	2.770	7.458	0	4.805	..	8.097	..	101.567
72 Maurício	32	652	0	57	0	103	..	49	..	861
73 Polónia	..	33.661	0	0	0	0	..	8.476	..	42.137
74 Malásia	390	16.101	50	2.340	0	0	..	2.100	..	20.541
75 Panamá	194	3.625	0	0	0	328	..	1.667	..	5.620
76 Brasil	3.421	89.841	1.706	11.514	0	3.333	..	9.903	..	114.592
77 Angola
78 Líbano	64	229	0	0	0	0	..	270	..	499
79 Nicarágua	147	6.744	0	0	8	0	..	1.308	..	8.052
Renda média alta										
80 África do Sul
81 Argélia	945	23.229	0	0	0	0	..	1.621	..	24.850
82 Hungria	..	14.791	0	0	0	634	..	2.136	..	17.561
83 Uruguai	269	2.953	29	86	18	309	..	477	..	3.825
84 Argentina	1.880	48.166	3.291	1.378	0	3.678	..	5.714	..	58.936
85 Iugoslávia	1.199	13.949	854	5.392	0	1.310	..	1.033	..	21.684
86 Gabão	91	2.128	0	0	0	133	..	402	..	2.663
87 Venezuela	718	25.413	236	4.883	0	0	..	4.361	..	34.657
88 Trinidad e Tobago	101	1.718	0	0	0	115	..	163	..	1.995
89 Coreia, Rep. da	1.816	21.349	175	6.027	0	0	..	9.780	..	37.156
90 Portugal	485	13.950	268	615	0	0	..	2.603	..	17.168
91 Grécia	905	17.482	388	1.315	0	0	..	4.717	..	23.514
92 Omã	..	2.488	0	0	0	0	..	452	..	2.940
93 Líbia
94 Irã
95 Iraque
96 Romênia	..	1.946	0	0	0	144	..	700	..	2.790
Rendas média e baixa										
África subsaariana										
Leste asiático										
Sul da Ásia										
Europa, O. Médio										
e N. da África										
América Latina e Caribe										
Muito endividados										
Economias de alta renda										
Membros da OCDE										
† Outras										
97	† Arábia Saudita									
98	Espanha									
99	Irlanda									
100	† Israel									
101	† Cingapura									
102	† Hong Kong									
103	Nova Zelândia									
104	Austrália									
105	Reino Unido									
106	Itália									
107	† Kuwait									
108	Bélgica									
109	Países Baixos									
110	Áustria									
111	† União dos Emirados Árabes									
112	França									
113	Canadá									
114	Dinamarca									
115	Alemanha, Rep. Fed. da									
116	Finlândia									
117	Suécia									
118	EUA									
119	Noruega									
120	Japão									
121	Suíça									
Total de economias informantes										
Exportadores de petróleo										
Não-membros e não-informantes										

Tabela 22. Fluxo de capital externo público e privado

	Desembolsos (milhões de dólares)				Amortização do principal (milhões de dólares)				Fluxo líquido* (milhões de dólares)			
	Públicos e garantidos pelo governo		Privados não-garantidos		Pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		Público e garantido pelo governo		Privado não-garantido	
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
Economias de baixa renda												
China e Índia												
Outras												
1 Moçambique	..	146	0	14	..	8	0	4	..	138	0	10
2 Etiópia	28	465	0	0	15	160	0	0	13	305	0	0
3 Chade	6	59	0	0	3	2	0	0	3	57	0	0
4 Tanzânia	51	191	8	0	10	45	3	1	40	146	5	-1
5 Bangladesh	0	890	0	0	0	177	0	0	0	714	0	0
6 Malavi	40	116	0	9	3	29	0	6	37	86	0	3
7 Somália	4	47	0	0	1	1	0	0	4	46	0	0
8 Zaire	32	328	0	0	28	67	0	0	3	261	0	0
9 Butão	..	30	0	0	..	1	0	0	..	30	0	0
10 Laos	6	119	0	0	1	7	0	0	4	112	0	0
11 Nepal	1	202	0	0	2	18	0	0	-2	184	0	0
12 Madagascar	11	230	0	0	5	80	0	0	5	150	0	0
13 Burkina Faso	2	92	0	0	2	22	0	0	0	69	0	0
14 Mali	23	154	0	0	0	32	0	0	23	122	0	0
15 Burundi	1	99	0	0	0	19	0	0	1	80	0	0
16 Uganda	27	212	0	0	4	23	0	0	23	189	0	0
17 Nigéria	56	693	25	83	38	483	30	90	18	209	-5	-7
18 Zâmbia	351	130	23	0	35	115	13	0	316	16	10	0
19 Níger	12	150	0	28	2	31	0	26	11	119	0	2
20 Ruanda	0	82	0	0	0	9	0	0	0	73	0	0
21 China	..	8.868	0	0	..	2.097	0	0	..	6.771	0	0
22 Índia	883	5.945	25	272	289	1.677	25	440	594	4.269	0	-168
23 Paquistão	489	1.622	3	55	114	828	1	26	375	794	2	29
24 Quênia	35	291	41	196	17	216	12	65	17	75	30	131
25 Togo	5	73	0	0	2	23	0	0	3	50	0	0
26 Rep. Centro-africana	2	84	0	0	2	4	0	0	-1	79	0	0
27 Haiti	4	46	0	0	3	15	0	0	1	31	0	0
28 Benin	2	51	0	0	1	10	0	0	1	41	0	0
29 Gana	42	344	0	9	14	134	0	7	28	210	0	2
30 Lesoto	0	51	0	0	0	16	0	0	0	36	0	0
31 Sri Lanka	66	402	..	0	30	200	..	6	36	202	..	-6
32 Guiné	90	308	0	0	11	112	0	0	80	197	0	0
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	1	247	0	0	0	75	0	0	1	171	0	0
34 Indonésia	441	6.304	195	1.080	59	4.774	61	788	383	1.530	134	292
35 Maurítânia	5	129	0	0	3	78	0	0	1	51	0	0
36 Sudão	53	373	0	0	22	44	0	0	30	329	0	0
37 Afeganistão
38 Myanmar	22	287	0	0	20	67	0	0	2	220	0	0
39 Kampuchea
40 Libéria	7	34	0	0	11	8	0	0	-4	26	0	0
41 Serra Leoa	8	20	0	0	11	5	0	0	-3	14	0	0
42 Vietnã
Economias de renda média												
Renda média baixa												
43 Bolívia	55	328	3	0	17	132	2	0	38	196	1	0
44 Filipinas	141	1.372	276	0	74	1.220	186	100	67	152	90	-100
45 Iêmen, Rep. Árabe do	..	261	0	0	..	137	0	0	..	124	0	0
46 Senegal	19	272	1	8	5	124	3	8	14	148	-2	0
47 Zimbábue	0	233	0	43	5	308	0	44	-5	-75	0	-2
48 Egito	397	1.467	0	180	310	635	0	147	87	832	0	33
49 Rep. Dominicana	38	108	22	0	7	91	20	10	31	17	2	-10
50 Costa do Marfim	78	440	4	850	29	224	2	414	49	216	2	436
51 Papua Nova Guiné	43	164	111	164	0	198	20	168	43	-34	91	-4
52 Marrocos	168	1.008	8	8	37	533	3	8	131	476	5	0
53 Honduras	29	290	10	14	3	144	3	26	26	146	7	-12
54 Guatemala	37	262	6	0	20	252	2	3	17	10	4	-3
55 Congo	20	410	0	0	6	187	0	0	15	223	0	0
56 El Salvador	8	190	24	0	6	93	16	15	2	96	8	-15
57 Tailândia	51	1.467	169	979	23	1.519	107	701	28	-52	62	279
58 Botsuana	6	51	0	0	0	39	0	0	6	11	0	0
59 Camarões	29	553	11	115	5	149	2	228	24	405	9	-112
60 Jamaica	15	204	165	0	6	200	164	7	9	3	1	-7
61 Equador	41	623	7	0	16	266	11	5	26	357	-4	-5
62 Colômbia	253	2.234	0	112	78	1.623	59	98	174	611	-59	14
63 Paraguai	15	98	0	0	7	175	0	1	8	-77	0	-1
64 Tunísia	89	885	..	54	47	673	..	45	42	212	..	9
65 Turquia	329	5.565	1	161	128	3.706	3	138	201	1.859	-2	23
66 Peru	148	412	240	0	100	140	233	10	48	272	7	-10
67 Jordânia	14	753	0	0	3	586	0	0	12	167	0	0

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Desembolsos (milhões de dólares)				Amortização do principal (milhões de dólares)				Fluxo líquido* (milhões de dólares)			
	Públicos e garantidos pelo governo		Privados não-garantidos		Pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		Público e garantido pelo governo		Privado não-garantido	
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
68 Chile	408	891	247	669	166	389	41	209	242	502	206	461
69 Síria	60	435	0	0	31	260	0	0	29	176	0	0
70 Costa Rica	30	94	30	30	21	132	20	16	9	-38	10	15
71 México	772	4.706	603	1.140	475	3.087	542	3.155	297	1.619	61	-2.015
72 Maurício	2	212	0	17	1	101	0	4	1	111	0	13
73 Polônia	..	569	0	0	..	830	0	0	..	-262	0	0
74 Malaísia	45	1.687	12	615	47	3.023	9	885	-2	-1.336	3	-270
75 Panamá	67	5	0	0	24	4	0	0	44	1	0	0
76 Brasil	892	5.534	900	170	256	2.980	200	657	636	2.553	700	-487
77 Angola
78 Líbano	12	26	0	0	2	22	0	0	10	5	0	0
79 Nicarágua	44	579	0	0	16	82	0	0	28	497	0	0
Renda média alta												
80 África do Sul
81 Argélia	313	5.922	0	0	35	4.534	0	0	279	1.388	0	0
82 Hungria	..	2.097	0	0	..	1.779	0	0	..	318	0	0
83 Uruguai	37	283	13	0	47	255	4	58	-10	28	9	-58
84 Argentina	482	1.676	424	160	344	1.190	428	150	139	486	-4	10
85 Iugoslávia	179	696	465	1.129	170	808	204	965	9	-112	261	164
86 Gabão	26	161	0	0	9	31	0	0	17	130	0	0
87 Venezuela	216	1.777	67	0	42	1.231	25	1.190	174	546	41	-1.190
88 Trinidad e Tobago	8	183	0	0	10	60	0	0	-3	123	0	0
89 Coreia, Rep. da	444	2.721	32	1.127	198	4.890	7	1.202	246	-2.168	25	-75
90 Portugal	18	2.879	20	75	63	3.220	22	99	-45	-341	-1	-24
91 Grécia	163	2.271	144	187	62	2.032	37	147	101	239	107	40
92 Omã	..	414	0	0	..	348	0	0	..	66	0	0
93 Líbia
94 Irã
95 Iraque
96 Romênia	..	94	0	0	..	3.359	0	0	..	-3.266	0	0
Rendas média e baixa												
África subsaariana												
Leste asiático												
Sul da Ásia												
Europa, O. Médio e N. da África												
América Latina e Caribe												
Muito endividados												
Economias de alta renda												
Membros da OCDE												
† Outras												
97 † Arábia Saudita
98 Espanha
99 Irlanda
100 † Israel
101 † Cingapura
102 † Hong Kong
103 Nova Zelândia
104 Austrália
105 Reino Unido
106 Itália
107 † Kuwait
108 Bélgica
109 Países Baixos
110 Áustria
111 † União dos Emirados Árabes
112 França
113 Canadá
114 Dinamarca
115 Alemanha, Rep. Fed. da
116 Finlândia
117 Suécia
118 EUA
119 Noruega
120 Japão
121 Suíça
Total de economias informantes												
Exportadores de petróleo												
Não-membros e não-informantes												

a. Dado o arredondamento dos números, os desembolsos menos a amortização do principal podem não corresponder ao fluxo líquido.

Tabela 23. Total da dívida externa pública e privada e coeficientes do serviço da dívida

	<i>Dívida total a longo prazo pendente e desembolsada</i>				<i>Pagamentos totais de juros sobre a dívida a longo prazo (milhões de dólares)</i>		<i>Total do serviço da dívida a longo prazo como percentual de:</i>				
	<i>Milhões de dólares</i>		<i>Como percentual do PNB</i>		1970	1988	<i>PNB</i>		<i>Exportações de bens e serviços</i>		
	1970	1988	1970	1988			1970	1988	1970	1988	
Economias de baixa renda											
China e Índia											
Outras											
1	Moçambique	..	4.039	..	399,7	..	15	..	2,7	..	10,4
2	Etiópia	169	2.790	9,5	50,6	6	78	1,2	4,3	11,4	37,4
3	Chade	33	300	9,9	33,2	0	4	0,9	0,7	4,2	2,7
4	Tanzânia	265	4.100	20,7	140,1	8	41	1,6	3,0	6,3	17,8
5	Bangladesh	0	9.330	0,0	48,5	0	139	0,0	1,6	0,0	20,5
6	Malavi	122	1.193	43,2	85,9	4	29	2,3	4,6	7,8	19,0
7	Somália	77	1.754	24,4	185,2	0	3	0,3	0,4	2,1	4,9
8	Zaire	311	7.013	9,1	118,0	9	98	1,1	2,8	4,4	6,9
9	Butão	..	68	..	27,9	..	1	..	0,5
10	Laos	8	816	..	153,5	0	2	..	1,8	..	143,5
11	Nepal	3	1.088	0,3	34,6	0	19	0,3	1,2	3,2	8,5
12	Madagascar	89	3.317	10,4	192,7	2	81	0,8	9,3	3,7	39,0
13	Burkina Faso	21	805	6,6	43,4	0	14	0,7	2,0	7,1	11,9
14	Mali	238	1.928	71,4	100,8	0	15	0,2	2,5	1,4	14,2
15	Burundi	7	749	3,1	69,8	0	16	0,3	3,3	2,3	25,1
16	Uganda	138	1.438	7,3	34,3	5	20	0,5	1,0	2,9	14,0
17	Nigéria	567	28.967	4,3	102,5	28	1.411	0,7	7,0	7,1	25,7
18	Zâmbia	654	4.194	37,5	116,7	32	62	4,6	4,9	8,0	14,2
19	Níger	32	1.542	5,0	66,0	1	74	0,4	5,6	4,0	32,6
20	Ruanda	2	585	0,9	25,5	0	8	0,2	0,7	1,5	9,6
21	China	..	32.196	..	8,7	..	1.593	..	1,0	..	6,9
22	Índia	7.938	51.168	13,9	19,3	193	2.554	0,9	1,8	23,7	24,9
23	Paquistão	3.069	14.027	30,6	37,6	78	436	1,9	3,5	23,9	24,1
24	Quênia	406	4.869	26,3	58,5	17	194	3,0	5,7	9,1	25,3
25	Togo	40	1.067	16,0	81,6	1	68	1,0	7,0	3,1	18,3
26	Rep. Centro-africana	24	584	13,5	53,3	1	7	1,7	1,1	5,1	5,9
27	Haiti	40	683	10,2	27,7	0	8	1,0	0,9	7,2	8,8
28	Benin	41	904	15,1	49,3	0	8	0,7	1,0	2,5	5,4
29	Gana	498	2.270	22,9	44,6	12	64	1,2	4,0	5,5	20,6
30	Lesoto	8	270	7,7	36,5	0	7	0,5	3,0	4,5	5,2
31	Sri Lanka	317	4.253	16,1	61,6	12	125	2,1	4,8	11,0	17,6
32	Guiné	312	2.312	..	94,7	4	31	..	5,9	..	21,9
33	Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	1	1.970	..	199,4	0	31	..	10,8	0,0	46,5
34	Indonésia	2.914	45.655	30,0	61,7	46	2.918	1,7	11,5	13,9	39,6
35	Mauritânia	27	1.823	13,9	196,2	0	33	1,8	11,9	3,4	21,6
36	Sudão	298	8.418	14,8	74,6	12	19	1,7	0,6	10,6	9,5
37	<i>Afganistão</i>
38	<i>Myanmar</i>	106	4.217	3	39
39	<i>Kampuchea</i>
40	<i>Libéria</i>	158	1.101	39,2	..	6	6	4,3	..	8,0	..
41	<i>Serra Leoa</i>	59	510	14,2	..	3	3	3,1	..	10,8	5,9
42	<i>Vietnã</i>
Economias de renda média											
Renda média baixa											
43	Bolívia	491	4.651	49,3	114,9	7	95	2,6	5,6	12,6	32,9
44	Filipinas	1.544	24.467	21,8	62,6	44	1.638	4,3	7,6	23,0	27,7
45	Iêmen, Rep. Árabe do	..	2.378	..	41,7	..	56	..	3,4	..	16,0
46	Senegal	131	3.019	15,5	63,6	2	117	1,1	5,2	4,0	19,3
47	Zimbábue	229	2.281	15,5	37,3	5	150	0,6	8,2	2,3	27,9
48	Egito	1.714	43.259	22,5	126,7	56	729	4,8	4,4	38,0	16,6
49	Rep. Dominicana	353	3.334	23,9	77,3	13	151	2,7	5,8	15,3	14,4
50	Costa do Marfim	267	11.788	19,5	135,1	12	447	3,1	12,4	7,5	31,9
51	Papua Nova Guiné	209	2.129	33,4	64,2	10	153	4,8	15,6	24,5	30,9
52	Marrocos	727	18.767	18,6	89,8	25	814	1,7	6,5	9,2	25,1
53	Honduras	109	2.837	15,6	68,3	4	128	1,4	7,2	4,9	28,6
54	Guatemala	120	2.244	6,5	28,3	7	104	1,6	4,5	8,2	27,2
55	Congo	124	4.098	46,5	205,0	3	75	3,4	13,1	11,5	28,7
56	El Salvador	176	1.685	17,3	31,5	9	66	3,1	3,3	12,0	18,8
57	Tailândia	726	16.905	10,2	29,7	33	1.184	2,3	6,0	14,0	15,7
58	Botsuana	17	494	21,3	37,9	0	34	0,7	5,7	1,0	4,0
59	Camarões	140	3.366	12,6	27,0	5	192	1,0	4,6	4,0	27,0
60	Jamaica	982	3.554	73,1	127,2	64	217	17,4	15,2	43,5	24,8
61	Equador	242	9.378	14,8	94,2	10	297	2,2	5,7	14,0	21,4
62	Colômbia	1.580	15.392	22,5	42,1	59	1.213	2,8	8,0	19,3	42,3
63	Paraguai	112	2.119	19,2	36,4	4	114	1,8	5,0	11,8	24,6
64	Tunísia	541	6.121	38,6	64,2	18	380	4,7	11,5	19,7	25,5
65	Turquia	1.886	31.589	15,0	46,1	44	2.424	1,4	9,1	22,6	35,2
66	Peru	2.655	13.898	37,3	56,1	162	174	7,0	1,3	40,0	8,7
67	Jordânia	119	3.955	22,9	94,0	2	239	0,9	19,6	3,6	31,9

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Dívida total a longo prazo pendente e desembolsada				Pagamentos totais de juros sobre a dívida a longo prazo (milhões de dólares)		Total do serviço da dívida a longo prazo como percentual de:			
	Milhões de dólares		Como percentual do PNB		1970	1988	PNB		Exportações de bens e serviços	
	1970	1988	1970	1988			1970	1988	1970	1988
68 Chile	2.568	16.121	32,1	79,3	104	1.019	3,9	7,9	24,5	19,1
69 Síria	233	3.685	10,8	25,0	6	119	1,7	2,6	11,3	21,1
70 Costa Rica	246	3.847	25,3	89,2	14	185	5,7	7,7	19,9	19,9
71 México	5.966	88.665	16,2	52,4	283	7.590	3,5	8,2	44,3	43,5
72 Maurício	32	709	14,3	37,1	2	43	1,4	7,7	3,2	10,4
73 Polónia	..	33.661	..	51,1	..	829	..	2,5	..	10,0
74 Malásia	440	18.441	10,8	56,3	25	1.498	2,0	16,5	4,5	22,3
75 Panamá	194	3.625	19,5	81,2	7	4	3,1	0,2	7,7	0,2
76 Brasil	5.128	101.356	12,2	29,6	224	11.686	1,6	4,5	21,8	42,0
77 Angola
78 Líbano	64	229	4,2	..	1	16	0,2
79 Nicarágua	147	6.744	19,5	..	7	73	3,1	..	10,6	..
Renda média alta										
80 África do Sul
81 Argélia	945	23.229	19,8	46,6	10	1.809	0,9	12,7	4,0	77,0
82 Hungria	..	14.791	..	54,9	..	1.100	..	10,7	0,0	23,3
83 Uruguai	298	3.039	12,5	39,8	17	257	2,9	7,5	23,6	30,3
84 Argentina	5.171	49.544	23,8	58,6	338	2.803	5,1	4,9	51,7	36,0
85 Iugoslávia	2.053	19.341	15,0	38,9	104	1.401	3,5	6,4	19,7	17,6
86 Gabão	91	2.128	28,8	65,6	3	57	3,8	2,7	5,7	6,2
87 Venezuela	954	30.296	7,5	49,0	53	2.675	0,9	8,2	4,2	39,7
88 Trinidad e Tobago	101	1.718	13,3	43,2	6	88	2,1	3,7	4,6	9,2
89 Coreia, Rep. da	1.991	27.376	22,3	16,2	76	2.081	3,1	4,8	20,4	11,5
90 Portugal	753	14.565	12,1	35,6	34	1.163	1,9	11,0	8,7	30,3
91 Grécia	1.293	18.797	12,7	35,9	63	1.468	1,6	7,0	14,7	32,1
92 Omã	..	2.488	..	34,7	..	182	..	7,4
93 Líbia
94 Irã
95 Iraque
96 Roménia	..	1.946	420
Rendas média e baixa										
África subsaariana										
Leste asiático										
Sul da Ásia										
Europa, O. Médio										
e N. da África										
América Latina e Caribe										
Muito endividados										
Economias de alta renda										
Membros da OCDE										
+ Outras										
97 † Arábia Saudita										
98 Espanha										
99 Irlanda										
100 † Israel										
101 † Cingapura										
102 † Hong Kong										
103 Nova Zelândia										
104 Austrália										
105 Reino Unido										
106 Itália										
107 † Kuwait										
108 Bélgica										
109 Países Baixos										
110 Áustria										
111 † União dos Emirados Árabes										
112 França										
113 Canadá										
114 Dinamarca										
115 Alemanha, Rep. Fed. da										
116 Finlândia										
117 Suécia										
118 EUA										
119 Noruega										
120 Japão										
121 Suíça										
Total de economias informantes										
Exportadores de petróleo										
Não-membros e não-informantes										

Nota: Dívida pública e privada inclui as dívidas pública, garantida pelo governo e privada não-garantida; os dados só foram apresentados quando existentes em todas as categorias.

Tabela 24. Dívida pública externa e coeficientes do serviço da dívida

	Dívida pública externa pendente e desembolsada				Pagamentos de juros sobre a dívida pública externa (milhões de dólares)		Serviço da dívida como percentual de:			
	Milhões de dólares		Como percentual do PNB		1970	1988	PNB		Exportações de bens e serviços	
	1970	1988	1970	1988			1970	1988	1970	1988
Economias de baixa renda	..	248.548 t	..	27,6 w	..	9.662 t	..	2,4 w	..	17,0 w
China e Índia	..	81.891 t	..	12,8 w	..	4.005 t	..	1,2 w	..	10,8 w
Outras	10.424 t	166.656 t	15,2 w	64,4 w	257 t	5.658 t	1,1 w	5,3 w	7,1 w	25,3 w
1 Moçambique	..	3.801	..	376,1	..	12	..	2,0	..	7,8
2 Etiópia	169	2.790	9,5	50,6	6	78	1,2	4,3	11,4	37,4
3 Chade	33	300	9,9	33,2	0	4	0,9	0,7	4,2	2,7
4 Tanzânia	250	4.091	19,5	139,8	7	40	1,3	2,9	5,3	17,1
5 Bangladesh	0	9.330	0,0	48,5	0	139	0,0	1,6	0,0	20,5
6 Malavi	122	1.190	43,2	85,7	4	28	2,3	4,1	7,8	17,2
7 Somália	77	1.754	24,4	185,2	0	3	0,3	0,4	2,1	4,9
8 Zaire	311	7.013	9,1	118,0	9	98	1,1	2,8	4,4	6,9
9 Butão	..	68	..	27,9	..	1	..	0,5
10 Laos	8	816	..	153,5	0	2	..	1,8	..	143,5
11 Nepal	3	1.088	0,3	34,6	0	19	0,3	1,2	3,2	8,5
12 Madagascar	89	3.317	10,4	192,7	2	81	0,8	9,3	3,7	39,0
13 Burkina Faso	21	805	6,6	43,4	0	14	0,7	2,0	7,1	11,9
14 Mali	238	1.928	71,4	100,8	0	15	0,2	2,5	1,4	14,2
15 Burundi	7	749	3,1	69,8	0	16	0,3	3,3	2,3	25,1
16 Uganda	138	1.438	7,3	34,3	5	20	0,5	1,0	2,9	14,0
17 Nigéria	452	28.630	3,4	101,3	20	1.385	0,4	6,6	4,3	24,2
18 Zâmbia	624	4.194	35,8	116,7	29	62	3,7	4,9	6,4	14,2
19 Níger	32	1.286	5,0	55,1	1	54	0,4	3,6	4,0	21,1
20 Ruanda	2	585	0,9	25,5	0	8	0,2	0,7	1,5	9,6
21 China	..	32.196	..	8,7	..	1.593	..	1,0	..	6,9
22 Índia	7.838	49.695	13,7	18,7	187	2.412	0,8	1,5	22,2	21,8
23 Paquistão	3.064	13.944	30,6	37,4	77	430	1,9	3,4	23,8	23,5
24 Quênia	319	4.241	20,6	51,0	13	149	2,0	4,4	6,0	19,4
25 Togo	40	1.067	16,0	81,6	1	68	1,0	7,0	3,1	18,3
26 Rep. Centro-africana	24	584	13,5	53,3	1	7	1,7	1,1	5,1	5,9
27 Haiti	40	683	10,2	27,7	0	8	1,0	0,9	7,2	8,8
28 Benin	41	904	15,1	49,3	0	8	0,7	1,0	2,5	5,4
29 Gana	488	2.238	22,5	43,9	12	61	1,2	3,8	5,5	19,7
30 Lesoto	8	270	7,7	36,5	0	7	0,5	3,0	4,5	5,2
31 Sri Lanka	317	4.139	16,1	59,9	12	123	2,1	4,7	11,0	17,2
32 Guiné	312	2.312	..	94,7	4	31	..	5,9	..	21,9
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	1	1.970	..	199,4	0	31	..	10,8	0,0	46,5
34 Indonésia	2.453	41.258	25,3	55,7	25	2.528	0,9	9,9	7,0	34,1
35 Mauritânia	27	1.823	13,9	196,2	0	33	1,8	11,9	3,4	21,6
36 Sudão	298	8.044	14,8	71,3	12	19	1,7	0,6	10,6	9,5
37 Afeganistão
38 Myanmar	106	4.217	3	39
39 Kampuchea
40 Libéria	158	1.101	39,2	..	6	6	4,3	..	8,0	..
41 Serra Leoa	59	510	14,2	..	3	3	3,1	..	10,8	5,9
42 Vietnã
Economias de renda média	28.754 t	662.972 t	11,5 w	40,8 w	1.236 t	43.700 t	1,7 w	5,5 w	11,1 w	21,6 w
Renda média baixa	20.310 t	472.636 t	12,1 w	44,7 w	825 t	30.161 t	1,7 w	5,2 w	12,6 w	23,0 w
43 Bolívia	480	4.451	48,2	109,9	7	95	2,3	5,6	11,3	32,9
44 Filipinas	625	23.475	8,8	60,1	26	1.515	1,4	7,0	7,5	25,6
45 Iêmen, Rep. Árabe do	..	2.378	..	41,7	..	56	..	3,4	..	16,0
46 Senegal	100	2.985	11,9	62,9	2	114	0,8	5,0	2,9	18,4
47 Zimbábue	229	2.231	15,5	36,5	5	139	0,6	7,3	2,3	24,8
48 Egito	1.714	42.128	22,5	123,4	56	624	4,8	3,7	38,0	13,9
49 Rep. Dominicana	212	3.216	14,4	74,5	4	144	0,8	5,5	4,5	13,4
50 Costa do Marfim	256	8.088	18,7	92,7	12	219	2,9	5,1	7,1	13,0
51 Papua Nova Guiné	36	1.269	5,8	38,3	1	80	0,2	8,4	1,1	16,5
52 Marrocos	712	18.567	18,2	88,8	24	809	1,6	6,4	8,7	24,8
53 Honduras	90	2.739	12,9	65,9	3	121	0,8	6,4	2,8	25,5
54 Guatemala	106	2.131	5,7	26,9	6	98	1,4	4,4	7,4	26,5
55 Congo	124	4.098	46,5	205,0	3	75	3,4	13,1	11,5	28,7
56 El Salvador	88	1.630	8,6	30,4	4	61	0,9	2,9	3,6	16,6
57 Tailândia	324	13.375	4,6	23,5	16	926	0,6	4,3	3,3	11,3
58 Botsuana	17	494	21,3	37,9	0	34	0,7	5,7	1,0	4,0
59 Camarões	131	2.939	11,8	23,6	4	101	0,8	2,0	3,2	11,9
60 Jamaica	160	3.512	11,9	125,7	9	213	1,1	14,8	2,8	24,2
61 Equador	193	9.353	11,8	93,9	7	294	1,4	5,6	8,6	21,1
62 Colômbia	1.297	13.853	18,5	37,9	44	1.135	1,7	7,5	12,0	39,8
63 Paraguai	112	2.091	19,2	35,9	4	114	1,8	4,9	11,8	24,5
64 Tunísia	541	5.886	38,6	61,7	18	369	4,7	10,9	19,7	24,2
65 Turquia	1.844	31.054	14,7	45,3	42	2.364	1,4	8,9	21,9	34,1
66 Peru	856	12.475	12,0	50,3	43	164	2,0	1,2	11,6	8,1
67 Jordânia	119	3.955	22,9	94,0	2	239	0,9	19,6	3,6	31,9

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	<i>Dívida pública externa pendente e desembolsada</i>				<i>Pagamentos de juros sobre a dívida pública externa (milhões de dólares)</i>		<i>Serviço da dívida como percentual de:</i>			
	<i>Milhões de dólares</i>		<i>Como percentual do PNB</i>		1970	1988	<i>PNB</i>		<i>Exportações de bens e serviços</i>	
	1970	1988	1970	1988			1970	1988	1970	1988
68 Chile	2.067	13.760	25,8	67,7	78	868	3,1	6,2	19,2	14,9
69 Síria	233	3.685	10,8	25,0	6	119	1,7	2,6	11,3	21,1
70 Costa Rica	134	3.531	13,8	81,8	7	160	2,9	6,8	10,0	17,4
71 México	3.196	81.207	8,7	48,0	216	6.554	1,9	5,7	23,6	30,3
72 Maurício	32	652	14,3	34,1	2	41	1,4	7,4	3,2	10,1
73 Polónia	..	33.661	..	51,1	..	829	..	2,5	..	10,0
74 Malásia	390	16.101	9,5	49,1	22	1.220	1,7	13,0	3,8	17,5
75 Panamá	194	3.625	19,5	81,2	7	4	3,1	0,2	7,7	0,2
76 Brasil	3.421	89.841	8,2	26,3	135	10.117	0,9	3,8	12,5	35,9
77 Angola
78 Líbano	64	229	4,2	..	1	16	0,2
79 Nicarágua	147	6.744	19,5	..	7	73	3,1	..	10,6	..
Renda média alta	8.444 t	190.336 t	10,3 w	33,6 w	411 t	13.539 t	1,7 w	6,0 w	8,9 w	19,7 w
80 África do Sul
81 Argélia	945	23.229	19,8	46,6	10	1.809	0,9	12,7	4,0	77,0
82 Hungria	..	14.791	..	54,9	..	1.100	..	10,7	..	23,3
83 Uruguai	269	2.953	11,3	38,7	16	257	2,7	6,7	21,7	27,3
84 Argentina	1.880	48.166	8,6	57,0	121	2.560	2,1	4,4	21,6	32,6
85 Iugoslávia	1.199	13.949	8,8	28,0	73	951	1,8	3,5	10,0	9,7
86 Gabão	91	2.128	28,8	65,6	3	57	3,8	2,7	5,7	6,2
87 Venezuela	718	25.413	5,6	41,1	40	2.043	0,6	5,3	2,9	25,5
88 Trinidad e Tobago	101	1.718	13,3	43,2	6	88	2,1	3,7	4,6	9,2
89 Coréia, Rep. da	1.816	21.349	20,3	12,6	71	1.563	3,0	3,8	19,5	9,1
90 Portugal	485	13.950	7,8	34,1	29	1.110	1,5	10,6	6,8	29,3
91 Grécia	905	17.482	8,9	33,4	41	1.355	1,0	6,5	9,4	29,8
92 Omã	..	2.488	..	34,7	..	182	0,0	7,4
93 Líbia
94 Iraque
95 Romênia	..	1.946	420
Rendas média e baixa	47.015 t	911.520 t	12,5 w	36,1 w	1.680 t	53.362 t	1,2 w	4,4 w	10,3 w	20,5 w
África subsaariana	5.369 t	112.353 t	12,5 w	78,2 w	169 t	3.128 t	1,1 w	4,3 w	5,3 w	16,5 w
Leste asiático	5.667 t	150.401 t	15,0 w	20,1 w	162 t	9.456 t	0,4 w	3,6 w	5,9 w	13,3 w
Sul da Ásia	11.327 t	82.541 t	14,3 w	24,0 w	279 t	3.164 t	0,9 w	1,8 w	18,1 w	21,5 w
Europa, O. Médio e N. da África	8.784 t	231.433 t	13,6 w	50,5 w	304 t	12.384 t	1,8 w	7,1 w	10,2 w	25,2 w
América Latina e Caribe	15.868 t	334.792 t	10,5 w	40,6 w	767 t	25.229 t	1,6 w	4,7 w	13,1 w	28,1 w
Muito endividados	15.268 t	406.298 t	10,2 w	44,4 w	745 t	27.968 t	1,6 w	4,7 w	12,0 w	26,2 w
Economias de alta renda										
Membros da OCDE										
† Outras										
97 † Arábia Saudita										
98 Espanha										
99 Irlanda										
100 † Israel										
101 † Cingapura										
102 † Hong Kong										
103 Nova Zelândia										
104 Austrália										
105 Reino Unido										
106 Itália										
107 † Kuwait										
108 Bélgica										
109 Países Baixos										
110 Austría										
111 † União dos Emirados Árabes										
112 França										
113 Canadá										
114 Dinamarca										
115 Alemanha, Rep. Fed. da										
116 Finlândia										
117 Suécia										
118 EUA										
119 Noruega										
120 Japão										
121 Suíça										
Total de economias informantes
Exportadores de petróleo
Não-membros e não-informantes

Tabela 25. Termos dos empréstimos públicos externos

	Compromissos (milhões de dólares)		Taxa média de juros (percentual)		Prazo médio de vencimento (anos)		Período médio de carência (anos)		Empréstimos públicos com taxas de juros variáveis como percentuais da dívida pública	
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
Economias de baixa renda	..	35.770 t	..	5,3 w	..	21 w	..	6 w	..	19,4 w
China e Índia	..	18.070 t	..	6,7 w	..	16 w	..	5 w	..	24,8 w
Outras	3.390 t	17.701 t	3,2 w	3,9 w	29 w	26 w	9 w	8 w	0,2 w	16,7 w
1 Moçambique	..	294	..	2,2	..	23	..	6	..	4,9
2 Etiópia	21	487	4,4	3,0	32	24	7	7	0,1	6,7
3 Chade	10	176	5,7	0,9	8	41	1	10	0,0	0,1
4 Tanzânia	284	220	1,2	0,8	39	41	11	10	1,6	2,5
5 Bangladesh	0	994	0,0	1,5	0	33	0	10	0,0	0,0
6 Malavi	14	123	3,9	0,9	29	41	6	10	0,0	3,8
7 Somália	22	24	0,0	2,5	20	28	16	7	0,0	1,1
8 Zaire	258	350	6,5	4,1	13	28	4	8	0,0	5,4
9 Butão	..	28	..	5,9	..	17	..	4	..	0,0
10 Laos	12	86	3,0	0,3	28	46	4	30	0,0	0,0
11 Nepal	17	217	2,8	0,9	27	39	6	10	0,0	0,7
12 Madagascar	23	352	2,3	2,4	39	31	9	9	0,0	10,5
13 Burkina Faso	9	108	2,3	2,6	37	31	8	8	0,0	0,5
14 Mali	34	131	1,1	1,2	25	35	10	9	0,0	0,1
15 Burundi	1	205	2,8	1,0	4	38	2	11	0,0	0,3
16 Uganda	12	252	3,8	2,4	28	36	7	9	0,0	0,6
17 Nigéria	65	1.461	6,0	7,6	14	16	4	5	2,7	40,6
18 Zâmbia	557	64	4,2	3,8	27	20	9	7	0,0	13,4
19 Níger	19	159	1,2	1,4	40	31	8	9	0,0	7,7
20 Ruanda	9	64	0,8	1,7	50	35	11	8	0,0	0,0
21 China	..	10.086	..	7,1	..	13	..	4	..	39,1
22 Índia	954	7.984	2,5	6,3	34	20	8	6	0,0	15,6
23 Paquistão	951	2.020	2,8	5,2	32	23	12	6	0,0	8,8
24 Quênia	50	679	2,6	1,9	37	22	8	9	0,1	4,1
25 Togo	3	114	4,7	1,6	17	38	4	11	0,0	3,7
26 Rep. Centro-africana	7	76	2,0	0,9	36	36	8	10	0,0	0,0
27 Haiti	5	0	4,8	0,0	10	0	1	0	0,0	1,1
28 Benin	7	162	1,8	2,3	32	32	7	8	0,0	3,9
29 Gana	51	431	2,0	1,0	37	35	10	8	0,0	3,7
30 Lesoto	0	191	4,4	4,6	22	24	2	5	0,0	1,0
31 Sri Lanka	81	827	3,0	1,9	27	35	5	10	0,0	4,5
32 Guiné	68	271	2,9	1,4	13	30	5	8	0,0	10,5
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	63	664	0,0	2,9	21	24	11	6	0,0	0,0
34 Indonésia	530	5.740	2,6	5,2	34	21	9	7	0,0	28,6
35 Mauritània	7	111	6,1	1,1	11	38	3	10	0,0	6,4
36 Sudão	95	472	1,8	2,0	17	35	9	8	0,0	0,8
37 Afeganistão
38 Myanmar	48	0	4,1	0,0	16	0	5	0	0,0	0,8
39 Kampuchea
40 Libéria	12	0	6,7	0,0	19	0	5	0	0,0	9,3
41 Serra Leoa	25	0	2,9	1,0	27	12	6	3	10,6	0,6
42 Vietnã
Economias de renda média	8.195 t	58.340 t	6,2 w	7,2 w	16 w	13 w	4 w	5 w	2,8 w	52,6 w
Renda média baixa	5.823 t	36.009 t	6,1 w	6,9 w	17 w	16 w	5 w	5 w	3,2 w	49,7 w
43 Bolívia	24	309	1,9	5,4	48	27	4	7	0,0	22,7
44 Filipinas	171	2.341	7,3	5,4	12	22	2	7	0,8	43,2
45 Iêmen, Rep. Árabe do	..	463	..	4,8	..	16	..	4	..	0,8
46 Senegal	7	320	3,8	1,8	24	31	7	9	0,0	2,5
47 Zimbábue	..	448	..	7,1	..	19	..	4	..	22,9
48 Egito	704	1.762	5,3	6,4	21	23	8	7	0,0	1,4
49 Rep. Dominicana	20	169	2,4	7,5	28	15	5	4	0,0	31,5
50 Costa do Marfim	71	659	5,8	5,7	19	16	5	5	9,0	52,2
51 Papua Nova Guiné	91	219	6,4	3,5	22	20	8	6	0,0	28,6
52 Marrocos	187	1.156	4,6	6,9	20	18	3	4	0,0	38,8
53 Honduras	23	251	4,1	7,3	30	17	7	5	0,0	18,9
54 Guatemala	50	444	3,7	5,9	26	17	6	5	10,3	11,1
55 Congo	31	486	2,8	8,3	17	10	6	2	0,0	40,2
56 El Salvador	12	369	4,7	4,0	24	33	6	8	0,0	3,9
57 Tailândia	106	1.999	6,8	5,3	19	18	4	6	0,0	34,4
58 Botsuana	38	103	0,6	2,4	39	29	10	8	0,0	13,6
59 Camarões	42	922	4,7	4,5	29	14	8	4	0,0	9,4
60 Jamaica	24	174	6,0	6,7	16	18	3	4	0,0	26,1
61 Equador	78	515	6,2	6,2	20	18	4	5	0,0	66,9
62 Colômbia	363	2.488	6,0	8,2	21	13	5	4	0,0	45,0
63 Paraguai	14	312	5,6	6,4	25	21	6	7	0,0	13,8
64 Tunísia	144	1.114	3,5	4,6	28	21	6	6	0,0	17,2
65 Turquia	484	4.568	3,6	7,0	19	12	5	5	0,9	34,1
66 Peru	125	350	7,4	7,6	14	21	4	18	0,0	32,7
67 Jordânia	35	999	3,8	7,5	15	11	5	3	0,0	29,0

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Compromissos (milhões de dólares)		Taxa média de juros (percentual)		Prazo médio de vencimento (anos)		Período médio de carência (anos)		Empréstimos públicos com taxas de juros variáveis como percentuais da dívida pública	
		1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
68	Chile	361	649	6,8	6,8	12	13	4	3	0,0	76,7
69	Síria	14	275	4,4	7,3	9	17	2	4	0,0	1,1
70	Costa Rica	58	338	5,6	8,9	28	21	6	6	7,5	47,5
71	México	858	2.579	8,0	8,2	12	15	3	3	5,7	78,6
72	Maurício	14	176	0,0	7,7	24	15	2	3	6,0	19,2
73	Polônia	..	1.042	..	6,4	..	6	..	3	..	63,3
74	Malásia	84	2.259	6,1	6,1	19	15	5	6	0,0	48,5
75	Panamá	111	0	6,1	0,0	15	0	4	0	0,0	60,2
76	Brasil	1.439	5.003	6,8	9,5	14	11	3	4	11,8	70,0
77	Angola
78	Líbano	7	40	2,9	7,5	22	27	1	4	0,0	15,3
79	Nicarágua	23	563	7,1	5,1	18	19	4	3	0,0	20,6
Renda média alta		2.372 t	22.331 t	6,5 w	7,6 w	14 w	9 w	4 w	4 w	1,6 w	59,6 w
80	África do Sul
81	Argélia	378	8.457	5,6	7,6	12	6	3	2	2,8	35,8
82	Hungria*	..	1.782	..	7,0	..	9	..	7	..	60,2
83	Uruguai	71	293	8,0	9,5	12	10	3	1	0,7	71,6
84	Argentina	494	2.432	7,3	7,8	12	16	3	5	0,0	82,5
85	Iugoslávia	199	369	7,1	9,2	17	7	6	5	3,3	64,9
86	Gabão	33	152	5,1	7,7	11	16	2	6	0,0	7,6
87	Venezuela	188	2.129	7,6	8,1	8	10	2	3	2,6	86,8
88	Trinidad e Tobago	3	190	7,6	7,5	10	5	1	5	0,0	37,4
89	Coréia, Rep. da	691	1.071	5,8	7,6	19	20	6	4	1,2	30,5
90	Portugal	59	3.195	4,3	7,7	17	9	4	5	0,0	37,8
91	Grécia	246	1.914	7,2	6,3	9	9	4	6	3,5	52,2
92	Omã	..	285	..	7,5	..	10	..	6	..	39,8
93	Líbia
94	Irã
95	Iraque
96	Romênia	..	0	..	0,0	..	0	..	0	..	21,9
Rendas média e baixa		12.539 t	94.110 t	5,1 w	6,5 w	21 w	16 w	6 w	5 w	1,7 w	43,5 w
África subsaariana		1.900 t	10.329 t	3,6 w	4,0 w	26 w	24 w	8 w	7 w	0,9 w	19,2 w
Leste asiático		1.688 t	23.885 t	5,0 w	6,2 w	23 w	17 w	6 w	5 w	0,5 w	35,8 w
Sul da Ásia		2.052 t	12.073 t	2,7 w	5,3 w	32 w	23 w	10 w	7 w	0,0 w	11,2 w
Europa, O. Médio e N. da África		2.526 t	28.102 t	5,0 w	7,0 w	18 w	11 w	5 w	4 w	1,3 w	35,3 w
América Latina e Caribe		4.373 t	19.722 t	6,9 w	8,1 w	14 w	14 w	4 w	4 w	4,0 w	68,1 w
Muito endividados		4.208 t	23.198 t	7,0 w	7,6 w	14 w	14 w	3 w	5 w	4,2 w	66,3 w
Economias de alta renda											
Membros da OCDE											
† Outras											
97	† Arábia Saudita
98	Espanha
99	Irlanda
100	† Israel
101	† Cingapura
102	† Hong Kong
103	Nova Zelândia
104	Austrália
105	Reino Unido
106	Itália
107	† Kuwait
108	Bélgica
109	Países Baixos
110	Áustria
111	† União dos Emirados Árabes
112	França
113	Canadá
114	Dinamarca
115	Alemanha, Rep. Fed. da
116	Finlândia
117	Suécia
118	EUA
119	Noruega
120	Japão
121	Suíça
Total de economias informantes	
Exportadores de petróleo	
Não-membros e não-informantes	

a. Inclui somente a dívida em moedas conversíveis.

Tabela 26. Aumento populacional e projeções

	Aumento médio anual da população* (%)			População (milhões)			Tamanho hipotético da população estacionária (milhões)	Estrutura etária da população (%)			
	1965-80	1980-88	1988-2000	1988	2000 ^a	2025 ^a		0-14 anos		15-64 anos	
								1988	2025	1988	2025
Economias de baixa renda	2,3 w	2,0 w	1,9 w	2.884 t	3.620 t	5.200 t		35,7 w	27,1 w	59,8	65,1 w
China e Índia	2,2 w	1,6 w	1,5 w	1.904 t	2.283 t	2.917 t		31,8 w	22,1 w	63,2	67,4 w
Outras	2,6 w	2,8 w	2,6 w	980 t	1.337 t	2.284 t		43,4 w	33,4 w	53,4	62,2 w
1 Moçambique	2,5	2,7	3,1	15	21	41	93	43,9	38,6	53,0	58,2
2 Etiópia	2,7	2,9	3,3	47	70	156	471	47,2	43,7	49,5	53,8
3 Chade	2,0	2,4	2,7	5	7	14	30	41,6	37,7	54,9	58,3
4 Tanzânia	3,3	3,5	3,4	25	37	74	158	48,8	37,9	49,0	59,2
5 Bangladesh	2,7	2,8	2,4	109	145	219	346	44,7	28,2	52,1	67,4
6 Malavi	2,9	3,4	3,5	8	12	26	79	46,4	43,4	51,0	54,0
7 Somália	2,7	3,0	3,1	6	9	17	41	45,8	40,2	51,4	56,7
8 Zaire	2,8	3,1	3,0	33	47	87	173	46,2	35,4	51,4	61,0
9 Butão	1,6	2,1	2,4	1	2	3	5	40,0	33,0	56,7	62,7
10 Laos	1,9	2,6	2,9	4	6	10	19	43,7	35,0	53,5	60,9
11 Nepal	2,4	2,6	2,5	18	24	37	61	42,7	29,8	54,9	65,2
12 Madagascar	2,5	2,8	2,6	11	15	24	42	46,2	31,5	50,7	64,7
13 Burkina Faso	2,1	2,6	2,9	9	12	23	52	45,1	39,0	51,9	58,3
14 Mali	2,1	2,4	3,0	8	11	24	63	46,6	41,8	50,5	55,7
15 Burundi	1,9	2,8	3,1	5	7	15	33	45,3	39,6	51,5	57,8
16 Uganda	2,9	3,2	3,5	16	24	51	128	48,4	41,5	49,2	56,2
17 Nigéria	2,5	3,3	3,1	110	159	302	617	48,0	36,4	49,4	60,4
18 Zâmbia	3,0	3,7	3,5	8	11	24	56	49,0	39,7	48,6	57,6
19 Níger	2,6	3,5	3,3	7	11	24	82	46,7	44,8	50,5	52,8
20 Ruanda	3,3	3,3	3,8	7	10	23	70	47,7	44,0	49,7	53,6
21 China	2,2	1,3	1,3	1.088	1.275	1.566	1.835	27,7	20,5	66,7	66,6
22 Índia	2,3	2,2	1,8	816	1.007	1.350	1.862	37,2	24,0	58,4	68,4
23 Paquistão	3,1	3,2	3,1	106	154	285	556	45,0	34,9	52,4	61,5
24 Quênia	3,6	3,8	3,4	22	34	62	113	50,9	31,9	46,1	64,7
25 Togo	3,0	3,5	3,3	3	5	9	19	47,7	36,5	49,3	60,4
26 Rep. Centro-africana	1,9	2,7	2,6	3	4	7	13	42,6	34,7	54,9	61,7
27 Haiti	2,0	1,8	1,9	6	8	11	17	39,3	27,1	56,8	67,3
28 Benin	2,7	3,2	2,9	4	6	11	21	47,2	34,4	50,0	62,2
29 Gana	2,2	3,4	3,0	14	20	36	66	46,6	34,0	50,2	62,4
30 Lesoto	2,3	2,7	2,6	2	2	4	6	43,1	30,5	53,3	64,7
31 Sri Lanka	1,8	1,5	1,1	17	19	24	28	32,8	21,0	61,8	65,9
32 Guiné	1,5	2,4	2,6	5	7	14	34	42,1	40,5	54,3	56,2
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	2,1	3,0	3,0	2	3	6	11	45,2	35,1	52,0	61,8
34 Indonésia	2,4	2,1	1,7	175	213	282	370	37,3	23,3	58,9	68,2
35 Maurítânia	2,3	2,6	2,7	2	3	5	13	43,9	41,2	52,6	56,1
36 Sudão	2,8	3,1	2,7	24	33	57	107	44,8	34,7	52,1	61,6
37 Afeganistão	2,4
38 Myanmar	2,3	2,1	2,0	40	50	69	94	37,9	23,9	58,0	68,6
39 Kampuchea	0,3
40 Libéria	3,0	3,2	2,8	2	3	6	11	45,1	33,9	51,5	62,3
41 Serra Leoa	2,0	2,4	2,6	4	5	10	25	43,0	40,2	54,0	56,4
42 Vietnã	..	2,4	2,0	64	83	117	160	40,0	24,0	55,7	68,8
Economias de renda média	2,4 w	2,2 w	1,9 w	1.068 t	1.342 t	1.923 t		36,6 w	26,0 w	58,6 w	65,3 w
Renda média baixa	2,5 w	2,3 w	2,0 w	742 t	940 t	1.354 t		38,0 w	26,0 w	57,7 w	65,9 w
43 Bolívia	2,5	2,7	2,7	7	10	16	27	43,9	31,5	52,9	64,2
44 Filipinas	2,9	2,5	1,9	60	75	103	139	40,3	23,9	56,2	68,4
45 Iêmen, Rep. Árabe do	2,3	3,4	3,6	8	13	29	86	48,4	43,7	48,5	54,3
46 Senegal	2,9	3,0	3,2	7	10	21	48	46,8	40,2	50,5	57,4
47 Zimbábue	3,1	3,7	2,7	9	13	20	29	45,8	25,4	50,8	68,7
48 Egito	2,1	2,6	2,3	50	66	97	140	40,4	24,9	55,4	67,1
49 Rep. Dominicana	2,7	2,4	1,8	7	9	11	15	38,5	23,2	57,9	68,0
50 Costa do Marfim	4,1	4,0	3,8	11	18	38	94	49,0	40,7	49,0	56,5
51 Papua Nova Guiné	2,4	2,4	2,2	4	5	7	11	41,3	27,4	56,0	67,9
52 Marrocos	2,5	2,7	2,4	24	32	47	69	41,2	26,1	54,5	68,0
53 Honduras	3,2	3,6	2,9	5	7	11	18	45,1	28,1	51,1	66,9
54 Guatemala	2,8	2,9	2,8	9	12	21	35	45,8	30,7	51,3	64,8
55 Congo	2,8	3,5	3,3	2	3	7	17	44,9	40,3	51,0	56,7
56 El Salvador	2,7	1,3	2,1	5	6	10	16	45,1	27,7	51,8	67,4
57 Tailândia	2,9	1,9	1,3	54	64	83	103	34,2	21,6	61,4	68,2
58 Botsuana	3,5	3,4	2,6	1	2	2	4	47,4	25,3	48,8	68,9
59 Camarões	2,7	3,2	3,2	11	16	33	75	46,6	38,3	49,7	58,3
60 Jamaica	1,3	1,5	0,5	2	3	3	4	34,8	21,1	58,0	68,2
61 Equador	3,1	2,7	2,2	10	13	19	26	40,5	24,0	55,3	68,0
62 Colômbia	2,5	2,1	1,6	32	38	50	63	35,9	22,3	59,8	68,2
63 Paraguai	2,8	3,2	2,7	4	6	9	13	40,6	26,9	55,7	66,3
64 Tunísia	2,1	2,5	2,2	8	10	14	19	38,7	23,7	57,3	68,3
65 Turquia	2,5	2,3	2,0	54	68	91	120	35,4	23,2	60,3	67,7
66 Peru	2,8	2,2	2,1	21	26	37	49	39,1	23,7	57,2	68,3
67 Jordânia	2,5	3,7	3,6	4	6	12	22	47,2	34,4	50,0	61,9

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Aumento médio anual da população ^a (%)			População (milhões)			Tamanho hipotético da população estacionária (milhões)	Estrutura etária da população (%)			
	1965-80	1980-88	1988-2000	1988	2000 ^a	2025 ^a		0-14 anos		15-64 anos	
								1988	2025	1988	2025
68 Chile	1,7	1,7	1,3	13	15	19	23	30,8	21,3	63,1	65,7
69 Síria	3,4	3,6	3,6	12	18	36	74	48,3	36,0	49,1	60,3
70 Costa Rica	2,7	2,3	2,0	3	3	5	6	36,4	22,1	59,7	66,2
71 México	3,1	2,2	1,9	84	105	142	184	38,6	22,8	57,7	68,2
72 Maurício	1,6	1,0	0,8	1	1	1	2	29,5	19,3	66,5	67,5
73 Polónia	0,8	0,8	0,5	38	40	45	50	25,2	19,7	64,9	62,0
74 Malásia	2,5	2,6	2,2	17	22	30	40	37,2	23,4	58,9	67,2
75 Panamá	2,6	2,2	1,6	2	3	4	5	35,9	21,9	59,4	67,2
76 Brasil	2,4	2,2	1,8	144	178	236	303	35,7	22,8	59,8	66,9
77 Angola	2,8	2,5	3,0	9	14	27	69	45,0	40,6	52,6	56,3
78 Líbano	1,7
79 Nicarágua	3,1	3,4	3,0	4	5	9	14	46,1	28,4	51,0	66,4
Renda média alta	2,0 w	1,8 w	1,7 w	326 t	402 t	569 t		33,4 w	26,0 w	60,5 w	64,0 w
80 África do Sul	2,4	2,3	2,3	34	45	65	96	38,2	25,3	58,1	67,1
81 Argélia	3,1	3,1	2,9	24	33	52	78	44,4	25,7	52,2	68,4
82 Hungria	0,4	-0,1	-0,2	11	10	10	10	19,9	17,4	66,7	61,7
83 Uruguai	0,4	0,6	0,6	3	3	4	4	26,2	20,1	62,7	64,1
84 Argentina	1,6	1,4	1,1	32	36	44	53	30,1	21,5	61,0	65,0
85 Iugoslávia	0,9	0,7	0,6	24	25	28	30	23,5	18,7	67,6	62,4
86 Gabão	3,6	3,9	2,7	1	1	3	7	38,2	39,4	56,9	56,4
87 Venezuela	3,5	2,8	2,2	19	24	34	45	38,7	23,3	57,7	67,5
88 Trinidad e Tobago	1,1	1,7	1,4	1	1	2	2	33,1	22,1	61,6	65,6
89 Coreia, Rep. da	2,0	1,2	0,9	42	47	54	56	27,3	18,0	67,9	66,0
90 Portugal	0,4	0,7	0,4	10	11	11	11	21,8	16,4	65,6	63,5
91 Grécia	0,7	0,5	0,2	10	10	10	10	19,9	16,0	66,3	60,9
92 Omã	3,7	4,7	3,9	1	2	5	11	45,5	38,1	52,0	57,3
93 Líbia	4,3	4,3	3,6	4	6	14	35	46,0	39,5	51,2	56,7
94 Irã	3,1	3,0	3,1	49	70	129	247	43,7	34,0	53,5	61,3
95 Iraque	3,4	3,6	3,4	18	26	49	90	46,7	33,1	50,6	62,5
96 Romênia	1,1	0,4	0,5	23	25	27	31	23,8	20,0	66,2	63,6
Renda média e baixa	2,3 w	2,0 w	1,9 w	3.952 t	4.961 t	7.123 t		36,0 w	26,8 w	59,5 w	65,2 w
África subsaariana	2,7 w	3,2 w	3,1 w	464 t	672 t	1.310 t		46,9 w	38,0 w	50,2 w	58,8 w
Leste asiático	2,3 w	1,5 w	1,4 w	1.538 t	1.824 t	2.293 t		30,3 w	21,3 w	64,6 w	67,0 w
Sul da Ásia	2,4 w	2,3 w	2,0 w	1.107 t	1.401 t	1.987 t		38,7 w	26,1 w	57,2 w	67,2 w
Europa, O. Médio e N. da África	2,0 w	2,1 w	2,1 w	396 t	505 t	769 t		36,5 w	28,7 w	57,9 w	63,4 w
América Latina e Caribe	2,5 w	2,2 w	1,8 w	414 t	514 t	699 t		36,9 w	23,5 w	58,6 w	67,1 w
Muito endividados	2,4 w	2,1 w	1,8 w	496 t	614 t	844 t		36,5 w	24,5 w	58,5 w	66,2 w
Economias de alta renda	0,9 w	0,7 w	0,6 w	783 t	840 t	918 t		20,5 w	17,9 w	66,8 w	60,6 w
Membros da OCDE	0,8 w	0,6 w	0,5 w	751 t	796 t	847 t		19,9 w	16,8 w	67,1 w	60,6 w
† Outras	3,5 w	2,9 w	2,5 w	32 t	43 t	71 t		35,1 w	30,3 w	59,9 w	60,2 w
97 † Arábia Saudita	4,7	4,2	..	14	45,2	..	52,4	..
98 Espanha	1,0	0,5	0,4	39	41	43	41	21,3	16,2	65,9	63,0
99 Irlanda	1,2	0,5	0,3	4	4	4	5	27,7	19,8	61,2	64,9
100 † Israel	2,8	1,7	1,7	4	5	7	9	32,0	21,3	59,9	65,2
101 † Cingapura	1,6	1,1	1,0	3	3	3	4	24,0	18,0	70,8	61,5
102 † Hong Kong	2,0	1,5	0,9	6	6	7	6	21,9	16,0	69,2	61,3
103 Nova Zelândia	1,3	0,8	0,7	3	4	4	4	23,6	18,3	67,1	62,8
104 Austrália	1,8	1,4	1,4	17	20	23	24	22,6	18,1	66,6	63,0
105 Reino Unido	0,2	0,2	0,3	57	59	61	61	19,0	17,4	65,5	61,2
106 Itália	0,5	0,2	0,1	57	58	56	46	17,5	14,1	68,4	60,5
107 † Kuwait	7,1	4,4	2,8	2	3	4	5	37,6	21,3	59,2	65,8
108 Bélgica	0,3	0,0	0,0	10	10	10	9	18,4	16,0	67,2	60,1
109 Países Baixos	0,9	0,5	0,5	15	16	16	14	18,0	15,6	68,9	59,7
110 Áustria	0,3	0,0	0,1	8	8	8	7	18,0	15,4	67,1	60,4
111 † União dos Emirados Árabes	16,5	4,8	2,3	1	2	3	3	31,0	22,1	67,0	61,2
112 França	0,7	0,4	0,4	56	59	63	63	20,5	17,3	66,0	60,6
113 Canadá	1,3	0,9	0,9	26	29	32	32	21,3	16,9	68,4	60,7
114 Dinamarca	0,5	0,0	0,0	5	5	5	5	17,6	15,7	67,1	60,2
115 Alemanha, Rep. Fed. da	0,3	-0,1	0,0	61	61	58	50	15,2	15,0	69,6	59,0
116 Finlândia	0,3	0,5	0,2	5	5	5	5	19,4	16,4	67,8	58,9
117 Suécia	0,5	0,2	0,4	8	9	9	9	17,6	17,6	64,7	59,3
118 EUA	1,0	1,0	0,8	246	270	307	316	21,6	18,0	66,0	61,2
119 Noruega	0,6	0,3	0,4	4	4	5	5	19,6	17,1	64,5	61,0
120 Japão	1,2	0,6	0,4	123	129	131	121	19,6	15,7	68,9	58,8
121 Suíça	0,5	0,3	0,4	7	7	7	6	17,0	16,1	68,2	58,4
Total de economias informantes	2,1 w	1,8 w	1,7 w	4.735 t	5.801 t	8.041 t		33,4 w	25,7 w	60,7 w	64,6 w
Exportadores de petróleo	2,7 w	2,7 w	2,4 w	592 t	790 t	1.261 t		41,4 w	29,6 w	55,1 w	64,2 w
Não-membros e não-informantes	1,0 w	0,9 w	0,6 w	365 t	392 t	450 t		25,5 w	20,1 w	64,1 w	63,4 w

a. Quanto as premissas usadas nas projeções, ver notas técnicas.

Tabela 27. Demografia e fecundidade

	Taxa bruta de natalidade por mil habitantes		Taxa bruta de mortalidade por mil habitantes		Mulheres em idade de ter filhos como percentual da população		Taxa de fecundidade total			Ano em que supostamente a taxa líquida de reprodução de 1 seria atingida	Mulheres casadas, em idade de ter filhos, usando contraceptivo (%) 1986
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	2000*		
Economias de baixa renda	42 w	31 w	16 w	10 w	46 w	50 w	6,3 w	4,0 w	3,3 w		
China e Índia	41 w	26 w	14 w	9 w	46 w	53 w	6,3 w	3,1 w	2,5 w		
Outras	46 w	41 w	21 w	13 w	46 w	46 w	6,4 w	5,6 w	4,7 w		
1 Moçambique	49	45	27	17	47	45	6,8	6,3	6,1	2045	..
2 Etiópia	43	51	20	20	46	43	5,8	7,5	7,2	2055	..
3 Chade	45	44	28	19	47	46	6,0	5,9	6,0	2045	..
4 Tanzânia	49	48	22	13	45	43	6,6	6,7	5,8	2040	..
5 Bangladesh	47	40	21	15	44	46	6,8	5,5	4,3	2025	25
6 Malavi	56	54	26	20	46	45	7,8	7,6	7,3	2055	..
7 Somália	50	49	26	19	45	44	6,7	6,8	6,5	2050	..
8 Zaire	47	45	21	14	46	45	6,0	6,0	5,4	2040	..
9 Butão	42	39	23	17	48	48	6,0	5,5	5,3	2035	..
10 Laos	45	47	23	17	47	46	6,1	6,6	5,4	2035	..
11 Nepal	46	42	24	15	50	47	6,0	5,8	4,6	2030	15
12 Madagascar	47	43	22	16	47	44	6,6	6,0	4,8	2030	..
13 Burkina Faso	48	47	26	18	47	45	6,4	6,5	6,2	2045	..
14 Mali	50	50	27	19	46	45	6,5	7,0	6,9	2050	5
15 Burundi	47	47	24	16	48	45	6,4	6,8	6,0	2045	9
16 Uganda	49	51	19	17	44	43	7,0	7,3	6,5	2050	5
17 Nigéria	51	47	23	15	45	43	6,9	6,6	5,6	2040	..
18 Zâmbia	49	50	20	13	46	44	6,6	6,7	6,0	2045	..
19 Níger	48	51	29	20	43	44	6,8	7,1	7,3	2060	..
20 Ruanda	52	53	17	18	45	43	7,5	8,0	7,2	2055	..
21 China	38	21	10	7	44	55	6,4	2,4	2,1	2000	74
22 Índia	45	32	20	11	47	49	6,2	4,2	3,0	2015	35
23 Paquistão	48	46	21	13	43	46	7,0	6,6	5,4	2040	11
24 Quênia	52	47	20	11	40	41	8,0	6,9	5,3	2035	17
25 Togo	50	50	22	14	46	44	6,5	6,7	5,5	2040	..
26 Rep. Centro-africana	34	42	24	15	47	46	4,5	5,7	5,2	2035	..
27 Haiti	43	35	20	13	47	49	6,2	4,7	3,8	2025	5
28 Benin	49	47	24	15	44	44	6,8	6,4	5,2	2035	..
29 Gana	47	45	18	13	45	44	6,8	6,3	5,1	2035	13
30 Lesoto	42	41	18	13	47	46	5,8	5,7	4,5	2030	..
31 Sri Lanka	33	22	8	6	47	53	4,9	2,5	2,1	1995	62
32 Guiné	46	48	29	22	47	46	5,9	6,5	6,5	2050	..
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	50	48	26	15	45	46	7,0	6,6	5,4	2035	..
34 Indonésia	43	28	20	9	47	51	5,5	3,4	2,5	2005	45
35 Mauritânia	47	48	26	19	46	45	6,5	6,5	6,5	2050	..
36 Sudão	47	44	24	16	46	45	6,7	6,4	5,4	2035	..
37 Afeganistão	53	..	29	..	49	..	7,1
38 Myanmar	40	30	18	10	46	49	5,8	3,9	2,8	2010	..
39 Kampuchea	44	..	20	..	47	..	6,2
40 Libéria	46	45	20	16	46	44	6,4	6,4	5,2	2035	6
41 Serra Leoa	48	48	31	23	47	46	6,4	6,5	6,5	2050	..
42 Vietnã	..	31	..	7	..	48	..	4,0	2,8	2010	58
Economias de renda média	38 w	29 w	13 w	8 w	45 w	49 w	5,6 w	3,8 w	3,1 w		
Renda média baixa	41 w	30 w	13 w	8 w	44 w	49 w	6,1 w	3,9 w	3,1 w		
43 Bolívia	46	42	21	14	46	46	6,6	6,0	4,8	2030	..
44 Filipinas	42	31	12	7	44	49	6,8	3,8	2,7	2010	44
45 Iêmen, Rep. Árabe do	49	54	27	20	47	43	7,0	8,0	7,2	2055	..
46 Senegal	47	45	23	16	46	44	6,4	6,5	6,2	2045	12
47 Zimbábue	55	38	17	8	42	46	8,0	5,3	3,4	2015	43
48 Egito	43	34	19	9	43	47	6,8	4,5	3,5	2020	38
49 Rep. Dominicana	47	31	13	7	43	51	7,0	3,7	2,7	2010	50
50 Costa do Marfim	52	50	22	14	44	42	7,4	7,3	6,4	2050	..
51 Papua Nova Guiné	43	36	20	12	47	47	6,2	5,2	4,0	2020	..
52 Marrocos	49	35	18	9	45	48	7,1	4,7	3,5	2020	36
53 Honduras	51	39	17	8	44	45	7,4	5,5	4,2	2025	41
54 Guatemala	46	40	17	8	44	44	6,7	5,7	4,5	2030	23
55 Congo	42	47	18	15	47	43	5,7	6,5	6,3	2050	..
56 El Salvador	46	36	13	8	44	45	6,7	4,8	3,8	2025	47
57 Tailândia	41	22	10	7	44	53	6,3	2,5	2,1	1995	66
58 Botsuana	53	38	19	7	45	44	6,9	5,1	3,1	2015	33
59 Camarões	40	45	20	13	46	42	5,2	6,5	5,8	2045	..
60 Jamaica	38	23	9	6	42	50	5,7	2,6	2,1	1995	..
61 Equador	45	32	13	7	43	48	6,8	4,2	3,1	2015	44
62 Colômbia	43	26	11	6	43	52	6,5	3,1	2,2	2000	65
63 Paraguai	41	35	8	6	41	49	6,6	4,5	3,7	2025	38
64 Tunísia	44	31	16	7	43	49	7,0	4,1	2,9	2010	50
65 Turquia	41	30	15	8	44	50	5,8	3,7	2,8	2010	77
66 Peru	45	31	16	9	44	49	6,7	4,0	2,9	2010	46
67 Jordânia	53	42	21	6	45	43	8,0	6,4	5,2	2035	..

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Taxa bruta de natalidade por mil habitantes		Taxa bruta de mortalidade por mil habitantes		Mulheres em idade de ter filhos como percentual da população		Taxa de fecundidade total			Ano em que supostamente a taxa líquida de reprodução de 1 seria atingida	Mulheres casadas, em idade de ter filhos, usando contraceptivo ^b (%) 1986
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	2000 ^a		
68 Chile	34	23	11	6	45	53	4,8	2,7	2,1	2000	..
69 Síria	48	45	16	7	41	43	7,7	6,7	5,5	2040	..
70 Costa Rica	45	27	8	4	42	52	6,3	3,2	2,4	2005	69
71 México	45	28	11	6	43	50	6,7	3,5	2,4	2005	53
72 Maurício	36	19	8	7	45	56	5,0	2,0	1,8	2030	78
73 Polônia	17	16	7	10	47	48	2,5	2,2	2,1	1990	..
74 Malásia	40	30	12	5	43	51	6,3	3,7	2,8	2010	51
75 Panamá	40	26	9	5	44	51	5,7	3,1	2,2	2000	58
76 Brasil	39	28	11	8	45	51	5,6	3,4	2,4	2005	66
77 Angola	49	47	29	20	47	45	6,4	6,4	6,5	2050	..
78 Líbano	40	..	12	..	42	..	6,2
79 Nicarágua	49	41	16	7	43	45	7,2	5,4	4,2	2025	..
Renda média alta	31 w	26 w	12 w	8 w	47 w	49 w	4,5 w	3,5 w	3,1 w		
80 África do Sul	40	35	16	10	46	49	6,1	4,4	3,5	2020	..
81 Argélia	50	37	18	8	44	45	7,4	5,4	3,8	2020	..
82 Hungria	13	12	11	13	48	47	1,8	1,8	1,8	2030	73
83 Uruguai	21	17	10	10	49	46	2,8	2,4	2,1	1995	..
84 Argentina	23	21	9	9	50	47	3,1	2,9	2,3	2005	..
85 Iugoslávia	21	15	9	9	50	49	2,7	2,0	2,0	2030	..
86 Gabão	31	42	22	16	48	47	4,1	5,5	6,0	2045	..
87 Venezuela	42	30	8	5	44	50	6,1	3,7	2,7	2010	..
88 Trinidad e Tobago	33	26	8	6	46	53	4,3	2,9	2,3	2005	53
89 Coreia, Rep. da	35	16	11	6	46	56	4,9	1,8	1,8	2030	70
90 Portugal	23	12	10	9	48	48	3,1	1,6	1,6	2030	..
91 Grécia	18	11	8	10	51	47	2,3	1,6	1,6	2030	..
92 Omã	50	45	24	7	46	43	7,2	7,1	5,9	2045	..
93 Líbia	49	44	17	9	45	44	7,4	6,8	5,9	2050	..
94 Iraã	46	41	18	8	42	47	7,1	5,6	4,7	2040	..
95 Iraque	49	42	18	8	45	44	7,2	6,3	5,1	2035	..
96 Romênia	15	16	9	11	50	48	1,9	2,1	2,1	1985	..
Rendas média e baixa	41 w	30 w	15 w	10 w	46 w	50 w	6,1 w	3,9 w	3,3 w		
África subsaariana	48 w	47 w	22 w	16 w	45 w	44 w	6,6 w	6,7 w	5,9 w		
Leste asiático	39 w	23 w	11 w	7 w	45 w	54 w	6,2 w	2,7 w	2,2 w		
Sul da Ásia	45 w	34 w	20 w	12 w	47 w	48 w	6,3 w	4,5 w	3,4 w		
Europa, O. Médio e N. da África	35 w	31 w	15 w	10 w	46 w	47 w	5,1 w	4,3 w	3,7 w		
América Latina e Caribe	40 w	28 w	12 w	7 w	45 w	50 w	5,8 w	3,6 w	2,6 w		
Muito endividados	37 w	28 w	12 w	8 w	45 w	49 w	5,4 w	3,6 w	2,8 w		
Economias de alta renda	19 w	14 w	10 w	9 w	47 w	50 w	2,8 w	1,8 w	1,9 w		
Membros da OCDE	19 w	13 w	10 w	9 w	47 w	50 w	2,7 w	1,7 w	1,8 w		
+ Outras	35 w	29 w	11 w	6 w	45 w	48 w	5,4 w	4,5 w	4,0 w		
97 † Arábia Saudita	48	42	20	8	44	42	7,3	7,1
98 Espanha	21	12	8	9	49	48	2,9	1,6	1,6	2030	59
99 Irlanda	22	15	12	9	42	48	4,0	2,3	2,1	1990	..
100 † Israel	26	22	6	7	46	48	3,8	3,0	2,3	2005	..
101 † Cingapura	31	18	6	5	45	59	4,7	1,9	1,9	2030	..
102 † Hong Kong	27	14	6	5	45	55	4,7	1,6	1,6	2030	72
103 Nova Zelândia	23	16	9	8	45	52	3,6	1,9	1,9	2030	..
104 Austrália	20	15	9	7	47	52	3,0	1,9	1,9	2030	..
105 Reino Unido	18	14	12	11	45	48	2,9	1,8	1,8	2030	..
106 Itália	19	10	10	9	48	49	2,7	1,3	1,4	2030	..
107 † Kuwait	48	26	7	3	45	50	7,4	3,7	2,6	2010	..
108 Bélgica	17	12	12	11	44	48	2,6	1,6	1,6	2030	..
109 Países Baixos	20	13	8	8	47	52	3,0	1,6	1,6	2030	72
110 Áustria	18	12	13	11	43	48	2,7	1,5	1,6	2030	..
111 † União dos Emirados Árabes	41	23	14	4	47	47	6,8	4,7	3,7	2020	..
112 França	18	14	11	9	43	48	2,8	1,8	1,8	2030	..
113 Canadá	21	14	8	7	47	53	3,1	1,7	1,7	2030	73
114 Dinamarca	18	12	10	12	47	50	2,6	1,5	1,6	2030	..
115 Alemanha, Rep. Fed. da	18	11	12	11	45	48	2,5	1,5	1,5	2030	78
116 Finlândia	17	13	10	10	48	49	2,4	1,7	1,7	2030	..
117 Suécia	16	13	10	12	47	47	2,4	2,0	2,0	2030	..
118 EUA	19	16	9	9	45	51	2,9	1,9	1,9	2030	..
119 Noruega	18	14	10	11	45	48	2,9	1,8	1,8	2030	..
120 Japão	19	11	7	7	56	50	2,0	1,7	1,7	2030	64
121 Suíça	19	12	10	9	48	50	2,6	1,6	1,7	2030	..
Total de economias informantes	36 w	28 w	14 w	10 w	46 w	50 w	5,4 w	3,6 w	3,1 w		
Exportadores de petróleo	45 w	35 w	18 w	9 w	45 w	48 w	6,4 w	4,7 w	3,8 w		
Não-membros e não-informantes	20 w	18 w	8 w	10 w	47 w	47 w	2,7 w	2,3 w	2,1 w		

a. Quanto às premissas usadas nas projeções, ver notas técnicas da Tabela 26. b. Os números incluem mulheres cujos maridos usam contraceptivos; ver notas técnicas.

Tabela 28. Saúde e nutrição

	População por				Partos assistidos por equipe médica (%) 1985	Recém-nascidos de pouco peso (%) 1985	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)		Consumo diário de calorias (per capita)	
	Médico		Enfermeiro				1965	1988	1965	1986
	1965	1984	1965	1984			1965	1988	1965	1986
Economias de baixa renda	9.760 w	5.580 w	6.010 w	2.200 w			124 w	72 w	1.993 w	2.384 w
China e Índia	2.930 w	1.640 w	4.420 w	1.710 w			114 w	59 w	2.001 w	2.463 w
Outras	28.080 w	13.910 w	10.170 w	3.250 w			149 w	98 w	1.976 w	2.226 w
1 Moçambique	18.000	37.960	5.370	5.760	28	15	179	139	1.979	1.595
2 Etiópia	70.190	78.970	5.970	5.400	58	..	165	135	1.824	1.749
3 Chade	72.480	38.360	13.610	3.390	..	11	183	130	2.399	1.717
4 Tanzânia	21.700	26.200	2.100	8.130	74	14	138	104	1.832	2.192
5 Bangladesh	8.100	6.730	..	8.980	..	31	144	118	1.971	1.927
6 Malavi	47.320	11.330	40.980	3.110	59	10	200	149	2.244	2.310
7 Somália	36.840	16.080	3.950	1.530	2	..	165	130	2.167	2.138
8 Zaire	34.740	141	96	2.187	2.163
9 Butão	..	23.310	..	2.990	3	..	171	127
10 Laos	24.320	1.360	4.880	530	..	39	148	108	1.956	2.391
11 Nepal	46.180	32.710	87.650	4.680	10	..	171	126	1.901	2.052
12 Madagascar	10.620	9.780	3.650	..	62	10	201	119	2.462	2.440
13 Burkina Faso	73.960	57.220	4.150	1.680	..	18	193	137	2.009	2.139
14 Mali	51.510	25.390	3.360	1.350	27	17	207	168	1.858	2.073
15 Burundi	55.910	21.120	7.320	3.040	12	14	142	73	2.391	2.343
16 Uganda	11.110	21.900	3.130	2.060	..	10	121	101	2.360	2.344
17 Nigéria	29.530	7.990	6.160	1.020	..	25	177	103	2.185	2.146
18 Zâmbia	11.380	7.150	5.820	740	..	14	121	78
19 Níger	65.540	39.730	6.210	460	47	20	180	133	1.994	2.432
20 Ruanda	72.480	34.680	7.450	3.650	..	17	141	120	1.665	1.830
21 China	1.600	1.000	3.000	1.710	..	6	90	31	1.926	2.630
22 Índia	4.880	2.520	6.500	1.700	33	30	150	97	2.111	2.238
23 Paquistão	..	2.910	9.910	4.900	24	25	149	107	1.761	2.315
24 Quênia	13.280	9.970	1.930	950	..	13	112	70	2.289	2.060
25 Togo	23.240	8.700	4.990	1.240	..	20	156	92	2.378	2.207
26 Rep. Centro-africana	34.020	23.530	3.000	2.210	..	15	157	102	2.135	1.949
27 Haiti	14.000	7.180	12.890	2.290	20	17	178	116	2.000	1.902
28 Benin	32.390	15.940	2.540	1.750	34	10	166	115	2.009	2.184
29 Gana	13.740	14.890	3.730	640	73	17	120	88	1.950	1.759
30 Lesoto	20.060	18.610	4.700	..	28	10	142	98	2.065	2.303
31 Sri Lanka	5.820	5.520	3.220	1.290	87	28	63	21	2.153	2.400
32 Guiné	47.050	46.420	4.110	5.160	..	18	191	143	1.923	1.776
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	12.870	4.370	1.850	1.060	10	13	197	118	1.982	2.298
34 Indonésia	31.700	9.460	9.490	1.260	43	14	128	68	1.800	2.579
35 Mauritânia	36.530	12.120	..	1.200	23	10	178	125	2.064	2.322
36 Sudão	23.500	10.100	3.360	1.250	20	15	160	106	1.938	2.208
37 Afeganistão	15.770	..	24.430	206	..	2.294	..
38 Myanmar	11.860	3.740	11.370	900	97	16	125	68	1.917	2.609
39 Kampuchea	22.410	..	3.670	134	..	2.276	..
40 Libéria	12.560	9.340	2.330	1.370	89	..	176	130	2.154	2.381
41 Serra Leoa	16.840	13.630	4.470	1.090	25	14	209	152	1.837	1.854
42 Vietnã	..	1.000	..	620	..	18	..	44	..	2.297
Economias de renda média	4.060 w	2.520 w	2.190 w	980 w			98 w	52 w	2.458 w	2.846 w
Renda média baixa	4.910 w	3.030 w	2.190 w	1.090 w			107 w	57 w	2.378 w	2.733 w
43 Bolívia	3.300	1.540	3.990	2.480	36	15	160	108	1.869	2.143
44 Filipinas	..	6.700	1.140	2.740	..	18	72	44	1.924	2.372
45 Iêmen, Rep. Árabe do	56.150	6.010	..	2.580	12	9	197	128	2.008	2.318
46 Senegal	19.490	13.060	2.440	2.030	..	10	126	78	2.479	2.350
47 Zimbábue	8.010	6.700	990	1.000	69	15	103	49	2.105	2.132
48 Egito	2.300	770	2.030	780	24	7	172	83	2.400	3.342
49 Rep. Dominicana	1.700	1.760	1.640	1.210	57	16	110	63	1.872	2.477
50 Costa do Marfim	20.640	..	2.000	..	20	14	149	95	2.359	2.562
51 Papua Nova Guiné	12.640	6.070	620	880	34	25	143	61	1.905	2.205
52 Marrocos	12.120	15.580	2.290	920	..	9	145	71	2.167	2.915
53 Honduras	5.370	1.510	1.530	670	50	20	128	68	1.963	2.068
54 Guatemala	3.690	2.180	8.250	850	19	10	112	57	2.027	2.307
55 Congo	14.210	8.320	950	590	..	12	129	117	2.259	2.619
56 El Salvador	..	2.830	1.300	930	35	15	120	57	1.859	2.160
57 Tailândia	7.160	6.290	4.970	710	33	12	88	30	2.101	2.331
58 Botsuana	27.450	6.900	17.710	700	52	8	112	41	2.019	2.201
59 Camarões	26.720	..	5.830	13	143	92	2.079	2.028
60 Jamaica	1.990	2.040	340	490	89	8	49	11	2.231	2.590
61 Equador	3.000	820	2.320	610	27	10	112	62	1.940	2.058
62 Colômbia	2.500	1.240	890	660	51	15	86	39	2.174	2.542
63 Paraguai	1.850	1.460	1.550	1.000	22	6	73	41	2.627	2.853
64 Tunísia	8.000	2.150	..	370	60	7	145	48	2.201	2.994
65 Turquia	2.900	1.380	..	1.030	78	7	165	75	2.659	3.229
66 Peru	1.650	1.040	900	..	55	9	130	86	2.325	2.246
67 Jordânia	4.690	1.140	1.800	1.300	75	7	114	43	2.314	2.991

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	População por				Partos assistidos por equipe médica (%) 1985	Recém-nascidos de pouco peso (%) 1985	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)		Consumo diário de calorias (per capita)	
	Médico		Enfermeiro				1965	1988	1965	1986
	1965	1984	1965	1984						
68 Chile	2.120	1.230	600	370	97	7	101	20	2.592	2.579
69 Síria	5.400	1.260	..	1.440	37	9	114	46	2.195	3.260
70 Costa Rica	2.010	960	630	450	93	9	72	18	2.366	2.803
71 México	2.080	1.240	980	880	..	15	82	46	2.644	3.132
72 Maurício	3.930	1.900	2.030	580	90	9	65	22	2.271	2.748
73 Polônia	800	490	410	190	..	8	42	16	3.229	3.336
74 Malásia	6.200	1.930	1.320	1.010	82	9	55	23	2.247	2.730
75 Panamá	2.130	980	1.600	390	83	8	56	22	2.255	2.446
76 Brasil	2.500	1.080	3.100	1.210	73	8	104	61	2.402	2.656
77 Angola	13.150	17.790	3.820	1.020	15	17	192	135	1.897	1.880
78 Líbano	1.010	..	2.030	56	..	2.489	..
79 Nicarágua	2.560	1.500	1.390	530	..	15	121	60	2.398	2.495
Renda média alta	2.380 w	1.220 w	2.190 w	680 w			82 w	42 w	2.629 w	3.117 w
80 África do Sul	2.050	..	490	12	124	70	2.623	2.924
81 Argélia	8.590	2.340	11.770	330	..	9	154	72	1.681	2.715
82 Hungria	630	310	240	170	99	10	39	16	3.171	3.569
83 Uruguai	880	520	590	8	47	23	2.811	2.648
84 Argentina	600	370	610	980	..	6	58	31	3.210	3.210
85 Iugoslávia	1.200	550	850	260	..	7	72	25	3.289	3.563
86 Gabão	..	2.790	760	270	92	16	153	101	1.881	2.521
87 Venezuela	1.210	700	560	..	82	9	65	35	2.321	2.494
88 Trinidad e Tobago	3.810	950	560	260	90	..	42	16	2.497	3.082
89 Coréia, Rep. da	2.680	1.160	2.970	580	65	9	62	24	2.256	2.907
90 Portugal	1.240	410	1.160	8	65	14	2.517	3.151
91 Grécia	710	350	600	450	..	6	34	12	3.049	3.688
92 Omã	23.790	1.700	6.420	760	60	14	194	38
93 Líbia	3.860	690	850	350	76	5	138	80	1.925	3.601
94 Iraã	3.890	2.690	4.270	1.050	..	9	152	64	2.204	3.313
95 Iraque	5.000	1.740	2.910	1.660	50	9	119	68	2.150	2.932
96 Romênia	760	570	400	280	99	6	44	24	2.978	3.373
Rendas média e baixa	8.270 w	4.790 w	5.020 w	1.900 w			117 w	67 w	2.116 w	2.507 w
África subsaariana	33.200 w	23.850 w	5.420 w	2.460 w			160 w	108 w	2.092 w	2.096 w
Leste asiático	5.600 w	2.390 w	4.050 w	1.570 w			92 w	37 w	1.937 w	2.594 w
Sul da Ásia	6.220 w	3.570 w	8.380 w	2.710 w			147 w	99 w	2.060 w	2.228 w
Europa, O. Médio e N. da África	4.760 w	2.430 w	3.440 w	1.160 w			115 w	62 w	2.610 w	3.177 w
América Latina e Caribe	2.370 w	1.230 w	2.090 w	1.020 w			95 w	53 w	2.457 w	2.700 w
Muito endividados	3.010 w	2.560 w	1.620 w	1.180 w			88 w	51 w	2.537 w	2.768 w
Economias de alta renda	940 w	470 w	470 w	140 w			25 w	9 w	3.083 w	3.376 w
Membros da OCDE	870 w	450 w	420 w	130 w			24 w	8 w	3.100 w	3.390 w
† Outras	4.430 w	800 w	2.510 w	260 w			69 w	36 w	2.323 w	3.001 w
97 † Arábia Saudita	9.400	690	6.060	320	78	6	148	69	1.853	3.004
98 Espanha	800	320	1.220	260	96	..	38	9	2.822	3.359
99 Irlanda	950	680	170	140	..	4	25	7	3.546	3.632
100 † Israel	400	350	300	110	99	7	27	11	2.784	3.061
101 † Cingapura	1.900	1.310	600	..	100	7	26	7	2.297	2.840
102 † Hong Kong	2.520	1.070	1.250	240	..	4	27	7	2.504	2.859
103 Nova Zelândia	820	580	570	80	99	5	20	11	3.237	3.463
104 Austrália	720	440	150	110	99	6	19	9	3.118	3.326
105 Reino Unido	870	..	200	120	98	7	20	9	3.353	3.256
106 Itália	1.850	230	790	7	36	10	3.091	3.523
107 † Kuwait	790	640	270	200	99	7	64	15	2.945	3.021
108 Bélgica	700	330	590	110	100	5	24	9
109 Países Baixos	860	450	270	170	..	4	14	8	3.108	3.326
110 † Áustria	720	390	350	180	..	6	28	8	3.231	3.428
111 † União dos Emirados Árabes	..	1.020	..	390	96	..	108	25	2.705	3.733
112 França	830	320	380	110	..	5	22	8	3.217	3.336
113 Canadá	770	510	190	120	99	6	24	7	3.212	3.462
114 Dinamarca	740	400	190	60	..	6	19	8	3.395	3.633
115 Alemanha, Rep. Fed. da	640	380	500	230	..	5	24	8	3.102	3.528
116 Finlândia	1.300	440	180	60	..	4	17	6	3.111	3.122
117 Suécia	910	390	310	100	100	4	13	6	2.888	3.064
118 EUA	670	470	310	70	100	7	25	10	3.224	3.645
119 Noruega	790	450	340	60	100	4	17	8	3.032	3.223
120 Japão	970	660	410	180	100	5	18	5	2.687	2.864
121 Suíça	710	700	270	130	..	5	18	7	3.412	3.437
Total de economias informantes	6.630 w	4.070 w	4.000 w	1.600 w			97 w	57 w	2.321 w	2.653 w
Exportadores de petróleo	17.920 w	5.130 w	5.740 w	1.010 w			134 w	71 w	2.128 w	2.737 w
Não-membros e não-informantes	540 w	380 w	300 w	170 w			30 w	24 w	3.151 w	3.395 w

Tabela 29. Educação

	Percentual de grupo etário matriculado em escolas												Matrículas líquidas no primário (%)		Coeficiente aluno/professor no primário	
	Primário				Secundário				Terciário							
	Total		Mulheres		Total		Mulheres		(total)							
	1965	1987	1965	1987	1965	1987	1965	1987	1965	1987	1965	1987				
Economias de baixa renda	73 w	104 w	..	95 w	20 w	37 w	..	29 w	2 w	
China e Índia	83 w	117 w	..	106 w	25 w	41 w	..	33 w	2 w	
Outras	49 w	76 w	37 w	68 w	9 w	26 w	5 w	16 w	1 w	3 w	
1 Moçambique	37	68	26	59	3	5	2	4	0	0	..	45	
2 Etiópia	11	37	6	28	2	15	1	12	0	1	..	27	41	
3 Chade	34	51	13	29	1	6	0	2	..	0	..	38	83	
4 Tanzânia	32	66	25	66	2	4	1	3	0	0	..	50	52	33	..	
5 Bangladesh	49	59	31	49	13	18	3	11	1	5	..	53	45	48	..	
6 Malavi	44	66	32	59	2	4	1	3	0	1	..	49	
7 Somália	10	15	4	10	2	9	1	6	0	3	16	..	26	
8 Zaire	70	76	45	64	5	22	2	13	0	2	37	
9 Butão	7	24	1	17	0	4	..	1	
10 Laos	40	111	30	100	2	23	1	19	0	2	37	
11 Nepal	20	82	4	..	5	26	2	..	1	5	
12 Madagascar	65	..	59	..	8	21	5	19	1	4	71	
13 Burkina Faso	12	32	8	24	1	6	1	4	0	1	..	27	47	65	..	
14 Mali	24	23	16	17	4	6	2	4	0	1	..	18	46	38	..	
15 Burundi	26	67	15	50	1	4	1	3	0	1	40	
16 Uganda	67	70	50	63	4	13	2	9	0	1	
17 Nigéria	32	77	24	..	5	..	3	..	0	33	
18 Zâmbia	53	97	46	92	7	17	3	13	..	1	51	
19 Níger	11	29	7	20	1	6	0	3	..	1	42	
20 Ruanda	53	67	43	66	2	6	1	5	0	0	..	64	67	
21 China	89	132	..	124	24	43	..	37	1	2	..	98	
22 Índia	74	98	57	81	27	39	13	27	5	42	
23 Paquistão	40	52	20	35	12	19	5	11	2	5	42	41	..	
24 Quênia	54	96	40	93	4	23	2	19	0	1	88	..	34	
25 Togo	55	101	32	78	5	24	2	12	0	3	..	73	50	
26 Rep. Centro-africana	56	66	28	51	2	12	1	6	..	1	..	49	54	63	..	
27 Haiti	50	95	44	89	5	17	3	16	0	
28 Benin	34	63	21	43	3	16	2	9	0	3	..	50	41	33	..	
29 Gana	69	71	57	63	13	40	7	32	1	2	32	24	..	
30 Lesoto	94	113	114	125	4	..	4	..	0	57	
31 Sri Lanka	93	104	86	102	35	66	35	69	2	4	
32 Guiné	31	30	19	18	5	9	2	4	0	1	..	23	
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	23	..	10	..	11	..	5	
34 Indonésia	72	118	65	115	12	46	7	..	1	..	72	
35 Mauritània	13	52	6	42	1	16	0	9	..	3	20	
36 Sudão	29	49	21	41	4	20	2	17	1	2	48	
37 Afeganistão	16	..	5	..	2	..	1	..	0	53	
38 Myanmar	71	..	65	..	15	..	11	..	1	
39 Kampuchea	77	..	56	..	9	..	4	..	1	48	
40 Libéria	41	35	23	..	5	..	3	..	1	3	
41 Serra Leoa	29	..	21	..	5	..	3	..	0	32	
42 Vietnã	..	102	..	99	..	42	..	40	
Economias de renda média	92 w	104 w	86 w	101 w	26 w	54 w	22 w	54 w	6 w	17 w	36 w	29 w	..	
Renda média baixa	92 w	104 w	86 w	101 w	23 w	49 w	20 w	50 w	6 w	16 w	37 w	29 w	..	
43 Bolívia	73	91	60	85	18	37	15	35	5	17	73	83	28	27	..	
44 Filipinas	113	106	111	106	41	68	40	69	19	38	95	..	31	
45 Iêmen, Rep. Árabe do	9	91	1	40	0	26	..	6	..	2	22	..	56	
46 Senegal	40	60	29	49	7	15	3	10	1	3	..	50	43	54	..	
47 Zimbábue	110	136	92	132	6	45	5	36	0	4	
48 Egito	75	90	60	79	26	69	15	58	7	20	39	
49 Rep. Dominicana	87	133	87	135	12	47	12	56	2	19	53	
50 Costa do Marfim	60	70	41	58	6	19	2	12	0	47	
51 Papua Nova Guiné	44	70	35	64	4	12	2	9	..	2	19	31	..	
52 Marrocos	57	71	35	56	11	37	5	30	1	10	47	57	39	26	..	
53 Honduras	80	106	79	108	10	32	9	..	1	9	
54 Guatemala	50	77	45	70	8	21	7	..	2	9	53	..	33	35	..	
55 Congo	114	..	94	..	10	..	5	..	1	7	60	
56 El Salvador	82	79	79	81	17	29	17	30	2	18	..	71	34	45	..	
57 Tailândia	78	95	74	..	14	28	11	..	2	20	35	
58 Botsuana	65	114	71	117	3	32	3	33	..	3	58	..	40	
59 Camarões	94	109	75	100	5	26	2	20	0	3	69	..	47	
60 Jamaica	109	105	106	106	51	65	50	67	3	4	90	
61 Equador	91	117	88	116	17	56	16	57	3	30	78	..	37	
62 Colômbia	84	114	86	115	17	56	16	56	3	14	36	
63 Paraguai	102	102	96	99	13	30	13	30	4	..	83	..	30	
64 Tunísia	91	116	65	107	16	40	9	34	2	6	..	95	56	31	..	
65 Turquia	101	117	83	113	16	46	9	34	4	10	..	84	46	31	..	
66 Peru	99	122	90	120	25	65	21	61	8	25	36	
67 Jordânia	95	..	83	..	38	..	23	..	2	38	

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Percentual de grupo étnico matriculado em escolas													
	Primário				Secundário				Terciário		Matrículas líquidas no primário (%)		Coeficiente aluno/professor no primário	
	Total		Mulheres		Total		Mulheres		(total)		1965	1987	1965	1987
	1965	1987	1965	1987	1965	1987	1965	1987	1965	1987	1965	1987	1965	1987
68 Chile	124	103	122	104	34	70	36	71	6	18	94	..	52	..
69 Síria	78	110	52	104	28	59	13	48	8	18	87	99	36	26
70 Costa Rica	106	98	105	97	24	41	25	43	6	25	92	85	27	31
71 México	92	118	90	116	17	53	13	53	4	16	..	100	47	32
72 Maurício	101	106	97	107	26	51	18	50	3	1	82	94	34	23
73 Polónia	104	101	102	101	69	80	69	82	18	18	96	99	28	16
74 Malásia	90	102	84	102	28	59	22	59	2	7	22
75 Panamá	102	106	99	104	34	59	36	63	7	28	87	..	30	..
76 Brasil	108	103	108	..	16	39	16	45	2	11	71	84	28	..
77 Angola	39	..	26	..	5	..	4	..	0
78 Líbano	106	..	93	..	26	..	20	..	14
79 Nicarágua	69	99	69	104	14	43	13	58	2	8	65	76	34	32
Renda média alta	92 w	104 w	86 w	101 w	32 w	67 w	27 w	65 w	7 w	20 w	34 w	30 w
80 África do Sul	90	..	88	..	15	..	14	..	4
81 Argélia	68	96	53	81	7	55	5	46	1	9	77	88	43	29
82 Hungria	101	97	100	97	..	70	..	70	13	15	..	95	23	14
83 Uruguai	106	110	106	109	44	73	46	..	8	42
84 Argentina	101	110	102	110	28	74	31	78	14	39	96	..	20	..
85 Iugoslávia	106	95	103	94	65	80	59	79	13	19	31	..
86 Gabão	134	..	122	..	11	..	5	5	39	..
87 Venezuela	94	107	94	107	27	54	28	59	7	27	81	..	34	..
88 Trinidad e Tobago	93	100	90	100	36	82	34	85	2	4	87	88	34	24
89 Coreia, Rep. da	101	101	99	101	35	88	25	86	6	36	99	99	62	37
90 Portugal	84	124	83	121	42	56	34	..	5	12	91	..	32	..
91 Grécia	110	104	109	104	49	90	41	89	10	26	97	..	36	..
92 Omã	..	97	..	92	..	38	..	29	..	2	32	80
93 Líbia	78	..	44	..	14	..	4	..	1	10	31	..
94 Ira	63	114	40	105	18	48	11	39	2	5	..	94	32	29
95 Iraque	74	98	45	91	28	49	14	38	4	13	79	86	22	25
96 Romênia	101	97	100	98	39	79	32	80	10	10	23	..
Rendas média e baixa	78 w	104 w	62 w	96 w	22 w	41 w	14 w	35 w	3 w	8 w
África subsaariana	41 w	68 w	30 w	57 w	4 w	17 w	2 w	12 w	0 w	1 w	42 w	..
Leste asiático	88 w	125 w	..	120 w	23 w	45 w	..	40 w	1 w	5 w
Sul da Ásia	68 w	89 w	52 w	73 w	24 w	35 w	12 w	24 w	4 w	42 w	..
Europa, O. Médio e N. da África	83 w	97 w	71 w	90 w	32 w	57 w	26 w	50 w	7 w	12 w	36 w	..
América Latina e Caribe	98 w	108 w	96 w	110 w	19 w	49 w	19 w	53 w	4 w	17 w	34 w	..
Muito endividados	99 w	104 w	97 w	103 w	27 w	53 w	26 w	55 w	8 w	19 w	33 w	27 w
Economias de alta renda	104 w	102 w	105 w	103 w	62 w	93 w	59 w	96 w	21 w	39 w	25 w	..
Membros da OCDE	104 w	103 w	106 w	103 w	63 w	94 w	61 w	97 w	21 w	39 w	25 w	..
† Outras	75 w	87 w	68 w	85 w	27 w	62 w	25 w	59 w	7 w	17 w	26 w	..
97 † Arábia Saudita	24	71	11	65	4	44	1	35	1	13	42	..	22	..
98 Espanha	115	113	114	113	38	102	29	107	6	30	100	..	34	..
99 Irlanda	108	100	108	100	51	98	50	103	12	24	91
100 † Israel	95	95	95	97	48	83	51	87	20	34	19
101 † Cingapura	105	..	100	..	45	..	41	..	10	..	100	..	29	..
102 † Hong Kong	103	106	99	105	29	74	25	76	5	..	92	..	29	..
103 Nova Zelândia	106	107	104	106	75	85	74	86	15	36	100	..	22	..
104 Austrália	99	106	99	105	62	98	61	99	16	29	98	98	28	17
105 Reino Unido	92	106	92	106	66	83	66	85	12	22	97
106 Itália	112	95	110	97	47	75	41	74	11	24	97	..	22	..
107 † Kuwait	116	94	103	92	52	82	43	79	..	17	68	79	23	12
108 Bélgica	109	100	108	100	75	99	72	100	15	33	..	83	21	10
109 Países Baixos	104	115	104	116	61	104	57	103	17	31	92	..	31	..
110 Áustria	106	101	105	101	52	80	52	81	9	29	89	..	20	11
111 † União dos Emirados Árabes	..	99	..	100	..	60	..	66	0	9	..	88	..	25
112 França	134	113	133	113	56	92	59	96	18	31	98	100	30	..
113 Canadá	105	105	104	104	56	104	55	104	26	58	..	97	26	..
114 Dinamarca	98	99	99	99	83	107	67	107	14	30	11	..
115 Alemanha, Rep. Fed. da	..	103	..	101	..	94	..	92	9	30	17	..
116 Finlândia	92	101	89	101	76	106	80	114	11	38	23	..
117 Suécia	95	100	96	..	62	91	60	92	13	31	100	100	20	..
118 EUA	100	100	..	100	..	98	..	99	40	60	72	..	25	..
119 Noruega	97	95	98	95	64	95	62	97	11	35	100	..	21	..
120 Japão	100	102	100	102	82	96	81	97	13	28	99	..	29	..
121 Suíça	87	..	87	..	37	..	35	..	8	24
Total de economias informantes	83 w	104 w	70 w	97 w	28 w	50 w	23 w	46 w	7 w	15 w	35 w	..
Exportadores de petróleo	68 w	104 w	59 w	105 w	15 w	52 w	10 w	49 w	2 w	15 w	37 w	..
Não-membros e não-informantes	104 w	105 w	103 w	101 w	67 w	93 w	73 w	72 w	27 w	23 w

Tabela 30. Distribuição de renda e PIB estimado do PCI

	PIB per capita estimado do PCP, (EUA = 100) 1985	Distribuição percentual da renda familiar, por grupos centis de famílias ^a							
		Anos	Os 20% inferiores	Segundo quartil	Terceiro quartil	Quarto quartil	Os 20% superiores	Os 10% superiores	
Economias de baixa renda									
China e Índia									
Outras									
1	Moçambique		
2	Etiópia	1,6		
3	Chade		
4	Tanzânia	2,6		
5	Bangladesh ^c	5,0	1981-82	9,3	13,1	16,8	21,8	39,0	24,9
6	Malavi	3,6	
7	Somália	
8	Zaire	
9	Butão	
10	Laos	
11	Nepal	
12	Madagascar	3,9	
13	Burkina Faso	
14	Mali	2,4	
15	Burundi	
16	Uganda	
17	Nigéria	7,2	
18	Zâmbia	4,7	
19	Níger	
20	Ruanda	3,8	
21	China	
22	Índia ^c	4,5	1983	8,1	12,3	16,3	22,0	41,4	26,7
23	Paquistão ^d	8,1	1984-85	7,8	11,2	15,0	20,6	45,6	31,3
24	Quênia	5,3
25	Togo
26	Rep. Centro-africana
27	Haiti
28	Benin	6,5
29	Gana ^c	..	1987	6,5	10,9	15,7	22,3	44,6	29,1
30	Lesoto
31	Sri Lanka ^c	11,2	1985-86	4,8	8,5	12,1	18,4	56,1	43,0
32	Guiné
33	Iêmen, Rep. Dem. Pop. do
34	Indonésia ^c	..	1987	8,8	12,4	16,0	21,5	41,3	26,5
35	Mauritânia
36	Sudão
37	Afeganistão
38	Myanmar
39	Kampuchea
40	Libéria
41	Serra Leoa	3,0
42	Vietnã
Economias de renda média									
Renda média baixa									
43	Bolívia
44	Filipinas ^d	10,8	1985	5,5	9,7	14,8	22,0	48,0	32,1
45	Iêmen, Rep. Árabe do
46	Senegal	7,0
47	Zimbábue	9,9
48	Egito	15,8
49	Rep. Dominicana
50	Costa do Marfim ^c	10,2	1986	5,0	8,0	13,1	21,3	52,7	36,3
51	Papua Nova Guiné
52	Marrocos ^d	13,1	1984-85	9,8	13,0	16,4	21,4	39,4	25,4
53	Honduras
54	Guatemala	..	1979-81	5,5	8,6	12,2	18,7	55,0	40,8
55	Congo	16,4
56	El Salvador
57	Tailândia	16,0
58	Botsuana	16,1	1985-86	2,5	6,5	11,8	20,2	59,0	42,8
59	Camarões	14,0
60	Jamaica ^c	..	1988	5,4	9,9	14,4	21,2	49,2	33,4
61	Equador
62	Colômbia ^c	..	1988	4,0	8,7	13,5	20,8	53,0	37,1
63	Paraguai
64	Tunísia	19,8
65	Turquia	21,8
66	Peru ^c	..	1985	4,4	8,5	13,7	21,5	51,9	35,8
67	Jordânia

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	PIB per capita estimado do PCP, (EUA = 100) 1985	Distribuição percentual da renda familiar, por grupos centis de famílias*						
		Anos	Os 20% inferiores	Segundo quartil	Tercero quartil	Quarto quartil	Os 20% superiores	Os 10% superiores
68 Chile
69 Síria
70 Costa Rica*	..	1986	3,3	8,3	13,2	20,7	54,5	38,8
71 México
72 Maurício	24,8
73 Polónia*	24,5	1987	9,7	14,2	18,0	22,9	35,2	21,0
74 Malásia*	..	1987	4,6	9,3	13,9	21,2	51,2	34,8
75 Panamá
76 Brasil	..	1983	2,4	5,7	10,7	18,6	62,6	46,2
77 Angola
78 Líbano
79 Nicarágua
Renda média alta								
80 África do Sul
81 Argélia
82 Hungria*	31,2	1983	10,9	15,3	18,7	22,8	32,4	18,7
83 Uruguai
84 Argentina
85 Iugoslávia*	29,2	1987	6,1	11,0	16,5	23,7	42,8	26,6
86 Gabão
87 Venezuela*	..	1987	4,7	9,2	14,0	21,5	50,6	34,2
88 Trinidad e Tobago
89 Coreia, Rep. da	24,1
90 Portugal	33,8
91 Grécia	35,5
92 Omã
93 Líbia
94 Irã	27,9
95 Iraque
96 Romênia
Rendas média e baixa								
África subsaariana								
Leste asiático								
Sul da Ásia								
Europa, O. Médio								
e N. da África								
América Latina e Caribe								
Muito endividados								
Economias de alta renda								
Membros da OCDE								
† Outras								
97 † Arábia Saudita
98 Espanha	46,0	1980-81	6,9	12,5	17,3	23,2	40,0	24,5
99 Irlanda	40,9
100 Israel	..	1979	6,0	12,1	17,8	24,5	39,6	23,5
101 † Cingapura	..	1982-83	5,1	9,9	14,6	21,4	48,9	33,5
102 † Hong Kong	61,7	1980	5,4	10,8	15,2	21,6	47,0	31,3
103 Nova Zelândia	60,9	1981-82	5,1	10,8	16,2	23,2	44,7	28,7
104 Austrália	71,1	1985	4,4	11,1	17,5	24,8	42,2	25,8
105 Reino Unido	66,1	1979	5,8	11,5	18,2	25,0	39,5	23,3
106 Itália	65,6	1986	6,8	12,0	16,7	23,5	41,0	25,3
107 † Kuwait
108 Bélgica	64,7	1978-79	7,9	13,7	18,6	23,8	36,0	21,5
109 Países Baixos	68,2	1983	6,9	13,2	17,9	23,7	38,3	23,0
110 Áustria	66,1
111 † União dos Emirados Árabes
112 França	69,3	1979	6,3	12,1	17,2	23,5	40,8	25,5
113 Canadá	92,5	1987	5,7	11,8	17,7	24,6	40,2	24,1
114 Dinamarca	74,2	1981	5,4	12,0	18,4	25,6	38,6	22,3
115 Alemanha, Rep. Fed. da	73,8	1984	6,8	12,7	17,8	24,1	38,7	23,4
116 Finlândia	69,5	1981	6,3	12,1	18,4	25,5	37,6	21,7
117 Suécia	76,9	1981	8,0	13,2	17,4	24,5	36,9	20,8
118 EUA	100,0	1985	4,7	11,0	17,4	25,0	41,9	25,0
119 Noruega	84,4	1979	6,2	12,8	18,9	25,3	36,7	21,2
120 Japão	71,5	1979	8,7	13,2	17,5	23,1	37,5	22,4
121 Suíça	..	1982	5,2	11,7	16,4	22,1	44,6	29,8
Total de economias informantes								
Exportadores de petróleo								
Não-membros e não-informantes								

a. PCI refere-se ao Programa de Comparação Internacional, da ONU; os dados são resultados preliminares da Fase V. b. Essas estimativas devem ser consideradas com cautela; ver notas técnicas para maiores detalhes sobre diferentes indicadores de distribuição, como nas notas de rodapé a seguir. c. Despesa per capita. d. Despesa familiar. e. Renda per capita.

Tabela 31. Urbanização

	População urbana				Percentual da população urbana				Número de cidades com mais de 500 mil habitantes	
	Como percentual da população total		Taxa média de aumento anual (percentual)		Na maior cidade		Em cidades com mais de 500 mil habitantes		1960	1980
	1965	1988	1965-80	1980-88	1960	1980	1960	1980	1960	1980
Economias de baixa renda	17 w	35 w	3,5 w	..	11 w	13 w	30 w	43 w	59 t	165 t
China e Índia	18 w	40 w	3,0 w	..	6 w	6 w	36 w	43 w	49 t	114 t
Outras	14 w	25 w	4,9 w	5,2 w	24 w	28 w	17 w	43 w	10 t	51 t
1 Moçambique	5	24	10,2	11,0	75	83	0	83	0	1
2 Etiópia	8	13	4,9	5,2	30	37	0	37	0	1
3 Chade	9	31	7,8	7,4	..	39	0	0	0	0
4 Tanzânia	5	30	11,7	11,6	34	50	0	50	0	1
5 Bangladesh	6	13	6,4	5,6	20	30	20	51	1	3
6 Malavi	5	14	7,5	7,9	..	19	0	0	0	0
7 Somália	20	37	5,5	5,6	..	34	0	0	0	0
8 Zaire	26	39	4,6	4,6	14	28	14	38	1	2
9 Butão	3	5	3,9	4,9	0	0	0	0
10 Laos	8	18	5,3	6,1	69	48	0	0	0	0
11 Nepal	4	9	6,4	7,4	41	27	0	0	0	0
12 Madagascar	12	24	5,5	5,9	44	36	0	36	0	1
13 Burkina Faso	5	9	4,1	5,4	..	41	0	0	0	0
14 Mali	13	19	4,4	3,5	32	24	0	0	0	0
15 Burundi	2	7	6,7	9,5	0	0	0	0
16 Uganda	7	10	4,7	5,1	38	52	0	52	0	1
17 Nigéria	17	34	5,7	6,3	13	17	22	58	2	9
18 Zâmbia	23	54	7,2	6,7	..	35	0	35	0	1
19 Níger	7	18	7,2	8,0	..	31	0	0	0	0
20 Ruanda	3	7	7,5	8,2	0	0	0	0
21 China	18	50	2,3	..	6	6	42	45	38	78
22 Índia	19	27	3,9	4,0	7	6	26	39	11	36
23 Paquistão	24	31	4,3	4,5	20	21	33	51	2	7
24 Quênia	9	22	8,1	8,2	40	57	0	57	0	1
25 Togo	11	25	6,6	7,0	..	60	0	0	0	0
26 Rep. Centro-africana	27	45	4,3	4,9	40	36	0	0	0	0
27 Haiti	18	29	4,2	4,0	42	56	0	56	0	1
28 Benin	11	40	9,0	7,8	..	63	0	63	0	1
29 Gana	26	33	3,2	4,2	25	35	0	48	0	2
30 Lesoto	6	19	7,5	7,2	0	0	0	0
31 Sri Lanka	20	21	2,3	1,3	28	16	0	16	0	1
32 Guiné	12	24	4,9	5,7	37	80	0	80	0	1
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	30	42	3,5	4,7	61	49	0	0	0	0
34 Indonésia	16	27	4,8	4,8	20	23	34	50	3	9
35 Maurítânia	10	40	9,5	7,8	..	39	0	0	0	0
36 Sudão	13	21	5,6	4,1	30	31	0	31	0	1
37 Afeganistão	9	..	6,0	..	33	..	0	..	0	..
38 Myanmar	21	24	3,2	2,3	23	23	23	23	1	2
39 Kampuchea	11	..	-0,5
40 Libéria	22	43	6,2	5,8	0	0	0	0
41 Serra Leoa	15	26	4,4	5,0	37	47	0	0	0	0
42 Vietnã	3,9	..	21	..	50	..	4
Economias de renda média	42 w	58 w	3,9 w	3,3 w	29 w	31 w	34 w	47 w	51 t	113 t
Renda média baixa	40 w	56 w	4,0 w	3,5 w	29 w	32 w	32 w	47 w	31 t	70 t
43 Bolívia	40	50	3,1	4,3	47	44	0	44	0	1
44 Filipinas	32	41	4,1	3,7	27	30	27	34	1	2
45 Iêmen, Rep. Árabe do	5	23	10,2	8,8	..	25	0	0	0	0
46 Senegal	33	38	3,3	4,0	53	65	0	65	0	1
47 Zimbábue	14	27	6,0	6,2	40	50	0	50	0	1
48 Egito	41	48	2,8	3,5	38	39	53	53	2	3
49 Rep. Dominicana	35	59	5,2	4,3	50	54	0	54	0	1
50 Costa do Marfim	23	45	7,5	6,6	27	34	0	34	0	1
51 Papua Nova Guiné	5	15	8,2	4,5	..	25	0	0	0	0
52 Marrocos	32	47	4,3	4,4	16	26	16	50	1	4
53 Honduras	26	42	5,5	5,6	31	33	0	0	0	0
54 Guatemala	34	33	2,7	2,9	41	36	41	36	1	1
55 Congo	34	41	4,5	4,8	77	56	0	0	0	0
56 El Salvador	39	44	3,2	1,9	26	22	0	0	0	0
57 Tailândia	13	21	5,1	4,7	65	69	65	69	1	1
58 Botsuana	4	22	12,6	8,4
59 Camarões	16	47	8,1	7,2	26	21	0	21	0	1
60 Jamaica	38	51	2,8	2,6	77	66	0	66	0	1
61 Equador	37	55	4,7	4,7	31	29	0	51	0	2
62 Colômbia	54	69	3,7	3,0	17	26	28	51	3	4
63 Paraguai	36	46	3,8	4,5	44	44	0	44	0	1
64 Tunísia	40	54	4,0	2,9	40	30	40	30	1	1
65 Turquia	34	47	4,2	3,4	18	24	32	42	3	4
66 Peru	52	69	4,3	3,1	38	39	38	44	1	2
67 Jordânia	46	67	4,3	5,1	31	37	0	37	0	1

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	População urbana				Percentual da população urbana				Número de cidades com mais de 500 mil habitantes	
	Como percentual da população total		Taxa média de aumento anual (percentual)		Na maior cidade		Em cidades com mais de 500 mil habitantes			
	1965	1988	1965-80	1980-88	1960	1980	1960	1980	1960	1980
68 Chile	72	85	2,6	2,3	38	44	38	44	1	1
69 Síria	40	51	4,6	4,5	35	33	35	55	1	2
70 Costa Rica	38	45	4,0	1,9	67	64	0	64	0	1
71 México	55	71	4,4	3,1	28	32	36	48	3	7
72 Maurício	37	42	2,5	0,8
73 Polónia	50	61	1,9	1,4	17	15	41	47	5	8
74 Malásia	26	41	4,5	4,9	19	27	0	27	0	1
75 Panamá	44	54	3,5	3,0	61	66	0	66	0	1
76 Brasil	50	75	4,5	3,6	14	15	35	52	6	14
77 Angola	13	27	6,4	5,8	44	64	0	64	0	1
78 Líbano	50	..	4,5	..	64	..	64	..	1	..
79 Nicarágua	43	59	4,7	4,6	41	..	0	47	0	1
Renda média alta	45 w	62 w	3,6 w	2,8 w	31 w	30 w	38 w	48 w	20 t	43 t
80 África do Sul	47	58	3,3	3,4	16	13	44	53	4	7
81 Argélia	38	44	3,7	3,9	27	12	27	12	1	1
82 Hungria	43	60	2,0	1,2	45	37	45	37	1	1
83 Uruguai	81	85	0,7	0,8	56	52	56	52	1	1
84 Argentina	76	86	2,2	1,8	46	45	54	60	3	5
85 Jugoslávia	31	49	3,0	2,5	11	10	11	23	1	3
86 Gabão	21	44	7,3	6,7
87 Venezuela	70	83	4,8	2,6	26	26	26	44	1	4
88 Trinidad e Tobago	30	67	5,6	3,9	0	0	0	0
89 Coreia, Rep. da	32	69	5,8	3,7	35	41	61	77	3	7
90 Portugal	24	32	1,7	1,9	47	44	47	44	1	1
91 Grécia	48	62	2,0	1,3	51	57	51	70	1	2
92 Omã	4	10	7,6	8,7
93 Líbia	26	68	9,8	6,7	57	64	0	64	0	1
94 Irã	37	54	5,1	4,1	26	28	26	47	1	6
95 Iraque	51	73	5,3	4,8	35	55	35	70	1	3
96 Romênia	38	49	3,0	0,3	22	17	22	17	1	1
Rendas média e baixa	24 w	41 w	3,7 w	6,9 w	16 w	18 w	31 w	44 w	110 t	278 t
África subsaariana	14 w	28 w	5,8 w	6,2 w	28 w	36 w	6 w	41 w	3 t	28 t
Leste asiático	19 w	46 w	3,0 w	..	11 w	13 w	41 w	47 w	46 t	102 t
Sul da Ásia	18 w	26 w	4,0 w	4,0 w	11 w	11 w	25 w	40 w	15 t	49 t
Europa, O. Médio e N. da África	37 w	50 w	3,5 w	3,1 w	28 w	28 w	31 w	40 w	22 t	43 t
América Latina e Caribe	53 w	71 w	4,0 w	3,2 w	27 w	29 w	32 w	49 w	20 t	49 t
Muito endividados	50 w	66 w	3,8 w	3,1 w	26 w	28 w	33 w	47 w	24 t	56 t
Economias de alta renda	71 w	78 w	1,4 w	0,8 w	19 w	19 w	47 w	55 w	107 t	157 t
Membros da OCDE	72 w	77 w	1,3 w	0,7 w	18 w	18 w	47 w	55 w	104 t	152 t
† Outras	68 w	83 w	4,6 w	3,5 w	58 w	49 w	51 w	54 w	3 t	5 t
97 † Arábia Saudita	39	76	8,5	5,8	15	18	0	33	0	2
98 Espanha	61	77	2,2	1,3	13	17	37	44	5	6
99 Irlanda	49	58	2,1	1,1	51	48	51	48	1	1
100 † Israel	81	91	3,5	2,1	46	35	46	35	1	1
101 † Cingapura	100	100	1,6	1,1	100	100	100	100	1	1
102 † Hong Kong	89	93	2,1	1,7	100	100	100	100	1	1
103 Nova Zelândia	79	84	1,6	0,9	25	30	0	30	0	1
104 Austrália	83	86	2,0	1,4	26	24	62	68	4	5
105 Reino Unido	87	92	0,5	0,4	24	20	61	55	15	17
106 Itália	62	68	1,0	0,5	13	17	46	52	7	9
107 † Kuwait	78	95	8,2	5,1	75	30	0	0	0	0
108 Bélgica	93	97	0,4	0,2	17	14	28	24	2	2
109 Países Baixos	86	88	1,2	0,5	9	9	27	24	3	3
110 Áustria	51	57	0,8	0,6	51	39	51	39	1	1
111 † União dos Emirados Árabes	41	78	23,7	4,2
112 França	67	74	1,3	0,5	25	23	34	34	4	6
113 Canadá	73	76	1,5	1,0	14	18	31	62	2	9
114 Dinamarca	77	86	1,1	0,3	40	32	40	32	1	1
115 Alemanha, Rep. Fed. da	79	86	0,7	0,1	20	18	48	45	11	11
116 Finlândia	44	60	2,5	0,4	28	27	0	27	0	1
117 Suécia	77	84	0,9	0,3	15	15	15	35	1	3
118 EUA	72	74	1,2	1,0	13	12	61	77	40	65
119 Noruega	48	74	3,0	0,9	50	32	50	32	1	1
120 Japão	67	77	2,1	0,7	18	22	35	42	5	9
121 Suíça	53	61	1,0	1,3	19	22	19	22	1	1
Total de economias informantes	34 w	47 w	2,7 w	4,9 w	17 w	18 w	35 w	46 w	217 t	435 t
Exportadores de petróleo	30 w	46 w	4,8 w	4,3 w	24 w	26 w	31 w	49 w	16 t	50 t
Não-membros e não-informantes	53 w	67 w	2,1 w	1,6 w	9 w	7 w	20 w	30 w	31 t	58 t

Tabela 32. As mulheres e o desenvolvimento

	Saúde e bem-estar						Mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)	Educação							
	Risco de morte até os 5 anos		Expectativa de vida ao nascer (anos)					Permanência até o 4º ano como percentual da coorte				Mulheres por 100 homens			
			Mulheres		Homens			Mulheres		Homens		Primária		Secundária ^a	
	Mulheres	Homens	1988	1988	1965	1988		1965	1988	1970	1984	1970	1984	1970	1987
Economias de baixa renda	89 w	97 w	50 w	60 w	48 w	60 w									
China e Índia	67 w	74 w	52 w	63 w	50 w	64 w									
Outras	132 w	142 w	45 w	56 w	43 w	53 w		64 w	75 w	72 w	73 w	61 w	67 w	44 w 60 w	
1 Moçambique	190	210	39	50	36	47	479 ^b						78	54	
2 Etiópia	183	203	43	49	42	46	2.000 ^b	57	45	56	50	46	61	32 63	
3 Chade	198	221	38	47	35	45	700					34	40	9 18	
4 Tanzânia	135	153	45	55	41	52	370 ^b	82	88	88	89	65	99	38 66	
5 Bangladesh	175	160	44	51	45	51	600				30	47	66	45	
6 Malavi	234	248	40	48	38	47	250	55	64	60	65	59	80	36 60	
7 Somália	200	223	40	49	37	46	1.100	46	59	51	65	33		27	
8 Zaire	139	157	45	54	42	51	800 ^b	56		65		58		26	
9 Butão	186	178	40	47	41	49			26		29	5		3	
10 Laos	158	178	42	51	39	48						59	78	36 73	
11 Nepal	187	173	40	51	41	52						18		16	
12 Madagascar	160	178	45	51	42	50	300	65		63		86	94	70 85	
13 Burkina Faso	188	208	40	49	37	46	600	71	84	68	82	57	59	33 46	
14 Mali	209	237	39	49	37	46		52	68	89	75	55	59	29 42	
15 Burundi	98	113	45	51	42	47		47	84	45	84	49		17	
16 Uganda	147	167	47	50	44	47	300					65		31	
17 Nigéria	151	170	43	53	40	49	1.500	64		66		59		49	
18 Zâmbia	108	124	46	55	43	52	110	93	97	99		80		49	
19 Níger	204	226	38	47	35	43	420 ^b	75	76	74	88	53		35 42	
20 Ruanda	184	205	51	50	47	47	210	63	82	65	81	79	97	44 35	
21 China	30	40	57	66	53	69	44		76		77		83	69	
22 Índia	118	120	44	58	46	58	500	42		45		60		39	
23 Paquistão	139	128	45	55	47	55	600	56		60		36	49	25 39	
24 Quênia	95	110	50	61	46	57	510 ^b	84	75	84	73	71	93	42 70	
25 Togo	132	150	44	55	40	52	476 ^b	85	77	88	70	45	63	26 32	
26 Rep. Centro-africana	150	169	41	52	40	49	600	67	67	67	74	49	62	20 37	
27 Haiti	137	158	47	57	44	53	340								
28 Benin	152	170	43	52	41	49	1.680 ^b	59	64	67	63	45	51	44	
29 Gana	126	144	49	56	46	52	1.070 ^b	77		82		75	80	35 66	
30 Lesoto	125	142	50	58	47	54		87	86	70	75	150	125	111 153	
31 Sri Lanka	19	27	64	73	63	68	90	94	97	73	99	89	93	101 106	
32 Guiné	210	233	36	43	34	42			62		67	46	45	26 31	
33 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	157	175	41	53	39	50		68		56		25		25	
34 Indonésia	75	90	45	62	43	59	800	67	78	89	99	84		59 79	
35 Maurítânia	192	214	39	48	36	45	119		91		96	39	70	13 44	
36 Sudão	158	177	41	51	39	49	607 ^b		81		80	61		40	
37 Afeganistão			35		35			64		71		16		16	
38 Myanmar	79	94	49	62	46	59	140	39		58		89		65	
39 Kampuchea			46		43							70		43	
40 Libéria	173	192	44	52	41	48	173					49		30	
41 Serra Leoa	235	260	34	43	31	41	450					67		40	
42 Vietnã	46	59		68		64	110								
Economias de renda média	59 w	69 w	59 w	68 w	55 w	63 w		77 w	84 w	76 w	89 w	85 w	88 w	89 w	
Renda média baixa	64 w	75 w	57 w	67 w	54 w	62 w		70 w	82 w	71 w	86 w	85 w	88 w	85 w 94 w	
43 Bolívia	140	158	47	56	42	51	480					69	87	64	
44 Filipinas	45	58	57	66	54	62	80		82		76		97		
45 Iêmen, Rep. Árabe do	193	215	41	48	39	47		44	71	31	76	10	29	3 12	
46 Senegal	109	125	42	50	40	46	530 ^b		88		92	63	69	39 51	
47 Zimbábue	55	67	50	65	46	61	150 ^b	74	87	80	87	79		63	
48 Egito	98	107	50	64	48	61	500	85		93		61	75	48 68	
49 Rep. Dominicana	73	80	57	68	54	64	56		52		70	99	100		
50 Costa do Marfim	137	156	44	54	40	51		77	82	83	83	57		27 44	
51 Papua Nova Guiné	69	84	44	55	44	53	1.000	76		84		57	79	37 57	
52 Marrocos	84	100	51	63	48	59	327 ^b		77		79	51	63	40 66	
53 Honduras	71	85	51	66	48	62	82	38	63	35	59	99		79	
54 Guatemala	63	77	50	65	48	60	110	33	62	73	73	79		65	
55 Congo	166	180	47	56	41	50		86	82	89	89	78	95	43 76	
56 El Salvador	63	77	56	67	53	58	74	56		56		92	102	77 92	
57 Tailândia	28	38	58	68	54	63	270	71		69		88		69	
58 Botsuana	41	52	49	69	46	65	300	97	95	90	95	113	107	88 107	
59 Camarões	116	133	47	58	44	55	303	59	85	58	86	74	85	36 64	
60 Jamaica	10	14	67	75	64	71	100					100	97	103	
61 Equador	74	81	57	68	55	64	220	69		70		93	96	76 91	
62 Colômbia	39	49	61	71	57	66	130	57	75	51	67	101		73	
63 Paraguai	44	56	67	69	63	65	469	70	75	71	76	89	92	91 98	
64 Tunísia	50	63	52	67	51	65	1.000 ^c		90		94	64	81	38 75	
65 Turquia	89	97	55	66	52	63	207	76	97	81	98	73	89	37 60	
66 Peru	105	114	52	64	49	60	310					85		74	
67 Jordânia	49	60	52	68	49	65		90	99	92		78	96	53 95	

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

	Saúde e bem-estar						Educação								
	Risco de morte até os 5 anos		Expectativa de vida ao nascer (anos)				Mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)	Permanência até o 4º ano como percentual da coorte				Mulheres por 100 homens			
	Mulheres	Homens	Mulheres		Homens			Mulheres	Homens	1970	1984	1970	1987	Primária	Secundária*
			1988	1988	1965	1988	1965								
68 Chile	20	25	63	75	57	68	55	86	96	83	97	98	95	130	108
69 Síria	55	67	54	67	51	64	280	92	96	95	97	57	87	36	70
70 Costa Rica	18	22	66	77	63	73	26	93	92	91	90	96	94	111	105
71 México	51	57	61	73	58	66	92	..	72	..	95	92	94	..	88
72 Maurício	21	29	63	70	59	63	99	97	99	97	99	94	98	66	92
73 Polónia	17	22	72	76	66	68	12	99	..	97	..	93	95	251	263
74 Malásia	22	30	60	72	56	68	59	..	100	..	99	88	95	69	98
75 Panamá	21	29	65	74	62	70	90	97	90	97	89	92	92	99	105
76 Brasil	62	75	59	68	55	63	150	56	..	54	..	99	..	99	..
77 Angola	207	229	37	47	34	43	55	..	77	..
78 Líbano	64	..	60	83	..	67	..
79 Nicarágua	66	80	52	65	49	62	65	48	64	45	58	101	107	89	168
Renda média alta	46 w	55 w	62 w	70 w	59 w	65 w		89 w	89 w	86 w	97 w	85 w	89 w	95 w	112 w
80 África do Sul	81	97	54	64	49	58	550 ^c	98	..	95	..
81 Argélia	83	91	51	65	49	63	129	90	..	95	..	60	79	40	73
82 Hungria	15	22	72	74	67	67	28	90	97	99	97	93	95	202	190
83 Uruguai	22	28	72	76	65	69	56	..	99	..	99	91	95	129	..
84 Argentina	30	40	69	74	63	68	85	92	..	69	..	98	97	156	172
85 Iugoslávia	25	30	68	75	64	69	27	91	..	99	..	91	94	86	94
86 Gabão	147	166	44	54	41	51	124 ^b	73	80	78	78	91	98	43	81
87 Venezuela	36	45	65	73	61	67	65	84	82	61	89	99	..	102	..
88 Trinidad e Tobago	15	20	67	74	63	69	81	78	99	74	96	97	98	113	100
89 Coreia, Rep. da	22	31	58	73	55	66	34	96	100	96	99	92	94	65	87
90 Portugal	13	17	68	78	62	71	15	92	..	92	..	95	97	98	114
91 Grécia	13	15	72	79	69	74	12	97	98	96	99	92	94	98	101
92 Omã	35	46	45	66	43	63	..	82	96	82	99	16	85	..	65
93 Líbia	84	100	51	63	48	59	..	92	..	95	..	59	..	21	..
94 Irã	74	89	52	64	52	62	..	75	79	74	99	55	80	49	68
95 Iraque	81	89	53	65	51	63	..	84	90	90	92	41	82	41	62
96 Romênia	24	31	70	73	66	68	180	90	..	89	..	97	95	151	233
Rendas média e baixa	81 w	90 w	52 w	62 w	50 w	61 w		61 w	78 w	64 w	79 w	69 w	81 w	59 w	75 w
África subsaariana	154 w	172 w	43 w	52 w	41 w	49 w		66 w	73 w	69 w	74 w	60 w	77 w	40 w	59 w
Leste asiático	37 w	47 w	56 w	66 w	52 w	67 w		..	78 w	..	81 w	..	84 w	..	71 w
Sul da Ásia	124 w	123 w	45 w	57 w	46 w	57 w		45 w	..	48 w	..	57 w	..	40 w	..
Europa, O. Médio e N. da África	74 w	84 w	58 w	66 w	55 w	62 w		84 w	88 w	87 w	94 w	70 w	82 w	86 w	104 w
América Latina e Caribe	57 w	67 w	60 w	70 w	56 w	64 w		64 w	75 w	59 w	86 w	96 w	96 w	100 w	110 w
Muito endividados	56 w	67 w	61 w	69 w	57 w	63 w		73 w	79 w	69 w	87 w	92 w	92 w	122 w	131 w
Economias de alta renda	10 w	12 w	74 w	79 w	67 w	73 w		95 w	97 w	94 w	96 w	95 w	95 w	94 w	100 w
Membros da OCDE	9 w	11 w	74 w	79 w	67 w	73 w		96 w	97 w	94 w	96 w	96 w	95 w	95 w	100 w
† Outras	37 w	46 w	64 w	73 w	59 w	68 w		95 w	94 w	94 w	94 w	74 w	94 w	69 w	105 w
97 † Arábia Saudita	72	86	50	65	47	62	52	93	93	91	93	46	80	16	66
98 Espanha	9	11	74	80	69	74	10	76	97	76	96	99	93	84	101
99 Irlanda	8	10	73	77	69	72	7	96	95	124	101
100 † Israel	11	15	74	77	71	74	5	96	98	96	98	92	98	131	121
101 † Cingapura	7	10	68	77	64	71	11	99	..	99	..	88	..	103	..
102 † Hong Kong	7	10	71	80	64	75	4	94	..	92	..	90	92	74	104
103 Nova Zelândia	11	15	74	78	68	72	98	..	98	94	95	94	98
104 Austrália	10	13	74	80	68	73	11	..	97	..	94	94	95	91	98
105 Reino Unido	9	12	74	78	68	73	7	95	95	94	96
106 Itália	9	12	73	80	68	74	13	94	..	86	..
107 † Kuwait	14	20	65	76	61	71	18	96	92	98	93	73	95	74	67
108 Bélgica	9	13	74	78	68	72	10	87	..	85	..	94	96	87	103
109 Países Baixos	8	10	76	80	71	74	5	99	..	96	..	96	98	91	111
110 Áustria	9	13	73	79	66	72	11	95	99	92	100	95	94	95	93
111 † União dos Emirados Árabes	23	32	59	73	56	69	..	97	95	93	92	61	94	..	99
112 França	8	10	75	81	68	72	13	97	96	90	99	95	94	107	108
113 Canadá	8	10	75	81	69	73	2	95	97	92	93	95	93	95	95
114 Dinamarca	9	11	75	78	70	72	4	98	100	96	100	97	96	102	105
115 Alemanha, Rep. Fed. da	8	11	73	78	67	72	11	97	97	96	96	96	96	93	97
116 Finlândia	7	9	73	78	66	72	5	..	99	..	98	90	95	112	112
117 Suécia	6	8	76	80	72	74	4	98	..	96	..	96	95	92	104
118 EUA	10	13	74	79	67	72	9	..	96	..	94	95	94	98	..
119 Noruega	9	11	76	80	71	74	..	99	99	98	99	105	95	97	103
120 Japão	5	7	73	81	68	76	15	100	100	100	100	96	95	101	99
121 Suíça	7	9	75	81	69	74	5	94	99	93	99	98	97	93	99
Total de economias informantes	69 w	77 w	57 w	65 w	54 w	63 w		67 w	83 w	69 w	83 w	76 w	84 w	67 w	79 w
Exportadores de petróleo	87 w	99 w	50 w	63 w	48 w	59 w		73 w	80 w	82 w	97 w	73 w	85 w	54 w	77 w
Não-membros e não-informantes	25 w	31 w	72 w	75 w	65 w	66 w		94 w	98 w	99 w	98 w

a. Ver notas técnicas. b. Os dados referem-se à mortalidade materna somente em hospitais e outras instituições médicas. c. Inclui apenas dados comunitários das áreas rurais.



Notas técnicas

Esta décima-terceira edição dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial contém indicadores econômicos e sociais para períodos ou anos selecionados, de modo a permitir a comparação entre economias e grupos de economias.

O principal critério de classificação dos países é o produto nacional bruto (PNB) *per capita*. Com a inclusão de um novo membro do Banco Mundial, Angola, as tabelas principais desta vez contêm dados por país sobre 121 economias. Como na edição anterior, como são escassos os dados disponíveis sobre as nove economias não-membros e não-informantes, estes países não estão incluídos nas principais tabelas. Os indicadores sumários que lhes dizem respeito são apresentados nas tabelas principais, quando disponíveis, e os dados selecionados por país aparecem no Box A.2. O Box A.1, Indicadores básicos para economias com menos de 1 milhão de habitantes, cobre outras 55 economias. Como na edição do ano passado, a tabela sobre força de trabalho não foi incluída ainda por falta de dados novos. Esta tabela será reinserida quando os resultados dos censos de 1990 forem coligidos e tabulados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outras modificações estão descritas na introdução.

Fez-se considerável esforço no sentido de padronizar os dados; há, porém, uma grande diferença entre métodos, cobertura, práticas e definições estatísticas. Além disso, os sistemas estatísticos de muitas economias em desenvolvimento ainda são deficientes, o que afeta a disponibilidade e confiabilidade dos dados. Ademais, comparações entre períodos e entre países sempre envolvem problemas técnicos complexos, os quais não

podem ser resolvidos completa e inequivocamente. Os dados foram extraídos de fontes consideradas bastante fidedignas, mas muitas estão sujeitas a considerável margem de erro. Pede-se ao leitor que leve em conta essas limitações ao interpretar os indicadores, sobretudo ao fazer comparações entre economias.

Para facilitar comparações internacionais, as séries de dados das contas nacionais a preços constantes com base em outros anos que não 1980 foram parcialmente modificadas, tendo como nova base o ano de 1980. Para tanto, muda-se o ano em que as versões em preços correntes e em preços constantes das mesmas séries temporais têm o mesmo valor, sem alterar as tendências de ambas. Os componentes do produto interno bruto (PIB) são transformados um por um e somados para calcular o PIB e seus subagregados. Neste processo, pode haver um desvio entre o PIB por ramo de atividade a preços constantes e o PIB por categoria de despesa. Tais desvios são absorvidos no item *consumo privado etc.*, porque o PIB por ramo de atividade costuma ser a estimativa mais confiável.

Esse método leva em consideração os efeitos das mudanças que ocorrem nos preços relativos inter-setoriais entre o período inicial e o novo período-base. Uma vez que o consumo privado é calculado como residual, as identidades nas contas nacionais foram mantidas. Isto no entanto requer incorporar no consumo privado quaisquer discrepâncias estatísticas que surjam na despesa em função da mudança de base. O valor adicionado no setor de serviços também inclui uma discrepância estatística como descrito pelas fontes originais.

Os indicadores sumários são calculados por

Box A.1. Indicadores básicos para economias com menos de 1 milhão de habitantes

		População (milhares) meados de 1988	Área (milhares de km ²)	PNB per capita ^a			Expectativa de vida ao nascer (anos) 1988	Analfabetismo entre adultos		
				Em dólares de 1988	Taxa média de cresci- mento anual (percentual) 1965-88	Taxa média anual de inflação ^a (percentual)		Mulheres 1985	Total 1985	
						1965-80				1980-88
1	Guiné Bissau	940	36	190	-1,9	..	49,0	40	83	69
2	Gâmbia	822	11	200	1,1	8,1	13,9	44	85	75
3	Guiné Equatorial	336	28	410	46	..	63
4	Maldivas	202	b	410	2,3	..	7,1	60
5	Guiana	799	215	420	-4,4	8,1	15,9	63	5	4
6	Comores	442	2	440	0,6	..	5,8	56
7	São Tomé e Príncipe	119	1	490	-0,1	..	18,1	65
8	Ilhas Salomão	303	29	630	..	7,7	13,1	64
9	Samoa Ocidental	159	3	640	10,5	66
10	Kiribati	67	1	650	5,7	55
11	Cabo Verde	360	4	680	8,9	65	61	53
12	Suazilândia	735	17	810	2,2	9,1	11,4	56	34	32
13	Tonga	97	1	830	66
14	Vanuatu	147	12	840	4,3	64
15	São Vicente e Granadinas	112	b	1.200	2,0	10,9	4,3	70
16	Belize	180	23	1.500	2,4	7,1	2,2	67
17	Fiji	732	18	1.520	1,9	10,4	5,7	71	19	15
18	Santa Lúcia	145	1	1.540	2,7	9,3	3,9	71
19	Dominica	82	1	1.680	0,6	12,8	5,8	74
20	Granada	94	b	1.720	..	11,2	7,4	69
21	Suriname	427	163	2.460	1,1	..	5,8	67	10	10
22	St. Christopher-Nevis	42	b	2.630	3,6	9,7	6,2	69
23	Antígua e Barbuda	78	b	3.690	0,6	73
24	Seychelles	68	b	3.800	3,2	12,2	3,9	70
25	Malta	348	b	5.190	7,4	3,5	1,9	73	18	16
26	Barbados	254	b	6.010	2,3	11,3	6,1	75
27	Chipre	687	9	6.260	6,4	76
28	Barein	473	1	6.340	-1,3	68	36	27
29	Catar	411	11	9.930	70
30	Bahamas	244	14	10.700	1,0	6,4	6,2	68
31	Islândia	249	103	20.190	3,3	26,8	38,0	78
32	Luxemburgo	375	3	22.400	4,1	6,7	4,2	75
33	Samoa norte-americana	37	b	c
34	Aruba	60	b	c
35	Bermudas	57	b	c	..	8,1	10,7
36	Brunei	241	6	c	-4,4	75
37	Ilhas do Canal	137	..	c	76
38	Djibuti	..	23	d	47
39	Ilhas Feroé	47	1	c
40	Micronésia	99	..	c
41	Guiana Francesa	88	90	e	..	7,4	..	73
42	Polinésia Francesa	186	4	c	72
43	Gibraltar	30	b	e
44	Groenlândia	55	342	c
45	Guadalupe	338	2	e	..	8,7	..	74
46	Guam	130	1	c	73
47	Ilha de Man	66	..	c
48	Ilhas Marshall	41	..	c
49	Macau	442	b	e	71
50	Martinica	335	1	e	..	9,2	..	75
51	Antilhas Holandesas	183	1	c	66
52	Nova Caledônia	158	19	c	68
53	Porto Rico ^f	3.321	9	e	4,5	75
54	Reunião	576	3	e	71
55	Ilhas Virgens (EUA)	106	b	c	1,9	6,0	4,5	70

Nota: As economias em itálico são aquelas para as quais não se pode calcular o PNB per capita de 1988; os números em itálico referem-se a anos diferentes dos especificados. a. Ver notas técnicas da Tabela 1. b. Menos de 500 km². c. Calcula-se que o PNB per capita esteja na faixa de renda alta. d. Calcula-se que o PNB per capita esteja na faixa de renda média baixa. e. Calcula-se que o PNB per capita esteja na faixa de renda média alta. f. População superior a 1 milhão de habitantes.

Box A.2. Indicadores selecionados para economias não-membros e não-informantes

Indicador	URSS		Rep. Dem. Pop. da Coreia		Rep. Dem. Alemã		Tchecoslováquia		Cuba	
	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988
População (milhões)	232	286	12	21	17	17	14	16	8	10
População urbana (percentagem do total)	52	67	45	66	73	77	51	67	58	74
Expectativa de vida ao nascer (anos)	69	70	57	70	70	73	69	71	67	76
Taxa bruta de natalidade (por mil)	18	18	44	20	17	13	16	14	34	18
Taxa bruta de mortalidade (por mil)	7	11	12	5	14	13	10	12	8	7
Número de habitantes por médico	480	270	..	420	870	440	540	280	1.150	530
Taxa de fecundidade total	2,5	2,4	6,5	2,5	2,5	1,8	2,4	2	4,4	1,9
Mortalidade infantil por mil nascidos vivos	28	25	63	27	25	8	26	13	38	12
Recém-nascidos de pouco peso (percentual)	6	..	6	..	8
Risco de morte até os 5 anos (mulheres)	..	24	..	26	..	8	..	13	..	13
Risco de morte até os 5 anos (homens)	..	33	..	35	..	11	..	17	..	16
Consumo diário de calorias (<i>per capita</i>)	3.205	3.399	2.329	3.232	3.204	3.814	3.383	3.448	2.374	3.124
Índice de produção alimentícia <i>per capita</i> (1979-81 = 100)	85	111	72	111	73	118	73	119	81	103
Educação, primária (mulheres)	103	111	105	97	96	119	100
Educação, primária (total)	103	106	109	106	99	96	121	104
Área (milhares de km ²)	..	22.402	..	121	..	108	..	128	..	111
População projetada para o ano 2000 (milhões)	..	307	..	25	..	16	..	16	..	12

Nota: Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

simples adição quando uma variável é expressa em unidades de conta de razoável comparabilidade. Os indicadores econômicos que parecem não se adicionar naturalmente são em geral combinados por um sistema de ponderação de preços. Os indicadores sumários referentes a indicadores sociais são ponderados pela população. Mas convém ressaltar que o uso de um único ano-base levanta problemas sobre um período que abarca profundas mudanças estruturais e significativas alterações nos preços relativos, como ocorreu de 1965 a 1988.

As publicações estatísticas do Banco logo passarão a ter 1987 como ano-base. Salvo algumas exceções, o uso de valores de 1987 ao invés de 1980 como coeficientes de ponderação nacionais não alterará em muito os índices de grupo e as taxas de crescimento aqui registrados. As maiores exceções dizem respeito aos exportadores de petróleo e refletem as participações declinantes quanto a PNB, comércio exterior etc. do grupo entre 1980 e 1987. Isso é mais sentido em relação à África subsaariana, com o drástico declínio do coeficiente de ponderação da Nigéria. Por outro lado, é provável que a troca do ano-base para as séries de países, como descrito acima, produza significativas alterações de tendência. Podem ocorrer com frequência diferenças de meio ponto percentual ao ano nas taxas de crescimento; e talvez se verifi-

quem grandes variações no caso de economias que empreenderam mudanças estruturais expressivas, como os exportadores de petróleo.

Os Indicadores do Desenvolvimento Mundial, ao contrário das *World Tables*, apresentam dados (normalmente) para dois pontos de referência, e não séries de tempo anuais. Para os indicadores sumários que abrangem muitos anos, os cálculos baseiam-se na mesma composição de países quanto à cobertura do período e aos diferentes itens. Assim é feito nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial, porque eles permitem que os cálculos por grupo só sejam compilados se os dados por país disponíveis para determinado ano forem representativos de pelo menos dois terços de todo o grupo, conforme definido nas referências de nível de 1980. Enquanto esses critérios não forem atingidos, supõe-se que os informantes desatualizados (e aqueles que não fornecem um histórico mais amplo), que não dispõem de dados durante muitos anos, se comportem da mesma forma que a amostra do grupo que de fato fornece estimativas. O leitor deve ter em mente que o propósito é manter uma relação apropriada entre os tópicos, apesar dos inúmeros problemas relacionados com os dados por país, e que não se pode inferir nada de significativo sobre o comportamento ao nível de país trabalhando-se em cima de antigos indicadores de grupo. Além disso, o processo de pondera-

Bulgária		Albânia		Mongólia		Namíbia		Indicador
1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	
8	9	2	3	1	2	1	1	População (milhões)
46	69	32	35	42	51	28	55	População urbana (percentagem do total)
69	72	66	72	50	62	45	57	Expectativa de vida ao nascer (anos)
15	13	35	25	42	36	46	44	Taxa bruta de natalidade (por mil)
8	12	9	6	16	9	22	12	Taxa bruta de mortalidade (por mil)
600	280	2.100	..	710	100	Número de habitantes por médico
2,1	1,9	5,4	3,1	5,9	4,9	6,1	6,0	Taxa de fecundidade total
31	14	87	27	113	66	145	104	Mortalidade infantil por mil nascidos vivos
..	Recém-nascidos de pouco peso (percentual)
..	14	..	29	..	76	..	118	Risco de morte até os 5 anos (mulheres)
..	18	..	34	..	91	..	137	Risco de morte até os 5 anos (homens)
3.452	3.642	2.389	2.713	2.597	2.847	1.904	1.824	Consumo diário de calorias (<i>per capita</i>)
78	102	85	95	138	99	114	86	Índice de produção alimentícia <i>per capita</i> (1979-81 = 100)
102	103	87	99	97	103	Educação, primária (mulheres)
103	104	92	100	98	102	Educação, primária (total)
..	111	..	29	..	1.565	..	824	Área (milhares de km ²)
..	8	..	4	..	3	..	2	População projetada para o ano 2000 (milhões)

ção pode redundar em discrepância entre as cifras que totalizam os subgrupos e os totais globais. Para maiores detalhes, ver a introdução das *World Tables*.

Todas as taxas de crescimento são indicadas a preços constantes e, salvo indicação em contrário, foram calculadas pelo método dos mínimos quadrados. A taxa de crescimento, c , é estimada ajustando-se uma curva de tendência regressiva de mínimos quadrados aos valores logarítmicos anuais da variável no período em questão. Mais especificamente, a equação de regressão assume a forma de: $\log X_t = a + bt + e_t$, que equivale à transformação logarítmica da equação composta da taxa de crescimento, $X_t = X_0 (1 + c)^t$. Nessas equações, X é a variável, t é o tempo, e $a = \log X_0$ e $b = \log(1 + c)$ são os parâmetros a serem estimados; e é o termo de erro. Se b^* é a estimativa de b pelo método dos mínimos quadrados, então a taxa média anual de crescimento, c , é obtida como $[\text{antilog}(b^*)] - 1$, e multiplicada por 100 para ser expressa em termos percentuais.

Tabela 1. Indicadores básicos

Indicadores básicos para economias com menos de 1 milhão de habitantes, ver Box A.1. Indicadores selecionados para economias não-membros e não-informantes, ver Box A.2.

Os números de *população* referentes a meados de 1988 são estimativas do Banco Mundial. Estas são normalmente projeções baseadas nos dados mais recentes de pesquisas ou censos demográficos, que em alguns casos são bastante obsoletos. Note-se que os refugiados não estabelecidos permanentemente no país de asilo são em geral considerados parte da população de seus países de origem.

Os dados sobre *área* provêm da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Os números em dólares dos EUA do PNB *per capita* são calculados pelo método do *World Bank Atlas*, que é descrito mais adiante.

O PNB *per capita*, por si só, não representa ou mede o bem-estar ou o êxito no desenvolvimento. Ele não faz distinção entre os objetivos e os usos finais de um dado produto, nem indica se este apenas compensa algum obstáculo natural ou de outra ordem, nem ainda se contribui para o bem-estar ou o prejudica. Por exemplo, o PNB é mais alto em países mais frios, onde as pessoas gastam dinheiro em aquecimento e roupas quentes, do que em climas amenos, onde as pessoas se sentem confortáveis usando roupas leves ao ar livre.

Em geral, o PNB desconsidera questões ambientais, especialmente o uso de recursos naturais. O Banco se associou a outras instituições para verificar como as contas nacionais podem jogar alguma luz nessas questões. A possibilidade de elaborar

contas "satélite" vem sendo considerada; tais contas poderiam sondar algumas dificuldades de ordem prática e conceptual, como a atribuição de um valor econômico significativo a recursos que os mercados ainda não consideram "escassos" e a alocação de custos, em essência globais, num contexto inerentemente nacional.

O PNB mede o valor adicionado interno e externo total creditado a residentes. Abrange o PIB (definido na nota da Tabela 2) mais a renda líquida de fatores proveniente do exterior, que é a receita percebida, de fontes externas, por residentes, relativa a serviços fatoriais (mão-de-obra e capital), menos os pagamentos similares feitos a não-residentes que tenham contribuído para a economia interna.

O Banco reconhece que é impossível uma comparação perfeita entre países das estimativas do PNB *per capita*. Além do clássico problema do número-índice, absolutamente incontornável, dois obstáculos impedem uma comparação adequada. Um deles diz respeito às próprias estimativas do PNB e de população. Existem diferenças nos sistemas nacionais de contabilidade e de registro demográfico, e na cobertura e confiabilidade das informações estatísticas básicas entre os vários países. O outro obstáculo refere-se à conversão dos dados referentes ao PNB, expressos em diferentes moedas nacionais, em uma denominação comum — que se convencionou ser o dólar norte-americano —, a fim de permitir comparações entre países.

Reconhecendo que estas deficiências afetam a comparabilidade entre as estimativas do PNB *per capita*, o Banco Mundial introduziu vários aperfeiçoamentos nos métodos de cálculo. Através de sua análise regular das contas nacionais dos países-membros, o Banco avalia sistematicamente as estimativas do PNB, com ênfase na cobertura e nos conceitos empregados, e, quando necessário, faz ajustes para melhorar a comparabilidade. Como parte da análise, as estimativas do PNB (e às vezes da população) realizadas pela equipe do Banco podem ser aplicadas a períodos mais recentes.

Além disso, o Banco faz uma análise sistemática para avaliar a adequação das taxas de câmbio oficiais como fatores de conversão. Usa-se um fator de conversão alternativo (apresentado nas *World Tables*) quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente grande, da taxa efetivamente aplicada a transações externas. Isso só vale para um número reduzido de países. Para todos os demais países o Banco calcula o PNB *per capita* usando o método do

Atlas.

O fator de conversão do *Atlas* para qualquer ano é a média da taxa de câmbio para esse ano e as taxas cambiais para os dois anos anteriores, que devem ser ajustadas devido às diferenças na inflação relativa entre o país e os EUA. Essa média de três anos atenua as flutuações de preços e de taxas cambiais de cada país. O PNB resultante em dólares norte-americanos é dividido pela população em meados do ano para obter o PNB *per capita* do último ano.

Cerca de 60 economias de renda média e baixa tiveram uma queda do PNB real *per capita* em preços constantes nos anos 80. Além disso, as mudanças nas relações de troca, assim como as flutuações das moedas, afetaram os níveis de renda relativos. Portanto, os níveis e a classificação das estimativas do PNB *per capita*, calculadas pelo método do *Atlas*, por vezes se modificaram de vários modos, não necessariamente relacionados com o desempenho do crescimento interno relativo das economias consideradas.

As fórmulas a seguir descrevem o processo de cálculo do fator de conversão para o ano t :

$$(e_{t-2,t}) = \frac{1}{3} [e_{t-2} \left(\frac{P_t}{P_{t-2}} \middle| \frac{P_t^*}{P_{t-2}^*} \right) + e_{t-1} \left(\frac{P_t}{P_{t-1}} \middle| \frac{P_t^*}{P_{t-1}^*} \right) + e_t]$$

e para o cálculo do PNB *per capita* em dólares dos EUA para o ano t :

$$(Y_t^*) = (Y_t / N_t) \div e_{t-2,t}$$

onde:

Y_t = PNB corrente (em moeda local) para o ano t

P_t = deflator do PNB para o ano t

e_t = taxa de câmbio média anual (moeda local / US\$) para o ano t

N_t = população em meados do ano para o ano t

P_t^* = deflator do PNB dos EUA para o ano t .

Devido aos problemas associados à disponibilidade de dados comparáveis e à determinação dos fatores de conversão, não há informações sobre o PNB *per capita* para os países não-informantes sem economia de mercado.

O uso de taxas de câmbio oficiais para converter em dólares dos EUA os valores expressos em moedas nacionais não significa uma tentativa de medir o poder de compra interno relativo das moedas. O Programa de Comparação Internacio-

nal (PCI), da ONU, estabeleceu estimativas do PIB real numa escala comparável internacionalmente, utilizando como fatores de conversão as paridades de poder de compra em vez de taxas de câmbio; para as estimativas mais recentes do PCI, ver Tabela 30. As informações sobre o PCI foram publicadas em quatro estudos e em vários outros relatórios. O estudo mais recente é a Fase V, que já foi publicado em parte pela Comunidade Européia (CE) —cobrindo a Europa e a África— e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O PCI hoje abrange mais de 70 países em cinco fases a intervalos de cinco anos. Atualmente o Banco está revendo os dados e a metodologia fundamentais das últimas estimativas e os incluirá em comparações atualizadas dos números do PCI e do *Atlas* numa futura edição do *Atlas* ou em outras publicações estatísticas.

Os números do PCI que constam da Tabela 30 são preliminares e estão sujeitos a revisão. As Nações Unidas e suas comissões econômicas regionais, assim como outros órgãos internacionais, como a CE, a OCDE e o Banco Mundial, estão trabalhando para aperfeiçoar a metodologia e para estender a todos os países as comparações anuais sobre poder de compra. No entanto, as taxas cambiais continuam sendo o único meio disponível de converter em dólares dos EUA o PNB expresso em moedas nacionais.

A *taxa média anual de inflação* é medida pela taxa de crescimento do deflator implícito do PIB para cada período indicado. Calcula-se inicialmente o deflator do PIB dividindo-se, para cada ano do período, o valor do PIB em valores correntes pelo valor do PIB em valores constantes, ambos em moeda nacional. Em seguida, usa-se o método dos mínimos quadrados para calcular a taxa de crescimento do deflator do PIB para o período. Esta medida da inflação, como qualquer outra, tem suas limitações. Para certas finalidades, porém, é usada como indicador da inflação por ser o deflator de base mais ampla, mostrando variações anuais de preços para todos os bens e serviços produzidos numa economia.

A *expectativa de vida ao nascer* indica o número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de mortalidade vigentes à época do seu nascimento permanecessem inalterados durante toda a sua existência. Os dados provêm da Divisão de População da ONU, suplementados por estimativas do Banco Mundial.

A *analfabetismo entre adultos* é aqui definido como a parcela da população maior de 15 anos que não

conseguir ler e escrever, compreendendo, uma frase curta e simples no cotidiano. Esta é apenas uma das três definições mais aceitas, e sua aplicação está sujeita a ressalvas em muitos países.

Nesta tabela, os indicadores sumários para o PNB *per capita*, a expectativa de vida e o analfabetismo entre adultos são ponderados pela população. Os indicadores sumários para as taxas médias anuais de inflação são ponderados pela participação do PIB do país em 1980, avaliado em dólares correntes dos EUA.

Tabelas 2 e 3. Crescimento e estrutura da produção

Em sua maioria, as definições usadas são as do *System of National Accounts* (SNA), Série F, nº 2, Revisão 3, da ONU. As estimativas foram obtidas de fontes nacionais, às vezes conseguidas pelo Banco Mundial através de outros órgãos internacionais, mas em sua maioria coletadas durante as missões da equipe do Banco Mundial.

A equipe do Banco Mundial verifica a qualidade dos dados sobre contas nacionais e, em alguns casos, por meio de assistência técnica ou do trabalho das missões, ajuda a adaptar as séries nacionais. Devido às limitações de alguns órgãos estatísticos e a problemas com os dados básicos, não se consegue obter uma rigorosa comparabilidade internacional, sobretudo em atividades econômicas difíceis de ser mensuradas, como transações do mercado paralelo, o setor informal ou a agricultura de subsistência.

O *PIB* mede a produção total de bens e serviços para uso final produzidos por residentes e não-residentes, independentemente da alocação como interna ou externa. É calculado sem deduções por depreciação de ativos “artificiais” ou por esgotamento e degradação de recursos naturais. Enquanto o SNA considera as estimativas do PIB por ramo de atividade como sendo a preços ao produtor, muitos países ainda prestam informações com base no custo fatorial. A comparabilidade internacional das estimativas é afetada pelo fato de que os países usam diferentes sistemas de avaliação na declaração do valor adicionado por setores de produção. Como solução parcial, as estimativas do PIB são mostradas em valores de compra, se os componentes são calculados nessa base, caso em que aparecem em notas de rodapé. Mas para alguns países das Tabelas 2 e 3, o PIB a valores de compra foi substituído pelo PIB a custo fatorial. Note-se que em edições anteriores a 1986, o *PIB a preços ao produtor* e o *PIB a valores de compra* eram

chamados de *PIB ao custo fatorial* e de *PIB a preços de mercado*, respectivamente.

Os números do PIB são valores em dólar convertidos a partir de moedas nacionais, usando-se a taxa de câmbio oficial para um único ano. Para alguns países em que a taxa oficial de câmbio não reflete a taxa efetivamente aplicada a transações reais em moedas estrangeiras, usou-se um fator alternativo de conversão (informado nas *World Tables*). Note-se que esta tabela não utiliza o cálculo de médias trianuais usado para o cálculo do PNB *per capita* da Tabela 1.

A *agricultura* compreende — além da agricultura propriamente dita — silvicultura, caça e pesca. Nos países em desenvolvimento com alto nível de agricultura de subsistência, grande parte da produção agrícola ou não é permutada, ou não é trocada por dinheiro. Isto torna mais difícil medir a contribuição da agricultura para o PIB e reduz a confiabilidade e comparabilidade de tais números. A *indústria* abrange o valor adicionado na mineração; *manufatura* (também informado como um subgrupo); construção; bem como eletricidade, água e gás. O valor adicionado em todos os outros ramos da atividade econômica, inclusive taxas de serviços bancários, impostos de importação e algumas discrepâncias estatísticas, assinaladas por compiladores nacionais, está categorizado como *serviços etc.*

Séries de 1980 em moedas nacionais, parcialmente em novas bases, como explicado no início das notas técnicas, foram utilizadas para calcular as taxas de crescimento da Tabela 2. As participações setoriais do PIB na Tabela 3 basearam-se em séries a preços correntes.

Ao calcular os indicadores sumários para cada indicador na Tabela 2, os valores constantes em dólares do EUA de 1980 parcialmente em nova base para cada economia foram calculados para cada ano dos períodos cobertos; os valores são agregados entre os países para cada ano, e o processo dos mínimos quadrados é usado para calcular as taxas de crescimento. As participações percentuais médias por setor da Tabela 3 são calculadas a partir de agregados de grupo de PIB setorial em dólares correntes dos EUA.

Tabela 4. Agricultura e alimentos

Os dados básicos para o *valor adicionado na agricultura* provêm das séries de contas nacionais do Banco Mundial a preços correntes em moedas nacionais. O valor adicionado a preços correntes

em moedas nacionais é convertido em dólares norte-americanos aplicando-se o procedimento de conversão para um único ano, descrito nas notas técnicas das Tabelas 2 e 3.

Os demais números da tabela provêm da FAO. As *importações de cereais* são medidas em equivalentes de grãos e definidas como abrangendo todos os cereais incluídos nos Grupos 041-046 da Revisão 2 da *Standard International Trade Classification (SITC)*. *Ajuda alimentar em cereais* abrange trigo e farinha de trigo, farinhas torradas, arroz, grãos integrais e misturas de cereais. Os números não admitem comparação direta, devido a diferenças no tocante a fontes de informações e períodos de tempo. As importações de cereais têm por base o ano civil informado pelo país importador, ao passo que a ajuda em cereais baseia-se em dados para os anos de safra informados pelo país doador e por organizações internacionais, entre elas o Conselho Internacional do Trigo e o Programa Mundial de Alimentos. Além disso, as informações sobre ajuda alimentar fornecidas pelos doadores podem não corresponder ao que foi realmente recebido pelos beneficiários durante determinado período devido a atrasos de transporte e de registro, ou devido ao fato de às vezes não serem passadas à FAO ou a outras organizações internacionais concernentes. As importações decorrentes de ajuda alimentar podem também não constar dos registros alfandegários. Os dados mais recentes disponíveis sobre ajuda alimentar são de 1974. O período de referência para a ajuda alimentar é o ano agrícola, julho-junho.

O *consumo de fertilizantes* mede os nutrientes vegetais consumidos em relação à terra agricultável. Os produtos fertilizantes abrangem os fertilizantes nitrogenados, de potassa e de fosfato (entre os quais o fosfato de pedra moída). A terra agricultável é definida como terra com culturas temporárias (áreas com duas culturas são contadas uma só vez), prados temporários para sega ou pastagem, terra utilizada para horticultura de mercado ou uso próprio, terra temporariamente alqueivada ou ociosa, e terra com culturas permanentes. O período de referência para o consumo de fertilizantes é o ano agrícola, julho-junho.

O *índice médio de produção de alimentos per capita* mostra a quantidade média anual de alimentos produzidos *per capita* em 1986-88 em relação à média produzida anualmente em 1979-81. As estimativas são calculadas dividindo-se a quantidade de produção de alimentos pela população total. Para este índice, alimentos abrangem casta-

nhas, leguminosas, frutas, cereais, legumes, cana-de-açúcar, beterraba açucareira, raízes amiláceas, óleo comestíveis, animais de corte e derivados de carne. As quantidades de produção de alimentos são mensuradas descontando-se as rações animais, as sementes usadas em agricultura e a quantidade perdida no beneficiamento e distribuição.

Os indicadores sumários para o consumo de fertilizantes são ponderados pela terra agricultável total; os indicadores sumários para a produção de alimentos são ponderados pela população.

Tabela 5. Energia comercial

Os dados sobre energia provêm basicamente de fontes da ONU. Referem-se a formas comerciais de energia primária — petróleo e formas líquidas de gás natural, gás natural, combustíveis sólidos (carvão-de-pedra, linhita etc.) e eletricidade primária (energia nuclear, geotérmica e hidrelétrica) — todas convertidas em equivalentes de petróleo. Os números referentes ao consumo de combustível líquido incluem os derivados de petróleo consumidos em usos não-energéticos. Para a conversão de eletricidade primária em equivalentes de petróleo, pressupôs-se uma eficiência térmica de 34%. O uso de lenha, de estrume seco e de outros combustíveis tradicionais, embora substancial em alguns países em desenvolvimento, não foi levado em conta dada a inexistência de dados confiáveis e abrangentes.

As importações de energia referem-se ao valor em dólares das importações de energia — Seção 3 da Revisão 1 da SITC — e são expressas como percentual das receitas de exportação de mercadorias.

Como os dados sobre importação de energia não permitem distinguir entre o petróleo importado para servir de combustível e o importado para uso na indústria petroquímica, essas percentagens podem superestimar a dependência em relação à energia importada.

Os indicadores sumários da produção e consumo de energia são computados agregando-se os respectivos volumes para cada um dos anos abrangidos nos períodos e, em seguida, aplicando-se o método de taxa de crescimento por mínimos quadrados. No caso do consumo de energia *per capita*, usaram-se pesos populacionais para o cômputo dos indicadores sumários relativos aos anos especificados.

Os indicadores sumários de importação de energia como percentual das exportações de mercadorias são computados a partir de agregados de

grupo para importação de energia e exportação de mercadorias em dólares correntes.

Tabela 6. Estrutura da atividade manufatureira

Os dados básicos de *valor adicionado na manufatura* provêm das séries de contas nacionais do Banco Mundial a preços correntes em moedas nacionais. O valor adicionado a preços correntes em moedas nacionais é convertido em dólares norte-americanos utilizando-se o procedimento de conversão para um único ano, como descrito nas notas técnicas das Tabelas 2 e 3.

Os dados para *distribuição do valor adicionado na manufatura* entre as indústrias foram fornecidos pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e estão em moedas nacionais a preços correntes.

A classificação de indústrias manufatureiras segue a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (ISIC), Revisão 2, da ONU. *Alimentos, bebidas e fumo* abrange a Divisão 31 da ISIC; *têxteis e vestuário*, a Divisão 32, *máquinas e equipamentos de transporte*, os Grupos Principais 382-84; e *produtos químicos*, os Grupos Principais 351 e 352. *Outros* compreende madeira e produtos correlatos (Divisão 33), papel e produtos correlatos (Divisão 34), petróleo e produtos correlatos (Grupos Principais 353-56), metais e minerais básicos (Divisões 36 e 37), produtos de metal e artigos profissionais (Grupos Principais 381 e 385) e outras indústrias (Grupo Principal 390). Não havendo dados para têxteis, máquinas e produtos químicos, estes foram também incluídos em *outros*.

Os indicadores sumários do valor adicionado na manufatura são totais calculados pelo método de agregação mencionado no início das notas técnicas.

Tabela 7. Produção e rendimento da atividade manufatureira

Esta tabela apresenta quatro indicadores — dois dizem respeito aos rendimentos reais por empregado, um à participação da mão-de-obra no total do valor adicionado gerado, e outro à produtividade da mão-de-obra no setor manufatureiro —, sendo que todos se baseiam em dados da ONUDI, embora os deflatores sejam de outras fontes, como explicado mais adiante.

Os *rendimentos por empregado* são dados a preços constantes. Obtêm-se estes rendimentos deflacio-

nando-se os rendimentos nominais por empregado pelo índice de preços ao consumidor (IPC) do país. O IPC provém das *International Financial Statistics*, do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os rendimentos totais como percentual do valor adicionado são obtidos dividindo-se a receita total dos empregados pelo valor adicionado em preços correntes, a fim de mostrar a participação da mão-de-obra na renda gerada no setor manufatureiro. A produção bruta por empregado está em preços constantes e vem apresentada como um índice da produtividade global da mão-de-obra na manufatura, tomando-se 1980 como o ano-base. Para obter esse indicador, os dados da ONU sobre produção bruta por empregado a preços correntes são ajustados usando-se deflatores implícitos para o valor adicionado na manufatura ou na indústria, que provém do arquivo de dados sobre contas nacionais do Banco Mundial.

A fim de melhorar a comparabilidade entre os países, a ONU, sempre que possível, padronizou a cobertura dos estabelecimentos, agrupando aqueles com cinco ou mais empregados.

Os conceitos e definições seguem as *International Recommendations for Industrial Statistics*, publicadas pela ONU. Os rendimentos (salários e remunerações) abrangem todas as remunerações pagas aos empregados pelo empregador durante o ano. Tais pagamentos incluem (a) todos os pagamentos, regulares e extras, à vista, gratificações e reposições por custo de vida; (b) salários e remunerações pagos durante férias e licenças médicas; (c) impostos, contribuições previdenciárias etc., pagos pelos empregados e deduzidos pelo empregador; e (d) pagamentos em espécie.

O valor da produção bruta é calculado com base ou na produção ou nas remessas. No primeiro caso, consiste em (a) valor de todos os produtos do estabelecimento; (b) valor dos serviços industriais prestados a terceiros; (c) valor das mercadorias remetidas nas mesmas condições em que foram recebidas; (d) valor da energia elétrica vendida; e (e) variação líquida do valor da produção em curso entre o início e o fim do período de referência. No caso de estimativas calculadas com base nas remessas, também está incluída a variação líquida entre o valor dos estoques dos produtos acabados no início e no fim do período de referência. O "valor adicionado" é definido como o valor corrente da produção bruta menos o custo corrente de (a) matérias-primas, combustíveis e outros suprimentos consumidos; (b) trabalho contratado e comissionado realizado por terceiros; (c) trabalho de reparo e manutenção feito por terceiros; e (d)

mercadorias remetidas nas mesmas condições em que foram recebidas.

Nesta tabela, o termo "empregados" combina duas categorias definidas pela ONU: empregados regulares e pessoal contratado. Juntas, essas categorias abrangem empregados regulares, proprietários que trabalham, sócios atuantes e famílias de trabalhadores não-remunerados; excluem os trabalhadores domésticos. Os dados se referem ao número médio de empregados em atividade durante o ano.

Tabelas 8 e 9. Crescimento do consumo e dos investimentos; estrutura da demanda

O PIB é definido na nota referente às Tabelas 2 e 3, mas para essas duas tabelas está em valores de compra.

O consumo do governo geral inclui todas as despesas correntes para compras de bens e serviços por todos os níveis de governo. O dispêndio de capital com defesa e segurança nacional é considerado despesa de consumo.

O consumo privado etc. é o valor de mercado de todos os bens e serviços, inclusive produtos duráveis (como automóveis, máquinas de lavar e computadores domésticos), comprados ou recebidos como receita em espécie por famílias e instituições sem fins lucrativos. Não inclui compras de residências, mas inclui o aluguel imputado no caso de residências ocupadas pelos proprietários (para maiores detalhes, ver nota da Tabela 10). Na prática, isso inclui qualquer discrepância estatística no uso de recursos. A preços constantes, também inclui o desvio resultante da transformação parcial da nova base, explicado no início das notas técnicas.

O investimento interno bruto consiste nos desembolsos para acréscimos dos haveres fixos da economia, somados às alterações líquidas do nível dos estoques.

A poupança interna bruta é calculada deduzindo-se o consumo total do PIB.

As exportações de bens e serviços não-fatoriais representam o valor de todos os bens e serviços não-fatoriais fornecidos ao resto do mundo; incluem mercadoria, frete, seguro, transporte e outros serviços não-fatoriais. O valor de serviços fatoriais, tais como renda de investimentos, juros e renda de trabalho, é excluído. As transferências correntes também são excluídas.

O balanço de recursos é a diferença entre as exportações e as importações de bens e de serviços não-fatoriais.

No cálculo dos indicadores da Tabela 8 foram usadas as séries de 1980 parcialmente em nova base, em unidades constantes de moedas nacionais. A Tabela 9 utilizou-se das séries de contas nacionais em unidades correntes de moeda nacional.

Os indicadores sumários são calculados pelo método exposto na nota das Tabelas 2 e 3.

Tabela 10. Estrutura do consumo

A distribuição percentual dos itens selecionados no total das despesas de consumo doméstico foi calculada pelos componentes do PIB (despesa a preços de mercado nacional), tal como definidos pelo SNA, quase sempre conforme coletados para as Fases IV (1980) e V (1985) do Programa de Comparação Internacional (PCI). Para os países não cobertos pelo PCI, foram incluídas estimativas das contas nacionais menos detalhadas, sempre que disponíveis, para dar uma idéia geral da estrutura ampla do consumo. Os dados abrangem 84 países (inclusive estimativas da equipe do Banco para a China) e referem-se às estimativas mais recentes, em geral para 1980 e 1985. Em certos casos, referem-se a outros anos e por isso aparecem em itálico. O *consumo* aqui refere-se ao consumo privado (não-governamental) tal como definido no SNA e nas notas das Tabelas 2, 3, 4 e 9, exceto no caso da educação e assistência médica, que fazem parte tanto da despesa pública quanto da privada. O conceito de consumo do PCI reflete mais quem usa do que quem paga pelos bens de consumo e aperfeiçoa a comparabilidade internacional porque é menos sensível às diferenças de práticas nacionais quanto ao financiamento dos serviços de saúde e educação.

Cereais e tubérculos, um subitem principal de *alimentos*, compreende os principais gêneros de primeira necessidade: arroz, farinha, pão e outros cereais ou misturas de cereais, batatas, inhames e outros tubérculos. Para os membros de alta renda da OCDE, porém, esse subitem não inclui tubérculos. *Aluguéis brutos, combustível e energia* compreende aluguéis imputados e reais, despesas de reparo e manutenção, assim como o subitem *combustível e energia* (para aquecimento, iluminação, cozinha, ar condicionado e assim por diante). Note-se que este item exclui a energia utilizada para transporte (raramente mais de 1% do consumo total, nas economias de renda média e baixa). Como já citado, *assistência médica e educação* incluem despesas de consumo público e privado. *Transportes e comunicações* inclui também a compra de

automóveis, o que está apresentado como um subitem. *Outros consumos*, um grupo residual, inclui bebidas e fumo, bens perecíveis de uso doméstico e serviços domésticos, serviços recreativos, serviços (inclusive refeições) fornecidos por hotéis e restaurantes; registrando-se também aqui as "quentinhas". Inclui também um subitem apresentado separadamente como *outros bens duráveis*, que compreende aparelhos domésticos, móveis, tapetes, aparelhos de lazer, relógios e jóias.

As estimativa da estrutura do consumo é um dos aspectos mais deficientes das contas nacionais nas economias de renda média e baixa. A estrutura é estimada através de pesquisas de gastos domésticos e técnicas semelhantes de amostragem. Apresenta, portanto, as distorções porventura existentes na estrutura da amostra. Como, conceptualmente, a despesa não é idêntica ao consumo, ocorrem outras discrepâncias e os dados para alguns países devem ser tratados com cautela. Por exemplo, alguns países limitam suas pesquisas às áreas urbanas ou mesmo às capitais. Isso tende a produzir parcelas mais baixas que a média para alimentos e parcelas altas para transportes e comunicações, aluguéis brutos, combustíveis e energia e outros consumos. Os preços de alimentos controlados e a contabilidade nacional incompleta para atividades de subsistência também contribuem para parcelas baixas de alimentação.

Tabela 11. Despesa do governo central

Os dados sobre as finanças do governo central das Tabelas 11 e 12 provêm do *Government Finance Statistics Yearbook* (1989), do FMI, e de arquivos de dados do FMI. As contas de cada país são divulgadas usando-se o sistema de definições e classificações comuns contido no *Manual on Government Finance Statistics* (1986), do FMI.

Para explicações completas e fidedignas de conceitos, definições e fontes de dados, recorrer a essas fontes do FMI. Os comentários que se seguem têm por objetivo principal inserir esses dados no contexto mais amplo dos indicadores desta edição.

As participações da *despesa total* e da *receita corrente* por categoria são calculadas a partir de séries em moedas nacionais. Devido à diferença de cobertura dos dados disponíveis, os componentes da receita corrente e da despesa do governo central indicados nestas tabelas podem não ser rigorosamente comparáveis entre todas as economias.

Além disso, a cobertura estatística inadequada de governos estaduais, municipais e locais impõe o uso de dados referentes ao governo central, o que

pode reduzir ou distorcer gravemente a descrição estatística da alocação de recursos para vários fins, especialmente nos países onde os escalões inferiores de governo gozam de considerável autonomia e são responsáveis por muitos serviços econômicos e sociais. Ademais, "governo central" pode significar um desses dois conceitos contábeis: consolidado ou orçamentário. Para a maior parte dos países, os dados sobre finanças do governo central foram consolidados numa conta global, mas para outros, só se dispõe das contas orçamentárias do governo central. Como nem todas as unidades do governo central estão incluídas nas contas orçamentárias, o panorama geral das atividades do governo central fica incompleto. Os países que informaram dados orçamentários estão nas notas de rodapé.

Convém salientar que, por esses e outros motivos, os dados apresentados, especialmente aqueles referentes a educação e saúde, não são comparáveis de um país para outro. Em muitas economias, existem muitos serviços particulares de saúde e educação; em outras, os serviços públicos representam o principal componente da despesa total, mas podem ser financiados por escalões inferiores do governo. Portanto, deve-se ter muito cuidado ao usar estes dados para comparar uma economia com outra. A despesa do governo central abrange as despesas feitas por todos os órgãos, departamentos, estabelecimentos e outras entidades do governo que funcionam como agências ou instrumentos da autoridade central de um país. Inclui tanto os gastos correntes como os de capital (desenvolvimento).

Defesa abrange todos os gastos feitos pelo Ministério da Defesa ou outros ministérios para a manutenção das forças armadas, inclusive compra de suprimentos e equipamentos militares, recrutamento e treinamento de pessoal, e também construções. Ainda nesta categoria estão intimamente relacionados itens como programas de ajuda militar.

Educação abrange os gastos com provisão, administração, inspeção e manutenção de escolas pré-primárias, primárias e secundárias, universidades e faculdades, instituições vocacionais, técnicas e outros estabelecimentos de formação. Inclui ainda despesas com a administração geral e a regulamentação do sistema educacional; com a pesquisa dos seus objetivos, organização, administração e métodos; e com serviços subsidiários como transporte, merendas escolares e serviços médico e dentário nas escolas. Note-se que a Tabela 10 fornece um indicador alternativo da despesa com

educação, pública ou privada, em relação ao consumo doméstico.

Saúde abrange gastos públicos com hospitais, postos médicos e dentários, maternidades e clínicas; com sistemas nacionais de saúde e seguro médico; e com planejamento familiar e profilaxia. Note-se que a Tabela 10 fornece um indicador mais abrangente da despesa com atendimento médico (público e privado) em relação ao consumo doméstico.

Habitação e comodidades comunitárias; seguridade e bem-estar sociais abrangem gastos com habitação, tais como planos vinculados à renda; com provisão e manutenção de atividades habitacionais e de eliminação de favelas; com o desenvolvimento comunitário; e com serviços sanitários. Também abrangem a compensação, por perda de renda, a doentes e inválidos temporários; pagamentos feitos a idosos, inválidos permanentes e desempregados; subsídios para família, maternidade e filhos; o custo de serviços de bem-estar, como a assistência aos idosos, inválidos e crianças. Também estão incluídas indistintamente nesta categoria muitas despesas relativas a defesa ambiental, como combate à poluição, abastecimento de água, questões sanitárias e coleta de lixo.

Serviços econômicos abrange despesas associadas a regulamentação, apoio e operação mais eficaz do setor comercial, desenvolvimento econômico, correção de desequilíbrios regionais e criação de oportunidades de emprego. Entre as atividades aqui incluídas estão pesquisa, promoção comercial, levantamentos geológicos, e inspeção e regulamentação de determinados grupos industriais.

Diversos abrange itens não incluídos nas outras categorias; no caso de algumas economias, inclui também quantias que não poderiam ser alocadas a outros componentes (ou ajustes das contas acumuladas para as contas de caixa).

Despesa total é definida de modo mais restrito que a medida do consumo do governo geral, da Tabela 9, porque exclui a despesa de consumo dos governos estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, a despesa do governo central é mais amplamente definida, pois inclui os pagamentos de transferência e o investimento interno bruto do governo.

Superávit/déficit global é definido como doações e receitas correntes e de capital recebidas, deduzidas as despesas totais e deduzidos os empréstimos concedidos menos as amortizações.

Os indicadores sumários para os componentes da despesa do governo central são computados a partir dos totais de grupo para componentes da

despesa e a despesa do governo central em dólares correntes; os da despesa total como percentual do PNB e do superávit/déficit global como percentual do PNB são computados a partir dos totais de grupo para as despesas totais referidas e o superávit/déficit global em dólares correntes, e o PNB em dólares correntes, respectivamente. Como não há dados disponíveis de 1988 para mais da metade dos países, os dados de 1987 são usados como ponderação para os indicadores sumários desta tabela.

Tabela 12. Receita corrente do governo central

A nota da Tabela 11 presta informações quanto às fontes e à comparabilidade dos dados. A receita corrente por fonte é expressa como percentual da *receita corrente total*, que é a soma da receita tributária com a receita não-tributária e calculada a partir de moedas nacionais.

A *receita tributária* compreende os recebimentos compulsórios, unilaterais e irrembolsáveis para fins públicos, inclusive juros cobrados sobre impostos atrasados e multas cobradas pelo não-pagamento ou pagamento atrasado de imposto, deduzidas as devoluções e outras transações corretivas. Os *impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital* são impostos incidentes sobre a renda líquida real ou presumível de pessoas físicas, sobre os lucros das empresas e sobre ganhos de capital percebidos em vendas de terra, de título ou de outros bens. *Contribuições à previdência social* inclui as contribuições à previdência social feitas por empregadores e empregados, bem como por autônomos ou desempregados. *Impostos internos sobre bens e serviços* incluem impostos sobre venda, circulação de mercadorias ou valor adicionado, impostos seletivos sobre o consumo de bens, impostos seletivos sobre serviços, impostos sobre o uso de bens ou propriedades, e lucros de monopólios fiscais. *Impostos sobre comércio e transações internacionais* incluem impostos sobre importação, impostos sobre exportação, lucros de monopólios de exportação ou importação, lucros cambiais e impostos cambiais. *Outros impostos* incluem impostos sobre folha de pagamento de empregadores ou sobre mão-de-obra, impostos sobre propriedades e outros impostos não atribuíveis a outras categorias. Podem também incluir valores negativos que são ajustes; por exemplo, impostos arrecadados em nome de governos estaduais e locais não atribuíveis às categorias de impostos de pessoa física.

A *receita não-tributária* compreende toda a receita que não seja pagamento compulsório e irrembol-

sável para fins públicos, como multas, gratificações a pessoal administrativo, receitas de empresas públicas e a renda de propriedades. Não são incluídos lucros de doações e tomadas de empréstimos, fundos decorrentes de amortização de empréstimos concedidos anteriormente pelo governo, obrigações e lucros da venda de bens de capital.

Os indicadores sumários para os componentes da receita corrente são computados a partir dos totais de grupo para componentes de receita e para a receita corrente total em dólares correntes; os da receita corrente como percentual do PNB são computados a partir dos totais de grupo para a receita corrente total e o PNB em dólares correntes. Não havendo dados disponíveis de 1988 para mais da metade dos países, os dados de 1987 foram usados como ponderação para os indicadores sumários desta tabela.

Tabela 13. Dinheiro e taxas de juros

Os dados relativos a haveres monetários baseiam-se nas *International Financial Statistics* (IFS), do FMI. Os *haveres monetários amplamente definidos* abrangem as obrigações monetárias e quase-monetárias das instituições financeiras de um país para com residentes, excluído o governo central. Para a maioria dos países, os haveres monetários são a soma de dinheiro (IFS linha 34) e quase-dinheiro (IFS linha 35). Dinheiro inclui os meios de pagamento da economia: moedas não depositadas em bancos e depósitos à vista. Quase-dinheiro inclui depósitos a prazo fixo e de poupança, e contas bancárias similares que o emitente pode converter imediatamente em dinheiro. Quando instituições financeiras não-monetárias são emittentes importantes de obrigações quase-monetárias, elas também se incluem na avaliação dos haveres monetários.

As taxas de crescimento dos haveres monetários são calculadas a partir das cifras do fim do ano, enquanto que a relação haveres monetários/PIB baseia-se na média entre as cifras do fim do ano para o ano especificado e o precedente.

As *taxas de juros nominais dos bancos*, também segundo as IFS, representam as taxas pagas por bancos comerciais ou similares a portadores de títulos de seus passivos quase-monetários (taxas de depósito) e cobradas pelos bancos sobre empréstimos a seus clientes preferenciais (taxas de empréstimo). Contudo, sua comparabilidade internacional é limitada, em parte porque a cobertura e as definições variam, mas também porque os

países têm perspectivas diferentes quanto à disponibilidade dos bancos para ajustar as taxas de juros a fim de refletir as condições de mercado.

Como as taxas de juros (e as taxas de crescimento para os haveres monetários) são expressas em termos nominais, grande parte da variação entre países deriva de diferenças na inflação. Para facilitar a referência, o indicador de inflação recente, da Tabela 1, é repetido nesta tabela.

Tabela 14. Crescimento do comércio de mercadorias

Este ano houve uma mudança significativa na fonte de dados da Tabela 14. No caso dos países de renda média e baixa, a principal fonte de dados para os valores do comércio exterior corrente não é mais o arquivo de dados de comércio de mercadorias da ONU e sim o arquivo de dados do Banco Mundial, que abrange dados coletados de países-membros do Banco Mundial antes de serem submetidos em mais detalhes à ONU.

As estatísticas sobre o comércio exterior de mercadorias dos países de alta renda ainda provêm principalmente do sistema de dados comerciais da ONU, que confere com o *Yearbook of International Trade Statistics*, da ONU, isto é, os dados baseiam-se nos rendimentos aduaneiros dos países. Em alguns casos, os dados provenientes de fontes secundárias permitem que se façam correções de cobertura para componentes significativos do comércio exterior de um país que não são registrados regularmente na alfândega. Tais casos são identificados nas notas de países das *World Tables*. Nessas tabelas os valores são expressos em dólares norte-americanos correntes.

As exportações e importações de mercadorias abrangem, salvo algumas exceções, as trocas internacionais de bens que cruzam fronteiras alfandegárias. As exportações são expressas em seu valor FOB (*free on board*) e as importações, em seu valor CIF (*cost, insurance and freight*), salvo indicação em contrário nas fontes já citadas. Esses valores são dados em dólares correntes; note-se que não incluem o comércio de serviços.

As taxas de crescimento de exportação e importação de mercadorias são dadas em termos constantes e calculadas a partir dos índices de quantum das exportações e importações. Os índices de quantum são obtidos a partir do índice do valor de exportação ou importação, deflacionado pelo índice de preços correspondente. Para o cálculo desses índices de quantum o Banco Mundial utilizou seus próprios índices de preços, que se baseiam nos

preços internacionais de produtos primários e nos índices do valor unitário para produtos manufaturados. Tais índices de preços são específicos de países e desagregados por grandes grupos de produtos, o que assegura coerência entre os dados para um grupo de países e para cada país. Essa coerência aumentará à medida que o Banco Mundial for aperfeiçoando seus índices de preços de comércio exterior, estendendo-os a um número maior de países. Essas taxas de crescimento podem diferir daquelas decorrentes de práticas nacionais, porque os índices nacionais de preços podem usar anos-base e procedimentos de ponderação diferentes dos empregados pelo Banco Mundial.

As relações comerciais, ou termos líquidos de troca direta comercial, medem o movimento relativo dos preços de exportação comparados aos preços de importação. Calculado como o quociente do índice de preços médios de exportação de um país em relação a seu índice de preços médios de importação, esse indicador mostra as variações, durante o ano-base, do nível dos preços de exportação como percentuais dos preços de importação. Os números do índice de relações comerciais são indicados para 1985 e 1988, sendo 1980 = 100. Os índices de preços provêm das mesmas fontes já citadas para as taxas de crescimento das exportações e importações.

Os indicadores sumários para as taxas de crescimento são calculados agregando-se as séries de preços em dólares norte-americanos constantes de 1980 para cada ano, aplicando-se em seguida o método de taxa de crescimento por mínimos quadrados para os períodos indicados. Note-se mais uma vez que estes valores não incluem o comércio de serviços.

Tabelas 15 e 16. Estrutura das importações e exportações de mercadorias

Os percentuais indicados nestas tabelas provêm de valores do comércio exterior, em dólares correntes, tal como constam do sistema de dados sobre comércio exterior da ONU e do *Yearbook of International Trade Statistics*, da ONU, complementados por outras fontes secundárias e estimativas do Banco Mundial, como explicadas na nota da Tabela 14.

As exportações e importações de mercadorias são também definidas na nota da Tabela 14.

A categorização de exportações e importações segue a *Standard International Trade Classification* (SITC), Série M, nº 34, Revisão 1. Estimativas de

fontes secundárias geralmente seguem esta definição. No caso de alguns países, não se dispõe de dados para certas categorias de *commodities* e a distribuição completa não pode ser apresentada.

Na Tabela 15, os *alimentos* são aqueles das Seções 0, 1 e 4 e da Divisão 22 da SITC (alimentos e animais vivos, bebidas, óleos e gorduras, bem como sementes oleaginosas, castanhas e cocos), menos a Divisão 12 (fumo). *Combustíveis* são os produtos da Seção 3 da SITC (combustíveis minerais, lubrificantes e similares). *Outros produtos primários* compreendem a Seção 2 da SITC (matérias-primas não-beneficiadas, excluindo combustíveis), menos a Divisão 22 (sementes oleaginosas, castanhas e cocos), mais as Divisões 12 (fumo) e 68 (metais não-ferrosos). *Máquinas e equipamentos de transporte* são os produtos da Seção 7 da SITC. *Outras manufaturas*, calculadas como o residual do valor total das importações de manufaturados, representam as Seções 5 a 9 da SITC, menos a Seção 7 e a Divisão 68.

Na Tabela 16, *combustíveis, minerais e metais* são os produtos incluídos na Seção 3 da SITC (combustíveis minerais, lubrificantes e similares), nas Divisões 27 e 28 (minerais e fertilizantes não-beneficiados e minérios metalíferos) e na Divisão 68 (metais não-ferrosos). *Outros produtos primários* abrangem as Seções 0, 1, 2 e 4 da SITC (alimentos e animais vivos, bebidas e fumo, matérias-primas não-beneficiadas e não-comestíveis, óleos, gorduras e ceras), menos as Divisões 27 e 28. *Máquinas e equipamentos de transporte* são os produtos incluídos na Seção 7 da SITC. *Outras manufaturas* representam as Seções 5 a 9, menos a Seção 7 e a Divisão 68 da SITC. *Têxteis e vestuário*, que representam as Divisões 65 e 84 da SITC (têxteis, fios, tecidos e vestuário), compõem um subgrupo de *outras manufaturas*.

Os indicadores sumários da Tabela 15 são ponderados pelas importações totais de mercadorias de cada país em dólares correntes; os da Tabela 16, pelas exportações totais de mercadorias de cada país em dólares correntes. (Ver nota da Tabela 14.)

Tabela 17. Importações de manufaturados da OCDE: origem e estrutura

Os dados provêm da ONU e foram fornecidos pelas economias de alta renda da OCDE, ou seja, os membros da OCDE, excluindo-se Grécia, Portugal e Turquia.

A tabela apresenta o valor das *importações de manufaturados* dos países de alta renda da OCDE pela economia de origem e a estrutura de tais

importações pelos principais grupos de produtos manufaturados.

A atual tabela substitui uma anterior sobre origem e destino das exportações de manufaturados, que se baseava nas exportações informadas por cada economia. Como havia uma defasagem de vários anos nas informações prestadas por muitas economias em desenvolvimento, eram usadas estimativas baseadas em várias fontes para preencher as lacunas. Até que se possa aperfeiçoar essas estimativas, será incluída a atual tabela, baseada em dados coerentes e atualizados, mas menos abrangentes. As importações de manufaturados dos mercados predominantes, provenientes de cada economia, são o melhor meio de representar a magnitude e a estrutura das exportações de manufaturados dessas economias para todos os destinatários tomados em conjunto.

Manufaturados são as mercadorias arroladas nas Seções 5 a 9, Revisão 1 da SITC (produtos químicos e similares, manufaturas básicas, artigos manufaturados, máquinas e equipamentos de transporte, e outros artigos e bens manufaturados não-incluídos em outras categorias) menos a Divisão 68 (metais não-ferrosos). Esta definição é mais ampla que a usada para definir exportadores de manufaturados.

Os principais grupos de manufaturados incluídos na tabela são assim definidos: *têxteis e vestuário* (SITC, Seções 65 e 84), *produtos químicos* (SITC, Seção 5), *máquinas elétricas e eletrônicas* (SITC, Seção 72), *equipamentos de transporte* (SITC, Seção 73) e *outros*, definidos como os itens restantes. Para o ano de 1968 são usados os dados da SITC, Revisão 1; para o de 1988 são usados os dados equivalentes da Revisão 2.

Tabela 18. Balanço de pagamentos e reservas

Os dados estatísticos para esta tabela foram fornecidos basicamente pelo FMI, mas incluímos estimativas recentes da equipe do Banco Mundial e, em casos excepcionais, o Banco forneceu sua cobertura ou ajustes classificatórios para melhorar a comparabilidade internacional. Os valores nessa tabela estão em dólares correntes dos EUA, convertidos pelas taxas de câmbio correntes.

O *saldo em conta corrente após as transferências oficiais* é a diferença entre (a) exportações de bens e serviços (fatoriais e não-fatoriais) assim como os influxos de transferências sem contrapartida (privadas e oficiais) e (b) as importações de bens e serviços, e também as transferências unilaterais para o resto do mundo.

O saldo em conta corrente antes das transferências oficiais corresponde ao saldo em conta corrente que trata as transferências oficiais líquidas unilaterais como semelhantes a movimentos de capital oficial. A diferença entre esses dois indicadores de balanço de pagamentos está essencialmente na ajuda externa sob a forma de doações, assistência técnica e ajuda alimentar, que, para a maior parte dos países em desenvolvimento, tende a criar déficits de conta corrente menores do que as necessidades de financiamento.

As remessas líquidas de trabalhadores abrangem pagamentos feitos e as rendas auferidas por migrantes empregados ou que esperam estar empregados por mais de um ano em sua nova economia, onde são considerados residentes. Essas remessas são classificadas como transferências privadas unilaterais, e estão incluídas no saldo em conta corrente do balanço de pagamentos, embora aquelas que se originam de períodos mais curtos incluam-se em serviços, como renda do trabalho. Essa distinção está de acordo com as diretrizes convenionadas internacionalmente, embora muitos países em desenvolvimento classifiquem as remessas de trabalhadores como um ingresso de renda fatorial (e por isso um componente do PNB). O Banco Mundial concorda com as diretrizes internacionais na definição do PNB e, portanto, pode divergir das práticas nacionais.

Os investimentos privados diretos líquidos são o montante líquido investido ou reinvestido por não-residentes em empresas nas quais eles ou outros não-residentes exercem importante controle administrativo, inclusive participação acionária, renda reinvestida e outros tipos de capital. Os números líquidos são obtidos subtraindo-se o valor dos investimentos diretos feitos no exterior por residentes do país informante.

As reservas internacionais brutas compreendem haveres em ouro monetário, direitos especiais de saque (DES), a posição de reserva dos membros no FMI e haveres em moeda estrangeira sob o controle das autoridades monetárias. Os dados sobre haveres em reservas internacionais provêm dos arquivos de dados do FMI. O componente em ouro dessas reservas é avaliado a preço de fim de ano (31 de dezembro) no mercado de Londres: isto é, US\$37,37 a onça em 1970 e US\$410,25 a onça em 1988. Os níveis das reservas de 1970 e 1988 referem-se ao final do ano indicado e são expressos em dólares correntes às taxas de câmbio em vigor. Devido a diferenças na definição de reservas internacionais, na avaliação do ouro e em práticas de administração de reservas, os níveis de haveres em

reservas divulgados por fontes nacionais não são rigorosamente comparáveis. Os haveres em reservas em fins de 1988 são também expressos em termos do número de meses de importação de bens e serviços pelos quais poderiam pagar.

Os indicadores sumários são computados a partir de agregados de grupo para as reservas internacionais brutas e importações totais de bens e serviços em dólares correntes.

Tabela 19. Assistência oficial ao desenvolvimento por membros da OCDE e da OPEP

A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) consiste em desembolsos líquidos de empréstimos e doações feitos em condições financeiras concessionais por agências oficiais dos membros da Comissão de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar econômicos. Embora essa definição pretenda excluir a assistência puramente militar, a linha divisória às vezes fica imprecisa; geralmente prevalece a definição usada pelo país de origem. A AOD inclui também o valor da cooperação e assistência técnicas. Todos os dados indicados foram fornecidos pela OCDE, e todos os valores em dólares norte-americanos foram convertidos a taxas oficiais de câmbio.

As quantias indicadas representam desembolsos líquidos em favor de países em desenvolvimento e instituições multilaterais. Atualmente, os desembolsos feitos em favor de instituições multilaterais são divulgados para todos os membros da CAD com base na data da emissão dos títulos; anteriormente, alguns membros da CAD os divulgavam com base na data da conversão em dinheiro. Os fluxos bilaterais líquidos para economias de baixa renda excluem fluxos bilaterais não-alocados e todos os desembolsos em favor de instituições multilaterais.

Os valores nominais indicados no resumo da AOD prestada por países de alta renda da OCDE foram convertidos a preços de 1980 usando-se o deflator do PIB em dólares. Este deflator baseia-se em aumentos de preços nos países da OCDE (exceto Grécia, Portugal e Turquia), medidos em dólares, e leva em conta as variações de paridade entre o dólar e as moedas nacionais. Por exemplo, quando há uma desvalorização do dólar, as alterações de preços medidas em moedas nacionais têm de ser

ajustadas para mais pelo montante da desvalorização, para que se obtenham as variações dos preços em dólares.

Além de mostrar os totais referentes à OPEP, a tabela indica os totais para a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP). Os membros doadores da OPAEP são Arábia Saudita, Argélia, Catar, Iraque, Kuwait, Líbia e União dos Emirados Árabes. Os dados da AOD para a OPEP e a OPAEP foram também fornecidos pela OCDE.

Tabela 20. Assistência oficial ao desenvolvimento: receita

Os desembolsos líquidos de AOD de todas as fontes consistem em empréstimos e doações feitos em condições financeiras concessionais por todas as agências oficiais bilaterais e por fontes multilaterais, com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar econômicos. Incluem o valor da cooperação e assistência técnicas. Os desembolsos indicados nesta tabela não são rigorosamente comparáveis aos da Tabela 19, pois as receitas provêm de todas as fontes; os desembolsos indicados na Tabela 19 são aqueles feitos apenas por membros de alta renda da OCDE e por membros da OPEP. Os desembolsos líquidos equivalem aos desembolsos brutos menos os pagamentos aos que concederam ajuda, para a amortização de receitas de ajudas passadas. Os desembolsos líquidos da AOD são indicados *per capita* e como percentual do PNB.

Os indicadores sumários de AOD *per capita* são computados a partir de agregados de grupo para população e AOD. Para AOD como percentual do PNB são computados a partir de totais de grupo para AOD e PNB em dólares correntes dos EUA.

Tabela 21. Total da dívida externa

Nesta e nas tabelas seguintes, os dados sobre a dívida provêm do Sistema de Notificação da Dívida, do Banco Mundial, complementados por estimativas do Banco. Este sistema cuida apenas de economias em desenvolvimento e não coleta dados sobre a dívida externa de outros grupos de tomadores de empréstimos, nem de economias que não sejam membros do Banco Mundial. Os números em dólares da dívida indicados nas Tabelas 21 a 25 são em dólares norte-americanos, convertidos a taxas de câmbio oficiais.

Os dados relativos à dívida incluem a dívida privada não-garantida declarada por 25 países em

desenvolvimento, e também estimativas totais ou parciais para outros 23 países.

Os *empréstimos públicos* são as obrigações externas de devedores públicos, inclusive o governo nacional, seus órgãos, e entidades públicas autônomas. Os *empréstimos garantidos pelo governo* são as obrigações externas de devedores privados cuja amortização é garantida por uma entidade pública. Estas duas categorias estão agregadas nas tabelas. Os *empréstimos privados não-garantidos* são obrigações externas de devedores privados cuja amortização não é garantida por uma entidade pública.

O *uso do crédito do FMI* indica obrigações de recompra ao FMI para todos os que utilizam recursos do FMI, com exceção dos recursos provenientes de saques da cota de reserva. Refere-se ao fim do ano especificado. Contam-se aí compras pendentes dentro das cotas de crédito, inclusive acesso ampliado aos recursos, e todos os programas especiais (estoque regulador, financiamento compensatório, Programa Ampliado do Fundo e serviços financeiros do petróleo), além de empréstimos e operações do Fundo Fiduciário dentro do Programa Ampliado de Ajuste Estrutural. A utilização de crédito pendente do FMI no fim do ano (por estoque) é convertida em dólares dos EUA à taxa de câmbio dólar/DES vigente no fim do ano.

A *dívida externa a curto prazo* é a dívida com prazo original de vencimento de um ano ou menos. Os dados disponíveis não permitem que se façam distinções entre as dívidas de curto prazo pública e privada não-garantida.

O *total da dívida externa* é definido, para os fins a que se propõe este Relatório, como a soma da dívida de longo prazo pública, garantida pelo governo e privada não-garantida, com o uso do crédito do FMI e com a dívida de curto prazo.

Tabela 22. Fluxo de capital externo público e privado

Os dados sobre *desembolsos e amortização do principal* referem-se aos empréstimos a longo prazo públicos, garantidos pelo governo e privados não-garantidos. As estimativas de *fluxo líquido* são os desembolsos menos a amortização do principal.

Tabela 23. Total da dívida externa pública e privada e coeficientes do serviço da dívida

Os dados sobre a *dívida total a longo prazo pendente e desembolsada* que constam desta tabela incluem a dívida pública e a garantida pelo governo e a

dívida privada não-garantida. O *serviço da dívida como percentual das exportações de bens e serviços* é um dos vários indicadores convencionais empregados para avaliar a capacidade de servir a dívida. Os coeficientes médios do serviço da dívida em relação ao PNB para os grupos de economias são ponderados pelo PNB em dólares correntes. Os coeficientes médios do serviço da dívida em relação às exportações de bens e serviços são ponderados pelas exportações de bens e serviços em dólares correntes.

Tabela 14. Dívida pública externa e coeficientes do serviço da dívida

A *dívida pública externa pendente e desembolsada* representa os empréstimos públicos e garantidos pelo governo retirados no fim do ano, deduzidas as amortizações do principal e as baixas nos livros. Na estimativa da dívida pública externa como percentual do PNB, os números da dívida foram convertidos da moeda de amortização para dólares norte-americanos à taxa de câmbio oficial vigente no final do ano em questão. O PNB foi convertido de moedas nacionais para dólares norte-americanos, aplicando-se o processo de conversão descrito nas notas técnicas das Tabelas 2 e 3.

Os *pagamentos de juros* são os pagamentos reais da dívida pública e garantida pelo governo, pendente e desembolsada em moeda estrangeira, bens ou serviços; incluem os encargos de compromisso incidentes sobre a dívida não-desembolsada sempre que há dados sobre os mesmos.

O *serviço da dívida* é a soma das amortizações reais do principal com os pagamentos reais dos juros sobre a dívida pública externa e garantida pelo governo feitos em moedas estrangeiras, bens ou serviços. Os processos para a avaliação da dívida total a longo prazo como percentual do PNB, os coeficientes médios do serviço da dívida em relação ao PNB, e os coeficientes médios do serviço da dívida em relação às exportações de bens e serviços são os mesmos que aparecem na nota da Tabela 23.

Os indicadores sumários são computados a partir de agregados de grupo do serviço da dívida e do PNB em dólares correntes.

Tabela 25. Termos dos empréstimos públicos externos

Compromissos referem-se a empréstimos públicos e garantidos pelo governo, contratados durante o

ano especificado. São divulgados na moeda em que é feita a amortização e convertidos em dólares norte-americanos a taxas de câmbio oficiais anuais médias.

Os números para *taxas de juros, prazos de vencimento e período de carência* são médias ponderadas pelos montantes dos empréstimos. Os juros constituem o principal encargo incidente sobre um empréstimo e geralmente são computados sobre o montante do principal sacado e pendente. O prazo de vencimento de um empréstimo é o intervalo entre a data do acordo, quando um acordo de empréstimo é assinado ou os títulos são emitidos, e a data da amortização final do principal. O período de carência é o intervalo entre a data do acordo e a data da primeira amortização do principal.

Os *empréstimos públicos com taxas variáveis de juros, como percentual da dívida pública*, referem-se às taxas de juros que flutuam com as oscilações de uma taxa básica de mercado; por exemplo, a taxa de oferta interbancária de Londres (LIBOR) ou a taxa preferencial dos EUA. Essa coluna mostra o quanto os tomadores de empréstimos estão expostos a variações nas taxas internacionais de juros.

Os indicadores sumários desta tabela são ponderados pelos montantes dos empréstimos.

Tabela 26. Aumento populacional e projeções

A introdução descreve em linhas gerais as mudanças ocorridas nas próximas sete tabelas.

As taxas de aumento da população são médias para o período calculadas a partir da população em meados do ano.

As estimativas de *população* para meados de 1988 e as estimativas de fecundidade e mortalidade foram feitas pelo Banco Mundial a partir de dados fornecidos pela Divisão de População da ONU, do órgão estatístico da ONU e de órgãos estatísticos dos países. As estimativas levam em conta os resultados dos censos demográficos mais recentes, que, em alguns casos, não são nem recentes nem acurados. Note-se que os refugiados não estabelecidos permanentemente no país de asilo são geralmente considerados parte da população de seus países de origem.

As projeções de população para os anos 2000, 2025 e o ano em que pode vir a tornar-se estacionária (ver definição mais adiante) foram feitas separadamente para cada economia. As informações sobre a população total por idade e sexo, fecundidade, mortalidade e migração internacio-

nal foram projetadas com base em hipóteses generalizadas, até que a população se torne estacionária.

População estacionária é aquela em que as taxas de mortalidade específicas para sexo e idade não mudam por um longo período de tempo, no decorrer do qual as taxas de fecundidade permanecem no nível de reposição; ou seja, quando a taxa líquida de reposição (TLR) é igual a 1 (a nota da Tabela 27 define a TLR). Em tal população, a taxa de natalidade é constante e igual à taxa de mortalidade, a estrutura etária é também constante e a taxa de aumento populacional é zero.

As projeções de população são feitas por coorte etária por coorte etária. A mortalidade, a fecundidade e a migração são projetadas separadamente, e os resultados aplicados iterativamente à estrutura etária do ano-base de 1985. Para o período da projeção, 1985-2005, as mudanças na mortalidade são específicas por país: os aumentos na expectativa de vida e os declínios na mortalidade infantil baseiam-se em tendências anteriores para cada país. Quando a matrícula feminina na escola secundária é alta, presume-se que a mortalidade decline mais rapidamente. A mortalidade infantil é projetada à parte da mortalidade adulta.

As taxas de fecundidade projetadas também baseiam-se em tendências anteriores. Nos países em que a fecundidade começou a declinar (transição de fecundidade), presume-se que essa tendência permaneça. Já se observou que nos países em que a expectativa de vida está aquém dos 50 anos, não há declínio de fecundidade; nesses países a transição de fecundidade é retardada e então se aplica o declínio médio do grupo de países em transição de fecundidade. Presume-se que os países que estão abaixo da fecundidade de reposição tenham taxas de fecundidade total constantes até 1995-2000, e atinjam o nível de reposição por volta de 2030.

As taxas de migração internacional baseiam-se em tendências passadas e atuais do fluxo migratório e da política de migração. Entre as fontes consultadas estão estimativas e projeções feitas por órgãos estatísticos nacionais, agências internacionais e instituições de pesquisa. Como as tendências da migração futura são incertas, presume-se nas projeções que as taxas de migração líquida serão iguais a zero em 2025.

As estimativas do tamanho da população estacionária são especulativas. *Não devem ser tomadas como previsões.* São incluídas para mostrar as implicações das recentes tendências de fecundidade e mortalidade com base em premissas genera-

lizadas. Uma descrição mais completa dos métodos e premissas adotados no cálculo das estimativas pode ser encontrada na publicação do Banco Mundial intitulada *World Population Projections, 1989/1990*.

Tabela 27. Demografia e fecundidade

A taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade indicam, respectivamente, o número de crianças nascidas vivas e o número de mortes ocorridas por mil habitantes em determinado ano. Estes dados provêm das fontes mencionadas na nota da Tabela 26.

Mulheres em idade de ter filhos como percentual da população refere-se a mulheres na faixa etária dos 15 aos 49 anos.

A taxa de fecundidade total representa o número de crianças que nasceriam por mulher, caso esta vivesse até o fim dos seus anos fecundos e tivesse filhos, a cada idade, de acordo com as taxas de fecundidade predominantes no país específicas para a idade. As taxas indicadas provêm das fontes mencionadas na Tabela 26.

A taxa líquida de reprodução (TLR), que mede o número de filhas que uma recém-nascida gerará durante a vida, pressupondo-se taxas fixas de fecundidade e mortalidade específicas por idade, reflete o grau em que uma coorte de recém-nascidas se reproduzirá. Uma TLR de 1 indica que a fecundidade fica ao nível de reposição; a essa taxa, as mulheres têm, em média, somente o número de filhas suficiente para substituí-las na população. Do mesmo modo que o tamanho da população estacionária, o ano em que seria atingida a fecundidade do nível de reposição é especulativo e não deve ser tomado como uma previsão.

Mulheres casadas, em idade de ter filhos, usando contraceptivo refere-se a mulheres que praticam, ou cujos maridos praticam, alguma forma de contracepção. O uso de contraceptivos é em geral calculado para mulheres entre 15 e 49 anos. Alguns países usam cálculos relativos a outras faixas etárias, como 15-44.

Os dados provêm principalmente de levantamentos demográficos e sanitários, levantamentos sobre o uso de contracepção, dados nacionais, do Banco Mundial e do artigo de Mauldin e Segal, *Prevalence of contraceptive use: trends and issues*, encontrado no volume 19 dos *Studies in family planning* (1988). Em alguns países para os quais não há dados de levantamento, usaram-se estatísticas de programas; entre estes estão a Índia e

vários países africanos. As estatísticas de programas podem subestimar o uso de contraceptivos, pois não medem a incidência do uso de métodos tais como a tabela, coito interrompido ou abstinência, nem de contraceptivos não obtidos através do programa oficial de planejamento familiar. Os dados referem-se às taxas em vigor em diferentes anos, geralmente com uma defasagem de não mais de dois anos antes do ano especificado na tabela.

Todos os indicadores sumários são dados por país ponderados pela participação de cada país na população global.

Tabela 28. Saúde e nutrição

As estimativas de *população por médico e por enfermeiro* provêm de dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), complementados por dados obtidos diretamente pelo Banco Mundial de fontes nacionais. Os dados referem-se a vários anos, em geral não mais do que dois anos antes do ano especificado. Os números para médicos, além de se referirem ao número total de médicos registrados no país, abrangem também os médicos assistentes, cuja formação está aquém da dos médicos qualificados, mas que prestam serviços médicos semelhantes, inclusive operações simples. Enfermeiros inclui enfermeiros formados, não-formados, assistentes e auxiliares, e ainda paramédicos, como pessoal da área sanitária, de primeiros socorros, parteiras tradicionais etc. A inclusão de auxiliares e paramédicos permite estimativas mais realistas dos serviços de enfermagem disponíveis. Uma vez que variam as definições de pessoal médico e de enfermagem — e como os dados indicados referem-se a diversos anos — os dados referentes a estes dois indicadores não são rigorosamente comparáveis entre um país e outro.

Os dados sobre *partos assistidos por equipe médica* revelam o percentual de partos registrados, assistidos por profissional de saúde autorizado. Os dados são da OMS, complementados por dados do UNICEF e baseiam-se em fontes nacionais. Os dados provêm principalmente de relatórios comunitários oficiais e registros hospitalares, e alguns restringem-se apenas a partos em hospitais e outras instituições médicas. Às vezes foram excluídos hospitais particulares e rurais de pequeno porte, e às vezes incluídos serviços locais relativamente precários. A cobertura, portanto, nem sempre é abrangente e os números devem ser tratados com extrema cautela.

O percentual de *recém-nascidos de pouco peso* refere-se a crianças nascidas com peso inferior a 2,5kg.

O nascimento de crianças de pouco peso é frequentemente associado à subnutrição materna e tende a aumentar o risco de mortalidade infantil e a conduzir a um crescimento deficiente na infância, aumentando assim a incidência de outras formas de desenvolvimento retardado. Os números provêm de fontes da OMS e do UNICEF e baseiam-se em dados nacionais. Os dados não são exatamente comparáveis entre os países pois são compilados a partir da combinação de levantamentos e registros administrativos que podem não ter uma cobertura nacional representativa.

A taxa de *mortalidade infantil* é o número de crianças que morrem antes de completar um ano, por mil nascidas vivas, em determinado ano. Os dados provêm da publicação da ONU *Mortality of children under age 5: projections, 1950-2025*, e também do Banco Mundial.

O *consumo diário de calorias per capita* foi calculado dividindo-se o equivalente calórico do suprimento de alimentos de uma economia por sua população. O suprimento de alimentos abrange produção interna, importações menos exportações e variações de estoques, mas exclui rações animais, sementes para uso agrícola e alimentos perdidos no beneficiamento e na distribuição. As estimativas são da FAO.

Os indicadores sumários desta tabela são os números de cada país ponderados pela sua participação na população global.

Tabela 29. Educação

Os dados desta tabela referem-se a vários anos, geralmente com uma diferença de não mais de dois anos em relação ao ano indicado; no entanto, os números para mulheres às vezes se referem a um ano anterior ao dos totais gerais. Os dados provêm quase todos da Unesco.

Os dados sobre matrícula no *primário* são estimativas do número de crianças, de todas as idades, matriculadas em escolas primárias. Os números estão expressos como a relação entre o número de alunos e a população de crianças em idade escolar. Embora muitos países considerem a idade de frequentar escola primária como sendo de seis a 11 anos, outros não adotam esse critério. As diferentes práticas nacionais quanto a idade e período de escolarização se refletem nos coeficientes indicados. No caso de alguns países onde o ensino primário é universal, os coeficientes brutos de matrícula podem ser superiores a 100%, pois alguns alunos estão acima ou abaixo da idade-padrão adotada pelo país para frequência em escola

primária.

Os dados sobre matrícula no *secundário* foram calculados da mesma maneira, mas a idade de frequência em escola secundária também varia conforme o país e em geral foi considerada como sendo de 12 a 17 anos. O ingresso tardio de estudantes mais velhos, assim como a repetência e o fenômeno das “turmas grandes” nas séries finais podem influenciar esses coeficientes.

O coeficiente de matrícula no *terciário* é calculado dividindo-se o número de alunos matriculados em todas as escolas pós-secundárias e universidades pela população dos 20 aos 24 anos. Os alunos de escolas profissionalizantes, programas de educação de adultos, escolas comunitárias de dois anos e centros de educação à distância (principalmente cursos por correspondência) estão incluídos. A distribuição de alunos por esses diferentes tipos de instituições varia de acordo com o país. A população jovem — entre 20 e 24 anos — foi adotada pela Unesco como denominador, pois representa a média da coorte de nível terciário, embora pessoas acima e abaixo desta faixa etária possam estar registradas em instituições terciárias.

Matrículas líquidas no primário é o percentual de crianças em idade escolar matriculadas em escolas primárias. Ao contrário das matrículas brutas, os coeficientes líquidos correspondem ao grupo em idade de frequentar escola primária de cada país. Este indicador dá uma idéia muito mais clara do número de crianças, da faixa etária, que está realmente matriculado na escola, não o inflacionando com crianças acima (ou abaixo) da idade.

O coeficiente aluno/professor no primário é o número de alunos matriculados no curso primário em um país, dividido pelo número de professores do sistema educacional.

Os indicadores sumários desta tabela são os índices de matrícula ponderados pela participação de cada país na população global.

Tabela 30. Distribuição de renda e PIB estimado do PCI

Os dados contidos nesta tabela referem-se às estimativas do PCI para o PIB e à distribuição de renda ou despesa atribuíveis a grupos centis de famílias, classificados segundo a renda familiar total, a renda *per capita* ou a despesa.

A primeira coluna apresenta resultados preliminares do Programa de Comparação Internacional (PCI), da ONU, Fase V, para 1985. O PCI refaz as contas nacionais tradicionais através de coletas

especiais de preços e da desagregação do PIB por componentes da despesa. Espera-se contar com os resultados mais abrangentes do PCI em meados dos anos 90. Os números aqui fornecidos estão sujeitos a mudança e devem ser considerados apenas como indicativos. Os dados pormenorizados da Fase V do PCI são elaborados por órgãos estatísticos nacionais sob a coordenação do Órgão Estatístico das Nações Unidas (UNSO), com o apoio de outras agências internacionais, particularmente do Órgão Europeu de Estatística (Eurostat) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Banco Mundial, a Comissão Econômica para a Europa (ECE) e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (CESAP) também contribuíram neste trabalho.

Participaram do PCI Fase V um total de 64 países, mas só há resultados preliminares para 57. Não se dispõe de dados do PIB total para um desses países (Nepal), e as comparações foram feitas apenas para consumo; dois países com menos de 1 milhão de habitantes — Luxemburgo, com 81,3 de índice estimado de PIB *per capita*; e Suazilândia, com 13,6 — foram omitidos desta tabela. Os dados para os sete países restantes, todos do Caribe, são esperados para breve.

Embora os números para o PIB *per capita* sejam apresentados como índices para o valor nos EUA, os dados básicos estão expressos em dólares norte-americanos. No entanto, esses valores em dólar, que são diferentes dos apresentados nas Tabelas 1 e 3 (ver as notas técnicas dessas tabelas), são obtidos por meio de fatores especiais de conversão destinados a equalizar os poderes de compra das moedas nos respectivos países. Este fator de conversão, comumente conhecido como paridade do poder de compra (PPC), é definido como o número de unidades da moeda de um país de que se necessita para comprar as mesmas quantidades de bens e serviços no mercado interno que seriam compradas por US\$1 nos EUA. O cálculo do PPC envolve a obtenção de quantidades implícitas a partir de dados da despesa de contas nacionais e de dados de preços especialmente coletados, e a atribuição de novos valores às quantidades implícitas de cada país, levando-se em conta um único conjunto de preços médios. Assim, a taxa do PPC iguala os preços em dólar de todos os países, e as comparações do PIB entre países que neles se baseiam refletem diferenças nas quantidades de bens e serviços sem quaisquer diferenciais de níveis de preços. Esse método destina-se a equiparar as comparações entre países com as comparações de

valor real entre períodos, que se baseiam em séries a preços constantes.

Os números aqui apresentados resultam de um método de trabalho em duas etapas. Primeiro, comparam-se os países de uma região ou grupo, como a OCDE, usando seus próprios preços médios de grupo. A seguir, como os preços médios de grupo podem diferir uns dos outros, tornando incomparáveis os países que pertencem a grupos diferentes, os preços do grupo são ajustados a fim de que fiquem comparáveis a nível mundial. Os ajustes, feitos pelo UNSO, baseiam-se nos diferenciais de preços observados numa rede de "países-vínculo" representantes de cada grupo. Mas o vínculo é feito de modo a manter na comparação mundial os níveis relativos de PIB observados nas comparações de grupo.

O método em duas etapas foi adotado porque os níveis relativos de PIB e a classificação de dois países podem variar quando se inserem mais países na comparação. Percebeu-se que não se poderia deixar isso acontecer dentro de regiões geográficas; ou seja, que a relação entre, digamos, Gana e Senegal, não deveria ser afetada pelos preços vigentes nos EUA. Assim, os níveis globais de PIB *per capita* são calculados a preços "regionais", e então vinculados. O vínculo é feito atribuindo-se novos valores aos PIBs de todos os países pelos preços médios "mundiais" e alocando os novos totais regionais tendo por base a participação de cada país na comparação original.

Tal método não permite a comparação de quantidades mais detalhadas (por exemplo, consumo de alimentos). Assim, esses subagregados e categorias de despesa mais detalhadas são calculados pelos preços mundiais. Essas quantidades prestam-se realmente a comparações internacionais, mas não se prestam para chegar aos PIBs indicados por serem calculadas com base num conjunto de preços diferentes.

Alguns países pertencem a vários grupos regionais. Alguns grupos são prioritários; outros se equivalem. Por isso, sempre se mantêm fixos os membros das Comunidades Européias, mesmo dentro da comparação mundial e da OCDE. No entanto, para Áustria e Finlândia, a relação bilateral que prevalece na comparação da OCDE é a mesma utilizada na comparação global. Porém, uma relação bastante diferente (baseada nos preços da Europa Central) prevalece na comparação daquele grupo, e essa é a relação apresentada na publicação em separado da comparação européia.

Para maiores informações acerca dos métodos do PCI, os leitores podem consultar o relatório do

PCI Fase IV: *World comparisons of purchasing power and real product for 1980* (New York, United Nations, 1986).

Os dados de distribuição de renda abrangem zonas rurais e urbanas de todos os países e referem-se a anos diferentes dentro do período 1979-88. Os dados provêm de várias fontes, inclusive da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, do Estudo sobre Renda de Luxemburgo, da OCDE, das *National account statistics: compendium of income distribution statistics*, 1985, da ONU, do Banco Mundial e de fontes nacionais. Os dados de muitos países foram atualizados e alguns dados sobre distribuição de renda anteriormente publicados foram suprimidos por serem de muitos anos atrás.

Como em muitos países a coleta de dados sobre a distribuição de renda não tem sido sistematicamente organizada ou integrada ao sistema oficial de estatísticas, os dados foram obtidos de levantamentos que visavam a outras finalidades, quase sempre levantamentos de gastos de consumidores, os quais também coletam informações sobre a renda. Esses levantamentos empregam diferentes conceitos de renda e formas de amostra. Além disso, a cobertura geográfica de muitos deles é demasiado limitada para fornecer estimativas nacionais confiáveis de distribuição de renda. Assim, embora as estimativas indicadas sejam consideradas as melhores disponíveis, não evitam todos estes problemas e devem ser interpretadas com cautela.

Do mesmo modo, o alcance do indicador é limitado para alguns países, e os dados para outros países não são totalmente comparáveis. Como as famílias variam de tamanho, uma distribuição em que as famílias são classificadas pela renda familiar *per capita*, e não pela renda familiar total, é mais adequada por muitas razões. A distinção é importante porque as famílias com baixa renda *per capita* são freqüentemente famílias numerosas com uma renda total às vezes alta. Inversamente, muitas famílias com baixa renda familiar podem ser famílias pequenas com rendas *per capita* elevadas. Só no caso de alguns países existem informações sobre a distribuição da renda familiar *per capita*, mas raramente estão atualizadas. Sempre que possível, as distribuições são classificadas pela renda *per capita*; quando isso é impossível, as distribuições são classificadas por despesa familiar, renda familiar ou despesa *per capita*. Como o tamanho da família tende a ser pequeno no caso de famílias de baixa renda (por exemplo, famílias de uma só pessoa e casais sem filhos), a distribuição da renda

familiar pode superestimar a desigualdade de renda. Do mesmo modo, como a poupança familiar tende a crescer com mais rapidez quando os níveis de renda aumentam, a distribuição da despesa pode subestimar a desigualdade de renda. O Estudo de Medição do Padrão de Vida, do Banco Mundial, e o projeto das Dimensões Sociais do Ajuste, que cobre os países da África subsaariana, estão ajudando alguns países a aperfeiçoarem seu trabalho de coleta e análise de dados sobre distribuição da renda.

Tabela 31. Urbanização

Os dados sobre *população urbana como percentual da população total* provêm de *Prospects of world urbanization, 1988*, publicado pela ONU, complementados por dados do Banco Mundial.

As taxas de aumento da população urbana foram calculadas a partir de estimativas populacionais do Banco Mundial; as estimativas das proporções de população urbana foram calculadas a partir das fontes já citadas. Os dados sobre concentrações urbanas em grandes cidades provêm de *Patterns of urban and rural population growth, 1980*, da ONU.

Como as estimativas desta tabela baseiam-se em diferentes definições nacionais do que é urbano, as comparações entre países devem ser interpretadas com cautela. Os dados sobre concentração urbana em grandes cidades provêm dos censos populacionais.

Os indicadores sumários para população urbana como percentual da população total são calculados a partir dos percentuais de cada país ponderados por sua participação na população global; os outros indicadores sumários desta tabela são ponderados da mesma forma, mas pela população urbana.

Tabela 32. As mulheres e o desenvolvimento

Esta tabela estabelece alguns indicadores básicos desagregados, que mostram as diferenças entre sexos para ilustrar a condição da mulher na sociedade. Reflete sua posição demográfica e seu acesso a serviços de saúde e educação. Anomalias estatísticas tornam-se mais visíveis quando os indicadores sociais são analisados por sexo, porque os sistemas de informação são ineficientes em áreas relacionadas especificamente à mulher. Os indicadores extraídos de censos e levantamentos, como os de população, tendem a ser quase tão confiáveis para mulheres quanto para homens; os

indicadores baseados sobretudo em registros administrativos, tais como mortalidade materna e infantil, são menos confiáveis. Ainda há muito por fazer para criar uma estrutura estatística nessa área, e a confiabilidade dos dados, mesmo nas séries mostradas nesta tabela, varia significativamente.

O *risco de morte até os 5 anos* (também denominado taxa de mortalidade abaixo dos cinco) mostra a probabilidade de um recém-nascido morrer antes de completar cinco anos. As taxas provêm de tabelas de mortalidade baseadas em estimativas atuais da expectativa de vida ao nascer e em taxas de mortalidade infantil. Em geral, em todo o mundo nascem mais homens do que mulheres. Em boas condições de saúde e nutrição e em tempo de paz, a taxa de mortalidade entre meninos de menos de cinco anos é mais alta do que entre meninas. Essas colunas mostram que são grandes as diferenças homem-mulher no que se refere ao risco de morte até os cinco anos. Nas economias industrializadas de mercado, o risco de morrer até os cinco anos é 23% menor entre meninas do que entre meninos; em algumas economias de baixa renda, esse risco é mais alto entre meninas do que entre meninos. Isso indica tratamento diferente no tocante a alimentação e atendimento médico.

Tal discriminação afeta sobretudo as meninas de tenra idade, que às vezes recebem menos alimentos quando estes são escassos ou custam mais a obter atendimento médico quando este é caro. Esse tipo de discriminação não está uniformemente associado ao desenvolvimento. Em certos países de renda média e baixa (e em certas regiões de países), o risco relativo de morte até os cinco anos para mulheres e homens aproxima-se do padrão registrado em países industrializados. Em muitos outros países, porém, os números demonstram claramente a necessidade de integrar mais as mulheres ao desenvolvimento. Os indicadores de saúde e bem-estar da Tabela 28 e da coluna de mortalidade materna da Tabela 32 chamam a atenção, em particular, para as condições associadas à idade fértil da mulher. O parto implica ainda riscos mais altos de óbito para mulheres em idade de ter filhos nos países em desenvolvimento. Os indicadores podem refletir, mas não mensuram, a disponibilidade de serviços de saúde para mulheres, assim como o bem-estar geral e o estado nutricional das mães.

A *expectativa de vida ao nascer* é definida na nota da Tabela 1.

A *mortalidade materna* geralmente refere-se ao número de mortes de mulheres ocorrido ao dar à

luz, por 100 mil filhos nascidos vivos. Uma vez que para alguns países o “parto” é definido mais amplamente do que para outros — a fim de incluir as complicações da gestação e do aborto — e já que muitas mulheres grávidas morrem em decorrência da falta de assistência médica adequada, torna-se difícil calcular a mortalidade materna de forma coerente e confiável em diversos países. Os dados nessas duas séries foram extraídos de diversas fontes nacionais e coletados pela OMS, apesar de muitos sistemas administrativos nacionais serem deficientes e de não registrarem ocorrências vitais de modo sistemático. Os dados provêm em sua maioria de relatórios comunitários e de documentos hospitalares oficiais, e alguns informam somente os óbitos ocorridos em hospitais e outras instituições médicas. Às vezes, pequenos hospitais privados e rurais são excluídos, e às vezes certas instalações locais rudimentares são incluídas. A cobertura dos dados por essa razão nem sempre é abrangente e os números devem ser considerados com extrema cautela.

Evidentemente, muitos óbitos maternos não são registrados, em particular nos países com povoados rurais remotos; esta é a razão de serem encontrados números muito baixos na tabela, especialmente para vários países africanos. Além disso, não fica claro se um aumento no número de mães nos hospitais reflete um atendimento médico à mulher mais extensivo, ou maiores complicações na gravidez e no parto devido à deficiência de nutrição, por exemplo. (Ver Tabela 28 para dados de recém-nascidos de pouco peso.)

Estas séries de tempo são uma tentativa de reunir informações de fácil acesso, nem sempre apresentadas em publicações internacionais. A OMS chama atenção para a existência de lacunas inevitáveis nas séries, e tem solicitado aos países o fornecimento de números mais abrangentes. Estes são aqui reproduzidos, conforme a publicação da

OMS de 1986, *Maternal mortality rates*, e complementados pela publicação do UNICEF, *The state of the world's children 1989*, como parte de um esforço internacional para esclarecer dados nesse campo. Os dados referem-se a qualquer ano do período 1977-84.

Os indicadores de *educação*, baseados em fontes da Unesco, mostram até que ponto as mulheres têm acesso equânime à educação formal.

A *permanência até o 4º ano* é o percentual de crianças que ingressaram na escola primária em 1970 e 1984, respectivamente, e que prosseguiram até o 4º ano em 1973 e 1987. Os números em itálico representam coortes anteriores ou posteriores. Os dados baseiam-se em registros de matrículas. Os coeficientes de permanência ligeiramente mais altos para mulheres em alguns países africanos indica a participação masculina em atividades como o pastoreio.

Havendo igualdade de condições e de oportunidades, os coeficientes de *mulheres por 100 homens* estariam próximos de 100. Entretanto, as desigualdades podem fazer com que esses coeficientes variem em vários sentidos. Por exemplo, o número de mulheres por 100 homens tenderia a aumentar no nível secundário se a frequência de homens declinasse mais rapidamente nos últimos anos escolares devido às maiores oportunidades de emprego para os homens, ao recrutamento militar, ou à migração em busca de trabalho. Além disso, como os números dessas colunas referem-se principalmente ao ensino secundário geral, não abrangem aqueles (na maioria homens) matriculados em escolas técnicas e profissionalizantes ou de aprendizagem de tempo integral, como no Leste europeu.

Todos os indicadores sumários são dados por país, ponderados pela participação de cada país na população global.

Fontes de dados

Produção e absorção interna	U.N. Department of International Economic and Social Affairs. <i>Statistical Yearbook</i> . New York. (Vários anos.) _____. <i>World energy supplies</i> . Statistical Papers, series J. New York. (Vários anos.) Relatórios do Programa de Comparação Internacional, Fases IV (1980) e V (1985) e dados da EE, CESAP, Eurostat, OCDE e ONU. Dados da FAO, do FMI e da ONUDI; e fontes nacionais.
Contas fiscais e monetárias	International Monetary Fund. <i>Government Finance Statistics Yearbook</i> . v.11: Washington, D.C., 1989. _____. <i>International Financial Statistics</i> . Washington, D.C. (Vários anos.) U.N. Department of International Economic and Social Affairs. <i>World energy supplies</i> . Statistical Papers, series J. New York. (Vários anos.) Dados do FMI.
Principais transações internacionais	International Monetary Fund. <i>International Financial Statistics</i> . Washington, D.C. (Vários anos.) U.N. Conference on Trade and Development. <i>Handbook of International Trade and Development Statistics</i> . Geneva. (Vários anos.) U.N. Department of International Economic and Social Affairs. <i>Monthly Bulletin of Statistics</i> . New York. (Vários anos.) _____. <i>Yearbook of International Trade Statistics</i> . New York. (Vários anos.) Dados da FAO, do FMI, da ONU e do Banco Mundial.
Financiamento externo	Organisation for Economic Co-operation and Development. <i>Development Co-operation</i> . Paris. (Vários anos.) _____. <i>Geographical distribution of financial flows to developing countries</i> . Paris, 1988. Dados do FMI, da OCDE e do Banco Mundial; e Sistema de Notificação da Dívida do Banco Mundial.
Recursos	Institute for Resource Development/Westinghouse. <i>Child survival: risks and the road to health</i> . Columbia, Md., 1987. Mauldin, W. Parker & Segal, Sheldon J. Prevalence of contraceptive use: trends and issues. <i>Studies in Family Planning</i> . 19(6):335-53, 1988. Sivard, Ruth. <i>Women — a world survey</i> . Washington, D.C., World Priorities, 1985. U.N. Department of International Economic and Social Affairs. <i>Demographic Yearbook</i> . New York. (Vários anos.) _____. <i>Population and Vital Statistics Report</i> . New York. (Vários anos.) _____. <i>Statistical Yearbook</i> . New York. (Vários anos.) _____. <i>Patterns of urban and rural population growth</i> . New York, 1980. _____. <i>Recent levels and trends of contraceptive use as assessed in 1983</i> . New York, 1984. _____. <i>Mortality of children under age 5: projections 1950-2025</i> . New York, 1988. _____. <i>Prospects of world urbanization</i> . New York, 1989. _____. <i>World population prospects: 1988</i> . New York, 1989. U.N. Educational, Scientific and Cultural Organization. <i>Statistical Yearbook</i> . Paris. (Vários anos.) UNICEF. <i>The state of the world's children 1989</i> . Oxford, Oxford University Press, 1989. World Health Organization. <i>World Health Statistical Annual</i> . Geneva. (Vários anos.) _____. <i>Maternal mortality rates: a tabulation of available information</i> . 2.ed. Geneva, 1986. _____. <i>World Health Statistics Report</i> . Geneva. (Vários anos.) Dados da FAO e do Banco Mundial.







Banco Mundial

Mais de um bilhão de pessoas no mundo em desenvolvimento vivem em estado de pobreza e milhões na África subsaariana e América Latina estão experimentando um empobrecimento crescente. Dez anos após o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1980* ter examinado as causas e a extensão da pobreza, este décimo-terceiro Relatório volta ao assunto para investigar o que deu certo e o que deu errado, e sondar o futuro. Recomenda que os países e a comunidade desenvolvida adotem uma dupla estratégia para reduzir a pobreza — estratégia que já se revelou promissora.

A primeira necessidade é promover o crescimento de base ampla que dará aos pobres oportunidades de auferir renda. A segunda é garantir, através de um melhor acesso a educação, atendimento médico e outros serviços sociais, que os pobres possam tirar vantagem dessas oportunidades. São necessárias transferências e outros acordos especiais para aqueles impossibilitados de se beneficiar totalmente do aumento de oportunidades — por exemplo, os idosos carentes, os enfermos e incapacitados — e aqueles atingidos por reveses e choques econômicos. Mas os elementos essenciais da estratégia destinam-se a capacitar os pobres a fazerem um uso eficaz de seu principal bem — a capacidade de trabalho. O Relatório conclama as nações desenvolvidas a alocar maiores parcelas de orçamentos assistenciais aos países que, por suas políticas, demonstrarem um compromisso genuíno para com a redução da pobreza.

A economia mundial emergiu dos choques e transformações dos anos 80 em melhor forma do que seria talvez de esperar. As tendências atuais, se forem mantidas, formarão uma boa base econômica para enfrentar o desafio da pobreza e criar perspectivas mais animadoras para as grandes populações do mundo em desenvolvimento nos últimos anos do século XX. Já se fez um grande progresso nas três últimas décadas. Mesmo durante os anos 80 — a chamada década perdida —, os padrões de vida continuaram melhorando para a maioria dos pobres do mundo. O que se faz necessário agora é o compromisso político — da parte dos países em desenvolvimento, dos países industrializados e da comunidade internacional.

Como nas edições anteriores, este Relatório contém um anexo com Indicadores do Desenvolvimento Mundial, com dados abrangentes e atualizados sobre o desenvolvimento econômico e social em mais de 180 países e territórios. Tais dados também estarão disponíveis em disquetes para uso em computadores pessoais.